

UNIVERSIDADE FEDERAL DO MARANHÃO
CENTRO DE CIÊNCIAS HUMANAS
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO CIÊNCIAS SOCIAIS
(DOUTORADO)

MELISSA ROSA TEIXEIRA MENDES

**CONDIÇÕES HISTÓRICAS E SOCIAIS DAS APROPRIAÇÕES DE MARIA
FIRMINA DOS REIS E SUA “OBRA” (1973-2022)**

São Luís
2023

UNIVERSIDADE FEDERAL DO MARANHÃO
CENTRO DE CIÊNCIAS HUMANAS
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO CIÊNCIAS SOCIAIS
(DOUTORADO)

MELISSA ROSA TEIXEIRA MENDES

**CONDIÇÕES HISTÓRICAS E SOCIAIS DAS APROPRIAÇÕES DE MARIA
FIRMINA DOS REIS E SUA “OBRA” (1973-2022)**

Tese de Doutorado apresentada ao Programa de Pós-Graduação em Ciências Sociais da Universidade Federal do Maranhão como quesito para obtenção do título de Doutora em Ciências Sociais.

Orientadora: Prof.^a Dr.^a Eliana Tavares dos Reis.

São Luís
2023

MELISSA ROSA TEIXEIRA MENDES

**CONDIÇÕES HISTÓRICAS E SOCIAIS DAS APROPRIAÇÕES DE MARIA
FIRMINA DOS REIS E SUA “OBRA” (1973-2022)**

Tese de Doutorado apresentada ao Programa de Pós-Graduação em Ciências Sociais da Universidade Federal do Maranhão como quesito para obtenção do título de Doutora em Ciências Sociais.

Orientadora: Prof.^a Dr.^a Eliana Tavares dos Reis.

Data da defesa: ___/___/2023.

COMPONENTES DA BANCA EXAMINADORA:

Prof.^a Dr.^a Eliana Tavares dos Reis
Universidade Federal do Maranhão

Prof.^a Dr.^a Irllys Alencar Firmo Barreira
Universidade Federal do Ceará

Prof.^a Dr.^a Cíndia Brustolin
Universidade Federal do Maranhão

Prof.^a Dr.^a Dayana dos Santos Delmiro Costa
Doutora em Ciência Sociais

Prof. Dr. Igor Gastal Grill
Universidade Federal do Maranhão

São Luís
2023

Ficha gerada por meio do SIGAA/Biblioteca com dados fornecidos pelo(a) autor(a).
Diretoria Integrada de Bibliotecas/UFMA

Rosa Teixeira Mendes, Melissa.

Condições históricas e sociais das apropriações de
Maria Firmina dos Reis e de sua "obra" 1973-2022 / Melissa
Rosa Teixeira Mendes, Melissa Rosa Teixeira Mendes. - 2023.
300 f.

Orientador(a): Eliana Tavares dos Reis.

Tese (Doutorado) - Programa de Pós-graduação em
Ciências Sociais/cch, Universidade Federal do Maranhão,
São Luís, 2023.

1. Maranhão. 2. Maria Firmina dos Reis. 3.
Recepções. 4. Representações. 5. Trajetória. I. Rosa
Teixeira Mendes, Melissa. II. Tavares dos Reis, Eliana.
III. Título.

*Ao Sherloquinho, que vivia deitando nos
meus livros, se esfregando e andando
pelo notebook. Saudades eternas.
(in memoriam)*

AGRADECIMENTOS

A Deus e a Deusa, por terem me guiado nos caminhos que me conduziram até este momento. Aos Mestres e Guias Espirituais, que sempre me iluminaram e me auxiliaram nos momentos de dúvida.

À minha mãe e ao meu pai, por estarem ao meu lado em todos os momentos, nos mais bonitos e nos mais difíceis. Por terem sempre acreditado em mim, pelo incentivo e pelo amor incondicional.

Ao meu irmão, por seu incentivo e ajuda nos momentos certos.

Ao meu filho, pelo amor, carinho, compreensão e, em várias vezes, pelo auxílio.

À minha orientadora, Eliana Tavares dos Reis, por toda sua benevolência profissional, nesse período de desafios e incertezas. Seu auxílio, sua paciência, sua orientação detalhista e por todo o conhecimento científico compartilhado.

Ao professor Igor Gastal Grill, por suas aulas, que tanto incentivaram a busca por mais conhecimento e aperfeiçoamento no ofício do Sociólogo.

Faço também um agradecimento ao professor César Castro por me incentivar a fazer o Doutorado em Ciências Sociais, e à professora Régia Agostinho, por me auxiliar no processo de construção do projeto de pesquisa para o Doutorado.

À CAPES, que em forma de bolsa contribuiu para esta pesquisa.

Gratidão! Gratidão! Gratidão!

RESUMO

Esta tese se concentra em analisar os discursos a respeito da escritora maranhense oitocentista Maria Firmina dos Reis (1825-1917) e de seus escritos, tendo em vista que nas últimas décadas houve um aumento das produções laudatórias, principalmente nos domínios acadêmicos. Examinamos como a consagração recente da “mulher”, “escritora” e “negra” está ligada à emergência das questões de gênero e étnico-raciais, sobretudo à afirmação dos movimentos feministas e negros. Para tanto, buscou-se: 1) traçar as condições de emergência dos discursos, entre os períodos de 1973 a 2022, a partir de uma análise processual dos eventos sociais e históricos que, no Brasil e no mundo, possibilitaram o surgimento de novas perspectivas de compreensão de si mesmos e de sua história, buscando nova escrita de identidades, para mulheres, negros e mulheres negras, em especial a partir dos anos 1970; 2) reconstruir, através dos jornais de época, das fontes documentais deixadas pela escritora / professora, como seu *Álbum* e seus textos como contos e o romance, a trajetória de Maria Firmina dos Reis, alinhada ao período histórico brasileiro em que viveu e produziu seus bens culturais; 3) com base no levantamento das informações sobre a vida e obra de Maria Firmina dos Reis e no contexto social e histórico brasileiro e mundial entre os anos 1970 a 2022, compreender os discursos sobre Maria Firmina, demonstrando a hipótese de que as mudanças sociais e os processos históricos, conforme a sociologia de Norbert Elias, são essenciais para a compreensão das configurações e reconfigurações nos processos de lutas por novos discursos, novas identidades, e reescrita da história de um grupo. Seguindo a agenda de pesquisas do Laboratório de Estudos de Elites Políticas e Culturais (LEEPOC) da Universidade Federal do Maranhão, reunimos informações históricas, documentais, bibliográficas e biográficas, para examinar a trajetória de Firmina e as apropriações/construções sobre a “autora” e sua “obra”. Embora haja uma grande diversidade, na atualidade, de trabalhos nos domínios acadêmicos sobre Maria Firmina dos Reis, reforçamos que esta pesquisa analisa especificamente esses trabalhos acadêmicos e sua expressiva multiplicidade.

Palavras-chave: Maria Firmina dos Reis. Trajetória. Recepções. Representações. Maranhão.

ABSTRACT

This thesis focuses on analyzing the discourses about the 19th century Maranhão writer Maria Firmina dos Reis (1825-1917) and her writings, considering that in recent decades there has been an increase in laudatory productions, mainly in academic domains. We examine how the recent consecration of "woman", "writer" and "black" is linked to the emergence of gender and ethnic-racial issues, especially to the affirmation of feminist and black movements. To this end, we sought to: 1) trace the conditions for the emergence of discourses, between the periods from 1973 to 2022, based on a procedural analysis of social and historical events that, in Brazil and in the world, enabled the emergence of new perspectives understanding themselves and their history, seeking a new writing of identities for women, blacks and black women, especially from the 1970s onwards; 2) reconstruct, through newspapers of the time, the documentary sources left by the writer/teacher, such as her Album and her texts such as short stories and the novel, the trajectory of Maria Firmina dos Reis, aligned with the Brazilian historical period in which she lived and produced her cultural goods; 3) based on the survey of information about the life and work of Maria Firmina dos Reis and in the Brazilian and world social and historical context between the years 1970 to 2022, to understand the discourses about Maria Firmina, demonstrating the hypothesis that social changes and historical processes, according to the sociology of Norbert Elias, are essential for understanding the configurations and reconfigurations in the processes of struggles for new discourses, new identities, and the rewriting of the history of a group. Following the research agenda of the Laboratory for the Study of Political and Cultural Elites (LEEPOC) at the Federal University of Maranhão, we gathered historical, documental, bibliographical and biographical information to examine Firmina's trajectory and the appropriations/constructions about the "author" and his "work". Although there is currently a great diversity of works in the academic domains about Maria Firmina dos Reis, we reinforce that this research specifically analyzes these academic works and their expressive multiplicity.

Key-words: Maria Firmina dos Reis. Trajectory. Receptions. Representations. Maranhão.

LISTA DE ABREVIATURAS E SIGLAS

CECAN – Centro de Cultura e Arte Negra.

CECF – Conselho Estadual da Condição Feminina.

CNDM – Conselho Nacional dos Direitos das Mulheres.

FNB – Frente Negra Brasileira.

IPCN – Instituto de Pesquisa das Culturas Negras.

LEEPOC – Laboratório de Estudos de Elites Políticas e Culturais.

MMN – Movimento das Mulheres Negras.

MNU – Movimento Negro Unificado.

MNUCDR – Movimento Negro Unificado contra a Discriminação Racial.

MUCDR – Movimento Unificado contra a Discriminação Racial.

TEN – Teatro Experimental do Negro.

UHC – União dos Homens de Cor.

CCN – Centro de Cultura Negra (MA).

CECF – Conselho Estadual da Condição Feminina (SP).

CNDM – Conselho Nacional dos Direitos das Mulheres.

CGGPM – Companhia Geral do Grão-Pará e Maranhão.

IBGE – Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística.

PT – Partido dos Trabalhadores.

LISTA DE TABELAS

Tabela 1	Criação de cadeiras de Primeiras Letras para o sexo feminino no Maranhão entre os anos 1840 – 1884	47
Tabela 2	Referências de proprietárias de escolas e autoras de livros de ensino.....	59
Tabela 3	Distribuição do contingente de formados por sexo e curso universitário (Brasil 1970 e 2000)	64
Tabela 4	Resumo dos eventos que antecederam e/ou influenciaram o movimento abolicionista brasileiro (1772-1888)	79
Tabela 5	Grupos, Entidades, Encontros de Mulheres Negras (1979 – 2009)	108
Tabela 6	Acontecimentos históricos e sociais do século XIX brasileiro X produção cultural e acontecimentos da vida de Maria Firmina dos Reis...	110
Tabela 7	Exportações no Maranhão (1871-1874)	114
Tabela 8	Exportação de escravos no tráfico interprovincial no Maranhão entre 1860-1869.....	118
Tabela 9	Relação das homenagens feitas em São Luís no sesquicentenário de nascimento de Maria Firmina dos Reis – 1975	167
Tabela 10	Relação das reedições dos livros de Maria Firmina dos Reis (1860-2022)	199
Tabela 11	Resumo dos trabalhos de Luciana Martins Diogo sobre Maria Firmina dos Reis (2015-2022)	207
Tabela 12	Resumo das pesquisas de Rafael Balseiro Zin sobre Maria Firmina dos Reis (2013-2022)	214
Tabela 13	Resumo das pesquisas de Régia Agostinho da Silva sobre Maria Firmina dos Reis (2011-2022)	219
Tabela 14	Resumo de informações sobre agentes consagradores de Maria Firmina na terceira fase	228
Tabela 15	Relação de teses e dissertações que contêm estudos sobre Maria Firmina dos Reis (1981-2022)	231

LISTA DE IMAGENS

Imagem 1: Jornal <i>A Imprensa</i> nº 61 de 01 de agosto de 1861	140
Imagem 2: Verbete sobre Maria Firmina dos Reis no <i>Dicionário</i> de Sacramento Blake	140
Imagem 3: Jornal <i>O Progresso</i> de 13 de agosto de 1847.....	141
Imagem 4: Jornal <i>A Imprensa</i> de 11 de abril de 1860	145
Imagem 5: Jornal <i>A Imprensa</i> de 01 de agosto de 1860	145
Imagem 6: Manuscrito do texto <i>Resumo da minha vida</i> do álbum de Maria Firmina	163
Imagem 7: Certidão de óbito de Maria Firmina dos Reis	163
Imagem 8: Jornal <i>Luta Democrática</i> , 12-13/10/1975	169
Imagem 9: Diário de Notícias – RJ, 26/11/1975, ano XLVI, número 16.471	171
Imagem 10: Capa Revista Pernambuco	210

SUMÁRIO

INTRODUÇÃO	13
1 FEMINISMO, ESTUDO SOBRE MULHERES, ESTUDO DE GÊNERO NO BRASIL: um processo social e histórico	37
1.1 Algumas considerações sobre as relações de gênero no Brasil da segunda metade do século XIX	38
1.2 As mulheres e o magistério	48
1.3 As mulheres em outros espaços de profissionalização.....	57
1.4 As mulheres na faculdade	62
1.5 Feminismo, estudo sobre mulheres e estudos de gênero.....	65
2 MOVIMENTO NEGRO	73
2.1 A luta dos negros anterior ao movimento negro contemporâneo.....	73
2.1.1 O movimento abolicionista.....	79
2.2 O movimento negro unificado.....	90
2.3 O movimento negro contemporâneo.....	94
2.4 O feminismo negro	101
3 TRAJETÓRIA DE UMA MULHER, NEGRA E ESCRITORA	110
3.1 Breve história do Maranhão no século XIX, no contexto nacional.....	111
3.2 Maria Firmina, uma trajetória.....	128
4 OS DISCURSOS SOBRE MARIA FIRMINA E SUAS CONDIÇÕES DE EMERGÊNCIA NOS ÚLTIMOS 50 ANOS (1973-2022)	164
4.1 Uma primeira fase: 1973 a 1979	165
4.2 Uma segunda fase: 1981 a 2003	178
4.3 Uma terceira fase: 2004 a 2022	193
4.4 As teses e as dissertações	230
CONSIDERAÇÕES FINAIS	238
REFERÊNCIAS GERAIS	245
REFERÊNCIAS SOBRE MARIA FIRMINA DOS REIS	262
ANEXOS	277
ANEXO A - RELAÇÃO DE DISCURSOS SOBRE MARIA FIRMINA DOS REIS (1973-2022)	277

INTRODUÇÃO

A proposta desta pesquisa é estudar as recepções e as reapropriações feitas sobre os textos da escritora maranhense oitocentista Maria Firmina dos Reis entre os anos 1973 e 2022, em especial nos últimos anos. Consideramos que as condições históricas de emergência dos discursos sobre ela estão particularmente associadas à afirmação das temáticas de gênero e dos movimentos de reconhecimento da identidade de mulheres afrodescendentes. Particularmente, observamos a relevância de um conjunto de estudos e discussões desenvolvidas por pesquisadoras das áreas de Letras, Sociologia, Antropologia e História nos meios acadêmicos.

Compreende-se, inicialmente, que escritores e escritoras compõem seus textos (assim como outros produtores de bens culturais) de acordo com as configurações sociais e históricas do momento em que estão inseridos. Há, portanto, vários aspectos que interferem à viabilidade desta prática. Assim, eles e elas escrevem com base no referencial do tempo presente em que vivem, nas suas condições subjetivas e objetivas de existência, nas oportunidades de afirmação, relativamente a outros autores e autoras vinculadas ao mesmo momento.

No entanto, as definições sobre o que é a “autora” e a “obra” não são fixas. Isto é, em alguns casos, produtores e seus produtos podem assumir diferentes sentidos e serem redefinidos seus valores, classificações, desclassificações e até reclassificações. O que justifica indagar sobre os modos como autores e textos são lidos, interpretados, recebidos e reapropriados em diferentes momentos e configurações sócio-históricas.¹

Sendo assim, esta pesquisa procura situar Maria Firmina dos Reis, suas condições de produção e textos, bem como analisar processos históricos e sociais que proporcionaram a emergência de novos discursos sobre esta “professora e escritora”, do início da década de 1970 ao período recente. Neste caso, procuramos apresentar configurações e reconfigurações que, de alguma forma, interferiram e interferem nas formas como intérpretes ou reanimadores de Firmina se relacionam com concepções de cultura e de causas políticas consideradas legítimas e urgentes.

¹ Em relação à obra da professora e escritora oitocentista, a noção de obra somente é “aparentemente, trata-se da soma dos textos que podem ser denotados pelo signo de um nome próprio” (FOUCAULT, 1977, p. 19). Conceituar a “obra” de um autor ou autora é algo complexo, uma vez que sob seu “nome próprio” é construído a partir de condições, processos e apropriações diversas.

Maria Firmina dos Reis escreveu um romance (publicado em livro), contos (em formato de folhetins), charadas (para jornais), o hino de libertação dos escravos (em comemoração à abolição), um livro de poemas e um diário íntimo. Esse conjunto de textos pode ser considerado sua obra? A obra pode ser tomada como um todo homogêneo? O que um autor escreve para o público e o que escreve, como um diário, para sua intimidade, podem ser atribuídos a um mesmo conjunto?

É preciso pôr em suspenso as unidades que se impõem da forma mais imediata – as do livro e da obra. (...) A constituição de uma obra completa ou de um *opus* supõe um certo número de escolhas teóricas, que não é fácil justificar, nem mesmo formular: basta adicionar aos textos publicados pelo autor os que ele projetava enviar para impressão e que permaneceram inacabados apenas em virtude da morte? É preciso, também, integrar tudo que é rascunho, desejo inicial, correções e rasuras das obras? É preciso adicionar os esquemas abandonados? E que estatuto dar às cartas, às notas, às conversações relacionadas, aos propósitos transcritos pelos auditores, enfim, a essa imensa multidão de traços verbais que um indivíduo deixa em torno de si no momento de sua morte...? (FOUCAULT, 1971, pp 18-20).

Uma primeira análise da trajetória da autora em relação ao contexto social e histórico ao qual pertence, se faz necessário para a compreensão de sua “obra”, do conjunto de seus textos, pois “a produção intelectual está *naturalmente* inserida na trajetória do autor – é parte dela, submete-se às suas inflexões e, ao mesmo tempo que a sustenta, é sustentada por ela. Reconstituir a trajetória é, pois, a primeira tarefa a ser cumprida” (CASTRO FARIA, 2002, p. 25).²

A “obra” não é uma unidade homogênea. Portanto, sob o nome de uma mesma autora, embora seja possível encontrar traços do que podemos considerar o “estilo” da autora, também encontramos, num primeiro momento, as fases distintas em seu discurso, marcadas no tempo, de acordo com a própria vida da escritora. E, num segundo momento, encontram-se as leituras, interpretações ou até esquecimentos direcionados à figura e à “obra”. Nas duas direções, é preciso considerar a posição social que o/a escritor/a ocupa na sociedade, que determinará a forma como a linguagem poderá ser utilizada, tendo maior ou menor valor, assim como o poder de apelo do discurso e a autoridade de quem o produz

O uso da linguagem, ou melhor, tanto a maneira como a matéria do discurso, depende da posição social do locutor que, por sua vez, comanda o acesso que se lhe abre à língua da instituição, à palavra oficial, ortodoxa, legítima. O acesso aos instrumentos legítimos de expressão e, portanto, a participação no quinhão de

² A trajetória da autora em relação às suas publicações e ao contexto social e histórico em que viveu, está devidamente analisada no capítulo 3; e na TABELA 6 (Acontecimentos históricos e sociais do século XIX brasileiro X produção cultural e acontecimentos da vida de Maria Firmina dos Reis), p. 108.

autoridade institucional, está na raiz de *toda* a diferença – irreduzível ao próprio discurso (BOURDIEU, 2008, p. 87).

Quanto mais alta a posição social do locutor (escritor / autor), mais seu discurso será considerado legítimo, sendo mais valorizado, tendo mais ouvintes / leitores, pois “as condições a serem preenchidas para que um enunciado performativo tenha êxito se reduzem à adequação do locutor (ou melhor, de sua função social) e do discurso que ele pronuncia” (BOURDIEU, 2008, p. 89).

Embora Maria Firmina tenha publicado dois livros (um romance e um de poemas), contos em formato de folhetins em jornais ludovicenses da época, além de charadas e participado do Parnaso Maranhense, seus escritos ficaram restritos ao Maranhão, em especial São Luís e Guimarães, onde viveu a maior parte da vida. Depois de seu falecimento em 1912, ficou “esquecida” até a década de 1970, quando iniciaram as primeiras republicações de seu romance *Úrsula*. É possível considerar que Maria Firmina estava fora do cânone da época, por isso, seu discurso não era considerado autorizado, legítimo, sendo “esquecido”.

A linguagem de autoridade governa sob a condição de contar com a colaboração daqueles a quem governa, ou seja, graças à assistência dos mecanismos sociais capazes de produzir tal cumplicidade, fundada por sua vez no desconhecimento, que constitui o princípio de toda e qualquer autoridade (BOURDIEU, 2008, p. 91).

Como será analisado nos dois primeiros capítulos, as mulheres do século XIX e a população negra (escravizada) estavam fora da *ordem do discurso* autorizado, legítimo. Maria Firmina era uma mulher afrodescendente, neta de ex-escrava. São esses os dois fatores mais relevantes para o processo de “redescoberta” da autora e de sua “obra”, em especial de seu livro *Úrsula*, que conta o maior número de trabalhos acadêmicos, como veremos, pois, além de ser o primeiro livro a tratar da temática abolicionista, foi o primeiro do gênero escrito por uma mulher negra e afrodescendente. No entanto, como veremos, ela originalmente também contou com alguns suportes sociais que viabilizaram seus investimentos e distinção em relação a outras mulheres negras em posições mais precárias. Portanto, já detinha algumas condições positivas de “raridade” em relação a outras mulheres e homens que compunha a sociedade e intelectualidade maranhense no mesmo período (REIS, 2014).

Elementos à delimitação do universo empírico

O destaque assumido pela escritora maranhense oitocentista Maria Firmina dos Reis, que conta com uma expressiva quantidade de pesquisas acadêmicas sobre ela e novas

republicações, sobretudo, de seu principal romance, *Úrsula*, é particularmente forte desde os anos 1980 até o momento atual.

Nascida em São Luís, filha ilegítima de pai branco e mãe ex-escrava, Maria Firmina pertencia a uma família de poucas posses. Tornou-se professora primária aos 22 anos em outra cidade do Maranhão, Guimarães, onde fora morar após ser aprovada em concurso para a vaga de professora de Primeiras Letras. Lecionou até 1881. Um ano antes de deixar o magistério, criou uma sala de aula mista. Morreu na mesma cidade, aos 92 anos. Criou 11 crianças, entre adotadas e afilhadas, algumas filhas de escravos.

Após à publicação de *Úrsula* (1859), considerado hoje o primeiro romance abolicionista brasileiro de autoria feminina, Firmina passou a colaborar em jornais locais com textos poéticos, com um primeiro poema utilizando as iniciais M.F.R no jornal *A Imprensa*. Em 1861, é convidada a participar da antologia poética *Parnaso Maranhense*, organizada Gentil Homem de Almeida Braga³, e o jornal *O Jardim das Maranhenses* publica seu segundo trabalho, o conto *Gupeva*, de temática indianista, vinculado em forma de folhetim. Em 1863, o jornal *Porto Livre* republica *Gupeva*. Em 1865, Firmina lança novos poemas e, uma vez mais, *Gupeva* é reimpresso, agora pelo jornal *Echo da Juventude*. Em 1871, os poemas *Cantos à beira-mar* são publicados pela *Tipografia do País*, em São Luís. Mais tarde, em 1887, a escritora lança no jornal *A Revista Maranhense*, além de novos poemas, o conto *A escrava*, em que descreve o funcionamento de uma rede antiescravista, articulada entre São Luís e Rio de Janeiro, cujos membros escondiam cativos fugidos e de maneira rápida e legal, lhes compravam a liberdade (TELLES, 2010, p. 414-5). Escreveu também, em 1888, o *Hino de libertação dos escravos* (ZIN, 2022).

Os textos de Maria Firmina permaneceram ignorados por grande parte dos brasileiros, até que o romance *Úrsula* foi descoberto num sebo carioca pelo bibliófilo Horácio de Almeida, em 1962, que o doou ao Governo do Maranhão em 1975; outros trabalhos de Firmina foram encontrados por José Nascimento Morais Filho, na Biblioteca Pública Benedito Leite, em São Luís, em 1973. Ela foi biografada por José Nascimento Morais Filho, em 1975, ano em que saiu o artigo *A primeira romancista brasileira*⁴, de Josué Montello, no

³ Gentil Homem de Almeida Braga (1835-1876), ou Flávio Reimar, seu pseudônimo, foi um jurista, poeta e escritor brasileiro. Trabalhou com a publicação de folhetins durante toda a vida, o que o tornou bastante popular em São Luís e nos arredores. É também um dos patronos da Academia Maranhense de Letras (AML).

⁴ MONTELLO, Josué. *A primeira romancista brasileira*, Jornal do Brasil, 11 de nov. de 1975. Republicado em Madrid, Espanha, com o título *La primera novelista brasileña*, Revista Cultural Brasileña, num. 41, junho de 1976.

Jornal do Brasil. Atualmente é considerada por diversos críticos a primeira romancista abolicionista brasileira.

Úrsula não é apenas o primeiro romance abolicionista da literatura brasileira, é também o primeiro da literatura afro-brasileira, entendida como produção de autoria afrodescendente, que tematiza a negritude a partir de uma perspectiva interna e comprometida politicamente em recuperar e narrar a condição do negro em nosso país (DUARTE, 2004, p. 279).

Podemos sustentar a relevância sociológica da análise de Maria Firmina dos Reis e de sua consagração social operada por intérpretes autorizadas (os) da obra e da “personalidade singular”, que combinam confirmações de atributos intelectuais com raridades⁵ que lhe garante o lugar de “ícone”.

Observamos que das condições de emergência que possibilitaram a retomada de discursos sobre a escritora, são especialmente imprescindíveis a afirmação das temáticas de gênero e das questões étnico-raciais, conduzida por movimentos feminista e o negro. Portanto, propomos que a consolidação de porta-vozes e identificações criadas a partir de reivindicações de reconhecimentos, espaços de voz e de bandeiras de luta oportunizaram a redescoberta e enaltecimento de Firmina como modelo a ser dignificados⁶.

A presente pesquisa também é socialmente relevante, uma vez que após um período de apagamento – principalmente em fins dos anos 1980 – atualmente a escritora adquiriu destaque, tendo inúmeros trabalhos acadêmicos em diferentes áreas do saber (História, Letras e Ciências Sociais), que a colocam em evidência de maneiras muito semelhantes: a partir da questão da literatura afrodescendente, do “pioneirismo” enquanto primeira mulher a publicar um romance no Brasil, da questão de ser uma mulher afrodescendente e da diferença entre seu abolicionismo e de outros autores abolicionistas do período.

Hoje, nos meios acadêmicos, Maria Firmina tem sido objeto de pesquisas diversas, como as realizadas por Algemira de Macêdo Mendes, *A escrita de Maria Firmina dos Reis na literatura afrodescendente brasileira: revisitando o cânone* (2016); Jarid Arraes, *Heroínas brasileira em 15 cordéis* (2017); com um artigo dedicado a escritora maranhense, Lucciani M. Furtado, *Memorial de Maria Firmina dos Reis* (2017), uma edição comemorativa do

⁵ Reis (2014) discute a tripla raridade de mulheres que ocupam lugares de poder: são raras em relação às mulheres em geral, pois acumulam condições de ingresso em domínios dominados por homens; raras em termos numéricos nesses domínios; e, entre os pertencentes, são raras porque acumulam recursos de distinção em relação a outros homens e mulheres presentes nos mesmos domínios de atuação nos quais investem.

⁶ Para uma análise de processos e condicionantes de dignificação retrospectiva de “ícones”, ou seja, indivíduos aos quais são atribuídas características tão singulares quanto pertinentes à afirmação dos próprios reanimadores da sua “memória” e qualificações, ver Reis e Grill (2022)

centenário de falecimento da autora; Constância Lima Duarte, *Maria Firmina dos Reis, faces de uma precursora* (2018); Rafael Balseiro Zin, *Maria Firmina dos Reis: a trajetória intelectual de uma escritora afrodescendente no Brasil oitocentista* (2018), Lucciani M. Furtado, *Memorial de Maria Firmina dos Reis: prosa completa e poesia – Livro 2* (2019), André Oliveira, *Maria Firmina: a menina abolicionista – livro infanto-juvenil* – (2022), Agenor Gomes, *Maria Firmina dos Reis e o cotidiano da escravidão no Brasil* (2022), entre diversos outros.

Recentemente também foram feitas novas publicações do romance *Úrsula*, como as edições de 2018 da Editora Taverna, da Editora Zouk, da Editora PUC Minas, da Editora Leitura XXI – edição comentada, pois a UFRGS incluiu na sua lista de leituras obrigatórias para o vestibular 2019 o romance – e da Penguin Editora; além de edições em 2019, 2020 e 2022, como veremos. Em novembro de 2018 a Revista *Carta Capital* publicou um artigo sobre a escritora, intitulado *Maria Firmina dos Reis e a redescoberta da literatura brasileira*.⁷

Esse aspecto, em um primeiro olhar, pode ser considerado como um possível empecilho à pesquisa, uma vez que muito já se falou ou se tem falado sobre Maria Firmina dos Reis. Entretanto, nosso enfoque não recai especificamente sobre a autora em questão. Não se procura reavaliar seus textos e sua trajetória. Nossa proposta de análise é justamente compreender a centralidade conquistada e expressa nessa grande quantidade e variedade de pesquisas relacionadas à “autora” e sua “obra”.

Afinal, por que mulheres autoras negras como Maria Firmina dos Reis vêm sendo revisitadas nos últimos anos? Quais os aspectos sociais que possibilitaram essa demanda por pesquisas relacionadas a autoras como Firmina? Quais os processos históricos permitiram que esse interesse por textos, autoras e figuras femininas, negras, periféricas, muitas vezes tão distantes de nossos tempos, fosse tão latente nos últimos anos nos meios acadêmicos? São questões como essas que esta pesquisa tem por foco buscar possíveis ponderações.

Os trabalhos feitos a respeito de Maria Firmina, até o momento, não analisam as apropriações e reapropriações sobre Maria Firmina elaborados sobre a autora, desde sua “redescoberta”. As pesquisas a respeito de Firmina (artigos científicos, monografias, dissertações, teses, prefácios e posfácios nas reedições de *Úrsula*, livros, capítulos de livros,

⁷ Disponível em <https://www.cartacapital.com.br/blogs/dialogos-da-fe/maria-firmina-dos-reis-e-a-redescoberta-da-literatura-brasileira?fbclid=IwAR0kPiE4-i1WCqOdDBksqhF3pjR08q47Mt8-WKwgMeDzqYFJsejsLyc1JM>, acesso em 17 de março de 2019.

artigos em jornais e revistas eletrônicas, entre outros) dedicam-se quase que exclusivamente a:

1. analisar algum de seus textos, principalmente o romance *Úrsula* e os contos *Gupeva* e *A escrava*, e muito pouco de seus poemas;
2. tratar de relações de gênero, ora em virtude de a escritora ter vivido em um período que dificultava o acesso das mulheres à escrita, ora analisando o gênero em seus textos;
3. tratar do abolicionismo a partir da comparação com outros autores abolicionistas do período (como Gonçalves Dias, por exemplo);
4. Tecer uma análise de literatura comparada entre Maria Firmina e outras autoras mulheres, muitas também afrodescendentes;
5. analisar as questões relacionadas ao “pioneirismo”, uma vez que *Úrsula* é considerado o primeiro romance brasileiro, o que ainda é redirecionado para a problemática de gênero e da literatura afrodescendente, pois Firmina era mulher e negra no século XIX.

Esses temas algumas vezes não são analisados separadamente, em muitas dos trabalhos que aqui sistematizaremos, geralmente, essas dimensões estão imbricadas.

Destaca-se que a maior parte dos trabalhos acadêmicos (dissertações e teses) são da área de Letras (ver tabela 15)⁸, sendo que grande parte deles analisam o romance *Úrsula*. Esse livro ganhou grande destaque, em especial a partir dos anos 1990, a partir das pesquisas feitas por mulheres sobre mulheres “apagadas” ou “esquecidas” na história. Como uma forma de “resgate” das mesmas. A partir dos anos 2000, com o fortalecimento dos movimentos sociais de luta pelos direitos dos negros e do lugar das mulheres na produção literária legítima, o romance *Úrsula* passou a ser percebido como uma grande “obra”, de uma mulher negra.

Elementos à delimitação do referencial analítico

Como ponto de partida para esta pesquisa, assumimos dimensões de análise associadas à sociologia histórica proposta por Norbert Elias. Principalmente, procuramos adotar uma perspectiva processual e de longo prazo para a compreensão de configurações sucessivas de contextos históricos, perspectivas, comportamentos e constrangimentos, que unem indivíduos e grupos em cadeias de interdependências mútuas e móveis.

Para Elias, a análise deve compreender como as configurações sociais e históricas são constituídas por relações de convergências, de lutas, conflitos e exclusão entre indivíduos, resultando em situações inesperadas e provisórias. Portanto, com este autor podemos pensar

⁸ Das 55 pesquisas, 37 são da área de Letras.

os processos históricos, com mudanças, rearranjos e permanências, que interferem em como os indivíduos e suas práticas se vinculam e se redefinem no decorrer do tempo.

Combinamos as orientações de Elias a dimensões de análise sugeridas no referencial analítico de Pierre Bourdieu. Vamos detalhar o esquema do cientista social francês, ressaltando suas potencialidades, sobretudo ao estudo da “cultura” e dos “intelectuais”. Mas também, seguindo as problemáticas desenvolvidas no LEEPOC (Laboratório de Estudos sobre Elites Políticas e Culturais), é primordial observar seus limites ao estudo da “realidade” sobre a qual nos dedicamos. E assumir flexibilizações e alternativas de análise pertinentes (GRILL; REIS, 2018).

Inicialmente, podemos considerar as três operações relacionais ao estudo dos produtores de bens intelectuais/culturais propostas por Bourdieu (1996): a análise da posição do campo pesquisado em relação ao campo de poder maior e de sua evolução no decorrer do tempo; a análise da estrutura interna do campo estudado, ou seja, a compreensão das estruturas objetivas entre as posições dos agentes que estão em situação de concorrência e, por fim; a análise da gênese do *habitus* dos agentes que ocupam posições nesse campo (p. 243).

Isso indica que uma sociologia que se detenha sobre intelectuais/produtores culturais, deve primar por reconstruir a gênese do campo analisado. Esse processo de reconstrução genética deve ser capaz, segundo Bourdieu, de observar a origem do processo que deu possibilidades de nascimento do campo e de como se deu seu processo de evolução/mudança ao longo de cada momento histórico particular. É fundamental analisar os processos históricos, as disputas sociais, as crenças, valores, *habitus* quando da criação desse campo. Pois: “compreender a gênese social do campo literário, da crença que o sustenta, do jogo de linguagem que aí se joga, dos interesses e das apostas materiais ou simbólicas que aí se engendram [...] É simplesmente olhar as coisas de frente e vê-las como são” (BOURDIEU, 1996, p. 15). O estágio em que se encontra um campo é compreendido em função do seu maior ou menor grau de autonomia ou heteronomia e “com isso, o estado das relações de força que aí se instauram) varia consideravelmente segundo as épocas e segundo as tradições nacionais” (BOURDIEU, 1996, p. 250). Neste caso,

Ele é proporcional ao capital simbólico acumulado no decorrer do tempo pela ação das gerações sucessivas (valor conferido ao nome de escritor ou de filósofo, licença estatutária e quase institucionalizada de contestar os poderes etc.). É em nome desse capital coletivo que os produtores culturais sentem-se no direito e no dever de ignorar as solicitações ou as exigências dos poderes temporais, ou até de as combater invocando contra elas seus princípios e suas normas próprias (BOURDIEU, 1996, p. 250).

A herança cultural acumulada pelo campo pode dar uma falsa ideia de linearidade histórica do campo, ou seja, a impressão de que o campo é o mesmo, com as mesmas regras, valores e *habitus* desde sua origem. Contudo, os campos são constituídos, organizados e reorganizados a partir dos conflitos e das tensões que ocorrem em seu interior, através das relações e das oposições entre os agentes que o compõe. Por isso, ao longo do tempo seu *habitus* pode variar, sendo necessário, para compreensão dessas relações de força que geram mudanças, a análise da dimensão histórica processual e de um estudo relacional do campo com o campo de poder mais amplo.

Sendo a sociologia genética de Bourdieu uma sociologia relacional, segundo seu esquema analítico, o produtor cultural e sua produção só existem vinculados a uma rede de relações que define a posição de cada um em relação à posição dos outros no campo. “O pensamento relacional permite, ao mesmo tempo, repelir a ideia do indivíduo isolado, do gênio singular e também a ideia de uma universalidade das categorias que espontaneamente se utilizam para pensar, discutir, qualificar as obras intelectuais ou estéticas” (CHARTIER, 2002, p. 140).

Segundo Bourdieu, o campo é “universo que obedece às suas próprias leis de funcionamento e de transformação, isto é, a estrutura das relações objetivas entre as posições que aí ocupam indivíduos ou grupos colocados em situação de concorrência pela legitimidade” (1996, p. 243). A análise da estrutura interna de um campo é necessária para se definir o *habitus*, a *doxa*, o *nomos* e a *illusio* que regem esse campo.

O *habitus* é a maneira que os integrantes de um campo têm de perceber o mundo interno e externo a esse campo. Ele é composto por três dimensões que precisam ser analisadas para compreensão total do *habitus* do campo: o *ethos* (valores praticados pelos agentes, dimensão normativa), o *hêxis* (princípios interiorizados pelo corpo, como posturas, expressões corporais, dimensão corpórea-afetiva), e o *eidos* (modo de pensar específico, a dimensão cognitiva). A *doxa* é uma espécie senso comum, a opinião consensual dos agentes do campo, ou seja, aquilo com que todos os agentes estão de acordo. O *nomos* são as leis gerais de funcionamento do campo, todo campo historicamente constituído possui leis gerais que o governam, e que podem ser diferentes em momentos históricos distintos. Por fim, a *illusio* é o encantamento do microcosmo vivido como evidente, o produto não-consciente da adesão à *doxa* do campo, das disposições primárias e secundárias, o *habitus* específico do campo, da cristalização dos seus valores, do ajustamento das esperanças às possibilidades limitadas que o campo nos oferece (BOURDIEU, 2001, p. 111). As lutas pelo monopólio da

definição do modo de produção cultural legítimo contribuem para reproduzir continuamente a crença no jogo, o interesse pelo jogo e pelas apostas, a *illusio*, da qual são também o produto.

A análise da gênese do *habitus* dos agentes e das instituições posicionadas dentro do campo, deve ser feita levando em consideração que esse *habitus* é “o produto de uma trajetória social e de uma posição no interior do campo” (BOURDIEU, 1996, p. 243). Voltar a atenção para a compreensão da gênese do *habitus* dos agentes é perceber que esses agentes são objetivamente relacionados à posição social que ocupam. Para estudo desse *habitus* alguns elementos precisam ser levados em consideração, como o capital acumulado pelo agente, seus recursos econômicos, simbólicos, culturais que ele pode utilizar para conservar sua posição e/ou alcançar posições mais elevadas dentro do campo e a trajetória social do agente. Bourdieu dá ênfase ao conceito de trajetória social, diferente de biografia, pois:

a biografia construída não pode ser mais que o último momento da progressão científica: com efeito, a *trajetória social* que ela visa reconstituir define-se como a *série das posições* sucessivamente ocupadas por um mesmo agente ou por um mesmo grupo de agentes em espaços sucessivos (BOURDIEU, 1996, p. 292, grifos do autor).

Estudar a trajetória de um autor antes de adentrar um domínio literário e mesmo a trajetória de inserção em determinados domínios sociais, deve primar por uma análise relacional, que considera as características dos agentes, dos seus trânsitos, dos seus aliados e oponentes, diretos ou não. Assim, para se precaver contra *ilusão biográfica*, deve-se situar claramente os agentes em seu grupo social, procurando narrar criticamente e delinear a construção diacrônica de sua *trajetória*.

Há diferença entre seu conceito de biografia em Bourdieu e a maneira como este é comumente empregado. A rigor, não existe uma sequência cronológica e lógica dos acontecimentos e ocorrências da vida de um indivíduo. Os eventos biográficos não seguem uma linearidade progressiva e de causalidade, linearidade que ligue e dê sentido a todos os acontecimentos narrados por uma pessoa. Eles não se concatenam em um todo coerente, coeso e atado por uma cadeia de inter-relações: esta construção é realizada *a posteriori* pelo indivíduo ou pelo pesquisador no momento em que produz um relato oral ou uma narrativa. Contra a criação da *ilusão biográfica*, deve-se situar claramente os agentes em seu grupo social, procurando narrar criticamente e delinear a construção diacrônica de sua *trajetória*. E essa construção da trajetória só é possível mediante a reconstrução da gênese do *habitus* dos agentes.

A sociologia bourdieusiana, profundamente relacional, estuda os acontecimentos de vida a partir de sua relação com os estados correspondentes da estrutura do campo, pois essa

estrutura do campo determina, para cada momento, um sentido social dos acontecimentos de vida dos agentes. Por isso, é imprescindível uma análise dos capitais detidos pelo agente, uma vez que seu deslocamento e colocações dentro do campo se relacionam com os capitais que possui. Deve-se corrigir, portanto, a tendência de tomar a identidade nominal das variáveis, assumindo que seus efeitos são lineares e esquecendo que cada variável da rede de relações influencia todas as outras.

Tentar compreender uma carreira ou uma vida como uma série única e em si suficiente de acontecimentos sucessivos sem outro elo que não a associação a um 'sujeito' cuja constância não pode ser mais que a de um nome próprio socialmente reconhecido é quase tão absurdo quanto tentar explicar um trajeto no metro sem levar em conta a estrutura da rede, isto é, a matriz das relações objetivas entre as diferentes estações (BOURDIEU, 1996, p. 292).

Analisando o *habitus* dos agentes e seus deslocamentos e (re)colocações a partir da trajetória no campo, que está relacionada com os capitais detidos, é possível perceber os *espaços dos possíveis* que se apresentem ao agente, ou seja,

o espaço das tomadas de posição realmente efetuadas tal como ele aparece quando é percebido através das categorias de percepção constitutivas de certo *habitus*, isto é, como um espaço orientado e preenchido das tomadas de posição que aí se anunciam como potencialidades objetivas, coisas 'a fazer', 'movimentos' a lançar, revistas a criar, adversários a combater, tomadas de posição estabelecidas a 'superar' etc. (BOURDIEU, 1996, p. 265).

O *espaço dos possíveis* é aquele disponível ao agente para as tomadas de posição dentro do campo. Seu capital acumulado fornecerá o espaço dentro do qual poderá se movimentar para fazer escolhas objetivas, quanto maior o capital, mais espaço o agente tem de se movimentar para tomadas de posição. “É nos *interesses* específicos associados as diferentes posições no campo literário que é preciso buscar o princípio das tomadas de posições literárias (etc.), ou mesmo das tomadas de posição políticas no exterior do campo” (BOURDIEU, 1996, p. 262, grifo do autor). Portanto, a relação entre a lógica específica do campo, compreendido como espaço de posições e de tomadas de posição a partir do espaço dos possíveis, que se pode compreender adequadamente a forma que as forças externas podem tomar, ao termo de sua retração segundo essa lógica, quer se trate das determinações sociais que operam através dos *habitus* dos produtores que elas moldaram de maneira duradoura, quer daquelas que se exercem sobre o campo no momento mesmo da produção da obra, como uma crise econômica ou um movimento de expansão, uma revolução ou uma epidemia (BOURDIEU, 1996, p. 262).

Quanto maior o grau de *refração* do campo, maior sua autonomia em relação ao campo de poder mais amplo (BOURDIEU, 2004, p. 22). Isso remete ao fato de que os campos

são espaços de luta interna, mas também externas. A estruturação de um campo lhe permite estabelecer regras que regulam seu espaço interno e ao mesmo tempo impedem que fatores exteriores o atinjam. A razão do campo permite que haja uma refração; essa refração é reflexo do seu grau de autonomia.

A ciência da obra de arte tem então por objeto próprio *a relação entre duas estruturas*, a estrutura das relações objetivas entre as posições no campo de produção (e entre os produtores que as ocupam) e a estrutura das relações objetivas entre as tomadas de posição no espaço das obras. Armada da hipótese da homologia entre as duas estruturas, a investigação pode, instaurando um vaivém entre os dois espaços e entre as informações idênticas que aí são propostas sob aparências diferentes, acumular a informação revelada *a um só tempo* pelas obras lidas em suas inter-relações e pelas propriedades dos agentes, ou de suas posições, também elas apreendidas em suas relações objetivas: tal estratégia estilística pode, assim, fornecer o ponto de partida de uma investigação sobre a trajetória de seu autor e tal informação biográfica incitar a ler de maneira diferente tal particularidade formal da obra ou tal propriedade de sua estrutura (BOURDIEU, 1996, p. 264, grifos do autor).

O complexo esquema analítico bourdieusiano, para análise dos produtores culturais e de seus produtos, é relacional, impõe ao pesquisador a análise da gênese do campo e sua relação historicamente objetivada com o campo de poder mais amplo, o funcionamento interno do campo e o *habitus* dos agentes que compõem o campo. O objetivo da investigação é conhecer as estruturas do campo, tanto no que elas determinam as relações internas do campo, quanto no que estas estruturas são determinadas por estas relações. Deve-se buscar as correspondências estruturais entre a posição dos agentes e instituições, mediante o recorte da sua posição relativa e da estrutura de relações objetivas entre as posições: concorrência, autoridade, poder, legitimidade, a partir dos capitais detidos pelo agente, de seu *habitus* e de sua trajetória.

Aplicando o referencial analítico de Bourdieu, Gisèle Sapiro (2018) demonstrou, em seu texto *A razão literária: o campo literário francês sob ocupação 1940-1944*, que as características gerais que definem o campo literário estão presentes no caso francês mesmo em uma situação de crise, como a da ocupação nazista na França.

Sapiro localiza o campo de poder específico – literário – dentro do campo de poder mais amplo – o campo político francês do período analisado. A gênese do campo literário francês não é feita nesse artigo específico, porém, Sapiro, em textos anteriores construiu essa gênese demonstrando a autonomia relativa do campo em relação ao campo de poder maior, além dos processos de institucionalização e profissionalização dos agentes do campo literário francês.

Embora o processo de ocupação seja um momento de crise, onde “a política pesa mais do que de costume, *a fortiori*, sobre os profissionais da escrita” (SAPIRO, 2014, p. 136), segundo Sapiro é possível perceber que no campo literário francês subsiste sua autonomia, comprovada pelo fato de os escritores “continuarem para além das fronteiras geográficas, políticas ou legais, a dialogar, a polemizar, a posicionaram-se uns relativamente aos outros” (SAPIRO, 2014, p. 135).

Sapiro analisa a conjuntura do campo literário francês no período da Ocupação alemã durante a Segunda Guerra Mundial, primeiramente, relacionando o campo literário francês ao campo de poder mais amplo, o da política, que em tempos de guerra e de uma ocupação, é o que mais exerce seu poder coercitivo sobre os demais campos. Essa relação é importante para perceber o duplo movimento que ocorre: como o campo literário muda e se adequa a nova realidade sócio-histórica e como o campo político compreende e exerce seu poder sobre o campo literário.

Há escritores que colaboram com o governo instaurado, outros que são clandestinos, escrevendo contra a situação atual da França, alguns que preferem seguir as regras estéticas do campo, outros que se politizam, uns que ficam em silêncio e outros que bradam ao mundo suas ideias. As lutas pela (re)definição do campo literário fazem parte de sua constituição. São elas que precisam ser analisadas e compreendidas ao longo do tempo histórico para entendimento das lógicas de funcionamento do mesmo. É o que problematiza Sapiro ao demonstrar que há lutas internas dentro do campo literário francês sob Ocupação, principalmente entre os defensores da “arte pela arte”, que acreditam que a literatura não deve tratar de assuntos políticos e aqueles que defendem uma arte engajada. Dentro desses dois grupos há ainda outros, como os que escrevem em favor do governo instaurado e aqueles que professam em favor do “espírito francês”.

As posições dos agentes, suas tomadas de posição, as defesas que fazem em favor de suas crenças e valores, de seu *habitus*, são demonstrações de que o campo literário francês, mesmo sob a Ocupação, persiste com certa autonomia. Essas posições são vistas de modo relacional. Outro fator importante é o local em que publicam, quais revistas e jornais, isso diz muito sobre o discurso e posicionamento do autor. Segundo a socióloga, um dos indicadores de autonomização do campo literário francês mesmo diante desse período de crise, é o fator de *refração*, ou seja, a política entra no campo intelectual, mas é retraduzida em literatura – contrária ou a favor, silenciosa ou discutida. Igualmente, toma como indicador as instâncias de consagração, que mesmo na situação de crise política e econômica, não deixam de exercer seu papel, embora as instituições estejam sob controle do campo de poder político. As

instituições não deixam de existir, embora percam sua força e, em alguns casos, legitimidade. É nesse processo de desinstitucionalização que os agentes ganham força à medida que as instituições a perdem.

Uma das apostas centrais das rivalidades literárias (etc.) é o monopólio da legitimidade literária, ou seja, entre outras coisas, o monopólio de dizer com autoridade quem está autorizado a dizer-se escritor (etc.) ou mesmo a dizer quem é escritor e quem tem autoridade para dizer quem é escritor; ou, se preferir, o monopólio do *poder de consagração* dos produtores ou dos produtos (BOURDIEU, 1996, p. 253).

Como Sapiro, o sociólogo brasileiro Sérgio Miceli também utiliza em suas pesquisas o referencial teórico bourdieusiano.

Ele examinou, por exemplo, como ocorrem algumas das disputas em torno da legitimidade dentro do campo literário argentino no período analisado, essas disputas, alinhadas às trajetórias dos agentes que estão dentro e fora do campo, aos seus *habitus*, aos meios através dos quais publicaram, ao público ao qual destinavam sua produção e às configurações e reconfigurações sócio-históricas, demonstram as posições e tomadas de posições dos agentes que estão dentro do campo, querendo manter seu domínio e legitimidade e aqueles que disputam a entrada nesse mesmo campo.

Podemos problematizar essas aplicações levando em conta as reflexões de Silvia Sigal (2012) para a mesma configuração nacional. A autora “discute as conexões entre os intelectuais e o poder na Argentina, indagando sobre o lugar que os intelectuais ocupam no mundo político e o lugar ocupado pelo político no mundo intelectual” (SIGAL, 2012, p. 51). Para tanto, lança mão da análise das relações entre intelectuais e política a partir da compreensão das relações históricas construídas entre as duas esferas, demonstrando que os discursos dos intelectuais, discurso de um saber autorizado a falar sobre algo, permitiu investimentos no sentido da intervenção política por parte desses intelectuais.

Essa relação entre intelectuais e política, a partir da análise das configurações históricas próprias da Argentina, permitiu a autora demonstrar a fraca autonomia relativa entre os campos político e intelectual, constituindo assim um campo periférico, onde ambas as esferas se inter-relacionavam. Ela flexibiliza o conceito de *campo* sem abdicar do modelo bourdieusiano, problematizando as relações históricas existentes entre o intelectual e o político. Segundo Sigal, havia práticas que justificavam para os intelectuais deterem um saber que os autorizava a intervir politicamente, uma vez que existia imbricações entre o campo intelectual e o político, o que evidenciava “a vulnerabilidade da diferenciação entre as esferas sociais e a constituição de um *campo cultural periférico*” (SIGAL, 2012, p. 51).

Antes disso, as pesquisas de Miceli sobre os intelectuais e artistas brasileiros notabilizaram as apropriações do sociólogo francês a uma sociologia da cultura brasileira.

Miceli contribuiu para a consolidação, nas últimas quatro décadas, de uma área de pesquisa voltada, na Sociologia da Cultura baseada no estudo de intelectuais e artistas brasileiros consagrados. O livro *Intelectuais e Classes Dirigentes no Brasil (1920-45)*, de 1979, coloca-se de forma central nesse programa.

Analisando as relações dos intelectuais com as classes dirigentes como estratégicas para a explicação das posições por eles assumidas no “mercado de postos” em expansão na sociedade brasileira entre 1920 e 1945, em especial nas estruturas de poder do Estado, Miceli expõe a base dos interesses implícitos historicamente cultivado por esses agentes a respeito de si próprios. Ele compreende a produção sociológica da época como fortemente marcado pelas perspectivas macro de análise dos processos sociais de longa duração, como a formação do capitalismo dependente no Brasil, por exemplo. Segundo Miceli, seu trabalho se filia “à tradição de uma história social das classes encaradas do ângulo de sua dinâmica interna, vale dizer, dos processos que dão conta tanto dos padrões de identidade e do estilo de vida como das mudanças e clivagens que presidem sua diferenciação em grupos e frações especializados” (1979, p. 247).

As relações entre os intelectuais e as classes dirigentes no Brasil na primeira metade do século XX são formuladas nos termos de uma ligação entre *posição social* e *estruturas de poder*, inscrevendo essas relações no contexto social da transição de formas tradicionais para modernas. A biografia como estratégia analítica para categorizar as relações entre posição social e estruturas de poder é justificada por Sergio Miceli: a reconstrução biográfica dos intelectuais permite, num “retrato de corpo inteiro”, flagrá-los nos “espaços de sociabilidade em que de fato se moviam e de onde extraíam a matéria-prima de suas obras e tomadas de posição” (1979, p. 411). O que resulta em uma reconstrução biográfica baseada em sistemática pesquisa empírica de fontes primárias (BASTOS; BOTELHO, 2010).

Seguindo formas semelhantes de apropriação do esquema bourdieusiano, Heloísa Pontes (2010) explorou “as intersecções entre espaço urbano, instituições acadêmicas, organizações culturais e formas de sociabilidade, por um lado, e suas inflexões na modelagem de distintas gerações de intelectuais, por outro” (201, p. 33). Aliando o estudo da gênese das trajetórias dos principais nomes da *Partisan Review*, revista publicada em Nova Iorque, lançada em 1937, e de como as reconfigurações sociais contribuíram para que os jovens escritores que estavam fora do campo literário tivessem oportunidade de se lançar e galgar espaços no campo. O mesmo ocorrendo com os integrantes da revista *Clima*, de São Paulo,

lançada em 1939. Pontes alia a relação entre a origem social (ou étnica) dos grupos envolvidos na formação das revistas, as transformações na estrutura social e no campo cultural das respectivas cidades (Nova Iorque e São Paulo) e a análise das trajetórias dos integrantes mais expressivos desses grupos.

Encaminhamentos desse tipo, principalmente baseados na aplicação rigorosa de uma concepção de *campo*, foram questionados na pesquisa realizada por Daniel Pécaut (1990). Isso porque ao partir da análise da “cultura política” brasileira, ressaltou a necessidade de considerar três aspectos principais: “o primeiro relaciona-se à maneira de definir a *posição social* dos intelectuais. [...] O segundo aspecto diz respeito às *representações do fenômeno político*. [...] O terceiro relaciona-se às *articulações entre o campo intelectual e a esfera política*” (PÉCAULT, 1990:18). O autor examinou a trajetória dos intelectuais brasileiros relacionados à política entre os anos de 1920 até a retomada da democracia em 1985. Analisando as mudanças sociais ao longo do período e as conjunturas políticas, que foram reflexos das configurações históricas e das tomadas de posição de determinados agentes políticos, Pécaut demonstra as mudanças nas tomadas de posição dos próprios intelectuais brasileiros que,

Conheceram as luzes da ribalta: como pensadores do social em 1930, como ideólogos do desenvolvimento em 1960, como ator político sob a ditadura. Foram panegiristas do Estado, seus interlocutores e seus adversários. A partir de 1982, percebem que vivem numa sociedade que já não se parece com a de 1960, e que eles próprios formam um mundo heteróclito. A partir de 1985, experimentam a democracia. Sua própria identidade só pode estar marcada pelo timbre da incerteza (PÉCAULT, 1990, p. 312).

Com base na análise de fontes documentais, textos produzidos por esses intelectuais e as reconfigurações históricas e as mudanças na política brasileira, Pécaut demonstra como esses intelectuais se entendiam como “intérpretes da nação” e porta-vozes legítimos das interpretações sobre o povo brasileiro, o que demonstra como o campo intelectual e o campo político estava imbricados, não havendo autonomia relativa do campo intelectual em relação ao campo de poder mais amplo.

Para Pécaut (1990, p. 21), esses intelectuais agiam como uma categoria socialmente sem vínculos, que estava desiludida com a República, e assim “sua politização não foi um pretexto para promover interesses próprios, mas, antes de tudo, expressava sua conversão para a ação política”. Em outras palavras, a desilusão com a política era justificativa para que os intelectuais assumissem um papel político.

Pécaut analisa, primeiramente, o processo de politização dos intelectuais entre os anos de 1920-40, demonstrando a relação pela qual os intelectuais reclamam para si próprios a

autoridade, perante o Estado, para executar sua missão, sua razão de ser definida por duas tarefas: forjar a “consciência nacional” e promover a “organização” social. O acesso dos intelectuais a posição de elite dirigente qualificava-se por sua capacidade em interpretar os sinais que demonstravam a existência de uma nação inscrita na realidade, ou seja, o intelectual seria aquele agente habilitado para acessar o real via conhecimento. Em um segundo momento, Pécaut se detém sobre a análise dos intelectuais entre os anos 1954-64, demonstrando que, nesse período, tinham uma ligação mais evidente com a esfera política. Analisa instituições e movimentos intelectuais, apontando o deslocamento de interesses por parte da intelectualidade que busca apagar as marcas de sua origem elitista, debruçando-se para as classes populares.

As análises de Pécaut e de Sigal convergiram nas formulações preocupada em compreender como *campos periféricos* (como o brasileiro), com menor grau de institucionalização e profissionalização, contrastam com aqueles dos *campos centrais*, que são constituídos por leis, disputas e *habitus* próprios. sejam analisados a partir de noções mais plásticas e flexíveis, porém, sem perder de vista a profundidade relacional exigida pelos conceitos de Bourdieu e, por outro lado, sem deixar de lado a análise da gênese de objetivação histórica desses *campos periféricos*.

Como é sabido, a relativa autonomia da produção cultural, seja científica, seja literária e artística, além de processo histórico, serve também como base de formulação conceitual, inclusive para a noção de “campo”. Isso pressupõe a existência de uma esfera com lógicas e princípios de concorrência e hierarquização próprios, o que implica relações entre os recursos sociais dos agentes e as tomadas de posição. Visto que, em condições periféricas, não haveria processo histórico nessa situação de relativa autonomização dos diferentes “campos”, as relações entre a constituição dos agentes ou suas respectivas estruturas de capital e disposições, e as tomadas de posição implicariam, em graus mais elevados, outras lógicas sociais (CORADINI, 2003, p. 126).

Assim, devemos considerar que os processos históricos que deram origem as estruturas sociais, políticas, econômicas, culturais, religiosas, entre outras, em países centrais – ocidente – é complexamente diferenciado daquele que originou as mesmas estruturas nos países periféricos. Ambas as regiões – centrais e periféricas – possuem processos históricos de formação política e identitária, contudo, os centros dominantes, colonizadores, deixaram suas marcas e influências nas periferias dominadas, de tal modo, que muitas das estruturas e instituições foram praticamente transpostas de uma região a outra através de estratégias de importação/exportação. Essas estratégias de importação não podem ser compreendidas como mera reprodução de instâncias e estruturas, mas como “à afirmação dos modelos centrais

como ponto de referência, como fontes ideais, aos quais as periferias não conseguem fugir” (REIS, 2007, p. 45). Conforme Grill (2015):

Em configurações históricas como a brasileira a forte multidimensionalidade que condiciona as práticas e os reconhecimentos de porta-vozes situados em âmbitos políticos e culturais, assim como a necessidade de pensar amálgamas e conexões nas quais os registros de atuação política e intelectual são indiscerníveis, impõe alguns cuidados na utilização de conceitos e noções que não são transculturais e transferíveis de um contexto para o outro. A justaposição no espaço nacional entre lógicas e princípios que regem os universos da política e da intelectualidade em condições periféricas constitui uma fonte de obstáculos para a ativação do arsenal conceitual. Alia-se a isso a configuração do espaço transnacional fortemente hierarquizado entre centros e periferias, exigindo o acesso/reconhecimento junto aos polos exportadores de saberes, conhecimentos, tecnologias, expertises etc. para afirmação (GRILL, 2015, p. 22).

As relações entre centro/periferia não são pensadas aqui pelo viés da presença/ausência, uma vez que as próprias condições que objetivam as características dos centros e das periferias são historicamente construídas nas relações que ocorrem entre esses polos. É preciso não perder de vista que conceitos nem sempre são transferíveis de um contexto para outro (do centro para a periferia, de um centro para outro, de uma periferia a outra), pois certos conceitos relacionam-se quase que exclusivamente com os condicionantes sociais e históricos nos quais foram forjados. Deve-se ter a precaução de não transpor conceitos que foram elaborados em uma realidade social, para outra, sem as devidas adequações e problematizações (CORADINI; REIS, 2012).

Uma pesquisa exemplar na adoção desse olhar foi feita por José Carlos Gomes dos Anjos (2006) sobre os intelectuais caboverdianos. O pesquisador analisa as lutas simbólicas pela construção da identidade nacional cabo-verdiana após a independência em 1975 e a participação ativa dos intelectuais para construção dessa identidade.

A sociodicéia dessa posição proeminente dos intelectuais na sociedade cabo-verdiana não pode ser reivindicada pelos mesmos com pretensões alicerçadas em valores tradicionais e pelo facto de, por um lado, a sociedade cabo-verdiana estar cada vez mais dependente do exterior em termos de bens materiais, tem uma importância fundamental a justificação de formas e princípios de dominação a partir da importação de modelos metropolitanos (ANJOS, 2006, p. 17).

Dos Anjos procura analisar os fundamentos sociais da luta simbólica pela definição da identidade nacional cabo-verdiana. Sua pesquisa se insere em uma corrente de estudos sociológicos que tem buscado desvelar as relações entre elites intelectuais e a invenção da identidade nacional, verificando “em que medida, pelo menos no caso específico da sociedade cabo-verdiana, as elites fundam sua dominação sobre a fractura entre modelos simbólicos importados e a cultura local” (ANJOS, 2006, p. 17).

O autor faz uma análise sociológica da definição da identidade cabo-verdiana ao longo do tempo, demonstrando o papel que os intelectuais tiveram na afirmação dessa identidade. Além disso, demonstra as relações entre os símbolos internos e externos, que são importados, lidos, interpretados de modo a servir para a construção e afirmação dessa identidade.

Ele aponta também as dificuldades de se fazer um estudo antropológico do próprio grupo de origem, pois esses estudos podem nos induzir a formulação de problemáticas práticas, isto é, dadas pela adesão imediata a um “mundo familiar”. Chama a atenção para o cuidado que o pesquisador deve ter, para que os discursos “científicos” sobre realidades nacionais não sejam mais uma contribuição para a “construção” dessas entidades – cultura nacional, nacionalismo.

Afirma ainda que, ao se interpretar a cultura nacional, devemos dominar os símbolos tradicionais (inventados ou não), e dominar as fórmulas e modelos externos de referência, ou seja, os símbolos internos e externos que contribuíram para a construção de tal identidade. Dos Anjos analisa os textos escritos pelos intelectuais de Cabo Verde, inserindo-os dentro de seu contexto sócio-histórico, a partir da análise de suas trajetórias, seus locais de origem, sua vida escolar/acadêmica, suas relações com outros intelectuais e os meios de publicação.

Desta forma, temos que a configuração deve ser analisada como processo, com mudanças e permanências ao longo do tempo, a partir das relações e lutas estabelecidas entre agentes. É necessária uma sociogênese, uma regressão sócio-histórica para vislumbrar o processo que deu origem o espaço de lutas, compreendendo o que havia antes, as tensões e os conflitos que levaram ao arranjo final, o que deixou de existir para que existisse da forma como existe.

Entretanto, considerando que a configuração histórica brasileira e a maranhense não experimentaram processos de autonomização do mesmo tipo, antes disso, é possível perceber a alta heteronomia nas relações sociais e a baixa objetivação dos elementos que definem o delineamento de campos. Portanto, tratam-se (em diferentes escalas), de situações periféricas e marcadas por processos de importação de modelos e adaptação de referenciais (CORADINI, 1994, p. 492). Como os conceitos não devem ser transferíveis de uma realidade a outra sem a devida cautela em relação a problematização e às questões sócio-históricas envolvidas, é preciso considerar a necessidade de ajustes analíticos.

Considerando que as relações “centro” e “periferia”, as temporalidades históricas das instituições, campos, fazeres e saberes das áreas consideradas como centrais e das periféricas são muito distintas, Grill e Reis (2018) refletiram sobre como estamos inseridos em configurações históricas e sociais marcadas pela plasticidade e indiferenciação de lógicas,

princípios e papéis. Por isso, torna-se necessário fazer algumas flexibilizações no modelo para o estudo dessas “realidades”.

Os esquemas analíticos podem ser utilizados para compreender realidades diferentes daquelas em que foram elaborados. Por isso, utilizamos o esquema analítico bourdieusiano, adequando alguns conceitos – como o uso de *domínios* ao invés de *campo* – entendendo que as especificidades do conceito de *campo* são mais adequadas para análise de configurações centrais, enquanto *domínio* nos proporciona uma mobilidade menos restrita de análise para a configuração brasileira. Os autores propõem articular “três níveis de análise”:

1) o da *multidimensionalidade* das lógicas de ação e das práticas sociais, que são acionadas não a partir de um universo específico de referência, mas da pluralidade de registros e de trânsitos possíveis aos agentes em um espaço social relativamente flexível [...]; 2) o da *multiposicionalidade* passível de ser acumulada em instâncias, lugares, enfim, nos *domínios de atuação das elites*, verificando a vinculação das posições sucessiva e simultaneamente ocupadas pelos agentes (no tempo e no espaço) com a superfície social que eles dispõem [...]; 3) e o da *multinotabilidade*, que os agentes podem nutrir mediante a condensação de reconhecimentos sociais, políticos, culturais, etc. [...], cujo desfecho é a composição de suportes de reputação pessoal em múltiplos domínios e redes sociais [...] (GRILL e REIS, 2018, p.198-199).

Por isso, podemos alocá-la entre os “agentes específicos que conseguem reunir e mobilizar suportes de reputação pessoal em domínios e lógicas específicos ou múltiplos” (REIS; GRILL, 2015, p. 333). Essa reputação, que ocorreu em vida e após seu falecimento, à luz de processos de reconfigurações sociais e históricas, chegando hodiernamente em forma de uma expressiva quantidade de textos acadêmicos sobre a autora e sua “obra”, é a nossa questão principal.

A importância de trabalhos sobre trajetórias intelectuais e de agentes dos domínios literários, reside no fato de compreender como se dão a construção de suas “obras”, que precisam ser analisadas a partir das configurações sociais e históricas nas quais estão inseridas, das características dos agentes, que só podem ser compreendidas pela análise de sua trajetória (que envolve família, redes de relações, escolarização, acesso aos domínios culturais e posições que ocupam nesses domínios, entre outros); por outro lado, é importante entender como seus escritos são recepcionados pelos agentes ao longo do tempo e de como, ao longo desse mesmo tempo, esses produtos culturais podem sofrer processos de qualificação ou desqualificação que são frutos das reconfigurações. Ou seja, os usos sociais, ideológicos e políticos da produção cultural, decorrente do trabalho coletivo de produção de créditos e/ou de transformação identitária para os quais colaboram instituições e agentes que mobilizaram suas competências específicas (GRILL, 2015, p. 22).

O estudo dessas interpretações, recepções e reapropriações sobre as imagens a respeito da autora e de sua “obra”, privilegia a análise das disputas, contextos, lógicas de produção, processos de consagração e de esquecimento, que se dão a partir das configurações e reconfigurações, que criam condições para determinados usos, por agentes que se envolvem em disputas de significação.

Por se tratar de uma pesquisa a respeito das apropriações de uma agente do meio cultural brasileiro, nosso exame se situa na linha de análise das trajetórias de intelectuais e/ou agentes culturais e o acúmulo de *multinotabilidades*, reinterpretações ao longo do tempo, conforme as representações preponderantes em domínios culturais e militantes brasileiros. No século XIX ela era considerada escritora e figura importante do meio intelectual maranhense: romancista, cronista, contista, folclorista, tradutora, escreveu também charadas, o Hino de libertação dos escravos, além de ter sido professora e fundado a primeira escola mista do Maranhão, onde lecionava. Já nas décadas de 60 – 70, além dessas notabilidades, Firmina é ainda considerada pioneira”⁹, apontada como primeira mulher no Brasil a publicar um romance (nota-se que nesse período, a questão da afrodescendência ainda não é discutida com as mesmas bases contemporâneas de formulação).

A análise dos agentes que se apropriam da “obra” e da figura de Maria Firmina dos Reis permite observar os critérios externos aos *domínios literários*, que também definem os significados não fixos que adquirem no decorrer do tempo. As pesquisas acadêmicas e reedições de seus escritos, em especial a partir dos anos 1990, tomam como base fatores sociais, históricos e políticos do momento em que ocorrem tais investimentos em reedições dos textos e enaltecimento da autora, como veremos.

No período atual, sua *multinotabilização* retrospectiva recai em todas as questões anteriores, além do fato de ter sido uma mulher afrodescendente, intelectual em sua época, e considerada “pioneira” em dois sentidos: a primeira a publicar um romance e a primeira a tratar da abolição a partir de um “viés humanista”.

Às iniciativas de enunciação das virtudes do desaparecido, podemos conjugar o lugar, o papel ou até os interesses daqueles devotados em promovê-las. Evidentemente, o nível, a intensidade e as renovações dos cultos póstumos se relacionam ao valor social e/ou afetivo do morto. “Em seu nome”, instituições ou indivíduos exaltam características a serem preservadas, sintetizadas na ideia abstrata de “memória” e, não raramente, apresentam-se como detentores legítimos dos mesmos predicados (REIS e GRILL, 2022, p. 97-98).

⁹ Essa questão do lugar do “pioneirismo” na consagração de biografias de mulheres no espaço público (principalmente político), foi examinado por Barreira (2020) e Reis (2020).

Com base no mapeamento realizado a partir dos discursos sobre Maria Firmina dos Reis, podemos destacar que a construção da imagem da autora se alicerça em alguns pontos – valores: 1) mulher negra e pobre; 2) mulher negra e pobre que conseguiu publicar um romance, mesmo que as condições sociais do século XIX dificultassem o acesso das mulheres à escrita; 3) mulher negra e pobre a publicar um romance, no século XIX, que se tornou o primeiro romance abolicionista escrito por uma mulher no Brasil; 4) mulher negra e pobre que publicou um romance abolicionista em que o negro escravizado é visto, pela primeira vez, a partir de um viés mais humanizado, diferente dos demais escritores da época; 5) mulher negra e pobre, que publicou um romance, participou ativamente dos jornais da época com a publicação de contos e charadas, mas foi “esquecida”, morrendo no anonimato.

“Domínios diversos e justapostos (famílias, escolas, universidades, movimento estudantil, sindicatos, partidos, religiões etc.) são *lócus* de socialização, bem como de aquisição de competências, trunfos e reconhecimentos” (REIS e GRILL, 2022, p. 114). Embora Firmina não concentrasse trunfos das elites social e economicamente dominantes no Maranhão, o trabalho de *heroicização* realizado sobre ela e seus escritos selecionam e enfatizam justamente falta desses trunfos, para demonstrar como ela pode significar, nos discursos elaborados após sua morte, em um caso exemplar, primeiramente de mulher escritora (a partir dos anos 1990 em trabalhos de resgate de autoria feminina no Brasil) e, posteriormente, como uma mulher afrodescendente que, “apesar das dificuldades sociais” publicou um romance (a partir dos anos 2000, para afirmação do resgate da autoria no feminismo negro).

Plano da Tese

Cabe ressaltar que esta pesquisa difere daquelas que fizemos na dissertação de mestrado, intitulada *Uma análise das representações sobre as mulheres no Maranhão da primeira metade do século XIX a partir do romance Úrsula, de Maria Firmina dos Reis*, onde procuramos compreender as relações de gênero na segunda metade do oitocentos maranhense tomando como base a análise do principal romance da escritora.

Nossos objetivos específicos nesta Tese são: 1. Analisar as configurações sociais e históricas que levaram ao “apagamento” e “ressurgimento” de Maria Firmina dos Reis nos meios literários e acadêmicos nacionais. 2. Compreender a afirmação da temática de gênero no Brasil, que resultou, posteriormente, na emergência dos discursos a respeito da escritora. 3.

Compreender as mudanças sociais e histórias que possibilitaram a emergência de novos discursos sobre o movimento negro e o lugar da mulher negra no Brasil. 4. Compreender porque o romance *Úrsula* é sempre o mais citado nas pesquisas acadêmicas sobre Maria Firmina dos Reis, embora ela tenha escrito dos folhetins que foram republicados diversas vezes, como *A escrava* e *Gupeva*, diversos poemas e o *Hino e libertação dos escravos*.

Para tanto, adotamos uma metodologia qualitativa, com coleta de informações biográficas, das publicações de e sobre Maria Firmina, e de uma variedade de documentos históricos. Foram utilizados diversos jornais da época, em que Maria Firmina publicou seus textos, além de jornais das fases analisadas a respeito dos discursos sobre a escritora, em que são feitas críticas sobre seus textos, a partir dos anos 1970. Os jornais também nos serviram de base para compreender elementos sócio-históricos dos períodos analisados, como questões referentes às mulheres e aos negros escravizados.

Além dos jornais, foram catalogados mais de 200 trabalhos a respeito de Maria Firmina dos Reis, entre dissertações, teses, monografias e artigos científicos. Somam-se a esses trabalhos as republicações de seus textos e a análise dos prefácios e posfácios contidos nessas reedições.

Os dados foram sistematizados em recomposições de fases históricas sucessivas e em quadros sinópticos, que permitiram observar regularidades e discontinuidades na produção da e sobre a personagem.

Nossos resultados são apresentados aqui ao longo de quatro capítulos.

No primeiro capítulo, analisamos a questão social e histórica do feminismo, história e sociologia das mulheres e do gênero no Brasil, pois entendemos que é a preocupação com essas temáticas que se refletem na notabilização de autoras como Maria Firmina dos Reis. O feminismo em um primeiro momento nos meios acadêmicos que levou aos debates sobre as mulheres aos *domínios* das ciências sociais e humanas, por último e mais recentemente, o uso do conceito de gênero no Brasil. Tentamos pensar em como essas temáticas chegaram e se consolidaram no Brasil, como uma foi influenciando, rediscutindo e redirecionando as demais.

No segundo capítulo, a partir da análise da gênese do movimento negro brasileiro, procuramos traçar as configurações históricas e sociais mais recentes no Brasil que deram base para a busca de afirmação identitária negra, principalmente feminina. Entendemos que, a crescente (re)descoberta e (re)valorização de autoras afrodescendentes como Maria Firmina dos Reis está relacionada a esses processos de construção e afirmação de identidades consideradas legítimas.

No terceiro capítulo, propomos reconstituir a trajetória de Maria Firmina dos Reis, do período em que ela viveu e escreveu seus textos, das facilidades ou dificuldades de acesso ao domínio literário maranhense da segunda metade do século XIX, além da atenção a aspectos relacionados à recepção de sua obra a partir dos jornais da época. Para tanto foi necessário proceder a uma leitura crítica de seus textos e dos jornais em que publicou e que fizeram menção a escritora. Além de revisão bibliográfica sobre o assunto, principalmente no que diz respeito aos domínios literários maranhense e brasileiro da época. Para melhor situar as condições originais de existência e de afirmação de Firmina, foi imprescindível consultar bibliografia a respeito da conjuntura social dos oitocentos, mais especificamente da segunda metade do século XIX, situando a autora no momento contexto social e histórico em que viveu.

No quinto capítulo, localizamos e analisamos a distribuição da produção sobre a protagonista em questão, procurando associá-la a processos e configurações que favoreceram as estratégias de consagração da autora, sua obra e as temáticas relacionadas. O que permitiu identificar alguns dos principais textos e autore/as que se dedicaram à agente e sua produção, considerando desde o momento em que Firmina foi “redescoberta” por literatos maranhenses.

Enfim, tentamos aqui realizar um exercício de objetivação sistemática, na qual a vigilância epistemológica é constante e necessária, uma vez que a pesquisa é feita tomando-se por objeto a mulher, o feminismo, as relações de gênero, a *violência simbólica* sobre as mulheres. Questões que nos interpelam diretamente e, por isso, podem afetar nossa capacidade de problematização, distanciamento e análise precisa das lógicas e lutas que envolvem a própria construção dessas questões. Esses são controles relativos, mas importantes, justamente, à preservação, com o máximo de rigor que consigamos atingir, da dupla relevância sociológica e social da “representatividade” da “autora” e da sua “obra”.

1 FEMINISMO, ESTUDO SOBRE MULHERES, ESTUDO DE GÊNERO NO BRASIL: um processo social e histórico

Pierre Bourdieu (1989) afirmou que “o poder simbólico é, com efeito, esse poder invisível o qual só pode ser conhecido com a cumplicidade daqueles que não querem saber que lhe estão sujeitos ou mesmo que o exercem” (BOURDIEU, 1989, p. 7-8). Essa sutileza do poder simbólico, que o naturaliza de tal forma que faz parecer que as práticas e discursos sociais existentes sempre foram daquele mesmo modo, naturalizando-os, camufla esse poder. O que acaba não sendo percebido pela maioria das pessoas que estão sob o seu efeito e tornam-se cúmplices de sua própria dominação, ao assumir o discurso do próprio dominador, legitimando ainda mais sua autoridade e sentido de superioridade. Por isso, “ao reproduzir-se no plano dos discursos e do *habitus*, a dominação masculina, calcada na visão androcêntrica, dispensa justificção, pois é vista como neutra e natural” (BURCKHART, 2017, p. 211).

As lógicas e formas de reprodução da dominação masculina, impõem às mulheres e aos homens padrões de comportamentos, de formas de ver, sentir e agir inscritos nos corpos, nas leis, nas mentes, que separam o feminino e o masculino. Assim, “o mundo social constrói o corpo como realidade sexuada e como depositário de princípios de visão e de divisão sexualizantes” (BOURDIEU, 2002, p. 23). Nesse mesmo sentido:

a divisão entre os sexos parece estar ‘na ordem das coisas’, como se diz por vezes para falar do que é normal, natural, a ponto de ser inevitável: ela está presente, ao mesmo tempo, em estado objetivado nas coisas (na casa, por exemplo, cujas partes são todas ‘sexuadas’), em todo o mundo social e, em estado incorporado, nos corpos e nos *habitus* dos agentes, funcionando como sistemas de esquemas de percepção, de pensamento e de ação” (BOURDIEU, 2002, p. 9).

A *violência simbólica* (tão marcante e tão marcada nos e nas agentes) é construída mediante lutas por significação e interpretação do mundo social, transformando-o em práticas sociais, políticas, econômicas, culturais, que se inscrevem sob uma linguagem que marca corpos, define regras de convivência, tradições e lógicas subjetivas, que são internalizadas e transmitidas geracionalmente. Assim, é preciso pensar em como a:

violência simbólica se institui por intermédio a adesão que o dominado não pode deixar de conceder ao dominante (e, portanto, à dominação) quando ele não dispõe, para pensá-la e para pensar, ou melhor, para pensar sua relação com ele, mais que de instrumento de conhecimento que ambos têm em comum e que, não sendo mais que a forma incorporada da relação de dominação, fazem esta relação ser vista como natural; ou em outros termos, quando os esquemas que ele põe em ação para se ver e se avaliar, ou para ver e avaliar os dominantes (elevado/baixo, masculino/feminino, branco/negro, etc.), resultam da incorporação de classificações, assim naturalizadas, de que seu ser social é produto (BOURDIEU, 2010, p. 47).

Concepções e práticas sociais são frutos de processos históricos marcados por relações de conflitos, diálogos, formas políticas, mediações, trocas, subversões, imposições, etc. de formas de ver e de agir de agentes que ocupam posições desiguais no mundo social.

Sendo resultado de processos históricos, questões priorizadas nos debates políticos e acadêmicos não podem ser tomados como universais, como se existissem desde sempre. Ao compreender-se que há uma historicidade que permeia os eventos e as relações sociais, podemos buscar como, mesmo que de forma lenta e gradual, ao longo de gerações, elas são negociadas, recolocadas ou mesmo alteradas. Essa historicização permite compreender, inclusive, como as estratégias de consagração de personagens, eventos e causas se relacionam com a gestação e gestão de modos de dominação e de luta em determinadas configurações.

Neste capítulo, realizamos uma análise inicial dos contextos históricos que, no Brasil, em fins do século XIX, colaboraram na inserção de mulheres espaços relevantes de atuação, sobretudo, nas universidades. O que permitiu se desenrolou, na década de 1970, na afirmação dos estudos feministas e nas formulações posteriormente desenvolvidas nos estudos de gênero.

1.1 Algumas considerações sobre as mulheres no Brasil da segunda metade do século XIX

No Brasil, as percepções e divisões entre homens e mulheres, seus papéis e espaços de possibilidades tiveram influência da visão religiosa cristã portuguesa. Mais tarde, por volta da segunda metade do século XIX, houve a influência do Positivismo de August Comte e dos discursos higienistas cientificistas, que afirmavam as diferenças biológicas e mentais entre mulheres e homens.

Durante todo o período colonial e até o século XIX, prevaleceu a concepção de que o casamento era o ideal de toda a mulher e a maternidade, sua função divina, a realização plena de sua vida. A “vocação natural” da mulher era ser esposa e mãe, sendo a instituição do casamento, praticamente, o único local onde as mulheres poderiam alcançar algum tipo de valorização e respeito social.

Nesse imaginário social, exaltava-se a virgindade, o papel de esposa e mãe exemplares. O casamento era apresentado como o ideal da mulher, a concretização dos seus sonhos de juventude, o alvo de sua existência. Amparados na ideia da *natureza frágil e débil* da mulher, reforçava-se a tradição de sua vida tutelada pelo homem, seja seu pai, irmão ou marido, que deveria garantir-lhe a proteção, o sustento e também a honra (ABRANTES, 2004, p. 143-144, grifos da autora).

Com o casamento sendo entendido como “vocação natural” e a maternidade como “função divina”, a mulher que por algum motivo decidisse por não se casar não era bem vista pela sociedade, pois não estava cumprindo suas funções naturais e divinas. Era “corriqueiro e normal considerar a inferioridade da inteligência feminina, sua *natural* vocação para o espaço doméstico e o casamento como único ideal da vida, o que justificava sua submissão social” (SILVA, 2010, p. 104). O que garantia a divisão social do trabalho e das funções “inscríticas na fisionomia do ambiente familiar, sob a forma de oposição entre o universo público, masculino, e os mundos privados, femininos, entre a praça [...] e a casa [...]” (BOURDIEU, 2010, p. 72).

Caso se recusasse a assumir suas funções consideradas *inatas* à sua natureza feminina, a mulher seria passível de se excluída da proteção familiar e seria considerada uma *perversa*, uma *degenerada*, culpada pelas mazelas que ocorriam na sociedade. Se falhasse na missão, ou houvesse algum incidente familiar considerado negativo, ela seria a suspeita em potencial. O processo psicológico de inculcar a culpabilidade se constituía num doloroso processo de violência simbólica à mulher (SILVA, 2010, p. 127).

Por sua vez, o homem era tido como o chefe, o líder moral, o mantenedor da casa. Eram suas obrigações “educar espiritualmente, moralmente e civilmente dotá-los para matrimônios carnavais ou religiosos” (HESPANHA, 1993, p. 958). O chefe da família, tinha por obrigação ser capaz de instruir, alimentar, vestir, enfim, sustentar as necessidades de sua família, de sua prole. Dessa forma, os homens recebiam uma educação mais voltada para o domínio de afazeres públicos:

Os homens, aos 12 anos de idade, leem jornais para a mãe; aos 15 fala em política; aos 17 quer ser empregado público; aos 21 faz parte da guarda nacional; aos 25 quer ser deputado; aos 30 é ministro de estado. As mulheres dos 10 aos 13 gostam de ler e copiam versos; dos 13 a 15 leem o folheto do jornal e escrevem para as amigas comentando os bailes; dos 15 aos 18 leem romances, discutem a moda e escrevem 3 cartas por dia com corações e setas; aos 19 fixa a escolha e inicia a falar em história; aos 20 fala de economia; aos 30 lê jornais. (O SÉCULO, n. 3, 1858, p. 4).

O período era muito marcado por uma visão de mundo que “baseava-se na restrição que mantinha a mulher no ambiente doméstico, mantendo-a inferior em relação ao homem, considerado viril e racional, e a mulher frágil e sentimental” (SILVA, 2010, p. 124). Essa visão contribuía para a divisão de trabalho entre os sexos, em que ao homem pertence o domínio do público, e à mulher, o domínio do privado:

Os homens estão do lado da razão e da inteligência que fundam a cultura; a eles cabe a decisão, a ação e, conseqüentemente, a esfera pública. As mulheres se enraízam na Natureza; elas têm o coração, a sensibilidade, a franqueza também. A sombra da casa lhes pertence. [...] A direção da Cidade só pode ser masculina, e, conseqüentemente, a política. [...] O privado, do qual os homens continuam a ser

senhores em última instância, é, no entanto, deixado mais para as mulheres [a partir do século 19], cujo papel doméstico e familiar se vê revalorizado e até mesmo exaltado (PERROT, 2008, p. 269).

O homem, por meio de uma educação que privilegiava a instrução para o desempenho de alguma atividade econômica, poderia ter um emprego, um trabalho, um ofício na esfera pública, fora de casa. A mulher, por sua vez, deveria restringir-se aos ofícios domésticos. “Ao homem cabia o sustento da casa e a autoridade. A mulher, colocada na dependência absoluta em relação ao homem, o zelo com os afazeres domésticos, *cuidados* com o esposo e educação da prole” (SOUSA, 2010, p. 63).

Cabe aos homens, situados do lado do exterior, do oficial, do público, do direito, do seco, do alto, do descontínuo, realizar todos os atos ao mesmo tempo breves, perigosos e espetaculares, como matar o boi, a lavoura ou a colheita, sem falar do homicídio e da guerra, que marcam rupturas no curso ordinário da vida. As mulheres, pelo contrário, estando situadas do lado do úmido, do baixo, do curvo e do contínuo, veem ser-lhes atribuídos todos os trabalhos domésticos, ou seja, privados e escondidos, ou até mesmo invisíveis e vergonhosos, como o cuidado das crianças e dos animais, bem como todos os trabalhos exteriores que lhes são destinados pela razão mítica, isto é, os que levam a lidar com a água, a erva, o verde [...], com o leite, com a madeira e, sobretudo, os mais sujos, os mais monótonos e mais humildes (BOURDIEU, 2010, p. 41).

Segundo Bourdieu, existem estratégias de reprodução, que podem ser divididas em cinco classes, a saber: a) estratégias de investimento biológico, são ligadas à fecundidade e as profiláticas - cuidado com o corpo; b) estratégias de sucessão, destinadas a garantir a transmissão de riqueza material entre as gerações, com a menor perda possível dentro das oportunidades oferecidas pelo costume ou lei; c) estratégias educativas, envolvem o uso da educação e conhecimento formal (investimento escolar) e a “ética” que determinam o comportamento da família; d) estratégias de investimento econômico, que estão dirigidas ao aumento de capital em suas diferentes espécies, que podem envolver relações sociais como as estratégias matrimoniais e a reprodução biológica; e) estratégias de investimento simbólico, envolvem o reconhecimento, as percepções, as aparências do grupo familiar, tencionando positivamente, perante as pessoas da sociedade (BOURDIEU, 2020, pp. 24-25). Essas estratégias de reprodução, nas famílias:

têm, por princípio, não uma intenção consciente e racional, mas as disposições do habitus, que tende espontaneamente a reproduzir as condições de sua própria produção. Por dependerem das condições sociais que originam o *habitus* – ou seja, do volume e da estrutura do capital possuído pela família (e de sua evolução no tempo) nas distintas sociedades –, elas tendem a perpetuar sua identidade, que é diferença, mantendo variações, desvios e relações de ordem e concorrendo assim, na prática, para a reprodução de todo o sistema das diferenças constitutivas da ordem social (BOURDIEU, 2020, p. 26).

Ao falar em família, essa categoria social, incorporada, é tomada como algo natural e universal. Contudo, “a categoria do familiar funciona, nos *habitus*, como esquema classificatório e princípio de conservação do mundo social e da família como corpo social específico, adquirido no próprio seio da família”, significa uma “ficção social realizada”. E as estratégias de reprodução contribuem para que ela se realize como um produto do *trabalho de instituição* ritual e técnico, ao mesmo tempo. Em que o trabalho de reprodução, embora caiba a todos da família, seja mais encarregado às mulheres, destinadas a manter as relações familiares (BOURDIEU, 2017, pp. 129-130). Podemos considerar que a partir da família:

que se entendem os mecanismos sociais de legitimação e de reprodução de uma ordem desigual, cujo ápice é a certificação institucional de “qualidades”, “aptidões”, “dons” socialmente constituídos. Nesse trabalho coletivo, a “unidade doméstica” é regida por lógicas de integração, fusão e coesão, que se traduzem em estratégias de produção, gestão, transmissão e ampliação de recursos variados e com múltiplas funções (educativas, afetivas, sexuais, econômicas, culturais, políticas, etc.). Portanto, além de “berço” da aquisição de um sistema de disposições que define princípios de visão e classificação do mundo social, a família é também uma instância catalisadora e (re)distribuidora de um patrimônio coletivo, exigindo empenhos dos seus membros na adoção de estratégias de reprodução com vistas à sua continuidade (REIS; GRILL, 2017, p. 143).

Essas estratégias de reprodução no seio familiar, legitima e reforça os discursos do Estado e da Igreja e vice-versa. Em determinado momento, em virtude dos ideais preponderantemente impostos às mulheres serem o casamento, a maternidade e o estabelecimento de uma família; a expectativa de educação destinada a elas era a de que as instruisse, em um primeiro momento, para os afazeres do lar, para as “prendas domésticas”, para se tornarem “mulheres prendadas”.

No século XIX cristalizou-se a imagem da mulher como rainha do lar, que trazia para si toda a responsabilidade com as atividades do seu “reino”, como por exemplo, o cuidado dos filhos, a alimentação, a higiene, a implantação de valores religiosos no seio do lar, a unidade doméstica de maneira geral (SALES, 2015, p. 141).

Durante o período colonial a educação esteve nas mãos da Igreja Católica através da Companhia de Jesus e dos padres jesuítas que, além de catequisarem os indígenas, instruíam os filhos das famílias de elite, que geralmente concluíam seus estudos na Corte Portuguesa.

Por sua vez, as mulheres tinham uma educação voltada para a vida doméstica: afazeres do lar, cuidados com o marido, cuidados com os filhos. Geralmente, as filhas da elite aprendiam a bordar, tocar piano, organizar jantares. Não se exigia que soubessem ler e escrever. “Filhas da elite estudavam em suas residências com professores e professoras particulares ou com preceptoras. Todavia esse grupo era pouco significativo, contribuindo para que o analfabetismo feminino fosse alarmante” (MOTTA, 2008, p. 2).

A partir de 1808, com a transferência da Família Real Portuguesa e sua Corte para a colônia brasileira, começa a haver pequenas mudanças sociais e culturais para os indivíduos que viviam na região da América Portuguesa. Segundo Norma Telles (2010), “gradativamente o público consumidor de espetáculos e livros se ampliou. Romances e novelas franceses e ingleses do século XVIII e a nova moda dos folhetins finalmente chegaram ao Rio de Janeiro” (p. 404).

A instrução no Brasil, antes da transferência da Corte, era precária, e o governo português necessitou criar escolas para trabalhos administrativos, em geral demandados pelo estabelecimento do governo na colônia. “Nota-se especialmente a preocupação com a formação de nível superior e nível médio (técnico) para atender as necessidades administrativas do governo” (ABRANTES, 2002, p. 45).

Porém, a verdadeira mudança na questão educacional no Brasil, ocorrerá somente após a Independência, quando os primeiros legisladores pensam em organizar um sistema educacional capaz de suprir às necessidades da elite que, naquele momento, assumia a direção da recém-nascida nação. A partir de então a mulher é incluída no processo educacional.

A Constituição de 1824, em seu Título VIII – Das Disposições Gerais e Garantias dos Direitos Cívicos e Políticos dos Cidadãos Brasileiros, artigo 179, afirmava que:

Art. 179. A inviolabilidade dos Direitos Cívicos, e Políticos dos Cidadãos Brasileiros, que tem por base a liberdade, a segurança individual, e a propriedade, é garantida pela Constituição do Império, pela maneira seguinte:

XXXII. A Instrução primaria, e gratuita a todos os Cidadãos.

XXXIII. Collegios, e Universidades, aonde serão ensinados os elementos das Sciencias, Bellas Letras, e Artes. (CONSTITUIÇÃO POLÍTICA DO IMPÉRIO DO BRAZIL DE 25 DE MARÇO DE 1824).¹⁰

Percebe-se que os escravizados africanos e seus descendentes não tinham direito à educação escolar, uma vez que a Constituição de 1824 reforçou o pensamento de que não eram considerados cidadãos, sancionando esse direito apenas às pessoas livres. Dessa forma, a não cidadania dos escravizados os excluía não apenas do direito à educação, mas também de participação política, por exemplo. Em outras palavras, a mulher escravizada, estava excluída do direito à educação. As formas de educação (instrução escolar) às quais nos referimos neste capítulo, são específicas para as mulheres brancas, principalmente as de elite. As mulheres negras escravizadas não tinham direito à educação, uma vez que não chegavam a ser consideradas cidadãs, e, por sua vez, muitas mulheres pobres não tinham acesso à educação,

¹⁰ Disponível em https://www.planalto.gov.br/ccivil_03/constituicao/constituicao24.htm

pois precisavam buscar uma forma de contribuir com o sustento de suas famílias (MENDES, 2013).

De acordo com Cunha e Silva (2010, p. 99), em agosto de 1827 ocorreu no parlamento brasileiro uma discussão sobre os conteúdos que seriam úteis à formação feminina. Já no dia 29 de agosto do mesmo ano, o Marquês de Caravellas propôs uma emenda afirmando que “salva a redação – quanto à Aritmética somente as quatro operações, e não se ensinarão as noções de geometria prática” (ANNAES, 1876, p. 264, APUD CUNHA e SILVA, 2010). Por sua vez, o senador José Ignácio Borges apoiava a emenda com a justificativa que a

Legislação para não ter efeito é coisa que não entendo. Onde é que hão de buscar mestras que ensinem a prática dos quebrados, decimais, proporções e geometria? Tenho visto o Brasil quase todo, e ainda não encontrei mulher nenhuma nessas circunstâncias. Querer assim imitar as nações cultas, equivale a não querer que a lei se execute (ANNAES, 1876, p. 272-280, APUD CUNHA e SILVA, 2010).

Em 15 de outubro de 1827 eram criadas as Escolas de Primeiras Letras no Brasil, conforme lei a seguir:

Lei de 15 de outubro de 1827

D. Pedro I, por Graça de Deus e unânime aclamação dos povos, Imperador Constitucional e Defensor Perpétuo do Brasil: Fazemos saber a todos os nossos súditos que a Assembleia Geral decretou e nós queremos a lei seguinte:

Art. 1º Em todas as cidades, vilas e lugares mais populosos, haverão (sic) as escolas de primeiras letras que forem necessárias.

Art. 2º Os Presidentes das províncias, em Conselho e com audiência das respectivas Câmaras, enquanto não estiverem em exercício os Conselhos Gerais, marcarão o número e localidades das escolas, podendo extinguir as que existem em lugares pouco populosos e remover os Professores delas para as que se criarem, onde mais aproveitem, dando conta a Assembleia Geral para final resolução.

Art. 3º Os presidentes, em Conselho, taxarão interinamente os ordenados dos Professores, regulando-os de 200\$000 a 500\$000 anuais, com atenção às circunstâncias da população e carestia dos lugares, e o farão presente a Assembleia Geral para a aprovação.

Art. 4º As escolas serão do ensino mútuo nas capitais das províncias; e serão também nas cidades, vilas e lugares populosos delas, em que for possível estabelecerem-se (LEI DE 15 DE OUTUBRO DE 1827).¹¹

A mesma lei estabelecia, entre outros:

Art. 6º Os professores ensinarão a ler, escrever, as quatro operações de aritmética, prática de quebrados, decimais e proporções, as noções mais gerais de geometria prática, a gramática de língua nacional, e os princípios de moral cristã e da doutrina da religião católica e apostólica romana, proporcionados à compreensão dos meninos; preferindo para as leituras a Constituição do Império e a História do Brasil.

¹¹ Disponível em https://www2.camara.leg.br/legin/fed/lei_sn/1824-1899/lei-38398-15-outubro-1827-566692-publicacaoriginal-90222-pl.html

Art. 12. As Mestras, além do declarado no Art. 6.º, com exclusão das noções de geometria e limitado a instrução de aritmética só as suas quatro operações, ensinarão também as prendas que servem à economia doméstica; e serão nomeadas pelos Presidentes em Conselho, aquelas mulheres, que sendo brasileiras e de reconhecida honestidade, se mostrarem com mais conhecimento nos exames feitos na forma do Art. 7.º (LEI DE 15 DE OUTUBRO DE 1827).

Observando os artigos acima, notamos alguns aspectos em relação à instrução. O primeiro quanto ao tipo de educação escolar, onde se observa o caráter estritamente ligado à religiosidade católica, como exposto no art. 6º. O segundo sobre a diferença entre os assuntos ministrados para os meninos e para as meninas, como exposto no art. 12, ao afirmar que o ensino de geometria – exclusivo para os meninos – estaria excluído para as meninas, que deveriam, por outro lado, aprender “prendas que servem à economia doméstica”.

Apesar das Leis de agosto e outubro de 1827, os avanços, na prática, encontraram diversos entraves.

Primeiro, durante o século XIX, havia um número pequeno de escolas, e algumas províncias, não as havia em número suficiente. Segundo, havia pouca procura por estas escolas, uma vez que parte da população menos favorecida, não possuía interesse pelo aprendizado da leitura e da escrita, enquanto nas classes mais abastadas este tipo de ensino era suprido pela prática de contratação de preceptores. Ainda se mantinha, nas localidades mais distantes da capital, a “tradição”: a educação feminina ficava a cargo da família da moça. Terceiro, havia um problema ainda mais grave: a educação das meninas nas escolas deveria ser feita por professoras, mestras do mesmo sexo, e, como a maior parte das mulheres não tinha acesso à educação, isso dificultava o preenchimento das vagas, que acontecia por meio de concurso público.

O fato é que as mulheres tinham dificuldades de serem aprovadas nesses concursos, embora o nível de exigência para o professorado do ensino primário fosse somente o domínio de leitura, escrita e das quatro operações de aritmética. Tal orientação gerava um círculo vicioso, no qual as mulheres não tinham espaço para a ampliação de suas classes justamente pela falta de professoras qualificadas (CUNHA e SILVA, 2010, p. 99).

Em 1835, como tentativa de suprir essa carência na formação de professoras para o magistério nas Escolas de Primeiras Letras, é fundada a primeira Escola Normal, em Niterói, “onde se ensinavam os conteúdos elementares do ensino e algumas noções pedagógicas, caracterizados pela baixa qualidade na formação que proporcionavam” (CUNHA e SILVA, 2010, p. 99).

Embora as meninas de famílias menos abastadas começassem a contar com Escolas de Primeiras Letras e Escolas Normais, havia também as instituições assistenciais, que possuíam

um caráter educativo e eram mantidas por Ordens Religiosas Femininas ou pelo Estado. Contudo, todas tinham conteúdos limitados, sendo mais voltadas para aprendizagem de prendas domésticas, leitura e escrita básica e operações básicas de matemática. Para as famílias, no geral, educação escolar era vista como elemento de segunda necessidade, o que realmente importava era o aprendizado das tarefas do lar, para ser boa esposa e boa mãe.

No Maranhão, durante a primeira metade do século XIX, havia os seguintes espaços de aprendizados para as meninas: Recolhimento de Nossa Senhora da Anunciação e Remédios, fundado em 5 de agosto de 1753 (que, em virtude da pouca oferta de escolas para meninas, acabou de constituindo no mais importante estabelecimento para atendimento de moças carentes do período); Colégio Nossa Senhora da Glória (conhecido como Colégio das Abranches), fundado em 1844, o primeiro colégio particular para mulheres no Maranhão; Asilo de Santa Teresa, fundado em 1855 (para órfãs, mas passou a atrair meninas de das classes sociais menos abastadas, uma vez que tinha um caráter mais “profissionalizante”, pois se ensinava a bordar, costurar, lavar, cozinhar, confeitaria).

Já a educação das meninas de famílias mais abastadas se dava na própria casa, uma vez que os pais pagavam um preceptor e acompanhavam todo o processo educativo. No entanto, à medida que ocorria o crescimento urbano, as famílias com melhor condição social passaram a transferir a responsabilidade de educar suas filhas às escolas particulares.

Em 1834 o Ato Adicional estabeleceu que caberia ao governo central a obrigatoriedade do ensino superior, à Corte o ensino secundário e às províncias o ensino primário e secundário.

Somente na segunda metade do século XIX, as escolas secundárias femininas começaram efetivamente a se organizar e, gradativamente, foram se estabelecendo, primeiramente na Corte e nas capitais, escolas que

encontravam sérias dificuldades para se manterem; a saída foi que a maioria delas buscou adaptar seus currículos às necessidades da clientela, definidas pela sociedade da época: o ensino de línguas estrangeiras, em geral o francês, e trabalhos manuais – fundamentais para a formação de uma “moça de família”. [...]

As mulheres não tinham acesso ao ensino superior, mesmo as oriundas de famílias mais abastadas, exceto os raríssimos casos de algumas que conseguiram a concessão para prosseguir os estudos, mas tudo baseado em uma série de documentos enviados às academias e apresentação de atestados de boa conduta. Portanto, nada mais coerente ao pensamento da época do que propor um ensino secundário feminino, no qual o caráter propedêutico não era considerado, proporcionando uma certa flexibilização nos programas e currículos das disciplinas propostas, permitindo a aplicação de novas técnicas pedagógicas. Contudo, apesar das inovações, isto não rompia com o caráter tradicional da formação feminina brasileira. As escolas, exceto uma ou outra que priorizava uma formação mais intelectual, continuavam com o objetivo de preparar a mulher para educar os seus filhos, de acordo com as regras da

boa sociedade, exercendo assim o seu papel de esposa e mãe, guardiã da família e dos bons costumes (CUNHA e SILVA, 2010, p. 100).

Para a mulher dessa época, o único ideal a ser alcançado, a profissão natural à qual deveria se dedicar, era o casamento e a maternidade:

Nesse imaginário social, exaltava-se a virgindade, o papel de esposa e mãe exemplares. O casamento era apresentado como o ideal da mulher, a concretização dos seus sonhos de juventude, o alvo de sua existência. Amparados na ideia da *natureza frágil e débil* da mulher, reforçava-se a tradição de sua vida tutelada pelo homem, seja seu pai, irmão ou marido, que deveria garantir-lhe a proteção, o sustento e também a honra (ABRANTES, 2004, p. 143-144, grifos da autora).

Dessa forma, a educação e a instrução que se destinaram a ambos os sexos foram diferenciadas. Enquanto o homem, por ser o provedor do lar e da família, por ser aquele que deveria se destacar na esfera pública, tinha uma instrução que privilegiava o ensino primário, secundário e superior, no caso das camadas médias e altas; no caso das camadas mais pobres, o ensino técnico, o aprendizado de uma profissão tornava-se necessário. Em ambos os casos, a educação e a instrução primavam pelo aprendizado de algum tipo de profissão, quer intelectual, quer técnica, manual, uma vez que se esperava do homem que ele desempenhasse um papel público, ou seja, que tivesse uma profissão com a qual sustentasse a si mesmo e a sua família.

A instrução básica era entendida como complemento do aprendizado da educação doméstica, ou seja, o exercício escolar deveria estar aliado à administração da economia do lar. Soma-se a isso o ensino escolar dos princípios cristãos, voltados, neste caso, para ratificar a sujeição da mulher ao homem. Essa instrução pressupõe diferenças que “estão inscritas na fisionomia do ambiente familiar, sob a forma de oposição entre o universo público, masculino, e os mundos privados, femininos, entre a praça [...] e a casa [...]” (BOURDIEU, 2010, p. 72).

A situação do ensino dedicado às mulheres começa a se modificar a partir de meados do século XIX, por influência das ideias de civilidade difundidas na Europa e que serviram de modelo para as demais nações. Intelectuais como August Comte começaram a refletir sobre o tipo de instrução que se oferecia às meninas, moças e mulheres. A mulher deveria ser a educadora moral e religiosa de seus filhos, a primeira educadora. Como ela poderia educar seus filhos se não possuía tal instrução?

A educação da menina devia se preocupar com a formação de seu caráter e correção dos maus instintos. Os ideais de obediência e submissão deviam ser transmitidos através de ensinamentos morais, e todos concordavam que era preciso educá-las porque elas educariam o homem de amanhã. Quanto mais bem formadas fossem as

mulheres, do ponto de vista moral e religioso, mais elas garantiriam o bom caráter dos filhos (DUARTE, 2003, p. 12).

Se, de um lado, a primeira lei do ensino (1827) representou um marco para a mulher, na medida em que admitiu seu direito à instrução, significou também um instrumento que acentuou a discriminação, pois só admitia o ingresso de meninas na escola primária, não aceitava a coeducação (professores de um sexo ensinando alunos de outro) nas escolas e reforçava as diferenças nos conteúdos curriculares, com visíveis consequências sobre os níveis salariais: as professoras não podiam ensinar a geometria, mas como o ensino desta matéria era critério para estabelecer níveis de salário, as mestras ganhavam menos do que seus colegas do sexo oposto, embora a legislação determinasse que os salários deveriam ser iguais para professores de ambos os sexos (SAFFIOTI, 1969).¹²

Na segunda metade do Oitocentos começa a haver um investimento maior por parte dos governos em fundar as primeiras instituições destinadas a preparar professores para a prática docente: as Escolas Normais. Em seu início, elas atendiam alunos de ambos os sexos, porém, com o passar dos anos, passaram a apresentar uma frequência maior de estudantes mulheres¹³. “Ao se formar, as novas mestras ou iam dar aulas nas poucas vagas existentes no primário para meninas ou, mais frequentemente, eram contratadas como perceptoras ou professoras particulares, nas casas ou fazendas das famílias abastadas” (BRUSCHINI; AMADO, 1988, p. 5).

No Maranhão são criadas nota-se uma maior criação de cadeiras de Primeiras Letras para meninas, conforme tabela a seguir.

TABELA 1
CRIAÇÃO DE CADEIRAS DE PRIMEIRAS LETRAS PARA O SEXO FEMININO
NO MARANHÃO ENTRE OS ANOS 1840 – 1884

CADEIRAS DE PRIMEIRAS LETRAS PARA MENINAS MARANHÃO (1840 – 1884)		
Mês/ano de criação	Localidade	Observação
Outubro de 1841	Vila do Mearim	
Maior de 1855	Freguesia de Monção	
Junho de 1855	Vila de São João Baptista do Cururupu	
Junho de 1855	Vila do Codó	
Julho de 1856	Vila de Pastos-Bons	Primeiras Letas e Costura
Julho de 1856	Vila de Carolina	Primeiras Letras e Costura
Julho de 1856	Vila da Barra do Corda	

¹² Texto adaptado de **Algumas questões sobre magistério**, disponível em <http://www.emdialogo.uff.br/content/algumas-questoes-sobre-o-magisterio> . Acesso em 14 fev. 2023.

¹³ Idem.

Julho de 1856	Povoação de Chapadinha	
Setembro de 1856	Freguesia de Santa Maria de Anajatuba	
Outubro de 1857	Vila de Vargem-Grande	Transferência
Julho de 1859	Vila do Arary	
Setembro de 1861	Vila do Icatú	
Setembro de 1861	Vila da Chapada	
Julho de 1863	Vila de Miritiba	
Julho de 1864	Vila de Monção	
Julho de 1865	Freguesias das Barreirinhas	
Julho de 1865	Freguesias da Tutoya	
Julho de 1865	Vila de São Bernardo	
Julho de 1866	Freguesias de São Sebastião da Passagem-Franca	
Julho de 1866	São Felix de Balsas	
Julho de 1868	Vilas da Manga, Riachão, Paço do Lumiar, São Luiz Gonzaga, dentre outras localidades	Cadeiras de Ensino Primário
Julho de 1874	Vila de Sant'a Ana do Curralinho, da comarca de Brejo	
Março de 1881	Cria cadeiras de ambos os sexos do primeiro grau e transfere outas em várias localidades da província	
Maior de 1882	Cria cadeiras para o ensino primário para o sexo masculino e o feminino em várias localidades da província	
Maior de 1884	Povoação Mocajutuba	

Dados extraídos de CASTO, César Augusto. **Leis e regulamentos da Instrução Pública no Maranhão Império: 1835-1889**. São Luís: EDUFMA, 2009. Tabela: elaboração própria.

No Maranhão “aumentara o número de escolas de 14 para 24 num curto período de tempo, representando um passo na difusão da educação por parte da Província” (CASTELLANOS, 2010, p. 121). Essa ampliação da educação na província, aumenta a partir da década de 30 dos oitocentos, com a fundação do Liceu do Liceu (1837), que atendia os rapazes das classes abastada que buscavam a realização do ensino superior nas Faculdades de Olinda, Recife, Rio de Janeiro e São Paulo ou em países da Europa, notadamente Portugal e França. A fundação Casa dos Educandos Artífices (1841), que se voltava para o ensino do ler, escrever e contar da parcela de rapazes pobres e desvalida da província, visando à formação profissional: ensinamentos sobre os ofícios de carpinteiro, alfaiate, marceneiro, dentre outras ocupações que o Maranhão carecia.

Houve também a criação de colégios particulares: o Colégio de Santana; do Colégio Episcopal de Nossa Senhora dos Remédios (em 1840); o de Nossa Senhora da Glória (para meninas) ou Colégio Abranches (em 1844); do Asilo de Santa Teresa (em 1855); do Colégio de Nossa Senhora de Nazareth (em 1864), do Instituto de Humanidades; do Internato e Externato de São Paulo e do Colégio de São Caetano, a Escola Normal Onze de Agosto (1871), demonstram como influenciou a Lei da Instrução Pública de 1827.

1.2 As mulheres e o magistério

O século XIX pode ser caracterizado como um período de construção do sistema educacional brasileiro estabelecido, inicialmente, pelo Império. Na Corte, formada por uma população heterogênea, a escola foi entendida como um espaço que seria responsável pela criação de uma determinada ordem, do disciplinamento de sujeitos tão distintos, formadores da sociedade.

Era expressivo, desde meados do oitocentos, o número de mulheres atuando como professoras e preceptoras, em inúmeras províncias do Império, tendo o quantitativo de professoras aumentado proporcionalmente conforme aumentavam o número de escolas oficiais (UEKANE, 2010)

Em pesquisa realizada por Uekane (2010), ela traz informações sobre o relatório do Ministro do Império, de 1884, em que o número de mulheres professoras no magistério primário chegou a ultrapassar o dos homens. Em seu relatório, na Escola Normal da Corte, haviam se matriculado em 1884, 178 alunos, deste, 45 do sexo masculino e 133 do sexo feminino. A capital contava com o total de 197 docentes, dos quais 107 eram mulheres.

Com a expansão do novo sistema educacional primário na Corte, novas escolas de primeiras letras foram criadas, a fim de oferecer, ao menos, a instrução elementar às crianças. Nesse cenário, a maior presença das meninas nas escolas pode ser observada, principalmente, a partir da década de 1870, gerando a necessidade da inserção de maior número de mulheres na carreira docente, pois, nesse período, não havia a possibilidade da coeducação, ou seja, os professores deveriam ensinar aos alunos do seu respectivo sexo (professores homens ensinavam aos meninos/rapazes, professoras mulheres ensinavam às meninas/moças). O aumento gradual da procura de meninas pelas escolas, levou a um aumento significativo das escolas elementares para o público feminino, gerando uma demanda por professoras mulheres e, posteriormente, a maior procura dessas, pelos Cursos Normais (UEKANE, 2010).

Contudo, apesar das modificações durante o século XIX em relação ao início de um acesso à educação por parte de uma parcela das mulheres, sua maior expansão ocorrerá, principalmente, após a Proclamação da República, uma vez que “os discursos que se constituem pela construção da ordem e do progresso, pela modernização da sociedade, pela higienização da família e pela formação dos jovens cidadãos implicam a educação das mulheres — *das mães*” (LOURO, 2010, p. 100, grifo da autora).

Talvez mais adequado seria entender que, nesse período, um processo de urbanização estava em curso, no interior do qual — além da presença de outros grupos sociais, como os imigrantes, de outras expectativas e práticas educativas e de outras oportunidades de trabalho — um novo estatuto de escola se instituíra. O magistério se tornará, neste contexto, uma atividade *permitida* e, após muitas

polêmicas, *indicada* para mulheres, na medida em que a própria atividade passa por um processo de ressignificação; ou seja, o magistério será representado de um modo novo na medida em que se feminiza e para que possa, de fato, se feminizar (LOURO, 2010, p. 99, grifos da autora).

Seguindo o Positivismo de Augusto Comte, que desembarca no Brasil nesse mesmo período (fins do século XIX), a mulher deveria se restringir ao seu “espaço natural”, o lar, o ambiente privado, evitando ao máximo o contato com atividades que pudessem atraí-la para o mundo público.

A medicina cientificista da época fundamentava essas concepções, mostrando que toda a constituição biológica feminina, fixava o destino da mulher: ser mãe e viver no lar, cuidando da família. Cesare Lombroso, médico italiano, afirmava que “a inferioridade da mulher era algo manifesto por razões atávicas, pois com exceção das ordens inferiores nas quais era incerta a superioridade do macho, a partir dos mamíferos, a inferioridade da mulher se constituía na regra” (apud SOIHET, 1989, p. 83).

Existia uma crença de que o trabalho da mulher fora de casa, no ambiente público, destruiria a família, tornaria os laços familiares mais fracos e debilitaria a raça, pois as crianças cresceriam mais soltas, sem a constante vigilância das mães, que são as educadoras natas. As mulheres deixariam de ser mães dedicadas e esposas carinhosas, se trabalhassem fora de casa; além de que um bom número poderia deixar de se interessar pelo casamento e pela maternidade, segundo as representações da época (RAGO, 1997, p. 585).

Entretanto, passou a existir uma possibilidade de trabalho “ideal” para a mulher desse tempo. Entendendo-se o casamento e a maternidade, tarefas femininas fundamentais e “naturais”, constituindo assim a “verdadeira carreira e projeto de vida” das mulheres, qualquer atividade profissional era considerada um desvio dessas funções sociais, *a menos que* possa ser representada de forma a se ajustar a elas. O magistério precisou tomar de empréstimo atributos que eram tradicionalmente associados às mulheres, como o amor, a sensibilidade, o cuidado, etc. para que pudesse ser reconhecido como uma profissão admissível ou conveniente. (LOURO, 2010, p. 100).

Durante o oitocentos se afirmou por parte do Estado “um projeto de civilização da infância brasileira, enquanto estratégia de ordenamento social e difusão de um projeto civilizatório” (GOUVEIA, 2001, p. 12), no qual a escola era percebida como difusora de uma moral civilizadora. Esses novos ofícios, que se abrem às mulheres a partir de fins do século XIX, são duplamente marcados, pelo discurso religioso e pela ideia da maternidade compulsória: dedicação-disponibilidade, humildade-submissão, abnegação-sacrifício (DAUPHIN, 1991, p. 141).

Parece desnecessário lembrar o que tem sido repetido à sociedade por quase todos os pedagogistas modernos, que a escola primária elementar deve ser como o prolongamento do lar doméstico, e pertencer exclusivamente a mulher, porque só ela é dotada daquele carinho natural que falta ao coração, torna atrativo o ensino dos primeiros rudimentos e, pela brandura, sabe domar as índoles mais rebeldes, a ponto que meninos tidos como indóceis às ordens de um professor, tornar-se-ão logo meigos e obedientes, já pela presença das meninas, suas colegas, já pela direção maternal de uma professora digna deste nome (HALBOUT, 1887, APUD UEKANE, 2010, p. 54).

Os próprios mestres das Escolas Normais, conforme fragmento do relatório acima, demonstravam que compartilhavam dessas representações sobre a importância do papel da mulher enquanto professora, uma vez que ela “naturalmente” era dotada, em sua biologia, e caráter, da docilidade, da maternidade, da brandura, do carinho, fazendo que o ensinar e o aprender se tornassem mais fáceis. Com a presença das meninas, até mesmo os meninos já ficariam mais calmos e dóceis, mais tranquilos.

O processo que ficou conhecido como *feminização do magistério*¹⁴ é associado ao aumento expressivo de mulheres no magistério. O que realmente ocorreu, contudo, deveu-se a uma série de outros fatores sociais, econômicos e históricos que devem ser considerados.

Como verificou-se, a primeira lei no Brasil que tratou a respeito do acesso das mulheres à educação foi a lei de 15 de outubro de 1827, ainda durante o Primeiro Império, governo do Imperador Dom Pedro I. Porém, a efetivação de uma política nacional com vistas a implantar de forma consistente a criação de aulas de Primeiras Letras, escolas públicas, salas de aulas para meninas, só começou a acontecer na segunda metade do século XIX. E a entrada mais concreta das meninas e moças nas escolas somente a partir dos anos 1870, quando já havia uma quantidade um pouco maior de salas que atendessem a esse público.

Entretanto, foi a partir da Proclamação da República que a discussão sobre a escolarização e o papel da escola se acentuou, uma vez que o lema “Ordem e Progresso” passou a fazer parte do desenvolvimento da nação, agora republicana, que desejava criar cidadãos eficientes, disciplinados, obedientes e higienizados para os novos processos que se iniciavam.

A profissionalização feminina (e também a masculina) foi incentivada pelo processo de industrialização, pela abolição do trabalho escravo e pelo surgimento de uma nova forma

¹⁴ O termo *feminização do magistério* é descrito por diversas autoras, tais como BRUSCHINI e AMADO, 1988; DERMATINI e ANTUNES, 1993; DAUPHIN, 1993; ALMEIDA, 1996, 1998; LOURO, 1997; RAGO, 1997; GOUVEIA, 2001; UEKANE, 2010; RABELO e MARTINS, 2006; FARIA FILHO, 2010; VILLANOVA, 2010; entre outros.

de mão de obra: os assalariados. A ideia de progresso e de ordem se evidenciavam nas cidades, nas classes dominantes e médias, e também nos centros urbanos que começavam a se industrializar: as repercussões sociais do capitalismo atingiam o Brasil nos últimos anos do Oitocentos.

A urbanização do final do século XIX aumentou drasticamente as oportunidades de investimento, emprego, mobilidade social e mobilidade política – oportunidades que, por sua vez, fomentaram transformações na consciência e gradativamente afrouxaram as relações sociais patriarcais tradicionais (BESSE, 1999, p. 18).

A educação escolar aliava-se ao desejo de modernização das classes dominantes, pela necessidade que a produção tinha de contar com trabalhadores especializados. Deste modo, cresceram as pressões exigindo educação, e, com elas, primeiramente começou a expandir-se o número de professores masculinos, simultaneamente acentuou-se a admissão de mulheres na Escola Normal, que era o único espaço em que elas podiam prosseguir os estudos de uma forma aprovada por parcela da sociedade.

Porém, houve também um objetivo político na ampliação da participação feminina no magistério: as mulheres ganhavam menos e, para que se pudesse expandir o ensino para todos, era necessário que o governo gastasse menos com os professores. Os homens não aceitariam um salário menor, então era necessário que a mulher assumisse esse posto, não pelo salário, mas por sua suposta “vocação natural” para essa profissão (MELNIKOFF e MELNIKOFF, 2014).

Para que a escolarização se democratizasse era preciso que o professor custasse pouco: o homem, que procura ter reconhecido o investimento na formação, tem consciência de seu preço e se vê com direito à autonomia — procura espaços ainda não desvalorizados pelo feminino. Por outro lado, não se podia exortar as professoras a serem ignorantes, mas se podia dizer que o saber não era tudo nem o principal. Exaltar qualidades como abnegação, dedicação, altruísmo e espírito de sacrifício e pagar pouco: não foi por coincidência que este discurso foi dirigido às mulheres (CATANI, 1997, p. 28-29, APUD MELNIKOFF e MELNIKOFF, 2014, p. 8).

Com a República, essas pressões impulsionaram ainda mais a necessidade de ampliação das oportunidades educacionais. Os líderes republicanos passaram a considerar o magistério uma profissão “naturalmente” feminina, influenciados pelas teorias positivistas e cientificistas, que julgavam que a mulher estava “biologicamente” dotada da capacidade para cuidar das crianças, futuros cidadãos republicanos.

A urbanização, que atraiu mulheres para fora das fronteiras do mundo privado, também exigiria delas os comportamentos morais que a sociedade burguesa esperava que desempenhassem, como o cuidado com a família, a educação dos filhos, o apoio ao marido, enfim, que acatasse o papel do anjo tutelar (ALMEIDA, 2004, p. 108).

Esse processo de *feminização do magistério* que começou a nascer a partir da expansão da rede escolar do ensino básico e do “desenvolvimento da industrialização e urbanização próprias da formação social e econômica capitalista” (HYPOLITO, 2020, p. 68), se consolidou com a expansão industrial, quando os homens começaram a abandonar a profissão do professorado para assumir postos de trabalho nessa atividade econômica. Nesse momento, a demanda pelo recrutamento de mulheres para lecionar no ensino primário aumentou.

O trabalho no magistério, em tempo parcial, de acordo com as regulamentações das legislações vigentes, era interessante para as mulheres e para a sociedade, uma vez que com ele, a mulher poderia conciliar os serviços e tarefas domésticas, o que facilitava para que cuidasse do lar, do marido e dos filhos, sem prejudicar sua saída para o mercado de trabalho.

Essa situação só será alterada a partir dos anos 1970, quando a Lei 5692/71¹⁵ introduzirá mudanças significativas na carreira do magistério e em todo o ensino, dentre elas, a duplicação da jornada de trabalho da professora. O que, por um lado, contribuirá para uma maior saída e aumento da remuneração das mulheres (mesmo que ainda não de forma igualitária com seus pares do sexo masculino). E, por outro lado, de acordo com Apple (1995, p. 59), o levará o magistério a deixar de ser ainda menos atrativo para os homens porque “muitos professores ensinavam em tempo parcial ou como ponto de partida para outros empregos mais lucrativos ou prestigiosos”.

As mudanças nas condições do trabalho docente e na própria sociedade, com novas oportunidades para o sexo masculino, levaram os homens para outras profissões que consideravam mais lucrativas e deixaram um terreno aberto para a ocupação das mulheres.

Para além dos motivos econômicos e sociais existiam os motivos culturais. A crescente relação entre a profissão docente com características que eram culturalmente atribuídas às mulheres: habilidade e sutileza para lidar com crianças, sua afetividade por exercer o papel social de mãe, a possibilidade de compatibilizar o horário do exercício do magistério e o trabalho doméstico.

Outro fator importante, no século XIX, foi a permissão para que as mulheres estudassem nas Escolas Normais, o que possibilitou a construção da imagem da mulher como a trabalhadora “ideal” para o ensino primário, em razão de suas características “naturais” que

¹⁵ Disponível em <https://www2.camara.leg.br/legin/fed/lei/1970-1979/lei-5692-11-agosto-1971-357752-publicacaooriginal-1-pl.html>

incentivavam sua da vocação para a docência. Relacionou-se então a equação mãe devotada = professora digna.

A “honestidade” era outro fator fundamental para o exercício do magistério feminino. No Brasil, a Lei Couto Ferraz de 1854, no seu artigo 16, exigia das mulheres uma comprovação da sua idoneidade moral para poder exercer o magistério, pois até o final do Oitocentos, a principal missão do professor deveria ser a condução moral dos seus alunos, a escola, entendida como um local de disciplinamento, o que se prolonga por muitas décadas. “Mulheres brasileiras, honestas, com algum conhecimento e desembaraço para submeterem-se a exames públicos, foram adentrando o magistério primário” (MÜLLER, 1999, p. 101).

As mulheres começaram a enxergar a si mesmas dentro dessas representações do “ser-professora”, conforme constata-se nos trechos de *Normalistas*¹⁶, dos anos 1950.

Devemos lembrar sempre que não seremos somente mestras, e, sim, como compete a nossa condição de mulher, mães moralmente. Que importam a idade e a pouca experiência? Que não tenhamos um filho? Nada. O instinto materno, que jaz adormecido no íntimo de nosso ser, irá manifestar-se na escola, em toda sua plenitude e sublimidade (NORMALISTA, 1952, p.6, APUD VILLANOVA, 2010, p. 111).

As representações que se incorporaram a partir da inserção da mulher no processo de escolarização, desde a introdução da Lei de 15 de outubro de 1827, até que as primeiras jovens iniciassem seu processo de letramento e, enfim, pudessem ter acesso às Escolas Normais, chegando a ter o direito de serem consideradas aptas a profissão do magistério, por fim, se configuram como essa forma de pensar, modos de perceber a si e aos demais dentro da sociedade em dado tempo e contexto sócio-histórico, levando a agir e mesmo a não (re)agir, configurou-se, na passagem acima, na concepção do magistério como uma condição “natural” do feminino, em razão da maternidade, discurso difundido por legisladores, governantes, pela Igreja, por pedagogos.

Esse movimento sutil de transformação nas configurações e reconfigurações sociais que se dão ao longo dos processos históricos (não sem lutas, conflitos, trocas – nem sempre justas) geram “formas de classificação com as quais construímos o mundo (mas que, originárias deste mundo, estão essencialmente de acordo com ele, mesmo que permaneçam despercebidas)” (BOURDIEU, 1998, p. 13). E justamente, por muitas vezes passarem e permanecerem despercebidas pela maior parte dos agentes – que em suas relações e práticas

¹⁶ A revista *Normalista* é apresentada como órgão das alunas do Instituto de Educação, veículo das atividades do Grêmio Cultural Rui Barbosa, que se dedicava a divulgar as atividades de caráter acadêmico e cultural promovidas no Instituto, suas publicações compreendem o período de 1948 a 1953.

sociais utilizam essas formas de classificação, essas *disposições incorporadas* para compreenderem o mundo social que os cerca – é possível que muitas vezes os dominados apliquem

àquilo que os domina esquemas que são produto da dominação, ou, em outros termos, quando seus pensamentos e suas percepções estão estruturados de conformidade com as estruturas mesmas da relação de dominação que lhes é imposta, seus atos de *conhecimento* são, inevitavelmente, atos de *reconhecimento*, de submissão (BOURDIEU, 1998, p. 22).

O processo de *feminização do magistério* não ocorreu sem polêmicas, ambiguidades e retrocessos. As posições eram dissonantes, desde a interpretação contrária à atuação das mulheres como mestras de crianças, em razão de seus “cérebros frágeis” e “perigosos”, dos problemas relacionadas à ausência e saída da mulher dos lares, até a afirmação da necessidade de se formarem mulheres como professoras, devido à sua “natureza dócil” e própria à maternidade, que facilitava o trato e a educação das crianças.

O processo não se dava, contudo, sem resistências ou críticas. A identificação da mulher com a atividade docente, que hoje parece a muitos tão *natural*, era alvo de discussões, disputas e polêmicas. Para alguns parecia uma completa insensatez entregar às mulheres usualmente despreparadas, portadoras de cérebros “pouco desenvolvidos” pelo seu “desuso” a educação das crianças. Um dos defensores dessa ideia, Tito Lívio de Castro, afirmava que havia uma aproximação notável entre a psicologia feminina e a infantil (LOURO, 1997, p. 449-450).

As conquistas das mulheres por novos espaços não aconteceram sem lutas, conflitos, barganhas. Havia, como exposto no trecho, a *velha guarda*. Nos processos históricos, quando há mudanças, embora lentas e graduais, o novo não significa a extirpação completa do antigo. Ao contrário. Durante longo tempo o antigo e o novo sobrevivem juntos.

E graças a esse progresso, chegou a liberdade para a mulher. Vocês já pensaram nos direitos que tinham as mulheres antigamente? Não, naturalmente; porque não tinham! Na realidade limitavam-se a ser donas de casa e a cuidar dos filhos. O ensino primário era completado com algumas aulas de francês e de piano. Era esta a mulher ideal do século passado. Hoje ela é independente. Invadiu as repartições, os lugares públicos, as letras, as ciências, e compete com o homem, mostrando do que é capaz (NORMALISTA, 1951, p. 3, APUD VILLANOVA, p. 123).

Existiam, como exposto anteriormente, visões que entendiam que o trabalho da mulher, fora do lar, prejudicaria a manutenção da família, a moral e bons costumes. Contudo, no trecho seguinte, vemos que as mulheres estavam dispostas a manter os espaços ocupados¹⁷.

¹⁷ No próximo item falaremos um pouco mais sobre outros espaços conquistados pelas mulheres, além das salas de aula.

Mesmo com posições contrárias, o magistério passou a ser um dos caminhos possíveis para a maioria das mulheres brasileiras, principalmente para aquelas das camadas médias da população, pois, até os anos de 1930, era o único trabalho considerado digno para elas, e que podia ser atrelado às tarefas domésticas. A sua instrução deveria ser aproveitada pelo marido e pelos filhos,

de forma que o lar e o bem-estar do marido e dos filhos fossem beneficiados por essa instrução. Assim as mulheres poderiam e deveriam ser educadas e instruídas, era importante que exercessem uma profissão — o magistério — e colaborassem na formação de diretrizes básicas da escolarização manter-se-iam sob a liderança masculina (ALMEIDA, 1996, p. 73).

Apesar do maior acesso das mulheres à educação e da conquista do espaço do magistério, culminando com sua *feminização*, os altos cargos referentes à administração e direção escolares não eram exercidos pelo público feminino. Havia diretoras somente em escolas particulares. As mulheres, em geral, ficaram restritas durante longo tempo às salas de aula, ao papel social de professoras.

Por sua vez, os homens que se dedicavam à educação, no decorrer do século XX, tinham facilidades de promoção na carreira do magistério e no sistema educacional em geral. Já as mulheres tinham uma ascensão profissional muito difícil, o que as fazia continuar na carreira de professora primária por longo tempo.

Os homens tinham privilégios na área educacional, pois eram considerados como melhores “líderes” e frequentemente ascendiam a outros cargos (como direção, inspeção, funções técnicas e administrativas, professores da Escola Normal), abandonando o espaço feminino da sala de aula (DEMARTINI e ANTUNES, 1993, p. 8).

Destaca-se que até hoje o Brasil só teve uma ministra da Educação, Esther de Figueiredo Ferraz¹⁸, no governo de João Figueiredo, durante a Ditadura Militar. Ela foi ministra no período de 24 de agosto de 1982 a 15 de março 1985.

Um dos possíveis empecilhos para a promoção das professoras, deve-se ao fato de que até a década de 40 do século XX, quem fazia o Curso Normal não podia seguir para um Curso Superior. Em 1930 a Escola Normal havia se tornado escola profissionalizante, exigindo-se, para cursá-la, ginásio completo. O que beneficiou as mulheres, uma vez que agora elas tinham um acesso maior ao ensino secundário.

¹⁸ Foi a primeira mulher a ser ministra da educação no Brasil, além de ter se destacado também por se tornar a primeira mulher a lecionar na Universidade de São Paulo e a primeira mulher na, América Latina, a comandar a reitoria de uma universidade, a Mackenzie.

Contudo, o acesso ao secundário propedêutico e às universidades ainda era difícil. Porém, após a década de 1940, foram abertas possibilidades para as mulheres que normalistas cursarem alguns cursos de Filosofia e, a partir de 1953, passou a se estender para outros Cursos Superiores (BRUSCHINI e AMADO, 1988).

Como já estava consolidada a tendência de as mulheres se dedicarem à docência, houve um prolongamento dessa tradição ao magistério secundário. As mulheres acabavam por optar por cursos de licenciatura não apenas menos rigorosos na sua admissão, mas também mais baratos, o que as levava a procurar as faculdades particulares, cujo custo reduzido de instalação lhes permitia se expandir de forma maior do que os outros cursos superiores (BRUSCHINI e AMADO, 1988, p. 6).

1.3 As mulheres em outros espaços de profissionalização

Durante o século XIX, as mulheres das camadas menos abastadas da sociedade, possuíam uma mobilidade maior do que as mulheres das classes mais altas. Aqui, fala-se de mobilidade no sentido de deslocamento físico nos espaços sociais, como ruas, praças, feiras. Isso ocorria, pois essas mulheres contribuía com o sustento de suas famílias, sendo algumas mães solteiras, outras concubinas, algumas prostitutas, negras libertas, e mesmo as mulheres casadas ou amasiadas, que dividiam as responsabilidades financeiras com seus companheiros.

Podiam trabalhar como engomadeiras, costureiras, lavadeiras, doceiras, sobrevivendo do comércio ambulante. Tinham uma certa liberdade para ir e vir pela necessidade de buscar sua subsistência, o que era quase impensável para as mulheres das classes mais altas.

Por outro lado, durante o mesmo período, as mulheres também exerceram participação em jornais, escreveram livros, inclusive didáticos e mais para fins do séculos, iniciaram o processo de trabalho fabril. Duarte (2003) destaca que, em sua análise, houve quatro momentos em que as mulheres alcançaram maior visibilidade, que seriam em torno de 1830, 1870, 1920 e 1970.

Longe de serem estanques, tais momentos conservam uma movimentação natural em seu interior, de fluxo e refluxo, e costumam, por isso, ser comparados a ondas, que começam difusas e imperceptíveis e, aos poucos (ou de repente) se avolumam em direção ao clímax – o instante de maior envergadura, para então refluir numa fase de aparente calma, e novamente recomeçar (DUARTE, 2003, p. 152).

Esse primeiro momento ou primeira onda, ocorrido por volta de 1830, é denominado pela autora de “as primeiras letras”. Elas são as consideradas “pioneiras”, as primeiras

mulheres a iniciar o trabalho com pena no Brasil, a escrever, a ter mais acesso à leitura e à escrita e a se manifestar no sentido de reivindicar esse acesso a outras mulheres.

Destacam-se nesse período as escritoras Nísia Floresta Brasileira Augusta (1810-885), que publica seu primeiro livro *Direitos das mulheres e injustiça dos homens* em 1832; a mineira Beatriz Francisca de Assis Brandão (1779-1860), e as gaúchas Clarinda da Costa Siqueira (1818-1867) e Delfina Benigna da Cunha (1791-1857), eram algumas dessas “exceções” hoje conhecidas.

Nesse período eram raras as mulheres brasileiras “educadas” e, em menor número ainda, as escritoras. Maria Thereza Caiuby Crescenti Bernardes, em *Mulheres de ontem? Rio de Janeiro – século XIX*. (1989) informa que, de 1840 a 1890, teriam vivido, principalmente no Rio de Janeiro, cerca de noventa e nove escritoras e tradutoras. Demonstrando que, principalmente, a segunda metade do século XIX, foi um período fértil de trabalho ou tentativas de trabalho para as mulheres no domínio das letras.

Apesar da lacuna de dados em algumas das referidas notas, distinguiram-se noventa e nove escritoras e tradutoras com publicações entre 1840-1890 que, segundo o local de moradia, foram classificadas em três grupos: - quarenta que viveram, ao menos por algum tempo, no Rio de Janeiro; - cinquenta e quatro que residiram em outros pontos do Brasil ou no exterior; - cinco sobre as quais não há informações quanto ao local de residência, mas apenas notícias das respectivas obras. Portanto, metade dessas mulheres concentrou-se no Rio de Janeiro como local de residência (BERNARDES, 1989, p. 98).

No segundo movimento, a partir de 1870, nota-se uma ampliação do acesso das mulheres à educação. Como essa ampliação da educação, com as conquistas anteriores, surgidas com a Lei de 15 de outubro de 1827, com o maior acesso a livros, depois da instalação da Corte Portuguesa no Brasil e do aumento das traduções de livros estrangeiros, esse período começa a ser marcado pelo surgimento mais macivo de jornais femininos.

Destacam-se o jornal *O sexo feminino*, dirigido por Francisca Senhorinha da Mota Diniz, *Echo das damas*, editado por Amélia Carolina da Silva Couto, que circulou no Rio de Janeiro de 1875 a 1885, *O domingo*, e o *Jornal das damas*, ambos em 1873, *O corimbo*, de Porto Alegre, das irmãs Revocata Heloísa de Melo e Julieta de Melo Monteiro, a revista *A mensageira*, que circulou na capital paulista de 1897 a 1900, dirigida por Presciliana Duarte de Almeida.

E são dessa época as primeiras notícias de brasileiras fazendo cursos universitários, no exterior e no país. E a cada nova médica ou nova advogada, a imprensa feminista expressava seu regozijo pela importante vitória “sobre os conceitos brutais da educação atrofiante, ainda infelizmente em vigor (DUARTE, 2003, p. 158).

Nesse período é possível observar também a participação das mulheres nos assuntos da instrução primária em situações oficiais, como nas Conferências Pedagógicas¹⁹, realizadas a partir de 1870, e na publicação de artigos em periódicos, como nos jornais *A Instrução Pública* e *A Verdadeira Instrução Pública*.

Ainda em relação às questões da educação, as mulheres tiveram participação na redação de livros didáticos. Silva (2007) apresenta uma lista de mulheres que, no século XIX, ocuparam cargos na Instrução Pública, foram proprietárias de estabelecimentos de ensino privados ou se dedicaram à produção de obras didáticas (ver Tabela 2, a seguir).

TABELA 2
Referências de proprietárias de escolas e autoras de livros de ensino

Edeiges Raetz de Schreiner	Publicou <i>Idéia sobre a instrução primária no Brasil</i> (1883).
Elisa Diniz Machado Coelho	Uma das fundadoras do colégio Santa Isabel, RJ. Autora de romances-folhetins.
Francisca Senhorinha da Motta Diniz	Fundou e dirigiu com as filhas o colégio Santa Isabel, e o jornal <i>O Sexo Feminino</i> (1873).
Gabriela de Jesus Ferreira França	Escreveu <i>Contos brasileiros</i> (1881), adotado nas escolas públicas primárias.
Luísa Carolina de Araújo Lopes	Diretora do Colégio Santa Luzia, para educação de meninas, no RJ. Produziu <i>Lições de geografia particular do Brasil</i> (1877).
Maria Guilhermina Loureiro de Andrade	Natural de MG, fundou um colégio para meninas no RJ. Produziu <i>Resumo da História do Brasil para uso das escolas primárias</i> , Boston, 1888; e alguns livros de leitura para o ensino primário.
Maria Jose de Andrade	Dirigiu um colégio de meninas no RJ.
Nísia Floresta Brasileira Augusta	Foi educadora de meninas no Brasil e em Portugal. Escreveu <i>Direitos das mulheres e injustiça dos homens</i> (1832); <i>Conselhos à minha filha</i> (1842), <i>A mulher</i> (1859); <i>Opúsculo humanitário</i> (1853).
Teresa Pizarro Filha	Fundou no Rio de Janeiro o Colégio Santa Teresa.

Fonte: SILVA, Alexandra Lima da. **As redes dos livros didáticos:** autores, livreiros, editores e público leitor na cidade do Rio de Janeiro (1854-1931). 2007. Mimeografado.

Outro ponto que merece destaque nesse período é o processo de industrialização pelo qual o Brasil vinha passando. Desde as décadas de quarenta e sessenta do século XIX, especialmente com a indústria de tecidos, inicialmente no Nordeste, deslocando-se

¹⁹As conferências pedagógicas ou de professores objetivavam discutir sobre diversas questões vinculadas à profissão, isto é, à educação e ao ensino. Tinham uma perspectiva de atualização, de continuação dos estudos depois da formação, e de vulgarização e aperfeiçoamento dos métodos de ensino. Campagne (1886, p.496) as define como “reuniões de professores, com o fim de discutirem as diversas questões relativas à sua profissão, isto é, à educação e ao ensino da mocidade”. Justifica sua necessidade, com o argumento de formação continuada: o professor, ao sair da Escola Normal, precisa continuar os seus estudos. Se ficasse entregue só a si, correria o risco de os abandonar, ao passo que com estas reuniões de colegas, é obrigado a estudar certas questões pedagógicas e por-se ao corrente dos métodos de ensino adotados pelos outros professores. Todos os membros da conferência se instruem mutuamente: cada um utiliza a experiência de todos os outros”.

progressivamente para o Sudeste “o governo brasileiro procurou atrair milhares de imigrantes europeus para trabalhar tanto na lavoura, nas fazendas de café, quanto nas fábricas que surgiam nas cidades, substituindo a mão de obra escrava” (RAGO, 1997, p. 580).

As mulheres operárias estrangeiras, de acordo com o censo de 1890, eram 119.581 e representavam 34% do total de operários, e estavam empregadas em sua maioria na indústria têxtil, isto é, trabalhavam com fiação e tecelagem. Em 1894 a participação de mão de obra feminina na indústria têxtil na cidade de São Paulo representava 67,62% do total de operários, e no levantamento do ano de 1901 totalizavam 49,95%, sem contar as crianças operárias do sexo feminino. A participação feminina na indústria têxtil continuou a crescer após a Primeira Guerra Mundial. No ano de 1920, foi recenseado um total de 247 indústrias que trabalhavam com gêneros têxteis, 34.825 operários [14.352 (41,21%) eram homens e 17.747 (50,96%) eram mulheres] (RAGO, 1997, p. 581).

Contudo, a partir de 1950, os dados começam a apontar no sentido contrário. As mulheres passam a representar a minoria da classe operária dos trabalhadores fabris: “as mulheres vão sendo progressivamente expulsas das fabricas, na medida em que avançam a industrialização e a incorporação da força de trabalho masculina” (RAGO, 1997, p. 582).

É importante destacar aqui alguns pontos. Primeiro, as mulheres, representando a maior parte da força de trabalho fabril, lutavam por direitos trabalhistas, pois sofriam abusos no ambiente de trabalho, trabalhando de 10 a 12 horas por dia e recebendo menos que os homens. Segundo, como destacado anteriormente, o trabalho feminino não era bem visto pela sociedade, principalmente o trabalho mais pesado, como o fabril: “O papel de uma mulher não consiste em abandonar seus filhos em casa e ir para a fábrica trabalhar, pois tal abandono origina muitas vezes consequências lamentáveis, quando melhor seira que somente o homem procurasse produzir formas a prover as necessidades do lar” (JORNAL A RAZÃO, 29 de julho de 1919).

É dentro desse contexto da mulher enquanto força de trabalho operário, que nasce a terceira onda ou movimento, por volta dos anos 1920. As mulheres, já mais organizadas, agora passam a exigir “direito ao voto, ao curso superior e à ampliação do campo de trabalho, pois queriam não apenas ser professoras, mas também trabalhar no comércio, nas repartições, nos hospitais e indústrias” (DUARTE, 2003, p. 160).

Nesse período destacam-se nomes feministas como Bertha Lutz, Maria Lacerda de Moura, Leolinda Daltro e das escritoras, Ercília Nogueira Cobra, Diva Nolf Nazário, Rosalina, Coelho Lisboa, Gilka Machado, Mariana Coelho, Rachel de Queiroz, Adalzira Bittencourt.

A luta dessas mulheres e de muitas outras rendeu em 1932 o direito ao voto no governo de Getúlio Vargas. O Brasil passa então a ser o quarto país nas Américas, junto com Canadá, Estados Unidos e Equador, a conceder o direito ao voto às mulheres. Contudo, Vargas suspende as eleições e as mulheres só exercerão de fato seu direito em 1945.

Ainda nesse período, destaca-se as mulheres artistas profissionais, muito bem representadas na pesquisa de Ana Paula Cavalcanti Simioni, *Profissão artista: pintoras e escultoras acadêmicas brasileiras* (2008), que analisou o percurso das mulheres que buscavam aprimoramento na profissão ao cursar a Academia Nacional de Belas Artes no período de 1884 a 1922. É importante destacar, na fase inicial da pesquisa, Simioni afirma que contabilizou do início dos Oitocentos até 1922 cerca “noventa mulheres provenientes das mais variadas regiões, com obras dos mais diversos tipos, reunindo em uma mesma mostra desde escultoras acadêmicas premiadas até artesãs regionalmente singulares” (SIMIONI, 2008, p. 24).

Reconstruindo o universo artístico do Brasil do final do século XIX, a autora apresenta os constrangimentos que impediam as mulheres de adentrar e seguir suas carreiras na arte. O universo artístico, dominado por homens, dificultava a entrada de mulheres, e elas se adaptaram ou reagiram de diferentes formas às barreiras, conforme seus perfis sociais e culturais.

Ela desenvolve sua investigação a partir da constatação da existência de uma incongruência entre, de um lado, as canônicas presenças de artistas como Anita Malfatti e Tarsila do Amaral no “panteão estético brasileiro” e, de outro, a aparente ausência de antecessoras de semelhante “nível” na história da arte brasileira, tanto na pintura quanto na escultura. Simioni considera infundada a existência de tão grandes nomes no cenário modernista, sem que houvesse uma tradição anterior de mulheres artistas que os justificasse.

É importante frisar a riqueza de fontes documentais examinadas – cartas, diários, pinturas, esculturas, catálogos de exposições, livros de registros da Academia Imperial de Belas Artes e da Escola Nacional de Belas Artes, registros de prêmios artísticos concedidos, entre outros. O que permite a autora justificar a escolha de casos exemplares de pintoras e escultoras brasileiras que atuaram entre a segunda metade do século XIX até por volta do início da segunda década do século XX. A análise das trajetórias, as fontes documentais utilizadas e o estudo aprofundado sobre as configurações sociais e históricas do período, além da análise do que ela considera como sendo um campo intelectual e cultural, permitiram apresentar pistas sobre como e quais eram as dificuldades para as mulheres da época

adentrarem no campo cultural/intelectual, nele permanecerem e terem seus trabalhos divulgados.

A última onda ou movimento analisado por Duarte (2003) refere-se ao período dos anos 1970. Possivelmente o movimento feminista é a expressão mais conhecida. No Brasil os movimentos feministas assumiram um caráter distinto, em virtude do momento social e histórico pelo qual a sociedade estava passando: o período da Ditadura Militar.

As mulheres tinham mais acesso aos Cursos Superiores e lançaram suas vozes contra o Regime Militar através dos jornais. Cita-se aqui as escritoras Nélida Piñon, Rose Marie Muraro, Lygia Fagundes Telles, Clarice Lispector, Sônia Coutinho, Hilda Hilst, Helena Parente Cunha, Marina Colasanti, Lya Luft, entre outras, muitas outras.

As barreiras enfrentadas pelas mulheres para participar do mundo do trabalho sempre foram muito grandes, independentemente da classe social a que pertencessem. Da variação salarial à intimidação física, da desqualificação intelectual ao assédio sexual, elas tiveram sempre de lutar contra inúmeros obstáculos para ingressar em um ramo de atividades definido – pelos homens – como naturalmente masculino: o espaço público. Esses obstáculos não se limitavam ao processo de produção; começavam pela própria hostilidade com que o trabalho feminino fora do lar era tratado no interior da família. Os pais desejavam que as filhas encontrassem um bom partido para casar e assegurar o futuro, fossem boas mães e esposas, e isso ia de encontro com as aspirações de exercer um ofício fora do lar, estudar e lograr êxito em suas profissões (RAGO, 1997, pp. 581-582).

1.4 As mulheres na faculdade

O esboço anterior sobre o percurso histórico das mulheres brasileiras em relação ao ensino e ao trabalho, revela diversas nuances. A escassez de escolas e instituições após a Lei de 15 de outubro de 1827 para o ensino de meninas e moças; as diferenças entre os conteúdos para meninas e meninos; as dificuldades de acesso das meninas aos estudos, às primeiras letras; as contraposições entre os defensores da mulher enquanto “naturalmente” apta ao magistério e seus opositores; os discursos a respeito da natureza feminina de docilidade, fragilidade, sensibilidade, mãe e esposa; as preocupações com o afastamento da mulher do ambiente privado, que poderia enfraquecer a instituição do casamento; a precariedade no trabalho nas fábricas e a luta por direitos trabalhista; a luta pelo direito ao voto; o acesso aos cursos superiores.

Contam-se 134 anos desde a Lei de 15 de outubro de 1827, que deu direito às meninas de estudarem no Brasil Imperial, até a Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional de 1961– LDBEN, nº 4.024/61 – que garantiu a equivalência de todos os cursos de grau médio (incluindo os técnicos, como o Curso Normal), abrindo a possibilidade para as mulheres que faziam o magistério disputar o vestibular para os Cursos Superiores.

Esses processos sociais, que geram mudanças e mesmo permanências nas práticas sociais dos agentes, são permeados por lutas, disputas, conflitos, rearranjos. O surgimento do novo nunca significa o desaparecimento do antigo.

O contexto social em que ocorreu a expansão do ensino superior no Brasil, principalmente para o público feminino, foi marcado por muitas agitações internas: o processo de reabertura política com o fim da Ditadura Militar, a liberalização sexual e pela quebra de antigos tabus sociais com os movimentos feministas da década de 1970. Em 1975 ocorreu a 1ª Conferência Mundial da Mulher, com o lema *Igualdade, Desenvolvimento e Paz*, e ficou conhecido como o Ano Internacional da Mulher. A Conferência aprovou o plano norteador das diretrizes para os governos para a comunidade internacional no decênio 1976-1985, destacando-se “a igualdade plena de gênero e a eliminação da discriminação por razões de gênero, a plena participação das mulheres no desenvolvimento e maior contribuição das mulheres para a paz mundial” (ONU MULHERES)²⁰. Foi nesse mesmo ano que foi oficializado o Dia Internacional da Mulher, o 8 de março.

O movimento feminista começa a ressurgir no Brasil e a entrada das mulheres no mercado de trabalho aparece também nas classes mais altas, nas quais tradicionalmente o papel desempenhado pelas mulheres estava ligado ao espaço doméstico e aos afazeres do lar. Essas mudanças sociais e esses processos históricos são importantes para compreensão do espaço ocupado pelas mulheres em seu acesso ao ensino superior.

Ao mesmo tempo que se discutia o direito e o acesso da mulher à educação, as lutas visando sua inserção política, social e produtiva na sociedade brasileira também ganhavam relevo. O início do século XX ficou marcado por intensas movimentações de mulheres mais ou menos organizadas, que reivindicavam o direito ao voto e à ampliação das oportunidades e campos de trabalho. Ao passo que clamavam por maior participação no âmbito público e em espaços decisórios, já não se resignavam ao posto de professoras ou à ocupação doméstica e ofícios relacionados, como costureiras, cozinheiras, etc., demandando formação e oportunidades no comércio, em hospitais, indústrias, entre outros (FIGUEIRÓ, 2020, p. 81).

²⁰ Disponível na página ONU Mulheres <http://www.onumulheres.org.br/planeta5050-2030/conferencias/>

Outro acontecimento importante e que deve ser considerado, anterior a década de 1970, é a participação política da mulher, que obtiveram o direito ao voto em 24 de fevereiro de 1932, através do Decreto Lei do Presidente Getúlio Vargas. Como resultado desta conquista, a alfabetização feminina cresceu um pouco mais.

Nesse momento, de acordo com Beltrão e Alves (2009, p. 133), os “políticos tinham interesse na alfabetização geral da população, em especial das mulheres, pois somente as pessoas alfabetizadas podiam votar”.

A partir da década de 1960 as mulheres tiveram maiores chances de ingressar no ensino superior. Mesmo que, “no Brasil, o início da luta por esse direito data do século dezanove, mas será somente a partir dos anos 1960 que as mulheres brasileiras começaram a ter presença, de fato, no ensino superior” (SOUZA E SARDENBERG, 2013, p. 4).

A maior parte das mulheres que tinha acesso aos estudos, buscava sua formação nas Escolas Normais, no magistério. Essa opção tornava mais difícil seu acesso às universidades, uma vez que o conteúdo exigido nas provas de vestibular baseava-se em disciplinas lecionadas nos chamados ensino secundário científico e ensino secundário clássico, cursados majoritariamente por meninos.

As meninas que quisessem ingressar em uma universidade eram duplamente desestimuladas: primeiramente eram pressionadas, pela tradição feminina, a cursar o Normal (o que lhes conferia uma profissão que não exigia maiores estudos); e, posteriormente, quando desejavam ingressar nas universidades, enfrentavam a necessidade de estudos complementares em cursinhos, a fim de poderem obter “conteúdos” não ministrados nos Cursos Normais (GUEDES, 2008).

Entretanto, o crescente número de mulheres que concluiu o segundo grau nos anos 1970 e que ingressou nas universidades por meio de um processo característico desse período: a participação voltada para carreiras que preparavam para o magistério secundário, em especial a área de ciências humanas e letras. Nota-se na tabela a seguir, o maior número de mulheres nos cursos de ciências humanas e letras, no período de 1970.

TABELA 3
Distribuição do contingente de formados por sexo e curso universitário
(Brasil 1970 e 2000)

Cursos universitários ²¹	1970	1970	2000	2000
	Mulheres (%)	Homens (%)	Mulheres (%)	Homens (%)
Engenharia mecânica	2	98	3	97
Engenharia elétrica	2	98	7	93
Engenharia civil	2	98	15	85
Agronomia	3	97	12	88
Veterinária	4	96	30	70
Economia	9	91	32	68
Medicina	11	89	36	64
Direito	13	87	40	60
Administração	15	85	39	61
Estatística	17	83	47	53
Arquitetura	17	83	54	46
Odontologia	18	82	51	49
Farmácia	32	68	65	35
Física	39	61	30	70
Química	39	61	44	66
Matemática	39	61	60	40
Educação Física	55	45	54	46
Filosofia	66	34	55	45
História	66	34	74	25
Geografia	69	31	72	28
Psicologia	70	30	89	11
Belas Artes	71	29	75	25
Ciências Sociais	72	28	78	22
Letras	73	27	87	13
Pedagogia	84	16	93	7
Serviço Social	90	10	98	2
Enfermagem	93	7	91	9

Fonte: Censos Demográficos do IBGE de 1970 e 2000, extraído de GUEDES, Moema de Castro. A presença feminina nos cursos universitários e nas pós-graduações: desconstruindo a ideia da universidade como espaço masculino. **História, Ciências, Saúde** – Manginhos, Rio de Janeiro. v.15, suplemento, p.117-132, jun. 2008.

1.5 Feminismo, estudo sobre mulheres e estudos de gênero

O feminismo, surgido no contexto dos ideais iluministas e das ideias das Revoluções Francesa e Americana, de liberdade, igualdade e fraternidade, enquanto movimento social, demandou direitos políticos e sociais para as mulheres, primeiramente na Europa e nos Estados Unidos e, em seguida, por alguns países da América Latina. Embora seja lembrado pelos movimentos dos anos de 1960-70, as lutas das mulheres pelos direitos de igualdade são bem mais antigas. O movimento sufragista britânico é datado de fins do século XIX, contudo, as discussões a respeito dos direitos políticos das mulheres já existiam bem antes. Por exemplo, a escritora Olympe de Gouges publicou em 1791 a *Declaração dos direitos da mulher e da cidadã*, criticando a *Declaração dos direitos do homem e do cidadão*,

²¹ Listados em ordem crescente segundo a proporção da presença feminina no Censo de 1970.

promulgada na França dois anos antes. A escritora foi sentenciada à morte, acusada de traição aos novos ideais do país.

Em um contexto geral, na década de 1960, o feminismo ressurgiu com força diante de um cenário mundial marcado pelos movimentos estudantis franceses de 68, das lutas contra a guerra do Vietnã, da revolução nos costumes causada pelo movimento *hippie*.

Há uma afirmação de que o pessoal é político, ou seja, era preciso romper com a perspectiva fechada de político como sinônimo de público. Ao levantar essa bandeira, o movimento feminista chama a atenção para o caráter político, agora público e privado, da sua opressão.

chamou a atenção das mulheres sobre a maneira como somos levadas a contemplar a vida social em termos pessoais, como se tratasse de uma questão de capacidade ou de sorte individual [...] As feministas fizeram finca-pé em mostrar como as circunstâncias pessoais estão estruturadas por fatores públicos, por leis sobre a violação e o aborto, pelo status de “esposa”, por políticas relativas ao cuidado das crianças, pela definição de subsídios próprios do estado de bem-estar e pela divisão sexual do trabalho no lar e fora dele. Portanto, os problemas “pessoais” só podem ser resolvidos através dos meios e das ações políticas (PATEMAN, 1996, p. 47).

No contexto brasileiro o feminismo encontrará o período da Ditadura Militar, época em que se expande o sistema universitário e as mulheres ampliam, de forma marcante, seu ingresso nos estabelecimentos de ensino superior em busca de uma formação. Essa também é a época da institucionalização do divórcio, o que situa novos parâmetros de vida para as mulheres da classe média brasileira, à procura de um projeto de identidade e autonomia. (AGUIAR, 1997, pp 13-14).

Em 1968 ocorreu a Reforma Universitária, durante um dos governos militares. No mesmo ano foi editado o Ato Institucional Número 5, inaugurando o período mais repressivo com relação às liberdades individuais. Na reestruturação das universidades, foi decretado o desaparecimento do sistema de cátedras, e fixado o sistema de departamentos, buscando a combinação entre ensino e pesquisa. Nesta mesma ocasião, são reorganizados os cursos de graduação que passam a compreender um ciclo de formação básica e um de profissionalização. Junto a este último são concedidos incentivos à pesquisa. A universidade passa a priorizar a formação de pesquisadores e pesquisadoras, nas mais diversas áreas do conhecimento. Seguindo esta trajetória, é criado um grande número de núcleos de estudos, voltados a temas especializados de pesquisa. As mulheres não ficam de fora deste processo, formando-se então núcleos para estudar mulheres/relações de gênero — que já somam mais de quarenta em todo o país. (AGUIAR, 1997, p. 14). No início do movimento feminista, o foco maior na academia era quebrar as barreiras impostas às mulheres e chamar a atenção

para a necessidade de pesquisas sobre mulheres que pudessem desvendar suas fontes de opressão (GOLDANI, 1997, p. 78-79). Isso ocorreu não somente no Brasil, na França, por exemplo:

O movimento de liberação da mulher foi o fomento para as pesquisas sobre a mulher, pois ele construiu por muito tempo disposições a se dedicar à “causa das mulheres”, seja sob forma de militância, seja sob forma de investimento intelectual na pesquisa. Já em 1972 vemos delinearem-se diferentes tipos de reorganizações profissionais marcadas por uma preferência pela escrita, estimulada pelo novo interesse do mercado de edição pela “escrita-mulher” (LAGRAVE, 2020, p. 20).

Nesse período, com a entrada das mulheres nas universidades e nos cursos de Humanas, Letras e Ciências Sociais (como indicado na tabela do item anterior), “buscavam-se dados sobre o papel e a presença das mulheres no trabalho, na família e na sociedade em geral. Era preciso torná-las visíveis, denunciar sua condição de subordinação e lutar por sua transformação” (BRUSCHINI, 2006, p. 3). Construía-se um campo das pesquisas sobre a mulher.

Pesquisadoras ligadas a diferentes áreas (História, Sociologia, Antropologia, Letras etc.) reuniam-se, por vezes, em pequenos grupos nas universidades ou em encontros estaduais e nacionais para dividir suas pesquisas e discutir sobre elas. Contudo, a entrada das mulheres nas universidades não se deu de forma “pacífica” mesmo por parte dos grupos de mulheres feministas, pois “para o movimento de liberação das mulheres, essa reconversão é uma traição e sofre um triplo anátema: a universidade e a pesquisa são ambientes de competição profissional, apanágio dos homens, e as mulheres não devem envolver-se neles” (LAGRAVE, 2020, p. 20).

Segundo Zirbel (2007), na Introdução ao livro *Vivência. História, sexualidade e imagens femininas*, Cristina Bruschini e Fúlvia Rosenberg (1981), organizadoras e integrantes do corpo de pesquisadoras da Fundação Carlos Chagas, falam sobre as práticas de pesquisa de seu grupo, onde as situações pessoais eram “trazidas à pauta” no intuito de estimular as reflexões “éramos mulheres estudando mulheres, pesquisadoras estudando mulheres, feministas estudando mulheres, por vezes escolhíamos integrar nas discussões a esfera do privado e do profissional” (p. 9).

Levantaram informações, construíram estatísticas, apontaram lacunas em registros oficiais, vieses nos livros escolares, deram voz àquelas que eram silenciosas e silenciadas, focalizaram áreas, temas e problemas que não habitavam o espaço acadêmico, falaram do cotidiano, da família, da sexualidade, do doméstico, dos sentimentos. Fizeram tudo isso, geralmente, com paixão, e esse foi mais um importante argumento para que tais estudos fossem vistos com reservas. Eles, decididamente, não eram neutros. Coloca-se aqui, no meu entender, uma das mais significativas marcas dos Estudos Feministas: seu caráter político. Objetividade e

neutralidade, distanciamento e isenção, que haviam se constituído, convencionalmente, em condições indispensáveis para o fazer acadêmico, eram problematizados, subvertidos, transgredidos. [...] Assumia-se, com ousadia, que as questões eram interessadas, que elas tinham origem numa trajetória histórica específica que construiu o lugar social das mulheres e que o estudo de tais questões tinha (e tem) pretensões de mudança (LOURO, 1998, p. 19, APUD ZIRBEL, 2007, p. 109).

As pesquisas sobre mulheres, os trabalhos feministas, no geral, causavam certo desconforto, pois “os objetivos eram considerados pela comunidade acadêmica como pouco científicos e de cunho político ideológico” (ZIRBEL, p. 2007, 109). As interpretações dadas aos materiais coletados nos estudos das pesquisadoras feministas iam de encontro a crenças há muito consolidadas, o que gerava críticas e suspeitas de todo tipo, travou-se uma luta nas universidades “pelo reconhecimento da relevância e legitimidade da problemática da mulher como objeto de reflexão e análise” (COSTA e SANDENBERG, 1994, p. 389). Semelhante ao verificado por Lagrave (2020) para o contexto francês,

Os estudos sobre a mulher se encontram, portanto, em uma relação instável com o movimento. Filiação e ruptura, fidelidade militante ou reconhecimento universitário, são algumas das clivagens constantemente reativadas à medida que o campo se institucionaliza. É por meio das críticas à universidade a partir de maio de 1968 e graças à posição de universitárias de *rang magistral*, seguindo o caminho traçado pelas “pioneiras”, que os estudos sobre a mulher entram na universidade (LAGRAVE, 2020, p. 22).

Em paralelo aos estudos sobre mulheres, os estudos de gênero foram se instalando nas universidades. Na academia, o gênero foi introduzido a partir da crise dos paradigmas clássicos que não conseguiram elaborar modelos explicativos mais flexíveis para analisar a situação específica da mulher como sujeito social e histórico e passou a ser adotado com mais frequência nos estudos desse campo.

Algumas autoras²² afirmam que as bases para o que viria a se tornar a ideia de *estudos de gênero* foram lançadas por Simone de Beauvoir em *O segundo sexo* (1949).

Ninguém nasce mulher: torna-se mulher. nenhum destino biológico, psíquico, econômico define a forma que a fêmea humana assume no seio da sociedade; é o conjunto da civilização que elabora esse produto intermediário entre o macho e o castrado que qualificam de feminino. somente a mediação de outrem pode constituir um indivíduo como um *outro* (BEAUVOIR, 1949, p. 9).

Ainda sem conceituar *gênero*, Beauvoir distingue os componentes social e biológico do feminino: “Beauvoir contesta todo o determinismo biológico ou desígnio divino e retoma a

²² CHAPERON, 2000; SCAVONE, 2008.

perspectiva hegeliana: ser é tornar-se, é ter sido feito tal como nós nos mostramos” (CHAPERON, 2000, APUD ARAÚJO, 2010, p. 15).

A partir da década de 1970 o conceito de gênero é constituído então por estudiosas de língua inglesa como a antropóloga e feminista Gayle Rubin, que em um de seus primeiros textos²³, tenta responder teoricamente sobre a questão da “opressão e subordinação social das mulheres com base em um diálogo crítico com a teoria antropológica de Lévy-Strauss, com a psicanálise freudiana e com o marxismo” (SCANOVE, 2008, p. 179). É dentro do debate com esses autores, que Rubin defende a ideia de que gênero está na base da divisão dos sexos, sendo socialmente imposto e produzido nas práticas e relações sociais da sexualidade, que compõem o que ela chama de sistemas de sexo/gênero.

Na década de 1990, chega ao Brasil a tradução do texto *Gender a Useful Category of Historical Analysis*²⁴, publicado em 1986 na *American Historical Review* da historiadora Joan W. Scott, notadamente, a partir desse período, há uma maior utilização do conceito nas pesquisas sobre mulheres nas Ciências Sociais e Humanas.

Em seu artigo, Scott teoriza e dialoga com Michel Foucault e Gilles Deleuze, apoiando e criticando com eles a ideia iluminista de um sujeito universal, com características a-históricas, que fundamentariam os discursos da dominação masculina.

Ao propor o uso da categoria gênero para a análise histórica e, por decorrência, para as Ciências Sociais, a historiadora compreende o caráter relacional, variável e transversal dessa categoria de análise. Gênero é uma categoria de análise histórica, política e cultural que expressa relações de poder, o que possibilitaria utilizá-la em diferentes sistemas de gênero e na relação desses sistemas com outras categorias, como etnia e classe, além de levar em conta sua possibilidade de mudança (desconstrução), fazendo “um reexame crítico das premissas e dos critérios do trabalho científico existente” (SCOTT, 1990, p. 6)

Gênero enquanto categoria de análise teria a vantagem de propor uma transformação dos paradigmas do conhecimento tradicional. Ao lado das noções de classe e “raça”, gênero assinalava o interesse da historiografia em uma história que incluía os discursos dos “oprimidos”, numa análise do sentido e da natureza desta Opressão (FILHO, 2005, p. 130).

Para Scott, gênero é usualmente associado a mulheres e, em muitos casos, vários estudos substituíram o termo mulher por gênero, pois o último parece dar uma maior seriedade aos trabalhos, tendo uma conotação mais objetiva e neutra do que “mulheres.

²³ The Traffic in Women: Notes on the Political Economy of Sex, Gayle Rubin, 1975.

²⁴ Gênero, uma categoria útil de análise histórica.

“Gênero” parece se integrar na terminologia científica das ciências sociais e, então, se dissociar da política (pretensamente ruidosa) do feminismo (SCOTT, 1990, p. 7).

A categoria gênero surge como uma alternativa aos sujeitos universais dos paradigmas clássicos como o estruturalismo e o marxismo, que já estavam em crise desde a década 1960, quando os pesquisadores das áreas da Antropologia, Sociologia e História, principalmente, começaram a se interessar pelo que há por detrás das práticas sociais dos agentes e não somente por relatar e compreender essas práticas.

Destacamos aqui o trabalho de Heloísa Pontes que:

Na trilha dos investimentos militantes e acadêmicos de sua orientadora de mestrado, Mariza Corrêa, Pontes fez parte de uma das primeiras gerações universitárias brasileiras que – com determinadas origens sociais e combinando gostos culturais, engajamento políticos e inserções em movimentos feministas – são responsáveis pela legitimidade dos estudos de gênero no Brasil (ROSATTI; REIS, 2020, p. 102).

A partir da década de 1960 verificou-se aquilo que ficou conhecido, posteriormente, como “crise” das Ciências Humanas e Sociais. *Grosso modo* podemos considerar que os paradigmas de análise dos pesquisadores das Ciências Sociais e Humanas começaram a ser postos em xeque a partir desse momento. Os métodos estruturalistas, as análises totalizantes e os pressupostos marxistas começaram a não responder mais a todas as questões que se apresentavam aos analistas sociais – ao menos da forma como esses pressupostos eram utilizados. O mundo mudava, a sociedade fazia esse mundo mudar e uma mudança na forma de se compreender esse novo mundo fez-se necessária para seus pesquisadores.

A sociedade que, ao longo dos anos, após duas grandes guerras, transformou-se radicalmente até encontrar o estágio que vivenciamos na atualidade, não podia mais ser explicada por sistemas numéricos fechados, por estruturas sólidas e rígidas, apenas pela política e economia, a partir dos grandes nomes e por sujeitos entendidos como universais, como se as mulheres fossem sempre as mesmas e os homens também. Para compreender essa nova sociedade, ver esses novos indivíduos, foi necessário, justamente, olhar para homens e mulheres como sujeitos agentes em menor ou maior grau de atitudes.

Em diversos campos — linguística, filosofia, história — houve uma forte reação contra o estruturalismo no início dos anos 70. Duas características inter-relacionadas — a recusa da importância de um sujeito intencional no processo social e cultural, e a recusa a qualquer impacto significativo da história ou do “evento” sobre a estrutura — eram sentidas como especialmente problemáticas, para não dizer inaceitáveis. Os estudiosos começaram a elaborar modelos alternativos, nos quais tanto os agentes como os eventos tinham um papel mais ativo (OTNER, 2011, p. 432).

Segundo Lévi-Strauss, seu estruturalismo foi inspirado na linguística de Ferdinand de Saussure, e recebeu influências de Marx e de Freud.

Ele procurou estabelecer a gramática universal da cultura, as maneiras em que são criadas (pelo princípio da oposição binária) as unidades do discurso cultural, e as regras segundo as quais as unidades (os pares de termos em oposição) são dispostas e combinadas para produzir os produtos culturais concretos (mitos, regras de casamento, organização totêmica dos clãs etc.) que os antropólogos registram. As culturas são fundamentalmente sistemas de classificação, e também conjuntos de produções institucionais e intelectuais construídas sobre esses sistemas de classificação que, ainda, operam sobre aqueles (ORTNER, 2011, p. 429).

A antropologia estruturalista francesa de Lévi-Strauss recorre à noção de estrutura para explicar a realidade em todos os seus níveis (GIL, 2008, p. 19). Pressupõe que cada sistema cultural é um jogo de oposições (claro/escuro, dia/noite, macho/fêmea, quente/frio entre inúmeros outros), constituindo uma estrutura onde o todo e as partes são interdependentes e intercambiáveis, a tal ponto que as modificações que ocorrem em um dos elementos do sistema implicam a modificação de cada um dos outros e até do próprio sistema como um todo.

Através da análise das estruturas não aparentes das culturas, que se ocultam por detrás dos fenômenos, o estruturalismo aproxima-se das visões de Marx (a infraestrutura econômica) e de Freud (o poder do inconsciente). Ambos entendiam os fenômenos sociais ou comportamentais como condicionados por forças impessoais, deslocando, o problema do estudo da consciência ou das escolhas individuais para um quadro bem mais amplo.

O estruturalismo, influenciado por essas correntes, acabou por pouco considerar a importância do que é subjetivo, retratando o indivíduo como produto de uma construção que se dá a partir de estruturas sociais que estão para além do próprio indivíduo e que aparentemente não podem ser alteradas.

A partir da década de 1970 há o início de um movimento contra a vertente estruturalista francesa, contudo, essa rejeição se torna mais forte durante a década 80. Ortner aponta que nos anos 80 houve uma crescente preocupação dos estudiosos com, por um lado, a prática e, por outro, a busca por quem realiza essa prática, ou seja, o “agente, ator, pessoa, *self*, indivíduo, sujeito” (ORTNER, 2011, p. 440), dependendo do modelo teórico que esteja sendo abordado. É dentro dessas novas abordagens que o conceito de gênero surge e vai se fortalecendo, um contraponto ao conceito mulher, que guardava em si, de certa maneira, um sujeito universal.

Embora não seja o objeto deste item, a partir de suas análises sobre a categoria “gênero”, Costa (1994), aponta algumas possibilidades diferenciadas de utilização da mesma, de acordo com as abordagens

disciplinares que com ela trabalharam. São elas: **Gênero como uma variável Binária**, que coloca seu enfoque na diferença sexual como determinante na forma como homens e mulheres se comunicam; segundo essa visão, homens e mulheres têm essências diferentes, coisa que refletiria na sua forma diferente de utilizar a linguagem. Os homens tenderiam a se expressar de forma mais direta e autoritária e as mulheres com mais nuances. **Gênero como Papéis Dicotomizados**, onde a sociedade impõe certos papéis para os homens e outros para as mulheres e que vão determinar a forma como homens e mulheres se veem e como se relacionam uns com os outros, representou um avanço, pois não está mais limitada ao fator biológico como determinante das ações e reações dos homens e mulheres, entretanto considera a mudança como algo que ocorre nos papéis de cada gênero não como algo que surge dentro das relações entre os gêneros em consequência da interação dialética entre a prática social e a estrutura social. **Gênero como uma Variável Psicológica**, de acordo com esta interpretação, utilizada majoritariamente por psicólogos, a diferença entre masculinidade e feminilidade seria uma questão de grau. Os teóricos dessa variável sugerem a construção de uma escala onde o mais masculino ficaria em um dos extremos e o mais feminino no outro e todos os indivíduos se localizariam entre os mesmos. Os indivíduos que se localizassem no centro da escala, o que era considerado ideal, seriam os andróginos. Porém, o exame cuidadoso da validade do constructo da escala não era capaz de determinar o que exatamente estava sendo mensurado, nem o que significava. **Gênero como Tradução de Sistemas Culturais**, onde homens e mulheres vivem em mundos separados. Já na infância, meninos e meninas são educados para agir e se comunicar de forma diferenciada. A eles são ensinados direitos e deveres diferentes, criando assim as subculturas e quando tentam comunicar-se entre si geralmente são mal sucedidos. Essa visão pode impedir que se perceba de forma clara a dominação de um sobre o outro. Essa perspectiva vê a cultura feminina como sendo homogênea, como se todas as mulheres fossem iguais, não levando em consideração classe, raça, etnia, idade, etc. **Gênero como categoria Relacional**, representa um avanço, pois são considerados o contexto em que os indivíduos estão inseridos, as relações de poder, as crenças, as etnias, etc., que são fatores que contribuem na formação das identidades masculinas e femininas. As relações de gênero são construídas com base na interação social, no sistema social de relacionamento em que os indivíduos estão inseridos, abandonando a visão binária e da divisão de papéis e permitindo uma concepção dinâmica de masculinidade e feminilidade de acordo com a situação social em questão. Permite ver a pluralidade de homens e mulheres dentro de seu contexto social, levando em consideração os vários fatores que influenciam na formação da personalidade dos sujeitos. Ao privilegiar a pluralidade, entende como categorias de gênero, além de homens e mulheres, também homossexuais, bissexuais e transexuais. Os gêneros passam a ser entendidos como processos também moldados por escolhas individuais e por pressões situacionais compreensíveis somente no contexto da interação social (COSTA, 1994).

2 O MOVIMENTO NEGRO

Neste capítulo a análise recai sobre as questões referentes ao Movimento Negro, uma vez que, por volta da década de 1980, com o crescimento do Feminismo Negro, há uma maior quantidade de pesquisas acadêmicas a respeito de mulheres negras, como Maria Firmina dos Reis. Aos poucos, como veremos nos capítulos mais adiante, Maria Firmina passa a ser compreendida não somente como uma referência de escritora mulher, mas de escritora mulher (gênero) negra (feminismo negro) e que escreveu o primeiro romance abolicionista (intelectual, mulher e negra pioneira) em um período (segunda metade do século XIX) que a maior parte das pesquisas aponta que era difícil para uma mulher escrever e publicar.

Contudo, o que torna Firmina objeto de pesquisa para acadêmicos que se debruçam sobre questões do feminismo, de gênero e do feminismo negro, é justamente o fato de ela ter sido uma mulher negra, de poucas posses que, em um período que era difícil a uma mulher adentrar no universo das letras, conseguiu escrever e publicar um livro, um romance, de cunho abolicionista, como veremos mais detalhadamente em capítulo específico. Por ora, nos deteremos em uma análise sobre as questões do Movimento Negro, para compreensão das possibilidades que levaram, quando esse Movimento se desdobrou no Feminismo Negro, ao interesse no “resgate” de mulheres personagens históricas “esquecidas” como Firmina, nas pesquisas acadêmicas.

2.1 A luta dos negros anterior ao movimento negro contemporâneo

A luta dos negros inicia-se como um processo para libertação em relação ao escravismo, que permeou um longo período da história Ocidental. A força de trabalho escrava negra foi introduzida no Brasil por volta de 1560, como alternativa a mão de obra dos nativos povos originários indígenas, que também foram escravizados no início da colonização. Contudo, somente por volta 1720 que o número de africanos escravizados superou o de nativos povos indígenas, quando o preço dos mesmos havia barateado ao ponto de se tornar mais vantajoso adquiri-los, além dos problemas com a Igreja Católica, que tinha interesse na catequese dos povos indígenas.

Desde o início da escravização, muitos homens e mulheres negros e negras escravizados buscavam formas de se libertar do jugo dos seus senhores. Uma das formas de resistir à escravidão era cometendo suicídio. Maria Lúcia Mott exemplifica a questão com um

fato ocorrido no século XVIII, “o suicídio de 14 escravas, que em 1774 estavam sendo transportadas no navio negreiro Soleil” (1988, pp.28-29). O suicídio pode ser considerado uma das formas mais radicais encontradas pelos negros escravizados resistir à escravidão.

Os cativos se suicidavam mais que os homens livres. A causa imediata de um suicídio era, com frequência, um atentado falido, o medo de ser castigado, uma venda iminente, o não-cumprimento de uma alforria prometida, etc. Os cativos se matavam, deprimidos pelas péssimas condições de vida (MAESTRI, 1994, p.90).

O suicídio era uma maneira de fugir dos maus tratos, dos castigos, dos trabalhos extremamente duros nas lavouras, de possíveis vendas para outros senhores, que poderiam ocasionar a separação de mães dos seus filhos, entre outros.

Suicidando-se, porém, demonstra não ver saída ao desespero. E os suicídios são mais frequentes nas cidades, do que no campo, embora o escravo urbano goze de maior autonomia se comparado a seu irmão das fazendas. Os relatórios policiais, em sua secura cruel, fornecem algumas das razões que podem levar o escravo ao suicídio: impossibilidade de queixar-se à justiça de mal tratos recebidos, incapacidade de pagar ao senhor a soma de estipulada no contrato de escravos “de ganho”, acusações falsas, medo de ser vendido para longe, insucesso numa tentativa de fuga, roubo descoberto, etc. (MATTOSO, 1990, p.155).

Os registros documentais do período da escravidão são escassos e inexatos, mas informam que os escravizados se suicidavam mais do que os homens livres. Deve-se levar em conta que havia os casos de morte de escravizados por maus tratos e trabalhos excessivos, mas que eram registrados como suicídio.

Os escravos suicidavam-se em muito maior número do que os homens livres: em 1865, por exemplo, de cada 5 casos registrados em Sergipe, 4 são escravos; no Rio, em 1866: 16 em 23; na Bahia, em 1848, 28 em 33, dos quais dois crioulos. Pode acontecer ainda que esses dados sejam bastante inexatos: a morte violenta infligida a um escravo pelo senhor irritado pode ter sido camuflada de suicídios, e certos suicídios de homens e mulheres livres podem ter sido declarados morte natural a fim de assegurar ao defunto o enterro na igreja. (MATTOSO, 1990, p.155).

Outro modo extremo de resistir à escravidão eram os assassinatos cometidos pelos escravizados contra seus senhores e suas famílias; os meios utilizados eram variados, como o uso de instrumentos de trabalho, facões, golpes de machados e envenenamentos, por exemplo (MOTT 1988).

Em 1856, naquela cidade mineira [Sabará], as escravas Peregrina, Jesuína, Luzia e Tecla assassinaram, com golpes de machado e mão de pilão, sua senhora dona Maria do Carmo Pinto Teixeira, esposa de um brigadeiro, homem de prestígio da sociedade local. A vítima não era tida como das mais benevolentes no trato das escravas (MOTT, 1988, p.34).

Os atentados contra o senhor e sua família e seus capatazes podiam ocorrer durante o momento de trabalho dos escravizados, pois os senhores estavam “acostumados a tratar os

cativos como animais, proprietários e capatazes batiam nos negros, mesmo quando eles trabalhavam com machados, facas ou perigosas ferramentas” (MAESTRI, 1994).

O medo da morte e da tortura não impedia os atos de sangue, que eram relativamente frequentes. Nas charqueadas de Pelotas, onde os cativos trabalhavam com facas afiadas, no último meio século de escravidão, registraram-se, no mínimo, uns oitenta assassinatos de senhores e feitores (MAESTRI, 1994, p.91).

O escravizado, muitas vezes cansado das torturas, revolta-se, motivado por essa revolta, tem disponíveis em seu momento de trabalho instrumentos como pás, enxadas, facões, etc. Munido de alguns desses instrumentos, acaba atacando o senhor o capataz e mesmo a família do senhor, que vêm para castigá-lo ou algum ente querido seu (MATTOSO, 1990). A pena para o escravizado que cometesse assassinato até próximo a fins do século XIX é a morte, “o escravo que assassina é sempre condenado a morte, e isto até 1876, quando a pena de morte foi totalmente abolida no Brasil” (MATTOSO, 1996, p. 156).

As fugas eram um modo recorrente de resistir à escravidão, mesmo que, muitas vezes, o escravizado fugitivo fosse recapturado e castigado, as tentativas de fuga eram frequentes.

Juntamente com o suicídio e o assassinato, a fuga é, na verdade, a expressão violenta da revolta interior do escravo inadaptado. O escravo “em fuga” não escapa somente de seu senhor ou da labuta, elide os problemas de sua cotidiana, foge de um meio de vida, da falta de enraizamento no grupo dos escravos e no conjunto da sociedade (MATTOSO, 1990, p.153).

Os capitães do mato ou outros homens contratados para tentar trazer de volta o escravizado fugitivo, geralmente, ganhavam uma recompensa pela captura. O negro escravizado, quando recapturado, era castigado, amarrado ao tronco e açoitado e todos os tipos de tortura eram usadas no intuito de intimidar para que esse fato não se repetisse (VIOTTI, 1998), fazendo do fugitivo uma espécie de exemplo para os demais.

O escravo, perante a lei, não é um homem, é considerado um bruto feroz, sem direitos, sem regalias, e indigno de qualquer sentimento humanitário. Não se tomam em conta as torturas, as sevícias, as privações que levam o mísero escravo ao desespero, à alucinação. Toma-se o fato brutal sem atenção a circunstância alguma e impõem-se a pena capital. Os juízes na infernal lei são possuidores de escravos e, por conseguinte, juízes suspeitos e imprestáveis (COSTA, 1998, p.352).

Quando um escravizado não era encontrado rapidamente, seus senhores recorriam aos anúncios de jornais para divulgar informações sobre o negro fugitivo, com suas características, o que ajudava na recaptura. “Razões para a fuga não faltavam – excesso de trabalho, falta de comida, saudade dos entes queridos, medos dos castigos, esperanças de fazer passar-se por livre, etc.” (MOTT, 1988, p.31).

50\$000 DE GRATIFICAÇÃO

FUGIO de Francisco Antonio Ribeiro, de sua chacara do rio Cumprido na villa de Serra huma escrava de nome Benedita altura baixa, cor de formiga com dois dentes tirados na frente, com nica cicatriz debaixo do queixo, muito civilisada, e com um dedo da mão direita aleijado por ter soffrido de um panarisco, desconfia-se andar pelos certões da mesma villa ou por esta cidade procurando essas pessoas que costumão dar asilo a escravos fogidos para os comprar por força e a troca do barato: quem della der noticia pegalla, metella na cadeia, ou entregala nesta cidade ao Sr. Antonio Francisco Ribeiro, ou na villa da Serra a seu Sr. sera gratificado com a quantia acima, e protesta-se com todo rigor das leis contra quem a tiver acoitado (FREYRE, 1900, p. 04).

PROTESTA-SE com todo o rigor das leis contra quem tiver dado, e der coito a escrava abaixo assignado, fugida de seo poder na freguesia do Queimado desde 7 de fevereiro do corrente anno: e grafifica-se, conforme o trabalho da captura, á quem a prender, e levar ao dito seo senhor ali, ou mete-la nas cadêas da capital. Essa escrava chama-se Roza, he parda, magra, baixa, anda sempre de vestido, porque foi creada no mimo, tem cabelo de pico, um tanto estirado hoje á força de pentes, cose de grosso, e he boa rendeira. Levou uma filha de sua côr, que terá pouco mais de anno de idade.

O padre Duarete (FREYRE, 1900, p. 04).

ESCRAVOS FUGIDOS.

ATENÇÃO.

Fugio desde o dia 13 de agosto do corrente anno o escravo Luiz, com signaes seguintes: alto e bem feito de corpo, tem dentes limados e perfeitos e o dedo mínimo do pé cortado; quando falla com mêdo é bastante gago. Este escravo é natural do Sobra e há toda certeza que seguio para dito lugar por terra. Pede-se por tanto a sua apprehensão a qualquer pessoa, que será bem recompensado; a entender-se com seu senhor na rua Direita n. 112 ou na rua de Apollo n. 43, armazem de assucar (FREYRE, 1900, p. 06)

Nos anúncios acima, retirados de *O escravo nos anúncios de jornais brasileiros do século XIX*, de Gilberto Freyre, é possível perceber, além do pagamento de recompensa a quem encontrasse o escravizado fugitivo, o máximo de detalhes nas informações prestadas que contribuíssem para a captura do mesmo.

Muitos dos escravizados fugitivos se refugiavam ou tinham como destino os quilombos. A organização dos quilombos também é considerada outra forma de resistência à escravidão. Essa forma de resistência ocorreu em toda a parte da América onde houve escravidão negra. Na América espanhola ficou conhecida como palenques ou cumbes; na América inglesa como maroons; na América francesa como grand marronage. No Brasil os termos africanos eram Kilombo (em banto) e mukambu (em quimbundo).²⁵

²⁵ Termos podem ser encontrados em http://www.historiacolonial.arquivonacional.gov.br/index.php?option=com_content&view=article&id=3537&Itemid=359

Os quilombos, como ficaram conhecidos no Brasil, eram considerados um grande problema social, pois, geralmente se localizavam em regiões não muito distantes das áreas já habitadas com atividades econômicas desenvolvidas – contribuíam para o auxílio na fuga de outros escravizados, roubavam fazendas, organizavam trocas de alimentos produzidos no próprio quilombo, entre outros. Embora se instalassem em pontos estratégicos para, quando necessário, fugirem rapidamente ou se ocultarem com facilidade (GOUVÊA, 2017).

Na maior parte das regiões onde as comunidades de escravos fugidos se estabeleceram no Brasil, e mesmo em outras partes da América, como a Jamaica e Suriname, a localização geográfica destas foi um importante fator para sua sobrevivência e autonomia. Tal importância estava relacionada à constituição da economia destas comunidades e à proteção contra os permanentes ataques das expedições repressoras. Nesse sentido, a maioria das comunidades de fugitivos, sempre que possível, se estabeleceu em regiões não totalmente isoladas das áreas de cultivo, fossem elas exportadoras ou não, e dos pequenos centros de comércio e entrepostos mercantis circunvizinhos. Estes não-isolamento funcionava como estratégia econômica, uma vez que permitia a possibilidade de realização das frequentes trocas mercantis entre quilombolas, escravos e vendedores locais, tão comuns em toda a América durante o período escravagista (GOMES, 1994, p. 11).

Quilombos e mocambos, eram uma forma de resistência não somente por dar proteção aos escravos fugitivos, mas por ser uma tentativa de reproduzir os modos e costumes dos africanos. Por isso, havia nos quilombos um forte sentimento de resistência, ao ser um modo de não permitir que os costumes dos povos africanos, mesmo distantes de seu local de origem, fossem esquecidos.

Segundo Silva e de Paula (2019), havia outras maneiras de resistir à escravidão e ao trabalho pesado, como a simulação de doenças. “Algumas escravas tomavam chá de raiz de café que provocava inchaço no corpo todo, o que fazia que fossem dispensadas do serviço até que o inchaço desaparecesse” (MOTT, 1988, p.30). As escravas também, por vezes, cometiam abortos, para evitar que seus filhos não nascessem como escravizados, tendo que passar uma vida de castigos e trabalhos forçados, além da possibilidade de serem separados de suas mães (MOTT, 1988).

Os senhores de negros escravizados possuíam alguns medos, para além dos assassinatos (SILVA e DE PAULA, 2019), um deles era a ideia, comum na sociedade escravocrata, que de que os escravos eram sabedores de “práticas mágicas” e de “feitiçaria”, sendo possível que esses conhecimentos místicos pudessem ser utilizados para reagir contra os maus tratos sofridos (MELLO E SOUZA, 1986).

Quando o senhor descobre que um escravo é “feiticeiro” ou “médico”, conhece as ervas ou a magia, com frequência apressa-se em vendê-los tal é o seu temor ao envenenamento gradual. Sabe também que o escravo, cuja raiva contra os senhores brancos é crescente, tem sua maneira própria de agir: são os “maus olhados”, cujas

força faz adoecer e mata com a mesma eficiência de uma flecha envenenada. O branco treme diante das forças misteriosas que os africanos comandam. É muito difícil saber se a criminalidade é mais difundida na população escrava ou na livre: os raros estudos que possuímos são pouco convincentes; mas parece que a taxa de criminalidade é menos elevada entre os escravos do que no resto da população, certamente devido á estreita vigilância e ao enquadramento severo que caracterizam o sistema escravista. (MATTOSO, 1990, p.156-157)

Porém, após a Revolução do Haiti (1791-1804), o maior medo dos senhores de escravos no Brasil era que ocorresse um caso similar no território brasileiro, por isso, o temor das revoltas tornou-se muito grande. Essa foi uma das formas de resistência mais conhecidas. Citam-se aqui as seguintes revoltas de escravizados no Brasil: a Revolta do Engenho Santana (Ilhéus – BA – 1789-1824), A Revolta dos Búzios (Conjuração Baiana – BA – 1798), a Revolta Pernambucana (PE – 1817), a Revolta das Carrancas (MG – 1833), a Revolta dos Malês (BA – 1835), a Balaiada (MA – 1831-1840), a Revolta de Manoel Congo (RJ – 1838), a Revolta de Queimado (ES – 1849), a Greve Negra (BA – 1857), o Levante dos Jangadeiros e o Dragão do Mar (CE – 1881), a Revolta de Cantagalo (SP – 1885).

As revoltas representaram o estilo mais radical de protesto coletivo dos escravizados, embora não fossem tão frequentes como os quilombos. Mas, como estes, elas — talvez na sua maioria — não previam a destruição do regime escravocrata ou mesmo a liberdade dos cativos nelas diretamente envolvidos. Muitas revoltas visavam tão somente corrigir excessos de tirania, diminuir até um limite tolerável a opressão, reivindicando benefícios específicos — às vezes a devolução de direitos costumeiros sonegados —, ou atacando senhores e feitores particularmente cruéis (REIS; GOMES, 2021, p. 11).

A Revolta dos Malês, na Bahia, em 1835, foi uma das que deixou a população mais chocada à época, devido a capacidade de articulação dos revoltosos, e ao fato do levante ter sido planejado com certa antecedência. Os negros revoltosos da Bahia eram muçulmanos, sabiam ler e escrever, conseguindo articular com cuidado o movimento, o que deixou os dirigentes baianos bastante assustados, levando a uma grande repercussão na Corte. A revolta trouxe o medo e a insegurança deixados pela Revolução do Haiti, que chegou ao fim no início do século XIX (BERNARDO, 2015).

Insurreições reais confundiam-se com levantes imaginários. José Vieira Fazenda relata que em certa ocasião do período regencial “um boato horrível circulou”: Teria sido fundada uma Sociedade Gregoriana para o assassinato de pessoas brancas, à semelhança do que se passara anos antes em São Domingos (MATTOSO, 1987, p.86).

A partir da segunda metade do século XIX as ideias sobre a libertação dos negros escravizados começam a se tornar mais fortes no Brasil, denunciando os maus tratos, castigos excessivos e violência sofrida pelos negros por parte dos seus senhores.

2.1.1 O Movimento Abolicionista

A tabela a seguir resume as ideias que circulavam pelo mundo, anteriores ao movimento abolicionista brasileiro, e que, por um lado, já continham as raízes da abolição da escravidão do negro africano e, por outro, contribuíram para dar respaldo ainda mais os ideais da abolição. Também traz alguns dos principais eventos que marcaram a segunda metade do século XIX brasileiro em relação ao tema.

TABELA 4
RESUMO DOS EVENTOS QUE ANTECEDERAM E/OU INFLUENCIARAM O
MOVIMENTO ABOLICIONISTA BRASILEIRO
(1772-1888)

ANO	PERSONAGENS	RESUMO
1772	James Somerset (1741-?), um escravo fugitivo; Charles Stewart, coletor de impostos, proprietário do escravizado; Granville Sharp (1735-1813), abolicionista inglês.	Na Inglaterra ocorre o fim do julgamento de James Somerset, escravo fugitivo que, após ter sido adquirido nos Estados Unidos e levado para a Inglaterra por seu proprietário Charles Stewart. O principal abolicionista inglês na época, Granville Sharp, reuniu uma equipe formada por cinco advogados para defender Somerset, argumentando que nenhuma lei autorizava a escravização em solo britânico. Com isso, levou a Corte do país ao entendimento de que, na ausência de leis específicas sobre o cativo na metrópole, toda e qualquer pessoa que chegasse em solo inglês deveria ser considerada livre.
1773	Phillis Wheatley (1753-1784)	Reconhecida como a primeira mulher negra a publicar um livro nos Estados Unidos, e vivendo sob a condição de escravizada, inaugura a escrita de autoria negra e feminina de língua inglesa, ao publicar seu livro contendo trinta e nove poemas, <i>Poems on various subjects, religious and moral</i> .
1781	Marie Jean Antoine Nicolas de Caritat (1743-1794), também conhecido como Marquês de Condorcet	Publica em Paris, sob o pseudônimo Schwartz (“negro”, em alemão), as suas <i>Réflexions sur l’esclavage des nègres</i> . Nele vai de encontro aos argumentos defendidos por filósofos do Iluminismo, como John Locke (1632-1704), que, embora possuísse ideias liberais, era um entusiasta da escravidão. Condorcet direcionou suas críticas às bases do sistema escravista, em especial às relações extremamente desiguais estabelecidas entre proprietários e seus cativos.
1787	William Wilberforce (1759-1833) Thomas Clarkson (1760-1846)	Fundam em Londres a Sociedade para efetivar a Abolição do Comércio de Escravos, também conhecida como Sociedade para a Abolição do Comércio de Escravos. Iniciam uma campanha nacional contra o tráfico de escravizados, levando o Parlamento britânico a discutir sobre o assunto. Em 1823, é fundada a Sociedade para a Mitigação e Abolição Gradual da Escravidão nos Domínios Britânicos, também conhecida como Sociedade Antiescravagista, trabalhando para dar fim à escravidão em todas as colônias inglesas.
1789	Olaudah Equiano (1745-1797)	O marinheiro calvinista e escritor abolicionista nigeriano publica em Londres a autobiografia <i>The interesting narrative of the life of Olaudah Equiano, or Gustavus Vassa, the african</i> , relatando sua história antes, durante e depois da escravidão.
1789		Promulgada na França, em 26 de agosto de 1789, a Declaração Universal dos Direitos dos Homens e dos Cidadãos.

1789	Daniel Lescallier (1743-1822), administrador marítimo	Publica em Paris as suas <i>Réflexions sur le sort des noirs dans nos colonies</i> . O autor, que era membro da primeira Sociedade dos Amigos dos Negros, adota uma postura antiescravista. Defende a necessidade de se implementar melhorias voltadas para as populações negras nas colônias.
1791	Liderados por FrançoisDominique Toussaint (1743- 1803), que adotou o nome de Toussaint L'Ouverture	Um grupo formado por escravizados revoltosos iniciou um levante em São Domingos, atual República do Haiti, mergulhando a então colônia francesa em uma profunda guerra civil, que teve seu desfecho em 1804. O evento, que entrou para a história como Revolução Haitiana ou a Revolta de São Domingos.
1798	Venture Smith (1729-1805)	Seu relato autobiográfico foi publicado nos Estados Unidos, quando o autor contava com sessenta e nove anos. Denunciando as raízes do processo de escravização e a mercantilização dos negros nesse período, sua história de vida situa-se entre as precursoras do gênero literário conhecido como <i>narrativas de escravos</i> .
1822		Independência do Brasil.
1823		Abolição da escravidão no Chile.
1823	José Bonifácio de Andrada e Silva (1763-1838)	Elaborou uma representação à Assembleia Geral Constituinte, com o objetivo de iniciar o processo legislativo voltado à extinção gradual da escravidão no país e à emancipação também gradual dos escravizados em todo o território nacional.
1824		Em 25 de março de 1824 é promulgada por Dom Pedro I a Constituição Política do Império do Brasil, que, em seu artigo 179, inciso XIX, aboliu os açoites, a tortura, a marca de ferro quente e todas as demais penas cruéis aplicadas aos cativos até aquele momento.
1824		Abolição da escravatura em Honduras, El Salvador, Nicarágua, Costa Rica e na Guatemala.
1825	José Bonifácio de Andrada e Silva	Após o encerramento das atividades da Assembleia Geral Constituinte, em 11 de novembro de 1823, por conta das posições que defendia e dos inúmeros proprietários de escravos contrários às suas ideias em defesa da abolição gradual da escravidão, José Bonifácio foi banido do país e se exilou por seis anos na França, onde publicou em Paris, em língua portuguesa, a sua <i>Representação à Assembleia Geral Constituinte e Legislativa do Império do Brasil</i> sobre a escravatura.
1825	William Grimes (1784-1865)	Autor daquela que é considerada a primeira narrativa escrita por um ex-escravizado nascido nos Estados Unidos, publica em Nova Iorque <i>Life of William Grimes, the runaway slave. Written by himself</i> . Durante seus anos de cativo, Grimes foi propriedade de pelo menos dez senhores diferentes, nos estados da Virgínia, onde nasceu, e em Maryland e na Geórgia
1826		Abolição da escravatura na Bolívia.
1827		Abolição da escravatura no México.
1831		Promulgada em 7 de novembro de 1831, e conhecida popularmente como Lei Feijó, essa foi a primeira legislação do Império a proibir a importação de escravizados para Brasil, além de declarar livres todos os africanos trazidos ilegalmente para o país a partir daquela data. Nunca chegou a ser cumprida, ficando conhecida como “lei para inglês ver”.
1831	Mary Prince (1788-1833),	Publica em Londres, em janeiro de 1831, o seu livro <i>The history of Mary Prince, a West Indian slave</i> , transcrito pela militante abolicionista Susanna Strickland e editado por Thomas Pringle, membro da Sociedade Antiescravidão britânica. Até onde se sabe, sua autobiografia é considerada o primeiro relato pessoal feito por uma mulher negra escravizada a circular no Reino Unido

1832-1833	Emiliano Felipe Benício (1791-1863) mais conhecido como Emiliano Mundrucu ou então Emiliano Mundurucu	Fez uma viagem a trabalho no barco a vapor Telegraph, da costa de Massachusetts até a ilha de Nantucket, nos Estados Unidos, em companhia de sua esposa Harriet e da filha Emiliana, de apenas um ano. Durante a viagem, sua esposa passa mal e Emiliano procura uma acomodação mais confortável para ela, numa área da embarcação exclusiva para mulheres. Por serem negros, eles foram impedidos pelo capitão de acessarem o local, já que ali eram permitidas somente a presença de pessoas brancas. Emiliano rebateu a negativa do oficial argumentando que sua família tinha o direito de usufruir de um local mais adequado durante a viagem, afinal, ele havia pago a tarifa mais alta para embarcar no navio. Em decorrência desse episódio, Emiliano ajuizou uma ação contra o capitão por quebra de contrato, tornando-se, assim, a primeira pessoa na história dos Estados Unidos a desafiar a segregação racial em um tribunal. Em outubro de 1833, o júri considerou o capitão culpado pela quebra de contrato e indenizou o brasileiro por danos morais com a quantia de US\$ 125,00.
1833-1838		Abolição da escravidão no Império Britânico e, por extensão, também nos territórios coloniais que se encontravam sob o seu domínio.
1834		Abolição da escravidão no Canadá.
1836	Charles Ball (1780-?),	Publica em Lewiston sua autobiografia intitulada <i>Slavery in the United States: a narrative of the life and adventures of Charles Ball, a black man</i> . Escrito em primeira pessoa, seu depoimento apresenta em detalhes as duras condições de vida dos cativos norte-americanos durante a primeira metade do século XIX.
1837	Paulino José Soares de Sousa (1807-1866), então Presidente da Província do Rio de Janeiro	Promulga em 14 de janeiro de 1837 a Lei provincial nº 1 foi a primeira legislação educacional estabelecida na capital do Império após a Lei de 15 de outubro de 1827. A lei carioca, porém, proibiu os escravizados de frequentarem esses espaços. Em seu artigo terceiro afirma, que: são proibidos de frequentar as escolas públicas, em primeiro lugar, todas as pessoas que padecerem de moléstias contagiosas e, em segundo lugar, os escravizados, e os pretos africanos, ainda que sejam livres ou libertos.
1839	Papa Gregório XVI (1765-1846)	Anunciada em 3 de dezembro de 1839, a bula papal <i>In Supremo Apostolatus</i> foi um passo importante dado pela Igreja católica, que reconheceu os negros africanos como seres humanos, denunciando os horrores da escravidão e apelando aos fiéis para que se abstivessem do tráfico de escravizados
1841	Escritora cubana Gertrudis Gómez de Avellaneda (1814-1873)	Publica, na Espanha, seu polêmico romance <i>Sab</i> , cujo enredo apresenta os anseios afetivos de um jovem escravizado mestiço, que dá nome ao livro, e que se apaixona por uma jovem branca pertencente ao estamento senhorial. O tema da abolição, que perpassa a obra, apresenta-se, na argumentação de que a condição imposta às mulheres na sociedade cubana do século XIX fazia com que elas tivessem suas liberdades mais privadas que as dos próprios cativos.
1842		Abolição da escravidão no Paraguai e no Uruguai
1843	Antônio Gonçalves Teixeira e Sousa (1812-1861)	Publica, no Rio de Janeiro, aquele que é considerado o primeiro romance brasileiro. Intitulado <i>O filho do pescador</i> e veiculado em formato de folhetim nos rodapés do jornal <i>O Brasil</i> . A história relata um naufrágio ocorrido na praia de Copacabana e apresenta o drama vivido pela jovem Laura, que é resgatada da morte por Augusto, filho de um pescador que presenciou a cena. O destaque recai sobre a personagem negra de nome João, que, apesar da sua condição de escravizada, é retratada como um homem nobre e heroico.
1845	Frederick Augustus Washington	Publica em Boston a primeira versão de sua autobiografia <i>The</i>

	Bailey (Frederick Douglass)	<i>narrative of the life of Frederick Douglass, an American slave. Written by himself.</i> O autor relata os detalhes de sua história de vida, desde seu nascimento até a fuga para o norte, descrevendo todos os maus tratos que sofreu durante os anos de cativo. Por suas ideias e pelo legado de sua luta por libertação, é reconhecido como “o pai do movimento pelos direitos civis” dos Estados Unidos e considerado um dos intelectuais negros mais influentes de todo o século XIX (MENDES JÚNIOR, 2020).
1846		Abolição da escravidão na Tunísia.
1846		Abolição da escravidão nas Colônias dinamarquesas.
1847		Abolição da escravidão na colônia sueca de São Bartolomeu.
1847	Frederick Douglass	Dois anos depois de ter lançado nos Estados Unidos sua autobiografia, edita na cidade nova-iorquina de Rochester o primeiro número do jornal abolicionista <i>The North Star</i> , publicado semanalmente a partir de dezembro de 1847. O periódico, que foi dirigido pelo próprio Douglass, tinha como lema: “Right is of no sex – Truth is of no color – God is the Father of us all, and we are all brethren” (O correto não tem sexo – A verdade não tem cor – Deus é Pai de todos nós, e todos nós somos irmãos), o que demonstra que seus objetivos não eram lutar apenas pelo fim da escravidão, mas também pela igualdade entre os sexos e pela educação universal e irrestrita. O jornal circulou até junho de 1851.
1848		Abolição da escravidão na França e em suas Colônias (Martinica, Guadalupe e Guiana).
1849	Henry Walton Bibb (1815-1854)	Publica em Nova Iorque, após fugir do cativo, a autobiografia <i>Narrative of the life and adventures of Henry Bibb, an american slave, written by himself</i> , que se tornou uma das narrativas mais conhecidas no país no período anterior à Guerra Civil (1861-1865), pois criticava o uso extremo de violência pelos senhores na relação com os escravizados.
1850		Promulgada em 4 de setembro de 1850 a Lei nº 581, conhecida popularmente como Lei Eusébio de Queirós, estabelecendo medidas mais repressivas contra o tráfico de escravizados. Lei esta motivada devido às pressões diplomáticas impostas pela Inglaterra para a extinção da escravidão no Brasil.
1850		Duas semanas depois da promulgação da Lei Eusébio de Queirós, em 18 de setembro de 1850 o Senado do Império aprovou a Lei nº 601, conhecida como a Lei de Terras, que garantia a propriedade de bens móveis e imóveis a quem tivesse um título registrado em cartório, ou seja, somente para aqueles que tivessem condições de os adquirir legalmente.
1851		Abolição da escravidão no Equador e na Colômbia (até então denominada República da Nova Granada).
1851-1852	Harriet Beecher Stowe (1811-1896)	Publica, em formato de folhetim o romance <i>Uncle Tom's cabin; or life among the lowly</i> (A cabana do Pai Tomás; ou a vida entre os humildes), considerado o maior fenômeno literário de todo o século XIX. <i>A cabana do Pai Tomás ou os negros na América</i> , chegou em terras brasileiras pouco tempo depois.
1853		Abolição da escravidão na Argentina
1853	Nísia Floresta	Publica no Rio de Janeiro <i>Opúsculo humanitário</i> , em que defende, entre outras causas, a educação escolar formal para as mulheres, e faz duras críticas ao sistema escravagista
1853	Solomon Northrup (1808-1863) – violinista, letrado	Publica nos Estados Unidos seu livro de memórias <i>Twelve years a slave</i> . Nascido livre no estado de Nova Iorque, nos Estados Unidos, foi raptado por mercadores de escravos na cidade de Washington, em 1841. Seu relato obteve grande repercussão na época.
1854		Abolição da escravidão no Peru e na Venezuela.
1854	Mahommah Gardo Baquaqua	Considerado o primeiro e único relato feito em primeira pessoa

		por um ex-escravizado no Brasil, publica em Detroit o seu livro de memórias <i>An interesting narrative. Biography of Mahommah G. Baquaqua, a native of Zoogoo, in the interior of Africa</i> .
1855	Nísia Floresta	Publica no Rio de Janeiro <i>Páginas de uma vida obscura</i> , em formato de folhetim. O texto enaltece as qualidades dos negros escravizados, além de defender uma mudança de postura dos senhores, que compreendesse os cativos enquanto seres humanos e não somente força de trabalho.
1856	Francisco Pinheiro Guimarães (1832-1877)	Publica no Rio de Janeiro o romance <i>O comendador</i> em formato de folhetim. Nesse romance o negro escravizado aparece pela primeira vez na literatura brasileira como personagem ficcional.
1859	Luiz Gonzaga Pinto da Gama (1830-1882), mais conhecido como Luiz Gama	Figura central do movimento abolicionista brasileiro, publica em São Paulo as suas <i>Primeiras trovas burlescas de Getulino</i> , considerado o primeiro livro de poesias escrito por um ex-escravizado no país.
1861	Harriet Ann Jacobs (1813-1897)	Publica em Boston, sob o pseudônimo de Linda Brent, sua autobiografia <i>Incidents in the life of a slave girl, written by herself</i> , considerado um dos primeiros livros do gênero a falar abertamente sobre casos de abuso sexual cometidos por homens brancos contra as mulheres negras nos Estados Unidos.
1863		Abolição da escravatura nas Colônias holandesas no Caribe (Antilhas holandesas e Guiana)
1863-1865		Abolição da escravatura nos Estados Unidos da América.
1865	Maria Angélica Ribeiro (1829-1880) – dramaturga e abolicionista	Considerada a primeira mulher a ter um drama encenado no Brasil, levou aos palcos do Teatro do Ginásio, no Rio de Janeiro, a peça <i>Cancros sociais</i> . A trama foi de encontro aos valores da sociedade patriarcal e escravista da época, pois abordou um tema considerado tabu entre as elites: a exploração sexual dos homens brancos em relação às mulheres negras escravizadas.
1866		Promulgado em 6 de novembro de 1866, o Decreto nº 3.725 concedeu a liberdade gratuita para cerca de vinte mil escravizados do país, para que pudessem servir como soldados na Guerra do Paraguai (1864-1870).
1867	Dom Pedro	Durante a sessão de abertura dos trabalhos legislativos da Assembleia Geral do Império do Brasil, em 22 de maio de 1867, o imperador, pela primeira vez em sua <i>Fala do trono</i> , trouxe a questão da emancipação dos escravizados. “O elemento servil no Império não pode deixar de merecer oportunamente a vossa consideração, provendo-se de modo que, respeitada a propriedade atual, e sem abalo profundo em nossa primeira indústria – a agricultura –, sejam atendidos os altos interesses que se ligam à emancipação” (BRASIL, 2019, p. 488-489).
1868	Dom Pedro II	Durante a sessão de abertura dos trabalhos legislativos da Assembleia Geral do Império do Brasil, em 9 de maio de 1868, o imperador em sua <i>Fala do trono</i> , traz novamente a questão da emancipação dos escravizados. “O elemento servil tem sido objeto de assíduo estudo, e oportunamente submeterá o governo à vossa sabedoria a conveniente proposta” (BRASIL, 2019, p. 497).
1869		Promulgado em 15 de setembro de 1869, o Decreto nº 1.695, que proibia a venda de escravizados em pregões e exposições públicas. Além de “em todas as vendas de escravos, ou sejam particulares ou judiciais, é proibido, sob pena de nullidade,

		separar o marido da mulher, o filho do pai ou mãe, salvo sendo os filhos maiores de 15 anos”. ²⁶
1869	Joaquim Manuel de Macedo	Pública, no Rio de Janeiro, um conjunto de romances intitulados <i>As vítimas-algozes: quadros da escravidão</i> , em que reuniu três narrativas antiescravista – <i>Simeão, o crioulo; Pai Raiol, o feiticeiro; e Lucinda, a mucama</i> . O autor defendia a tese de que os maiores prejudicados pelo sistema escravista não eram os escravizados, mas sim os seus proprietários. Segundo Macedo ao serem vítimas de um sistema injusto e opressor, os escravizados acabavam por reagir aos maus-tratos de seus senhores de forma violenta e cruel, tornando-se, assim, além de vítimas, algozes.
1871		Promulgada em 28 de setembro de 1871, a Lei nº 2.040, conhecida popularmente como Lei Rio Branco ou Lei do Ventre Livre. Declarava livres os filhos de mães escravizadas nascidos a partir daquela data, mas os mantendo sob a tutela dos seus senhores até que atingissem a idade de vinte e um anos. Na prática, essas crianças viveram sob a condição de cativas, uma vez que nenhuma delas obteve a maioria legal até o fim da escravidão, ocorrido somente em 13 de maio de 1888.
1873		Abolição da escravatura em Porto Rico
1880	Joaquim Nabuco (1849-1910) José do Patrocínio André Rebouças	Fundada na capital do Império em 7 de setembro de 1880, a Sociedade Brasileira Contra a Escravidão, criada com o objetivo de ampliar os alcances da luta abolicionista no Brasil. A íntegra do Manifesto da entidade, publicada por Nabuco, informa que “levantando um grito de guerra contra a escravidão; (...) proclamando que nenhum homem pode ser propriedade de outro, e que nenhuma nação pode elevar-se impunemente sobre as lágrimas e os sofrimentos da raça que a sustentou com o melhor do seu sangue e das suas forças” (NABUCO, 1880, p. 17).
1880	Joaquim Nabuco	Apresenta à Câmara dos Deputados um projeto de lei propondo a abolição da escravidão a partir de 1890, prevendo o pagamento de indenizações para os proprietários. A proposta gerou reações entre os integrantes da ala progressista mais radical, que exigiam o fim imediato da escravatura no país, sem que houvesse compensações por parte do Império.
1881	Aluísio Azevedo (1857- 1913)	Publicado pela primeira vez em São Luís do Maranhão, em um momento de crescente desejo pela abolição, <i>O mulato</i> , inaugurou o naturalismo na literatura brasileira.
1883	Joaquim Nabuco	Publica em 1883 em Londres, seu livro mais conhecido até hoje, <i>O abolicionismo</i> . A primeira de uma série de reflexões com abordagem antiescravista escritas por ele, com o objetivo de informar os cidadãos brasileiros sobre as reformas que Nabuco e seus companheiros de luta consideravam importantes para a condução dos destinos do Brasil.
1884		Em 25 de março de 1884, o Ceará declara a abolição da escravidão em seu território, tornando-se a primeira província a anunciar, oficialmente, o fim da escravidão no Brasil.
1884		Seguindo os mesmos passos do Ceará, em 10 de julho de 1884 o Amazonas declara a abolição da escravatura em seu território, tornando-se a segunda província a anunciar o fim da escravidão no Brasil.
1885		Promulgada em 28 de setembro de 1885, a Lei nº 3.270, que

²⁶ Disponível em <https://www2.camara.leg.br/legin/fed/decret/1824-1899/decreto-1695-15-setembro-1869-552474-publicacaooriginal-69771-pl.html#:~:text=Prohibe%20as%20vendas%20de%20escravos%20debaixo%20de%20preg%C3%A3o%20e%20em%20exposi%C3%A7%C3%A3o%20publica.>

		entrou para a história como Lei dos Sexagenários ou Lei Saraiva-Cotegipe, declarava livres todos os escravizados com mais de sessenta anos.
1886		Abolição da escravatura em Cuba.
1886	Joaquim Nabuco	Lido em voz alta por Joaquim Nabuco em 18 de março de 1886, em um banquete literário realizado na residência de seu amigo Luiz Guimarães, a quem dedicou o poema, <i>Escravos! Versos franceses a Epicteto</i> . Inspirado no filósofo grego Epicteto (50 d.C.-135 d.C.). Nabuco inicia o poema discursando sobre as questões da escravização na Antiguidade, para fazer uma comparação com as brutalidades cometidas pela escravização do XIX.
1888		Promulgada em 13 de maio de 1888, a Lei nº 3.353, a Lei Áurea. Aprovada e sancionada pela Princesa Isabel, essa declarava livres todos aqueles que se encontravam sob a condição de escravizados, colocando o Brasil na posição de último país independente do continente americano a abolir por completo a escravidão em seu território.

Fonte: ZIN, Rafael Balseiro. **Escritoras abolicionistas no Brasil-Império:** Maria Firmina dos Reis e Júlia Lopes de Almeida na luta contra a escravidão. Pontifícia Universidade Católica de São Paulo: São Paulo, 2022 (tese de doutorado em Ciências Sociais). Quadro adaptado de cronologia do autor.

Pelas informações da tabela é possível perceber dois pontos importantes: o primeiro diz respeito à questão da luta dos próprios negros escravizados por sua emancipação, que precede em muitos séculos, como vimos no item anterior, a organização de movimentos abolicionistas pelo mundo; o segundo ponto, é a efervescência de abolições da escravatura no século XIX, inclusive nos Estados Unidos, logo após a Guerra de Secessão e, pela pressão inglesa, no mesmo século, para que o Brasil acabasse com a escravidão em seu território. Todos esses fatores contribuíram para influenciar, sobremaneira, o movimento abolicionista brasileiro (AZEVEDO, 2003, p. 60).

Até fins da década de 1860 “é importante reforçar que nesse momento ainda não existiam as idéias emancipacionistas nem abolicionistas. As ideias antiescravistas se caracterizam por atitudes ou opiniões críticas ao escravismo, que estão presentes desde o Brasil colonial” (DA COSTA, 1997, p. 445).

A monarquia brasileira se posicionava de forma ambígua a respeito do tema. Embora tenha, na Constituição de 1824, no artigo 179, inciso XIX incluído que “desde já ficam abolidos os açoites, a tortura, a marca de ferro quente, e todas as mais penas cruéis”, não houve efetiva fiscalização, sendo que as práticas continuassem a acontecer contra os escravizados. José Bonifácio, na Assembleia Constituinte, manifestava-se sobre a necessidade da abolição e de ela ser realizada de maneira gradual, e o mais breve possível, contudo, os proprietários de escravos, se colocavam contra essa emancipação, o que levou Bonifácio a ser banido do país e a se exiliar na França em 1823 (PICOLI 2009).

Nabuco considerava que o movimento de libertação dos escravizados, iniciado em fins de 1860, seria uma farsa, pois, embora se posicionasse como abolicionista, seus objetivos eram apenas reformar o sistema escravista de modo a serenar os ânimos dos senhores de escravos (NABUCO, 2000). Para ele, o verdadeiro movimento abolicionista iniciou somente em 1879, quando “pela primeira vez, se viu dentro e fora do parlamento um grupo de homens fazer da emancipação dos escravos, não da limitação do cativeiro às gerações futuras, a sua bandeira” (2000, p. 01).

Os “verdadeiros abolicionistas” compreendidos por Joaquim Nabuco, utilizavam-se de estratégias como: a denúncia da escravidão na imprensa, nas Assembleias Legislativas Provinciais e nas associações abolicionistas que surgiram no período; além da pressão política sobre o governo imperial. Auxiliavam também na fuga de escravos e na compra de cartas de alforria. E, muitas vezes, utilizavam-se da lei para lutar contra os maus tratos e as problemáticas oriundas da escravidão, para os negros, através de processos jurídicos (PÍCOLI, 2009).

Ainda segundo Pícoli (2009), com o início da Guerra contra o Paraguai o Imperador passou a ser pressionado pelo partido conservador para substituir o governo liberal por um representante seu, Duque de Caxias²⁷. O imperador, pressionado, cede aos conservadores, dissolvendo o gabinete dos liberais. Para ocupar lugar do liberal José Antônio Pimenta Bueno²⁸, é escolhido o conservado Joaquim José Rodrigues Torres²⁹, que retira das discussões o projeto de emancipação da escravatura em 1868. “Terminada a guerra, no entanto, a pressão por alguma iniciativa dividiu o Ministério de Itaboraí, levando-o a pedir demissão” (CARVALHO, 2008, p. 308). D. Pedro convocou o autor do projeto, marquês de São Vicente, para retornar ao posto e colocar seus projetos emancipacionistas em prática, contudo ele não conseguiu rearticular as forças políticas e organizar um ministério unido, renunciando em 1871, assumindo seu lugar o visconde de Rio Branco, que liderou a aprovação da Lei do Ventre Livre.

A partir de 1868, após a substituição do gabinete liberal, nota-se uma radicalização em torno do movimento emancipacionista. O Imperador Dom Pedro II passa a ter papel importante, como um defensor da emancipação dos escravizados, chegando a influenciar

²⁷ Luís Alves de Lima e Silva (1803-1880).

²⁸ Marquês de São Vicente (1803-1878).

²⁹ Visconde de Itaboraí (1802-1872).

jovens estudantes das faculdades de Direito de Recife e de São Paulo (ALONSO, 2002. p. 102).

Ainda em fins de 1868, os liberais criaram o Centro Liberal, composto por senadores e membros independentes, com o objetivo inicial da defesa pela libertação do ventre das escravas, de uma reforma eleitoras e da criação de um fundo que ajudasse os escravizados que fossem libertos. Diversos jornais começaram a ser publicados com artigos sobre o tema da emancipação dos escravizados. No Rio de Janeiro, em 1869, surgiu *A Reforma*, ligado ao Centro Liberal, defendendo o programa liberal e o projeto do marquês de São Vicente.³⁰

Em sua primeira edição, de 12 de maio de 1869, na primeira página, o jornal *A Reforma* apresenta seu programa Liberal, entre eles destaca-se:

5º Emancipação dos escravos:

Consistindo na liberdade de todos os filhos de escravos, que nascerem desde a data da lei,

e

na alforria gradual dos escravos existentes pelo modo que oportunamente será declarado (JORNAL A REFORMA, 12/05/1869, p. 01).³¹

O Radical Paulistano, também surgido em 1869, apoiava o Centro Liberal, o emancipacionismo dos escravizados, contanto com Luiz gama e Rui Barbosa, ainda estudante Direito, em seu grupo. Na edição de 31 de maio de 1869, trazia o poema a seguir, de autoria de Sombra de Rateliff:

A estatua e o pelourinho

[...]

Mas, quando um escravo acende
O fogo da liberdade,
O incêndio lavra os campos,
Vae de cidade em cidade!

Acha-se Pedro sem forças
Para abafar o vulcão,
Quer fugir... o povo altivo
Estende-lhe a forte mão:

Fica para ser o chefe
De uma nação de valentes,
Que juraram, por seu sangue,
Ser livres e independentes

³⁰ Para um estudo mais aprofundado a respeito do movimento abolicionista, ver PICOLI, Mariana de Almeida. Ideais de liberdade na cena política Capixaba: o movimento abolicionista em Vitória (1869-1888). Vitória: Universidade Federal do Espírito Santo, 2009. (Dissertação de Mestrado em História Social).

³¹ Disponível em

<https://memoria.bn.br/DocReader/DocReader.aspx?bib=226440&pasta=ano%20186&hf=memoria.bn.br&pagfis=1>

[...] (JORNAL O RADICAL PAULISTANO, 31/05/1869, p. 03).³²

Em sua edição de 2 de setembro de 1869, defende que a liberdade dos escravizados deve vir acompanhada pela implementação do trabalho dos imigrantes:

Não nos é permitido actualmente occultar estar duas palpitantes necessidades do paiz, e ellas não poderão ser satisfeitas sem o concurso da immigração, a qual, applicando-se á lavoura e ás outras industrias, augmentará a nossa produção e, por tanto, os nossos rendimentos, e, ao mesmo tempo, irá substituindo, pouco a pouco, e, sem grande commoção, o braço do escravo pelo do homem livre. E, nessas condições, quando se tiver do lavar o decreto de liberdade dos nossos irmãos, que vivem hoje sob o peso das algemas do cativo, elle não produzirá as consequências funestas, que se realizarão necessariamente, se não preparar-se primeiramente, o terreno para receber esta medida indispensável e mais que útil á nossa sociedade (JORNAL O RADICAL PAULISTANO, 02/09/1869, p. 02).³³

Em 1870, começa a ganhar corpo ainda maior, além de jornais, os clubes, que faziam reuniões em torno da temática do abolicionismo. “Em 1870, já havia muitos indícios de atividades sem precedentes: a proliferação de clubes emancipacionistas, o início do jornalismo antiescravista e frequentes reuniões antiescravagistas” (CONRAD, 1978, p. 106).

“Nos anos de 70 e 71, apareceram numerosas publicações em torno da ‘questão servil’, agitada na câmara e no senado pelo projeto de libertação do ventre da escrava. De todos os lados, levantaram-se vozes a favor e contra a emancipação” (DA COSTA, 1998, p. 419). No Maranhão, temos os exemplos do jornal *Diário do Maranhão*, fundado em 1855, por empresários, logo após o fim do tráfico internacional de escravos; o jornal *O Paiz*, fundado em 1863 pelo professor Themístocles Aranha, e o jornal *Pacotilha*, fundado pelo jornalista Victor Lobato, em outubro de 1880, no contexto do movimento abolicionista (PEREIRA, 2009, p. 03). No Piauí, temos, 1884, a fundação do jornal *O Abolicionista*. Em São Paulo, o jornal *A Redempção*, em 1887, por Luiz Gama. E em Minas Gerais, o jornal *Diário de Minas*, em 1888.

“Os poucos opositores assumidos das reformas reconheciam os males da escravidão” (PÍCOLI, 2009, p. 24), principalmente em relação ao atraso que causava à consolidação do progresso e da civilidade no país, contudo, defendiam a manutenção do sistema escravista em razão da estabilidade econômica.

Nas faculdades, em especial as de Direito de Recife e de São Paulo, muitos estudantes aderiram à causa abolicionista, entre eles, Castro Alves, Rui Barbosa, Joaquim Nabuco, que,

³² Disponível em <https://memoria.bn.br/DocReader/docreader.aspx?bib=713473&pesq=escravo&pagfis=27>

³³ Disponível em <https://memoria.bn.br/DocReader/docreader.aspx?bib=713473&pesq=escravo&pagfis=74>

com o desenrolar do movimento, se tornaram grandes expoentes do mesmo, sendo acompanhados pelo professor José Bonifácio de Andrada e Silva, neto homônimo do líder da independência brasileira (PÍCOLI, 2009).

Neste período, além dos jornais, os clubes passaram a representar espaços para o debate político e de ideias sobre diversos assuntos que estavam circulando na sociedade da época. Frequentados, em sua maioria, por profissionais liberais, propiciaram uma mudança na ação política, incorporando questões sociais à pauta das discussões (ALONSO, 2002, p. 101, APUD PÍCOLI, 2009, p. 25).

Em 1868 foi fundado o *Clube Radical do Rio de Janeiro*, sob a liderança do senador José Inácio Silveira da Mota, em seu manifesto já deixava clara sua defesa pela abolição da escravidão. Seu programa é veiculado nas páginas do jornal *Opinião Liberal* do Rio de Janeiro, sempre na primeira página, nos anos 1868:

A redacção d'esta folha professa a doutrina liberal em toda a sua plenitude e propõe-se discutir as seguintes theses, que julga do maior interesse para a real e futura grandeza do Brasil:

Alliança federativa republicana da America;

Absoluta liberdade de consciencia e de cultos, de ensino, de imprensa, de commercio, de indústria, de associação, e reuniões pacificas;

Abolição da escravatura, de exércitos permanentes, da guarda nacional, da pena de morte, e da religião de estado;

Policia electiva;

Emancipação colonial;

Temporiedade do senado;

Desenvolvimento commercial, agricola, industrial e artístico;

Descentralisação e reformas administrativas, sobre a base desenvolvida do principio electivo;

Sulfragio univerval, e eleição directa;

Em uma palavra: em politica sustenta as ideias republicanas; como socialista – a democracia christã (JORNAL OPINIÃO LIBERAL, 01/07/1868, p. 03).³⁴

Em todo o país foram criadas outras associações seguindo seu exemplo, como o *Clube Radical Paulistano* um dos mais atuantes. Também foram fundados clubes em Recife, em Campinas, província de São Paulo, Vassouras e São Fidélis, província do Rio de Janeiro e no sul de Minas (CARVALHO, 2007, p. 24, APUD PÍCOLI, 2009, p. 24).

Embora a partir de 1870 intelectuais, políticos, jornalistas e estudantes das faculdades de Direito tenham se engajado com mais rigor no combate pela causa abolicionista, a luta dos negros pela defesa de sua liberdade, como vimos no item anterior, era recorrente, desde o início do processo de escravização, com diversas formas de resistência. Somente após a

³⁴ Disponível em

<https://memoria.bn.br/DocReader/docreader.aspx?bib=359696&pasta=ano%20186&pesq=manifesto&pagfis=417>

abolição da escravatura em diversos países, inclusive na América e no próprio Estados Unidos, e com a pressão da Inglaterra sobre o Brasil, para a abolição da escravidão, percebe-se o início de um engajamento por parte de outros setores, no país, com a finalidade de repensar o sistema escravista e de formas de libertar os escravizados, sem prejudicar seus proprietários. Por fim, após muitas lutas por parte dos negros, que ganharam o apoio de abolicionistas, a escravidão chega ao fim no Brasil em 1888.

2.2 O Movimento Negro Unificado

Todos esses eventos e lutas marcaram o período anterior à abolição da escravatura. Porém, a partir dos anos 1888, após a extinção formal da escravidão no Brasil, um novo - problema social se delineou diante da população negra, agora liberta. Embora não fossem mais cativos, agora estavam marginalizados e sem o amparo do Estado brasileiro que, no ano seguinte, proclamou a República (1889).

Seja politicamente em decorrência das limitações da República no que se refere ao sufrágio e as outras formas de participação política; seja social e psicologicamente, em face das doutrinas do racismo científico e da “teoria do branqueamento”; seja ainda economicamente, devido às preferências em termos de emprego em favor dos imigrantes europeus (ANDREWS, 1991, p. 32).

Petrônio Domingues define que é a partir desse momento que há uma real mobilização política do povo negro. Adotando a classificação de Regina Pahim Pinto, Petrônio Domingues define movimento negro como “a luta dos negros na perspectiva de resolver seus problemas na sociedade abrangente, em particular os provenientes dos preconceitos e das discriminações raciais, que os marginalizam no mercado de trabalho, no sistema educacional, político, social e cultura” (DOMINGUES, 2007, p. 101), o que só ocorreria a partir do momento de libertação, pós-1888.

Ainda segundo Domingues, a questão da identidade racial, é um fator fundamental para a mobilização do movimento negro: “em outras palavras, para o movimento negro, a “raça” é o fator determinante de organização dos negros em torno de um projeto comum de ação” (DOMINGUES, 2007, p. 102).

No início do século XX, nota-se uma expressiva fundação de grêmios, clubes e associações de negros/negras, com o objetivo de discutir e minimizar os impactos causados pelo processo de marginalização ao qual estavam submetidos. Cita-se algumas dessas entidades: Clube 28 de Setembro (SP,1897), Sociedade Progresso da Raça Africana (RS, 1891); Club 13 de Maio dos Homens Pretos (SP, 1902), Centro Literário dos Homens de Cor

(SP, 1903), a Sociedade Propugnadora 13 de Maio (SP, 1906), o Centro Cultural Henrique Dias (SP, 1908), Grupo Dramático e Recreativo Kosmos (SP, 1908), a Sociedade União Cívica dos Homens de Cor (SP, 1915), a Associação Protetora dos Brasileiros Pretos (SP, 1917); Centro Cívico Cruz e Souza (SC, 1918), Centro Cívico Palmares (SP, 1926). “De cunho eminentemente assistencialista, recreativo e/ou cultural, as associações negras conseguiam agregar um número não desprezível de “homens de cor”, como se dizia na época” (DOMINGUES, 2007, p. 103).

Desse período destaca-se também a chamada “imprensa negra”, periódicos publicados por negros para tratar de questões de seus interesses. Durante as primeiras décadas dos anos 20, no Brasil, diversos jornais que tinham como objetivo tratar das mais variadas questões referentes aos problemas pelos quais os negros passavam em todos os âmbitos da sociedade (saúde, educação, trabalho, lazer, moradia, entre outros), surgiram, como exemplo pode-se citar: *A Pátria*, tendo como subtítulo *Órgão dos Homens de Cor* (SP, 1899), *O Alfinete* (SP, 1918) *O Getulino*, (Campinas, 1923), *Raça* (MG, 1935), entre outros.

O estado lamentavel em que jazem os homens de côr no Brazil, oprimidos de um lado pelas ideias escravocratas que de todo não desapareceram do nosso meio social e de outro pela nefasta ignorancia em que vegetam este elemento da raça brasileira, inconsciente da sua humilde situação moral, impõe uma reacção salutar para que possam em dias futuros ter a consciencia lucida, de que para elles, os seus direitos são compuscados, a lei asfixiada e estrangulada e a justiça vilipendiada (O ALFINETE, 22 de setembro de 1918).

Os jornais, procuravam denunciar “as ideias escravocratas” que ainda não haviam desaparecido do país, apesar da abolição, além das questões de cunho racial que aconteciam em diversas regiões do Brasil, com negros e negras sofrendo segregação e sendo impedidos de frequentar determinados lugares. “Nesta etapa, o movimento negro organizado era desprovido de caráter explicitamente político, com um programa definido e projeto ideológico mais amplo” (DOMINGUES, 2007, p. 105).

Contudo, em 16 de setembro de 1931 é fundada em São Paulo a Frente Negra Brasileira (FNB), considerada a mais destacada entidade de luta pelo movimento negro no Brasil na primeira metade do século XX. Seu programa tinha por objetivo alcançar posições para negros e negras em todos os setores da sociedade.

A entidade se expandiu ao ponto de ter delegações (filiais) e grupos homônimos em diversos estados, e “pelas estimativas de um de seus dirigentes, a FNB chegou a superar os 20 mil associados” (DOMINGUES, 2007, p. 106).

A FNB desenvolveu trabalhos socioeducativos e culturais mantendo grupo musical e teatral, escola, time de futebol, departamento jurídico, serviço de saúde médica e

odontológica, cursos de formação política, de artes e ofícios, além da publicação do jornal *A voz da raça* (1933-1937).

Em 1936 a Frente Negra Brasileira transformou-se em partido político, com o intuito de participar das eleições futuras, seu programa político caracterizava-se pelo autoritarismo e ultranacionalismo, influenciados pelo contexto internacional da época, marcado pela ascensão do nazifascismo.

Naquele momento, sua principal liderança foi Arlindo Veiga dos Santos que exaltava publicamente o governo do italiano Benedito Mussolini (1883-1945), na Itália, e de Adolfo Hitler (1889-1945), na Alemanha. O próprio subtítulo do periódico “A Voz da Raça” era sintomático: “Deus, Pátria, Raça e Família”, sendo diferente do lema dos integralistas (movimento de extrema direita) apenas pela presença do termo “Raça” (DOMINGUES, 2007, p. 107).

Porém, com a instauração do Estado Novo e a promulgação do Decreto no 37, de 2 de dezembro de 1937, assinado pelo então Presidente Getúlio Vargas, que colocava na ilegalidade todos os partidos políticos, acabou ocasionando a extinção da Frente Negra Brasileira e das demais organizações políticas no Brasil.

Durante os anos 1937 a 1945, conhecido como Estado Novo, a dura repressão da ditadura de Getúlio Vargas impossibilitaram a articulação de movimentos sociais contestatórios. Entretanto, com o fim do governo Vargas, o movimento negro brasileiro organizado ressurge.

O ano de 1945 foi muito fértil na realização de congressos e convenções de partidos políticos. Mas, também, houve reuniões, congressos e convenções da raça negra. Bem ou mal intencionados, os líderes negros de São Paulo movimentaram-se, fazendo reviver a luta que os nossos antepassados iniciaram com a campanha da Abolição. (Luiz Lobato, Senzala – Revista mensal para o negro, 1946, p. 14).

São desse período a União dos Homens de Cor (UHC) de 1943 e o Teatro Experimental do Negro (TEN) 1944.

A União dos Homens de Cor, fundada em Porto Alegre em 1943, no artigo 1º do seu estatuto, no capítulo “finalidades”, expressava seu objetivo principal “elevar o nível econômico, e intelectual das pessoas de cor em todo o território nacional, para torná-las aptas a ingressarem na vida social e administrativa do país, em todos os setores de suas atividades”. Em pouco tempo, a UHC conseguiu ter filiais em várias cidades do país.

Na segunda metade da década de 1940, ela abriu sucursal ou possuía representantes em pelo menos 10 Estados da Federação (Minas Gerais, Santa Catarina, Bahia, Maranhão, Ceará, Rio Grande do Sul, São Paulo, Espírito Santo, Piauí e Paraná), estando presente em inúmeros municípios do interior. Somente no estado do Paraná, a UHC mantinha contato com 23 cidades em 1948. Em linhas gerais, sua atuação era marcada pela promoção de debates na imprensa local, publicação de jornais

próprios, serviços de assistência jurídica e médica, aulas de alfabetização, ações de voluntariado e participação em campanhas eleitorais. (DOMINGUES, 2007, p. 108).

Por sua vez, o Teatro Experimental do Negro (TEN), fundado em 1944 no Rio de Janeiro, segundo Abdias do Nascimento, uma de suas principais lideranças, tinha por objetivo,

resgatar, no Brasil, os valores da pessoa humana e da cultura negro-africana, degradados e negados por uma sociedade dominante que, desde os tempos da colônia, portava a bagagem mental de sua formação metropolitana europeia, imbuída de conceitos pseudocientíficos sobre a inferioridade da raça negra. Propunha-se o TEN a trabalhar pela valorização social do negro no Brasil, através da educação, da cultura e da arte (NASCIMENTO, 2004, p. 210).

O Teatro Experimental Negro oferecia cursos de alfabetização, de corte e costura. Publicou o jornal *Quilombo*. Fundou o Museu do Negro e o Instituto Nacional do Negro. Organizou o I Congresso do Negro Brasileiro.

Data desse período ainda a fundação do Conselho Nacional das Mulheres Negras, em 1950, no Rio de Janeiro. Entre as principais lutas do Conselho, estava a defesa dos direitos das empregadas domésticas, profissão que era exercida, na maior parte das vezes, por mulheres negras pobres. As fundadoras do Conselho Nacional das Mulheres Negras eram mulheres vinculadas ao TEN.

Cabe ressaltar ainda, a importância da “imprensa negra”, impulsionada com a publicação de novos jornais de protesto por todo o país.³⁵

A instauração da Ditadura Militar em 1964 desarticulou os diversos movimentos negros e sociais no Brasil. “Tínhamos três tipos de problemas, o isolamento político, ditadura militar e o esvaziamento dos movimentos passados. Posso dizer que em 1970 era difícil reunir mais que meia dúzia de militantes do movimento negro” (CUNHA JR., 1992, p. 65).

O contexto histórico e social internacional dos anos de 1950 e 1960 é marcado por diversos acontecimentos que se refletem com força no Brasil.

O fim da Segunda Guerra Mundial, com um mundo ainda abalado com a descoberta dos campos de concentração, onde milhares de judeus foram mortos pelos nazistas, trouxe discussões sobre a importância dos direitos humanos, tendo a Organização das Nações Unidas (ONU) sido criada em 1945. Fala-se de modo mais enfático no combate ao racismo e ao antissemitismo. E em 1948 é formulada a Declaração Universal dos Direitos do Humanos.

³⁵ De acordo com Domingues (2007) em São Paulo, surgiram o *Alvorada* (1945), *O Novo Horizonte* (1946), *Notícias de Ébano* (1957), *O Mutirão* (1958), *Níger* (1960); em Curitiba, o *União* (1947); no Rio de Janeiro, o *Redenção* (1950) e *A Voz da Negritude* (1952).

A luta por igualdade de direitos ganha força e a questão da descolonização das terras da África, Américas e Ásia entra na pauta internacional. Nos anos seguintes, esse processo de descolonização e a luta dos povos nativos pelo direito de ter o domínio efetivo de suas terras avança.

2.3 O movimento negro contemporâneo

Apesar de a Ditadura Militar ter esvaziado a maior parte dos movimentos sociais, como o movimento negro, isso não significou que não houvessem iniciativas de ações antirracistas durante o período do Golpe Militar, embora de modo mais tímido e fragmentado.

Em São Paulo, por exemplo, em 1972, um grupo de estudantes e artistas formou o Centro de Cultura e Arte Negra (CECAN); a *imprensa negra*, por sua vez, timidamente deu sinais de vida, com os jornais *Árvore das Palavras* (1974), *O Quadro* (1974), em São Paulo; *Biluga* (1974), em São Caetano/SP, e *Nagô* (1975), em São Carlos/SP. Em Porto Alegre, nasceu o Grupo Palmares (1971), o primeiro no país a defender a substituição das comemorações do 13 de Maio para o 20 de Novembro. No Rio de Janeiro, explodiu, no interior da juventude negra, o movimento *Soul*, depois batizado de *Black Rio*. Nesse mesmo estado, foi fundado o Instituto de Pesquisa das Culturas Negras (IPCN), em 1976 (DOMINGUES, 2007, p. 112).

Contudo, somente em fins da década de 1970, com a pressão pelo fim da Ditadura Militar, os movimentos sociais começam a se reorganizar. Nesse contexto de reabertura política, com as greves de maio de junho no ABC paulista, em 18 de junho de 1978 diversos grupos e entidades negras como CECAN, Grupo Afro-Latino América, Câmara do Comércio Afro-Brasileiro, *Jornal Abertura*, *Jornal Capoeira* e Grupo de Atletas e Grupo de Artistas Negros, reuniram-se e fundaram o Movimento Unificado Contra a Discriminação Racial (MUCDR) (DOMINGUES, 2007).

Lançado em ato público nas escadarias do Teatro Municipal de São Paulo no dia 7 de julho, “uma entidade nacional que marcou a história do Movimento Negro contemporâneo e foi considerada como um dos principais protagonistas na luta antirracista brasileira” (SOARES, 2016, p. 74).

Para que o Movimento Unificado Contra a Discriminação Racial surgisse em 1978, outros movimentos haviam sido criados durante os primeiros anos da década de 1970, o que possibilitou uma rede de relações entre essas organizações e lideranças.³⁶

³⁶ De acordo com Domingues (2007), como o Grupo Palmares (RS, 1971), o Centro de Cultura e Arte Negra (CECAN, SP, 1972), o Grupo de Teatro Evolução (SP, 1972), o Bloco Afro Ilê Aiyê (BA, 1974), o Núcleo

Em sua “Carta aberta à população”, protesta em repúdio à discriminação racial sofrida por quatro jovens negros, expulsos do Clube de Regatas Tietê e contra à morte de Robson Silveira da Luz, operário e pai de família negro, torturado até a morte no 44º Distrito de Guaianases.

“Carta aberta à população” (7 de julho de 1978)

Contra o Racismo

Hoje estamos na rua numa campanha de denúncia!

Campanha contra a discriminação racial, contra a opressão policial, contra o desemprego, o sub-emprego e a marginalização. Estamos nas ruas para denunciar as péssimas condições de vida da Comunidade Negra. Hoje é um dia histórico. Um novo dia começa a surgir para o negro! Estamos saindo das salas de reuniões, das salas de conferências e estamos indo para as ruas. Um novo passo foi dado na luta contra o racismo. Os racistas do Clube de Regatas Tietê que se cubram, pois exigiremos justiça. Os assassinos de negros que se cuidem, pois a eles também exigiremos justiça!

O MOVIMENTO UNIFICADO CONTRA A DISCRIMINAÇÃO RACIAL foi criado para ser um instrumento de luta da Comunidade Negra. Este movimento deve ter como princípio básico o trabalho de denúncia permanente de todo ato de discriminação racial, a constante organização da Comunidade para enfrentarmos todo e qualquer tipo de racismo. (...)

É necessário buscar formas de organização. É preciso garantir que este movimento seja um forte movimento de luta permanente da comunidade, onde todos participem de verdade, definindo os caminhos do movimento. Por isso chamamos a engrossarem o MOVIMENTO UNIFICADO CONTRA A DISCRIMINAÇÃO RACIAL.

Portanto, propomos a criação de CENTROS DE LUTA DO MOVIMENTO UNIFICADO CONTRA A DISCRIMINAÇÃO RACIAL nos bairros, nas vilas, nas prisões, nos terreiros de candomblé, nos terreiros de umbanda, nos locais de trabalho, nas escolas de samba, nas igrejas, em todo o lugar onde o negro vive; CENTROS DE LUTA que promovam o debate, a informação, a conscientização e organização da comunidade negra, tornando-nos um movimento forte, ativo e combatente, levando o negro a participar em todos os setores da sociedade brasileira. Convidamos os setores democráticos da sociedade (para) que nos apoiem, criando condições necessárias para criar uma verdadeira democracia racial.

CONTRA A DISCRIMINAÇÃO RACIAL
CONTRA A OPRESSÃO POLICIAL
PELA AMPLIAÇÃO DO MOVIMENTO POR UMA AUTÊNTICA
DEMOCRACIA RACIAL
(APUD, GONZALEZ, 1982, pp. 48-50).

Pela *Carta aberta à população* é possível identificar algumas das questões que estariam na pauta do Movimento Unificado Contra a Discriminação Racial (MUCDR) nesse primeiro momento: a luta contra a discriminação racial, contra a opressão policial, contra o desemprego e o subemprego e a marginalização do povo negro. Além, de conclamar para que o povo negro criasse em todos os lugares em que vivesse, os chamados Centros de Luta,

espaços para o debate, informação e organização do povo negro em sua luta contra a discriminação racial.

Uma de suas lutas era contra o “mito da democracia racial” e a instauração de uma “verdadeira democracia racial”, como afirmado na *Carta aberta à população*. A ideia de “democracia racial”, foi fortemente difundida na década de 1930 no Brasil, mas desde a década anterior, já havia no imaginário social brasileiro a crença de que o racismo havia acabado, desde o fim da escravidão. Entretanto a expressão de que o Brasil seria uma “democracia racial” ganha consenso nos anos 1950, atingindo auge nas décadas seguintes.

Thomas Skidmore (1994, p. 137) afirma que, no período da Ditadura Militar, “a elite brasileira defendia tenazmente a imagem do Brasil como uma democracia racial. Assim agia, de inúmeras maneiras. Uma dessas maneiras era rotular de ‘não brasileiros’ quem quer que levantasse sérias questões sobre relações raciais no Brasil”.

Os defensores da “democracia racial” afirmavam que “1ª) nossas relações de raça são harmoniosas; 2ª) a miscigenação é nosso aporte específico à civilização planetária; 3ª) O atraso social dos negros, responsável por fricções tóxicas, se deve, exclusivamente, ao seu passado escravista” (DOS SANTOS, 1985, p. 3).

O MUCDR levantou uma forte bandeira de luta contra o “mito da democracia racial”, que idealizava uma imagem de nação cordial entre as raças. Pela ótica da “democracia racial”, não haveria espaço para uma luta contra a discriminação, afinal, não havia, sequer, discriminação racial no país. Acreditar em “democracia racial” significava que não existia racismo no Brasil, como se afirmava na época, o que dificultava a luta contra o racismo estrutural que colocava os negros e negras em condições sociais desiguais em relação a população branca.

Poucos dias depois, em reunião realizada no dia 23, decidiu-se pela introdução da “negro” ao título do movimento, que passou a ser conhecido como Movimento Negro Unificado Contra a Discriminação Racial (MNUCDR). Ainda nesse ano foram aprovados o Estatuto, a Carta de Princípios e o Programa de Ação.

No Maranhão, destacamos que neste período, houve a reabertura do Centro de Cultura Negra:

primeira organização do Movimento Negro contemporâneo no estado. Esta breve apresentação do contexto sócio-histórico, objetiva localizar a agente escolhida, cujo perfil biográfico é o enfoque analítico do presente trabalho, tendo em vista que sua

trajetória é marcada por sua atuação política no âmbito do Centro de Cultura Negra do Maranhão (ARRUDA, 2021, p. 10).³⁷

Somente em 1979 passou a ser chamado por Movimento Negro Unificado (MNU), pois seu objetivo fundamental era a luta contra a discriminação racial. Essa “entidade que existe até hoje com representações em vários estados do país, e cuja formação parece ter sido responsável pela difusão da noção de ‘movimento negro’ como designação genérica para diversas entidades e ações construídas a partir daquele momento” (PEREIRA, 2010, p. 165).

O Movimento Negro inspirou-se, no plano internacional, na luta dos negros norte-americanos por seus direitos civis, em lideranças como Martin Luther King, Malcom X, Angela Davis. A luta dos negros estadunidenses tinha os lemas *black is beautiful*, *black soul*. Além de organizações negras marxistas como os Panteras Negras. Por outro lado, o processo de libertação dos países africanos avançava, como os de língua portuguesa (Guiné Bissau, Moçambique e Angola).

No plano interno, o acesso dos negros às universidades, foi responsável por um grande número de graduados, dando acesso a leituras acadêmicas e pesquisas. “Disputando lugares com graduados brancos - ou claros, na peculiar nomenclatura brasileira - em igualdade de condições, esses diplomados negros foram geralmente preteridos, ou remunerados em média 30% abaixo” (DOS SANTOS, 1985, p. 4).

Ainda no plano interno, “na concepção desses militantes, o capitalismo era o sistema que alimentava e se beneficiava do racismo; assim, só com a derrubada desse sistema e a consequente construção de uma sociedade igualitária era possível superar o racismo” (DOMINGUES, 2007, p. 112-113).

A partir da década de 1980, principalmente com o retorno das eleições diretas para os governos estaduais em 1982 e com a vitória de candidatos de oposição do regime militar em estados como Rio de Janeiro e São Paulo³⁸, passou a existir em diversos estados, ativistas negros buscando a construção de espaços de diálogo com o governo, em especial o Executivo e o Legislativo. É nesse momento que são criados os primeiros órgãos de governo específicos para tratar de questões relacionadas à população negra brasileira³⁹.

³⁷ Para maiores informações sobre o Movimento Negro no Maranhão, consultar o recente trabalho de Déborah Almeida Serra, **Engajamentos militantes e construções identitárias na trajetória de Mundinha Araújo**. São Luís, Universidade Federal do Maranhão, 2021. (dissertação de mestrado), vinculado ao LEEPOC / UFMA.

³⁸ No Rio de Janeiro foi eleito Leonel Brizola (PDT) e em São Paulo André Franco Montoro (PMDB), ambos para o governo dos respectivos estados.

³⁹ Como a criação do Conselho de Participação e Desenvolvimento da Comunidade Negra, criado no governo de Franco Montoro (SP) em 1983. Também no governo de Montoro foi criado o Conselho Estadual da Condição

Importantes pautas foram introduzidas no Programa de Ação do MNU a partir de 1982: desmistificação da democracia racial brasileira; organização política da população negra; transformação do Movimento Negro em movimento de massas; formação de um amplo leque de alianças na luta contra o racismo e a exploração do trabalhador; organização para enfrentar a violência policial; organização nos sindicatos e partidos políticos; luta pela introdução da História da África e do Negro no Brasil nos currículos escolares, além da busca pelo apoio internacional contra o racismo no país (DOMINGUES, 2007).

Considera-se que a história do protesto negro no país adquiriu um novo rumo com a fundação do Movimento Negro Unificado, devido a sua proposta de unificar a luta antirracista de todos os grupos e organizações em escala nacional (GONZALEZ, 1982, p. 64).

Dessa mesma época datam importantes pesquisas e contestações que marcariam mudanças em símbolos e datas nacionais. Em 1971 o Grupo Palmares, de Porto Alegre (RS) reuniu-se e passou a pesquisar sobre as origens históricas do quilombo de Palmares e Zumbi. O Movimento Negro começa a questionar e a criticar a ideia de democracia racial, como vimos. O processo de abolição da escravatura para a ser reinterpretado e o que ele representava passa a ser questionado.

O dia 20 de novembro (suposta data da morte de Zumbi), passa a ser considerado o Dia da Consciência Negra, projeto que ganha força, principalmente na década de 1980, quando a Serra da Barriga se torna patrimônio da UNESCO, rendendo movimentos de resgate da memória de Zumbi, do quilombo de Palmares e da luta de resistência dos negros escravizados.

É dentro desse processo que buscam as raízes africanas dos descendentes negros que vivem no Brasil, um processo de africanidade, de fortalecimento e empoderamento dessas raízes, dos lugares de origem, dos mitos fundadores, dos heróis, que dariam verdadeiro sentido à resistência negra. “Assim, tendem a ressoar mais os apelos à defesa de cultura do negro - das religiões afro-brasileiras, de ancestralidade africana, dos processos e produtos culturais afro-brasileiros ameaçados etc.” (DOS SANTOS, 1985, p. 5). Desse modo, o 13 de maio (data da abolição da escravatura) passa a ser considerado como Dia Nacional de Denúncia Contra o Racismo, uma vez que não cabia mais “comemorar” a data em que fazia referência a mulher branca.

Feminina, que inicialmente reunia mulheres brancas, contudo, um grupo de mulheres negras de São Paulo se reuniu e, como reação, constituiu o Coletivo de Mulheres Negras, conseguindo colocar duas de suas representantes no Conselho Estadual da Condição Feminina (PEREIRA, 2010, p. 219).

Segundo Michel Pollak (1992, p. 204), “a memória organizadíssima, que é a memória nacional, constitui um objeto de disputa importante, e são, comuns os conflitos para determinar que datas e que acontecimentos vão ser gravados na memória de um povo”. Essa disputa pela “reconstrução” da memória nacional a respeito dos negros brasileiros era de fundamental importância para a construção de uma nova identidade, que não somente fizessem os negros se compreenderem para muito além de homens e mulheres descendentes de povos escravizados, mas que os levasse a se enxergar como advindos de povos originários africanos que também foram grandes nações com grandes líderes.

Se podemos dizer que, em todos os níveis, a memória é um fenômeno construído social e individualmente, quando se trata da memória herdada, podemos também dizer que há uma ligação fenomenológica muito estreita entre a memória e o sentimento de identidade. Aqui o sentimento de identidade está sendo tomado no seu sentido mais superficial, mas que nos basta no momento, [...] imagem que uma pessoa adquire ao longo da vida referente a ela própria, a imagem que ela constrói e apresenta aos outros e a si própria, para acreditar na sua própria representação, mas também para ser percebida da maneira como quer ser percebida pelos outros (POLLAK, 1992, p. 204).

Aos poucos, o termo “negro” é despojado de sua conotação pejorativa, passando a ser adotado oficialmente como referência a todos os descendentes de africanos que foram escravizados no Brasil. O termo “homem de cor”, por sua vez, é praticamente banido e “negro” deixa de ser considerado ofensivo, sendo usado com orgulho pelos ativistas.

Segundo João Baptista Borges Pereira⁴⁰ e Manuel de Almeida Cruz⁴¹, o Movimento Negro passou a intervir na área educacional de modo a propor revisões de conteúdos preconceituosos nos livros didáticos, além da capacitação de professores com o objetivo de uma pedagogia interétnica, na reavaliação do papel do negro na história do Brasil e a promoção de uma campanha para a inclusão da história da África nos currículos escolares de todo o país.⁴²

Outro ponto de destaque é o questionamento aos nomes ocidentais, o que levou muitos pais e mães a registrarem seus filhos recém-nascidos com nomes africanos, principalmente de origem iorubá.

⁴⁰ PEREIRA, João Baptista Borges. Parâmetros ideológicos do projeto político de negros em São Paulo: um ensaio da antropologia política, **Revista do Instituto de Estudos Brasileiros**, n. 24, São Paulo, 1982, p. 53-61.

⁴¹ CRUZ, Manoel de Almeida. **Alternativas para combater o racismo**. Salvador: Núcleo Cultural Afro-Brasileiro, 1989.

⁴² A lei 10.639, foi assinada pelo presidente Luís Inácio Lula da Silva em 9 de janeiro de 2003, que tornou obrigatório o ensino de História e Cultura Afro-Brasileira.

Trata-se da adesão a uma estética da negritude – vestuário, penteados, adereços, ditos afro. Além de sua própria imagem, a adesão deve passar pela valorização e mesmo adoção de elementos da ‘cultura africana’, tais como música, dança, jogos e até hábitos alimentares, traduzidos nos jornais em receitas atribuídas aos antigos descendentes de escravos. Para completar o modelo, insiste-se na adoção, para as crianças, de nomes africanos, que aparecem sempre nos jornais acompanhados de sua tradução para o português. (MAUÉS, 1991, p. 127).

Mesmo no campo religioso houve esse mesmo processo “revisionista”, buscando aprofundar o entendimento das religiões de matriz africana. Segundo Cardoso, os aspectos a considerar são, “de um lado, a introdução pelos movimentos negro, no ideário político da sociedade (brasileira), de reivindicações antirracistas e, de outro, a crescente consolidação de uma nova identidade racial e cultural para o negro no país” (CARDOSO, 1987, p. 101).

Estava encaminhada a construção de uma nova memória coletiva e de uma nova identidade para os negros no Brasil: “podemos dizer que a memória é um elemento constituinte do sentimento de identidade, tanto individual como coletiva, na medida em que ela é também um fator extremamente importante do sentimento de continuidade e de coerência de uma pessoa ou de um grupo em sua reconstrução de si (POLLAK, 1992, p. 204).

Passa-se a questionar a história e memória que foram oficializadas no Brasil e mesmo, a participação dos negros na história brasileira. Há uma busca pelas origens africanas, um crescente interesse pelas raízes e pelas histórias da África, como apontado no Jornal *Sinba* de 1977:

Nós negros brasileiros somos sempre chamados a nos identificar com a África Ancestral e seus valores correspondentes da época do tráfico ou anterior. Se somos conscientes que a história não para, por que ficarmos presos àquela época e desconhecemos o seu desenvolvimento histórico? Se cultura, étnica e historicamente temos tantas afinidades, se geograficamente somos tão próximos, climaticamente tão parecidos; se no campo econômico muito podemos realizar, por que ainda estamos tão mal informados e preconceituosos com relação à África? Por que quase tudo desconhecemos sobre sua história recente, sobre povos, das suas conquistas, enfim, da sua atualidade (SINBA, 1977, p. 5).

O Movimento Negro propõe uma nova história para os negros brasileiros, para que eles recuperem essa identidade antes do processo de escravização e não sejam vistos somente como descendentes de escravizados, pois “a memória deve ser entendida também, ou sobretudo, como um fenômeno coletivo e social, ou seja, como um fenômeno construído coletivamente e submetido a flutuações, transformações, mudanças constantes” (POLLAK, 92, p. 201).

Como afirma o Jornal *Sinba*, o Movimento Negro passa a questionar: afinal, por que se referir a África e ao passado como um local de sofrimento, de onde se foi arrancado para ser escravizado, de onde se partiu em um navio negreiro e se foi torturado? Por que não

conhecer o outro lado dessa história? O que havia antes do processo de escravização. Essa memória de recordações e identidades que se desejam esquecer é o que permaneceu no imaginário do negro brasileiro durante muito tempo, associado à escravidão.

Então, “e destacarmos essa característica flutuante, mutável, da memória, tanto individual quanto coletiva, devemos lembrar também que na maioria das memórias existem marcos ou pontos relativamente invariantes, imutáveis” (POLLAK, 92, p. 201).

2.4 O feminismo negro

O movimento feminista propunha igualdade de direitos entre mulheres e homens, baseando-se em questões de gênero e pautando-se, *grosso modo*, na luta contra a dominação masculina.

Com a maior mobilização dos movimentos negros, que tinham como bandeira a luta contra a discriminação racial e a marginalização a qual os negros, no Brasil, estavam sujeitos, as mulheres negras, inseridas nesses movimentos, perceberam que, por um lado, o feminismo não dava conta de responder algumas de suas questões, nem o movimento negro. Tais movimentos se institucionalizaram, porém, para o movimento feminista, a questão racial não era fundamental; e para o movimento negro, as diferenças entre homens e mulheres são desconsideradas (BAIRROS, 1995; CARNEIRO, 2003; RIBEIRO, 1995).

De acordo com Carneiro (2003) as mulheres negras tiveram que “enegrecer o feminismo”, levando as discussões sobre “raça” para o movimento feminista ao mesmo tempo em que, por outro lado, precisaram levar o diálogo sobre gênero para o movimento negro. A autora nos mostra que alguns dos pilares do movimento feminista não faziam sentido nas experiências das mulheres negras e, particularmente, das negras brasileiras. Em linhas gerais, “enegrecer o feminismo” significava articulá-lo com o racismo e buscar traçar o impacto das questões raciais sobre as relações de gênero.

Ser negro sem ser somente negro, ser mulher sem ser somente mulher, ser mulher negra sem ser somente mulher negra. Alcançar a igualdade de direitos é converter-se em um ser humano pleno e cheio de possibilidades e oportunidades para além de sua condição de raça e de gênero (CARNEIRO, 2003, p. 5).

Foi assim que surgiu o Feminismo Negro, propondo um olhar diferenciado a respeito das questões das mulheres negras, uma vez que o feminismo, até então, de certa forma, homogeneizava as condições sob as quais as mulheres como um todo estavam inseridas. O Feminismo Negro surgiu como um contraponto a essa homogeneização, buscando ressaltar as

condições específicas às quais as mulheres negras estavam inseridas, principalmente no que se refere a raça, etnia, gênero e classe (BAIRROS, 1995, p. 462).

A questão entre raça e classe é fator fundamental na luta e nos discursos do Feminismo Negro, uma vez que as mulheres negras, sofrem, além dos problemas referentes ao gênero (feminino), os fatores ligados a discriminação racial (negras) e a pobreza estrutural (classe), todas intimamente relacionadas.

Na luta das mulheres negras, para superação das desigualdades sociais e raciais, que as atingem, impossibilitando sua ascensão social, esses fatores (gênero – raça – classe) são de extrema importância para compreensão de suas demandas em todas as áreas sociais.⁴³

[...] a opressão racial e a exploração de classe ficam devidamente *esquecidas* nos porões de uma sociedade cujos sistemas de classificação social e econômico fazem da mulher negra o foco, por excelência, de sua perversão. *Esquecer* isso é negar toda uma história feita de resistência e de lutas, em que essa mulher tem sido protagonista, graças à dinâmica de uma memória cultural ancestral (que nada tem a ver com o eurocentrismo desse tipo de feminismo). *Esquecer* isso significa não querer ver todo um processo de expropriação que as classes dominantes *brancas* têm exercido contra mulheres e homens negros deste país (GONZALEZ, 1988, p. 2, grifos da autora).

Na década de 1980, diante das constantes críticas sobre a falta de debates raciais nas políticas feministas, as porta-vozes das mulheres negras conseguiram duas importantes vitórias: participação de duas mulheres no Conselho Estadual da Condição Feminina (CECF) no Estado de São Paulo, e, obtendo assento junto ao Conselho Nacional dos Direitos das Mulheres (CNDM) (RODRIGUES e PRADO, 2010; DO PRADO, 2019).

Uma questão que perpassou as discussões no período (e ainda perpassa nos dias de hoje) está relacionada ao trabalho da mulher negra. As conquistas alcançadas pelas mulheres entre as décadas de 1960 e 1970 (acesso às faculdades, ao ensino em geral, ao trabalho formal, etc.) em sua maioria chegaram às mulheres brancas, não havendo uma mudança significativa para as mulheres negras, principalmente as das camadas mais pobres.

No caso das mulheres negras, elas estão inseridas em um contexto social e histórico que provocou desigualdades advindas não somente do sexismo, do patriarcalismo, mas da própria questão racial. O trabalho doméstico, das empregadas domésticas e dos serviços domésticos em geral, era nessa época – e ainda é – realizado com mais frequência por mulheres negras. E o Feminismo Negro veio apontando que as causas estão em questões

⁴³ Essa é a base do conceito de *interseccionalidade*, em que os estudos sobre mulheres negras não podem ser pensados de forma separada das questões de gênero, raça e classe, ou seja, de forma interseccional.

históricas e sociais que colocaram essas mulheres em uma situação de falta de oportunidades de ascender a outras esferas de trabalho (DO PRADO, 2019).

A análise de alguns indicadores socioeconômicos, para oferecer às mulheres, em geral, um perfil semelhante quanto à desigualdade sofridas socialmente, visto que são evidentes as vantagens significativas percebidas especialmente pelas mulheres brancas quanto ao acesso à educação, à estrutura ocupacional e a obtenção de renda. Supõe-se, a partir daí, que elas tenham sido as principais beneficiárias da diversificação de posições ocupacionais ocorridas no país nas duas últimas décadas pelo incremento da divisão técnica do trabalho e o consequente expressivo aumento da PEA Feminino no período, em especial na década de 70 (CARNEIRO e SANTOS, 1985, p. 39).

Gonzalez (1984) já indicava o profundo abismo que separava as feministas negras das brancas na década de 1980. Para ela, o fato de a mulher branca não viver a discriminação racial a impedia de compreender o quanto os preconceitos raciais afetam a perspectiva de gênero.

Em 1975, quando as feministas se reuniram na Associação de Imprensa para o Congresso de Mulheres Brasileiras, solenidade pelo Ano Internacional da Mulher, Lélia Gonzalez e suas companheiras ali compareceram para apresentar um documento no qual caracterizavam a situação de opressão e exploração da mulher negra. O Manifesto das Mulheres Negras foi o primeiro de uma série de posicionamentos formais de feministas negras contra o que denominavam de “feminismo branco hegemônico” (RODRIGUES; FREITAS, 2021, p. 05).

Lélia Gonzalez (1935-1994) foi um dos nomes mais importantes do Movimento Feminista Negro no Brasil. Formou-se em História e Filosofia pela Universidade do Estado da Guanabara (atual Universidade do Estado do Rio de Janeiro – UERJ), fez mestrado em comunicação social e doutorado em antropologia política, direcionando sua pesquisa para gênero e etnia. Foi pioneira nos estudos sobre cultura negra no Brasil. Ela participou da fundação do Instituto de Pesquisas das Culturas Negras do Rio de Janeiro (IPCN-RJ), do Movimento Negro Unificado (MNU), o Coletivo de Mulheres Negras N'Zinga e do Olodum.⁴⁴

Com a formulação do Feminismo Negro, na década de 1980 foi organizado o Movimento de Mulheres Negras no Brasil, por mulheres negras que já estavam inseridas em organizações de movimentos sociais, principalmente, do Movimento Negro e do Movimento Feminista.

Estas reflexões tornam visíveis que os problemas em relação a incorporação da questão racial nas práticas e nas formulações teóricas do movimento feminista têm a

⁴⁴ As informações contidas aqui sobre Luiza Bairos, foram extraídas e adaptadas da página da Biblioteca Virtual do Governo do Estado da Bahia, dos “perfis femininos”, disponível em <http://www.bvconsueloponde.ba.gov.br/modules/conteudo/conteudo.php?conteudo=262>

ver com o racismo fortemente existente em nossa sociedade. As mulheres negras são vistas como cidadãs de segunda categoria, a referência às mulheres é feita como se estas fossem um sujeito genérico, a questão racial aparece como sendo de responsabilidade das mulheres negras. Pode-se dizer que numa sociedade em que a questão racial ainda é tabu, as conquistas do movimento feminista acabam por privilegiar as mulheres brancas em detrimento das negras (RIBEIRO, 1995, p. 448)

Em 1981 é formado o Grupo de Mulheres do Movimento Negro Unificado da Bahia, por Ana Célia da Silva, Maria do Amparo, Teresa Alfaya, Luiza Bairros, com o intuito de questionar o lugar subalterno por vezes conferido pelos militantes homens às mulheres, e para discutir os limites que o movimento feminista protagonizado por mulheres brancas tinha ao tecer suas análises sobre as relações de gênero no Brasil.

Luiza Bairros começa a ganhar papel de destaque nesse período. Através das articulações e estratégias do Grupo de Mulheres do MNU-BA, Bairros passará a ter grande atuação na militância negra, chegando a ser candidata a deputada estadual, fazendo parte do conjunto de candidaturas negras lançadas pelo Comitê Popular Luta pela Constituinte na Bahia para a Assembleia Nacional Constituinte todas, pelo Partido dos Trabalhadores (PT).

Luiza Bairros ainda desenvolverá atividades na Secretaria do Trabalho e Ação Social do Estado da Bahia, no gerenciamento dos Programas de Apoio ao Trabalhador Autônomo, integrando a equipe de pesquisa do Sistema Nacional de Emprego da Superintendência Baiana para o Trabalho (Sine-BA/Setre).

O trabalho nesses órgãos contribuirá para pesquisas importantes para a compreensão das relações raciais e de gênero no mundo do trabalho na Bahia. A partir de meados da década de 1980, em contato com esses dados, Luiza, desenvolveu pesquisa de Mestrado em Ciências Sociais na UFBA, tratando da participação do negro na força de trabalho na região metropolitana de Salvador entre os anos de 1950 e 1980.⁴⁵

Outra mulher negra de destaque nesse período é Sueli Carneiro. Sua figura começa a aparecer como uma das lideranças do movimento de mulheres negras que se engajou pela abertura de uma vaga no conselho para uma mulher negra, - campanha que foi vitoriosa – quando em 1983, o governo do estado de São Paulo cria o Conselho Estadual da Condição Feminina, sem nenhuma mulher negra entre as trinta e duas conselheiras.

Em 1985 ocorre, em Bertioga, interior de São Paulo, o III Encontro Feminista Latino-Americano e do Caribe que, segundo Matilde Ribeiro (1995) foi “fundamental para que as mulheres negras começassem a se articular, de modo mais organizado e autônomo”.

⁴⁵ Idem. Luiza Bairros, possui uma página dedica ao seu perfil, contando toda sua trajetória na militância, na política e nos trabalhos à frente de órgãos públicos.

Em 1988, acontece o I encontro Nacional de Mulheres Negras, em Valença, São Paulo que contou com a participação de 450 mulheres de 17 estados, das cinco regiões do país, ressaltando-se que nem todas as participantes vinham de organizações declaradamente feministas (RIOS; FREITAS, 2018).

Ainda em 1988, Sueli Carneiro funda o Geledés – Instituto da Mulher Negra, a primeira organização negra e feminista independente de São Paulo. Meses depois, no mesmo ano, é convidada para fazer parte do Conselho Nacional da Condição Feminina em Brasília. Ainda em 1988, durante o Centenário da Abolição, sob a coordenação de Sueli Carneiro, o Conselho Nacional dos Direitos da Mulher, é criado o Programa da Mulher Negra.⁴⁶

A participação do Movimento das Mulheres Negras na III Conferência Mundial Contra o Racismo, a Discriminação Racial, a Xenofobia e Formas Correlatas de Intolerância (III CMR), realizada de 31 de agosto a 8 de setembro de 2001, em Durban, África do Sul, constituiu outro ponto importante, “a delegação brasileira foi a maior entre todas as presentes em Durban, contando com aproximadamente 600 integrantes; e a função de Relatoria Geral, a segunda na hierarquia da III CMR, foi ocupada por Edna Roland, que à época presidia a ONG Fala Preta!” (RODRIGUES; FREITAS, 2021, p. 20). É nesse encontro em Durban que as ativistas negras brasileiras, a partir de intensas negociações, propõem a utilização do termo “afrodescendente” para definir os descendentes de africanos negros escravizados fora da África” (RODRIGUES; FREITAS, 2021, p. 20).

O conceito de afrodescendente foi negociado lá em Santiago do Chile, porque, em outros países da América Latina, o termo negro é considerado pejorativo, e nós tínhamos que considerar uma palavra que fosse consensual, que todos os países aceitassem. É daí que, a partir de Santiago, nós passamos a ser denominados, internacionalmente, como afrodescendentes. Mas, exatamente com o sentido de negro. Não é outra coisa, não é outra população. (ROLAND, 2006, s. p., APUD RODRIGUES e FREITAS, 2021, pp. 20-21).

Durante o governo de Luiz Inácio Lula da Silva (PT), houve uma série de políticas afirmativas e medidas institucionais para a promoção da igualdade racial e de gênero. Os Movimento Negro e das Mulheres Negras, desde a década de 1970, vinham com um acúmulo de discussões e ativismo em torno dos efeitos do racismo e do sexismo sobre a população negra no Brasil. Contudo, a partir do governo do Partido dos Trabalhadores, é possível verificar a implementação de políticas públicas mais voltadas para a população afrodescendente, em especial entre os anos de 2003 e 2010.

⁴⁶ Informações contidas na biografia da autora, no site Literafro, disponível em <http://www.lettras.ufmg.br/literafro/ensaistas/1426-sueli-carneiro> (adaptadas).

Uma forte bandeira do Movimento das Mulheres Negras no Brasil é a luta pelos Direitos Humanos, uma vez que suas ações e debates relacionam-se ao atendimento dos direitos fundamentais das mulheres negras, principalmente as mulheres negras e pobres, que só pode ser conquistado com o efetivo empoderamento dessas mulheres, de forma que elas possam exercer sua cidadania plenamente.

Tal como o Movimento Negro como um todo, o Feminismo Negro buscava uma identidade negra feminina, desligada das ideias e o sentimento de memória africana ligada ao tráfico negreiro e, posteriormente, às condições de vida na senzala e na casa grande. Principalmente, àqueles referentes às questões de trabalho e sexualidade impostas às mulheres e que, no decorrer do longo processo histórico pós-abolição, levaram às condições onde essas mulheres negras ocuparam trabalhos tidos como inferiores e passaram a ser vistas como sexualmente fáceis, no caso das “mulatas”.

O que se opera no Brasil não é apenas uma discriminação efetiva; em termos de representações mentais sociais que se reforçam e reproduzem de diferentes maneiras, o que se observa é um racismo cultural que leva, tanto algozes como vítimas, a considerarem natural o fato de a mulher em geral e a negra, em particular, desempenharem papéis sociais desvalorizados em termos de população economicamente ativa (GONZALEZ, 1979, p. 19).

Segundo Lélia Gonzalez, os processos históricos levaram as mulheres negras a exercer atividades como domésticas, serventes, merendeiras e tarefas similares, em uma continuação das atribuições que realizavam na casa grande, no período da escravização, estando sujeito, inclusive, ao assédio sexual de seus patrões e filhos. Em relação à “mulata”, o termo dava conta de um “processo de extrema alienação imposto pelo sistema” (1995, p. 525) uma espécie “mais sofisticada de reificação: ela é nomeada ‘produto de exportação’, ou seja, objeto a ser consumido pelos turistas nacionais e pelos nacionais burgueses” (p. 21), através, sobretudo, da sua exposição em espetáculos carnavalescos.

O Feminismo Negro, ao reinterpretar esses papéis sociais, não somente passou a questioná-los, mas procurou trazer, tal como todo o Movimento Negro, uma nova identidade, africana e ancestral para essas mulheres.

Como sabemos, nas sociedades africanas, em sua maioria, desde a antiguidade até a chegada dos islames e dos europeus judaico-cristãos, o lugar da mulher não era de subordinação, o da discriminação. Do Egito antigo aos reinos dos *ashanti* ou dos *yorubá*, as mulheres desempenharam papéis sociais tão importantes quanto os homens (GONZALEZ, 1988b, p. 2).

Deste modo, “o movimento contemporâneo de mulheres negras emergiu no bojo da luta feminista e antirracista da década de 70” (RIBEIRO, 1995, p. 447). Algumas autoras norte-americanas influenciaram a luta das mulheres negras brasileiras.

Entre elas, destacamos Patrícia Hill Collins e Deborah King. Segundo essas pesquisadoras, o desenvolvimento adequado da definição do pensamento feminista negro envolve enfrentar a relação entre as classificações biológicas, a construção social de raça e o gênero enquanto categoria de análise, pensar nas condições materiais que acompanham as mudanças nas construções sociais, e a consciência que as mulheres negras possuem sobre as variadas realidades vivenciadas (Collins, 2000; King, 1988).

Collins trabalha ainda com o conceito de matriz da dominação – onde raça, classe social e gênero compõem um sistema de opressão interrelacional. Por sua vez, Deborah King compreende que se apreende muito pouco sobre as mulheres negras a partir de trabalhos que tomam racismo e sexismo como paralelos. Ao se tornar um mero sinônimo para o grupo de homens negros ou de mulheres brancas e na medida em que em ambos os grupos são equivalentes, a discussão sobre as mulheres negras se torna desnecessária (ROMIO, 2013).

Outra autora de norte-americana de grande destaque para o movimento feminino negro é Kimberlé Williams Crenshaw, que trabalha com o conceito de interseccionalidade⁴⁷ entre gênero e raça. Segundo Crenshaw (2002), a interseccionalidade é uma conceituação do problema que busca capturar as consequências estruturais e dinâmicas da interação entre dois ou mais eixos da subordinação. A autora estuda, especificamente, a forma

pela qual o racismo, o patriarcalismo, a opressão de classe e outros sistemas discriminatórios criam desigualdades básicas que estruturam as posições relativas de mulheres, raças, etnias, classes e outras. Além disso, a interseccionalidade trata da forma como ações e políticas específicas geram opressões que fluem ao longo de tais eixos, constituindo aspectos dinâmicos ou ativos do desempoderamento (CRENSHAW, 2002, p. 177, APUD MARCONDES; PINHEIRO; QUEIROZ; QUERINO e VALVERDE, 2013, p. 32).

Essas são algumas das principais autoras que influenciaram os trabalhos e pesquisas do Movimento Feminista Negro no Brasil.

A tabela a seguir mostra alguns dos grupos, entidades e encontros que aconteceram no Brasil a partir de 1979, entre mulheres negras, para discussão de suas questões.

⁴⁷ Para mais informações sobre Feminismo Negro e Interseccionalidade, ver ABDALLA, Júlia de Souza. **ALIANÇAS, ENCONTROS E MARGENS: Feminismos negros e interseccionalidade na Frente de Mulheres Negras de Campinas e Região**. São Paulo, Campinas, 2020. (Tese de Doutorado em Sociologia).

TABELA 5
Grupos, Entidades, Encontros de Mulheres Negras
(1979 – 2009)

ANO	GRUPO / ENTIDADE/ ENCONTRO	ESTADO
1979	Fundação do Grupo de Mulheres Negras Aqualtune	RJ
1980	Fundação do Grupo de Mulher Negra Luiza Mahin	RJ
1983	I Encontro de Mulheres de Favelas e Periferia – RJ que reuniu mulheres negras do Movimento de Favelas, Movimento de Mulheres e do Movimento Negro o que estimulou a presença da mulher negra na direção das organizações mistas do movimento negro, e a criação de organizações específicas de mulheres negras de caráter popular.	RJ
1983	Criação do Nzinga, Coletivo de Mulheres Negras – RJ no dia 16 de junho na sede da Associação de Moradores do Morro dos Cabritos por um grupo de mulheres originárias do Movimento de Favelas e do Movimento Negro. O nome Nzinga remete à rainha Nzinga Mbandi que lutou contra expansionismo português em Angola. O símbolo do pássaro está relacionado à tradição nagô, segundo a qual a ancestralidade feminina é representada por pássaros e as cores, o amarelo com Oxum e o roxo, com o movimento internacional de mulheres. Essas foram as marcas.	RJ
1983	Fundação do Coletivo de Mulheres Negras do estado de São Paulo.	SP
1983	Criação do Conselho Estadual da Condição Feminina – SPÉ criado pelo Governo do Estado de São Paulo. Após embate, Tereza Santos, Vera Lucia Santos, Freitas Saraiva e Sueli Carneiro e Ilma Fátima de Jesus, militantes do movimento de mulheres negras, foram admitidas na direção.	SP
1985	Lélia González e Benedita da Silva integram o Conselho Nacional da Mulher até o ano de 1989.	
1986	Fundação do Grupo de Mulheres Negras Mãe Andresa ⁴⁸	MA
1986	Fundação do Coletivo de Mulheres Negras de Minas Gerais.	MG
1986	Fundação do Maria Mulher	RS
1988	Lélia Gonzalez integra o Conselho Nacional da Mulher.	
1988	Fundação do Grupo de Mulheres do Alto das Pombas	BA
1988	I Encontro Nacional de Mulheres Negras Realizado no Rio de Janeiro.	RJ
1988	Fundação do Geledés: Instituto da Mulher Negra	SP
1988	Sueli Carneiro, do Geledés, integra o Conselho Nacional da Mulher.	
1988	Fundação do N'zinga – Coletivo de mulheres Negras	MG
1989	Fundação da Comissão de Mulheres Negras de Campinas	SP
1995	Fundação do Coletivo de Mulheres Negras do Mato Grosso do Sul.	MS
1995	Fundação da Associação de Mulheres Negras Otorrin Dudu	ES
1997	Fundação da Fala Preta! Organização de Mulheres Negras	SP
1999	Fundação do Grupo de Mulheres Negras Malungas	GO
2000	Fundação do Fórum Nacional de Mulheres Negras	
2000	Fundação da Articulação de Organizações das Mulheres Negras Brasileiras (AMNB).	
2000	Fundação do Instituto de Mulheres Negras do Amapá (IMENA).	
2000	Fundação da Bamidelê – Organização de Mulheres Negras	PB
2001	III Encontro Nacional de Mulheres Negras realizado no mês de julho na cidade de Belo Horizonte	MG
2009	Fundação do Instituto da Mulher Negra do Piauí/AYABÁS – Teresina	PI

Fonte: tabela organizada de acordo com dados disponíveis em SOARES, Iraneide da Silva. Caminhos, pegadas e memórias: uma história social do Movimento Negro Brasileiro. **Universitas Relações Internacionais**, Brasília, v. 14, n. 1, p. 71-87, jan./jun. 2016.

⁴⁸ Para maiores informações sobre o Grupo de Mulheres Negras Mãe Andresa, consultar o recente trabalho de Déborah Almeida Serra, **Engajamentos militantes e construções identitárias na trajetória de Mundinha Araújo**. São Luís, Universidade Federal do Maranhão, 2021. (dissertação de mestrado), vinculado ao LEEPOC / UFMA.

Percebe-se a expressiva criação de grupos, entidades e mesmo encontros de mulheres negras após os anos 1979, ou seja, a partir da fundação do Movimento Negro Unificado. Verificando-se a ampliação dos debates em torno das questões próprias do Feminismo Negro, ligadas, principalmente, ao que tange as relações entre gênero – raça – classe. Além da construção de uma nova memória e identidade pautadas em afirmações positivas que não estejam mais tão intimamente ligadas ao passado de escravização, subalternização e torturas. Procurando as origens africanas e o empoderamento dessas mulheres negras brasileiras.

3 A TRAJETÓRIA DE UMA MULHER, NEGRA E ESCRITORA

Neste capítulo, a partir das fontes primárias reunidas sobre a escritora oitocentista Maria Firmina dos Reis, até o presente momento, inclusive aquelas contidas na única biografia feita sobre a autora, tentaremos remontar sua trajetória como professora de primeiras letras na Vila de Guimarães, a publicação do romance *Úrsula* e suas demais contribuições em jornais maranhenses. Além, das possíveis redes de relações com personalidades da época, familiares e amigos.

Antes, no entanto, faremos uma análise a respeito da província do Maranhão no século XIX no contexto nacional, destacando, especialmente, a segunda metade do oitocentos, uma vez que foi nesse período que se deu a produção intelectual/cultural de Maria Firmina segundo mencionado nos jornais ludovicenses.

Nossa análise sobre a província do Maranhão se deterá nas questões econômica e política, para situar as condições mais amplas em que a agente estava inscrita. Essas considerações são relevantes pois, como uma província agroexportadora com base no trabalho do africano escravizado, poderemos compreender as nuances que permeavam o contexto de existência de Maria Firmina dos Reis. Conforme a tabela a seguir, o século XIX foi um período marcado por profundas transformações na sociedade brasileira e, pelas contribuições de Maria Firmina na cultura maranhense:

TABELA 6
Acontecimentos históricos e sociais do século XIX brasileiro X produção cultural e acontecimentos da vida de Maria Firmina dos Reis

ANO	ACONTECIMENTO
1822	Independência do Brasil
1822	Ano de possível nascimento de Maria Firmina dos Reis
1825	Ano de possível nascimento de Maria Firmina dos Reis
1838	Início da Balaiada
1841	Final da Balaiada
1847	Maria Firmina é aprovada no concurso para professora de primeiras letras
1847	Mudança de Maria Firmina para a vila de Guimarães
1850	Lei Eusébio de Queiroz
1853	Primeira entrada em seu <i>Álbum</i>
1857	Primeira menção do romance <i>Úrsula</i> nos jornais
1860	Publicação do romance <i>Úrsula</i>
1861	Publicação do conto <i>Gupeva</i> , no jornal <i>O Jardim das Maranhenses</i>
1861	Maria Firmina contribui com duas poesias para o <i>Parnaso Maranhense</i>
1863	Segunda publicação do conto <i>Gupeva</i> , no jornal <i>Porto Livre</i>
1864	Início da Guerra do Paraguai
1865	Terceira publicação do conto <i>Gupeva</i> , no jornal <i>Eco da Juventude</i>

1870	Final da Guerra do Paraguai
1871	Lei do Ventre Livre
1871	Publicação do livro de poesias <i>Cantos à beira-mar</i>
1880	Maria Firmina funda sua escola mista em Maçaricó
1881	Maria Firmina se aposenta
1885	Lei dos Sexagenários
1887	Publicação do conto <i>A Escrava</i> , na <i>Revista Maranhense</i>
1888	Lei Áurea
1889	Proclamação da República
1900	Publicação do 6º volume do <i>Dicionário Bibliográfico Brasileiro</i> que contém verbete referente à Maria Firmina dos Reis
1905	Última entrada em seu <i>Álbum</i>
1917	Falecimento de Maria Firmina dos Reis

Fonte: pesquisa própria.

3.1 Breve história do maranhão no século, no contexto nacional

A base da economia da província do Maranhão se sustentou, durante longos anos, na lavoura de cana-de-açúcar para a exportação, desde o período colonial. O sentido da colonização lusitana baseava-se na exploração de toda e qualquer matéria-prima que fosse economicamente rentável para a metrópole europeia, levando o Brasil a adotar, forçadamente, nesse sistema colonial de base mercantilista, uma economia agroexportadora.

No século XVI, Portugal passou a fortalecer o plantio de cana-de-açúcar em suas colônias (Açores, Madeira, ilhas de Cabo Verde) e, posteriormente, no Brasil. Em meados do mesmo século, a colônia portuguesa na América já contava com engenhos no litoral brasileiro, em especial os de Pernambuco e São Vicente. Em cem anos, por volta de 1650, o Brasil teria se tornado o maior produtor mundial de açúcar de cana.

A ocupação do território maranhense esteve atrelada à exploração econômica referente à produção de cana-de-açúcar, do algodão e do babaçu, desde o período colonial até os primeiros anos da República. Essa, contudo, sofreu várias transformações derivadas das necessidades da França (fundou a capital), de Portugal (retomou dos invasores duas vezes e efetivou estratégias de ocupação), Holanda (invadiu e dominou uma vez por vinte e sete meses) e Inglaterra (interferiu em acordos econômicos), que viabilizaram o domínio e posse (assentamentos, entradas, engenhos), áreas de produção, escravização indígena e negra africana, exploração de recursos, e ações de políticas territoriais (fortes, missões, vias de acesso), culminando na ampliação do povoamento. (FERREIRA, 2008, p. 20).

No Maranhão, a criação da Companhia de Comércio do Maranhão (1681-82) que passará a deter o monopólio para importação e exportação sobre o comércio na região, marcará uma nova etapa em relação a forma como Estado português intervinha na economia local. Os problemas relativos à Companhia, como o não cumprimento de acordos, entre eles o não envio de determinada quantidade de negros africanos escravizados para os trabalhos nas

lavouras na cana, e a política de preços elevados, levaram posteriormente à Revolta de Beckman (1684-1685)⁴⁹, que foi sufocada pela Coroa portuguesa e seu líder, Manuel Beckman enforcado em 1684.

Em 1654, os holandeses haviam sido expulsos da região de Pernambuco, estabelecendo seus engenhos de cana-de-açúcar na região das Antilhas, passando a rivalizar com o açúcar produzido no Brasil.

Com a expansão da exportação das colônias antilhanas, o açúcar brasileiro teve sua participação em tradicionais mercados europeus drasticamente reduzida. No mercado inglês na década de 1630, o açúcar brasileiro respondia por 80% desse, em 1670 essa parcela reduziu-se para 40%, chegando a apenas 10% em 1690 (SCHWARTZ, 2005, p. 162).

Em 1754, o governador do Grão-Pará e Maranhão, Francisco Xavier de Mendonça Furtado⁵⁰, escreveu ao Marquês de Pombal sugerindo a criação de uma companhia de comércio que fomentasse o comércio a partir de uma massiva introdução de negros africanos, sendo tal ideia bastante disseminada entre os colonos (MATOS, 2019, p. 138). Em 1755 é criada a Companhia de Comércio do Grão-Pará e Maranhão, pelo ministro lusitano Marquês de Pombal, com o intuito de fortalecer a economia na região norte-nordeste da colônia, através do monopólio comercial, incentivando, principalmente, as culturas de algodão e arroz, além do suprimento de negros africanos escravizados. “Outro dado, [...], concerne as atividades da Companhia Geral do Grão-Pará e Maranhão (CGGPM) em Cacheu e Bissau. Nos anos 1756-77, a CGGPM registrou 20 338 africanos embarcados” para o Brasil (ALENCASTRO, 2000, p. 254).

É a partir da instalação do monopólio da Companhia Geral do Grão-Pará e Maranhão que se nota um expressivo desembarque de africanos escravizados nos portos maranhenses para trabalharem em diversas funções, principalmente, nas lavouras de algodão e arroz, com vistas a atender os interesses da Coroa portuguesa. Segundo dados do Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE), “no continente americano, o Brasil foi o país que importou mais escravos africanos. Entre os séculos XVI e meados do XIX, vieram cerca de 4 milhões

⁴⁹Os revoltosos reivindicavam o fim da Companhia de Comércio do Maranhão, a expulsão dos jesuítas, que eram contrários à escravização dos indígenas, o fim do monopólio comercial.

⁵⁰ Francisco Xavier de Mendonça Furtado governador e capitão-general do Grão-Pará e Maranhão durante os anos de 1751- 1759, irmão de Sebastião José de Carvalho e Melo, o Marquês de Pombal.

de homens, mulheres e crianças, o equivalente a mais de um terço de todo comércio negreiro”⁵¹.

A introdução da Companhia Geral do Grão-Pará e Maranhão dará ao Maranhão papel de destaque no cenário nacional entre a segunda metade do século XVIII e o início do século XIX⁵². Segundo Jerônimo de Viveiros (1954. v. 1. p.70), em 1798, a população escrava era 46,5% da população da capitania. Os navios da CGGPM trouxeram 25.365 escravos, sendo 10.616 para o Maranhão e 14.749 para o Pará (DIAS, 1970). Às vésperas da independência, a província do Maranhão era a que possuía maior quantidade de escravos em termos de sua população absoluta, cerca de 55%. “O Maranhão chegou a se configurar como a quinta maior província em importância econômica, e isso se deveu à entrada maciça do braço africano” (SILVA, 2014, p. 33) traficados pela CGGPM.

A existência da Companhia de Comércio teve efeito direto sobre o comportamento da economia local. A companhia provocou mudanças sociais e culturais ao propiciar um tráfico vigoroso de escravos para a região amazônica (onde se inclui o Maranhão) e arraigou uma perspectiva de exclusivo do comércio diretamente relacionada ao mercado externo (Lisboa) de acordo com os típicos dispositivos mercantilistas, levando a um profundo vínculo com a empresa comercial portuguesa (BARROSO JUNIOR, 2009, p. 35).

Contudo, em 1822 o Brasil declara sua independência de Portugal, a instabilidade política gera desorganização econômica, pois, no Maranhão, as elites agrárias, à exemplo de outras provinciais como Grão-Pará, Piauí, Bahia e Cisplatina (atual Uruguai), não aceitaram à independência em relação à Coroa Portuguesa. Somente em 28 de julho de 1823 o Maranhão aderiu à independência do Brasil.

A independência trouxe a necessidade de uma Constituição para o Brasil, que foi promulgada em 1824. Em seu Título VIII – Das Disposições Gerais e Garantias dos Direitos Cíveis e Políticos dos Cidadãos Brasileiros, artigo 179, afirmava que:

Art. 179. A inviolabilidade dos Direitos Cíveis, e Políticos dos Cidadãos Brasileiros, que tem por base a liberdade, a segurança individual, e a propriedade, é garantida pela Constituição do Imperio, pela maneira seguinte:
XXXII. A Instrução primaria, e gratuita a todos os Cidadãos.
XXXIII. Collegios, e Universidades, aonde serão ensinados os elementos das Sciencias, Bellas Letras, e Artes.
(CONSTITUIÇÃO POLÍTICA DO IMPÉRIO DO BRAZIL DE 25 DE MARÇO DE 1824).

⁵¹ Presença negra, IBGE, disponível em: <https://brasil500anos.ibge.gov.br/territorio-brasileiro-e-povoamento/negros>. Acesso em 22 mai 2022.

⁵² Para uma análise sobre a consagração de versão canônica dos intelectuais sobre os períodos áureo e de decadência do Maranhão, principalmente a partir de um ponto de vista econômico, ver ALMEIDA, 2008.

Apesar da Independência, as *Ordenações Filipinas*⁵³ continuavam a vigorar no território brasileiro durante o período imperial, uma vez que o país ainda não possuía seus próprios códigos, inclusive um código civil, sendo assim, o imperador Dom Pedro I editou a Lei de 20.10.1823, estendendo para o Brasil as Ordenações de Portugal enquanto o novo país não editasse seus Códigos. o que garantia, juridicamente, a escravidão do negro africano. Já em 15 de outubro de 1827 foi promulgada a Lei que regulamentou o ensino no Brasil durante o período imperial. Essa lei estabelecia, entre outros:

Art. 6.º. Os professores ensinarão a ler, escrever, as quatro operações de aritmética, prática de quebrados, decimais e proporções, as noções mais gerais de geometria prática, a gramática de língua nacional, e os princípios de moral cristã e da doutrina da religião católica e apostólica romana, proporcionados à compreensão dos meninos; preferindo para as leituras a Constituição do Império e a História do Brasil.

Art. 12. As Mestras, além do declarado no Art. 6.º, com exclusão das noções de geometria e limitado a instrução de aritmética só as suas quatro operações, ensinarão também as prendas que servem à economia doméstica; e serão nomeadas pelos Presidentes em Conselho, aquelas mulheres, que sendo brasileiras e de reconhecida honestidade, se mostrarem com mais conhecimento nos exames feitos na forma do Art. 7.º (LEI DE 15 DE OUTUBRO DE 1827).

Pela análise desses artigos, nota-se as profundas diferenças no que tange à educação destinadas aos meninos e às meninas, e que se relacionam aos modelos sociais destinados a ambos os sexos. Ao homem era destinado o espaço público, o trabalho fora do lar, sendo o provedor da família. À mulher, os afazeres do lar, o casamento e a criação dos filhos.

A segunda metade do século XIX assistirá um crescimento dos engenhos de cana-de-açúcar no Maranhão. Os escravizados, antes destinados em sua maior parte às lavouras de algodão, passaram ao trabalho nas lavouras de cana. De acordo com a tabela a seguir, a produção do Maranhão na segunda metade do século XIX estava dividida nos seguintes gêneros:

TABELA 7
Exportações no Maranhão (1871-1874)

PRODUTOS	QUANTIDADE	VALOR (CONTO DE RÉIS)	% SOBRE O VALOR
Algodão	13.541.147 quilos	9.088:868\$000	71,6
Açúcar	14.480.897 quilos	9.088:868\$000	15,2
Couros	1.989.695 quilos	1.080: 747\$000	8,2

⁵³ As Ordenações Filipinas resultaram da reforma feita por Felipe II da Espanha (Felipe I de Portugal), ao Código Manuelino, durante o período da União Ibérica. Continuaram em vigência em Portugal ao final da União, por confirmação de D. João IV. Até a promulgação do primeiro Código Civil brasileiro, em 1916, estiveram também vigentes no Brasil.

Aguardente	25.059 litros	3: 555\$000	0,4
Café	1.848 quilos	1: 864\$000	0,2
Outros	-	584: 328\$000	4,4
Total		12: 658: 614\$000	100,00

Fonte: AGOSTINHO, Régia da Silva. A escravidão no Maranhão: Maria Firmina dos Reis e as representações sobre escravidão e mulheres no Maranhão na segunda metade do século XIX. São Paulo, Universidade de São Paulo, 2013 (tese de doutorado). Apud: MORAES, Rego, Fábio Hostílio de. **Breve história sobre a província do Maranhão**. Rio de Janeiro: Tipografia da Reforma, 1875. In: CALDEIRA, José Ribamar Chaves. Op. cit., p 266.

Os negros africanos trazidos à força para o trabalho escravo nas diversas lavouras do Maranhão – e Brasil – não aceitaram sua situação passivamente. Ao contrário, desenvolveram mecanismos de resistência, como fugas, revoltas, criação de quilombos, entre outros. em 1841, com uma população total de 217.054 pessoas, o Maranhão possuiria 111.905 escravos, ou seja, 51,6% da população (FARIA, 2005, p. 238). – como visto no capítulo anterior.

Araújo Lima assumiu a Regência (1837-1848), levando os conservadores ao poder. No Maranhão, o Partido Conservador assume o poder na figura de Vicente de Camargo⁵⁴. Essas elites conservadoras, que chegaram aos governos em diversas regiões do país, “assumiram os novos papéis políticos e jurídicos ou administrativos em todas as esferas da organização do poder” (FERNANDES, 1976, p. 16).

Em 1838, no Período Regencial, teve início a revolta que ficou conhecida como Balaiada (1838-1841), movimento popular que atingiu o Maranhão, o Piauí e uma parte do Ceará e que se opunha às condições de miséria e opressão em que viviam a maior parte da população dessas regiões; além de críticas à escravidão e aos abusos de poder por parte do governo dos conservadores.

Os conflitos entre as elites liberais e conservadoras, as disputas regionais entre as elites locais, o recrutamento militar forçado, são alguns dos fatores que explicam as origens da Balaiada. Havia diversidade na base social do movimento revoltoso, participando dele existiam fazendeiros de gado, pobres livres, escravos, negros libertos, vaqueiros, artesãos, pequenos agricultores, cada qual com a defesa de seus interesses, embora influenciados pelas ideias liberais.

O principal alvo da Balaiada era o governo do presidente conservador (Cabano)⁵⁵ Vicente de Camargo, logo após a aprovação, pelo legislativo provincial, da Lei dos Prefeitos em 28 de julho de 1838, que determinava a criação dos cargos de prefeitos, subprefeitos e

⁵⁴ Vicente Tomás Pires de Figueiredo Camargo foi presidente das províncias de Alagoas, de 2 de setembro de 1833 a 14 de dezembro de 1834, do Maranhão, de 3 de março de 1838 a 3 de março de 1839 e de Pernambuco em três ocasiões.

⁵⁵ Cabanos eram os nomes dados aos membros do Partido Conservador.

comissários de polícia, indicando que o próprio presidente da província deveria nomear as pessoas responsáveis por esses cargos. Em outras palavras, como Cabano, o presidente da província indicaria outros Cabanos, de seu partido, para o acesso a esses cargos públicos (MATEUS, 2018).

Com o poder municipal nas mãos do prefeito e este diretamente subordinado ao presidente da província, a maioria das funções que eram dos juizes de paz passou a constituir atribuições do prefeito, a nova autoridade. Estes receberam encargos militares e policiais significativos, como a chefia da Guarda Nacional e do Corpo Policial nas comarcas do interior; o direito de criar, subordinados a eles, capitães-domato, conforme necessidades locais, além de proceder aos recrutamentos nas suas prefeituras (IAMASHITA, 2013, p. 8-9).

Com essa vantagem, os cabanos passaram a perseguir politicamente com mais força os Bem-te-vis.⁵⁶ Se, por um lado, os Liberais denunciavam a Lei dos Prefeitos, por outro, quem mais passou a sofrer com a promulgação dela foi a população mais pobre do campo. Para prejudicar os Bem-te-vis, os prefeitos, no interior da província, passaram a realizar o recrutamento forçado de vaqueiros, boiadeiros, pessoas livres, aliados dos Liberais (MATEUS, 2018).

Destaca-se aqui o papel do ex-escravo Cosme Bento das Chagas, um negro alfabetizado, líder do movimento negro da Balaiada, cuja base era a fazenda Lagoa Amarela, na comarca de Brejo. Foi neste local que Cosme Bento criou uma escola de primeiras letras. Negro Cosme, como ficou conhecido, era líder de quilombos no Maranhão, nasceu escravo em Sobral, no Ceará, foi alforriado e vivia em Itapecuru Mirim, no Maranhão.

Outros líderes importantes foram, Raimundo Gomes, vaqueiro responsável pela fazenda do padre Inácio Mendes, ligado ao grupo dos Bem-te-vis. Quando passava com sua boiada pela Vila da Manga⁵⁷, alguns de seus homens, entre eles seu irmão, foram recrutados à força pelo subprefeito José do Egito, um Cabano adversário político do padre Inácio. Raimundo Gomes reagiu invadindo a cadeia da Vila da Manga e libertando os presos, que fugiram e se organizaram com outros homens. Esse episódio foi datado como aquele que deu início às lutas armadas de deflagraram o conflito da Balaiada. E, Manuel Francisco dos Anjos, fabricante de balaios, conhecido como *balaião*. Sua entrada no conflito tem duas versões: a primeira informa que ele desejava se vingar da violência sexual sofrida por suas filhas por parte de um oficial das forças de repressão, a segunda, por não aceitar o recrutamento forçado

⁵⁶ Bem-te-vis eram os nomes dados aos membros do Partido Liberal.

⁵⁷ Norte do Maranhão, atual cidade de Nina Rodrigues.

de seus filhos. Após sua entrada no movimento rebelde, começou, junto com outros homens, a invadir fazendas e libertar escravizados.

A Balaiada só teve fim em fevereiro de 1841, quando Negro Cosme foi capturado, depois de muitas batalhas e do novo imperador, Dom Pedro II, ter assumido o governo do país em agosto de 1840.

Em relação à escravidão, essa instituição passou a ser questionada a partir do século XIX, tendo a Inglaterra como principal expoente na defesa do fim do tráfico negreiro. Ainda em 1826, o governo brasileiro assinou acordo em que se comprometia a abolir o tráfico em até três anos a partir da data de sua ratificação, que ocorreu em 1827. Dom Pedro I foi duramente criticado, mas em 7 de novembro de 1831 foi assinada a Lei Feijó, que proibia o tráfico negreiro e tornava livres todos os africanos que desembarcassem no Brasil após essa data.

A Lei Feijó foi regulamentada pelo decreto de 12 de abril de 1832, contudo, na prática, jamais chegou a ser efetivada, uma vez que não houve uma ação organizada de fiscalização, por parte do governo, para impedir e coibir o tráfico negreiro. A realidade, no entanto, foi outra, e estima-se que, de 1831 a 1845, cerca de 470 mil africanos tenham desembarcado no Brasil (ARAÚJO, 2018, p. 232).

Nas décadas seguintes, as questões diplomáticas entre Brasil e Inglaterra em virtude do tráfico de negros africanos ficaram ainda mais acirradas. Em 1845, o secretário de Assuntos Estrangeiros do Reino Unido, George Hamilton Gordon, Lorde Aberdeen, propôs ao Parlamento Inglês a lei *Slave Trade Supression Act*, pela qual a marinha britânica poderia aprisionar embarcações que traficassem negros africanos para o trabalho escravo, e que estivessem rumando para o Brasil. A lei, que ficou conhecida como Bill Aberdeen foi aprovada pelo Parlamento em 9 de agosto de 1845.⁵⁸

O temor de um conflito contra a Inglaterra e dos impactos políticos e, principalmente, econômicos que poderiam acontecer, fazia que o clima político ficasse cada vez mais favorável pelo fim do tráfico negreiro.

Eusébio de Queirós Coutinho Matoso Câmara, então Ministro da Justiça do Império, encaminhou um projeto de lei sobre o fim do tráfico negreiro, sendo aprovado em 4 de setembro de 1850, tornando-se a Lei nº 581, que estabelecia “medidas para a repressão do tráfico de africanos neste Imperio”⁵⁹.

⁵⁸ Texto adaptado de <https://mundoeducacao.uol.com.br/historiadobrasil/lei-eusebio-de-queiros.htm>

⁵⁹ Lei nº 581, de 4 de setembro de 1850. Disponível em http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/lim/LIM581.htm. Acesso em 22 mai 2022

O fim do tráfico não significou o fim da escravidão. No Brasil, cresceu significativamente o tráfico interprovincial, em especial das províncias do Nordeste para as do Sudeste, com o objetivo de abastecer as lavouras de café, em expansão, com o trabalho do negro africano.

TABELA 8
Exportação de escravos no tráfico interprovincial no Maranhão entre 1860-1869

Ano	Homens	Mulheres	Total
1860	281	129	410
1861	455	220	675
1862	290	114	404
1863	192	67	250
1864	117	24	141
1865	55	30	85
1866	82	31	113
1867	187	50	273
1868	525	153	678
1869	480	208	688
Total	2.664	1.026	3.690

Fonte: MARQUES, Augusto César. **Dicionário Histórico-Geográfico da Província do Maranhão.** Cia. Editora Fon-Fon e Seleta: São Luís, 1970, p. 265.

Essa estatística é baseada no registro dos órgãos alfandegário, contudo, deve-se ter em conta, que muito do comércio interprovincial não era registrado, pois pretendia-se evitar o pagamento das taxas alfandegárias.

A maioria dos escravos exportados pelo Maranhão seguia para o Rio de Janeiro, fato explicado pelo pioneirismo dessa província na produção cafeeira. Porém, a partir da década de 1860, a província de São Paulo vivenciava o crescimento da produção de café e passou a disputar os escravos maranhenses. Outras províncias, como Pernambuco, Pará e Amazonas, também se fizeram presentes como compradoras, embora em proporção diminuta (JACINTO, 2015, p. 262-263).

Em 1864 o Brasil se envolve em um conflito armado contra o Paraguai. De um lado do conflito, unidos ao Brasil, estavam o Uruguai e a Argentina, formando a Tríplice Aliança, de outro, o Paraguai. A conflito ficou conhecido como Guerra do Paraguai e Guerra das Quatro Nações (termo utilizado para se referir à guerra do lado brasileiro) ou Guerra da Tríplice Aliança (termo utilizado pelos paraguaios) (FUINI, 2022).

Embora o conflito tenha se iniciado em 1864, as divergências entre os governos do Paraguai e do Brasil vinham desde os anos 1850, quando o então presidente Carlos Antônio López passou a criar obstáculos para a navegação de navios brasileiros no Rio Paraguai, rio este que era crucial para o Império Brasileiro, visto que o acesso à região do Mato Grosso, principalmente, se dava mais facilmente pelo rio, uma vez que os caminhos por terra eram

mais demorados. A relação entre os países ficou mais difícil quando Solano López, filho de Carlos Antônio López assumiu a presidência do Paraguai.

De acordo com Kohler (2019), no período dos anos de 1860 a América do Sul vivia um momento tanto quanto delicado, em razão dos diversos conflitos enfrentados pelos países dessa parte do continente americano:

O Uruguai, que desde sua independência sofria com interferências externas dos países vizinhos, principalmente do Brasil. Muitos brasileiros habitavam a região e usavam as terras do país para a criação do gado (KOHLENER, 2019). No âmbito político, o Uruguai possuía dois partidos: os Blancos, ligados aos grandes proprietários de terra e os Colorados, ligados aos comerciantes de Montevideú.

A Argentina, por sua vez, a partir do governo de Barlomé Mitre (1862), passou a fazer uma série de ações para dificultar a navegação na Bacia do Rio da Prata, atingindo os interesses paraguaios. Em represaria, os paraguaios passaram a utilizar os portos do Uruguai para suas exportações (KOHLENER, 2019).

Em 1861, os uruguaios, que estavam sob comando dos Blancos, criaram um imposto que seria aplicado na exportação do gado para o Brasil, além de impedir que os gaúchos fizessem o uso de mão-de-obra escrava em terras uruguaias. A partir de então os gaúchos passaram a cobrar medidas mais efetivas por parte do governo brasileiro em relação ao governo do Uruguai. Como resposta, o governo do Brasil decidiu apoiar o retorno do ex-presidente uruguaio Venâncio Flores, uma das figuras líderes do Partido Colorado, ao poder e que havia se refugiado na Argentina. Flores prometeu garantir os interesses do Brasil e em 1863 retornou ao Uruguai com o objetivo de retirar o Partido Blanco do poder (KOHLENER, 2019).

Em setembro de 1864 tropas brasileiras invadiram o Uruguai em conjunto com aliados de Venâncio Flores, estabelecendo, a partir de então, um governo provisório que passou a atender os interesses do Brasil, retirando as sanções que foram impostas anteriormente.

A partir desse episódio, Solano López passou a uma atitude mais ofensiva em relação ao Brasil. Em novembro de 1864 o navio brasileiro Marquês de Olinda foi capturado enquanto navegava pelo Rio Paraguai e em dezembro do mesmo ano o Mato Grosso (atual estado do Mato Grosso do Sul) foi invadido por tropas paraguaias.

A segunda ofensiva de Solano López consistia em invadir o Rio Grande do Sul, contudo, as tropas paraguaias precisariam cruzar a província argentina de Corrientes para chegar à província brasileira. Bartolomeu Mitre, presidente da Argentina, não permitiu a

entrada das tropas paraguaias em seu país, fazendo López declarar guerra também a Argentina.

É nesse cenário que o governo brasileiro propôs ao Uruguai e a Argentina a assinatura do Tratado de Tríplice Aliança, assinado em 1º de maio de 1865, estabelecendo o fornecimento de recursos para a luta contra o Paraguai.

A respeito do início da Guerra contra o Paraguai, o jornal *O Publicador Maranhense* trouxe em sua edição de 20 de janeiro de 1865 o seguinte destaque:

Como brasileiros, enchemo-nos de orgulho e sentimos ... prazer no contemplar o entusiasmo que pela guerra se vae desenvolvendo nas províncias do sul d'esta Dentre todas ellas destingue-se a Bahia, que oferece a todos os brasileiros o mais nobre e bello exemplo de amo da patria. Alli toda a população parece animada por um só pensamento, e levada pelo mais puro e desinteressado patriotismo, apprescata-se a fazer o serviço militar – a marchar para o campo da guerra Oxalá que nós, imitando os nossos irmãos bahiano, demos eguaes provas de amor ao Brasil. (O PUBLICADOR MANHENSE, 20 DE JANEIRO DE 1865).

O jornal *O Publicador Maranhense* “era um órgão oficial do governo, até 1862 tinha uma periodicidade de três vezes por semana e, após esse período, passou a ser diário” (ARAÚJO, 2021, p. 283). Por sua redação passaram figuras políticas e intelectuais importantes como João Francisco Lisboa (1855)⁶⁰, Sotero dos Reis (1856)⁶¹, Antônio Henriques Leal (1864)⁶² e a partir de 1866, já era redigido por empregados da Secretaria de Governo (ARAÚJO, 2021, p. 284, Apud RAMOS, 1992, p. 94).

Percebe-se nos jornais da época o envolvimento dos “homens de letras” com a política local e nacional, tendo em vista que “o intelectual tinha de estar à altura da construção da nação, portador que era da identidade nacional e, além disso, detentor do saber relativo às leis da evolução histórica” (PÉCAULT, 1990, p. 6).

Havia por parte dos editores dos jornais uma tentativa de enaltecer as ações do governo em relação à guerra, contribuindo para que a população apoiasse o Império na luta contra os paraguaios. Segundo Henriques Leal “esses heroes tomaram as armas de pura espontaneidade e inflammados pelo sagrado amor da patria em perigo” (LEAL, 1874, p. 315). “Como a Guerra do Paraguai foi um conflito que promoveu uma ampla mobilização nacional, a imprensa trabalhou paralelamente com o governo imperial e provincial, no sentido de criar

⁶⁰ João Francisco Lisboa (22/03/1812 Pirapemas / MA – 26/04/1863 Lisboa / Portugal). Foi jornalista, crítico, historiador, orador e político.

⁶¹ Sotero dos Reis (22/04/1800 São Luís / MA – 16/01/1871). Foi jornalista, poeta, professor, diretor do Liceu Maranhense e escritor.

⁶² Antônio Henriques Leal (24/07/1828 Cantanhede / MA – 29/09/1885 Rio de Janeiro / RJ). Foi médico, jornalista e escritor, editou o *Phanteon Maranhense* (4 volumes).

uma ideia de unidade nacional em torno de um inimigo internacional, o Paraguai” (ARAÚJO, 2021, p. 286).

Em virtude do baixo contingente de soldados no exército brasileiro, houve a necessidade de o Governo buscar formas de suprir essa carência. Os efetivos das polícias e da Guarda Nacional das províncias foram requisitados para compor os quadros do exército para a guerra contra o Paraguai. Em 1865 são criados os Corpos de Voluntários da Pátrias, que levaram diversas pessoas a se alistarem voluntariamente para o exército. A criação do Corpo de Voluntários de Pátria é noticiada pelos jornais de São Luís:

Por ordem de S. Exe o Sr. presidente da província fica aberta a inscrição de voluntários a quem serão concedidas todas as vantagens de que trata o decreto nº 3.371 de 7 do corrente ano, sem outra formalidade alem da simples apresentação do voluntário nesta repartição e lançamento de seu nome em livro próprio depois de averiguações acercadas condições exigidas no predicto decreto (O PUBLICADOR MARANHENSE, 28 DE JANEIRO DE 1865).

No Maranhão, por sua vez, “a partir de janeiro, quando foi divulgado o decreto dos voluntários da pátria, as conclamações para o alistamento se intensificaram e partiram muitas vezes dos editores dos jornais, a ponto de se tornarem diárias” (ARAÚJO, 2021, p. 289).

Porém, ainda em 1865, cada vez menos pessoas se alistavam voluntariamente, o que levou a um recrutamento forçado nas províncias por parte dos Corpos de Voluntários da Pátria, pois o Governo Imperial exigia uma cota mínima de “voluntários” de cada província.

Por sua vez, a Guarda Nacional, sob o comando do prefeito local, geralmente ligado às oligarquias rurais da região, tentava forçar o alistamento de seus inimigos políticos.

Os cidadãos do império dispunham de diversas formas de se esquivarem da convocação. Os mais aquinhoados, utilizavam-se de doações de recursos, equipamentos, escravos e empregados à Guarda Nacional e aos Corpos de Voluntários para lutarem em seu lugar; os que podiam menos, faziam *oferecimento de familiares*, ou seja, alistavam seus parentes, filhos, sobrinhos, agregados etc. Aos despossuídos não restava outro recurso para escapar ao alistamento que a fuga para o mato (TORAL, 1995, p. 292).

Muitas vezes, recrutava-se, forçadamente, criminosos. Sobre essa prática, os jornais afirmavam:

Ao Dr. chefe de policia [...] Remettendo á V.S. o segundo, tenho por fim chamar a sua atenção para o que a respeito d'elle expõe no dito officio o mesmo delegado, á quem, bem como aos mais seus subordinados, convem que V.S. **observe que o recrutamento para o exercito e armada não pode ser considerado como meio de reprimir e punir criminosos.** Sendo por tanto, como diz o delegado, criminoso o recruta José Cypriano de Oliveira, deve ser processado e punido na forma da lei, e não assentar praça no exercito, para o que de mais a mais não é habil, por ser casado, embora recorresse ele a esse estado para isentar-se do recrutamento (O PUBLICADOR MARANHENSE, 04 de março de 1865, grifo nosso).

Outra prática que se tornou recorrente como tentativa de evitar o recrutamento forçado, foi a compra de substitutos, que consistia na compra de escravos para lutarem em nome de seus proprietários. Muitos escravos substituíram seus senhores, que haviam sido convocados para a guerra. Outros senhores até ofereciam seus escravos em jornais da época para tomarem o lugar de homens brancos no alistamento para a guerra.

Atenção. Quem precisa de uma pessoa para marchar para o sul em seu lugar, e quiser libertar um escravo robusto, de vinte anos, que deseja incorporar-se ao exército, declare por este jornal seu nome e morada onde possa ser procurado, e por preço cômodo achará quem lhe substitua nos contingentes destinados à guerra. (DIÁRIO DA BAHIA, 14 DE OUTUBRO DE 1865).

Em 1866, o governo promulgou um decreto que concedia “liberdade gratuita aos escravos da Nação para o serviço no exército”.

Decreto n° 3.725, de 6 de novembro de 1866

Concede liberdade gratuita aos escravos da Nação designados para o serviço do exercito

Hei por bem Ordenar que aos escravos da Nação que estiverem nas condições de servir no exercito se dê gratuitamente liberdade para se empregarem naquelle serviço; e, sendo casados, estenda-se o mesmo beneficio ás suas mulheres.

Zacarias de Góes e Vasconcellos, do Meu Conselho, Senador do Imperio, Presidente do Conselho de Ministros, Ministro e Secretario de Estado dos Negocios da Fazenda e Presidente do Tribunal do Thesouro Nacional, assim o tenha entendido e faça executar.

Palacio do Rio de Janeiro em seis de Novembro de mil oitocentos sessenta e seis, quadragésimo quinto da Independencia e do Imperio.

Com a Rubrica de Sua Magestade o Imperador.

Zacarias de Góes e Vasconcellos.⁶³

Sobre o recrutamento de escravos para o exército, os jornais maranhenses informavam que:

desde que chegou a esta Província ordem para serem libertados por conta da Fazenda e terem praça no Exército e na Armada, escravos que tivessem aptidão para aquelle serviço tiveram liberdade, foram alistados e seguiram daqui a Corte 422 libertos sendo 140 para o Exército e 282 para a Armada (O PUBLICADOR MARANHENSE, 11 DE AGOSTO DE 1868).

⁶³ Disponível em <https://www2.camara.leg.br/legin/fed/decret/1824-1899/decreto-3725-a-6-novembro-1866-554505-publicacaooriginal-73127-pe.html>. Acesso em 23 mai 2022.

A Guerra do Paraguai chegou ao fim, depois de diversas batalhas ao longo de pouco mais cinco anos, na Batalha de Cerro Corá, quando Solano López foi morto pelas tropas brasileiras.

É importante frisar que a segunda metade do século XIX brasileiro é um período de grandes mudanças, que começam a se consolidar, principalmente, após o final da Guerra do Paraguai.

Esse foi ainda o período em que ocorreram pesados investimentos de capitais estrangeiros na América Latina, sobretudo em infraestrutura, como estradas de ferro, portos e serviços públicos. Tem início a imigração europeia em massa, direcionada à Cuba, ao Brasil e, sobretudo, à região de clima temperado do estuário do rio da Prata. Os números são altos: entre 1855 e 1874 cerca de 250 mil europeus ao Brasil e de 800 mil à Argentina e ao Uruguai (MOTA, 1995, p. 244).

Esses primeiros imigrantes, vinham para os trabalhos nas lavouras de café, que estavam em fase de ascensão, para cobrir a deficiência dos escravizados negros africanos que, em um primeiro momento diminuiram em virtude do fim do tráfico negreiro e, em um segundo momento, se alistaram para a Guerra do Paraguai. Há uma reorientação interna no país a partir dos anos 1870.

O eixo produtivo cafeeiro deslocava-se para o Oeste Paulista, introduzindo, direta ou indiretamente, potenciais novos rostos nas instituições de governo. O corpo social também apresentava modificações: o número de cativos havia decrescido, não alcançando mais do que 15% da população do Império, e a classe média urbana, fruto da expansão do capital ligado à indústria, às finanças e aos serviços, havia tomado maiores proporções (SOARES, 2020, p. 3).

É dentro desse clima de mudanças que o movimento abolicionista ganha força. O jornal *A Pacotilha* declarava:

Não há um só paiz civilizado que ainda conscreve esta negra chaga, que infelizmente, é a vergonha do Brasil.(..) Mas, se alguns brasileiros há que trabalham para esse fim, há outros também que abordarão essa grande e santa causa, intitularão-se de escravocratas e guerreirão àqueles, que incessantemente trabalham em prol da liberdade (A PACOTILHA, 13 DE SETEMBRO DE 1881).

Intelectuais, políticos e jornalistas, como Joaquim Nabuco, Rui Barbosa, José do Patrocínio, André Rebouças, Joaquim Serra e outros, não só defendiam o ideal emancipacionista na imprensa e no parlamento como estimulavam as fugas de escravos (SANTOS, 2008).

Destaca-se aqui a influência do fim da Guerra Civil Americana (Guerra de Secessão / 1861-1865) que pôs fim à escravidão nos Estados Unidos da América sob a liderança do presidente Abraham Lincoln. Na América, na década de 1870, o Brasil era um dos poucos países em que a escravidão do negro africano ainda vigorava.

Em 28 de setembro de 1871 foi assinada, pela Princesa Isabel, a Lei nº 2.040, a chamada Lei do Ventre Livre, que considerava livres todos os filhos de mulheres escravas nascidos a partir daquela data. A Lei do Ventre Livre garantia que as crianças nascidas a partir da sua promulgação estariam livres. Elas deveriam ficar sob a guarda dos senhores de suas mães até completarem oito anos de idade, assim, após completar essa idade, havia duas possibilidades: ou os senhores entregavam as crianças aos cuidados do governo e recebiam uma indenização, ou poderiam utilizar os serviços dos menores até eles completarem vinte e um anos de idade. Na prática, a segunda opção era a mais comum, o que beneficiava os senhores, que continuavam de posse de uma mão-de-obra sem grandes custos.

A Princesa Imperial Regente, em nome de Sua Magestade o Imperador e Senhor D. Pedro II, faz saber a todos os subditos do Imperio que a Assembléa Geral Decretou e ella Sanccionou a Lei seguinte:

Art. 1º Os filhos de mulher escrava que nascerem no Imperio desde a data desta lei, serão considerados de condição livre.

§ 1º Os ditos filhos menores ficarão em poder o sob a autoridade dos senhores de suas mãis, os quaes terão obrigação de criar-os e tratar-os até a idade de oito annos completos. Chegando o filho da escrava a esta idade, o senhor da mãi terá opção, ou de receber do Estado a indemnização de 600\$000, ou de utilizar-se dos serviços do menor até a idade de 21 annos completos. No primeiro caso, o Governo receberá o menor, e lhe dará destino, em conformidade da presente lei. A indemnização pecuniaria acima fixada será paga em titulos de renda com o juro annual de 6%, os quaes se considerarão extinctos no fim de 30 annos. A declaração do senhor deverá ser feita dentro de 30 dias, a contar daquelle em que o menor chegar á idade de oito annos e, se a não fizer então, ficará entendido que opta pelo arbitrio de utilizar-se dos serviços do mesmo menor.⁶⁴

A Lei do Ventre foi uma forma que o governo imperial encontrou de amenizar as tensões decorrentes das fortes pressões que vinha sofrendo por parte do movimento abolicionista. Por um lado, mostrou aos abolicionistas que o governo estava empenhado em extinguir, gradualmente, a escravidão. Por outro, mostrou aos senhores de escravos que eles não seriam prejudicados, pois haveria indenizações.

Em 28 de setembro 1885 é promulgada a Lei nº 3.270, também conhecida como Lei dos Sexagenários ou Lei Saraiva-Cotegipe. Por meio dela decretou-se que: os escravos com mais de 60 anos seriam considerados livres; como indenização, os sexagenários escravizados deveriam trabalhar para os seus senhores por três anos (sendo 65 anos a idade limite); sexagenários libertos deveriam continuar morando com seus senhores e só poderiam mudar-se se um juiz de órfãos os autorizasse; sexagenários libertos seriam obrigados a morar na cidade

⁶⁴ Lei nº 2.040 de 28 de setembro de 1871, disponível em https://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/lim/lim2040.htm. Acesso em 24 mai 2022.

onde foram alforriados por cinco anos (exceto para as capitais); o tráfico interprovincial seria proibido.

A Lei dos Sexagenários foi considerada uma vitória dos conservadores, contrários à abolição da escravidão, uma vez que estipulava inúmeras condições para a liberdade dos escravos maiores de 60 anos. Era uma tentativa de enfraquecer o movimento abolicionista, que fracassou, e em 13 de maio de 1888 foi assinada a Lei nº 3.353, a Lei Áurea, pondo fim a escravidão no Brasil, mas sem estabelecer as condições em que os, agora ex-escravos, tivessem acesso a moradia, a terras e a empregos.

Deve-se ter em mente que o fim da escravidão, antes de mais nada, esteve atrelado não somente ao discurso dos abolicionistas, mas, como vimos no capítulo anterior, às lutas e resistência dos próprios africanos escravizados, que, durante todo o período de cativeiro, empreenderam diversas formas de tentar se ver livres dos grilhões.

No Maranhão, os escravizados africanos estiveram presentes em diversas atividades, além da lavoura de algodão, cana-de-açúcar e arroz.

Entre a ascensão da economia do algodão e a abolição do cativeiro, a escravidão de negros africanos e de seus descendentes foi fator estruturante da economia e da sociedade do Norte do Maranhão. Com destaque para sua utilização nas fazendas de algodão, açúcar, arroz, na criação de gado e em obras e serviços dos centros urbanos, os negros escravizados se concentraram em São Luís, Alcântara, Caxias, nos vales dos rios Itapecuru e Mearim e no litoral e Baixada ocidentais, contribuindo decisivamente, inclusive, para o funcionamento do mercado interno. (COSTA, 2018, p. 251).

Trabalhavam como escravos de ganho, podiam ser alugados por seus senhores e senhoras como amas-de-leite entre outros serviços, como mostram os anúncios a seguir:

AMA DE LEITE.

Em casa do Dr. Jorge Junior, se precisa d'uma, que seja escrava, e sem cria. (A IMPRENSA, 9 DE JANEIRO DE 1858)

Nesta typographia se diz quem tem para alugar uma AMA DE LEITE, de bons costumes e sadia (A IMPRENSA, 24 DE FEVEREIRO DE 1858)

Na rua de Sant'Anna n. 92, se diz quem tem para alugar um moleque proprio para o serviço domestico de uma caza. (A IMPRENSA, 2 DE JANEIRO DE 1858)

Na casa da rua direita n. 02 vende-se um preto de meia idade bom roceiro. (A IMPRENSA, 5 DE JANEIRO DE 1859)

SERVENTE

Nesta Typ. precisa-se de um, que seja escravo, para o serviço da mesma. (A IMPRENSA, 11 DE JANEIRO DE 1862).

Também, de acordo com a necessidade de seus senhores, podiam ser vendidos a qualquer tempo.

Quem quiser comprar escravos de ambos os sexos já velhos dirija-se à rua da Cruz. N. 3. (A IMPRENSA, 9 DE JANEIRO DE 1858)

Na caza n. 41 da rua da Palma comprão-se escravos moços, de ambos os sexos, e pagão-se muito bem, especialmente os crioulos. (A IMPRENSA, 2 DE JANEIRO DE 1858).

Contudo, apesar de inúmeros anúncios sobre compra, venda e aluguel de escravos nos jornais da segunda metade do século XIX de São Luís, havia também diversos anúncios sobre escravos fugitivos, o que demonstra grande sinal de resistência à escravidão.

Fugio em princípios do mez de março, próximo passado, ao Padre Manoel Altino Barbosá, Vigario da freguesia de S. João Baptista do Cururupú, o seo escravo de nome Patricio, cafuz vermelho, de trinta e seis a trinta e oito annos de idade, pouco mais ou menos: estatura regular reforçado do corpo, especialmente da cintura para cima, rosto comprido, afinando para os queixos, olhos pequenos e mortos, bons dentes; canellas um tanto finas, pés chatos, e magros, e dedos destes compridos; quando falla com alguém, he quasi sempre com ar de riso, e mesmo costuma dar uma risadinha atolcimada quando se lhe diz alguma cousa; quando anda parece ter na sola dos pés alguma cousa, que o priva de os assentar com força no chão (A IMPRENSA, 4 DE JULHO DE 1857).

Em 19 do corrente, fugio ao abaixo as signado, a sua escrava de nome Carmina, de idade 24 a 26 annos, d'altura regular, côr preta mas um tanto vermelha, cabellos curtos e carapinhados, tem um signal em sum dos hombros á espécie de meia lua, e está com 4 mezes de grávida, falla espivitada, desconfia-se ter sido seduzida, por poucas vezes sahir á rua, levando dois vestidos de chita fina [...] Maranhão 23 d'Abril de 1857. Antonio José d'Almeida Junior (A IMPRENSA, 16 DE JUNHO DE 1857).

Fugio hoje a Braz José Nogueira seu escravo fulo de nome Geremias, crioulo, idade 40 annos, magro, cara chapada, barba branca, cabelo começando a pintar, tem uma contusão n'uma das mãos tem algumas marcas de chicote nas costas, he um tanto vergado para traz, estatura regular e levou um coffo com roupa e um pedaço de facão servindo de faca; quem o capturar e entregar a seu senhor, Largo do Palacio n. 4 será gratificado. (A IMPRENSA, 2 DE JANEIRO DE 1858)

Acha-se fugido, e consta andar nesta Cidade, o preto Júlio, crioulo, retinto, maior de 40 annos, alto, cabellos já esbranquiçados, e com defeito na perna esquerda, pela qual puxa quando anda[...] (PORTO LIVRE, 11 DE OUTUBRO DE 1862).

Muito antes de o movimento abolicionista ganhar impulso, os escravizados, a seu modo, já lutavam por sua liberdade. No Maranhão, a partir da segunda metade do oitocentos, há o surgimento de uma maior quantidade de quilombos.

A Camara Municipal de Cururupú

Illm. Sr. – Transmitto a V.S. o incluzo requerimento de Francisco Candido de Sá e papeis que o acompanhão, a fim de que V.S. informe se o Batalhão Provisorio de que tratão os referidos papeis, foi pago de seus vencimentos durante o tempo em que parte de suas praças forão empregadas na diligencia de destruírem o quilombo do Tury do lado desta Provincia. Na caza n. 41 da rua da Palma comprão-se escravos moços, de ambos os sexos, e pagão-se muito bem, especialmente os crioulos. (A IMPRENSA, 29 DE ABRIL DE 1843)

Ficando certo do que V.Me me dizem seu officio de 18 do corrente, relativamente á diligencia feita pelo Capitão do Matto desse districto Anselmo José dos Santos, e seus soldados, nas matas do Pericumán, e que dando nesta exploração com um quilombo, procurarão capturar um preto de nome Christovão, que resistindo á prisão foi morto pelos indivíduos da diligencia, visto que não havia outro meio de defesa Na caza n. 41 da rua da Palma comprão-se escravos moços, de ambos os sexos, e pagão-se muito bem, especialmente os crioulos. (A IMPRENSA, 18 DE NOVEMBRO DE 1851)

Quanto ao ataque dado pelos ditos Campestres, no dia 28 de Fevereiro último, em um quilombo, onde prenderão cinco escravos, e matarão um em defesa propria (A IMPRENSA, 17 DE ABRIL DE 1852)

Segurança individual durante o ano de 1853

Assassinatos conhecidos 53. Ferimentos graves 28. Idem leves 49. Não vão incluídos neste numero os mortos do quilombo do Tury-assú. (A IMPRENSA, 11 DE JANEIRO DE 1854)

Accusando o recebimento do seu officio de 7 do corrente, sob n. 60, em que dá Vme parte das ocorrências, que tiveram lugar em Sant'Helena, por ocasião do apparecimento de um grupo e pretos fugidos; cumpre-me em resposta dizer-lhe, que, apenas fui informado pelas respectivas autoridades policiaes do apparecimento de taes pretos, fiz para ali marchar uma partida de 30 praças de linha, comandada pelo alferes Raymundo dos Santos Lima, afim de não somente diligenciar a captura dos mesmos pretos, como de destruir qualquer quilombo, de que por ventura tiver notícia.

Deos guarde Vme Palacio do governo do Marnhão 10 de outubro de 1854 – Eduardo Olimpio Machado – Sr. Doutor chefe de policia (A IMPRENSA, 14 DE NOVEMBRO DE 1854).

Tanto que o Presidente da Província edita uma lei em agosto de 1847 criando no governo do cargo de Capitão do Mato, para a captura de escravos fugitivos:

Governo da Pruvincia

LEI N. 236 – de 20 de Agosto de 1847

O Dr. Joaquim Franco de Sá, Presidente da Província do Maranhão: Faço saber a todos os seus habitantes que a Assembléa Legislativa Provincial Decretou, e eu sancionei a Lei seguinte:

Artigo 1º Em todos os Termos da Provincia haverão Capitães do mato para a captura de escravos fugidos. (A IMPRENSA, 16 DE SETEMBRO DE 1847).

É nesse contexto social, político, econômico e histórico do século XIX que nasce, vive, estuda e escreve Maria Firmina dos Reis. Em uma província marcada pelo trabalho escravo, pelas lavouras de cana-de-açúcar, algodão e arroz. Período marcado pela escravidão, pelo tráfico negreiro internacional e posteriormente interprovincial. Pelos anúncios de compra, venda e aluguel de escravos para trabalhos diversos no dia a dia das atividades das cidades da província do Maranhão. Momento marcado por revoltas, guerra, trocas e disputas políticas, no plano regional, nacional e internacional.

Um contexto em que os escravizados tentam resistir à escravidão com fugas e criação de quilombos, sendo perseguidos e mortos. Em que se vê notícias, principalmente a partir da segunda metade do oitocentos, sobre leis que tentam minimizar a escravidão, sem dar fim a

ela. Período marcado por muitas mudanças e instabilidades. E, já no final do século, em 1889 é proclamada a República e o país entra em uma nova fase, com mudanças e permanências.

3.2 Maria Firmina, uma trajetória

Para a reconstrução desta trajetória, utilizou-se as fontes primárias contidas na primeira e única biografia escrita sobre Maria Firmina dos Reis, *Maria Firmina: fragmentos de uma vida* de Nascimento Morais Filho (1975)⁶⁵, que contém os fragmentos do álbum da escritora (seu diário), os textos dos contos *Gupeva* (1861) e *A escrava* (1881), extraídos dos originais publicados nos periódicos da época, os poemas do livro *Cantos à beira-mar* (1871), além das entrevistas feitas por Morais Filho com os últimos parentes de Firmina, que conviveram com “a professora”. Também foram utilizados os dados mais recentes, catalogados por Agenor Gomes para seu livro *Maria Firmina dos Reis: e o cotidiano da escravidão no Brasil* (2022), em que constam diversos novos documentos da época, sobre a romancista. Foram pesquisados também os jornais da época, disponíveis para análise no site Memória BN da Biblioteca Nacional.

Segundo vários pesquisadores⁶⁶, Maria Firmina dos Reis nasceu em 11 de outubro de 1825, no bairro de São Pantaleão, em São Luís, província do Maranhão.

Sua mãe, Leonor Felippa dos Reis, era uma escrava forra, filha de Engrácia Romana da Paixão, avó de Maria Firmina. Ambas foram escravas de Caetano José Teixeira, conforme consta da certidão de batismo de Maria Firmina dos Reis.

Aos vinte e um de Dezembro de mil oitocentos e vinte e cinco nesta Freguesia de Nossa Senhora da Vitória, Igreja Catedral da Cidade do Maranhão, batizei e pus os Santos Óleos a Maria, filha de Felipa, mulata forra que foi escrava do Comendador Caetano José Teixeira.⁶⁷

⁶⁵ Neste capítulo Morais Filho não é utilizado como fonte. Recorremos somente ao uso das fontes documentais a respeito de Maria Firmina presentes na biografia sobre a escritora/professora. A única fonte documental de registro do *Álbum* (diário) está presente na biografia escrita por Nascimento de Morais Filho e lançada em 1975. Os registros do *Álbum* são fontes importantes de análise para a compreensão dos demais agentes que circulavam em redor de Firmina, além de nuances sobre sua vida mais íntima, que ficaram registradas nesses fragmentos. Morais Filho, como agente produtor de discurso sobre Firmina, a partir dos anos 1970, será trabalhado no capítulo 4. Não tomaremos seu discurso neste capítulo, somente os fragmentos do *Álbum* pelos próprios fragmentos, sem as considerações de Morais Filho.

⁶⁶ MORAIS FILHO, 1975; ABRANTES, 2004; MENDES, 2006; OLIVEIRA, 2007; ANDRETA, ALÓS, 2013; MUZART, 2013; SILVA, 2011; GOMES, 2022.

⁶⁷ Registro de Batismo de Maria Firmina dos Reis, 21/12/1825. Livro 116, fl. 182. Fundo Arquidiocese do Maranhão. APEM. Apud, GOMES, 2022, p. 88.

Caetano José Teixeira era dono de uma casa comercial na província do Maranhão, que comprava negros escravizados na África e os trazia para serem vendidos em São Luís:

HISTORIA

Variedades históricas do Maranhão.

Um nosso amigo ofereceu-nos o seguinte artigo, colhido da leitura de um livro manuscrito, pertencente a casa comercial de Caetano José Teixeira [...].

Foram vendidos [em 1801] uma escrava por 280\$ réis, e um escravo por 200\$ rs., e em grande numero a 175\$ réis, dizendo essa casa comercial, que pela freguesia, que tinha, podia vender 2.000 pretos por anno, sendo muito procurados os d'Angola, que erão vendidos a flor, a 250\$ réis [...].

Navegarão para Lisboa os navios [...], o Victoria era de Caetano José Teixeira [...].

Pelo seu contracto comercial em 20 d'Abril de 1799 Caetano José Teixeira entrou com 20:0000\$ rs. e Antonio Xavier (de Lisboa) com outros 20 contos, e Manoel Antonio Xavier, prido do primeiro, com sua agência (JORNAL A PACOTILHA, 25 DE SETEMBRO DE 1886).

“O português Caetano José Teixeira figurava entre os maiores comerciantes da Província do Maranhão” (GOMES, 2022, p. 87), sendo muito provável que Engrácia, avó de Maria Firmina dos Reis, tenha sido uma das escravas traficadas por ele de um dos portos da Angola, Cacheu ou Guiné, os mais movimentados pelo tráfico negreiro na época. Engrácia teria nascido no ano de 1778, sendo seu falecimento em Guimarães, em 1859, com 81 anos.⁶⁸

Seu pai, João Pedro Esteves, chegou a estabelecer sociedade comercial com Caetano José Teixeira. Em 1821, um ano após a morte de Caetano Teixeira, João Pedro Esteves assume a patente de furriel, miliar da Companhia de Cavalaria Franca do Maranhão.

Deputação da Companhia de Cavallaria Franca

[...] João Pedro Esteves, Furriel.⁶⁹

(JORNAL O CONCILIADOR DO MARANHÃO, 29 DE ABRIL DE 1821).⁷⁰

O registro de batismo de Maria Firmina dos Reis, que data de 21 de dezembro de 1825, traz como padrinho João Nogueira de Souza, tenente de milícias, possível colega da Companhia de Cavalaria do pai de Maria Firmina, que foi consagrada à Nossa Senhora da Conceição, sua madrinha.⁷¹

Maria Firmina escrevia um “álbum”, espécie de diário, em que registrava suas emoções mais profundas, acontecimentos do cotidiano, viagens, falecimentos e poemas

⁶⁸ Registro de óbito de Engrácia Romana da Paixão, 19/04/1959, Livro de registro de óbitos da Freguesia de São José de Guimarães (1859-1877), fl. 3. Arquivo da Diocese de Pinheiro (MA), apdu GOMES, 2022, p. 87.

⁶⁹ O posto de furriel correspondia à primeira graduação da categoria que correspondente ao posto de sargento.

⁷⁰ Disponível em

<https://memoria.bn.br/DocReader/docreader.aspx?bib=749524&pasta=ano%20182&pesq=&pagfis=32>. Acesso em 30 mai 2022.

⁷¹ Registro de Batismo de Maria Firmina dos Reis, 21/12/1825. Fundo Arquidiocese do Maranhão. Livro 116, fl. 182. APEM. Apud GOMES, 2022, p. 84.

dedicados a pessoas estimadas. Segundo a própria Firmina em um registro de 15 de novembro de 1872, “o álbum é o livro da alma; é nele que estampamos os nossos mais íntimos sentimentos, os nossos mais extremos afetos; assim como as mais pungentes dores de nossos corações” (REIS apud MORAIS FILHO, 1975, s.p.). O primeiro registro no álbum data de 09 de janeiro de 1853, segundo a autora, “dia este que há de ser eternamente gravado em minha mente” (REIS apud MORAIS FILHO, 1975, s.p.). É através dele que temos acesso aos nomes das personagens que fizeram parte da vida da escritora.

Os registros do diário nos informam sobre sua criação, na infância.

De uma compleição débil e acanhada, eu não podia deixar de ser uma criatura frágil, tímida, e por consequência melancólica: uma espécie de educação freirática veio dar remate a estas disposições naturais. Encerrada na cada materna, eu só conhecia o céu, as estrelas, e as flores, que minha avó cultivava com esmero talvez, por isso eu tanto ame as flores; foram elas o meu primeiro amor. Minha irmã... minha terna irmã... e uma prima querida, foram as minhas únicas amigas de infância; e nos seus seios eu derramava meus melancólicos e infantis queixumes; por ventura sem causa, mas já bem profundos (REIS apud MORAIS FILHO, 1975, s.p.).

No álbum, Firmina parece confessar sobre dor, tristeza, escuridão, sepulturas, velas, anjos, melancolia, desesperança e mesmo suicídio... “Oh! Te saúdo novo ano; mas, tu não trouxeste a esperança à minha alma!” (REIS apud MORAIS FILHO, 1975, s.p.).

Tentar contra os meus dias, seria um crime contra Deus, e contra a sociedade; mas almejo a morte. Perdoai-me Deus de misericórdia! Mas a vida é-me assaz penosa, e eu mal posso suportá-la. O mundo é áspero e duro; mas não me queixo do mundo nem de pessoa alguma. Minha compleição é débil, minha alma sensível, meus desgostos são filhos de meus caprichos (REIS apud MORAIS FILHO, 1975, s.p.).

A morte é uma companheira que Maria Firmina deseja constantemente, como neste trecho datado de fevereiro de 1861: “o descanso de uma vida consumida, encontra-se na sepultura. O esquecimento das dores humanas, só ela oferece. Eu quero um dia de repouso, um dia de esquecimento. Campa!... campá, eu te saúdo” (REIS apud MORAIS FILHO, 1975, s.p.).

Cresceu cercada pelas mulheres que a criaram – a mãe, a avó, a irmã e a prima – e de quem fala no fragmento acima; essas, por sua vez, ajudaram a moldar muito de sua personalidade. A casa não é a do pai, não é paterna: é a casa materna, dirigida por sua mãe, a chefe de sua família. Sua educação é freirática, ou seja, a educação voltada para os afazeres da casa, a organização do lar e influenciada pelos dogmas católicos, e é essa educação que contribuiu com a maneira de a escritora ser e ver o mundo. Maria Firmina afirma ainda sobre sua juventude que “a mulher é como a flor, esta sonha meiguices ao despertar do sol, porque o sol que surge há de afaga-la” (REIS apud MORAIS FILHO, 1975, s.p.), demonstrando o

quanto da representação social sobre as mulheres de sua época incorporou. A mulher não é bruta. Ao contrário, a mulher é como “uma flor”, é “frágil”, é “dócil”, ligando-se ao mundo do sentimento.

Em outras anotações de seu álbum, Maria Firmina escreveu sobre duas amigas, comparando-as a anjos, afirmando que “eu as vi... eram duas virgens, duas virgens, meigas, belas, sedutoras, oh! Ainda as vejo!... Teresa... Alexandrina” (REIS apud MORAIS FILHO, 1975, s.p.). Percebemos aqui como a escritora descreve de forma idealizada pessoas próximas, característica esta que também notamos em seu principal romance.

Maria Firmina não se casou, foi “moça solteira” durante toda sua vida. Não há registro de que tenha se enamorado por alguém. Sobre o amor, conta-nos que:

A sucessão dos anos apagou-me o fogo do coração, resfriou-me o ardor da mente, quebrou na haste a flor de minhas esperanças. [...] Amei eu já acaso? Não sei. Amor – acrescentarei eu, é uma paixão funesta – é o amor quem espreme no mundo tanto fel, tanta amargura, é quem torna a vida peso insofrível, por demais incômodo. [...] Entretanto o amor é tão necessário ao coração do homem, quanto o ar é necessário à vida. Amor, amor, deixemos aos poetas esse dom celeste e infernal, doce e amargurado, inocente e criminoso; não amemos. As ilusões fugiram, fugiram as esperanças (REIS apud MORAIS FILHO, 1975, s.p.).

Essa passagem do álbum informa que autora pode ter sofrido por um amor. Seu texto tem tom melancólico; relatando possíveis desilusões que apenas a própria Maria Firmina conhecia. Seus escritos íntimos expressam constantemente a tristeza da separação. A autora escreve, muitas vezes, sobre a perda de algo ou de alguém, o que dá uma nuance de lamentação em seus escritos.

Amo a noite, o silêncio, a harmonia do mar, amo a hora do meio-dia, o crepúsculo mágico da tarde, a brisa aromatizada da manhã; amo as flores, seu perfume me deleita; amo a doce melodia dos bosques, o terno afeto de uma mãe querida, as amigas de minha infância, e de minha juventude, e sobre todas as coisas eu amo a Deus; **e ainda assim não sou feliz; porque insondável me segue, me acompanha esse querer indefinível que só poderá encontrar satisfação na sepultura** (REIS apud MORAIS FILHO, 1975, s.p., grifo nosso).

Por mais belos os cenários que possam haver diante da escritora, e embora ela os ame, a morte parece ser seu amor maior, seu amor mais desejado. Firmina cultua e admira a morte, chama-a constantemente, ela namora e se enamora pela morte nos fragmentos do álbum.

Sim, eu sou a lua: - **e se Deus negou-me dela a beleza**, o nítido albor, e o magnífico esplendor de formosura deu-me uma melancolia, sua palidez; e como ela a divagar no céu, deu-me que divagasse na terra; cismando como ela, à noite, meditando saudades, e tristezas como ela medita (REIS apud MORAIS FILHO, 1975, s.p., grifo nosso).

Maria Firmina não se vê bela, se vê como a Lua, eterna namorada da noite, luz que ilumina os sepulcros, chama que contempla a escuridão onde a morte se esconde. A Lua é bela, e Firmina é a Lua, porque é a Lua que traz a melancolia dos amantes separados. É à Lua que os apaixonados fazem confissões. A Lua, tão solitária no firmamento quanto Firmina na sociedade, pois o que ela sente e pensa “não os compreende ninguém; porque também a ninguém os revelo” (REIS apud MORAIS FILHO, 1975, s.p.).

Firmina ainda escreve em seu álbum um texto intitulado *O que é a vida?* Respondendo à pergunta do título, ela nos diz que “será acaso a vida o respirar, o sorrir no trocar de cumprimentos banais e quantas vezes frívolos...”. A resposta é: não. A vida, para Maria Firmina não se resume ao cotidiano, aos atos sociais diários. A vida, para Firmina “está nas lágrimas” (REIS apud MORAIS FILHO, 1975, s.p.).

Amo as [lágrimas] que verto na amargura pungente de minhas ternas desventuras; com elas alimenta-se minha alma, elas acalmam o rigor do meu destino. [...] Eu amo as lágrimas... Elas têm sido as companheiras da minha árdua e penosa existência; é nelas que me conforto, nelas é que me hei estribado para chegar ao breve termo da minha longa peregrinação... Amei-as na infância, porque elas embalavam-me docemente em ilusório sentir; eu as invocava por simpatia. Depois o amor – e o amor – não pode vigorar sem lágrima (REIS apud MORAES FILHO, 1975, s.p.).

Podemos perceber o sentimentalismo e a forma como Maria Firmina compreende a si mesma: como um ser frágil e uma mulher religiosa. Em seu diário, Firmina invoca o nome de Deus, do Senhor, inúmeras vezes, como também o faz no romance *Úrsula*. Essa religiosidade será característica marcante de sua vida e de seus escritos.

Os fragmentos do álbum de Firmina, contidos na biografia feita por Nascimento Morais Filho são poucos. Além desses fragmentos, o escritor maranhense conseguiu entrevistar algumas pessoas da família de Maria Firmina e alguns de seus ex-alunos, que, na época da entrevista, já contavam com idade um pouco avançada. Segundo entrevista feita por Morais Filho ao Sr. Leude Guimarães, parente de Firmina:

Quando vim para São Luís, depois de sua morte [de Maria Firmina] trouxe muitos manuscritos seus. Eram cadernos com romances e poesias e um álbum onde havia muita coisa de sua vida e de nossa família. Mas os ladrões, um dia, entraram no quarto do hotel onde estava hospedado, arrombaram o baú, e levaram tudo o que nele havia. Só me deixaram, de recordação, os restos desse álbum, que encontrei pelo chão (MORAES FILHO, 1975, s.p.).

Muito do que poderíamos conhecer e compreender a respeito de Maria Firmina dos Reis foi perdido. Muito de sua obra, de sua vida, de seus pensamentos, não nos chegará.

Para ajudarmos a pensar neste caso, valem algumas pistas do trabalho de Sérgio Miceli, *Voz, sexo e abismo: Alfonsina Storni e Horacio Quiroga* (2013), em que são

analisadas as reconfigurações na Argentina das primeiras décadas do século XX, percebendo como as mudanças sociais e culturais oportunizaram a entrada de escritores *outsiders* no campo literário, como foi o caso de Alfonsina Storni e Horacio Quiroga. A partir da análise das trajetórias biográfico-literárias dos autores citados. Segundo Miceli:

O itinerário insólito dessa parilha de escritores permite rastrear o vínculo entre o sofrimento de perdas sucessivas — de lastro material, de afetos, de parceiros, de reconhecimento — e um projeto literário imerso em idiosincrasias temáticas e linguagens destoantes. Alfonsina levou ao paroxismo o acerto de contas da mulher pobre e desprotegida com o desgosto amoroso que enfrentou com fibra e valentia. Quiroga, por sua vez, erigiu aos trancos um universo ficcional inquietante no qual buscou decantar a enfiada de lutos vividos em registro de culpa e expiação (2013, pp. 84-85).

Percebe-se que, tal como Alfonsina, que cometeu suicídio, Maria Firmina dos Reis, em sua trajetória, deixou registros escritos — no caso da escritora maranhense no álbum e no romance *Úrsula* — a respeito de temas ligados ao sofrimento, ao esquecimento, à dor da perda, à solidão e ao amor não correspondido ou à desilusão amorosa.

Embora tenha havido uma afirmação posterior de que Maria Firmina dos Reis tenha se mudado, aos cinco anos, de São Luís para a Vila de Guimarães, não há registros documentais que sustentem, até o momento, essa hipótese. Nem mesmo na biografia escrita por Nascimento Morais Filho há alguma informação a respeito dessa possibilidade.

Nas entrevistas que Morais Filho realizou com os parentes de Firmina, eles revelaram o lugar “em São Luís onde nasceu Maria Firmina dos Reis: Bairro São Pantaleão! Nas imediações do lugar onde se encontra a igreja” (MORAIS FILHO, 1975, s.p.). Na casa da rua de São Pantaleão “moravam Leonor, seus irmãos Martiniano, dois anos mais velho, e Henriqueta, acompanhados da mãe Engrácia. Maria Firmina dos Reis, sua irmã Amália Augusta e a prima Balduína eram as crianças da casa” (GOMES, 2022, p. 85).

Não há registros sobre a formação de Maria Firmina dos Reis. Somente duas notas, uma da própria escritora, no prólogo do romance *Úrsula* onde ela afirma que é uma mulher “de **educação acanhada** e sem o trato e conversação dos homens ilustrados, que aconselham, que discutem e que corrigem, **com uma instrução misérrima**, apenas conhecendo a linguagem de seus pais, e pouco lida, **o seu cabedal intelectual é quase nulo**” (REIS, 2004, p. 13, grifos nossos). Outra passagem que faz comentários sobre os estudos de Firmina, encontra-se no jornal *A imprensa* a respeito da autora do romance *Úrsula*:

Algumas incorreções de estylo, um ou outro tipo incompletamente desenvolvido são defeitos propios de quem começa, e **principalmente em uma senhora, que não tem estudos completos** e que vive retira em uma vila, longe do tracto e das conversações (JORNAL A IMPRENSA, 01 DE AGOSTO DE 1860).⁷²

Em São Luís, no período entre os anos de 1830 a 1847, quando Firmina passa no concurso para professora de primeiras letras da Vila de Guimarães, existia pouquíssima oferta de instituições de ensino para meninas. Somente o Recolhimento Nossa Senhora da Anunciação e Remédios, fundado em 5 de agosto de 1753, instituição pública que atendia as meninas desvalidas e; em 1844, é fundado Colégio Nossa Senhora da Glória – que ficou conhecido como Colégio das Abranches – a primeira instituição de ensino particular para as moças de São Luís.

Na primeira metade do século XIX, o ensino destinado às “moças” da capital da província do Maranhão era feito por professoras particulares ou por professoras de primeiras letras. A lei de 15 de outubro de 1827 determinava que em todas as cidades, vilas e lugares mais populosos haveria escolas de primeiras letras que fossem necessárias.

LEI DE 15 DE OUTUBRO DE 1827

Manda crear escolas de primeiras letras em todas as cidades, villas e logares mais populosos do Imperio.

Dom Pedro, por Graça de Deus, e unanime aclamação dos povos, Imperador Constitucional, e Defensor Perpetuo do Brazil: Fazemos saber a todos os nossos subditos, que a Assembléa Geral decretou, e nós queremos a lei seguinte:

Art 1º Em todas as cidades, villas e logares mais populosos, haverão as escolas de primeiras letras que forem necessarias (LEI DE 15 DE OUTUBRO DE 1827).⁷³

Sendo de uma família de poucas posses, é muito provável que Maria Firmina tenha estudado em uma escola de primeiras letras. E que tenha “frequentado a aula pública de primeiras letras da professora Henriqueta Cândida Ferreira, na rua do Ribeirão [...], pois a família se mudara do bairro de São Pantaleão para casa 46, da rua do Alecrim, a poucos metros da casa da professora” (GOMES, 2022, p. 93).

Pela análise de seus textos é possível verificar algumas das leituras com as quais Firmina pode ter tido contato, uma vez que ela cita os autores e, por vezes, as obras em seu diário e mesmo em *Úrsula*. Em seu álbum, no dia 10 de agosto de 1858, há a citação de duas estrofes de uma poema de Almeida-Garret; em 27 de junho de 1873, a autora cita uma frase de Casimiro de Abreu “simpatia é quase amor”; já no poema do livro *Cantos à beira-mar*,

⁷² Disponível em

<https://memoria.bn.br/DocReader/docreader.aspx?bib=035156&pasta=ano%20186&pesq=&pagfis=1064>.

Acesso em 30 mai 2022.

⁷³ Lei de 15 de outubro de 1827. Disponível em <https://www2.camara.leg.br/legin/fed/lei/sn/1824-1899/lei-38398-15-outubro-1827-566692-publicacaooriginal-90222-pl.html>. Acesso em 05 jun 2022.

Dedicação há uma citação de Byron; no poema do *Almanaque das lembranças brasileiras*, uma citação de Alexandre Herculano, o mesmo será citado no poema *Meditação*; e, em *Úrsula*, Firmina cita o livro *Paulo e Virgínia* de Bernardin de Saint-Pierre, que traduzia o ideal do iluminismo rousseauiano.⁷⁴

Outro dado que é apresentado a respeito da escritora, é seu parentesco com o gramático Francisco Sotero dos Reis. Segundo consta na biografia feita por Nascimento Morais Filho, “Francisco Sotero dos Reis e Maria Firmina dos Reis são parentes pelo sangue e pelo sobrenome” (1975, s.p.). Contudo, não havia até recentemente algum indício mais palpável desse possível parentesco.

Francisco Sotero dos Reis foi professor, gramático e jornalista. Foi diretor e professor do Liceu Maranhense, em São Luís. Escreveu três obras importantes para a gramática de sua época: as *Postilas de gramática geral aplicada à língua portuguesa pela análise dos clássicos* (1863), a *Gramática Portuguesa* (1866) e o *Curso de Literatura Portuguesa e Brasileira* (1866-1973). Sotero dos Reis nasceu e faleceu no Maranhão. Iniciou seu contato com os livros aos doze anos, quando adoeceu e teve que passar uma temporada na fazenda dos pais.

Seu pai, Balthazar Jozé dos Reis, fazendeiro e comerciante, deixou como herança para o filho os negócios, os quais Sotero abandonou para se dedicar à carreira de professor e intelectual. Ao retornar a São Luís, após sua estadia na fazenda paterna, iniciou seus estudos em latim, filosofia e retórica. Aprendeu, posteriormente, também o francês e a aritmética.

As evidências apontam para o fato de que o parentesco entre Francisco Sotero dos Reis e Maria Firmina dos Reis, venha, justamente, do pai de Sotero, Balthazar Jozé dos Reis. Balthazar era proprietário da fazenda *Desterro*, também conhecida como *Desterro de Baltasar*, além das terras do rio Torto.⁷⁵ Segundo Gomes (2022, p. 105), “Balthazar [...] havia sido senhor da escrava Engrácia”, avó de Maria Firmina e, é muito provável, que dessa relação, tenha nascido Leonor, mãe de Maria Firmina, que herdou o sobrenome do pai, passando a se chamar Leonor Felippa dos Reis e dando o sobrenome do pai às suas filhas Maria Firmina dos Reis e Amália Augusta dos Reis.

⁷⁴ Sobre a referência a *Paulo e Virgínia* de Bernardin de Saint-Pierre, tratamos na pesquisa de mestrado MENDES, Melissa Rosa Teixeira. Uma análise das representações sobre as mulheres no Maranhão da primeira metade do século XIX a partir do romance *Úrsula*, de Maria Firmina dos Reis, 2013. Dissertação de Mestrado (Mestrado em História Social). Universidade Federal do Maranhão, São Luís, 2013.

⁷⁵ Autos cíveis de inventário dos bens de Francisco Sotero dos Reis. 05/07/1871. Série: Autos cíveis (documentos raros) inventariante: Francisco Sotero dos Reis Junior. Arquivo Judiciário Des. Milson de Souza Coutinho do Tribunal de Justiça do Estado do Maranhão. Apud, GOMES, 2022, p. 104.

Nascimento Morais Filho também encontrou o nome de Balthazar Jozé dos Reis durante suas pesquisas, por informações de Argentina dos Reis, bisneta de Martiniano José dos Reis (irmão de Maria Firmina) e que, em 1973, época da pesquisa de Morais Filho, ainda vivia em Guimarães e conheceu Maria Firmina.

Filinto Reis, disse-me D. Argentina [a Morais Filho em entrevista] que foi Prefeito em Guimarães, era meu primo e primo de Maria Firmina. Não sei bem o grau de nosso parentesco, mas não é distante. E arrematou: o pai de Sotero dos Reis chamava-se Baltazar José dos Reis, que era também primo de Filinto, primo do meu pai.

Quisemos [Morais Filho e sua equipe de pesquisa] por à prova a memória de D. Argentina Reis, 72 (setenta e dois) anos e a veracidade do detalhe da informação. Saímos de Guimarães para o “Pantheon Maranhense” ... E quem nós reencontramos? Ora quem!... Seu Baltazar José dos Reis! Fazendeiro em Guimarães! Seu nome inteiro! Tal como nos havia dito D. Argentina Reis! (MORAIS FILHO, 1975, p. 293).

No *Pantheon Maranhense* na parte destinada a biografia de Francisco Sotero dos Reis há a seguinte informação: “nasceu este illustre varão na cidade de San’Luiz, capital da provincia do Marnhão em 22 de abril de 1800, sendo seus paes – Balthasar José dos Reis e D. Maria Theresa Cordeiro” (LEAL, 1873, Tomo I, p. 127). Ao encontrar esses registros, Morais Filho viu corroboradas as informações prestadas por Dona Argentina, de que Maria Firmina dos Reis era prima de Sotero dos Reis.

Em 1840, Martiniano José dos Reis, irmão de Leonor e tio de Maria Firmina se muda para Guimarães, casando-se com Joanna Mathilde Mafra dos Reis e não tendo filhos.

Em 1847, Maria Firmina dos Reis é aprovada em concurso como professora de primeiras letras para a Vila de Guimarães. Firmina, nascida em outubro de 1825, contava então com 22 anos, contudo, de acordo com o artigo 8º da lei de 15 de outubro de 1827, “só serão admittidos á opposição e examinados os cidadãos brasileiros que estiverem no gozo de seus direitos civis e políticos, sem nota na regularidade de sua conducta”. Cidadãos no gozo de seus direitos civis e políticos significava ter no mínimo 25 anos. Porém, muitas províncias admitiam candidatos com menos de 25 anos, levando o Ministério dos Negócios do Império a promulgar a Decisão nº 222 de 1930, determinando que menores de 25 anos não poderiam ser nomeados professores “por não estarem no gozo perfeito de seus direitos políticos” (BRASIL, 1876, pp. 166-167).

Nesse ano o Inspetor da Instrução Pública era Francisco Sotero dos Reis, que negou o pedido de requerimento de admissão Maria Firmina dos Reis, por esta não conseguir comprovar ser maior de 25 anos.

Em cumprimento ao respeitável Despacho de V. Exa. De 8 do corrente, proferido sobre o incluso requerimento de Maria Firmina dos Reis que pode ser admitida ao curso da Cadeira de 1^{as} letras de Guimarães, vaga por demissão de Francisca Theodora de Mello, releva informar a V. Exa. o seguinte. – Pelos documentos que junta mostra a Suplicante ter regularidade de conduta e achar-se isente de crimes, **mas não provando, como alega, ser maior de 25 anos**, parece que não ser admitida a concurso, enquanto não o fizer, por isso que não tem satisfeito todas as condições exigidas pelo art. 9º da Lei de 15 de outubro de 1827.
- É o que tenho a informa a V. Exa. que resolverá o que for justo.
Deus guarde V. Exa.

Ilmo. e Exmo. Sr. Dr. Joaquim Franco de Sá
Presidente da Província

Liceu do Maranhão, 14 de julho de 1847.
Francisco Sotero dos Reis
Inspetor da Instrução Pública⁷⁶
(Apud GOMES, 2022, p. 97, grifo nosso).

Pelo ofício despachado por Sotero dos Reis é possível perceber que Maria Firmina afirmava (alegava) ser maior de 25 anos, estando apta a ser admitida no concurso. Porém, não conseguiu comprovar essa alegação, uma vez que em sua certidão de nascimento, o pároco não registrou sua data de nascimento.

No registro de Maria Firmina, o pároco deixou de anotar sua data de nascimento, e essa falha propiciou que ela apresentasse perante a Câmara Eclesiástica Episcopal, em junho de 1847, pedido de justificação para inserir em seu registro de batismo a data de 11 de março de 1822, como a de seu nascimento (GOMES, 2022, p. 85).

Possivelmente, é partir dos documentos apresentados por ela para ser admitida no concurso, que surgirá a dúvida a respeito de sua real data de nascimento.

Durante muitos anos, não se teve dúvidas em relação ao nascimento de Maria Firmina dos Reis, embora em sua certidão de nascimento não tenha sido registrada a data de 11 de outubro de 1825. Entretanto, em 2017, em pesquisa publicada por Dilercy Adler⁷⁷, foram apresentados novos documentos que sugeriam que a data de nascimento da escritora oitocentista seria, na verdade, 11 de março de 1822. Esses documentos que indicariam a nova data de nascimento de Maria Firmina são os *Autos de justificação do dia do nascimento de Maria Firmina dos Reis*.⁷⁸

⁷⁶ Ofício nº 42 do Inspetor de Instrução Pública da Província do Maranhão. 14/07/1847. Fundação Secretaria do Governo. Inspetor da Instrução Pública (1843-1848). Instrução Pública (1828- 1914). Estante 4. Setor de Avulsos. Arquivo Público do Estado do Maranhão. Os documentos originais foram localizados no Arquivo Público do Estado do Maranhão pelas pesquisadoras Mariléia dos Santos Cruz, Ediane Holanda Silva e Érica de Lima Matos, que os revelaram no VIII Fórum Internacional de Pedagogia, em Imperatriz (MA) em 2016, Apud GOMES, 2022, p. 146 (nota nº 70).

⁷⁷ ADLER, Dilercy Aragão. *Maria Firmina dos Reis: uma missão de amor*. São Luís: ALL, 2017.

⁷⁸ Autos de justificação do dia de nascimento de Maria Firmina dos Reis. 25/06/1847, fl. 2. Câmara Eclesiástica Episcopal, série, 26, caixa nº 114. Documentos-autos nº 4.171, APEM. Apud GOMES, 2022, p. 146 (nota 61).

Maria Firmina dos Reis entrou com pedido de justificação da data de seu nascimento na Câmara Eclesiástica de São Luís em 25 de junho de 1847, declarando que seria dia 11 de março de 1822. Houve a necessidade de apresentação de três testemunhas que atestassem e declarassem ser, a data apresentada por Firmina, a correta de seu nascimento. Uma das testemunhas foi seu tio, Martiniano José dos Reis.

Tes. 2º Martiniano José dos Reis [...]. Disse: que mesmo em razão de ser ele testemunha irmão da mãe da Justificante, e com ela morar ao tempo do nascimento da Justificante sua sobrinha, sabe que esta nasceu no dia onze de março de mil oitocentos e vinte e dois, e que em razão de ser a recém-nascida muito doente desde que foi dada à luz não pôde ter lugar o seu batismo senão em o dia vinte e um de dezembro de mil oitocentos vinte e cinco [...] ⁷⁹.

Há uma possibilidade, levantada por Gomes (2022, pp. 97-100) de que Maria Firmina tenha solicitado a justificação da data de seu nascimento como sendo 11 de março de 1822 para poder ser aprovada no concurso como professora de primeiras letras da Vila de Guimarães. A escolha do mês do março em detrimento do seu mês de nascimento, outubro, teria sido necessária, uma vez que, em junho de 1847 ela ainda não teria os 25 anos completos, caso tivesse nascido em outubro de 1825.

Essa possibilidade não deve ser descartada, uma vez que todos os demais indícios indicam que Maria Firmina tenha nascido em 1825. Por exemplo, a data de seu batismo, em 21 de dezembro de 1825, que teria ocorrido dois meses depois de seu nascimento e não mais de dois anos depois do mesmo, caso ela tivesse nascido em 1822.

Outro fato importante de destacar é o verbete no *Dicionário Bibliográfico Brasileiro* de Sacramento Blake, de 1900. Para montagem dos verbetes de seu *Dicionário*, Sacramento Blake utilizou-se do recurso da carta, para obtenção dos dados dos colaboradores, que era enviada aos próprios biografados e a outros possíveis colaboradores, solicitando deles as informações necessárias para constar em sua obra, além de auxílio para localização de outros possíveis autores a serem biografados. Os dados solicitados eram “logar e data do nascimento, dos estudos feitos, do emprego que se exerce e das obras, publicadas ou ineditas, que se tem escripto” (BLAKE, 1883, Tomo I, VII). O verbete com os dados de Maria Firmina dos Reis, no Tomo VI, tem as seguintes informações:

D. Maria Firmina dos Reis – Filha de João Pedro Esteves e dona Leonor Felippa dos Reis, nasceu na cidade de S. Luiz do Maranhão a 11 de outubro de 1825. Dedicando-se ao magisterio, regeu a cadeira de primeiras letras de S. José de Guimarães desde agosto de 1847 até março de 1881, quando foi aposentada. Em

⁷⁹ *Ibidem* p. 95.

1880 fundou uma aula mixta em Maçarico, termo de Guimarães, cujo ensino era gratuito para quasi todos os alumnos, e por isso foi a professora obrigada a suspendel-a depois de dous anos e meio. Cultivou a poesia, tanto em verso, como em prosa escreveu algumas obras, de que as mais conhecidas são:

- *Cantos á beira-mar*: poesias. São Luiz.....

- *Úrsula*: romance. S. Luiz....

- *A escrava*: romance. S. Luiz.... (BLAKE, 1900, Tomo VI, p. 232).

Se Maria Firmina ou pessoa próxima a ela, enviou para Blake os dados para a criação do verbete no *Dicionário*, então ela afirmou que sua data de nascimento correta era 11 de outubro de 1825. Por sua vez, o registro de óbito, de 1917, consta que Firmina faleceu com 92 anos, para tanto, ela deveria ter nascido em 1825.

Após os trâmites dos Autos de justificação da data de nascimento e ouvidas as três testemunhas apresentadas por Maria Firmina dos Reis, sua justificação para a inserção da data “correta” é homologada, porém “o cura deixou de mandar expedir a lavratura de nova certidão com as datas justificadas, o que motivou novo requerimento da candidata” (GOMES, 2022, p. 98). O novo pedido foi deferido, determinando então, o vigário-geral, a abertura do novo registro de nascimento com as modificações justificadas. Em 13 de julho de 1847 uma *Certificação de Justificação de Batismo* foi gerada, oficializando a data de 11 de março de 1822 como a data de seu nascimento (ADLER, Dilercy, 2017, p. 59). Percebe-se que havia uma relativa urgência da justificante, Maria Firmina, em receber o novo registro de nascimento.

Maria Firmina então anexou os novos documentos, agora com a data de nascimento de 11 de março de 1822, ao requerimento de inscrição do concurso para a Vila de Guimarães, comprovando que possuía a idade mínima necessária.

– NOTICIA LOCAL –

– Tendo sido examinadas no dia 11 do corrente no Palacio do Governo as opositoras à cadeira de 1^{as} Letras do feminino da Villa de Guimarães. D. Ursula da Graça de Araujo, D. Marianna Firmina dos Reis, e D. Antonia Barbara Nunes Barreto, unicamente a segunda foi approvada, por ter sido julgada competentemente habilitada (JORNAL O PROGRESSO, 13 DE AGOSTO DE 1847).⁸⁰

Nota-se que a solicitação para a justificação da data de nascimento, por parte de Maria Firmina dos Reis como sendo 11 de março de 1822, coincide com a data de inscrição de exame para o provimento da vaga de professora de primeiras letras para a escola feminina da Vila de Guimarães. Por esse motivo, não se pode descartar a hipótese de que Firmina tenha solicitado a justificação da data para poder estar apta a concorrer ao concurso.

⁸⁰ Percebe-se que o nome de Maria Firmina dos Reis saiu na nota do jornal com um erro tipográfico, sendo escrito como Marianna.

Após a aprovação no concurso, Maria Firmina se muda para Guimarães e então tem-se os primeiros registros dela a respeito de sua vida na cidade. A agora professora de primeiras letras Maria Firmina, mudou-se para a casa do tio Martiniano em Guimarães, onde utilizava uma das salas para dar suas aulas de primeiras letras.

Durante o período imperial, as escolas de primeiras letras funcionavam, geralmente, em locais improvisados, como na casa dos professores.

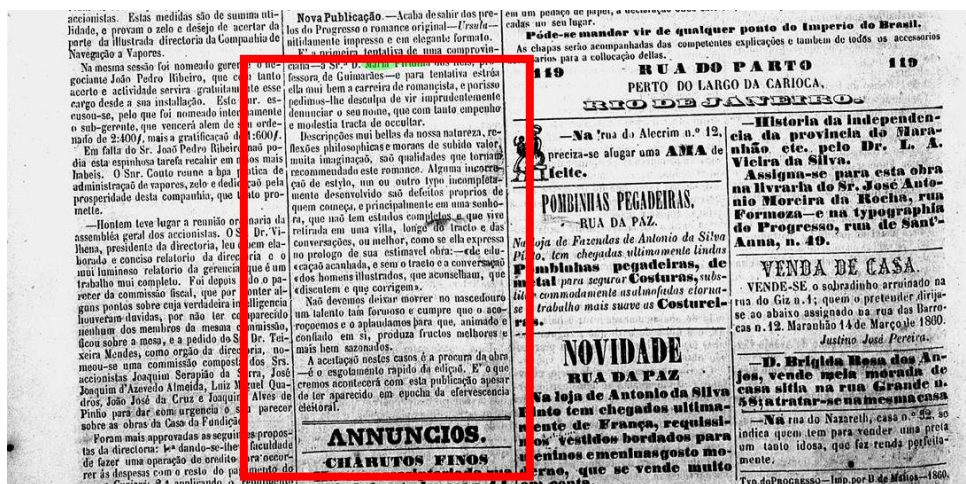


Imagem 1: Jornal A Imprensa nº 61 de 01 de agosto de 1861.⁸¹

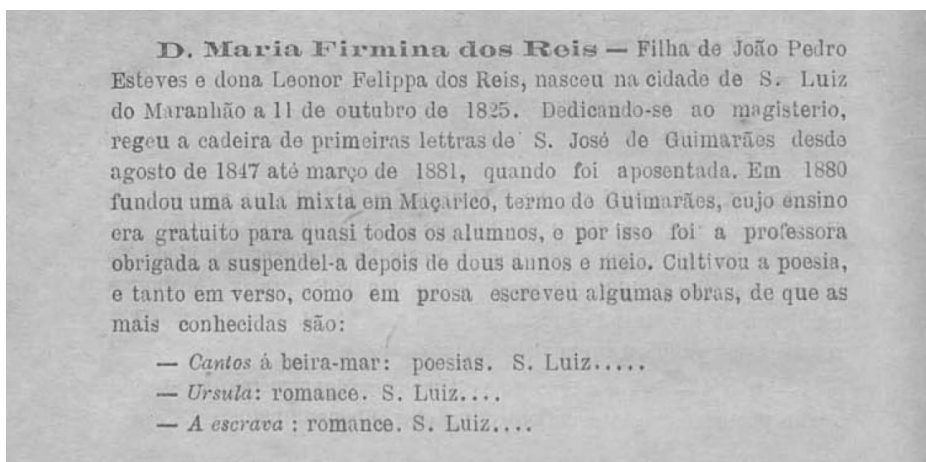


Imagem 2: Verbetes sobre Maria Firmina dos Reis no Dicionário de Sacramento Blake, 1900.⁸²

⁸¹ Disponível em

<https://memoria.bn.br/DocReader/docreader.aspx?bib=035156&pasta=ano%20186&pesq=&pagfis=1064>.

Acesso em 03 jun 2022.

⁸² BLAKE, Augusto Victorino Alves Sacramento. Dicionário Bibliográfico Brasileiro. Tomo VI. Imprensa Nacional: Rio de Janeiro, 1900.

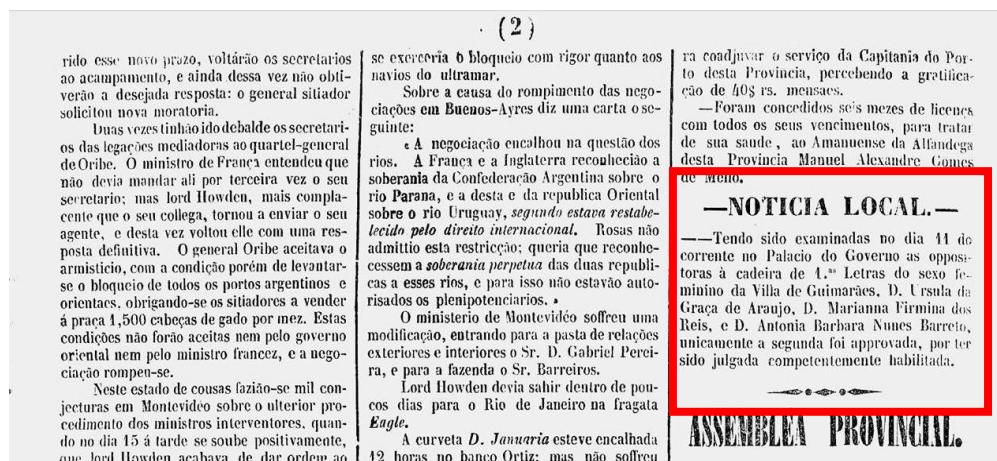


Imagem 3: Jornal *O Progresso* de 13 de agosto de 1847.⁸³

O mestre-escola acolhia seus alunos para as aulas em uma dependência da sua moradia, reservada ou não para sala de aula. Podia ser qualquer cômodo: um quarto especialmente preparado; a sala de estar da casa, transformada em escola na hora da aula e, nas demais horas, usada pelos moradores em outras atividades; e até mesmo a cozinha podia passar a ser de um instante para outro, um lugar de aula (AZEVEDO e STAMATTO, 2012, p. 33).

Para o aluguel desses espaços (salas) o governo pagava aos professores um valor anual, “Art. 8º os professores publicos [...], para o aluguel da sala onde funcionar a escola; de Brejo, Guimarães, Rozario e Itapecurú (receberão) 60\$000 reis” (JORNAL O PUBLICADOR MARANHENSE, 29 DE JULHO DE 1863).⁸⁴

Em relação aos salários, eles variavam de acordo com as questões populacionais e do custo de vida das regiões onde funcionavam as escolas (SILVEIRA, 1995, p. 72). “Art. 7º Os professores e professoras de Guimarães, Cururupú, San Bento, Rosario, Itapecurú-mirim, Arayoses, Pinheiro e 3º districto de Caxias, (vencerão o ordenado anual) de 600\$000 reis” (JORNAL O PUBLICADOR MARANHENSE, 29 DE JULHO DE 1863).

Maria Firmina vivia com a mãe Leonor, a irmã Amália Augusta, seu tio Martiniano e a esposa Joanna, além da avó Engrácia. Sua tia Henriqueta e sua prima Balduína continuaram a residir em São Luís (GOMES, 2022, 117).

A partir de 1853, quando Maria Firmina começa os registros em seu *álbum*, percebe-se, além das pessoas com quem compartilhava relações de amizade, seus sentimentos mais íntimos.

⁸³ Disponível em <https://memoria.bn.br/DocReader/docreader.aspx?bib=749982&pasta=ano%20184&pesq=&pagfis=624>. Acesso em 03 jun 2022.

⁸⁴ Disponível em <https://memoria.bn.br/DocReader/docreader.aspx?bib=720089&pasta=ano%20186&pesq=&pagfis=14495>. Acesso em 03 jun 2022.

Sua segunda entrada no diário, em 20 de maio de 1853, tem o título de *Uma lágrima sobre um túmulo*, registrando os sentimentos diante da morte de uma amiga.

No auge da minha desesperação deixei o rochedo. Indignou-me ver tudo tranquilo – tudo indiferente à minha dor. Deus! Ajoelhei sobre a terra ainda revolta do sepulcro e meu espírito sentiu a amarga consolação. Por que? Por que Deus amerciou-se de mim. Eu chorei sobre a sepultura mas era um pranto já mais resignando... Eu a tinha visto morrer, e não tinha desesperado. (REIS, apud MORAIS FILHO, 1975, p. 189).

Com cerca de oitenta e cinco entradas no *álbum*, Maria Firmina não escreveu regularmente, de forma diária, mas em momentos esparsos, registrando viagens de parentes, falecimentos, casamentos e sentimentos íntimos em relação ao que vivia. A maior parte dos registros não está com data e local, contudo, aqueles que estão datados e localizados, em sua maioria são de Guimarães, havendo somente dois registros em São Luís (1856), quando de uma visita sua à capital. Por outro lado, muitas das entradas em que não foi registrado o local, há uma sugestão de onde foram escritas, como nos exemplos a seguir:

Casaram-se no dia 25 de junho de 1878 na igreja matriz desta vila os meus prezados afilhados D. Amélia dos Santos Cordeiro com Jerônimo H. F. Cordeiro. Deus abençoe esta união e os faça felizes (REIS, apud MORAIS FILHO, 1975, s.p.).

Leonor e Vanda de volta da capital, chegaram aqui a 6 de junho de 1887 (REIS, apud MORAIS FILHO, 1975, s.p.).

Miguel, Otávia e Vanda chegaram a esta cidade de Guimarães a 18 de maio de 1892 (REIS, apud MORAIS FILHO, 1975, s.p.).

Além de Maria Firmina, três pessoas de sua intimidade fizeram registros em seu diário. A primeira foi Teresa de Jesus Cabral, com uma entrada datada de 22 de julho de 1856 em São Luís. “É preciso que neste álbum eu escreva uma lembrança a fim de a minha terna e querida amiga, quando lançar os olhos sobre o caráter dessas letras, se recordar do quanto a amo” (REIS, apud MORAIS FILHO, 1975, s.p.). E deixa ainda duas quadras para a amiga Maria Firmina. O segundo foi Raimundo Marcos Cordeiro, sem data de registro do poema *Uma saudade*, uma espécie de poema de despedida. “Deixo-te aqui termo – adeus, / Gravado de coração, / É saudoso... triste como / Dum filho a separação...” (REIS, apud MORAIS FILHO, 1975, s.p.). O terceiro e último amigo a registrar no diário de Firmina é Óton Franco Sá, filho de criação da professora, com um poema intitulado *A mocidade* datado no *álbum* em 20 de novembro de 1903, dedicado “à minha Mamaia M. F. dos Reis”, Óton registra ainda que estava “vindo do Pará cheguei à capital do Maranhão a 4 de agosto de 1903, e cheguei a Guimarães a 11 de setembro do mesmo ano” (REIS, apud MORAIS FILHO, 1975, s.p.).

Em 1857 temos o primeiro registro do romance *Úrsula* em um jornal de São Luís. O jornal *A Imprensa* anunciava que “o romance brasileiro, que se vai dar ao prelo, sob a denominação de – Úrsula – é todo filho da imaginação da autora, jovem Maranhense, que soltando as azas a sua imaginação, estreia a sua carreira literária” (JORNAL A IMPRENSA, 17 DE NOVEMBRO DE 1857). Vê-se que, em 1857, o romance ainda não está impresso, mas “se vai dar ao prelo”, ou seja, seguiria para impressão. Nota-se também que não se revela o nome da escritora, que é citada como uma “jovem maranhense”. Há ainda, nessa notícia, outros pontos a destacar:

Offerecendo ao ilustrado Publico da sua nação as paginas, talvez demais vazias d’um estylo apurado, como o é o do seculo, mas simples; e os pensamentos, não profundos, mas entranhados de patriotismo. Todo elle resente-se de amor nacional, e de uma dedicação extrema á Liberdade” (JORNAL A IMPRENSA, 17 DE NOVEMBRO DE 1857).⁸⁵

No século XIX, como foi verificado no primeiro capítulo desta pesquisa, as mulheres, geralmente, eram instruídas para a vida doméstica. Seu ideal era o casamento, a consolidação de uma família e a maternidade. Com o surgimento das escolas para o sexo feminino, surgiu a possibilidade de as mulheres serem professoras, uma vez que, para as meninas, deveriam haver mestras do mesmo sexo. Contudo, naquelas circunstâncias, os domínios da Literatura são mais fechados e aparentemente “exigentes” no que diz respeito às definições de “estilo”. O que não é sem relação com as expectativas do que significa um texto literário legítimo e de quem está autorizado a produzi-lo.

Considerando o pressuposto de que o ‘homem de letras’ é aquele que detém o saber, a mulher encontrou aí um persistente empecilho para seu reconhecimento enquanto intelectual, uma vez que a ela foi negado durante muito tempo o direito à educação. As discussões datam do século XIX, alguns defendiam a educação como forma de libertação da mulher, outros acreditavam que era necessária uma educação voltada à formação moral, uma educação controlada, pois, para ser mãe e esposa virtuosa, a formação do caráter seria mais importante que os conhecimentos instrutivos. Assim, justificava-se uma formação voltada, sobretudo às prendas domésticas, ao cuidado do lar e dos filhos, uma ‘educação da agulha’ que não ameaçasse a estrutura familiar e que não deixasse vago o papel social atribuído à figura feminina: o de mãe e esposa (DUARTE e PAIVA, 2009, p. 12).

As percepções predominantes naquele período naturalizavam o corpo feminino como frágil, fonte da geração da vida, aquele que deveria ser resguardado nos recônditos do lar. Como Bourdieu (2010) já havia refletido, as categorias de entendimento com as quais as

⁸⁵ Disponível em <https://memoria.bn.br/DocReader/docreader.aspx?bib=817317&pasta=ano%20185&pesq=&pagfis=163>. Acesso em 03 jun 2022.

sociedades constroem seu entendimento sobre o mundo, são ao mesmo tempo originárias e de acordo com este mundo que procuram dar sentido, embora permaneçam despercebidas na maior parte das vezes.

Maria Firmina dos Reis escreveu regularmente durante um longo período, porém, as opiniões que recebeu, em sua maioria, eram originadas nos princípios de visão e de divisão da “sua época”. No entanto, mesmo pesando tais constrangimentos, ela detinha recursos que permitiram investimentos não disponíveis para outras mulheres com características sociais semelhantes.

Seus escritos costumavam ser vistos como simples, quando comparados com os de escritores masculinos, como em outra passagem de um jornal de São Luís, onde “convidamos aos nossos leitores a apreciarem essa obra original maranhense, **que, conquanto não seja perfeita**, revela muito talento da autora” (JORNAL DO COMÉRCIO, 4 ago.1860, grifo nosso); e continua, ao afirmar que “é pena que o acanhamento mui desculpável da novela escrita não desse todo o desenvolvimento a algumas cenas tocantes” (JORNAL DO COMÉRCIO, 4 ago.1860).⁸⁶

Outro jornal ludovicense dizia que “a poesia é dom do céu, e a ninguém dotou mais largamente a divindade **do que ao ente delicado, caprichoso e sentimental – a mulher**” (A VERDADEIRA MARMOTA, 13 maio 1861).

Embora a primeira referência a respeito do romance *Úrsula* em um jornal de São Luís tenha sido em novembro de 1857, informando que a obra seria impressa em breve, isso não ocorreu de imediato. Ainda no início de 1860, os anúncios sobre o romance ainda não informavam sobre a impressão do mesmo.

URSULA.
ROMANCE BRASILEIRO
POR

UMA MARANHENSE
UM VOLUME EM 8º PREÇO 2,000

Esta obra, digna de ser lida não só pela singeleza e elegância com o que é escripta, como por ser a estréa de uma talentosa maranhense, merece toda a proteção publica para animar a sua modesta authora afim de continuar a dar-nos provas de seu bello talento.

Assigna-se nesta typographia. (JORNAL A IMPRESA, 22 DE FEVEREIRO DE 1860).⁸⁷

⁸⁶ Disponível em <https://memoria.bn.br/DocReader/docreader.aspx?bib=030066&pesq=&pagfis=904>. Acesso em 03 jun 2022.

⁸⁷ Disponível em <https://memoria.bn.br/DocReader/docreader.aspx?bib=035156&pasta=ano%20186&pesq=&pagfis=1052>. Acesso em 04 jun 2022.

Os anúncios com venda só começaram a surgir em agosto de 1860, quando aparece um dos primeiros informando que o romance está à venda.

URSULA

ROMANCE ORIGINAL POR UMA MARANHENSE,

Um volume de 200 paginas, preço.....2\$000.

Vende-se nesta TYPOGRAPHIA este excelente ROMANCE, que deve ser lido pelos corações sencíveis e bem formados e por aquelles que souberem proteger as letras pátrias. (JONAL A IMPRENSA, 8 DE AGOSTO DE 1860).⁸⁸

<p>BANCO DO MARANHÃO. —O Banco do Maranhão faz publico que, em substituição de suas notas de 10 e 20 mil reis, deliberou emitir dos valores de 400, 200, e 500 mil reis, em papel branco, sendo as de 500rs com o fundo côr de roza. Secretaria do Banco do Maranhão em 27 de Março de 1860. O Secretario. João José Fernandes Silva.</p> <p>—O Banco do Maranhão faz publico aos possuidores de suas notas dos valores de 10e e 20e000 reis, que do 1.º de Julho em diante ficarão sujeitos ao sello que o Banco houver de pagar por ellas; por tanto de nove os convida a virem trocá-las com a maior brevidade. Secretaria do Banco do Maranhão em 31 de Março de 1860. O secretario, João José Fernandes Silva.</p> <p>SAL em pacotes a 160, e em alqueires a 1000 reis vende o</p>	<p>PARA 1860. Acha-se á venda este interessante e util livro, contendo a descrição da môr parte das localidades do interior com toda a minuciosidade, alem de um supplemento estatístico da provincia e a descrição da capital, na typographia do Progresso, rua de Sanct'Anna, n.º 49. PREÇO. Um volume de 780 paginas, encadernado..... 3,200 " " " " " em brochura..... 2,500</p> <p>URSULA. ROMANCE BRASILEIRO. POR UMA MARANHENSE. EM VOLUME EM 8.º PREÇO 2,000</p> <p>Esta obra, digna de ser lida não só pela singeleza e elegancia com que é escripta, como por ser a estrêa de uma talentosa maranhense, merece toda a protecção publica para animar a sua modesta authora á fim de continuar a dar-nos provas de seu bello talento. Assigna-se nesta typographia.</p> <p>—Odorico Chaves Vieira, com loja de Alfaiate no largo do Carmo, ainda continúa a recortar folhos de Vestidos de sedas preta e de côres. —Na rua do Sol cada n.5 compra-se um official de carapina, e paga-se bem sendo moço, sadio, e de bons costumes. —Quem precisar de um homem que entenda de Carapina, ou de outro qualquer trabalho para engenho ou fazenda dirija-se a esta typographia que se lhe dirá quem é.</p> <p>PIO PARA REDES</p>	<p>linh bons e baratos. —Manoel Antonio dos Santos Agente da Companhia Geral de Seguros denominada «Feliz Lembrança», estabelecida no Rio de Janeiro, e authorizada pelo decreto n.º 2077 de 16 de janeiro de 1858, aviza ao respeitavel publico, que toma seguros sobre riscos marítimos, terrestres, e vida, e de escravos a condições favoraveis. Esta Companhia installada em 5 ds novembro de 1858 offerece as maiores garantias de segurança pela regularidade e prudencia com que são dirigidas as suas operações, pela respeitabilidade de seus accionistas, e finalmente no capital de cinco mil contos de reis, com que foi fundada. Escriptorio da Agencia, rua do Giza, 90. —Machado & Irmão pagão em prata os vales que lhes forem apresentados assignados pela extincta firma de Cunha Sobrinho & C.º CASQUINHAS de CAMBRAIA DE NOVO GOSTO.</p>
---	---	---

Imagem 4: Jornal A Imprensa de 11 de abril de 1860.

<p>José de Souza, Dr. Antonio Rego, Comendador Gandencio Sabbas da Costa, Antonio J. Ramos Villar. Juizes de paz do 2.º districto:—Dr. Raymundo Teixeira Mendes, Luiz Pereira Lapa, Silvino Antonio de Lima, e José Gonçalves de Jesus. Juizes de paz do 3.º districto:—Antonio Augusto de Feres e Vasconcelos, Carlos Henriques da Rocha, Bernardo de Souza Rosa, José Maria da Costa. Juizes de paz do 4.º districto:—José Carlos Pereira de Castro, Antonio Bernardino Jorge Sobrinho, Adriano Duarte Godinho, e José Joaquim Pereira. Terminada a escola, que recabiu, na verdade, em cidadãos mui dignos, e de reconhecida moralidade e intelligencia, e dignos de representarem o municipio, sahiu a commissão e o povo, acompanhados pela excellente banda da musica dos Educandos Artífices a percorrer algumas das ruas da capital. O concurso foi immenso, subindo a mais de tres mil pessoas, e no entretanto reinou a melhor ordem possível, não havendo o menor sinal de acinte ou provocação aos do partido contrario. Terminada que foi a passeata, foi offertido um lauto e abundante banquete, onde fizeram-se brindes analogos ao grande dia maranhense. Iluminação do jardim.—No dia 29 houve a costumada iluminação do jardim do largo da Assembleia, feita a expensas de S. Exc. e do encarecimento do estabelecimento.</p>	<p>ração da massa fallida do negociante Antonio Ferreira Pinto Vianna, o escripto especial do commercio acabo de passar por certidão que a dita Gildaia fora remettida em 30 setembro de 1846 para Pernambuco, á consignação do negociante d'aquella praça Manoel da Silva Santos, e que alli fallecera em dezembro do mesmo anno. A politica dominante fará ainda abafar este crime? Ficaram impunes os criminosos para fazer causa com os Cabellos de Milho e outros aos dominadores do Itapoacá? S. Exc. em seu relatório parece accusar a seus antecessores por terem deixado impunes os criminosos. E, pois, occasião de desentolver toda a sua integridade e desejo de ver observada a lei e punido o crime para que se não reproduza com tanta frequencia. Planta do Maranhão.—O correspondente Z do Jornal de Commercio de hoje é injusto quando levemente censura os jornaes por não terem elogiado a planta desta cidade acuradamente feita pelo Sr. J. Veiga. No mesmo dia em que foram despachados os exemplares, traçamos de obter um, e por este jornal o noticiamos, fazendo-lhe bem calidos encontros pela sua fidelidade, e exactidão. Exoneraciones.—Foram exonerados: Ignacio Gomes de Almeida do cargo de 1.º suppleante do subdelegado de policia do districto da Topa, e José João Cordeiro do de delegado da instrucção publica da villa de Guimarães.</p>	<p>URSULA. ROMANCE ORIGINAL POR UMA MARANHENSE, um volume de 200 paginas, preço..... 2\$000. Vende-se nesta TYPOGRAPHIA este excelente ROMANCE, que deve ser lido pelos corações sencíveis e bem formados e por aquelles que souberem proteger as letras pátrias.</p> <p>APPROVAÇÃO E AUTORIZAÇÃO DA ACADEMIA IMPERIAL DE MEDICINA E JUNTA CENTRAL DE HYGIENE PUBLICA CHAPAS MEDICINAES ELECTRO-MAGNETICAS EPISPASTICAS DE RICARDO KIRK. Para serem applicadas ás partes affectadas, SEM RESGUARDO NEM INCOMMODO. AS CHAPAS MEDICINAES são muito conhecidas no Rio de Janeiro e em todas as provincias do Imperio ha mais de 28 annos, e tão afamadas, pelas boas curas que se têm obtido nas enfermidades de abito descriptas, e que se prova com innumerables attestados que existem de pessoas capazes de distincção.</p>
--	---	---

Imagem 5: Jornal A Imprensa de 01 de agosto de 1860.

A Tipografia do Progresso, pela qual o romance *Úrsula* foi impresso e que também publicava o jornal *A Imprensa*, tinha como tipógrafo responsável Ignacio José Ferreira,

⁸⁸ Disponível em

<https://memoria.bn.br/DocReader/docreader.aspx?bib=035156&pasta=ano%20186&pesq=&pagfis=1314>. Acesso em jun 2022.

Belarmino de Mattos, que se destacou no cenário local e nacional como tipógrafo. Era considerado um dos maiores impressores do Maranhão no oitocentos (HALLEWELL, 2012).

De cujas suas mãos saíram impressos que mereceram reconhecimento em nível nacional e internacional e pelo seu envolvimento na defesa da sua categoria profissional, ao criar em 1857, a Associação Tipográfica Maranhense, com o objetivo de defender os impressores que sofriam, censuras e perseguições da sociedade ‘endinheirada’ e política da época (CASTRO e SANTOS, 2020, p. 3).

O enredo de *Úrsula* tem como eixo central o romance entre o jovem Tancredo e a jovem que dá nome ao livro, Úrsula. O espaço da narrativa acontece no interior do Maranhão, com destaque para a descrição das paisagens e do culto à natureza, características do Romantismo do período.

São vastos e belos e nossos campos; porque inundados pelas torrentes do inverno semelham o oceano em bonançosa calma – branco lençol de espuma, que não ergue marulhadas ondas, nem brame irado, ameaçando insano quebrar os limites, que lhe marcou a onipotente mão do rei da criação (REIS, 2004, p. 15).

O campo, o mar, a abóboda celeste ensinam a adorar o supremo Autor da natureza, e a bendizer-lhe a mão; porque é generosa e sábia e providente (REIS, 2004, p. 17).

Era pois uma dessas tardes em que o sol no seu descambar para o ocaso recebe mil e cambiantes cores, invejadas pela palheta dos Rafaéis, e que se confundem com o sorriso da triste amante, a lua, que ressurgue pálida na orla do horizonte (REIS, 2004, p. 153).

Tancredo e Úrsula se conhecem por acaso, quando o rapaz sofre um acidente com seu cavalo, é recolhido pelo escravo Túlio e levado, por este, para a casa de Luísa B..., mãe de Úrsula. A partir de então a jovem irá tratar dos ferimentos do rapaz e, ao acordar, eles se apaixonarão. Luisa B., mãe de Úrsula, é uma mulher enferma, que vive em seu leito, sendo cuidada pela filha.

Tancredo, decide revelar a Úrsula sobre seu passado. Ele havia amado uma prima, Adelaide, que traiu o amor sincero do jovem, tendo se casado com o pai dele após o falecimento da mãe do mesmo.

Contudo, como antagonista, no meio da trama surgirá o Comendador Fernando P..., tio de Úrsula, irmão de Luísa B..., que se apaixonará de forma violenta e autoritária pela sobrinha. Essa característica de sugestão de incesto, já estava presente na trama, em relação ao amor que Fernando nutria pela irmã, a tal ponto que, não aceitando a relação dela com o pai de Úrsula, ela foi obrigada a fugir de casa para viver com o pai da jovem, tendo sido o comendador o mandante do assassinato do marido de Luísa em razão de um ciúme excessivo.

Tancredo viaja para resolver assuntos pendentes. É nesse intervalo que Fernando conhece a sobrinha e Luísa B morre. Ao retornar, os jovens se casam às pressas em um

convento. Movido pelo ódio e pelo ciúme, Fernando mata Tancredo após a cerimônia de casamento. Úrsula enlouquece e morre pouco tempo depois. Arrependido, Fernando P... entra para a vida em um monastério.

O romance possui 20 capítulos, um Prólogo e um Epílogo. Os capítulos foram nomeados seguindo um padrão no qual a cena principal do capítulo parece ser o motivo da escolha do seu nome. Assim, por exemplo, no capítulo VI, intitulado *A Despedida*, é narrada a morte da mãe de Tancredo e a despedida do filho enquanto a mesma faz sua partida.

O narrador onisciente tem acesso a todas as personagens e acontecimentos, em diferentes espaços e tempos. O narrador também interage com o leitor, seja expressando opiniões e sentimentos, seja se dirigindo diretamente ao leitor, como nos fragmentos “não sei que sentimento a trouxe do coração aos olhos; mas fosse qual fosse, o que é verdade é que a lágrima, semelhando uma pérola escapada a precioso colar, rolou-lhe pelas faces e foi cair sobre a mão do enfermo” (REIS, 2004, p. 36); ou ainda, em “era o cavaleiro convalescente o homem que assim falava, como o leitor perspicaz tê-lo-á já adivinhado” (REIS, 2004, p. 48).

A partir do processo de encaixe, as narrativas acontecem, em uma sequência de prioridades dentro do texto. As personagens narram suas histórias, sentimentos, lembranças, enquanto o narrador encaixa sequencialmente essas narrativas, descreve os espaços, sentimentos e dialoga com o leitor. Essa técnica utilizada pela autora contribui para levar o leitor a uma reflexão sobre os eventos narrados na trama.

O enredo se desenrola em dois espaços: o psicológico e o físico. O espaço psicológico é onde ocorre a maior parte da narrativa, uma vez que a mesma é contada a partir do ponto de vista das personagens, que rememoram suas histórias passadas. Tancredo rememora sua história com Adelaide. Luisa B... as dificuldades que enfrentou quando se apaixonou pelo pai de Úrsula e teve que enfrentar a fúria do irmão, Fernando P... Mãe Susana, que recorda o momento de seu cativeiro em África e a vinda para o Brasil em um navio negreiro.

Já o espaço físico está representado, principalmente, nas cenas descritas na natureza. Além disso, há a casa de Luísa B., mãe de Úrsula, algumas referências à casa de Tancredo e à do comendador Fernando P. Aparecem também um convento e um cemitério. “Os outros espaços físicos são mencionados através das memórias das personagens” (MENDES, 2006, p. 90), como no caso da negra Susana, quando recorda sua vida na África antes de tornar-se escrava e mesmo a travessia pelo Atlântico em um navio negreiro.

Os protagonistas da trama são o casal romântico, os jovens Tancredo e Úrsula. O antagonista é o tio de Úrsula, Fernando P, que além de desejar separar o casal é dono de escravos e os castiga de forma impiedosa.

As demais personagens são secundárias, geralmente os escravos da narrativa, mas algumas possuem papel de destaque, como o escravo Túlio, que une o jovem casal, e Mãe Susana, que tem um capítulo dedicado somente a ela. É Mãe Susana que rememora os tempos de liberdade em África, a separação de sua família, o cativo, a viagem para o Brasil, cativa, em um navio negreiro e a vida como escravizada.

Meteram-me a mim e a mais trezentos companheiros de infortúnio e de cativo no estreito e infecto porão de um navio. Trinta dias de cruéis tormentos, e de falta absoluta de tudo quanto é mais necessário à vida passamos nessa sepultura até que abordamos as praias brasileiras. Para caber a mercadoria humana no porão fomos amarrados em pé e para que não houvesse receio de revolta, acorrentados como animais ferozes das nossas matas, que se levam para recreio dos potentados da Europa. Davam-nos água imunda, podre e dada com mesquinhez, a comida má e ainda mais porca: vimos morrer ao nosso lado muitos companheiros à falta de ar, de alimento e de água. É horrível lembrar que criaturas humanas tratem a seus semelhantes assim e que não lhes doa a consciência de leva-los à sepultura asfixiados e famintos! (REIS, 2004, p. 117).

Através da personagem Preta Susana, a autora faz críticas a instituição escravista, humanizando o escravo e desumanizando os senhores de escravo. “Senhor Deus! quando colocará no peito o homem a tua sublima máxima – **ama a teu próximo como a ti mesmo** -, e deixará de oprimir com tão repreensível injustiça ao seu semelhante!... aquele que também era livre no seu país... aquele que é seu irmão?!” (REIS, 2004, p.23, grifo nosso).

O romance *Úrsula* possui ainda características do Ultrarromantismo da época, do Gótico ou Mal do Século.

O decênio de 1850 viu também o que se costuma chamar, à maneira dos portugueses, Ultrarromantismo, tendência que vinha dos anos de 1840 e se expandiu nesse, numa espécie de literatura da mocidade, feita por jovens que, antes das atenuações inevitáveis trazidas pela “vida prática”, deram largas ao que alguns críticos cautelosos do tempo chamavam “os exageros da escola romântica”. Do ponto de vista formal, [...] quanto aos temas, manifesta-se pouco interesse pelo patriotismo ornamental e pelo indianismo, permanecendo vivo o sentimento da natureza e surgindo a atração pela morte (CANDIDO, 2004, p. 251).

Algumas das características Ultrarromânticas presentes *Úrsula* são, principalmente, dúvida, sofrimento, pessimismo, escapismo, morte como fuga da realidade, como solução única para os sofrimentos, idealização do amor e da mulher.

Silencioso e ermo estava então o cemitério de Santa Cruz, e só o vento, que sibilava entre o arvoredo ao longe, e que mais brando gemia tristemente nessa cidade da morte, e que quebrava a solidão monótona e impotente desse lugar do esquecimento eterno! (REIS, 2004, p. 154).

Outra cena com características Ultrarromânticas⁸⁹, é a da entrada de Úrsula no convento para o casamento com Tancredo, remetendo ao gótico medieval:

[Úrsula] vinha acompanhada das jovens religiosas, que já a amavam: no meio dessas virgens consagradas ao Senhor era como um rosa entre açucenas. Trajava simples vestido de seda preta e mimosas pérolas ornavam-lhe o colo de neve, brandamente agitado pelo voluptuoso arfar do peito. A fronte altiva, e jaspeada engrinaldava-se um apela de odoríferas flores de laranja, e o véu de castidade flutuava-lhe sobre os ombros nus e bem contornados e encobria-lhe os negros e aveludados cabelos (REIS, 2004, p. 199-200).

Entre os anos de 1857 e 1858, início do período de publicação do romance, não há entradas no *álbum* de Maria Firmina dos Reis. Contudo, há algumas anotações em 1860, ano da impressão do romance, que chamam a atenção por seu caráter doloroso. “Hoje tenho o coração oprimido... é incompreensível o que sinto! Tenho amarga melancolia. Guimarães, 24 de setembro de 1860” (REIS, apud MORAIS FILHO, 1975, s.p.).

Permiti, Senhor meu Deus, que o dia de amanhã me seja mais cheio de esperanças e de felicidades; porque eu vos louvarei como os anjos. Guimarães, 25 de setembro de 1860 (REIS, apud MORAIS FILHO, 1975, s.p.).

Há no fundo da minha alma o que quer que seja, que derramando-se por todo o meu corpo, entorpece-me os membros e curva-me a fronte para o sepulcro. Sepulcro... Sepulcro, se para mim não tem jamais um dia de esperança, e de amor, um dia de sensações mais poéticas, e menos amargas, quando o teu silêncio me arrebatou!!! Eu não amo a vida; porque ela é a vida de gozos, e de felicidades: amo-te oh! Sepulcro; porque em ti se ... esquecimento e repouso. Guimarães, 26 de dezembro de 1... (REIS, apud MORAIS FILHO, 1975, s.p.).

O descanso de uma vida consumida, encontra-se na sepultura. O esquecimento das dores humanas, só ela oferece. Eu quero um dia de repouso, um dia esquecimento. Campa!... Campa, eu te saúdo. Guimarães, 26 de fevereiro de 1861 (REIS, apud MORAIS FILHO, 1975, s.p.).

Em outras passagens em seu *álbum* Firmina descreve sentimentos de morte, pensamentos de suicídio. O Ultrarromantismo de seus textos, encontrado em *Úrsula*, pode ser considerado uma característica pessoal da escritora. Várias das personagens morrem. A morte é uma fuga das vicissitudes da vida. Luísa B..., enfim, encontra a paz na morte. A própria mãe de Tancredo, personagem sem nome, tem seu descanso na morte, depois de ter sofrido uma vida de dificuldades na relação autoritária com o marido. Tancredo e Úrsula, que não vivem seu amor, podem enfim encontrar-se na morte. Todas as dores são dissipadas na campinha, no sepulcro.

⁸⁹ Uma análise mais detalhada das características do Romantismo e do Ultrarromantismo presentes no romance *Úrsula* foi feita em MENDES, Melissa Rosa Teixeira. Uma análise das representações sobre as mulheres no Maranhão da primeira metade do século XIX a partir do romance *Úrsula*, de Maria Firmina dos Reis, Dissertação de Mestrado (Mestrado em História Social). Universidade Federal do Maranhão, São Luís, 2013.

Por outro lado, na segunda metade do século XIX, as discussões a respeito do fim da escravidão já haviam se iniciado no Brasil. No item anterior, viu-se que desde 1850 o tráfico negreiro fora abolido e, vivenciava-se um forte tráfico interprovincial no momento em que o romance é escrito e impresso.

Maria Firmina dos Reis foi neta e filha de ex-escravas. Sua avó materna chegou ao Brasil fazendo a travessia pelo Atlântico através de um navio negreiro. É possível que tenha escutado histórias do cativo. Era uma filha bastarda. Viveu, a infância e a juventude, em São Luís, em uma casa com a maioria de mulheres, com a avó, a mãe, a irmã Amália, a tia Henriqueta e a prima Balduína. O tio Martiniano mudou-se para Guimarães em 1840, até esse momento era o único homem na casa.

A sociedade em que vivia foi marcada pelo trabalho escravo. Os negros e negras escravizados estavam presentes no dia a dia das rotinas de São Luís e de Guimarães, exercendo diversas funções, principalmente nas lavouras, onde tinham o trabalho mais árduo e recebiam os mais duros castigos.

Como indivíduo de seu tempo histórico e social, Firmina leu, compreendeu e interpretou ao seu modo a sociedade na qual estava inserida, a partir dos valores que lhe foram dados desde cedo, como a forte religiosidade, uma marca presente em seu romance *Úrsula* e nas anotações íntimas de seu diário. O abolicionismo, que ficava cada vez mais forte na segunda metade do século XIX, veio ao encontro das crenças da escritora e da mulher Maria Firmina, professora, filha e neta de ex-escravas. “A história é sempre história de uma sociedade, mas, sem a menor dúvida, de uma sociedade de indivíduos” (ELIAS, 1994, p. 45), pois são os indivíduos que fazem essa história, a partir do modo como interpretam e interagem com o social, consigo mesmos e com os demais. Sociedade e indivíduo. Indivíduo inserido em uma sociedade que ao mesmo tempo que o molda e o remolda, é moldada e remoldada por ele.

Após a impressão do romance, Maria Firmina faz diversas publicações nos jornais de São Luís. Em 12 março de 1861, publica versos *Oferecidos à Exma. Sra. D. Thereza Francisca Ferreira de Jesus. Tribulo de simpatia e de admiração*, no jornal *Publicador Maranhense*.

Entre maio e dezembro de 1861 publica vários poemas no jornal literário *A Verdadeira Marmota: Minha vida* (13/05/1861); *Por ver-te* (20/05/1861); *A uns olhos* (27/05/1861); *Uma hora na vida* (19/08/1861); *Não me ames mais* (26/08/1861); *Saudades* (3/09/1861); *A Constância* (9/09/1861); *Dedicação* (20/09/1861); *Ao amanhecer e Pôr do sol*

(20/09/1861); *A vida* (30/09/181); *Não me acrediteis* (13/10/1891); além de diversas charadas entre maio e dezembro do mesmo ano.⁹⁰

Ainda em 1861, colabora com dois poemas, *Por ver-te* e *Minha vida*, na antologia poética *Parnaso Maranhense*: coleção de poesias, organizada pelos escritores Gentil Homem de Almeida Braga, Antonio Marques Rodrigues, Raymundo de Brito Gomes de Sousa, Luis Antonio Vieira d/a Silva, Joaquim Serra e Joaquim da Costa Bernardes, e impressa pela Tipografia Progresso. Segundo seus organizadores, “sendo de há muito sentida a necessidade de colleccionar-se em um volume as poesias escriptas por filhos d’esta Provincia, resolveram entre si alguns amigos, em meados do anno próximo findo, levar a efeito tão bella quanto útil ideia” (COMISSÃO, 1861, s.p.).

Uma análise a respeito dos poemas de Maria Firmina para o *Parnaso Maranhense* é feita em *A Imprensa* no dia 19 de outubro de 1861:

Os versos de M. Firmina dos Reis indicão uma imaginação cheia de vivacidade da parte da autora; muita leitura e gosto, **e o doce perfume dos sentimentos sahidos do coração** sem ensaio nem affectação.

De ha muito que todos conhecem os talentos e a habilidade da autora de Ursula, assim não causou estranhesa as poesias que mandou para o Parnaso (JORNAL A IMPRENSA, 19 DE OUTUBRO DE 1861, grifo nosso).

Embora nessa nota do jornal não haja, como nas anteriores referências aos poucos estudos ou a falta de estilo da autora, ainda se percebe a questão do feminino, quando afirma que seus versos possuem um “doce perfume dos sentimentos”. A mulher, nesse período, é compreendida como aquela que detém o sentimentalismo, a emoção, em oposição ao homem, que está ligado à razão.

Em 13 de outubro de 1861, inicia-se a publicação do conto indianista em formato de folhetim, *Gupeva* no jornal *O Jardim das Maranhenses*. Na edição anterior, de 30 de setembro, o jornal já anunciava a publicação do conto para a próxima edição.

Existe em nosso poder, com destino á ser publicado no nosso jornal um bellissimo e interessante ROMANCE, primoroso trabalho da nossa distincta comprovinciana, a Exma. Sra. D. Maria Firmina dos Reis, professora publica da Villa de Guimarães; cuja publicidade, tencionamos dar principio no n. 25 em diante.

Garantimos ao publico a belleza da obra; e pedimo-lhe a sua benevola atenção. A penna da Exma. Sra. D. Maria Firmina dos Reis já é nós conhecida; e convem muito

⁹⁰ Disponíveis em MORAIS FILHO, José Nascimento de. **Maria Firmina**: fragmentos de uma vida. São Luís: COCSN, 1975.

animal-a, á não desistir da empresa encetada (O JARDIM DAS MARANHENSES, 30 DE SETEMBRO DE 1861).⁹¹

A trama de *Gupeva* se desenrola na província da Bahia, “Baía de Todos os Santos, a cuja frente eleva-se hoje a bela cidade de S. Salvador” (REIS, 1865 apud MORAIS FILHO, 1975, s/p). Gastão, marinheiro francês, se apaixona pela tupinambá Épica, filha do cacique Gupeva, homônimo do romance. Ao marcar um encontro escondido, certa noite, com Épica, Gastão é surpreendido pela presença de Gupeva, que decide contar a verdade sobre a filha para o rapaz.

Paraguaçu, ao viajar para receber o batismo na França, levava consigo sua melhor amiga, a índia Épica. Épica, ao viajar para França fazendo companhia para Paraguaçu conheceu o Conde de..., se apaixonara e engravidara dele, mas ele se casa com uma mulher europeia da sociedade. Épica, de volta à Bahia, estava prometida em casamento a Gupeva. Eles se casam e na noite do casamento ela revela a verdade para Gupeva. A filha nasce e Gupeva a chama de Épica. Pouco tempo depois, Épica mãe morre.

Gupeva, ao revelar a história, conta quem é o verdadeiro pai de Épica. Ao saber, Gastão descobre que o pai de Épica, sua mulher amada, o Conde de... é seu próprio pai. Gupeva deseja vingar Paraguaçu, matando o homem que a engravidou e a deixou. Gastão revela ser filho desse homem e que, por ser irmão de Épica e não poder amá-la, prefere a morte. Gupeva mata Gastão. Pouco depois Épica chega ao local, encontrando o jovem amado desfalecendo e suas últimas palavras são “somos irmãos”.

Na manhã seguinte, ao procurar por Gastão, os demais marinheiros encontram o rapaz e Épica mortos e o cacique próximo a eles. Os marinheiros sepultam o casal e, pouco depois, encontram Gupeva morto.

O indianismo já dava prenúncios, no Brasil, entre os anos de 1820 e 1830, entretanto, é partir de 1846, com Gonçalves Dias e a publicação dos *Primeiros Cantos* que o movimento indianista se consolida, mantendo seu vigor até por volta de 1865, ano da publicação do romance *Iracema* de José de Alencar. A partir da década de 1870, começa a declinar.

O romance indianista possui algumas características que o diferenciam do romance romântico (novela), a exemplo de *Úrsula*. No indianismo, a personagem indígena, geralmente, é construída de forma heroica, incorporando em si a salvação da nação, tendo sua imagem próxima a de um cavaleiro da Idade Média. Em *Gupeva*, vemos que o cacique,

⁹¹ Disponível em <http://memoria.bn.br/docreader/DocReader.aspx?bib=761265&pagfis=17>. Acesso em 03 jun 2022.

mesmo após Épica mãe confessar, na noite do casamento, que carregava o filho de um outro homem no ventre, ele decide proteger a menina, pois, segundo Gupeva, “restava-me o dever de velar por essa menina, que tem em suas veias o sangue francês, velar pela filha do conde de..., velar finalmente por Épica, essa jovem donzela” (REIS, 2018, p. 158).

A natureza não é somente o espaço físico onde ocorre a narrativa, ou seja, não atua somente plano de fundo. No romance indianista, a natureza ganha força e vitalidade. Essa vitalidade da natureza pátria, está presente no conto *Gupeva*.

Uma tarde de agosto nas nossas terras do norte tem um encanto particular: quem ainda as não gozou, não conhece na vida o que há de mais belo, mais poético, não conhece a hora do dia que o Criador nos deu para esquecermos todas as ambições da vida, para folhearmos o livro do nosso passado, buscarmos nela a melhor página, a única dourada que nela existe, e aí nos deleitarmos na recordação saudável da hora feliz da nossa existência: aquele que ainda a não gozou é como se seus olhos vivessem cerrados à luz; é como se seu coração empedernido nunca houvera sentido uma doce emoção, é como se à voz da sua alma nunca uma voz amiga houvera respondido (REIS, 2018, p. 141).

Outra característica do romance indianista é o choque cultural entre colonizadores e indígenas, tal como a apresentação de suas diferenças, como costumes, linguagens, hábitos, entre outros.

Épica (mãe), a jovem índia, trajava ricos vestidos à europeia. Apertava-lhe a cintura delgada, e flexível, como a palmeira do deserto, um cinto negro de veludo, e as amplas dobras do seu vestido branco envolviam-lhe o corpo mimoso, delgado, como a haste da açucena à beira-rio. As tranças negras do azeviche, que lhe molduravam as faces aveludadas, eram aqui e ali entremeadas de flores artificiais. Era todo artifício aquele trajar até então desconhecido do moço índio; ele sentiu repugnância em ver aquela, que era tão simples no meio da solidão, ornar-se agora de trajes, que faziam desmerecer sua beleza, e seus encantos... (REIS, 2018, p. 153-154).

No romance indianista, a mulher é apresentada como um ser angelical. Épica filha, por exemplo, é descrita como “uma visão angélica, uma mulher vaporosa, apareceu no cume do outeiro, como um anjo mandado pelo Senhor para receber a alma do mancebo cristão, que ia partir” (REIS, 2018, p. 159).

O conto será publicado no jornal *O Jardim das Maranhenses* entre os meses de outubro de 1861 a janeiro de 1862. Depois será novamente publicado em 1863 no jornal *Porto Livre* e em 1865 no jornal literário *Eco da Juventude*. Essas novas publicações posteriores, podem revelar que houve um interesse, por parte do público leitor, pela trama do conto indianista *Gupeva*.

Ainda no ano de 1861, o nome de Maria Firmina dos Reis é citado como uma das autoras presentes no verbete do *Parnaso Maranhense* no Tomo VI do *Dicionário Bibliográfico Português* de Innocencio Francisco da Silva.

Em 13 de maio de 1861, uma resenha sobre o romance *Úrsula* é publicada no Jornal *A Verdadeira Marmota*.

A AUTHORA DE URSULA

Raro é ver o bello sexo entregar-se a trabalhos de espírito, e deixando os prazeres fáceis do salão propor-se aos afans das lides literárias.

Quando, porem, esse ente, que forma o encanto da nossa peregrinação na vida, se dedica às contemplanções do espirito, surge uma Roland, uma Stael, uma Stan, uma Il. Stowe, que vale cada uma d'ellas mais do que bons escriptores: porque reúne á graça do estylo, vivas e animadas imagens, deliciosos quadros, e esse sentimento delicado que só o sexo amável sabe exprimir.

[...]

O aparecimento do romance *Ursula* na literatura patria foi um acontecimento festejado por todo o jornalismo, e pelos nossos homens de letras, não como por indulgencia, mas como homenagens rendida a uma obra de merito.

[...]

Sua authora, D. Maria Firmina dos Reis, professora de portuguez na villa de Guimarães, revelou um grande talento litterario, porquanto com poucos e acanhadíssimos estudos, ainda menos leitura do que há de bom e grandioso na literatura franceza e inglesa, oque fez, deve-o a si, a seu fértil e prodigioso engenho, e a mais ninguem.

[...]

Percebe-se nesta resenha o reforço a alguns pontos que já foram destacados ao longo desta pesquisa: 1. A visão de que a mulher não praticava o hábito da escrita, tendo uma preferência por *frivolidades*, como os salões, presente no primeiro parágrafo. 2. A idealização da figura feminina, presente no segundo parágrafo. 3. A naturalização de que o trabalho intelectual da mulher é inferior ao do homem, quando afirma que é festejado “não como por indulgencia”, como costuma o ser. E 4. A ratificação de que Maria Firmina dos Reis foi uma mulher com poucos estudos, indicada no último parágrafo.

Na edição de 13 de janeiro de 1862, o jornal *O Jardim das Maranhenses* publica uma nota de agradecimento à colaboração de Maria Firmina ao periódico:

Concluindo este pequeno artigo, não podemos deixar de agradecer a todas as pessoas que, com suas bellas producções literárias honrarão as paginas do nosso acanhado jornal; muito especialmente a Exma. Sra. D. Maria Firmina dos Reis (JORNAL O JARDIM DAS MARANHENSES, 13 DE JANEIRO DE 1862).⁹²

Em março de 1862, João Clímaco Lobato⁹³ lança seu romance *A virgem da tapera*, dedicando-o a Maria Firmina os Reis no jornal *O Publicador Maranhense*.

⁹² Disponível em <http://memoria.bn.br/docreader/DocReader.aspx?bib=761265&pagfis=33>. Acesso em 03 jun 2022.

⁹³ Advogado, juiz municipal, procurador fiscal, jornalista, professor romancista e teatrólogo, Autor dos romances: *O diabo* (1856), o primeiro publicado em São Luís; *A cigarra brasileira*; *A virgem da tapera*; *O rancho de pai Tomé*; *O cego de Pojuçã*; *O belo sexo do Recife*; *Mistérios da Vila de São Bento*, além de peças para o teatro.

Romance. – Acaba de sahir dos prelos do Sr. Ramos de Almeida o romance original – *A Virgem da Tapera* – composição de Dr. João Climaco Lobato, offerecido á Exm^a Sr^a D. Maria Firmina dos Reis.

Felicitemos o author por esta nova produção, cuja leitura recomendamos ao publico (JORNAL O PUBLICADOR MARANHENSE, 01 DE MARÇO DE 1862).⁹⁴

Entre os anos de 1863 a 1867, Maria Firmina permanece publicando com certa regularidade nos jornais de São Luís, *Porto Livre*, *Eco da Juventude* e *Semanário Maranhense* especialmente.

Já no ano de 1868, colabora no *Almanaque de Lembranças Brasileiras* de César Augusto Marques, com dois poemas, o primeiro sem título (páginas 31-32) o segundo intitulado *A Ventura* (páginas 192-193) e com duas charadas (páginas 55-56 / 126-127).⁹⁵

No dia 02 de janeiro de 1871 é publicado o primeiro anúncio do livro de poesias *Cantos à beira-mar* no jornal *O Publicador Maranhense*.

CANTO A' BERIRA-MAR – É este o formoso título debaixo do qual vão ser impressas as poesias da talentosa maranhense, D. Maria Firmina dos Reis, digna professora publica do ensino primário da freguesia de Guimarães. São bem conhecidos muitos dos seus mimosos versos; e por eles, sem duvida, o publico acolhera muito agradavelmente a collecção que se lhe promete. Si são dignos de animação os fructos da intelligencia e da pplicação, quando é um homem que com elles vem enriquecer as letras patrias, mas o é sem duvida, si partem do talento de uma senhora. Nem só mais raros são os triumphos que n'este genero conquista em nosso paiz o bello seco, como tambem importão elles mais vigor de talento sentimento, e maior esforço para vencer os obstáculos que ainda difficultão entre nós ao sexo feminin uma instrução mais solida e desenvolvida (JORNAL O PUBLICADOR MARANHENSE, 02 DE JANEIRO DE 1871).⁹⁶

Em 04 de novembro de 1871, há uma nova menção ao livro de poesias *Cantos à beira-mar*, agora em um jornal fora do Maranhão, em *O Espírito Santense* (ES). Até o momento é a única menção a uma publicação de Maria Firmina dos Reis em um jornal fora do Maranhão.

Publicação. – Lê-se na *Esperança* do Maranhão:

Com o título de *Cantos á beira mar*, vai publicar um volume de poesias a exm^a sra d. Mari Firmina dos Reis, inteligente professora publica da villa de Guimarães, nesta província.

Esta distincta poetiza é já muito conhecida pelos seus trabalhos litterarios, que têm corrido impressos, nos nossos jornaes e no *Parnazo maranhense*; é tambem authora do romance original *Ursula*.

D. Maria Firmina emprega as poucas horas, que sobram do seu elevado e afanoso mister, na grandiosa missão do cultivo das muzas.

⁹⁴ Disponível em

<http://memoria.bn.br/DocReader/docreader.aspx?bib=720089&pasta=ano%20186&pesq=Mar%C3%A7o%201862&pagfis=12889>. Acesso em 03 jun 2022.

⁹⁵ Disponível em <http://bndigital.bn.br/acervo-digital/almanak-historico-lembrancas-brasileiras/706680>. Acesso em 04 jun 2022

⁹⁶ Disponível em <http://memoria.bn.br/docreader/DocReader.aspx?bib=720089&pagfis=21341>. Acesso em 04 jun 2022

Nós a cumprimentamos. (JORNAL O ESPÍRITO SANTENSE, 04 DE NOVEMBRO DE 1871).⁹⁷

Maria Firmina dedica o livro de poesias *Cantos à beira-mar* a sua mãe, Leonor, que falecera em 1866:

Dedicatória

À memória de minha veneranda mãe.

Minha Mãe! – as minhas poesias são tuas.

É uma lágrima que verto sobre tuas cinzas! Acolhe-as, abençoa-as para que elas te possam merecer.

Debruçada sobre o teu peito, embalde, oh! minha mãe, – no extremo da dor, e da aflição procurei inocular o calor do meu sangue nas veias onde o teu gelava-se ao hálito da morte!... verti lágrimas de pungente saudade, de amargura infinda sobre a tua humilde sepultura, como havia derramado sobre o teu corpo inanimado (REIS, 2018, p. 179).

Ao analisar o conjunto de publicações de Maria Firmina dos Reis, percebe-se uma “relação de apoio” entre os textos, uma vez que a maior parte deles possui um discurso contrário à escravidão (*Úrsula, A escrava, O hino de libertação dos escravos*). E mesmo o conto *Gupeva* interliga-se aos demais discursos, ao tecer críticas em relação ao processo de colonização e tratar da temática do incesto, como em *Úrsula*. Embora o *Álbum*, diário íntimo de Maria Firmina dos Reis, tenha vindo a lume somente com a publicação da biografia lançada por Nascimento de Moraes Filho em 1975, e, ao que parece, não tivesse, quando foi escrito por Firmina durante a segunda metade do século XIX, um caráter de vir a ser conhecido pelo público leitor, pode-se notar as semelhanças da escrita entre ele e os poemas de seu livro *Cantos à beira-mar*, em que as poesias são dedicadas a pessoas próximas e personalidades maranhenses da época.

Nesses textos também é possível perceber esse “sistema de indicações que remetem – explicitamente ou não – a outros livros, ou a outros textos, ou a outras frases” do qual fala Foucault, uma vez que Firmina cita diversos autores, frases e mesmo versos de outros escritores com quem parece ter tido contato.⁹⁸

Maria Firmina escreveu 56 poemas para o livro, muitos dedicados a familiares e amigos. Como o poema *Minha terra*, dedicado a Sotero dos Reis, *A lua brasileira*, dedicado a Adriano Manoel Soares, um poema intitulado *À minha carinhosa amiga a Exma. Sra. D. Ignez Estelina Cordeiro*, o poema *O meu desejo*, a um jovem poeta de Guimarães, *Tributo de*

⁹⁷ Disponível em

<http://memoria.bn.br/DocReader/DocReader.aspx?bib=217611&Pesq=cantos%20c3%a1%20beira%20mar&pagfis=270>. Acesso em 04 de jun de 2022.

⁹⁸ Como Bernardin de Saint-Pierre, Gonçalves Dias, Almeida-Garret, Casimiro de Abreu, Byron, Alexandre Herculano.

amizade a José Mariano da Costa, *Por ocasião da passagem de Humaitá*, oferecido a João Clímaco Lobato, *Poesia*, “década aos bravos da Campanha do Paraguai, especialmente ao invicto tenente-coronel Francisco Manoel da Cunha Junior” (REIS, 2018, p. 226), *Poesias* “recitadas no dia dez de agosto de 1870 por ocasião do desembarque do tenente-coronel Cunha Júnior e alguns outros bravos de volta da Campanha do Paraguai” (REIS, 2018, p. 230), *Te-Deum* oferecida a Gentil Homem de Almeida Braga, *A mendiga* para Henrique Leal, *O lazarento* ao tio Martiniano José dos Reis, *Hosana*, a Gama Lobo, *Canto* “ao feliz aniversário do nosso prezado amigo – o jovem poeta – o Sr. Raimundo Marcos Cordeiro” (REIS, 2018, p. 267), *Cismar*, à prima Balduína, um outro poema com o título *À minha extremosa amiga D. Anna Francisca Cordeiro*, *Meditação*, à irmã Amália Augusta, *A vida é sonho*, novamente a Raimundo Marcos Cordeiro, *Nênia* à memória de Gonçalves Dias,

Raimundo Marcos Cordeiro é um nome repetido nos escritos de Maria Firmina dos Reis, para o qual ela dedicou três poesias do livro *Cantos à beira-mar*. Em 1880, exercia o cargo de “tabelião publico e escrivão das execuções cíveis e crimes do termo de Guimarães” (JORNAL DIÁRIO DO MARANHÃO, 14 DE DEZEMBRO DE 1880).⁹⁹ A escritora dedicou uma entrada em seu diário, intitulada *Ao senhor Raimundo Marcos Cordeiro*, onde revela sentimentos profundos pelo amigo e também poeta.

Dou-vos aqui, Senhor, o lugar que mereceis. Aqui neste livro íntimo, onde só tenho estampados os nomes sacros que mais hei amado no mundo: a quem tenho confiado os mais ardentes e os mais profundos sentimentos de minha alma – as mais doces e as mais dolorosas – aqui estais vós.

[...]

Que me resta pois? Um coração vazio de amor – uma alma transbordando de afetos ingênuos, puros como os beijos de uma criança – e esses afetos puros assim, e sinceros como a minha alma eu vo-la ofereço, que os mereceis. Guimarães 31 de janeiro de 1869. (REIS, apud MORAIS FILHOS, 1975, s.p.).

Raimundo Correa casou-se em 1873 e, nesta ocasião, Maria Firmina dedicou outra página de seu álbum ao amigo:

De joelhos, meu Deus, eu vo-la agradeço... Só vós sabeis o que eu senti... Só vós... Poderei eu explicar o que é a – simpatia?

[...]

E a simpatia que de há muito votei a Raimundo M. C. que me deu forças para segui-lo de perto em todas as fases de sua vida; que me levou ao dulcíssimo prazer que ontem experimentei, e que há de deixar sempre em meu coração.

⁹⁹ Disponível em

<http://memoria.bn.br/DocReader/docreader.aspx?bib=720011&pasta=ano%20188&pesq=&pagfis=11539>. Acesso em 05 jun 2022.

Eu vi-o unir-se ontem, pelos sacrossantos laços do matrimônio, a uma virgem cândida, e pura como um anjo de Deus. Guimarães 27 de junho de 1873. (REIS, apud MORAIS FILHO, 1975, s.p.).

O amigo falece em agosto de 1881 e, para esta ocasião, Maria Firmina escreve o poema *Nênia: a sentida morte de Raymundo Marcos Cordeiro*, publicado no jornal *O País*, em 07 de setembro do mesmo ano.

Em *Cantos à beira-mar* há cinco poemas dedicados aos soldados que lutaram na Guerra do Paraguai. O livro foi publicado um ano após o término da guerra. O primeiro intitulado *Por ocasião da tomada de Villeta e ocupação de Assunção, Poesia* “dedicada aos bravos da Campanha do Paraguai, especialmente ao invicto tenente-coronel Francisco Manoel da Cunha Junior”, *À recepção dos voluntários de Guimarães, Poesias*, “recitadas no dia dez de agosto de 1870 por ocasião do desembarque do tenente-coronel Cunha Júnior e alguns outros bravos de volta da Campanha do Paraguai”, *Poesia*, “oferecida ao tenente-coronel Cunha Junior pela própria poetisa, no dia em que regressou a seu lar de volta da Campanha do Paraguai”. “O seu colega da rede de ensino provincial, na vizinha Vila de Cururupu, Francisco Manoel da Cunha Junior, pediu licença do magistério para integrar um dos batalhões do corpo dos Voluntários da Pátria” (GOMES, 2022, p. 186).

Em agosto de 1872 publica a primeira parte do texto chamado *Um artigo das minhas impressões de viagem*” no jornal *O Domingo: semanário crítico e literário*, que terá ainda mais duas outras partes, lançadas em setembro do mesmo ano. No texto, Firmina tece recordações de suas viagens de vapor entre Guimarães e São Luís, destacando o recife de Itaculumin: “Itaculumin! As crenças populares, melhor que o nauta, que desvia cauteloso a prôa de seu navio de sobre teus perigosos escolhos, as crenças populares eternizaram o teu seio ondoso, e palpitante” (JORNAL O DOMINGO, 01 DE SETEMBRO DE 1872).¹⁰⁰

Destaca-se ainda que, como professora de primeiras letras, Maria Firmina tirou muitas licenças. A primeira, em 1853.

Havendo a Professora de primeiras letras da Villa de Guimarães, D. Maria Firmina dos Reis, começado no dia 18 do corrente a gosar da licença, que lhe concedi por portaria do dia 4; assim o faço constar a V. Me para seu conhecimento (JORNAL O PUBLICADOR MARANHENSE, 10 DE DEZEMBRO DE 1853).¹⁰¹

¹⁰⁰ Disponível em <http://memoria.bn.br/docreader/DocReader.aspx?bib=718670&pagfis=8>. Acesso em 04 jun 2022.

¹⁰¹ Disponível em <http://memoria.bn.br/docreader/DocReader.aspx?bib=720089&pagfis=5432>. Acesso em 05 jun 2022.

A essa seguiram ainda uma outra de dois meses, para tratamento de saúde, em 2 de setembro de 1859¹⁰², em 1863, mais um mês de licença¹⁰³, outra em 1866¹⁰⁴, além de pedido de uma licença de um ano, feito em 1870¹⁰⁵, que foi prorrogada por mais três meses em 1871¹⁰⁶, há novo pedido de licença com vencimentos, por período de um ano em 1879¹⁰⁷, que é concedida no mesmo ano¹⁰⁸, já em 1880 Firmina faz novo pedido de licença de um ano com vencimentos¹⁰⁹, que é indeferido¹¹⁰. Por fim, em 1881, “D. Maria Firmina dos Reis, no requerimento despachado em 9 de maio ultimo. – Passa-se portaria jubilando a suplicante na forma da lei e nos termos da informação do thesouro publico provincial” (JORNAL O PUBLICADOR MARANHENSE, 12 DE JUNHO DE 1881).¹¹¹ Em 1881 o despacho com a confirmação da aposentadoria é deferido.¹¹²

Antes de se aposentar, em 1881, Firmina fundou, em 1880, sua escola mista no povoado de Maçaricó. Em entrevista concedida a Nascimento Morais Filho, Leude, um dos filhos de criação de Maria Firmina, então com 92 anos, informou que na escola ela:

ensinava as filhas do velho fazendeiro Domingos Mondego: Anica e Amália [...] e as filhas de João Damas de Azevêdo: Loló, Santa e Dona. [...] Havia outras meninas e meninos, mas não me lembro dos nomes, e as aulas eram num barracão do velho Mondego que tinha engenho no Entre-Rio (MORAIS FILHO, 1975, s.p.).

¹⁰² Disponível em <http://memoria.bn.br/docreader/DocReader.aspx?bib=720089&pagfis=9990>. Acesso em 05 jun 2022.

¹⁰³ Disponível em <http://memoria.bn.br/docreader/DocReader.aspx?bib=720089&pagfis=13875>. Acesso em 05 jun 2022.

¹⁰⁴ Disponível em <http://memoria.bn.br/docreader/DocReader.aspx?bib=720089&pagfis=17779>. Acesso em 05 jun 2022.

¹⁰⁵ Disponível em <http://memoria.bn.br/docreader/DocReader.aspx?bib=720089&pagfis=20772>. Acesso em 05 jun 2022.

¹⁰⁶ Disponível em <http://memoria.bn.br/docreader/DocReader.aspx?bib=720089&pagfis=21580>. Acesso em 05 jun 2022.

¹⁰⁷ Disponível em <http://memoria.bn.br/docreader/DocReader.aspx?bib=720089&pagfis=28138>. Acesso em 05 jun 2022.

¹⁰⁸ Disponível em <http://memoria.bn.br/docreader/DocReader.aspx?bib=720089&pagfis=28177>. Acesso em 05 jun 2022.

¹⁰⁹ Disponível em <http://memoria.bn.br/docreader/DocReader.aspx?bib=720089&pagfis=28444>. Acesso em 05 jun 2022.

¹¹⁰ Disponível em <http://memoria.bn.br/docreader/DocReader.aspx?bib=720089&pagfis=28508>. Acesso em 05 jun 2022.

¹¹¹ Disponível em <http://memoria.bn.br/docreader/DocReader.aspx?bib=720089&pagfis=30038>. Acesso em 05 jun 2022.

¹¹² Disponível em <http://memoria.bn.br/docreader/DocReader.aspx?bib=720089&pagfis=30049>. Acesso em 05 de junho de 2022.

Maria Firmina, fazia o trajeto para sua escola mista, entre o centro de Guimarães e o vilarejo de Maçaricó, em um carro de boi, como relatado por D. Nhazinha Goulart¹¹³, em entrevista a Nascimento Morais Filho.

Eu me lembro [...] que a gente ia com a Maria Firmina num carro de boi e Pranchada era o pajem. As aulas eram dadas num barracão.
Perguntando-lhe se era mista e gratuita a aula, respondeu-me:
Era todo mundo junto: menino e menina. Quem tinha posses pagava e quem não tinha não pagava (MORAIS FILHO, 1975, s.p.).

Pela indicação no *Dicionário* de Sacramento Blake, por questões financeiras, a professora teve que fechar sua escola cerca de dois anos e meio depois. “Em 1880 fundou uma aula mixta em Maçarico, termo de Guimarães, cujo ensino era gratuito para quasi todos os alumnos, e por isso foi a professora obrigada a suspende-la depois de dous anos e meio”. (BLAKE, 1900, Tomo VI, p. 232).

Depois da aposentadoria, entre os anos de 1883 e 1887, Maria Firmina dos Reis continua colaborando com jornais de São Luís. Em novembro de 1887 é publicado o conto *A escrava* na *Revista Maranhense*. Em 8 de novembro do mesmo ano, o jornal *Pacotilha* dá nota do sumário do terceiro número da *Revista Maranhense* indicando que “já sahio do prelo e vae ser amanhã distribuído pelos respectivos assignantes o terceiro numero da *Revista Maranhense*, cujo summario é o seguinte: *A Escrava*, por Maria Firmina dos Reis [...]” (JORNAL PACOTILHA, 8 DE NOVEMBRO DE 1887).

O conto *A escrava* é publicado um ano antes da abolição da escravatura no Brasil. A história começa em um salão da alta sociedade da época, onde “se achavam reunidas muitas pessoas distintas e bem coladas na sociedade” que, depois de conversar sobre diversos assuntos, a temática da conversação “recaiu sobre o elemento servil” (REIS, 2018, p. 164).

Uma senhora “de sentimentos abolicionistas” (REIS, 2018, p. 164) interviu na conversa e decidiu contar seus relatos sobre o que presenciara a respeito da escravidão.

Maria Firmina, na voz dessa personagem da alta sociedade, mulher e abolicionista, lança questionamentos a respeito da escravidão do negro africano. “A moral religiosa, e a moral cívica aí se ergueram, e falam bem alto esmagando a hidra que envenenam a família no mais sagrado santuário seu, e desmoraliza, e avilta a nação inteira” (REIS, 2018, p. 164). Em determinado ponto dos relatos da mulher, ela se questiona os ouvintes:

¹¹³ Neta da prima de Maria Firmina dos Reis, Balduína. Na época da entrevista, ela contava com 84 anos. Seu “nome de registro é Dolores dos Reis Costa Goularte (1891-1982)” (GOMES, 2022, p. 262).

Para quê se deu em sacrifício o Homem Deus, que ali exalou seu derradeiro alento? Ah! Então não é verdade que seu sangue era o resgate do homem! É então uma mentira abominável ter esse sangue comprado a liberdade!? E depois, olhai a sociedade... Não vedes o abutre que a corrói constantemente!... Não sentis a desmoralização que a enerva, o cancro que a destrói? (REIS, 2018, p. 164).

Essa característica também está presente no romance *Úrsula*, comparar a escravidão do negro africano com algo que vai de encontro a moral da religiosidade cristã, que fere o que a Igreja Católica e o Deus cristão deveriam pregar.

A mulher abolicionista relata então sobre certa tarde, em sua casa, em uma região no interior, quando viu uma mulher negra fugindo e se escondendo. Em seguida o capitão do mato apareceu, perguntando sobre a negra fugida. A mulher da alta sociedade deu ao capitão do mato o paradeiro contrário da fugitiva. Pouco depois, o filho da escravizada apareceu, havia fugido do trabalho forçado na lavoura para procurar pela mãe.

Ele revela que a mãe havia enlouquecido quando, anos antes, seus dois filhos gêmeos, ainda pequenos, foram levados por outro dono de escravos. Conta ainda que, seu avô, analfabeto, fora enganado pelo senhor da fazenda. O avô havia juntado certa quantia para comprar a alforria da filha e entregue essa quantia ao senhor de escravos, que prometera a carta de alforria. Entregou um papel dizendo que era a carta de alforria. Ao morrer, a jovem foi buscar sua liberdade, mas o senhor não permitiu, foi então que ela descobriu que a carta era um pedaço de papel com algumas palavras soltas escritas. A escravizada morre poucas horas depois do relato e a mulher ajuda o rapaz a comprar sua liberdade.

Nesse conto Maria Firmina, além de mostrar seu ponto de vista de que “por qualquer modo que encaremos a escravidão ela é, e será sempre um grande mal” (REIS, 2018, p. 164), relata alguns lados nefastos da escravidão. Como a separação de mães e filhos, os castigos corporais, o trabalho duro nas lavouras, a forma como os senhores enganavam seus escravos, além das fugas e perseguições aos escravizados.

Firmina escreveu ainda, segundo relatado nas entrevistas concedidas a Morais Filho, hinos, canções, pastores e auto de bumba boi.

Parece-me estar vendo Diliquina cantarolando uma música à medida que ia escrevendo os versos, ou, ora lendo alto, ora baixo, ora depressa, ora devagar uma poesia (e a gente até dizia “tolice” nesses momentos... o senhor sabe como é criança) e, dias depois, a gente ouvia a madrinha está caritando os versos!

Principalmente quando era tempo de festas natalinas!

- E ela fazia pastoral?

- Fazia!

E também formava parceria com outros ou compondo a música ou os versos.

- E D. Nhazinha, lembra-se de algum pastor?

- O Estrela do Oriente! Este era de Maria Firmina e tomei parte. (MORAIS FILHO, 1975, s.p.).

Os únicos registros a respeito dessas composições, são essas lembranças dos entrevistados por Moraes Filho e alguns fragmentos de trechos que eles apresentaram na época. Contudo, Moraes Filho afirmou que “no entanto, até prova em contrário, [...] e, tenhamos as maiores reservas quanto às natalinas aqui divulgadas pelos motivos apresentados, consideramos todas as composições (letra e música) como suas” (MORAIS FILHO, 1975, s.p.).

Em 1888, o nome de Maria Firmina dos Reis é citado no Tomo 2 (1830-1877) do livro *História da literatura Brasileira*,¹¹⁴ de Sílvio Romero, como um dos colaboradores do *Parnaso Maranhense*.

No dia 18 de novembro de 1910, Firmina enviou uma saudação ao governador do Maranhão, pelas comemorações da Proclamação da República, no jornal *Pacotilha*: “Guimarães, 15 – Congratulo-me com v. exc. Pela data de hoje. Saudações. – Maria Firmina dos Reis” (JORNAL PACOTILHA, 14 DE NOVEMBRO DE 1910).

Já doente, em 14 de janeiro de 1911, recebeu uma visita de cortesia do governador Luiz Domingues, anunciada no jornal *Pacotilha* de 16 de janeiro do mesmo ano.

São do nosso correspondente os seguintes despachos:

Guimarães, 14

O governador do Estado, pela manhã, visitou a distinta poetisa Maria Firmina dos Reis (JORNAL PACOTILHA, 16 DE JANEIRO DE 1910).¹¹⁵

Em 11 de novembro de 1917 Maria Firmina dos Reis falece em Guimarães. Em sua certidão de nascimento consta que ela faleceu com 92 anos, ou seja, ela teria nascido em 1825 e o registro do nome de seus pais, João Pedro Esteves e Leonor Reis.

¹¹⁴ Disponível em <https://digital.bbm.usp.br/view/?45000008920&bbm/4602#page/468/mode/1up>. Acesso em 10 jun 2022.

¹¹⁵ Disponível em http://memoria.bn.br/docreader/DocReader.aspx?bib=168319_02&pesq=firmina&pagfis=1415. Acesso em 10 jun 2022.

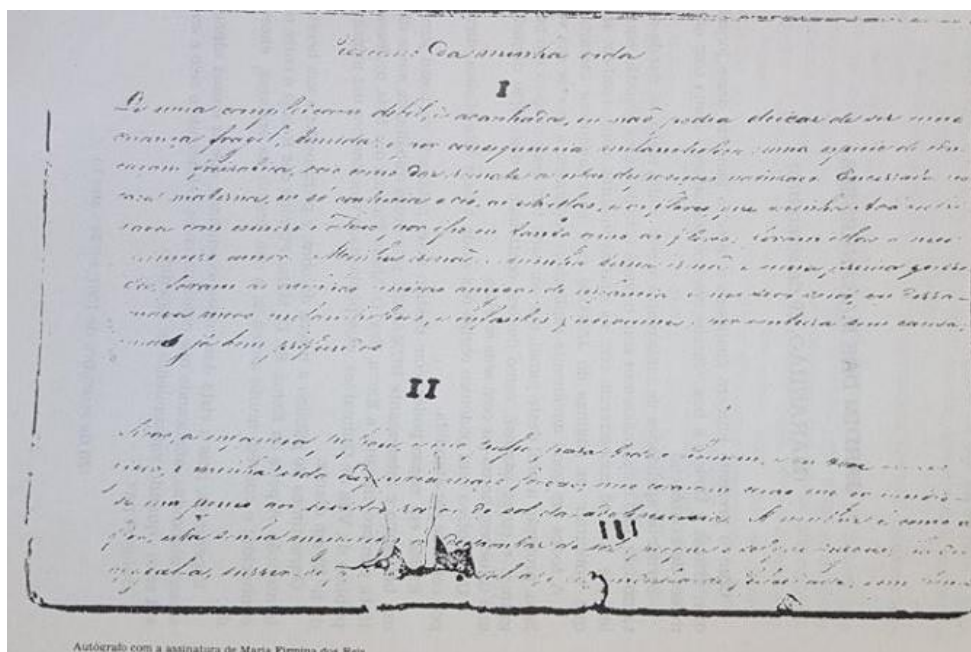


Imagem 6: Manuscrito do texto “Resumo da minha vida” do álbum de Maria Firmina.¹¹⁶

Tafel n.º _____

República dos Estados Unidos do Brasil

ESTADO DO MARANHÃO

CARTÓRIO DO REGISTRO CIVIL D.ª Guimarães

COMARCA DE Guimarães

O OFICIAL

ÓBITO N.º 330 _____
Batina Furtado Cavalcante

CERTIFICO que às folhas 111 e 111 v. do livro n.º 4 do Registro de Óbitos, foi lavrado o assentamento de Maria Firmina dos Reis falecido ao 11 de novembro de 1917 às 10 horas, em cidade de Guimarães - Ma. de sexo feminino, de cor _____, profissão natural de Maranhão, estado civil solteira e 92 anos de idade domiciliado em cidade de Guimarães - Ma., filho de João Pedro Estayre e de Leonor Reis

Foi declarante Mafredo Olimpia da Costa, sendo o atestado de óbito firmado Orosnil Coutinho e Daniel de Jesus Cardoso, que de _____ como causa da morte _____ o sepultamento foi feito no cemitério público desta cidade de Guimarães - Ma.

Obserrações: O registro foi feito no dia 11 de novembro de 1917.

O referido é verdade e dou fé

Guimarães - Ma., 17 de setembro de 1913

Batina Furtado Cavalcante
OFICIAL




Imagem 7: Certidão de óbito de Maria Firmina dos Reis.¹¹⁷

¹¹⁶ MORAIS FILHO, 1975, s.p.

¹¹⁷ MORAIS FILHO, 1975, s.p.

4 OS DISCURSOS SOBRE MARIA FIRMINA E SUAS CONDIÇÕES DE EMERGÊNCIA NOS ÚLTIMOS 50 ANOS (1973-2022)

Este capítulo, que analisa as condições de emergência que possibilitaram o surgimento dos discursos sobre Maria Firmina dos Reis, a partir de 1973, e que se ampliaram quantitativamente, a partir dos anos 2000, “não pretende ter um caráter de ‘desmistificação’ de ‘heróis’” (CORADINI, 1998, p. 209). Como afirmamos, nossa pesquisa visa compreender quais os processos sociais e históricos possibilitaram o crescente aumento das pesquisas acadêmicas a respeito da escritora maranhense, sem a pretensão de ratificar ou não imagens construídas, de forma positiva ou negativa, ao longo do tempo, pois

Os limites das ciências sociais, como sua condição necessária para sua própria condição necessária para sua própria existência enquanto tais, se restringem aos esforços de compreensão das condições e processos sociais e culturais em que os heróis são ‘produzidos’ ou ‘destruídos’, ou seja, as condições sociais que as estruturas de capital, interesses, lógicas e estratégias em pauta, o que já é muito (CORADINI, 1998, p. 210).

É possível perceber que existem três fases distintas de consagração dos discursos a respeito de Maria Firmina dos Reis. Uma primeira entre 1973-1979, onde podemos destacar o processo de “redescoberta” da autora, com as comemorações do aniversário de 150 de nascimento de Firmina, em 1975, tendo a publicação da edição fac-símile do romance *Úrsula* e da biografia elaborada por José Nascimento Morais Filho, *Maria Firmina: fragmentos de uma vida*. Uma segunda fase entre 1981-2003, com destaque para a nova publicação do romance *Úrsula*, em 1988, com revisão de texto por Luísa Lobo, com o início das primeiras pesquisas acadêmicas sobre Maria Firmina, em um processo de “redescoberta” de escritoras que foram “apagadas”. E uma terceira fase, entre 2004 e 2022, com diversas publicações do romance e um aumento significativo no número de pesquisas acadêmicas sobre a escritora, agora tendo como pano de fundo as questões raciais e gênero, principalmente.

Esse processo de emergência de discursos sobre a agente pode ser relacionado a:

Interpretação da ‘história’ do grupo e de suas relações com a sociedade envolvente. Evidentemente, nessa reinterpretação e redefinição de ‘valores’, desses grupos, muitos dos princípios de classificação e definição entram em confronto com as representações mais ‘tradicionais’. Consequentemente, os critérios de definição de heróis podem-se modificar, inclusive, com a criação de heróis mais próximos desses grupos (CORADINI, 1998, p. 228).

Ao longo deste capítulo serão analisados agentes do domínio intelectual / acadêmico e alguns de seus textos, que contribuirão para o processo de consagração, a partir de seus discursos, desde anos 1973, sobre Maria Firmina dos Reis. Para maiores informações sobre os

textos publicados a respeito da professora / escritora oitocentista maranhense, consultar o anexo A, tabelas 1, 2 e 3, com uma amostragem maior dos discursos sobre Maria Firmina dos Reis, após seu falecimento em 1917, que começaram a surgir na década de 1970, afirmando-se e aumentando nos anos 2000. De acordo com as condições de emergência analisadas nesta pesquisa, é possível dividir esses discursos em algumas fases, as quais analisaremos a seguir.

4.1 Uma primeira fase: 1973 a 1979

Podemos considerar que a primeira fase de maior retomada da produção e biografia de Maria Firmina dos Reis é entre os anos 1973 a 1979. Desse período, os porta-vozes mais expressivos são Nascimento Morais Filho, que tornou público o nome da escritora oitocentista através das pesquisas que empreendeu a partir de 1973, culminando com o livro biográfico *Maria Firmina: fragmentos de uma vida*, publicado em 1975. E Horácio de Almeida, que encontrou o que se acredita ser o último exemplar do original de *Úrsula*, através do qual foi reeditada a edição fac-símile de 1975 e as próximas edições do livro.

Por volta dos anos 1967-69 Horácio de Almeida adquire talvez uma das últimas cópias do original do romance *Úrsula*,¹¹⁸ de Maria Firmina dos Reis, em um sebo no Rio de Janeiro. Segundo Horácio de Almeida, no prefácio da edição fac-símile do romance, publicada posteriormente em 1975:

Faz coisa de seis ou oito anos comprei um lote de livros, entre os quais vinha uma pequena brochura, que me despertou atenção. A bem dizer, foi por causa dessa brochura que adquiri os livros em apreço. A folha de rosto assim rezava: *Úrsula / Romance Original Brasileiro / Por Uma Maranhense / San'Luis / Na Typographia do Progresso / Rua Sant'Anna, 49 —1859.* O Livro não trazia assinatura alguma. Consultei Tancredo, e outros dicionários de pseudônimos e nenhum me revelou quem fosse “Uma Maranhense”. Pensei em Sacramento Blake, mas só podia consultá-lo se tivesse o nome da autora, que era então para mim uma incógnita. Fui ao índice do seu Dicionário, levantado por Estados da Federação, obra bem curiosa de Otávio Torres, Salvador, Bahia. Percorrendo a relação dos escritores maranhenses, encontrei Maria Firmina dos Reis, que Sacramento Blake apresenta como autora do romance *Úrsula* (ALMEIDA, 1975, pp. IV-V).

Em 1973, José Nascimento Morais Filho, enquanto procurava “nos bolorentos jornais do século XIX, na Biblioteca Benedito Leite, textos natalinos de autores maranhenses para nossa obra *Esperando a Missa do Galo*”, “descobriu” Maria Firmina dos Reis “casualmente” (MORAIS FILHO, 1975, s.p.)

¹¹⁸ Posteriormente Horácio de Almeida fez a doação desse exemplar ao Governo do Estado do Maranhão.

Ainda em 1973, Morais Filho divulga suas “descobertas” a respeito de Maria Firmina através da Agência Meridional de Notícias (hoje conhecida como a D.A Press Multimídia). Em 11 de novembro de 1973, Nascimento Morais Filho concede uma entrevista para o jornal maranhense *O Imparcial*, relatando o que encontrou a respeito da escritora. Essa entrevista receberá divulgação nos jornais nacionais, através dos Diários Associados.

Também em 1973, Clóvis Ramos¹¹⁹ publica o livro *Nosso céu tem mais estrelas: 140 anos de literatura maranhense*, no qual o verbete com as informações sobre Maria Firmina dos Reis sai com um erro de datilografia, sendo escrito como Maria Emília dos Reis. A correção é feita em sua próxima antologia, em 1975, *Nossas várzeas têm mais flores: poetas modernos do Maranhão*:

2 – Maria Firmina dos Reis. Seu nome foi mudado, por um lapso de datilografia, para Maria Emília dos Reis. Também consta no *Parnaso Maranhense*, romântica de valor, de estro espontâneo, cheia de tristeza como convinha à escola a que se filiou. Nascimento Morais Filho, em trabalho impressionante de pesquisas, vai reviver, em livro, a romancista de *Úrsula*, que morreu nonagenária em Guimarães, Maranhão. Suas novelas – disse-me o folclorista de *Pé de Conversa*, - já preparavam um caminho naturalista explorando, em sua ficção, o tema do incesto, há pouco assunto de Fantástico, na TV do Rio. Colaborou no “Semanário” (RAMOS, 1975, p. 153).

Já em 1974, nos *Anais do Cenáculo Brasileiro de Letras e Artes: 1973*, há um texto sobre Maria Firmina dos Reis, intitulado *A primeira romancista do Brasil* e assinado por *Um acadêmico*. Segundo o Acadêmico:

Curioso será dizer que a primeira romancista no Brasil surgiu em uma província do Norte [à época] e não no Rio de Janeiro, como poderia parecer óbvio. A nosso ver, o Maranhão é a terra privilegiada. Foi lá, numa pequena cidade de interior, que uma mulher, de nome ainda hoje obscuro, galgou posição como precursora entre as que se firmaram depois na gestação do romance brasileiro. *Úrsula* é o nome do romance que temos como o primeiro lançado no Brasil por uma mulher. A autora, temerosa da crítica, oculta-se no anonimato, como mostra o frontispício do livro, textualmente transcrito:

Úrsula — Romance Original Brasileiro — Por uma Maranhense — San'Luis — Na Typographla do Progresso, 49 — 1859. (UM ACADÊMICO, 1974, p. 73).

Uma reedição de *Úrsula* é lançada em 1975, tendo o prefácio de Horácio de Almeida. Neste prefácio, Almeida comenta sobre a biografia de Maria Firmina, que estava sendo escrita por Morais Filho, afirmando que “quem muito vem trabalhando para perpetuar a sua memória na terra natal é o acadêmico Nascimento Morais Filho, que não descansa na tarefa de reunir

¹¹⁹ Clóvis Ramos nasceu em Tabatinga, Amazonas, em 20 de novembro de 1922. Poeta, ensaísta, historiador, formado em Direito em 1955, membro da Academia Maranhense de Letras.

fragmentos para um volume da obra completa da autora, em edição atualizada" (1975, p. VIII).

Nesse prefácio, além de um breve resumo da narrativa apresentada em *Úrsula*, Almeida faz uma crítica ao romance:

Os horizontes em que exerce a ação do livro são demasiados limitados. Uma prosa árida, jungida a preocupações escuras, como era moda, ressoa através de duzentas páginas. Aqui e ali, como uma pedra de tropeço, topa o leitor com uma palavra fora de uso, exumada dos clássicos. No mais, carece o romance de outros requisitos, como o colorido das descrições, a fixação dos costumes, a espontaneidade do estilo coloquial. Com relação ao coloquial, predomina o tratamento de vós entre todos os personagens, até mesmo os mais humildes, os escravos, que não claudicam nas formas verbais. Porventura não são também artificiosas as obras literárias dos tempos românticos? (ALMEIDA, 1975, pp. VI-VII).

Apesar dessa crítica, como os demais textos do mesmo período, corrobora com a ideia de que Firmina foi a primeira escritora de um romance brasileiro, reforçando ainda que provém de uma região considerada berço de grandes escritores:

Cabe, todavia, a Maria Firmina dos Reis o privilégio até então inédito nos anais da literatura brasileira de produzir o primeiro romance no Brasil, como pioneira da seara feminina, sem influência alienígena, onde um escravo, por seu caráter, por sua alma branca, ocupa lugar de destaque no plano da obra. A glória é também do Maranhão, terra já afamada pela safra imensa de valores humanos com que abasteceu o Brasil no século passado, para maior esplendor do pensamento brasileiro no campo da literatura (ALMEIDA, 1975, pp. VII-VIII).

O livro de Nascimento Morais Filho, *Maria Firmina: fragmentos de uma vida*, é publicado também em 1975. O Acadêmico, no texto dos *Anais*, faz referência às pesquisas de Morais Filho, informando que no Maranhão, “o escritor Nascimento Morais Filho anda pesquisando dados, segundo informa a imprensa local, para demonstrar que Maria Firmina dos Reis é a primeira romancista do Maranhão” (1974, p. 74).

Morais Filho reuniu todas as informações encontradas a respeito da escritora no livro: textos dos jornais de época, os fragmentos do diário de Maria Firmina que viriam a ser conhecidos pelos pesquisadores, e uma série de produções da autora de *Úrsula*.

O livro é lançado nas comemorações do aniversário de cento e cinquenta anos de nascimento de Firmina (1825 – 1975), outras homenagens que datam desse período, em comemoração ao sesquicentenário, estão relacionadas na tabela que segue:

TABELA 9
RELAÇÃO DAS HOMENAGENS FEITAS EM SÃO LUÍS NO
SESQUICENTENÁRIO DE NASCIMENTO DE MARIA FIRMINA DOS REIS – 1975

ANO	TIPO DE HOMENAGEM	ENTIDADE
1975	Criação do Dia da Mulher Maranhense no dia 11 de outubro, data de nascimento da autora (aprovado em 1976)	Deputado Estadual Celso Coutinho
1975	Criação da Medalha de Honra ao Mérito Maria Firmina dos Reis	Prefeitura de São Luís
1975	Criação de marca filatélica produzida pela Empresa Brasileira de Correios e Telégrafos, com tempo determinado de utilização e que se destina a difundir o trabalho de relevantes personalidades e instituições, bem como assinalar um dado acontecimento, destacando, comumente, o motivo.	EBC
1975	Criação de um busto pelo Deputado Estadual Celso Coutinho e do Presidente da Assembleia Legislativa, Alexandre Colares Moreira, tendo o governador do Estado, Osvaldo da Costa Nunes Freire, inaugurado o busto da escritora na Praça do Panteon, em São Luís	
1975	Publicação do artigo <i>A primeira romancista brasileira, no Jornal do Brasil</i>	Josué Montello, membro da Academia Maranhense de Letras e já considerado escritor conhecido nacionalmente. É nesse mesmo ano que foi lançado o livro <i>Os tambores de São Luís</i> .
1975	Lançamento do romance <i>Ursula</i> em edição fac-símile	Com prefácio de Horácio de Almeida
1975	Lançamento do livro <i>Maria Firmina: fragmentos de uma vida</i>	Autor: Nascimento Morais Filho. Considerado até hoje a única biografia feita sobre a escritora.

Fonte: pesquisa própria.

As comemorações do sesquicentenário de nascimento de Maria Firmina são noticiadas, em princípio, de acordo com a pesquisa feita até este momento, pelo jornal *Luta Democrática*, do Rio de Janeiro, em sua edição de 12-13 de outubro de 1975. A seguir uma parte da notícia:

HOMENAGENS À PRIMEIRA ROMANCISTA BRASILEIRA

Numerosas solenidades assinalarão o transcurso do sesquicentenário de nascimento da escritora, poetisa e benemérita maranhense Maria Firmina dos Reis, considerada a primeira romancista brasileira. Nascida a 10 de outubro de 1825, filha da tradicional família Sotero dos Reis, Maria Firmina escreveu, muito jovem, o romance "Úrsula", com o pseudônimo da "Uma Maranhense".

Aqui no Rio de Janeiro, o "Grêmio Catullo da Paixão Cearense" promoveu, sob a direção do escritor também maranhense Guimarães Martins, breve reunião cultural, em que proferiu conferência sobre aspectos da vida e da obra da homenageada.

As principais festividades, porém, se realizarão em São Luís do Maranhão, no dia 11 de novembro próximo, sob o patrocínio do Instituto Histórico e Geográfico daquele Estado e coordenação do poeta Nascimento Morais Filho. Naquela data, será inaugurado o busto em bronze de Maria Firmina, obra do escultor Flori [Flory] Gama, devendo ocorrer, também, por iniciativa da "Empresa Brasileira de Correios e Telégrafos", o lançamento de um carimbo comemorativo, em solenidade a que

deverá comparecer o governador Nunes Freire (Jornal Luta Democrática, 12-13/10/1975, ano XXII, número 6905, página 7).¹²⁰



Imagem 8: Jornal Luta Democrática, 12-13/10/1975

O jornal *O Globo* em 28 de outubro de 1975 também fez uma menção ao sesquicentenário da autora, com o texto *Maria Firmina, a glória literária da mulher maranhense*.¹²¹

A *Tribuna da Imprensa*, outro jornal do Rio de Janeiro, também traz uma notícia sobre Maria Firmina e o romance *Úrsula* em sua edição de 8-9 de novembro de 1975, com o título *Primeira mulher escritora do Brasil tem homenagens*. Destaca que “o único exemplar do romance *Úrsula* é de propriedade do escritor Horácio de Almeida, que o cedeu ao governador Nunes Freire, e do qual foi feita em fac-símile uma edição especial e comemorativa” (*Tribuna da Imprensa*, 8-9/11/1975, número 8005, página 5).¹²²

Em 11 de novembro do mesmo ano, Josué Montello escreve o texto *A primeira romancista brasileira*, publicado no *Jornal do Brasil*.

A PRIMEIRA ROMANCISTA BRASILEIRA

¹²⁰ Disponível em <http://memoria.bn.br/DocReader/030678/59769>

¹²¹ Disponível em <https://acervo.oglobo.globo.com/consulta-ao-acervo/?navegacaoPorData=197019751028>

¹²² Disponível em http://memoria.bn.br/DocReader/154083_03/21784

No dia de hoje, transcorre o sesquicentenário de nascimento de Maria Firmina dos Reis. Este nome, isolado no papel, sem uma explicação da vida e da obra que o tornaram memorável, nada dirá ao leitor comum. Também os estudiosos, que se debruçam sobre os textos fundamentais de nossa cultura, ficarão em silêncio, de sobranceiras contraídas, sem saber ao certo de quem se trata. Maria Firmina dos Reis? Nascida há 150 anos? E daí? [...]

E a verdade é que, no dia de hoje, Maria Firmina dos Reis dá pretexto a estudos e discursos, e conquista o seu pequeno espaço na história do romance brasileiro — com um nome, uma obra, e a glória de ter sido uma pioneira. Maria Firmina dos Reis é, a rigor, a primeira romancista brasileira. [...]

Enquanto prosseguem as buscas nas bibliotecas públicas e particulares, no sentido de localizar-se um exemplar de *A Escrava*, de Maria Firmina dos Reis, já se pode assinalar, pela leitura de *Úrsula*, que a romancista maranhense tem também precedência na fixação do problema do negro escravo na ficção nacional, quando descreve a separação de mãe e filho cativos, no capítulo consagrado à preta Susana. Situada entre a geração de Gonçalves Dias e a de Aluísio Azevedo, nos quadros do Maranhão literário, Maria Firmina dos Reis reflete a atmosfera provinciana, no seu gosto das letras, e é isso que explica, a despeito da precariedade de recursos intelectuais, que ela própria reconhece na introdução de *Úrsula*, a sua vocação e a sua obra. Convém assinalar que, embora nascida em São Luís, a romancista viveu no interior do Maranhão, como professora de primeiras letras, afastada de todos os estímulos possíveis, e ali morreu, já nonagenária, sem qualquer ruído de glória à sua volta. [...] (Jornal do Brasil, 11/11/1975, ano 85, número 217).¹²³

O artigo *Maranhense é a primeira romancista*, é publicado pelo jornal *O Estado de São Paulo* em 11 de novembro de 1975.¹²⁴ E no dia 26 de novembro, ainda em 1975, o *Diário de Notícias* publica a matéria *Maranhense foi a pioneira do romance*.

A maranhense Maria Firmina dos Reis foi a primeira mulher brasileira a escrever um romance, genuinamente brasileiro, com a publicação, em 1858, do romance *Úrsula*. Quem descobriu o fato foi o escritor paraibano Horácio de Almeida e até então acreditava-se que a pioneira havia sido a paulista Teresa Margarida da Silva e Orta ou a poetisa Nísia Floresta, do Rio Grande do Norte [...] (Diário de Notícias – RJ, 26/11/1975, ano XLVI, número 16.471).¹²⁵

¹²³ Disponível em http://memoria.bn.br/DocReader/030015_09/131021. A versão espanhola do artigo saiu na *Revista de Cultura Brasileña*, número 41, páginas 111 a 114, publicada em Madri (Espanha), no ano seguinte, em junho de 1976. Cortou-se apenas o parágrafo final do texto do Jornal do Brasil.

¹²⁴ Disponível em <http://acervo.estadao.com.br/pagina/#!/19751111-30869-nac-0012-999-12-not/busca/Maria+Firmina+Reis>

¹²⁵ Disponível em https://memoria.bn.br/DocReader/docreader.aspx?bib=093718_05&pasta=ano%20197&pesq=&pagfis=41439



Imagem 9: Diário de Notícias – RJ, 26/11/1975, ano XLVI, número 16.471.

Uma das últimas notícias do ano de 1975, sobre Maria Firmina dos Reis e o romance *Úrsula* vem da *Brasil Açucareiro*, que em dezembro de 1975, noticia o lançamento da edição fac-símile do romance, que aparece ao lado de outros lançamentos do mesmo período:

LIVROS

A direção de BRASIL AÇUCAREIRO foi distinguida com vários convites para lançamentos de livros, no Rio de Janeiro, respectivamente, no dia 1º do corrente, pela *Editora José Olympio* e *Manchete*, que realizaram a festa do novo romance do escritor, *Josué Montello*, "Os Tambores de São Luís"; da *Editora Civilização Brasileira*, dia 4, quando apresentou o livro de *Joaquim Inojosa*, intitulado, "Os Andrades e Outros Aspectos do Modernismo"; além dos volumes, "Fronteiras Sangrentas" (Heróis do Amapá) da autoria de *Silvio Meira*; e, finalmente, "Úrsula" (Romance Original Brasileiro) edição fac-símilar, 1975, com prefácio do escritor paraibano, *Horácio de Almeida*, obra rara, da autoria de *Maria Firmina dos Reis*, que data de 1859, a primeira edição. (Brasil Açucareiro, dezembro de 1975, ano XLIV, volume LXXXVI, número 6, página 12).¹²⁶

Passando para o ano de 1977, *Jomar Moraes*, em seu livro *Apontamentos de literatura maranhense*, abordará a obra de Maria Firmina dos Reis. Segundo *Jomar Moraes*, no verbete dedicado à Maria Firmina:

São Luís, 11/10/1825. f. Guimarães-MA, 11/11/1917. Professora de primeiras letras e senhora dotada de virtudes que muito a recomendam à nossa admiração. Poetisa medíocre e ficcionista desimportante, MFR não tem, mesmo nos limites da literatura maranhense, a significação que recentemente pretenderam atribuir-lhe. Autora, entre

¹²⁶ Disponível em <http://memoria.bn.br/DocReader/002534/51433>

outros trabalhos, dos romances *Úrsula* e *Gupeva* e do livro de poesias *Cantos à beira-mar* (MORAES, 1977, p. 136).

Ainda em 1977, Wilson Martins, crítico literário, em sua *História da Inteligência Brasileira* (três volumes), comenta sobre a possibilidade de *Úrsula* não ter sido o primeiro romance ficcional escrito por uma mulher no Brasil.

No Maranhão, Maria Firmina dos Reis, autora, também, de *A escrava*, publicou o romance *Úrsula*, apontado incorretamente como o primeiro do seu gênero escrito por mulher e impresso no Brasil (cf. *Anais do Cenáculo Brasileiro de Letras e Artes*, 1973, pp. 72 e s.). antes dela [...] seria preciso considerar Nísia Floresta, com *Daciz*, ou *A jovem completa* (1847) e *Dedicação de uma amiga* (1850), ainda que excluíssemos da competição, aliás sem maior interesse, *A filósofa por amor*, de Eufrosina Barandas, no qual há páginas de ficção (1845), e *Lições a meus filhos* (1854), de Ildefonsa Laura, que são dois contos em versos (MARTINS, 1977, p. 94, v. 3).¹²⁷

Também no ano de 1977, há uma menção no livro *O tigre da abolição*, de Osvaldo Orico, a respeito do romance *Úrsula*, situando-o no conjunto dos livros que tratam da questão da situação do negro no Brasil, no item *A literatura da escravidão*, páginas 179 a 188:

A esse rol poderia juntar-se, antecipando-se a todos em data, um romance que tem por título *Úrsula*, aparecido em São Luís do Maranhão, de autoria de uma professora nascida na cidade de São Luís em onze de outubro de 1825, Dona Maria Firmina dos Reis. (ORICO, 1977).

Em 1978 o nome de Maria Firmina dos Reis consta como verbete na segunda edição do *Dicionário Literário Brasileiro* de Raimundo de Menezes.

Reis (Maria Firmina dos) – N. em São Luís (MA), a 11 de outubro de 1825, filha de João Pedro Esteves e D. Leonor Felipa dos Reis. Dedicando-se ao magistério, regeu a cadeira de Primeiras Letras de S. José de Guimarães (interior do Maranhão) desde agosto de 1847 a março de 1881. Em 1880 fundou uma aula mista, escandalizando os círculos locais, em Maçaricó, termo de Guimarães, cujo ensino era gratuito para quase todos os alunos e por isso foi a professora obriga a suspendê-la depois de dois anos e meio. Cultivou a poesia, e tanto em prosa como em versos, escreveu algumas obras. É considerada em seu Estado a primeira mulher a escrever romance no Brasil. Seu romance *Úrsula* foi descoberto em 1962 por Horário de Almeida numa casa de livros usados do Rio de Janeiro. Chamou a atenção do pesquisador porque, no lugar do nome do autor, estava assinado *Uma Maranhense*. Depois de muitos estudos, Horário de Almeida, que nasceu na Paraíba, descobriu a identidade da autora: Maria Firmina dos Reis. Escreveu também o poema *Cantos à beira-mar* e os romances *Escrava* e *Gupeva*, onde, além de casos de incesto, aborda as relações entre os brancos e os índios em seu Estado. A paulista Teresa Margarida da Silva e Orta é considerada a primeira brasileira a escrever romances, mas, segundo os maranhenses, sua obra *Aventuras de Diófanos*, escrita em 1752, foi publicada em

¹²⁷ Embora não seja o objetivo desta pesquisa, discutir se *Úrsula* é ou não o primeiro romance escrito por uma mulher no Brasil, cabe destacar que *Daciz* ou *A jovem completa* é uma história com menos de 20 páginas. *Dedicação de uma amiga* é um romance que não chegou a ser concluído. *A filósofa apaixonada* (e não *A filósofa por amor*, uma história estrangeira) não ultrapassa 40 páginas. E *Lição a meus filhos*, como afirma o próprio crítico, é um conto em versos. Assim, nenhum deles é um romance completo no sentido que se atribui ao termo.

Portugal e trata de mitologia grega, um tema que nada em a ver com o Brasil. Por isso, entendem não pode ser considerada a primeira. É uma tese que encontra apoio em vários círculos intelectuais de outros Estados. Assim foi homenageada pelo governo do Maranhão, que deu seu nome a uma rua de São Luís e mandou colocar uma placa na antiga Tipografia *Progresso*, onde em 1958¹²⁸ foi impresso *Úrsula*. F., em data ignorada, com certeza na terra natal (MENEZES, 1978, pp. 570-571).

Encerrando essa primeira fase, em 1979, a *Revista da Academia Paulista de Letras* (edição 96, volume 36), faz uma divulgação sobre Maria Firmina e sua obra:

Maria Firmina dos Reis, nascida no Maranhão em 1825, é, aliás, considerada a primeira romancista do Brasil. Modesta professora primária, escreveu o romance “Úrsula” (belo título, por sinal) e publicou-o em 1859. [...] Maria Firmina dos Reis deixou ainda o livro de poesia “Cantos à beira-mar” e um outro romance, “A Escrava”. Deve-se ao pesquisador Nascimento Morais Filho o descobrimento de um quarto livro da escritora maranhense, o romance indianista “Gupeva”, dado a lume em 1861, em “Eco da Juventude”, um periódico de seu Estado. [...] (1979, p. 94).

Nesta primeira fase, pode-se perceber que, a partir da “descoberta” do exemplar de *Úrsula* por Horácio de Almeida e das pesquisas de Nascimento Morais Filho, o nome de Maria Firmina dos Reis surge nos meios literários da época.

Os discursos sobre Maria Firmina são, no geral, notícias que falam sobre: 1) a “descoberta” da primeira romancista brasileira, 2) informam que a primeira romancista brasileira é maranhense, 3) a maior parte traz resumo de informações biográficas da autora, como os verbetes e as notícias de jornais, 4) alguns fazem a comparação com os textos de outras autoras, como Nísia Floresta, considerada até então pela crítica como a primeira romancista do Brasil, 5) alguns literatos da época reforçam que Maria Firmina não estaria de acordo com o cânone, através de suas críticas.

Em todos os textos, seu livro mais comentado é *Úrsula*, principalmente, em virtude do lançamento da edição fac-símile em 1975, que torna possível o acesso ao romance por parte de alguns leitores e críticos, e do fato de este ser considerado o primeiro romance brasileiro escrito por uma mulher.

Os discursos a respeito de Firmina, nessa época, dão conta de “apresentá-la” ao público. Muitos são verbetes em livros de literatura ou notícias de jornais que chamam a atenção para a “primeira romancista brasileira”. No geral, indicam seu nascimento e falecimento, citam outros títulos produzidos, o fato de ter sido professora e fundado uma escola mista.

¹²⁸ Está com erro de datilografia no verbete.

Nota-se que há somente duas citações em que há indicação da afrodescendência de Firmina. Uma em Nascimento Morais Filho, bem ao final do livro, quando fala sobre as motivações para seu ultrarromantismo: “que campo ubérrimo para florescer as flores roxas da morbidez: bastarda!... e pobre!... e **mulata!**... e de sobejo uma solteirona ou “moça velha” de amor frustrado” (MORAIS FILHO, 1975, s.p., grifo nosso). E a outra no Jornal *O Globo* de 28 de outubro de 1975, que declara que autora:

Apesar de fragmentado, o álbum que conta a vida de Maria Firmina será reproduzido e publicado, revelando uma mulher extremamente mórbida. Em um trecho ela diz: “Eu amo o sepulcro, pensei até em me suicidar um dia”. Segundo seus pesquisadores havia razões profundas para ela pensasse assim: **era mulata, pobre, bastarda, solteira**” (O Globo, 28 de outubro de 1975).

Destaca-se que, nesse período, os discursos a respeito de Maria Firmina são elaborados por homens: intelectuais, jornalistas, pesquisadores, literatos, o que corrobora com o que foi apresentado no primeiro capítulo desta pesquisa, que destacou que, no Brasil, no início da década de 1970, as mulheres começavam a ingressar nas universidades. Sua produção acadêmica ainda é incipiente, o que pode explicar que, entre os anos abrangidos por esta fase, 1973 a 1979, ainda não existam estudos acadêmicos sobre Maria Firmina e mesmo pesquisadoras mulheres escrevendo sobre ela. Ao contrário do que acontecerá na fase seguinte, como um possível reflexo da presença maior das mulheres nas universidades e do interesse pelos estudos sobre a História das Mulheres.

Sendo o domínio literário ocupado pelo gênero masculino, em primazia, são esses homens escritores, intelectuais, críticos de arte que “fabricam, por meio de ações diversas, a emergência de um cânon”, o que pode explicar não somente os conceitos que são atribuídos às escritoras mulheres, como “amadoras” e “excepcionais”, como a “inexistência” da presença feminina em compêndios historiográficos até o início do século XX (SIMIONI, 2008, p. 36).

A simples menção de amadoras englobava vários significados: como o de que se tratava de pessoas sem um adequado conhecimento das regras do ofício, carentes de formação; além disso, acreditava-se que elas não buscavam na arte um modo de sustento, mas um simples passatempo. Evidentemente essa era uma categoria relacional, cujo uso presumia uma comparação, nem sempre explícita, mas sempre presente, com os artistas homens. Eles, os profissionais, detinham a formação adequada, o conhecimento suficiente, o respaldo institucional para, com as artes, exercerem o ofício de modo a conquistarem dinheiro, fama e glória. Para eles a arte era um empreendimento sério, uma profissão; para elas, um refinamento do espírito (SIMIONI, 2008, p. 301).

A ideia de amadorismo feminino, como o contrário da atuação profissional, promoveu a desqualificação das produções femininas, respaldando, em muitos casos, sua exclusão daquelas “formas ‘legítimas’ que a historiografia sancionou e elegeu como compatíveis com o

cânone clássico” (HOLLANDA e ARAÚJO, 1993, p. 16). Esse processo contribuiu para a “transformação do arbítrio cultural em natural” (BOURDIEU, 2011), estabelecendo, uma relação inversamente proporcional entre feminilidade e capital simbólico (BOURDIEU, 2003, p. 112). E esta hierarquização a partir do gênero, corroborou para que a produção intelectual se apresentasse como algo “naturalmente” masculino, ou, em outras palavras, oposto ao feminino.

Como afirmamos, anteriormente, os pesquisadores que escreveram sobre Firmina nesse período eram homens, intelectuais, “homens de letras”. Ocupando papel de destaque no domínio literário brasileiro.

O paraibano Horácio de Almeida (1893 – 1983) foi um dos intelectuais mais reconhecidos de seu estado. Formado em Direito pela Faculdade do Recife, colaborou em diversos jornais locais, e escreveu uma obra ampla sobre a história da Paraíba, como: Brejo de Areia (1958) e História da Paraíba (1966 e 1978). Participou efetivamente do Instituto Histórico e Geográfico da Paraíba (IHGP) e de diversas outras entidades intelectuais da Paraíba e em outros Estados. A sua produção, mais especificamente historiográfica, esteve sempre voltada à construção da história e da identidade do seu lugar de origem. Havia uma preocupação em se fazer uma história paraibana com acontecimentos e personagens singulares a este espaço (NASCIMENTO, 2010). Ainda estudante no Liceu Paraibano, Almeida manteve contato jovens filhos da elite local e estudantes do mesmo colégio, que juntamente com ele fundaram a revista Era Nova 11, um periódico mensal, lançada em março de 1921 (NASCIMENTO, 2010). A redação e a administração do periódico ficavam a cargo dos seguintes nomes: “Redação e Administração da, Era Nova Directores: - Severino de Lucena e S. Guimarães Sobrinho; Secretário: - Horácio de Almeida; Redactores: - Epitácio Vidal e José Pessôa; Director Commercial: - Edgar Dantas; Director-Technico: - Mardokêo Nacre” (ERA NOVA nº 24. Ano II. Parahyba, 15 de abril de 1922, p. 08). A revista contou com a participação de nomes de destaque no mundo político e social da Paraíba, como: José Américo de Almeida, Carlos Dias Fernandes, Coriolano de Medeiros, Tavares Cavalcante, José Lins do Rego, Álvaro de Carvalho, entre outros. Em 1936, Horácio de Almeida ingressou como sócio efetivo e patrono da cadeira de nº 42 no Instituto Histórico e Geográfico Paraibano. Em 1941, participou da fundação da Academia Paraibana de Letras. Em 1943, presidiu a Comissão Organizadora dos Festejos do Centenário de Pedro Américo, constituída na cidade de Areia. Naquela ocasião lançou o livro *Pedro Américo: ligeira notícia biográfica do genial pintor paraibano (1843-1905)*. Em 1946, organizou as comemorações do centenário de sua cidade natal (PEREIRA, 2000, p. 19). Vemos que Almeida sempre procurou fazer parte de espaços produtores e ou legitimadores do discurso da identidade paraibana.¹²⁹

Considerações como as de Horácio de Almeida apresentadas no prefácio da edição fac-símile de *Úrsula* (1975), algumas encontradas em Josué Montello e em Jomar Moraes em seu livro *Apontamentos de literatura maranhense* podem ser explicadas a partir da preservação desse cânone:

Os horizontes em que exerce a ação do livro são demasiados limitados. Uma prosa árida, jungida a preocupações escorregadas, como era moda, ressoa através de

¹²⁹ Para mais informações sobre Horácio de Almeida, ver NASCIMENTO, George Silva do. **Pátrio-biografia:** Horácio de Almeida e sua história da Paraíba. João Pessoa, Universidade Federal da Paraíba, 2010. (Dissertação de Mestrado em História).

duzentas páginas. Aqui e ali, **como uma pedra de tropeço, topa o leitor com uma palavra fora de uso**, exumada dos clássicos. No mais, **carece o romance de outros requisitos, como o colorido das descrições, a fixação dos costumes, a espontaneidade do estilo coloquial**. Com relação ao coloquial, predomina o tratamento de vós entre todos os personagens, até mesmo os mais humildes, os escravos, que não claudicam nas formas verbais. Porventura não são também artificiosas as obras literárias dos tempos românticos? (ALMEIDA, 1975, pp. VI-VII, grifos nossos).

Sobre os textos de Maria Firmina dos Reis, Josué Montello afirma que:

Situada entre a geração de Gonçalves Dias e a de Aluísio Azevedo, nos quadros do Maranhão literário, Maria Firmina dos Reis reflete a atmosfera provinciana, no seu gosto das letras, e é isso que explica, **a despeito da precariedade de recursos intelectuais**, que ela própria reconhece na introdução de Úrsula, a sua vocação e a sua obra. Convém assinalar que, embora nascida em São Luís, a romancista viveu no interior do Maranhão, como professora de primeiras letras, **afastada de todos os estímulos possíveis**, e ali morreu, já nonagenária, sem qualquer ruído de glória à sua volta (MONTELLO, 1975, grifo nosso).

A crítica de Jomar Moraes, possivelmente, é a mais enfática, como destacamos em texto anterior, quando o escritor afirmou que Maria Firmina era uma **“poetisa medíocre e ficcionista desimportante**, MFR não tem, mesmo nos limites da literatura maranhense, a significação que recentemente pretenderam atribuir-lhe”. (MORAES, 1977, p. 136, grifo nosso).

Jomar Moraes é um representante do cânon literário. Em 1977, quando escreveu as linhas acima, já era membro da Academia Maranhense de Letras (AML) desde 1969. Além disso, nesse período foi diretor do Serviço de Administração da Secretaria de Educação e Cultura (1970-71); diretor da Biblioteca Pública do Estado (1971-73); diretor do Departamento de Assuntos Culturais da Fundação Cultural do Maranhão (1973-75); diretor do Serviço de Imprensa e Obras Gráficas do Estado-Sioje (1975-80). Posteriormente seria diretor do Departamento de Assuntos Culturais da Universidade Federal do Maranhão (1981-85); secretário de Estado da Cultura do Estado do Maranhão (1985-87).

Percebe-se qual o seu lugar de fala, como acadêmico, intelectual e literato da época. Inscrito nos domínios literários, desejoso de manter o cânon da Atenas Brasileira, exclusivo de grandes nomes masculinos da literatura brasileira.

Por sua vez a ideia de “excepcionalidade” concorria para reservar a essas mulheres, tidas como *excepcionais*, habilidades singulares, enquanto transgressoras de uma regra, diferenciando-as da maioria, que seriam às que ainda se submetiam as regras ou que não teriam talentos individuais (SIMIONI, 2008). “Atribuir aos dons de algumas ‘raras’ mulheres a razão de suas rupturas, individuais, com as determinações que pesam sobre o seu gênero é

um modo de se afirmar que às outras, isto é, às mulheres ‘comuns’, falta a chama do gênio” (SIMIONI, 2008, p. 22).

Morais Filho vai bem além da crítica aos textos, adjetivando Firmina de modo a descrevê-la como um exemplo a ser seguido, uma mulher excepcional:

Duas individualidades femininas deram outras dimensões à Mulher Maranhense: D. ANA JANSEN E MARIA FIRMINA DOS REIS.

Com elas a Mulher Maranhense deixa de ser a “Senhora Prendada” dos salões, que a Escola educou, não para a Vida, e sim para o Casamento, ou mais certo, para Governanta, de cujo enxoval, no entanto a Instrução não era peça obrigatória mesmo nas famílias mais grã-finas.

Com D. Ana (Donana) Maria Firmina dos Reis a Mulher Maranhense toma consciência de si – do que pode e do que é capaz – além do trinômio doméstico: ESPOSA – MÃE – MESTRA (MORAIS FILHO, 1975, s.p.)

Morais Filho ainda declara que “Maria Firmina dos Reis cumpriu como pôde, **dentro de suas limitações naturais** e das impostas pelo meio, a sua função social – mas o bastante para marcar sua presença e se tornar figura de importância na vida maranhense – como escritora e como mestra” (1975, s.p., grifo nosso).

José Nascimento Moraes Filho, maranhense, outro intelectual da época, também inserido do domínio literário, foi um escritor, poeta, ensaísta, pesquisador, professor e folclorista. Iniciou no mundo das letras aos 23 anos, em 1945, quando fundou e assumiu a presidência do Centro Cultural Gonçalves Dias, instituição que teve papel importante na vida literária maranhense, sendo considerado o Centro o percussor do Modernismo no Maranhão. Lecionou Latim e Português no Colégio Maristas e no Colégio Ateneu (1949). Foi vice-diretor e fundador do Ginásio Zoé Cerveira, tendo ainda fundado um cursinho pré-vestibular em São Luís, e tendo sido membro do Instituto Histórico e Geográfico do Maranhão. Entrou para a Academia Maranhense de Letras em 30 de setembro de 1976, eleito para ocupar a cadeira 37, cujo patrono foi Inácio Xavier de Carvalho.¹³⁰

Como podemos notar, a excepcionalidade de Maria Firmina dos Reis, nesse período, está no fato de ter sido a primeira mulher a escrever um romance, apesar das condições adversas de sua formação e condição social.

Sem um alicerce no social, a explicação para as conquistas femininas que se baseava unicamente nessa ideia de talento individual, permitia manter o cânon inalterado:

os esquemas classificatórios não podem ser tomados como verdades trans-históricas, mas como indicadores de valores culturalmente determinados, os quais devem, necessariamente, ser desmistificados por meio de uma pesquisa genética. É preciso compreender a gênese das categorias de pensamento a fim de desvendar como exercem efeitos de um poder, simbólico, que se torna eficaz na medida em que conta com o consentimento dos dominados. (...) É inscrevendo seu sentido nos contextos específicos em que foram emitidos que as categorias se tornam não princípios

¹³⁰ Texto adaptado do Perfil Acadêmico do autor, disponível no site da Academia Maranhense de Letras <https://academiamaranhense.org.br/ocupantes/nascimento-morais-filho/>

universais, mas falas, e, como tais, localizadas, circunscritas, interessadas (SIMIONI, 2008, p. 38-39).

As ideias de amadorismo e excepcionalidade reforçavam-se mutuamente, endossando “uma linguagem sexuada para tratar da produção feminina, enquanto as obras masculinas percebidas como ‘o universal’, pareciam não ter sexo” (SIMIONI, 2008).

a força da ordem masculina se evidencia no fato de que ela dispensa justificção: a visão androcêntrica impõe-se como neutra e não tem necessidade de se enunciar em discursos que visem a legitimá-la. A ordem social funciona como uma imensa máquina simbólica que tende a ratificar a dominação masculina sobre a qual se alicerça: é a divisão social do trabalho, distribuição bastante estrita das atividades atribuídas a cada um dos dois sexos, de seu local, seu momento, seus instrumentos; é a estrutura do espaço, opondo o lugar de assembleia ou de mercado, reservados aos homens, e a casa, reservada às mulheres; ou, no interior desta, entre a parte masculina, com o salão, e a parte feminina, com o estábulo, a água, os vegetais; é a estrutura do tempo, a jornada, o ano agrário, ou o ciclo de vida, com momentos de ruptura, masculinos, e longos períodos de gestação, femininos (BOURDIEU, 2011, p. 18).

Nos anos 1980 não encontramos nenhuma referência a Maria Firmina dos Reis. O que começa a mudar a partir de 1981 e, principalmente, depois de 1988, quando é publicada a terceira edição de *Úrsula*. Nessa segunda fase, ao contrário da primeira, embora o cânone não sofra alterações, as falas sobre Maria Firmina dos Reis começam a mudar seu lugar de origem de mesmo de gênero: são falas que saem das academias e da escrita, em geral, de mulheres que estão nessas academias.

Como o cânone não sofre alterações, nessa segunda fase, as mulheres ainda precisam ser “resgatadas” do passado, suas histórias e memórias trazidas à luz da história e da sociedade, como uma afirmação não somente de sua existência e de sua produção intelectual / literária, mas como uma forma de construção de uma identidade de um feminino que deseja ser restaurado.

As mulheres precisaram buscar sua própria história e a legitimidade de suas ações e de seus novos interesses, que, como se viu, não eram tão novos assim. É isso que a fase entre os anos 1981 e 2003 pretende não somente com estudos a respeito de Maria Firmina dos Reis, mas de outras mulheres que ficaram “esquecidas” e que, a partir desse período, passam a ser “resgatadas”.

4.2 Uma segunda fase: 1981 a 2003

É importante perceber que a publicação da edição fac-símile do romance *Úrsula* e do livro biográfico *Maria Firmina: fragmentos de uma vida*, acontecem de forma muito restrita ao Maranhão, em 1975, diante das comemorações dos 150 anos de nascimento da autora. Isso

quer dizer que a circulação de ambos os livros foi pequena e bem restrita ao Maranhão e a alguns intelectuais e pesquisadores que tiveram acesso ao material. Essa edição fac-símile teve apenas uma única edição, o que dificultou o alcance dele para um público maior de leitores. Depois dessa reedição de *Úrsula*, em 1975, a próxima publicação do livro acontecerá somente em 1988, ou seja, treze anos depois.

Em 1976, Nascimento Morais Filho publica *Cantos à beira-mar*, novamente a edição é restrita a uma divulgação ao estado do Maranhão. Ao contrário do ocorre em 1975, essa edição do livro de poesias de Firmina não encontra repercussão nos jornais fora do estado de origem.¹³¹

No ano de 1980 não encontramos nenhuma referência, até o momento, a respeito de Maria Firmina dos Reis.

Somente em 1981 é que haverá uma nova menção à Firmina, no livro *Mulher brasileira, bibliografia anotada 2*, na verdade, uma referência à biografia escrita por Nascimento Morais Filho:

A52 MORAIS FILHO, Nascimento. *Maria Firmina: fragmentos de uma vida*. São Luís. s. ed, 1975, s. pag. – BMMA

Neste livro, mais do que apresentar uma biografia elaborada de Maria Firmina dos Reis (1825-1917), o Autor termina por compilar documentos referentes à vida da escritora, parte de suas produções literárias (romance, conto, crônica, poesia) e musical, apreciações críticas publicadas na imprensa e depoimentos de pessoas que lhe foram contemporâneas.

Considerada pelo Autor como sendo a primeira romancista brasileira – seu livro *Úrsula* foi publicado em 1859 – esta maranhense “bastarda, pobre e mulata” defendeu, através de seus escritos, a causa abolicionista.

Ao lado de sua atividade literária, Maria Firmina foi professora em Guimarães desde 1847 onde fundou, posteriormente, por volta de 1880, uma escola primária mista e gratuita. M.L.M. (FUNDAÇÃO CARLOS CHAGAS, 1981, p. 345).

Em 1982, temos o que parece ser a primeira menção à Maria Firmina em livro no exterior, *Il negro nel romanzo brasiliano*, de Giorgio Marotti, pesquisador italiano estudioso de literatura brasileira.

Ma su di Ursula concentra anche la passione di suo zio Fernando, che è stato a lungo innamorato della sorella, madre di Ursula, e che adesso ha transferito sulla nipote la sua incestuosa passione. La storia si conclude com un massacro (MAROTTI, 1982, p. 10).

Tradução livre: Mas a paixão de seu tio Fernando também se concentra em Úrsula, que há muito é apaixonada por sua irmã, mãe de Úrsula, e que agora transferiu sua paixão incestuosa para a sobrinha. A história termina com um massacre.

¹³¹ Até o momento desta pesquisa, não encontramos menção a publicação de *Cantos à beira-mar* em jornais fora do Maranhão, nos grandes centros brasileiros.

La denuncia de Maria Firmina dos Reis va muito piu in di qualsiasi ipotesi sociale. Nella sua semplicità e nella sua chiarezza di maestra elementare l'autrice va alle radici stesse delle contraddizioni di una società ipocrita e bigotta (MAROTTI, 1982, p. 11).

Tradução livre: A denúncia de Maria Firmina dos Reis vai muito além de qualquer hipótese social. Em sua simplicidade e clareza como professora elementar, a autora vai às próprias raízes das contradições de uma sociedade hipócrita e preconceituosa.

Em 21 de janeiro de 1983, o *Jornal do Brasil* publica uma entrevista com o autor, Giorgio Marotti, a respeito do livro:

DO BOM JESUS A JUBIABÁ

Um dos objetivos da recente viagem de Marotti ao Brasil foi divulgar *Il negro nel romanze brasiliano*, obra que lhe exigiu vários anos de trabalho, a partir da constatação de que “o Brasil foi o único país a entrar no mundo moderno com uma característica medieval: a escravidão”. Analisando a nossa produção literária desde o século XVIII, tentou traçar a trajetória desse problema, até chegar a Jubiabá, de Jorge Amado, romance no qual encontra finalmente um herói negro, já que na sua opinião Moleque Ricardo, de José Lins do Rego, é na realidade “um Carlos de Melo” (figura principal de *Menino de engenho*) pintado de preto”.[...]

Desencavando um romance chamado *Úrsula*, de Maria Firmina dos Reis – um dos primeiros a tratar da questão negra no Brasil –, o pesquisador passa pela produção de Joaquim Manuel de Macedo, Bernardo Guimarães, Aluísio Azevedo, chega ao romance de 30 e termina com Carolina Maria de Jesus e seu Quarto de despejo. Mas dá destaque também a Machado de Assis, em cuja obra a questão é sempre tratada de maneira muito sutil. (*Jornal do Brasil*, 22/1/1983, ano XLII, número 287, Caderno B).¹³²

Em 1985, a *Revista do Instituto Histórico e Geográfico do Maranhão* publica um artigo sobre a Maria Firmina, nele, inclusive, fala sobre a importância da publicação de uma terceira edição do romance *Úrsula*.

Finalizando, esperamos que V. Sa. Retifique a impressão histórica e continue no firme propósito de divulgar essa notabilíssima maranhense através de uma “terceira edição” enriquecida com o trabalho de Charles Martin e a preparação do texto, tradução e estudo introdutório pela Prof^a Luíza Lobo – Titular de Literatura Brasileira na UFRJ e Professora de Literatura Brasileira na UERJ. E mais: a primeira edição de suas “Obras Completas, isto é, ÚRSULA, CANTOS À BEIRAMAR (p. 87 e s.).

Até aqui, os textos são esporádicos e citam Maria Firmina como a primeira romancista brasileira, tratando de forma muito resumida de seu romance, *Úrsula*. Principalmente, no que concerne a questão do tratamento que Firmina deu às personagens negras na trama.

A partir de 1986 temos, de forma mais concreta, o início do que pode ser considerada a segunda fase dos posicionamentos sobre Maria Firmina dos Reis. É a fase da entrada do nome de Firmina nas discussões e estudos de agentes vinculadas(os) às universidades.

¹³² Disponível em http://memoria.bn.br/docreader/DocReader.aspx?bib=030015_10&pagfis=89020

A primeira pesquisadora a publicar um trabalho sobre Maria Firmina é a professora Luíza Lobo, como descrito na citação anterior. Seu *Um auto-retrato de mulher: a pioneira maranhense Maria Firmina dos Reis*, foi publicado na revista trimestral *Letterature d’America* (Tuttamerica, ano 7, números 29-30-31, 1986-87, páginas 71 a 86, editora Bulzoni, Roma, Itália).

O texto faz uma apresentação a respeito de Firmina, de sua produção, destacando sua diferença literária em relação a autores do mesmo período, no que tange à forma como o negro é retrato na produção escrita:

Maria Firmina dos Reis (1825-1917) é praticamente contemporânea de Joaquim de Sousa Andrade, o Sousândrade (1832-1902), mas demonstra uma postura muito diversa da dele com relação ao escravo, tanto na vida quanto na obra. Enquanto Sousândrade vendeu os seus escravos da fazenda herdada dos pais para viajar a Paris e outras cidades da Europa em 1856, sem nunca tê-los defendido em sua obra poética. *O Guesa* e *Harpas selvagens*, por exemplo, trazem apenas referências veladas a Dula, Leda e Dulaleda – escravas com quem teve relações e filhos legítimos. Maria Firmina, por outro lado, não só defendeu o escravo em diversas ocasiões de sua vida, como também o fez na sua obra poética, no conto “A Escrava”, bem como no romance *Úrsula* (LOBO, 1993, p. 225).

No ano seguinte, 1987, a antropóloga Norma de Abreu Telles defende o primeiro trabalho acadêmico, uma tese de doutorado em Ciências Sociais na Pontifícia Universidade Católica de São Paulo, *Encantações: escritoras e imaginação literária no Brasil do século XIX*¹³³, em que o nome de Maria Firmina surge pela primeira vez. Na introdução, Telles afirma que:

Como mulheres, as escritoras receberam uma educação que lhes vedava importantes setores da linguagem e da erudição. Educadas como meninas, para papéis específicos do lar, com condutas amorosas delimitadas, era-lhes negada uma educação superior, o emprego e a carreira. Esse é o material que as escritoras terão de elaborar, terão que transformar em texto através de estratégias singulares para contornar os impedimentos. Como “mataram o anjo-monstro”? como se tornaram escritoras?

Foi a partir destas questões que me debrucei sobre a obra das brasileiras Narcisa Amália de Campos, Maria Benedicta Bormann e Júlia Lopes de Almeida e no percurso encontrei Maria Firmina dos Reis, Josefina Álvares de Azevedo [...] (TELLES, 2012, p. 63).

Seu trabalho procura apontar os fatores que possibilitaram às mulheres, no século XIX, mesmo em condições que não estavam a favor delas, conseguirem produzir literatura. Foi um dos trabalhos de doutoramento pioneiros sobre Firmina na área das Ciências Sociais. Norma Telles (2012) destaca que escreveu “um romance abolicionista e uma história breve

¹³³ Que seria publicada em livro pela Editora Intermeios em 2012.

que menciona a rede preparada para fazer fugir escravos”. Entre as páginas 168 a 174, Telles apresenta um resumo e uma análise do romance *Úrsula*, destacando que “Maria Firmina dos Reis não pinta negros-brancos, tenta retratar africanos; Susana é preta, fuma cachimbo, usa saia de algodão grosseiro. Além do mais, retrata a amizade entre um branco e um negro, algo chocante para a época e até o final do século” (2012, p. 174).

É possível que um dos nomes mais importantes dessa segunda fase, seja o da professora e pesquisadora Luíza Lobo, pois, em 1988, nas comemorações pelo centenário da Abolição da Escravatura, Luíza Lobo organizou a 3ª edição de *Úrsula* para nova publicação, fazendo a atualização do texto e as notas dos comentários. Esta nova edição contou com o prefácio do intelectual norte negro americano Charles Martin, que escreveu uma introdução ao livro intitulada *Uma rara visão de liberdade*.

Úrsula não se limita a repintar os negros de alma branca — como fazem muitos livros de sua época. Mostra como os escravos buscavam a estima de seus donos e tinham seus próprios padrões de comparação, os quais derivavam do passado africano.

[...]

Raramente os livros do século XIX trataram da mulher senão como procriadoras ou amantes. É bastante surpreendente que Maria Firmina descreva a relação entre marido e mulher como “despótica” e “tirânica” (c.f. NASCIMENTO, 2009, p. 29, IN.: MARTIN, 1988, pp. 9-14)

O lançamento desta terceira edição tornou possível um acesso, ainda que não tão grande, de novos pesquisadores ao romance de Maria Firmina dos Reis, contribuindo para um estímulo na realização de novos estudos sobre a escritora e sua produção.

Ainda em 1988, Luíza Lobo publica o ensaio *O negro de objeto a sujeito*, no *Jornal do Brasil*, no qual trata do romance *Úrsula* e de outros textos.

Como os movimentos negros, a literatura negra precede – de muitos anos – o 1888. No remoto Maranhão, trazendo na capa o pseudônimo “Uma Maranhense”, o romance *Úrsula*. Era o primeiro livro do gênero escrito por uma mulher no Brasil e o primeiro a mencionar a causa abolicionista. O nome verdadeiro de sua autora era Maria Firmina dos Reis, mulata bastarda, professora primária e sobrinha, por parte de mãe, do escritor Sotero dos Reis. Como parte das comemorações do centenário da Abolição, essa obra acaba de ser reeditada pela Presença, do Rio. O texto segue o de uma edição fac-similar feita em 1975, por iniciativa do pesquisador maranhense José Nascimento Moraes Filho. O único exemplar conhecido da primeira edição, doado pelo recém-falecido escritor e bibliófilo Horácio de Almeida ao governo do Maranhão, aparentemente sumiu.

Para o prefaciador desta nova edição de *Úrsula*, o norte-americano Charles Martin, raramente um autor do século XIX, pôs em pé de igualdade o senhor de escravo, como o fez Maria Firmina ao ligar com laços de amizade o escravo Túlio ao herói

branco Tancredo, que o liberta. [...] (LOBO, 1988, IN.: Jornal do Brasil, 14 de maio de 1988).¹³⁴

No mesmo ano, Luiza Lobo apresenta seu trabalho *A pioneira maranhense Maria Firmina dos Reis* na IV Jornada de Estudos Americanos da ABEA (Associação Brasileira de Estudos Americanos), sobre Negritude, na Universidade Federal de Ouro Preto, campus Mariana/MG.

Observa-se que a figura da mulher pesquisadora aparece com mais frequência nesta segunda fase. O nome de Luiza Lobo é um desses destaques, que iniciam sua trajetória de entrada nos domínios intelectuais brasileiros.

Luiza Leite Bruno Lobo é professora aposentada da Universidade Federal do Rio de Janeiro e da Universidade do Estado do Rio de Janeiro. Foi professora Sênior da Universidade de Massachusetts em Amherst (2014, com bolsa da Fulbright), pesquisadora e conferencista Sênior do Centro de Estudos Brasileiros da Universidade de Oxford (2000), e da Universidade de Nantes (2001), professora Titular da Universidade de Poitiers (2009-2010), pesquisadora da Universidade Federal do Rio de Janeiro. Foi leitora nas Universidades de Aarhus (Dinamarca, 2004-2006) e Nantes (2006-2008), em nível de graduação e pós-graduação. Lecionou cerca de 200 cursos de pós-graduação e proferiu conferências em várias universidades brasileiras e nas universidades Livre de Berlim, Salzburg, Princeton, Yale, Columbia, London, Sorbonne, Milão, entre muitas outras. Apresentou conferências em 150 congressos nacionais e internacionais. Publicou 20 livros, destacando-se "Crítica sem juízo" e "Teorias poéticas do Romantismo", e a primeira edição atualizada da obra "O Guesa", do poeta romântico Joaquim de Sousa Andrade, 160 ensaios em revistas especializadas e anais de congressos, sobre estudos culturais, feminismo, teoria da literatura e literatura brasileira e comparada, além de 60 resenhas, no Brasil e no exterior, entre outros escritos. Na ficção, o romance "Terras proibidas" (2011) recebeu o prêmio nacional do Pen Clube (2013). Tem cinco livros de contos. É membro das academias ABRAFIL, Academia Brasileira de Filologia e membro-correspondente da Academia Maranhense de Letras e da Academia Ludovicense de Letras. Foi eleita cidadã da cidade de Guimarães (2018) e do Estado do Maranhão (2019), e em 2022 foi aceita como sócia correspondente do Instituto Histórico e Geográfico do Maranhão, por seus estudos sobre a literatura maranhense, principalmente de Maria Firmina dos Reis e de Joaquim de Sousa Andrade. Deste, publicou a primeira edição atualizada, com notas e prefácio, de *O Guesa*, e de Maria Firmina, a primeira edição atualizada de *Úrsula*, em 1988. Possui graduação em Didática Inglesa pela Faculdade Santa Úrsula (1968), em Filosofia pela Universidade Federal do Rio de Janeiro (1970), Licenciatura em 1971, mestrado em Letras pela Pontifícia Universidade Católica do Rio de Janeiro, em Literatura Brasileira (1976), doutorado em Literatura Comparada pela University of South Carolina (1978), pós-doutorado em Simbolismo pela New York University (1985) e em feminismo pela Universidade Livre de Berlim (1995). Iniciou a carreira como tradutora (30 obras) e professora de Inglês em cursos privados e escolas no Rio de Janeiro, professora titular nas Faculdades Integradas Simonsen e Faculdade da Cidade. Tem participado dos grupos de pesquisa NEIA, da UFMG, sobre literatura afro-brasileira, sobre épica, da Universidade de Bochum (Alemanha), e de feminismo, da Universidad Autónoma de Barcelona.¹³⁵

Ainda em 1988, Norma Telles faz um estudo, um artigo científico intitulado *Sonhos e iluminações das mulheres loucas da literatura*, publicado na Revista Escrita, nº 39. É possível que esse seja um dos primeiros trabalhos que aborde uma interpretação variada do romance,

¹³⁴ Disponível em http://memoria.bn.br/docreader/DocReader.aspx?bib=030015_10&pagfis=231380

¹³⁵ Texto adaptado do currículo lattes da pesquisadora, disponível em <http://lattes.cnpq.br/7787315052900514>

não somente apresentando a autora e sua obra, mas trazendo uma visão a respeito da personagem principal da trama, Úrsula, que ao final da narrativa enlouquece e morre.

Úrsula, a donzela, não está presa num castelo mas junto à cama da mãe parálitica numa fazenda arruinada que pertence ao vilão, seu tio. Ambas são vítimas de um senhor de terras e escravos muito cruel que amava a irmã e, inconformado com seu casamento com outro homem (também mau), mata-o, compra a dívida do casal e assim aprisiona a irmã que o traiu e a sobrinha.

[...]

“Deixai pois que minha Úrsula, tímida e acanhada, sem dotes da natureza, nem enfeites de louçania d’arte, caminha entre vós”. E Úrsula caminha entre nós presa à ausência de uma história própria, à máscara plácida que lhe cobre o rosto (TELLES, 1988, p. 22-26)

A pesquisadora Norma Abreu Telles é mais uma das mulheres que, neste período está construindo sua carreira e trajetória no domínio intelectual. Norma Telles se graduou em 1974 em História pela Universidade de São Paulo, concluindo o mestrado em Ciências Sociais pela PUC de São Paulo em 1983. Seu doutorado em Ciências Sociais, como vimos, pela PUC de São Paulo em 1987, centrou-se em pesquisa sobre escritoras brasileiras do século XIX. Foi professora entre 1978 e 2006 do Departamento de Antropologia e do Programa de Estudos Pós-Graduados em Ciências Sociais da PUC-SP.¹³⁶ Publicou diversos livros, entre eles: *Cartografia Brasilis*, *Inscrições*, *Xamãs*, *Ronda das feiticeiras*, *Mínimas rimas dos ventos de outono*, *Encantações, escritoras e imaginação literária no Brasil, século XIX*, *Mulheres viajantes: sete jornadas insólitas*. E diversos outros como organizadora.

Maria Lúcia de Barros Mott publica o livro *Submissão e resistência: a mulher na luta contra a escravidão*, ainda em 1988, com um ensaio dedicado a escritora maranhense, chamado *Maria Firmina: uma escritora mulata*.

O ensaio de Luiza Lobo, *A pioneira maranhense Maria Firmina dos Reis*, será publicado em 1989 na Revista Estudos Afro-Asiáticos, do Centro de Estudos Afro-Asiáticos da Universidade Cândido Mendes. É a primeira vez que um texto sobre Firmina é publicado em uma revista que trata de estudos afro.

Também em 1989, Maria Lúcia de Barros Mott publica, pelo Centro Interdisciplinar de Estudos Contemporâneos/UFRJ (Rio de Janeiro), *Escritoras negras resgatando a nossa história*, um estudo em que a pesquisadora trabalhou com diversas autoras negras, entre elas, Maria Firmina dos Reis.

Ainda em 1989, mais uma vez Norma Telles publica um novo artigo, intitulado *Rebeldes, Escritoras, Abolicionistas*, na Revista de História da Biblioteca Nacional, onde fala sobre o romance *Úrsula* e o conto *A escrava*. Segundo Norma Telles, no resumo do artigo:

¹³⁶ Parte do texto foi adaptada do currículo lattes da pesquisadora, disponível em <http://lattes.cnpq.br/3848126807218813>

A autora resgata a memória de duas escritoras abolicionistas do século passado, analisando sua militância e suas críticas à sociedade escravista. Aborda de início o livro *Ursula* de Maria Firmina dos Reis (1859), que teria tido não somente um precursor dos escritos abolicionistas de Castro Alves, como também o primeiro romance escrito por uma mulher do Brasil. Da mesma autora, também analisa o livro *A escrava* de 1877. Outra pioneira foi Narcisa Amalia, abolicionista militante, que publicou *A família Medeiros*, na qual descreve com minúcias assustadoras e provocantes uma revolta de escravos numa fazenda de café (TELLES, 1989, p. 73)

Em 1990, Maria Lúcia de Barros Mott publicaria o ensaio *Escritoras negras: buscando sua história* (possivelmente o mesmo estudo publicado em 1989), em *A Mulher na Literatura — Volume III*, organizado por Nádia Battella Gotlib e publicado pela UFMG, Belo Horizonte. A obra fez parte de uma série de livros que registraram os trabalhos acadêmicos apresentados nos Encontros Nacionais da Associação Nacional de Pós-Graduação e Pesquisa em Letras e Linguística (ANPOLL), e contava com o apoio da Fundação Vitae. O livro de 1990 baseou-se nos trabalhos do IV Encontro Nacional, realizado em 1989. Portanto, este último é o ano da primeira divulgação do ensaio de Maria Lúcia.

Maria Firmina dos Reis nasceu em 1827, em S. Luís do Maranhão. Os pais da escritora, segundo seu biógrafo Nascimento Morais Filho (s.d.), não eram casados. [...]
Com pouco mais de 30 anos, em 1859, Maria Firmina publicou *Ursula*, sem contudo colocar seu nome na capa, escondendo-se sob o pseudônimo de “uma maranhense”. o livro conta a história de um amor infeliz entre uma órfã e uma bacharel de Direito. [...]
A narradora denuncia a violência do sistema escravista e questiona sua legitimidade. Os escravos eram arrancados da terra natal, transportados como animais nos navios negreiros, reprimidos sadicamente em caso de justa revolta, e separados de suas famílias, sem respeito algum aos seus sentimentos [...] (MOTT, 1990, p. 45).

Ainda em 1990, Zahidé Lupinacci Muzart abordou a obra de Maria Firmina no estudo *Artimanhas nas entrelinhas: leitura do paratexto de escritoras do século XIX* para discussão no V Encontro Nacional da ANPOLL, realizado em Recife.

No prólogo de Maria Firmina dos Reis (1825) ao romance *URSULA* (1859), os topoi da modéstia são numerosos. O livro é "mesquinho e humilde", é "pobre avezinha silvestre", "tímida e acanhada", sem dotes da natureza... Mas traz uma frase importante, chave para o entendimento da autora: "Sei que **pouco vale este romance**, porque escrito por uma **mulher, e mulher** brasileira, de educação acanhada e sem trato e conversão dos homens ilustres (...) com uma **instrução misérrima** (...) e pouco lida, o seu cabedal intelectual é quase nulo" (MUZART, 1990, p. 68, grifos da autora).

Em 1990 temos ainda a monografia de Luzia Navas Toríbio, *O negro na literatura maranhense*, lançada no mesmo ano pela Academia Maranhense de Letras, na qual Maria Firmina dos Reis e seu romance *Ursula* ganham papel de destaque, uma vez que são analisados sob a ótica da produção a respeito considerada abolicionista.

Em 1993, Luiza Lobo publica o livro *Crítica sem Juízo*, que reúne vários de seus ensaios. Entre eles o texto *Um auto-retrato de mulher: a pioneira maranhense Maria Firmina dos Reis*, que uniu os trabalhos anteriores. No mesmo livro, é republicado também o ensaio *O negro de objeto a sujeito*.

Alfredo Souza Dorea publica no Caderno do CEAS, na edição *300 anos de Zumbi*, o artigo *Maria Firmina dos Reis, negra memória do Maranhão*, em 1995.

Em 1997, no livro *La novella antiesclavista em Cuba y Brasil: siglo XIX*, Sara Rossel fez um estudo sobre o gênero romance, tendo destacado o romance *Úrsula*, da escritora maranhense. O capítulo que se refere ao romance de Maria Firmina dos Reis, no livro de Sara Rossel, chama-se *La opresión sexual y racial en Úrsula y A Escrava Isaura*.

En *La novela antiesclavista en Cuba y Brasil, siglo XIX*, Sara V. Rossell lleva a cabo un estudio comparativo entre la novela de Guimarães y Úrsula (1859) de Maria Firmina dos Reis, una autora que permaneció desconocida en Brasil hasta la década de 1970. Maria Firmina dos Reis fue una mujer mulata que se dedicó al magisterio y a la literatura, lo que sumado a sus ideas abolicionistas le valió la marginalización extrema, junto con su exclusión de la historia de la literatura. Para el caso cubano, Rosell incluye en su estudio: *Sab* (1841) de Gertrudis Gómez de Avellaneda y *Cecilia Valdés o La Loma del Ángel* (edición de 1882) de Cirilo Villaverde (MIRAMONTES, 2004, p. 74)¹³⁷

Em 1999 é lançado o livro *Escritoras Brasileiras do Século XIX*, organizado por Zahidé Lupinacci Muzart e lançada pela Editora Mulheres (Florianópolis, SC). O verbete correspondente da Maria Firmina dos Reis, fala sobre o *Álbum* da escritora, o romance *Úrsula* e o conto *A escrava*, totalizando 20 páginas.

Já em 2001, é defendida a dissertação de mestrado em Teoria Literária *A escritura vanguarda de Maria Firmina dos Reis: inscrição de uma diferença na literatura do século XIX*, por Cristiane Maria Costa de Oliveira, na Faculdade de Letras da UFRJ.

Úrsula é escrito com a técnica de encaixes de narrativas com as personagens contando suas vidas. Na primeira narrativa, fundamental para toda a estória, o escravo Túlio, salva a vida do jovem branco Tancredo e leva-o, moribundo para a casa de Úrsula, que cura seus ferimentos. Na segunda narrativa, o decepcionado Tancredo descreve sua vida repleta de acontecimentos tristes, decepções e amores traídos. Na terceira, a mãe de Úrsula, Luíza B., também conta sua vida de pobreza, represália e abandono, decorrido do fato de seu casamento ter sido feito sem o consentimento da família. E na quarta narrativa, a da velha africana Preta Susana, conta como era sua vida na África e sua triste transformação em escrava. (OLIVEIRA, 2001, p. 79)

¹³⁷ Disponível em <https://revista-iberoamericana.pitt.edu/ojs/index.php/Iberoamericana/article/download/5584/5732>

Ainda em 2001, uma edição revista da *Enciclopédia de literatura brasileira*, de Afrânio Coutinho e José Galante Sousa é lançada, trazendo em seu segundo volume um verbete sobre Maria Firmina dos Reis

REIS, Maria Firmina dos (São Luís, MA, 11 out. 1825 – Guimarães, MA, 11 nov. 1917), romancista, poeta, professora. Pseud.: Uma Maranhense. BIBL.: *Úrsula* (rom); id. 1975 (ed. fac-sim., pref. de Horácio de Almeida); *Cantos à beira-mar* (poes.); versos em: *Parnaso maranhense*. s.d. p. 222-5. Colab.: *Semanário Maranhense*, São Luís, MA, 1867-1868. REF.: Blake Dic., VI, 232; Montelo, Josué. A primeira romancista brasileira. *J. Brasil*, 11 nov. 1975 (COUTINHO e SOUSA, 2001, p. 1357).

Em 2002 Joan Torres-Pou, professor e pesquisador de literatura, arte e cinema hispano-americano, publicou o livro *Aproximaciones a la narrativa femenina del diecinueve en Latinoamérica*, nele há um capítulo dedicado à análise do romance *Úrsula*, intitulado *O melodrama romântico: a crítica ao sistema patriarcal em 'Úrsula', de Maria Firmina dos Reis*. O livro é apresentado pela crítica literária, professora e oradora Phyllis Zatihn:

Torres-Pou has analyzed a diversified array of 19th-century women writers from various parts of the Americas: Argentina, Bolivia, Brazil, Cuba, Dominican Republic, California, and Texas. These are authors who made groundbreaking contributions to several genres of Hispanic letters but whose writings, even those that were well received in their day despite the obstacles the writers faced as women, have largely been ignored by succeeding generations. Torres-Pou effectively fills gaps in our scholarly knowledge. He does so by including texts that were written in English, French, and Portuguese as well as Spanish, and by placing these early Latin American writers' works in their respective sociohistorical contexts. He also develops illuminating comparisons between the social status of women and women writers in Latin American with the contemporaneous situation of women in Europe and the United States... a well-written, thoroughly-documented study that presents a wealth of information and new insights of interest not only to specialists in the field of Latin American women's literature but to anyone interested in women's studies or the history of the America,¹³⁸

Tradução livre:

Torres-Pou analisou uma gama diversificada de escritoras do século XIX de várias partes das Américas: Argentina, Bolívia, Brasil, Cuba, República Dominicana, Califórnia e Texas. Estas são autoras que fizeram contribuições inovadoras para vários gêneros de letras hispânicas, mas cujos escritos, mesmo aqueles que foram bem recebidos em sua época, apesar dos obstáculos que as escritoras enfrentaram como mulheres, foram amplamente ignorados pelas gerações seguintes. Torres-Pou efetivamente preenche lacunas em nosso conhecimento acadêmico. Ele faz isso incluindo textos que foram escritos em inglês, francês e português, bem como em espanhol, e colocando as obras dessas primeiras escritoras latino-americanas em seus respectivos contextos sócio-históricos. Ele também desenvolve comparações esclarecedoras entre o status social de mulheres e escritoras na América Latina com a situação contemporânea das mulheres na Europa e nos Estados Unidos. um estudo

¹³⁸ Disponível em <https://mellenpress.com/book/Aproximaciones-a-La-Narrativa-Femenina-Del-Diecinueve-En-Latinoamerica/4716/>.

bem escrito e bem documentado que apresenta uma riqueza de informações e novos insights de interesse não apenas para especialistas no campo da literatura feminina latino-americana, mas para qualquer pessoa interessada em estudos da mulher ou na história das Américas.

Em 2003 Germana Maria Araújo Sales defende a tese de doutorado em Teoria e História Literária (Literatura Brasileira) pelo Departamento de Teoria Literária, do Instituto de Estudos da Linguagem da Universidade Estadual de Campinas, chamada *Palavra e Sedução: uma leitura dos prefácios oitocentistas (1826-1881)*.

Maria Firmina dos Reis e o prefácio do romance *Úrsula* é um dos textos analisados pela pesquisadora, seu estudo sobre os prefácios, segundo a autora é importante uma vez que:

Os prefácios funcionam, também, como o lugar onde são exercidos os debates que buscam dar forma à estética romanesca que *vai* sendo reconhecida ao longo do século. É por meio desses prólogos que podemos acompanhar o processo longo e progressivo de alteração das imagens, opiniões e pensamentos dos romancistas e do gênero romance. Sob este ponto de vista, os prólogos dos romances do século XIX devem ser examinados como elementos da história do romance e da formação do público leitor. Através desses textos, é possível investigar como ocorreu este processo de formação (SALES, 2003, p. 13).

Ainda em 2003, o artigo de Dulcina Tereza Bonati Bordes, Edmar Henrique D. Davi e Jane de Fátima S. Rodrigues, *Impacto de los Centros en el Currículo Educativo* é publicado no Caderno Espaço Feminino, trazendo em um de seus parágrafos uma menção a Maria Firmina:

El final del siglo XIX se caracterizó por una relativa visibilidad de la mujer em el espacio público. Era editado *Úrsula*, la primera novela abolicionista brasileña escrita por una mujer negra, Maria Firmina dos Reis. Em la música, Chiquinha Gonzaga desafiaba el orden social masculino (BORDES, DAVI e RODRIGUES, 2003, p. 14).

¹³⁹

Encerrando esta segunda fase, temos o texto *Uma espiada na imprensa das mulheres no século XIX*, de Zahidé Lupinacci Muzart, publicado na Revista Estudos Feminista em 2003.

Na verdade, o esquecimento de escritoras do século XIX é um esquecimento político. Pois não só porque mulheres escritoras são esquecidas; são esquecidas sobretudo as mais atuantes, as feministas, em uma palavra. Posso adiantar, das brasileiras, Josefina Álvares de Azevedo, Ana Aurora do Amaral Lisboa, Idefonsa Laura César e **Maria Firmina dos Reis** foram bastante atuantes (MUZART, 2003, p. 227).

¹³⁹ Disponível em <http://www.seer.ufu.br/index.php/nequem/issue/view/15>

Importante perceber que, nessa segunda fase, o grosso dos trabalhos sobre Maria Firmina dos Reis, ao contrário da primeira fase, é escrito por mulheres que estão na universidade e se concentram na crítica literária (ou na área de Letras).

Outro ponto que merece destaque é a questão do “resgate” de autoras até então tidas como “esquecidas” pela história e pela literatura convencional. Segundo a própria Muzart, há um interesse no estudo dessas mulheres e de suas produções, pois “tais livros são estudados e **resgatados** como válidos porque primeiras manifestações de mulheres brasileiras (MUZART, 1990, p. 68, grifo nosso). O estudo dessas mulheres passa a dar a ver que por traz de uma suposta ideia de “escassez” ou mesmo de “mudez” feminina (PERROT, 2005, p. 9), começam a surgir diversas vozes “destoantes”, a exprimir “itinerários improváveis” (MICELI, 2008, p. 13) em campos que tradicionalmente não permitem o acesso do “segundo sexo” (SIMIONI, 2008). São comuns conceitos como “resgate”, “resgatar”, “memória”, “silenciamento”, “excluídas”, entre outros, referindo-se às mulheres dos períodos anteriores, como Maria Firmina, que estão sendo pesquisadas.

Nesse período as pesquisas sobre História das Mulheres estão chegando e se iniciando nas academias brasileiras. Algumas produções surgem no início da década de 1980, que contemplam a categoria de análise “mulher”, “mulheres”. Soma-se a isso que, como foi visto no primeiro capítulo, o texto de Joan Scott (*Gênero, uma categoria útil de análise*) terá sua tradução publicada no Brasil em 1990:

Convém lembrar que antes de surgir aquele número da *Revista Brasileira de História* (de 1989), Maria Odila Leite da Silva Dias já havia publicado, em 1984, o seu livro *Quotidiano e poder em São Paulo no século XIX*, e nele a categoria ‘mulheres’ estava presente. Além dela, Luzia Margareth Rago publicou, em 1985, *Do cabaré ao lar: a utopia da cidade disciplinar, Brasil 1890-1930*; Miriam Moreira Leite tinha organizado, em 1984, também, *A condição feminina no Rio de Janeiro, século XIX: antologia de textos de viajantes estrangeiros*.¹ E, no mesmo ano do citado número da RBH (1989), outras autoras estavam publicando, como por exemplo Martha de Abreu Esteves, em *Meninas perdidas: os populares e o cotidiano do amor no Rio de Janeiro da Belle Époque*; Rachel Soihet, em *Condição feminina e formas de violência: mulheres pobres e ordem urbana, 1890-1920*; Eni de Mesquita Samara, *As mulheres, o poder e a família: São Paulo século XIX*; Magali Engel, *Meretrizes e doutores: saber médico e prostituição no Rio de Janeiro*.² Portanto, o número da RBH emergiu no interior de várias pesquisas que estavam tematizando aquelas categorias (SOIHET E PEDRO, 2007, p. 282).

Grande parte dos textos dessa fase dá conta de “redescobrir” as mulheres do passado que não foram abordadas pela História, pelas Letras, pelas Ciências Sociais. Maria Firmina surge como uma dessas mulheres entre muitas outras. Segunda Norma Telles, escrevendo no período, “deve-se empreender um ato de **re-revisão, resgatá-las** do passado: um ato de olhar para trás de maneira nova” (TELLES, 1990, p. 134, grifo nosso). Essas pesquisadoras,

buscavam essa revisão em seus campos de estudo, trazendo esse novo “olhar em relação ao passado” como forma de demonstrar que, embora até aquele momento não houvessem ocorrido pesquisas a respeito das mulheres que tentaram adentrar nos domínios artísticos, não quer dizer que elas não tivessem existido.

A partir dos anos 1960 começa a crescer nas ciências humanas e sociais (especialmente na História e na Sociologia) uma crítica ao racionalismo, que passa a questionar os modelos teóricos rígidos.

Essas mudanças, somadas ao movimento, no início da década de 1920, na historiografia com a *Escola dos Annales*, contribuiu substancialmente para a integração de personagens até então “excluídos” das pesquisas nas áreas das ciências humanas e das ciências sociais como: as mulheres, os operários e as operárias, os negros e as negras, os indígenas, os camponeses e as camponesas. O resumo da dissertação de Cristiane Maria Costa de Oliveira evidencia esses aspectos, a questão da busca por um “resgate” da inclusão do negro africano na literatura brasileira, o “resgate” de uma autora mulher, pioneira na escrita do romance no Brasil:

O africano e seus descendentes têm uma história de exclusão na literatura brasileira. Este trabalho faz a análise do romance *Úrsula*, escrito por Maria Firmina dos Reis, visando ressaltar a pioneira inclusão do africano na literatura maranhense do século XIX. *Úrsula*, publicado em 1859, foi o primeiro romance escrito por mulher e também o primeiro a abordar a abolição. Maria Firmina dos Reis é colocada como um exemplo fundamental da necessidade de **reexaminar** a literatura brasileira, a história, a cultura, e a escravidão africana, usando **a contribuição das mulheres e fazendo o resgate histórico da produção feminina** (OLIVEIRA, 2001, p. 06, grifo nosso).

Zahidé Muzart, no resumo de seu artigo *Uma espiada na imprensa das mulheres no século XIX* (2003), também afirma sobre a importância de “recuperar” essas mulheres do “esquecimento”:

No presente artigo, tento **recuperar a memória literária das mulheres brasileiras** no século XIX, examinando alguns periódicos fundadores por elas dirigidos. Detenho-me, especialmente, em Juana Paula Manso, fundadora do *Jornal das Senhoras*, considerado o primeiro periódico feminino no Brasil, e discuto tal atribuição, trazendo à luz o periódico de Maria Josefa Pereira Pinto, bem anterior ao de Juana Paula Manso. **Não obstante o esquecimento político que os cercou, assinalo sua importância no sentido de despertar a consciência das mulheres para a necessidade de conquistarem direitos fundamentais ligados à educação, à profissionalização e, posteriormente, ao voto** (2003, p. 255, grifo nosso).

Neste cenário, somado aos movimentos sociais feministas, ao acesso das mulheres às universidades e a outros espaços profissionais, espaços públicos, o interesse em estudar a si mesmas, conhecer sua história, entender a origem de suas questões sociais e formas de

minimizar problemas de cunho social e econômico, as mulheres passam à condição de objeto e sujeito das pesquisas acadêmicas.

Outro ponto a considerar sobre as pesquisas a respeito de Firmina, nesta fase, é que muitos dos discursos a respeito da autora, além de situá-la no contexto do século XIX como escritora, primeira romancista e primeira romancista abolicionista brasileira, também a colocam em relação a outras escritoras, como a tese de Norma Telles, *Encantações: escritoras e imaginação literária no Brasil*, em que são trabalhadas, além de Firmina, as autoras Narcisa Amália, Maria Benedicta Bormann, Júlia Lopes de Almeida e Josefina Álvares de Azevedo; ainda em Norma Telles, o artigo *Sonhos e iluminações das mulheres loucas da literatura*, além de *Úrsula*, trabalha com personagens femininas dos textos de Júlia Lopes, Narcisa Amália, Maura Lopes, entre outras.

O livro de Maria Lucia Mott, *Submissão e resistência*, no capítulo *Escravidão e literatura*, Maria Firmina surge ao lado do nome de Angela do Amaral Lisboa, Rita Joana de Souza, Nísia Floresta, Josefina Durocher, entre outras. Mott também escreveu o artigo *Escritoras negras resgatando a nossa história*, em que analisa sobre Rosa Maria Egipciana, Teresa Margarida da Silva Orta, Luciana de Abreu, Auta de Souza, Antonieta Barros, Carolina Maria de Jesus, Ruth Guimarães, Vera Teresa de Jesus e Anajá Caetano.

Os artigos de Muzart seguem na mesma linha. Em *Artimanhas nas entrelinhas: leitura do paratexto de escritoras do século XIX*, analisa os prefácios de autoras como Júlia da Costa, Delminda Silveira, Emilia Freitas além de Firmina. Outro texto de Muzart que trabalha com Firmina ao lado de outras autoras é *uma espiada na imprensa das mulheres no século XIX*, Maria Firmina surge ao lado de Josefina Álvares de Azevedo, Ana Aurora do Amaral Lisboa e Ildefonsa Laura César, escritoras brasileiras que, como ela, também foram muito atuantes nos jornais dos oitocentos.

Além da tese de Germana Sales *Palavra e Sedução: uma leitura dos prefácios oitocentistas (1826-1881)*, em que analisa o prefácio de outras escritoras do século XIX, além de Maria Firmina.

A questão negra é igualmente imprescindível no trabalho de significação e consagração de Firmina. Há, por um lado, um discurso que está presente desde a fase anterior, que declara Maria Firmina dos Reis como a primeira romancista brasileira e a primeira a escrever um romance abolicionista, que se diferencia dos demais escritores abolicionistas de sua época. Esses enunciados perpassam ambas as fases e estão presentes com os demais posicionamentos sobre a “mulher”, “professora” e “escritora”. Ganham força estudos literários como: *Il negro nel romanzo brasiliano* (1982), de Giorgio Marotti; a introdução da

terceira edição de *Úrsula* (1988), escrito por Charles Martin, *Uma rara visão de liberdade*; o artigo de Norma Telles *Rebeldes, Escritoras, Abolicionistas* (1989); a monografia de Luzia Navas Toríbio¹⁴⁰, *O negro na literatura maranhense* (1990) e a dissertação de mestrado de Cristiane Oliveira (2001) *A escritura vanguarda de Maria Firmina dos Reis: inscrição de uma diferença na literatura do século XIX*. Todos esses textos se centram em como Maria Firmina aborda o negro em seu romance.

Para todos esses pesquisadores, *Úrsula* é um romance abolicionista que diverge dos demais escritores da mesma época, pois coloca o negro no mesmo nível do branco, além de criticar a escravidão a partir de uma visão humanista.

Segundo Navas-Toríbio, Firmina dá papel de destaque aos personagens negros como, por exemplo, no caso de Túlio, “não obstante, o escravo Túlio vem a ser o elemento chave do romance, responsável que foi pela aproximação de Tancredo e Úrsula” (1990, p. 26), o casal protagonista da trama.

Outro ponto de vista defendido por esses pesquisadores é a voz dada aos personagens negros, que falam sobre a África e sobre a captura e vinda para o Brasil no navio negreiro através de suas memórias, como os escravos mãe Susana e Antero.

Para Charles Martin, prefaciador da terceira edição de *Úrsula*, o romance apresenta como sua grande originalidade o fato de comparar o escravo Túlio ao senhor Tancredo em pé de igualdade, o que raramente ocorre num romance do século XIX. outra figura impressionante, segundo o ensaísta, é a velha escrava mãe Susana. Cenas marcantes são o capítulo em *flash back* (IX) que descreve sua captura na África, a separação dos filhos (quando é obrigada a abandonar seu trabalho na roça e é levada para o navio negreiro, sem poder vê-los), a viagem e o desespero existencial no Brasil, que quase a levam à loucura. O negro Antero tem como função (capítulo XVIII) impedir Túlio de avistar os noivos sobre os planos do tio de *Úrsula*, que deseja sequestrá-la na porta da igreja. Ele tem vivas reminiscências ritualísticas da África, por exemplo, quando compara a cachaça maranhense – tiquira – com as bebidas que se utilizava lá, em rituais (LOBO, 1993, p. 229).

Contudo, nesta segunda fase, um novo discurso surge, ainda tímido, mais que passa a englobar Maria Firmina dos Reis nele: as pesquisas sobre o negro que, como vimos, passa a ser incluído na sociedade como um agente e não mais um simples expectador da história e dos eventos sociais. Dentre os textos que se destacam em relação a esse novo discurso em que Maria Firmina passa a ser incluída, estão *O negro de objeto a sujeito* (1988) de Luíza Lobo:

O principal aspecto que definiria uma significativa mudança entre os estudos sobre o negro realizados no passado e os que aparecem nesta década pode ser descrito assim:

¹⁴⁰ A monografia de Navas-Toríbio faz uma análise do negro como personagem na literatura maranhense, além de Maria Firmina dos Reis, são analisados textos de Trajano Galvão e Gonçalves Dias.

o negro deixa **de ser objeto para passar a ser sujeito** da literatura e da sua própria história; deixa de ser tema (inclusive como estereótipo) para ser autor de uma visão de mundo própria (p. 206, grifo nosso).

Outro texto que pode ser destacado é o de Maria Lúcia Mott, *Escritoras negras resgatando a nossa história* (1989), em que a autora faz um “levantamento preliminar sobre as escritoras negras, anteriores ao Movimento Negro organizado dos 70 e sobretudo dos anos 80” (p. 51). Lembramos que o Movimento Negro surgiu em finais dos anos 1970. É desse período que surge a preocupação com os estudos do “agente, ator, pessoa, *self*, indivíduo, sujeito” (ORTNER, 2011, p. 440).

Já no final desta segunda fase é possível perceber que há a emergência de um primeiro discurso acadêmico voltado exclusivamente para Maria Firmina. A dissertação de mestrado em Teoria Literária de Cristiane Maria Costa de Oliveira pela UFRJ, em 2001, é uma pesquisa que trata especificamente da escrita de Firmina e de seu romance *Úrsula*, sem analisar a escritora maranhense junto a um rol de outras escritoras a serem “resgatas”. Esse será o tom prevalente da terceira fase das pesquisas sobre Maria Firmina dos Reis, que passarão a abranger um leque maior de temas.

4.3 Uma terceira fase: 2004 a 2022

Em 2004 é lançada a quarta edição do romance *Úrsula*,¹⁴¹ agora trazendo também o conto *A escrava* e posfácio de Eduardo de Assis Duarte *Maria Firmina dos Reis e os primórdios da ficção brasileira*. Segundo o texto de Duarte:

Com seu gesto – sob muitos aspectos inaugural – Maria Firmina aponta o caminho do romance romântico como atitude política de denúncia de injustiças há séculos arraigadas na sociedade patriarcal brasileira e que tinham no escravo e na mulher suas principais vítimas. É portanto, como mulher e como afro-brasileira que a autora põe-se a narrar o drama da jovem Úrsula e de sua desafortunada mãe, ao qual se acrescentam o infortúnio de Tancredo, traído pelo próprio pai, e a tragédia dos escravos Túlio, Susana e Antero, que recebem no texto um tratamento marcado pelo *ponto de vista interno*, pautado por uma profunda fidelidade oculta à diáspora africana em nosso país. Essa solidariedade para com o oprimido, também presente no conto “A Escrava”, é absolutamente inovadora se comparada àquela existente em outros romances abolicionistas do século XIX, pois nasce de uma perspectiva *outra*, pela qual a escritora, irmanada aos cativos e a seus descendentes, expressa, pela via da ficção, seu pertencimento a esse universo de cultura (DUARTE, 2004, pp. 268-268, grifos do autor).

¹⁴¹ Lançado pela Editora Mulheres, fundada em 1995 por fundada por Zahidé Lupinacci Muzart, Elvira Sponholz e Susana Funck em conjunto com a Editora PUC Minas.

Nesse trecho, a defesa da inovação e da diferença entre Maria Firmina dos Reis, como romancista abolicionista, quando comparada com os demais do mesmo gênero e da mesma época, permanece.

Ainda em 2004 temos a defesa da dissertação de mestrado em Literatura e Crítica Literária *Os destinos trágicos da figura feminina no romantismo brasileiro*, por Maria de Lourdes da Conceição Cunha pela Pontifícia Universidade Católica de São Paulo. Nessa dissertação, Maria de Lourdes faz uma pesquisa trabalhando com os romances *O Guarani*, de José de Alencar e *Úrsula*, de Maria Firmina dos Reis, sua proposta central é compreender as formas de violência que as personagens femininas desses romances foram vítimas, acarretando, ao final, no suicídio das mesmas, um tema recorrente no Romantismo da época:

Em *O Guarani* e *Úrsula* há uma galeria de homens tiranos, vingativos, injuriosos, que manifestam sua violência contra os heróis e as frágeis donzelas. Esse comportamento malévolos, muitas vezes, não tem outro fundamento, senão o caráter explosivo e impositivo de suas vontades. Porém, há de se considerar que a violência no Romantismo não faz parte apenas de um vilão contra um herói, como é o caso de Fernando P., adversário do bom mocinho Tancredo, em *Úrsula*, mas como no caso de Isabel, em *O Guarani*, a agressão tem como agente e alvo o próprio ser que opta pelo suicídio (CUNHA, 2005, p. 24).

Em 2005, Constância Lima Duarte publica a resenha *Gênero e etnia no nascente romance brasileiro* na Revista Estudos Feministas sobre o romance *Úrsula*; é, possivelmente, a primeira vez que o romance de Maria Firmina dos Reis aparece associado ao conceito de gênero.

Uma importante reedição acaba de ser realizada pela Editora Mulheres, de Florianópolis, em parceria com a Editora da PUC Minas. Trata-se da publicação do romance *Úrsula*, que veio a público originalmente em São Luís do Maranhão, no ano de 1859, pela mão afrobrasileira de Maria Firmina dos Reis. **A autora é considerada uma das pioneiras da ficção escrita por mulheres em nosso país, ao lado de Nísia Floresta e Ana Luísa de Azevedo e Castro.** Mas o mérito da edição não se resume a isso (DUARTE, 2005, p. 443, grifo nosso).

No trecho acima, Firmina ainda é citada ao lado de outras escritoras brasileiras consideradas tão importantes quanto ela. Em relação à questão de gênero, a pesquisadora afirma que:

Outro fator a ressaltar é o ponto de vista gendrado, que permite a crítica às formas de subordinação da mulher no patriarcado brasileiro, herdeiro das relações coloniais. Em uma reflexão inédita na escrita de seu tempo, Maria Firmina dos Reis fala como mulher e associa a dominação de raça à de seu sexo, **vinculando, portanto, gênero e etnia.** O texto evidencia que a ausência de liberdade do negro emana do mesmo sistema que subordina a mulher... E isso muito antes de Simone de Beauvoir promover a equiparação dessas categorias. A mulher é o outro, tanto quanto o negro. Nesse sentido, ganha importância a cena em que a jovem *Úrsula*, presa ao território familiar enquanto aguarda o príncipe encantado,

inveja a mobilidade adquirida pelo escravo alforriado (DUARTE, 2005, p. 443, grifo nosso).

Os pesquisadores que mais se destacam nessa terceira fase são: Zahidé Muzart, pelo lançamento da edição de *Úrsula* 2004 pela Editora Mulheres, fundada pela pesquisadora; Eduardo de Assis Duarte, em virtude dos prefácios e/ou posfácios escritos para as edições de *Úrsula* pela UFMG/ Editora Mulheres; Algemira de Macedo Mendes e Constância Lima Duarte, pelas contribuições para a divulgação da vida e obra de Maria Firmina dos Reis. Os trabalhos desses pesquisadores aparecem com recorrência nas referências bibliográficas das pesquisas feitas sobre Maria Firmina dos Reis.

Zahidé Lupinacci Muzart (1939-2015) graduou-se em Letras Neolatinas pela PUC do Rio Grande do Sul, em 1961 e em Música pela Escola de Artes da Universidade Federal do Rio Grande do Sul em 1966. Em 1962, fez uma especialização em Literatura Francesa no Centre D'études Supérieures de Français, como bolsista da Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior (CAPES). Entre 1967 e 1968 fez uma nova especialização em Língua Francesa, pela Université de Toulouse. E também, entre 1967 e 1970, doutorou-se em Letras pela Université de Toulouse – Le Miral, ambas como bolsista do governo francês, e defendeu a tese *Etude Comparative du style: Jubiabá et O Moleque Ricardo*, orientada por Jean Roche. Iniciou como professora visitante de Literatura Brasileira e Teoria Literária, na Universidade Federal de Santa Catarina (UFSC) em 1976, tornando-se professora efetiva em 1979. Desde esse final da década de 1970 até 1993, quando se aposentou, atuou tanto no ensino da graduação, quanto da Pós-graduação em Literatura, além das inúmeras outras funções que desempenhou junto à UFSC. Foi durante essa época de atuação na UFSC, intercalando os dois períodos em que atuou na função de coordenadora do Programa de Pós-Graduação em Literatura (1981 a 1983 e 1986 a 1987), que ela concluiu o Pós-doutorado na Ecole des Hautes Études en Sciences Sociales, Paris, França (1983- 1984), novamente como bolsista da CAPES. Zahidé Muzart foi fundadora da Revista Travessia da UFSC em 1980 e sua editora por 13 anos. Foi parecerista das revistas Brasil/Brazil (PUC/RS); Signótica (UFG); Travessia (UFSC); Verbo de Minas (UFJF); Plural/Pluriel (Univ. Nanterre, França); Anuário (UFSC); Estudos feministas (UFSC) e foi editora de artigos e resenhas da Revista Estudos Feministas (REF) da UFSC; assim como Coordenadora do IEG - Instituto de Estudos de Gênero da Universidade Federal de Santa Catarina por vários anos. Em 1995, em sociedade com Susana Funk funda a Editora Mulheres, especializada em resgate de textos de escritoras do século XIX¹⁴². “Publicou 40 livros, 82 capítulos de livros, um número relevante de artigos em periódicos científicos, além de ter organizado várias publicações em parceria com especialistas das suas áreas de pesquisa” (HELLMANN, 2017, p. 04).

Em 2006, Algemira de Macedo Mendes defende sua Tese de Doutorado em Letras pela PUC do Rio Grande do Sul com o título *Maria Firmina dos Reis e Amélia Beviláqua na história da literatura brasileira: representação, imagens e memórias nos séculos XIX e XX*. Segundo a pesquisadora, no resumo da tese:

O presente trabalho, *Maria Firmina dos Reis e Amélia Beviláqua na história da literatura brasileira: representação, imagens e memórias do século XIX e XX*, tem

¹⁴² Informações extraídas e adaptadas de HELLMANN, Risolette Maria. Crítica literária feminina: o legado de Zahidé Muzart. **Seminário Internacional Fazendo Gênero 11 & 13th Women's Worlds Congress** (Anais Eletrônicos), Florianópolis, 2017.

como suporte teórico a História da Literatura, História, **Histórias das Mulheres** e Teoria Literária. Seu objetivo foi rastrear o processo de **inclusão e de exclusão das escritoras** Maria Firmina dos Reis e Amélia Beviláqua na historiografia literária brasileira do século XIX e século XX. Realizou-se estudo extratextual e intratextual das obras *Úrsula*, de Maria Firmina dos Reis, assim como dos romances *Angústia* e *Jeanete* de Amélia Beviláqua, verificando as memórias, imagens e representações **do estatuto da mulher** no contexto sociopolítico e cultural no qual as obras se inserem (MENDES, 2006, p. 08, grifos nossos).

Na tese de Algemira Mendes, Firmina ainda aparece ao lado de outra escritora, aqui a proposta é pensar na questão de como as mulheres foram ou não incluídas na história da literatura brasileira nos séculos XIX e XX. Contudo, a categoria mulher está presente nesse estudo, a partir das obras estudadas pela pesquisadora.

Algemira de Macedo Mendes é outra pesquisadora que se destacou em seus estudos sobre Maria Firmina dos Reis e sobre as mulheres na literatura brasileira. É graduada em Licenciatura Plena em Letras pela Universidade Estadual do Piauí (1993), possui Mestrado em Teoria Literária pela Universidade Federal de Pernambuco (2002), e Doutorado em Letras pela Pontifícia Universidade Católica do Rio Grande do Sul (2006). Durante a realização do curso de mestrado teve contado com REDOR (Rede de pesquisa sobre a mulher e suas relações de gênero) e iniciou suas pesquisas pelo resgate da mulher na literatura na área. Participou de vários congressos científicos como, por exemplo, Sociedade Brasileira para o Progresso da Ciência - SBPC e Congresso de Leitura do Brasil - COLE, apresentando trabalhos ora como painelistas ora como comunicadoras. “É professora assistente de Literatura Brasileira e Teoria Literária da Universidade Estadual do Piauí - UESPI, tendo sido nessa instituição coordenadora do curso de Letras/Português e do curso de Letras/Espanhol, e da pós-graduação lato sensu em Estudos Literários. É também professora assistente da Universidade Estadual do Maranhão - UEMA, desde 2000, em Caxias - MA. Vem atuando na pós-graduação lato sensu, na área de literatura brasileira, tanto ministrando aulas como na orientação de monografias e participações em bancas de defesas. Orientando também bolsista de iniciação científica vinculada à pró-Reitoria de Pesquisa e Pós - Graduação da UESPI” (REBRA, Rede de Escritoras Brasileiras).¹⁴³

Notamos que, nesta fase, as mulheres já estão mais presentes no domínio intelectual e da literatura no Brasil.

No ano de 2006 temos ainda a publicação dos artigos *A diáspora afro brasileira em Úrsula de Maria Firmina dos Reis* de Maria M. Bora, na Revista del CESLA:

Certamente, nenhum dos românticos **canonizados** representou de forma mais detalhada imagens sobre a nação e os efeitos da diáspora afro-brasileira, como a escritora Maria Firmino dos Reis (1825-1917). Publicado em 1859, o romance *Úrsula antecipa* a obra do poeta abolicionista Castro Alves, cuja produção vai de 1876 a 1883; a obra de Joaquim Manoel de Macedo, *Vítimas-algozes* (1869) e a *Escrava Isaura* (1875), de Bernardo Guimarães. Entretanto, o mérito de sua obra deve-se ao fato de ser o primeiro romance escrito como produção de autoria afrodescendente (BORA, 2006, p. 77, grifos nossos).

¹⁴³ Informações extraídas e adaptadas do currículo lattes da pesquisadora, disponível em <http://lattes.cnpq.br/9640006031037348> e do perfil biográfico da autora no site REBRA (Rede de Escritoras Brasileiras), disponível em http://rebra.org/escritora/escritora_ptbr.php?id=1246

E Imagens do negro na literatura brasileira do século XIX: uma análise do romance Úrsula, de Maria Firmina dos Reis de Claunísio Amorim Carvalho na Ciência Humana em Revista.

Este artigo aborda como a figura do negro foi tratada na literatura brasileira do século XIX, isto é, nas crônicas jornalísticas, nas conferências jurídicas, na poesia e na prosa de ficção, tendo em conta os ideais abolicionistas e a influência da filosofia e da ciência da época, **com especial atenção ao romance *Úrsula, de Maria Firmina dos Reis*, visando averiguar o seu caráter abolicionista** (CARVALHO, 2006, p. 53, grifo nosso).

Ambos os textos trabalham com o romance *Úrsula*, analisando, cada qual a seu modo, as questões da escravidão, de como o negro é tratado na literatura brasileira e da visão abolicionista da autora. É importante frisar que essa fase será muito marcada pela questão do surgimento do universo da Literatura Negra (ou Literatura Afro-Brasileira) e da predominância de estudos sobre a autoria negra (especialmente a feminina).

Ressalta-se que todos os discursos, desse período, até aqui, têm o tom muito parecido: tratam, principalmente, do romance *Úrsula*, destacando sua “originalidade” em relação aos escritores contemporâneos a Firmina na questão da narrativa sobre o escravo, uma vez que “dá voz diferenciada aos mesmos”. Essa é a primeira e mais recorrente análise que recai sobre o principal texto de Maria Firmina. Geralmente, a escritora oitocentista é associada a outras escritoras, quando o assunto da pesquisa é o tratamento dado ao “esquecimento” ou “apagamento” de mulheres artistas e/ou ao lado de outros escritores do mesmo período. O foco é demonstrar que sua escrita possui “originalidade” no tratamento da questão abolicionista, e/ou apontar como outros autores foram mais consagrados em virtude do cânone literário da época e dos privilégios ligados ao reconhecimento de escritos homens.

Outro texto que costuma ser mencionado nas pesquisas, por ter diretamente em seu título a referência a uma posição ligada às questões tratadas é *A Escrava*, sobretudo dos negros e de gênero.

Em 2008 o Jornal *O Dia*, do Rio de Janeiro, lança uma edição do romance, *Úrsula: romance afrodescendente*. Nota-se que o termo afrodescendente já aparece com mais frequência nos discursos, inclusive, ao referir-se a Maria Firmina.

Nesse mesmo ano, é defendida a dissertação de mestrado em Teoria Literária *A representação do herói marginal na literatura afro-brasileira: uma releitura dos romances *Úrsula de Maria Firmina dos Reis* e *Ponciá Vicêncio de Conceição Evaristo** de Paraguassu de Fátima Rocha, pelo Centro Universitário Campos de Andrade, Curitiba.

A literatura afro vem conquistando espaço no cenário cultural brasileiro através da construção de uma poética que busca trazer o negro para o centro da narrativa. A constituição dessa nova poética negra permite abandonar estereótipos que durante muito tempo caracterizaram o **afro-descendente** e que ressaltavam apenas seus atributos físicos, sua sensualidade, sua fala e sua falta de inteligência. Ao abrir mão de conceitos estreitos que tendem a aumentar as desigualdades, a literatura possibilita o **surgimento de heróis que se destacam não pela raça ou cor da pele, mas por uma trajetória marcada pelo sucesso**, contrariando o registro encontrado na maioria de seus textos ficcionais que mostra uma imagem desvirtuada do **afro-descendente**, cujo processo de desumanização e subalternização se evidencia tanto na consciência negra quanto no olhar do branco. Nesta perspectiva, o presente trabalho tem por objetivo, através da análise comparativa dos romances *Úrsula* (1859) da primeira romancista **afro-brasileira**, Maria Firmina dos Reis, e *Ponciá Vicêncio* (2003) da escritora contemporânea Conceição Evaristo, discutir a questão do heroísmo marginal presente na caracterização das personagens com base nos princípios da liberdade e humanização do afro-descendente (ROCHA, 2008, p. 08, grifos nossos).

Cabe aqui destacar o novo olhar que é lançado sobre o romance *Úrsula*: o ponto de vista que recai sobre ele é o da reafirmação de um herói *afrodescendente* diante a “construção de uma poética que busca trazer o negro para o centro da narrativa” (idem). Devemos lembrar que é a partir de 2001 que o termo *afrodescendente*, como vimos no capítulo três, passa a ser utilizado para se referir aos descendentes de africanos negros escravizados fora da África.

A Literatura Negra ou Literatura Afro-Brasileira como campo de estudos se fortalece a partir desse período. Como vimos, a reorganização do Movimento Negro Unificado, que no final dos anos 1970 passa a sair das salas de grupos de debates, passando a fazer ações mais efetivas para o enfrentamento aos atos de racismo sofridos. São elaborados panfletos, manifestações públicas, associações recreativas de bairro, de trabalhadores. E ainda em 1978 é criado o *Cadernos Negros*, com seu primeiro volume sendo lançado em Araraquara, interior de São Paulo. essa primeira publicação reuniu oito poetas negros. Em 2008, o *Cadernos Negros*, que faz suas publicações uma vez por ano, completou trinta edições.

Em 1995, o Movimento Negro Unificado, durante a Marcha para Brasília, em comemoração aos trezentos anos de Zumbi dos Palmares, conseguiu fazer que algumas de suas reivindicações fossem aceitas pelo Governo Federal:

O movimento negro sistematizou as bandeiras e propostas construídas nos seus vários encontros e congressos e elaborou um programa de combate ao racismo, que foi entregue ao então presidente da República, Fernando Henrique Cardoso, durante a marcha de 1995. O presidente nomeou um grupo de trabalho interministerial (GTI) para estudar as propostas e, em consequência da pressão do movimento, reconheceu o problema do racismo no Brasil, inclusive, em pronunciamentos oficiais em fóruns internacionais.

Foi uma vitória simbólica do movimento negro, pois pela primeira vez o Estado brasileiro, por meio do seu chefe, reconheceu oficialmente o problema do racismo (OLIVEIRA, 2017, p. 16).

Em março de 2008 é sancionada a lei nº 11.645, “que estabelece as diretrizes e bases da educação nacional, para incluir no currículo oficial da rede de ensino a obrigatoriedade da temática História e Cultura Afro-Brasileira e Indígena”. A História Africana passa a ser ainda mais valorizada em nosso país, o que contribui para que as pesquisas nessa área aumentem, inclusive com a inclusão, nos cursos de Licenciatura em História, da disciplina História da África.

Ainda em 2008, Algemira de Macedo Mendes publica o artigo *Maria Firmina dos Reis: um marco na literatura afro-brasileira do século XI*, no XI Congresso Internacional da ABRALIC. De acordo Algemira, Maria Firmina:

ousou denunciar a arbitrariedade, violência e problemas que envolviam a servidão negra em uma sociedade, por excelência, escravista. *Úrsula* (1859) e *A escrava* (1887) são obras em que a escritora adota sua postura abolicionista e defende o escravo. Talvez Maria Firmina dos Reis o faça mais enfaticamente na segunda. Separadas por quase três décadas, ela torna-se mais enérgica e adota uma postura política em relação ao posicionamento passivo da sociedade ante a escravidão (MENDES, 2008, s.p., grifos nossos).

Em 2009 uma nova edição do romance é lançada pela Editora Mulheres, com atualização do texto e posfácio de Eduardo de Assis Duarte, uma edição comemorativa dos 150 anos do romance. Outras edições do romance surgem a partir de então, conforme a tabela a seguir:

TABELA 10
RELAÇÃO DAS REEDIÇÕES DOS LIVROS DE MARIA FIRMINA DOS REIS
(1860-2022)

ANO	TÍTULO	EDITORA	NOTAS
1860	<i>Úrsula</i>	Typografia Progresso	
1975	<i>Úrsula</i>		Edição fac-símile
1987	<i>Úrsula</i>	Presença Edições (RJ) e Instituto Nacional do Livro (INL, Brasília).	Organização, atualização do texto e notas por Luiza Lobo, prefácio de Charles Martin,
2004	<i>Úrsula e a Escrava</i>	Editora Mulheres e PUC Minas	Posfácio de Eduardo de Assis Duarte – Maria Firmina dos Reis e os primórdios da ficção afro-brasileira.
2008	<i>Úrsula, romance afrodescendente.</i>	Editora O Dia	
2009	<i>Úrsula e A escrava</i>	Editora Mulheres e PUC Minas	Edição comemorativa dos 150 anos do romance, atualização do texto e posfácio de Eduardo de Assis Duarte, Florianópolis (SC) e PUC Minas (Belo Horizonte).
2017	<i>Úrsula</i>	PUC Minas	Apresentação e posfácio de Eduardo de Assis Duarte, Editora PUC Minas (Belo Horizonte).
2017	<i>Memorial de Maria Firmina dos Reis – Prosa</i>	Editora Uirapuru	Livro com prosa completa e poesia. Organização Lucciani M. Furtado

	<i>Completa & Poesia”, Livro 01</i>		
2017	<i>Úrsula</i>	Caderno do Mundo Inteiro (1ª edição)	Versão digital gratuita
2017	<i>Cantos à Beira-Mar e Gupeva</i>	Academia Ludovicense de Letras	
2017	<i>Úrsula</i>	Academia Maranhense de Letras	
2018	<i>Úrsula e A escrava</i>	PUC Minas	Prefácio de Eduardo de Assis Duarte – Maria Firmina, mulher do seu tempo e do seu país. Posfácio de Eduardo de Assis Duarte – Úrsula e a desconstrução da razão negra ocidental.
2018	<i>Úrsula</i>	Editora Zouk	Textos de Rafael Balseiro Zin – Maria Firmina dos Reis, intérprete do Brasil. Rita Terezinha Schmidt – Uma voz das margens: do silêncio ao reconhecimento. Eliane Marques – Úrsula: a diferença como exclusão e como desejo de reconhecimento.
2018	<i>Úrsula</i>	Editora Taverna	Prefácio de Rafael Balseiro Zin – Úrsula, um romance original brasileiro. Posfácio de Ana Flávia Magalhães Pinto – A atualidade de Maria Firmina dos Reis, ou uma escritora negra do seu tempo.
2018	<i>Úrsula</i>	Editora Leitura XXI	Comentários de Roberta Flores Pedroso.
2018	<i>Úrsula e outras obras</i>	Edições Câmara	
2018	<i>Úrsula</i>	Cadernos do Mundo Inteiro (2ª Edição)	Edição digital gratuita
2018	<i>Úrsula</i>	Penguin Editora	Introdução de Maria Helena Pereira Toledo Machado e cronologia de Flávio Gomes
2018	<i>Úrsula</i>	Editora Pradense	
2018	<i>Úrsula</i>	Editora Figura de Linguagem	
2018	<i>Úrsula</i>	Iba Mendes Editor Digital	Livro Digital nº 962
2019	<i>Memorial de Maria Firmina dos Reis: prosa completa e poesia – Livro 2</i>	Editora Uirapuru	
2019	<i>Cantos à beira-mar e A escrava</i>	Lebooks Editora	
2019	<i>Úrsula</i>	Editora Ebedê	
2019	<i>Úrsula</i>	Editora Fora do Ar	Prefácio de Kimani; apresentação e posfácio de Régia Agostinho da Silva.
2020	<i>A escrava</i>	Editora Itapuca	
2020	<i>Úrsula</i>	Editora Principis	
2020	<i>Úrsula</i>	LD Títulos	Clássicos da literatura brasileira
2021	<i>Úrsula</i>	Litterae	Box personalizado, para assinantes do clube de assinatura. Com prefácio da Professora Roberta Araújo.
2021	<i>Úrsula</i>	Editora Antofágica	Conta com ilustrações de Heloisa Hariadne e apresentação da multiartista e ativista Preta Ferreira. Os posfácios são assinados pelas professoras doutoras Fernanda Miranda (USP), especialista na obra de Maria Firmina dos Reis, e Régia Agostinho (UFMA), pesquisadora da história econômica das mulheres no contexto da

			escravidão, e pela renomada escritora Conceição Evaristo.
2021	<i>Úrsula</i>	Monte Cristo Editora	Livro digital
2021	<i>A escrava</i>	Galuba Editorial	
2021	<i>A escrava e outros textos</i>	Editora Outra Margem	
2021	<i>Úrsula</i>	Editora Pictos	Áudio livro
2021	<i>A escrava: antologia de prova e verso</i>	Hedra	
2022	<i>Úrsula</i>	Editora Dando a Letra	Livro sob demanda pela UICLAP
2022	<i>Úrsula (em quadrinhos)</i>	7 Cores	Adaptação do romance <i>Úrsula</i> para os quadrinhos. Com roteiro de Iramir Araújo, arte de Rom Freire e Ronilson Freire.
2022	<i>Úrsula</i>	Desconcertos Editora	Edição em comemoração ao bicentenário da autora. Inclui os contos <i>Gupeva</i> , <i>A escrava</i> e o livro de poemas <i>Cantos à beira-mar</i> .
2022	<i>Úrsula</i>	Editora La Fonte	
2022	<i>Úrsula</i>	Cartola Editora	Inclui os contos <i>Gupeva</i> e <i>A escrava</i>

Fonte: Pesquisa própria.

De acordo com a tabela, percebe-se que a partir do ano de 2017 as publicações dos escritos de Maria Firmina dos Reis se tornam mais constantes, inclusive, com a publicação da Editora Cadernos do Mundo Inteiro, com uma edição gratuita de *Úrsula* nesse mesmo ano e no ano seguinte (2018), ambas de forma digital.

Antes de prosseguirmos com a apresentação dos textos sobre Maria Firmina, cabem aqui algumas linhas sobre o perfil do pesquisador Eduardo de Assis Duarte, que assina muitos dos prefácios e dos posfácios das reedições de *Úrsula* e, por isso, ficou bastante conhecido como pesquisador desta autora.

Eduardo de Assis Duarte graduou-se em Letras pela UFMG (1973), possui mestrado em Literatura Brasileira pela PUC do Rio de Janeiro (1978) e doutorado em Teoria da Literatura e Literatura Comparada pela USP (1991). Cumpriu programas de Pós-doutorado na UNICAMP e na UFF. Aposentou-se em 2005, mantendo vínculo voluntário com a UFMG, atuando como professor colaborador do Programa de Pós-graduação em Letras: Estudos Literários. Participa do Núcleo de Estudos Interdisciplinares da Alteridade - NEIA. Trabalha em especial com os seguintes temas: literatura e alteridade; literatura afro-brasileira; romance, história, sociedade; Machado de Assis; Jorge Amado. Autor de *Jorge Amado: romance em tempo de utopia* (1996), *Literatura, política, identidades* (2005), e organizador, entre outros, de *Machado de Assis afrodescendente* (2019), *Literatura e Afrodescendência no Brasil: antologia crítica* (4 vol., 2011), *Literatura afro-brasileira: 100 autores do século XVIII ao XXI* (2014) e *Literatura afro-brasileira: abordagens na sala de aula* (2014). Coordena o literafro – Portal da Literatura Afro-brasileira – com informações biobibliográficas, críticas e excertos de 140 autores.¹⁴⁴

¹⁴⁴ Informações extraídas e adaptadas do currículo lattes do pesquisador, disponível em <http://lattes.cnpq.br/4231604049505722>

No ano de 2009 temos a defesa da dissertação de mestrado em Letras Vernáculas, pela Universidade Federal do Rio de Janeiro, de Juliano Carrupt do Nascimento, *O romance Úrsula de Maria Firmina dos Reis: estética e ideologia no romantismo brasileiro*.

Esta dissertação desenvolve a crítica sobre a construção narrativa do romance *Úrsula* (1859), **demonstrando que a mulher e o negro, como personagens, desorganizam o mandonismo patriarcal e escravocrata vigente na cultura e literatura brasileiras do século XIX**. A contribuição de Maria Firmina dos Reis para a visibilidade feminina e a elaboração da identidade africana do negro escravo está ligada ao travejamento discursivo da estética romântica. A investigação se concentra no modo que o romance se constrói, na distribuição de vozes que tecem o encadeamento narrativo. A estratégia do deslocamento do poder efetuado pela narradora, através de seu recurso estilístico, cria o efeito estético que se harmoniza à concepção ideológica localizando a mulher e o negro como personagens não cordiais em relação aos senhores da terra (NASCIMENTO, 2009, p. 03).

A dissertação de Juliano Carrupt é, provavelmente, a segunda pesquisa de pós-graduação que trata de Maria Firmina dos Reis – e alguns de seus textos – de forma isolada, ou seja, sem uma pretensão de comparação direta com outros escritores. No mesmo ano, a pesquisa de Juliano Carrupt é editada em livro, com o título *O negro e a mulher em Úrsula de Maria Firmina dos Reis* (editora Caetés).

Juliano Carrupt do Nascimento é outro pesquisador que se destaca nesse período em relação às suas publicações sobre Maria Firmina dos Reis. Antes da pesquisa de mestrado, em 2005, Carrupt fez uma especialização em Literatura Brasileira com o tema *Maria Firmina dos Reis: a escrita literária abolicionista*, pela Universidade Federal do Rio de Janeiro. Além de diversas outras trabalhos, como: *Maria Firmina dos Reis* (2004), *Por que ler Maria Firmina dos Reis?* (2006), *Ler Maria Firmina dos Reis para um Brasil melhor* (2006), *Memórias da violência escravocrata contra a mulher negra: a escrita ultra-romântica e politizada de Maria Firmina dos Reis* (2006), *O livro de poesia de Maria Firmina dos Reis* (2007), *A alta voz de Maria Firmina dos Reis* (2007), *Tensão entre o emudecimento e a poesia de autoria feminina do século XIX, em "Nebulosas" de Narcisa Amália e "Cantos à beira-mar" de Maria Firmina dos Reis* (2008), *O negro e a mulher em Úrsula de Maria Firmina dos Reis* (2009), *A escrava, de Maria Firmina dos Reis: o monólogo dialógico* (2009), *Enunciação nos XIX: o negro e a mulher em Maria Firmina dos Reis* (2013), *História e Literatura em Maria Firmina dos Reis* (2016). Juliano Carrupt do Nascimento é graduado em Letras (Português / Literatura) pela Universidade Geral Di Biasi, no Rio de Janeiro (2004); possui uma especialização em Literaturas Portuguesa e Africanas de Língua Portuguesa pela Universidade Federal do Rio de Janeiro (2006); concluiu o mestrado em Letras Vernáculas pela Universidade Federal do Rio de Janeiro (2009) e o Doutorado em Literatura Comparada pela Universidade Federal Fluminense (2015). Atualmente é professor titular da Secretaria de Estado da Educação. Possui experiência na área de Letras, com ênfase em Literatura Brasileira.¹⁴⁵

No ano de 2011, Sandra Maria JOB defende sua Tese de Doutorado em Literatura, pela Universidade Federal de Santa Catarina, *Em texto e no contexto social: mulher e literatura afro-brasileiras*. Além de Maria Firmina, JOB trabalha com outras escritoras para tratar do tema da mulher negra na literatura:

¹⁴⁵ Informações extraídas e adaptadas do currículo lattes do pesquisador, disponível em <http://lattes.cnpq.br/9542530415912604>

Quem é, onde e como está **a mulher negra na literatura e sociedade brasileira**? A partir desses questionamentos surgiu esta pesquisa que para obter respostas a essas perguntas fez antes uma leitura do trajeto trilhado pelas conquistas femininas no século XX, principalmente dentro da academia, até esse momento atual, ressaltando, entre outros aspectos, a necessidade da junção de gênero a discussões sobre raça, classe. Pesquisa cuja maior proposta é identificar a representação de gênero e raça nas obras *Úrsula* e do conto “A escrava” (2004), de Maria Firmina dos Reis (século XIX); *Quarto de despejo: memórias de uma favelada* (1960), de Carolina Maria de Jesus; *Ponciá Vicêncio* (2003) e *Becos da memória* (2006), de Conceição Evaristo; e *As mulheres de Tijuapapo* (1982), *O lago encantado de Grongonzo* (1992) e *Obsceno Abandono: amor e perda* (2002), de Marilene Felinto. Busco com isso uma melhor compreensão da condição social e literária da mulher negra na sociedade brasileira do século XIX até o XXI. Além do objetivo maior desta pesquisa, ela também tem o intuito de refletir sobre a condição social e literária da mulher negra na literatura e sociedade, a partir da presença das mesmas como sujeito e objeto de suas escrituras (JOB, 2011, p. 15, grifo nosso).

Algemira de Macedo Mendes publica o artigo *Maria Firmina dos Reis: uma voz na história da literatura afro-brasileira do século XIX* no livro *Literatura afrodescendente: memória e construção de identidades*. Editora Quilombohoje Literatura:

Úrsula ultrapassa esse usual ponto de vista, porque adota posicionamento explicitamente anti-escravagista, diferente de Joaquim Manuel de Macedo, em *As vítimas algozes*, Bernardo Guimarães, em *A escrava Isaura*, Pinheiro Guimarães em *O comendador*, Francisco Gil Castelo Branco, em *Ataliba, o vaqueiro*. E mesmo as obras de Teixeira e Sousa, *Maria ou a Menina roubada* e José do Patrocínio, em *Mota Coqueiro*. Úrsula não têm a pretensão de ser uma bula abolicionista, mas, em se tratando de uma literatura emergente, o que deve ser principalmente privilegiado, é sua oportunidade (MENDES, 2011, p. 207, grifos nossos).

Nesse ano (2011) é possível perceber que as pesquisas estão mais centradas na questão do negro, e já surge a associação de Maria Firmina dos Reis com a literatura sobre as mulheres negras.

Cabe destacar que em 2012 temos a aprovação da Lei nº 12.711, a chamada Lei de Cotas, que permitiu um maior acesso de estudantes pretos, pardos e indígenas às universidades públicas. Antes da Lei de Cotas de 2012, algumas instituições de ensino superior – federais e estaduais, por iniciativa própria, acionadas pelas lutas do Movimento Negro, já praticavam em seus programas, Cotas raciais e sociais para negros e indígenas.¹⁴⁶

No cenário nacional, após a recepção, por parte do Governo Federal do Movimento Negro Unificado em 1995, em 2001, o Ministério das Relações Exteriores e o Ministério da Cultura, através da Fundação Palmares, iniciam a preparação para a participação na III

¹⁴⁶ Lembramos que antes da aprovação da Lei de Cotas, algumas universidades como a Universidade Estadual do Rio de Janeiro (UERJ), já destinada, desde 2003, uma parcela de suas vagas a estudantes oriundos do ensino médio em escolas da rede pública, com cotas sociais e raciais; a Universidade de Brasília, também desde 2003, aprovou o Plano de Metas para Integração Social, Étnica e Racial que destinava 20% das vagas do vestibular para candidatos negros e a disponibilização de vagas para indígenas.

Conferência Mundial de Combate ao Racismo, realizada no mesmo ano em Durban (África do Sul) e convocada pela Organização das Nações Unidas. “Dessa maneira, o Brasil se comprometeu internacionalmente, na conferência da ONU, por meio de tratados e acordos assinados, a implantar políticas de ação afirmativa” (OLIVEIRA, 2017, p. 17).

A partir de 2013 as publicações a respeito de Maria Firmina dos Reis se tornam mais frequentes. Um possível reflexo direto das políticas públicas e afirmativas para a população afrodescendente, decorrentes do governo de esquerda do Partido dos Trabalhadores (PT), com Luiz Inácio Lula da Silva à frente do Governo Federal.

Ocorre a defesa da tese de doutorado em Histórica Econômica de Régia Agostinho da Silva, pela Universidade de São Paulo, *A escravidão no Maranhão: Maria Firmina dos Reis e as representações sobre escravidão e mulheres no Maranhão na segunda metade do século XIX*:

Esta pesquisa trata da escravidão no Maranhão e **sobre as representações da escravidão e das mulheres no século XIX pela escritora maranhense Maria Firmina dos Reis**. Trabalhando a partir dos textos literários da autora, o romance *Úrsula* de 1859, o conto *Gupeva* de 1861, o conto *A Escrava* de 1887, buscamos compreender como Maria Firmina dos Reis representou o mundo dos cativos e das mulheres na segunda metade do XIX no Maranhão. Também utilizamos jornais do período para poder captar a atmosfera cultural na qual Maria Firmina dos Reis esteve inserida (DA SILVA, 2013, p. 06, grifos nossos).

Literatura e afrodescendência no Brasil dos oitocentos: uma proposta de investigação a partir da análise interna do romance Úrsula (1859) de Maria Firmina dos Reis, de Rafael Balseiro Zin, no II Seminário de Pesquisa da Fundação Escola de Sociologia e Política de São Paulo:

Este trabalho tem por intuito apresentar uma proposta de investigação sobre ***Literatura e afrodescendência no Brasil dos oitocentos***, tomando como objeto de estudo as contribuições da escritora maranhense Maria Firmina dos Reis (1825-1917) ao pensamento social brasileiro do período, a partir de uma análise interna do romance *Úrsula*, publicado, originalmente, em 1859, mas levando em consideração, também, o conjunto de sua obra. Importa, aqui, **recuperar a experiência da autora, buscando alcançar criticamente os sentidos que deu à sua vida e à causa abolicionista em vigência naqueles tempos** (ZIN, 2013, p. 02, grifos nossos).

Destaca-se também que em 10 de agosto de 2013 é fundada a Academia Ludovicense de Letras (ALL), segundo seu estatuto, “cognominada Casa de Maria Firmina dos Reis”. Maria Firmina, ocupa a cadeira nº 8 da academia, como patrona, em caráter de perpetuidade.

As políticas públicas e afirmativas garantiram maior acesso aos negros às universidades e maior visibilidade a partir da instituição do Ensino de História da África, além de políticas voltadas para o enfrentamento do combate ao racismo, através da instituição, em 1988, na Constituição Federal, do crime de racismo como inafiançável e imprescritível.

Soma-se a isso, a criação do *Estatuto da Igualdade Racial*, que garantiu à população negra brasileira a efetivação da igualdade de oportunidades e a defesa dos direitos étnicos individuais, coletivos e difusos, além do combate à discriminação e às demais formas de intolerância, instituído pela Lei nº 12.288, de 20 de julho de 2010.

Todos esses dispositivos políticos e institucionais são efeitos de muitas lutas sociais, por parte da população negra brasileira. Eles também certificaram a relevância e urgência das pesquisas em torno da Literatura Negra, dos autores negros e da crítica a respeito dessa literatura, que se manteve à margem dos cânones. Um reflexo por uma busca de uma nova identidade negra, afrodescendente, que não estivesse ligada à escravidão, mas que contestasse o sistema escravista. Procurando mostrar a população negra como detentora de capital cultural e intelectual, com raízes em sua ancestralidade africana.

Elogio à patrona Maria Firmina dos Reis: ontem, uma maranhense, hoje, uma missão de amor!, de Dilercy Aragão Adler, é lido na Academia Ludovicense de Letras, em homenagem ao aniversário de um ano de fundação da ALL.

Todavia, a despeito de todas as condições e características adversas: **mulata, pobre, bastarda, mulher, tudo isso em um Brasil escravocrata no século XIX, ainda assim, com os mais louváveis méritos, Maria Firmina dos Reis se estabelece, reconhecidamente hoje, como uma das escritoras mais admiráveis de toda a literatura brasileira** (ADLER, 2014, s.p., grifos nossos).

Os artigos *Cânone, feminismo, literatura: relações e implicações*, de Sandra Maria JOB (Revista eletrônica Falas Breves, Literatura & Sociedade. Breves).

Na sociedade brasileira há, atualmente, inúmeras escritoras produzindo e publicando literatura. Porém, as literaturas de ficção expostas nas livrarias brasileiras não trazem nas suas capas e nos seus discursos as marcas do percurso trilhado pelas suas autoras até chegarem ali. Para uma melhor compreensão dos mecanismos sociais e intelectuais que interferem na disseminação da **literatura de autoria feminina**, em especial da brasileira, neste artigo o objetivo é discorrer sobre a questão do **cânone e sua relação com o feminismo** e, além disso, trazer à tona questões que envolvem a produção artística de **algumas escritoras afro-brasileiras**. O intuito é refletir sobre a relevância das propostas feministas para as conquistas **das mulheres (negras e brancas) na literatura** e ressaltar particularidades sobre **obras e/ou escritoras afro-brasileiras** como forma de dar visibilidade a algumas delas e ratificar o resgate de outras

[...]

Trabalhos de pesquisa divulgados, referentes a séculos anteriores ao XX, têm trazido à luz, não sem muitas dificuldades, um número ainda reduzido de autoras e obras como a escritora **Maria Firmina dos Reis**, cujo romance *Úrsula* (1859) é considerada por Assis Duarte (2005) como marco fundador da literatura afro-brasileira (JOB, 2015, pp. 59-65, grifos nossos).

Sandra Maria JOB é outra pesquisadora que possui diversos trabalhos sobre Maria Firmina dos Reis nesse período. JOB é formada em Letras Anglo pela Universidade em 1995, concluiu seu mestrado em Letras pela Universidade Estadual de Londrina em 2002 e o doutorado em Teoria Literária pela Universidade Federal de Santa Catarina em 2011. Trabalha na área de Letras com ênfase em Literatura Brasileira, Literatura Portuguesa e Teoria da Literatura. Seus temas de atuação são: raça, gênero e literatura feminina.

Atualmente é professora da Universidade Federal do Pará e líder do grupo de pesquisa EGERA (Estudos de Gênero e Raça).¹⁴⁷

Em outubro de 2015 ocorre em São Luís a 9ª edição da Feira do Livro de São Luís (FELIS), que homenageou a escritora Maria Firmina dos Reis. Uma das convidadas para a Feira, foi a escritora Luiza Lobo, que, inclusive, fez uma visita a escola estadual que leva o nome de Maria Firmina dos Reis, de acordo com anúncio no site do Governo do Estado, de 09 de outubro:

Escola Maria Firmina recebe visita da escritora Luíza Lobo

O CE Maria Firmina dos Reis, escola do Sistema Estadual de Ensino, em São Luís, recebeu uma ilustre visita na última quinta-feira (8). Trata-se da poetiza e escritora Luíza Lobo, que está em São Luís para o lançamento do seu livro “Crítica sem Juízo”, na 9ª FeliS, que conta sobre a vida de Maria Firmina. A escritora conversou com os estudantes da escola sobre a importância da valorização de personalidades maranhenses.

A visita da carioca Luíza Lobo à São Luís se deu por intermédio da Academia Ludovicense de Letras, analisando os trabalhos da escritora em relação a Maria Firmina, uma das referências do Maranhão na literatura. Ao perceber essa ligação, a Academia a convidou para participar da 9ª Feira do Livro de São Luís, para lançar aqui seu livro.

Para Dilercy Adler, vice-presidente da Academia Ludovicense de Letras, “a vinda da escritora tende a abrilhantar o evento e a ida dela à escola, que fez questão de visitar a escola que leva o nome de Maria Firmina e levar aos estudantes a ideia de que é precisamos valorizar e dar uma atenção bem mais detalhada aos grandes autores e poetas que temos e tivemos no Maranhão”, relatou.

A visita a escola deixou os alunos muito felizes e empolgados, por ver que pessoas vêm de fora para apresentar trabalhos sobre os autores maranhenses. O lançamento oficial do livro da escritora será no próximo domingo (11), dia de comemoração ao nascimento de Maria Firmina dos Reis, na 9ª FeliS, que acontece na Praia Grande, em São Luís.

Da sujeição à subjetivação: a literatura como espaço de construção da subjetividade, os casos das obras “Úrsula” e “A Escrava” de Maria Firmina dos Reis é o título da dissertação de mestrado (Estudos Brasileiros, Universidade de São Paulo), defendida por Luciana Martins Diogo em 2016.

A presença do negro na literatura brasileira era muito discreta ao longo dos oitocentos. Realidades incontornáveis nas ruas e na estrutura do sistema colonial, eram eles silenciados nos principais romances da época. No entanto, como a presente dissertação pretende mostrar, Maria Firmina dos Reis (1825-1917) **desenvolveu em sua produção literária os primeiros personagens negros (escravos ou forros) constituídos enquanto sujeitos na literatura brasileira oitocentista.** Assim, em diálogo com estudos que recuperam a produção literária feminina produzida no século XIX, a pesquisa buscou discutir a questão da representação da subjetividade negra na forma literária por meio de uma abordagem metodológica multidisciplinar [...]. (DIOGO, 2016, p. 09, grifos nossos).

¹⁴⁷ Informações extraídas e adaptadas do currículo lattes da pesquisadora, disponível em <http://lattes.cnpq.br/9502155154921407>

É possível que neste período, Luciana Martins Diogo seja a pesquisadora mais ativa em relação a Maria Firmina dos Reis. Na tabela a seguir estão os trabalhos feitos por ela a respeito da escritora oitocentista.

TABELA 11
RESUMO DOS TRABALHOS DE LUCIANA MARTINS DIOGO SOBRE MARIA
FIRMINA DOS REIS
(2015-2022)

ANO	TÍTULO	TIPO DE PUBLICAÇÃO
2015	A abordagem multidisciplinar na análise da obra literária de Maria Firmina dos Reis.	In: II Encontro de Pós-Graduandos do Instituto de Estudos Brasileiros - 2015, 2015. II Encontro de Pós-Graduandos do Instituto de Estudos Brasileiros - 2015.
2015	Da Sujeição à Subjetivação: A literatura como espaço de construção da subjetividade, o caso das obras Úrsula e A Escrava de Maria Firmina dos Reis.	In: I Congresso dos pesquisadoras(es) negras(os) do sudeste, 2015, Nova Iguaçu. I Congresso dos pesquisadoras(es) negras(os) do sudeste, 2015.
2015	Da sujeição à subjetivação: a literatura como espaço de construção da subjetividade na obra de Maria Firmina dos Reis.	Apresentação de Trabalho/Congresso
2015	A abordagem multidisciplinar na análise da obra literária de Maria Firmina dos Reis.	Apresentação de Trabalho/Congresso
2016	Da Sujeição à Subjetivação: a literatura como espaço de construção da subjetividade, os casos das obras Úrsula e A Escrava de Maria Firmina dos Reis	Dissertação de mestrado Multidisciplinar em Culturas e Identidades Brasileiras Universidade de São Paulo, USP
2017	Entre o Cãnone e o Silenciamento: Maria Firmina dos Reis em diálogo com autores (as) de seu tempo.	Apresentação de Trabalho/Congresso
2017	Álbum: fragmentos das memórias de Maria Firmina dos Reis.	Apresentação de Trabalho/Congresso
2018	A Primeira Resenha de Úrsula na Imprensa.	AFLUENTE, v. 3, p. 11-25 (artigo científico)
2018	Metodologia para Análise de Cenas: comparação entre entradas em cena de personagens literários - os casos de Túlio e Simeão de Maria Firmina dos Reis e Joaquim Manuel de Macedo.	In: Constância Lima Duarte; Luana Tolentino; Maria Lúcia Barbosa; Maria do Socorro Vieira Coelho. (Org.). Maria Firmina dos Reis: faces de uma precursora. 1ed.Rio de Janeiro: Editora malê, 2018, v. 1, p. 289-309.
2019	Maria Firmina dos Reis, Literatura e Escravidão: diálogos entre uma escritora maranhense e as cartas de uma escrava da Campinas do XIX	Apresentação de Trabalho/Congresso
2019	Maria Firmina dos Reis na Internet: tecnologia, pesquisa e mulher negra.	Apresentação de Trabalho/Congresso
2019	A simbologia da água em Ruth Guimarães, Maria Firmina dos Reis e Gonçalves Dias.	Apresentação de Trabalho/Congresso
2020	Escrevendo para si, reinventando-se para a/o outra/o: a memória da criação e os testemunhos da invenção literária nos diários e cartas de Maria Firmina dos Reis, Ruth Guimarães, Carolina Maria de Jesus e Conceição Evaristo	Doutorado (em andamento) em Literatura Brasileira – Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas, FFLCH/USP,
2020	A primeira resenha de Úrsula na imprensa maranhense.	Revista Firminas - pensamento, estética e escrita, São Paulo, , v. 01, p. 72 - 85, 01 ago. 2020.

2020	Os sentimentos íntimos de uma escritora do século XIX lidos em Álbum (1975) - o diário de Maria Firmina dos Reis.	Tordesilhas - Portal de Notícias, Maranhão, 30 abr. 2020.
2020	Lançamento da Revista Firminas - pensamento, estética e escrita.	Apresentação de Trabalho/Congresso
2021	Maria Firmina dos Reis: inaugurando a literatura de autoria feminina negra.	Cenpec - Escrevendo o Futuro, São Paulo, 26 jun. 2021.
2021	A estreia de uma talentosa maranhense.	Revista Firminas - pensamento, estética e escrita, São Paulo, p. 64 - 71, 11 mar. 2021.
2021	As resenhas publicadas sobre Úrsula, de Maria Firmina dos Reis, na imprensa do XIX.	Apresentação de Trabalho/Congresso
2021	Maria Firmina dos Reis.	Apresentação de Trabalho/Congresso
2021	A organização do Acervo digital Maria Firmina dos Reis e o lançamento da Revista Firminas - pensamento, estética e escrita.	Apresentação de Trabalho/Congresso
2021	Úrsula, de Maria Firmina dos Reis.	Apresentação de Trabalho/Congresso
2021	Visita Guiada - Memorial de Maria Firmina dos Reis.	Apresentação de Trabalho/Congresso
2021	Panorama do Romance Brasileiro Contemporâneo: A mulher autora, a personagem mulher e a autoria de mulheres negras.	Apresentação de Trabalho/Congresso
2022	Carta à Exma. professora Maria Firmina dos Reis	Lucía - revista feminista de cultura visual e tradução, v. 2, p. 05 (artigo científico)
2022	Maria Firmina dos Reis: vida literária	1. ed. Rio de Janeiro: Editora Malê, 178p (livro)
2022	Maria Firmina dos Reis	n: Verônica Toste Daflon; Luna Ribeiro Campos. (Org.). Pioneiras da Sociologia. 1ed. Rio de Janeiro: Eduff, 2022, v., p. 137-148.
2022	Os sentimentos íntimos de uma escritora do século XIX lidos em o Álbum (1975)	In: Anna Faedrich; Rafael Balseiro Zin. (Org.). A mente ninguém pode escravizar: Maria Firmina dos Reis pela crítica literária contemporânea. 1ed. São Paulo: Alameda Casa editorial, 2022, v., p. 225-232.
2022	Das cartas de liberdade às cartas de subjetividade: lendo a obra de Maria Firmina dos Reis por meio das cartas da escrava Teodora Dias da Cunha.	n: Eduardo Vasconcelos; Raffaella Fernandez; Régia Agostinho. (Org.). Direito à literatura negra: história, ficção e poesia. 1ed. Teresina: Editora Cancioneiro, 2022, v., p. 51-74.
2022	Bicentenário de Maria Firmina dos Reis	Revis E - Sesc São Paulo, São Paulo, 29 mar.
2022	Homenagem à Maria Firmina dos Reis.	Apresentação de Trabalho/Congresso
2022	Álbum - o diário de Maria Firmina dos Reis como campo de testes para a sua escrita literária.	Apresentação de Trabalho/Congresso
2022	Úrsula e o Abolicionismo.	Apresentação de Trabalho/Congresso
2022	Lendo Álbum: o diário de Maria Firmina dos Reis.	Apresentação de Trabalho/Congresso
2022	Maria Firmina dos Reis: a trajetória inspiradora da primeira romancista do Brasil.	Apresentação de Trabalho/Congresso
2022	Minha Liberdade.	Apresentação de Trabalho/Congresso
2022	Gupeva no Espelho de Álbum - miradas sobre Maria Firmina dos Reis	Apresentação de Trabalho/Congresso
2022	Nacionalidade e romantismo em Maria Firmina dos Reis.	Apresentação de Trabalho/Congresso

Fonte: pesquisa própria através das informações disponíveis no Currículo Lattes da pesquisadora.

Luciana Martins Diogo é doutoranda em Literatura Brasileira pela Universidade de São Paulo (USP); concluiu o mestrado, também pela Universidade de São Paulo (USP) em 2016, em Estudos Brasileiros, com ênfase em Culturas e Identidades Brasileiras. Graduou-se em Ciências Sociais pela Universidade de São Paulo em 2010. É a criadora do site *Memorial de Maria Firmina dos Reis* e editora da *Revista Firminas – pensamento, estética e escrita*. Atua nos seguintes temas: Maria Firmina dos Reis, escrita de mulheres negras, cultura negra.¹⁴⁸

Ainda em 2016 é defendida *Maria Firmina dos Reis: a trajetória intelectual de uma escritora afrodescendente no Brasil oitocentista* (Ciências Sociais, Pontifícia Universidade Católica de São Paulo) por Rafael Balseiro Zin.

O presente estudo tem por objetivo realizar uma investigação acerca da trajetória intelectual da escritora maranhense Maria Firmina dos Reis (1825-1917), a partir da análise de registros bibliográficos e de fragmentos literários extraídos do romance *Úrsula*, publicado em 1859; do conto *Gupeva*, de 1861-2; e do conto *A escrava*, de 1887, **com o intuito de alcançar, criticamente, os sentidos que a autora atribuiu à causa abolicionista em vigência naquele momento** (ZIN, 2016, p. 10, grifos nossos).

No mesmo ano (2016) Algemira de Macêdo Mendes publica o livro *A escrita de Maria Firmina dos Reis na literatura afrodescendente brasileira: revisitando o cânone*.

As investigações que tematizam os estudos sobre a literatura escrita por mulheres em geral, dirigiram-se a questões relativas a gênero, cânone, teoria ou crítica feministas. Uma questão, porém, tem sido pouco tratada no universo descrito acima: o lugar da mulher escritora na história da literatura brasileira (MENDES, 2016, p. 19, grifos nossos).

São publicados ainda os artigos: *A dissonante representação pictórica de escritoras negras no Brasil: o caso de Maria Firmina dos Reis (1825-1917)*, de Rafael Balseiro Zin (Revista do Centro de Pesquisa e Formação).

Este artigo tem por objetivo desenvolver uma reflexão crítica acerca da **representação pictórica de escritoras negras** no Brasil contemporâneo, que, **comumente, são retratadas de forma estigmatizada, caricaturada e, por vezes, a partir de imagens que não reproduzem, necessariamente, sua correta identificação**. Para tanto, a pesquisa toma como referência o caso da romancista maranhense Maria Firmina dos Reis, cuja fisionomia, mesmo sendo desconhecida dos autos da história e da historiografia literária nacionais, continua sendo veiculada de modo errôneo e distorcido, em ambientes físicos e virtuais. Ao realizar uma leitura sincrônica e de imersão das principais imagens que são utilizadas para se

¹⁴⁸ Informações extraídas e adaptadas do currículo lattes da pesquisadora, disponível em <http://lattes.cnpq.br/3994876186425804>

referir à escritora, o que se pretende é despertar a atenção da comunidade acadêmica e do conjunto da sociedade para os impactos negativos que esse tipo de abordagem racializada gera, tanto na representação social das mulheres negras no país quanto na constituição simbólica da população afro-brasileira, como um todo (ZIN, 2016, p. 83, grifos nossos).

Em 2017 Jarid Arraes publica o livro *Heroínas negras brasileiras em 15 cordéis*, com um capítulo para a escritora Maria Firmina dos Reis.

Também é publicado um artigo *SOBRE FIRMINA*. Um especial sobre a primeira mulher a escrever um romance abolicionista na língua portuguesa na revista Pernambuco, pois neste ano é lembrado o centenário de falecimento da escritora.



Imagem 10: Capa Revista Pernambuco

Ainda em 2017 há a edição comemorativa do centenário de falecimento da autora, *Úrsula: romance – incluindo o conto A escrava*, lançada pela editora PUC Minas, com prefácio de Eduardo de Assis Duarte, *Maria Firmina, mulher do seu tempo e do seu país* e posfácio do mesmo autor, *Úrsula e a desconstrução da razão negra ocidental*.

Outros artigos são publicados nesse ano. *A construção do negro no romance Úrsula*, de Juliano Carrupt do Nascimento, segundo ele, “a identidade cultural dos personagens Túlio, Preta Susana e Antero se expressa pela via da estética que caracteriza os negros a partir de sua própria individualidade e experiências, tornando-os personagens relevantes para a formação discursiva e moral do romance” (2017, s.p.).

Luciana Martins Diogo e Ana Paula Cavalcante Simioni publicam o artigo *Da sujeição à subjetivação: a literatura como espaço de construção da subjetividade na obra de Maria Firmina dos Reis*:

Este trabalho propõe algumas reflexões a respeito do romance *Úrsula* de Maria Firmina dos Reis (1825-1917). **A intenção é demonstrar como a escritora travou um diálogo com os “clássicos fundadores” da literatura do século XIX**, de forma a constituir intencionalmente, na composição de seus personagens negros, uma resposta estética e ideológica aos modelos literários predominantes de sua época. Tenciona-se mostrar como a escritora desenvolveu em sua produção literária os primeiros personagens negros (escravos ou forros) constituídos enquanto sujeitos na literatura brasileira oitocentista (2017, p. 71, grifos nossos).

Rafael Balseiro Zin publica o artigo *Maria Firmina dos Reis e seu conto “A escrava”*: *consolidando uma literatura abolicionista*, onde analisa “as ideias da autora contidas em seu conto “A Escrava” (2017, p. 143); e o artigo *Maria Firmina dos Reis e seu conto Gupeva: uma breve digressão indianista*, onde pretende analisar “as ideias da autora contidas em seu conto indianista *Gupeva*, de 1861-2, uma vez que, nessa narrativa, ela se dedica a pensar o lugar destinado ao índio na sociedade brasileira oitocentista, no sentido de registrar a sua contribuição e de marcar o seu ideário acerca da questão nacional” (2017, p. 31).

Lucianni M. Furtado lança, no mesmo ano, também em comemoração ao centenário de falecimento da autora, pela editora Uirapuru, o livro *Memorial de Maria Firmina dos Reis: prosa completa & poesia* (livro 01), contendo o romance *Úrsula*, o conto *Gupeva*, o conto *A escrava* e o conto *Elvira*. Também em 2017, a Academia Ludovicense de Letras republica *Cantos à beira-mar e Gupeva*.

Com essas publicações, um público maior pode ter acesso à obra de Maria Firmina dos Reis. E, no ano seguinte, 2018, novas publicações dos textos por Maria Firmina, acontecem.

A primeira resenha de Úrsula na imprensa maranhense, de Luciana Martins Diogo onde a pesquisadora pretende “demonstrar que ao descrever a ambientação da narrativa, a resenha aborda também questões sobre as condições de produção da obra, bem como lança luz para alguns elementos que poderiam fazer parte de um possível projeto literário e intelectual de Maria Firmina dos Reis” (2018, s.p.).

Consolidando a fortuna crítica de Maria Firmina dos Reis: uma avaliação preliminar das dissertações e teses acadêmicas sobre a autora desenvolvidas em programas de pós-graduação brasileiros nos últimos trinta anos (1987-2016), de Rafael Balseiro Zin:

O presente artigo tem como objetivo realizar uma **revisão dos estudos acadêmicos que se dedicam a analisar determinados aspectos que permeiam a vida e a obra de Maria Firmina dos Reis** (1822-1917), considerada a primeira romancista abolicionista da língua portuguesa, com a publicação de *Úrsula*, em 1859, na cidade

de São Luís do Maranhão. Para tanto, foi realizada uma busca no *Banco de Teses e Dissertações* da Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior (Capes), utilizando os termos “Maria Firmina dos Reis”, “Maria Firmina” e “Firmina dos Reis”. O montante final incluído na análise é constituído de 22 trabalhos, sendo 4 teses e 18 dissertações, que vêm sendo desenvolvidas desde 1987, ano em que o primeiro estudo do gênero foi defendido no país (2018, p. 63).

Maria Firmina dos Reis e a imprensa literária no Maranhão do século XIX, de Rafael Balseiro Zin, em que objetivo era “analisar como se deu a participação dessa importante escritora nos periódicos maranhenses da época e como essa participação possibilitou a ela alcançar maior visibilidade e prestígio em meio à crítica e ao público leitor” (2018, p. 15).

O livro *Maria Firmina dos Reis: faces de uma precursora* organizado por Constância Lima Duarte, com artigos sobre Maria Firmina é lançado em 2018. Nove artigos são publicados neste ano. Dentre os quais, somente um, *A escre(vivência) presente em Maria Firmina dos Reis e Conceição Evaristo: Uma análise dos contos “A escrava” e “Maria”*, não trata somente de Maria Firmina. Todos os demais analisam a escritora e seu principal romance *Úrsula*.

A pesquisadora Constância Lima Duarte é especialista em literatura de expressão feminina. Graduiu-se em Letras pela Universidade Federal de Minas Gerais, realizou o Mestrado na Pontifícia Universidade Católica do Rio de Janeiro e defendeu o Doutorado na Universidade de São Paulo com a tese “Nísia Floresta: vida e obra”, conduzida sob a supervisão de Nádya Battella Gotlib. Lecionou na Universidade Federal do Rio Grande do Norte e atualmente é professora da Universidade Federal de Minas Gerais, onde integra o Centro de Estudos Literários do qual foi diretora. Pesquisadora do CNPq, é membro do Núcleo de Estudos Interdisciplinares da Alteridade (NEIA) e coordenadora dos grupos de pesquisa “Letras de Minas” e “Mulheres em Letras”. Desenvolve pesquisas junto ao Acervo de Escritores Mineiros, da UFMG, onde colheu subsídios para o Dicionário Bibliográfico de escritores mineiros (2010). É autora de vários estudos sobre a pioneira Nísia Floresta, de quem editou recentemente *Direitos das mulheres, injustiça dos homens* (2019) e reuniu *Inéditos e Dispersos* (2009). Publicou o *Dicionário de Escritoras Portuguesas* (2009), o dicionário ilustrado *Imprensa feminina e feminista no Brasil, século XIX* (2016) e participou da organização de diversos volumes coletivos reunindo estudos de gênero e representação, tais como *Escritoras de ontem e hoje* (2012), *Maria Firmina dos Reis: faces de uma precursora* (2018), *Poéticas do feminino* (2018), *Mulheres em Letras* (2019), *Poéticas do devir-mulher: ensaios sobre escritoras brasileiras* (2019).¹⁴⁹

Muitas das pesquisas desse período abordam a questão da *interseccionalidade* entre as problemáticas de gênero, de raça e de classe. Segundo as porta-vozes feministas e pesquisadoras negras, as experiências das mulheres não se inserem nem no ser mulher nem no ser negra, somente, isoladamente. Mas em um espaço onde ambas se cruzam, sendo afetadas tanto pelas questões de gênero – por serem mulheres –, quanto pelas questões raciais – por serem negras. E, quando a questão da classe, quando essas mulheres negras são pobres, as problemáticas sociais que se abatem sobre elas, é ainda diferente.

¹⁴⁹ Informações extraídas e adaptadas do currículo lattes da pesquisadora, disponível em <http://lattes.cnpq.br/0487085115563331>

É dentro dessa análise que estudiosas afirmam ser importante pensar na interseccionalidade, compreendendo gênero, raça, a classe social, a sexualidade e de que maneira, essas categorias influenciavam a vida das mulheres negras, conforme Collins (2017).

Em 2019 é lançado *Memorial de Maria Firmina dos Reis: prosa completa e poesia* – Livro 2 de Lucciani M. Furtado.

O Jornal *O Globo* publica o artigo *Abolicionista, negra e feminista: conheça Maria Firmina dos Reis, a primeira romancista do Brasil* em primeiro de agosto de 2019, trazendo destaque para o fato de que “novos lançamentos revelam mais sobre a história da escritora maranhense”.¹⁵⁰

O Jornal *O Estado do Maranhão* traz na sua edição de 10 de março de 2019 um artigo sobre Maria Firmina, *Maria Firmina dos Reis e o Dia da Mulher Maranhense*¹⁵¹, em que destaca que:

SÃO LUÍS – O Instituto Histórico e Geográfico do Maranhão (IHGM) realiza nesta segunda-feira, 11, às 17h, no auditório da Biblioteca Pública Benedito Leite (Centro), o evento “Aniversário de nascimento de Maria Firmina dos Reis: o dia em homenagem à mulher maranhense”, com palestra da pesquisadora e professora Dilercy Adler. Na ocasião, também será comemorado o Dia da Mulher Maranhense, data do nascimento de Maria Firmina dos Reis.¹⁵²

Em 14 de outubro, o Jornal *El país Brasil* publica uma pequena nota com o título *Maria Firmina dos Reis, a abolicionista negra que se tornou a primeira romancista do Brasil*, com destaque para o romance *Úrsula* ter sido o precursor da literatura abolicionista brasileira.¹⁵³

A Biblioteca Nacional publica um artigo em seu site em maio de 2020, com o título *Maria Firmina dos Reis, primeira autora brasileira*, segundo o texto, Maria Firmina dos Reis foi uma:

mulher, negra, filha ilegítima, criada com poucos recursos em uma pequena cidade no interior do Maranhão, (que) ultrapassou as barreiras raciais, sociais e de gênero e se tornou a primeira autora brasileira, publicando em 1859 um romance pioneiro na crítica antiescravidão da literatura do país, nomeado *Úrsula*.¹⁵⁴

¹⁵⁰ Disponível em <https://oglobo.globo.com/cultura/celina/abolicionista-negra-feminista-conheca-maria-firmina-dos-reis-primeira-romancista-do-brasil-23846249>

¹⁵¹ Disponível em <https://oestadoma.com/noticias/2019/03/10/maria-firmina-dos-Reis-e-o-dia-da-mulher-maranhense/>

¹⁵² O Dia da Mulher Maranhense foi alterado de 11 de outubro para 11 de março, após as pesquisas que afirmaram que o nascimento de Maria Firmina dos Reis seria em 11 de março de 1822 e não mais em 11 de outubro de 1825, pela Lei nº 10.763 de 2017, do então governador Flávio Dino.

¹⁵³ Disponível em https://brasil.elpais.com/brasil/2019/10/11/politica/1570793304_499201.html

¹⁵⁴ Disponível em <https://antigo.bn.gov.br/acontece/noticias/2020/05/maria-firmina-reis-primeira-autora-brasileira>

Outro artigo é *Maria Firmina dos Reis: intérprete do Brasil*, de Régia Agostinho da Silva e Rafaella Andréa Fernandez, em que as autoras analisam “a escritora negra maranhense Maria Firmina dos Reis (1822-1917) ao publicar *Úrsula* (1859) construiu outra narrativa para se compreender o Brasil e a formação de seu povo” (2020, p. 01).

Maria Firmina dos Reis e a presença da mulher negra na literatura e no contexto social brasileiro oitocentista, de Sandra Maria JOB, em que a pesquisadora procura “identificar a representação de gênero e raça na obra *Úrsula* e no conto “A escrava”, de Maria Firmina dos Reis (século XIX)” (2020, p. 92).

Acontece também a defesa da Tese de Doutorado em Ciências Sociais de Rafael Balseiro Zin, pela Pontifícia Universidade Católica de São Paulo, *Escritoras abolicionistas no Brasil-Império: Maria Firmina dos Reis e Júlia Lopes de Almeida na luta contra a escravidão*:

O presente trabalho tem por intuito realizar um estudo comparativo dos textos abolicionistas das escritoras Maria Firmina dos Reis (1822-1917) e Júlia Lopes de Almeida (1862-1934), **que atuaram na luta contra a escravidão durante os anos finais do Brasil-Império**, a partir da análise de fragmentos literários extraídos de suas principais produções voltadas para essa temática: os romances *Úrsula*, de 1859, e *A família Medeiros*, escrito entre os anos de 1886 e de 1888, mas que foi publicado somente em 1891. Partindo de uma perspectiva interdisciplinar, que estabelece um diálogo entre os estudos literários e os estudos de pensamento social brasileiro, o objetivo central da pesquisa é recuperar o pensamento político dessas autoras, buscando alcançar os sentidos que elas atribuíram à causa antiescravista em voga naquele momento. Ao mesmo tempo, a intenção desse trabalho é compreender como se deu a **participação das mulheres escritoras** no processo de abolição da escravatura no Brasil, evidenciando o fato delas terem feito de sua própria literatura um instrumento de combate, com vistas a disseminar entre o público leitor os seus ideais de liberdade, justiça e igualdade, seja na relação entre os homens e as mulheres, seja na relação entre senhores e escravizados (2022, p. 14, grifos nosso).

Rafael Balseiro Zin é outro pesquisador profícuo relacionado à Maria Firmina dos Reis nos últimos anos. Zin graduou-se em Sociologia e Política em 2021 pela Escola de Sociologia e Política de São Paulo; concluiu o mestrado em Ciências Sociais em 2016, pela PUC – SP; e o doutorado em Ciências Sociais em 2022, também pela PUC – SP. Atualmente participa, como pesquisador, do Núcleo de Estudos em Artes, Mídia e Política (Neamp). Atua com os seguintes temas: trajetória intelectual de escritores abolicionistas brasileiros, literatura abolicionista escrita por mulheres no Brasil do oitocentos; literatura abolicionista publicada no Brasil pós-abolição; formação do cânone literário brasileiro, racismo e sexismo, além de sociologia das relações raciais e de gênero no contexto brasileiro.¹⁵⁵

TABELA 12
RESUMO DAS PESQUISAS DE RAFAEL BALSEIRO ZIN SOBRE MARIA
FIRMINA DOS REIS
(2013-2022)

¹⁵⁵ Informações extraídas e adaptadas do currículo lattes do pesquisador, disponível em <http://lattes.cnpq.br/5712478009370463>

ANO	TÍTULO	TIPO DE PUBLICAÇÃO
2013	Literatura e afrodescendência no Brasil dos oitocentos: uma proposta de investigação a partir da análise interna do romance Úrsula (1859) de Maria Firmina dos Reis.	In: II Seminário de Pesquisa da Fundação Escola de Sociologia e Política de São Paulo (V Seminário de Iniciação Científica e II Seminário da Pós-Graduação), 2013, São Paulo. Anais do II Seminário de Pesquisa da Fundação Escola de Sociologia e Política de São Paulo (V Seminário de Iniciação Científica e II Seminário da Pós-Graduação), 2013.
2014	Literatura e afrodescendência no Brasil dos oitocentos: uma proposta de investigação acerca do pensamento político de Maria Firmina dos Reis.	Especialização em Estudos Brasileiros: sociedade, educação e cultura. Fundação Escola de Sociologia e Política de São Paulo, FESPSP,
2015	Ser mulher, negra e escritora no Brasil dos oitocentos: o pensamento político de Maria Firmina dos Reis (1825-1917) nos primeiros registros da literatura feminina, abolicionista e afro-brasileira	(Apresentação de Trabalho / Congresso / Seminário)
2016	Maria Firmina dos Reis: a trajetória intelectual de uma escritora afrodescendente no Brasil oitocentista	Mestrado em Ciências Sociais (PUC /SP)
2016	A dissonante representação pictórica de escritoras negras no Brasil: o caso de Maria Firmina dos Reis (1825-1917).	Revista do Centro de Pesquisa e Formação, v. 1, p. 83-101, 2016.
2017	Maria Firmina dos Reis e seu conto Gupeva: uma breve digressão indianista.	EM TESE (FLORIANÓPOLIS), v. 14, p. 31-45, 2017.
2017	Maria Firmina dos Reis e seu conto A escrava: consolidando uma literatura abolicionista.	EVISTA XIX: ARTES E TÉCNICAS EM TRANSFORMAÇÃO, v. 1, p. 142-161, 2017.
2017	A trajetória de Maria Firmina dos Reis, uma escritora negra no Brasil do século XIX	Nexo Jornal, São Paulo, 04 out. 2017.
2017	A dissonante representação pictórica de Maria Firmina dos Reis: como desfazer os equívocos?	In: VIII Seminário Internacional e XVII Seminário Nacional Mulher e Literatura, 2017, Salvador. Caderno de Resumos do VIII Seminário Internacional XVII Seminário Nacional Mulher e Literatura: Transgressões, Descentramentos, Subversão. Salvador: Universidade Federal da Bahia, 2017. v. 1. p. 21-21.
2017	Maria Firmina dos Reis: uma escritora abolicionista no Brasil-Império	(Apresentação de Trabalho / Congresso / Seminário)
2017	Revelando Maria Firmina dos Reis: uma pioneira das Belas-Letras nacionais	(Apresentação de Trabalho / Congresso / Seminário)
2017	Escritoras abolicionistas no Brasil-Império: Maria Firmina dos Reis e Julia Lopes de Almeida na luta contra a escravidão	(Apresentação de Trabalho / Congresso / Seminário)
2017	Maria Firmina dos Reis: pioneirismo, trajetória intelectual e representação pictórica	(Apresentação de Trabalho / Congresso / Seminário)
2017	Por uma genealogia iconográfica de Maria Firmina dos Reis	(Apresentação de Trabalho / Congresso / Seminário)
2017	. Escritores negros brasileiros: as trajetórias de Luiz Gama, Maria Firmina dos Reis, Cruz e Souza, Lima Barreto, Solano Trindade e Carolina Maria de Jesus ((Apresentação de Trabalho / Congresso / Seminário)
2018	Maria Firmina dos Reis e a imprensa literária no Maranhão do século XIX	REVISTA INTERDISCIPLINAR EM CULTURA E SOCIEDADE, v. 4, p. 15-27, 2018.
2018	A dissonante representação imagética de Maria Firmina dos Reis: da simples	STUDOS LINGUÍSTICOS E LITERÁRIOS, v. 59, p. 237-261, 2018.

	denúncia às formas encontradas para se desfazer os equívocos.	
2018	Consolidando a fortuna crítica de Maria Firmina dos Reis: uma avaliação preliminar das dissertações e teses acadêmicas sobre a autora desenvolvidas em programas de pós-graduação brasileiros nos últimos trinta anos (1987-2016).	ITINERARIOS (UNESP. ARARAQUARA), v. 46, p. 63-81, 2018.
2018	María Firmina dos Reis y su cuento La esclava: fortaleciendo una literatura abolicionista.	D'Palenque: literatura y afrodescendencia (Lima, Peru), v. 3, p. 94-104, 2018.
2018	Úrsula, "romance original brasileiro".	In: Maria Firmina dos Reis. (Org.). Úrsula (romance). 1ed.Porto Alegre: Editora Taverna, 2018, v. 1, p. 13-29.
2018	Maria Firmina dos Reis, "intérprete do Brasil".	In: Maria Firmina dos Reis. (Org.). Úrsula (romance). 1ed.Porto Alegre: Editora Zouk, 2018, v. 1, p. 7-12.
2018	Maria Firmina dos Reis e seu conto A escrava: consolidando uma literatura abolicionista.	In: Constância Lima Duarte; Luana Tolentino; Maria Lúcia Barbosa; Maria do Socorro Vieira Coelho. (Org.). Maria Firmina dos Reis: faces de uma precursora. 1ed.Rio de Janeiro: Editora Malê, 2018, v. 1, p. 187-206.
2018	Maria Firmina dos Reis: desatando laços, criando novos nós.	Jornal Mulheres em Letras, Belo Horizonte, p. 18 - 22, 01 jun. 2018.
2018	A fortuna crítica de Maria Firmina dos Reis: uma análise das pesquisas acadêmicas sobre a autora realizadas entre os anos de 1987 e de 2016	(Apresentação de Trabalho / Congresso / Seminário)
2018	Breves apontamentos sobre o atual estado da arte das pesquisas que tratam da vida e da obra de Maria Firmina dos Reis	(Apresentação de Trabalho / Congresso / Seminário)
2018	Narrativas abolicionistas de autoria feminina: uma análise comparativa dos romances 'Úrsula' (1859), de Maria Firmina dos Reis, e 'A família Medeiros' (1891), de Julia Lopes de Almeida	(Apresentação de Trabalho / Congresso / Seminário)
2018	Maria Firmina dos Reis: o que as novas fontes documentais encontradas em arquivos têm a nos dizer?	(Apresentação de Trabalho / Congresso / Seminário)
2018	Luiz Gama e Maria Firmina dos Reis: literatura e emancipação	(Apresentação de Trabalho / Congresso / Seminário)
2019	Maria Firmina dos Reis: a trajetória intelectual de uma escritora afrodescendente no Brasil oitocentista.	1. ed. São Paulo: Aetia Editorial, 2019. 144p .
2019	Maria Firmina dos Reis, uma escritora afrodescendente no Brasil oitocentista.	Voz da Literatura, Brasília, p. 21 - 21, 31 maio 2019.
2019	Maria Firmina dos Reis, uma escritora caleidoscópica no Brasil dos oitocentos	(Apresentação de Trabalho / Congresso / Seminário)
2019	Maria Firmina dos Reis, a mais ilustre das maranhenses	(Apresentação de Trabalho / Congresso / Seminário)
2019	A mente ninguém pode escravizar: a trajetória intelectual de Maria Firmina dos Reis	(Apresentação de Trabalho / Congresso / Seminário)
2019	Maria Firmina dos Reis e os 160 anos da publicação do romance 'Úrsula': uma história das edições	(Apresentação de Trabalho / Congresso / Seminário)
2019	Maria Firmina dos Reis e Machado de Assis: aproximações e distanciamentos entre os precursores da literatura de autoria negra no Brasil	(Apresentação de Trabalho / Congresso / Seminário)

2019	Maria Firmina dos Reis: a história da primeira romancista do Brasil que se transformou em um romance	(Apresentação de Trabalho / Congresso / Seminário)
2020	Maria Firmina dos Reis, hoje	(Apresentação de Trabalho / Congresso / Seminário)
2020	A vida e a obra de Maria Firmina dos Reis	(Apresentação de Trabalho / Congresso / Seminário)
2021	O romance "Úrsula", de Maria Firmina dos Reis: atualizando a história das edições (1859-2021)	In: I Seminário Internacional de Literatura, Enunciação e Cultura e II Seminário de Literatura, Enunciação e Cultura da Universidade Federal do Maranhão, 2021, Lagoa da Pedra. Caderno de resumos do I Seminário Internacional de Literatura, Enunciação e Cultura e II Seminário de Literatura, Enunciação e Cultura da Universidade Federal do Maranhão. Lagoa da Pedra: UFMA, 2021. v. 1. p. 145-145.
2022	Escritoras abolicionistas no Brasil-Império: Maria Firmina dos Reis e Julia Lopes de Almeida na luta contra a escravidão	Doutorado em Ciências Sociais (PUC / SP)
2022	Maria Firmina dos Reis como um contraponto ao modernismo paulista? Uma hipótese ainda não comprovada	AURORA (PUCSP. ONLINE), v. 15, p. 60-80, 2022.
2022	Maria Firmina dos Reis e o cotidiano da escravidão no Brasil: uma entrevista com Agenor Gomes	REVISTA CAFÉ COM SOCIOLOGIA, v. 11, p. 1-8, 2022.
2022	A mente ninguém pode escravizar: Maria Firmina dos Reis pela crítica literária contemporânea.	1. ed. São Paulo: Alameda Editorial, 2022. v. 1. 332p. Livro organizado com <u>FAEDRICH, Anna</u> (Org.) ;
2022	Maria Firmina dos Reis: 200 anos de uma precursora.	In: Anna Faedrich; Rafael Balseiro Zin. (Org.). A mente ninguém pode escravizar: Maria Firmina dos Reis pela crítica literária contemporânea. 1ed.São Paulo: Alameda Editorial, 2022, v. 1, p. 11-15.
2022	O romance "Úrsula", de Maria Firmina dos Reis: um embrião da criação literária de cunho abolicionista no Brasil.	In: Maria Firmina dos Reis. (Org.). Úrsula & outras obras. 1ed.São Paulo: Desconcertos Editora, 2022, v. 1, p. 10-29.
2022	Maria Firmina dos Reis e o cotidiano da escravidão no Brasil: um guia (quase) definitivo sobre a vida e a obra da mais ilustre das maranhenses.	Portal Literafro, Faculdade de Letras da UFMG, 28 jul. 2022.
2022	Maria Firmina dos Reis: abolicionista e libertária	(Apresentação de Trabalho / Congresso / Seminário)
2022	Maria Firmina dos Reis através das imagens	(Apresentação de Trabalho / Congresso / Seminário)
2022	Homenagem ao bicentenário de Maria Firmina dos Reis	(Apresentação de Trabalho / Congresso / Seminário)
2022	O romance "Úrsula", de Maria Firmina dos Reis: uma história das edições	(Apresentação de Trabalho / Congresso / Seminário)
2022	Desvendando Maria Firmina dos Reis	(Apresentação de Trabalho / Congresso / Seminário)
2022	Maria Firmina dos Reis: 200 anos de uma precursora	(Apresentação de Trabalho / Congresso / Seminário)
2022	Maria Firmina dos Reis, a primeira Mestra Régia de Guimarães	(Apresentação de Trabalho / Congresso / Seminário)
2022	Maria Firmina dos Reis na sala de leitura	(Apresentação de Trabalho / Congresso / Seminário)
2022	Maria Firmina dos Reis, pioneira na luta antirracista no Brasil	(Apresentação de Trabalho / Congresso / Seminário)
2022	A mente ninguém pode escravizar: Maria	(Apresentação de Trabalho / Congresso /

	Firmina dos Reis pela crítica literária contemporânea	Seminário)
2022	Maria Firmina dos Reis: uma breve história da autora homenageada na Flip 2022	(Apresentação de Trabalho / Congresso / Seminário)
2022	O projeto estético-político de Maria Firmina dos Reis e sua contribuição para o processo de edificação da América Latina	(Apresentação de Trabalho / Congresso / Seminário)

Fonte: pesquisa própria a partir das informações disponibilizadas pelo pesquisador em seu Currículo Lattes.

Nas comemorações de bicentenário de nascimento de Maria Firmina dos Reis temos algumas publicações que acontecem em São Luís. O livro *Maria Firmina dos Reis e o cotidiano da escravidão no Brasil*, de Agenor Gomes. O livro em formato de quadrinho *Úrsula*, de Iramir Araújo. E o livro *Maria Firmina: a menina abolicionista*, de Andréa Oliveira, uma biografia sobre Maria Firmina dos Reis para o público infanto-juvenil.

Neste mesmo ano, Firmina foi homenageada na 15ª FeliS (Feira do Livro de São Luís). Uma das rodas de conversa, sob o título *Maria Firmina dos Reis no seu bicentenário de nascimento: do silenciamento à consagração* contou com a participação de Agenor Mendes (que publicou livro sobre a escritora, também em 2022), Dilercy Adler (fundadora da ALL) e Algemira Macedo Mendes.

Ainda em 2022, a Feira Literária de Paraty (FLIP), homenageou a autora:

Autora Homenageada: Maria Firmina dos Reis

Embora não haja certeza sobre a data, o mais provável é que Maria Firmina dos Reis tenha nascido em 1822. Escritora e educadora, em 1859 lançou *Úrsula*, romance que inaugura, no Brasil, com genialidade, a linhagem da literatura abolicionista e que, após anos de apagamento, vem paulatinamente ganhando mais atenção, dentro e fora do Brasil. O ineditismo e a valentia do texto de Maria Firmina dos Reis são significativos para entender como ela ao mesmo tempo leu o seu momento histórico e soube fabular a partir dele. Professora de primeiras letras em Guimarães, no Maranhão, sua obra prolífica se construiu praticamente em paralelo à literatura majoritariamente masculina e branca dos círculos literários brasileiros. A homenagem a ela vem em bom momento, tanto pela qualidade de sua produção em diversos gêneros, como pelo fato de que por bastante tempo ela ficou à margem da história canônica da literatura brasileira.¹⁵⁶

No Maranhão, duas pesquisadoras são as mais profícuas nesse tema. A primeira é a psicóloga, professora, escritora, poetisa e pesquisadora Dilercy Aragão Adler. Doutora em Ciências Pedagógicas; mestre em Educação pela Universidade Federal do Maranhão-UFMA; especialista em Metodologia da Pesquisa em Psicologia e em Sociologia pela Universidade Federal do Maranhão. É aposentada pela Universidade Federal do Maranhão. Ela também é membro do Banco de Avaliadores do Sinaes - BASIS/INEP/MEC. É também membro

¹⁵⁶ Disponível em <https://www.flip.org.br/flip-2022/autora-homenageada/>

Fundador e Presidente da Academia Ludovicense de Letras (ALL), ocupando a Cadeira de nº 8. Além de titular da Cadeira Nº 1 do Instituto Histórico e Geográfico do Maranhão (IHGM). Dilercy também é presidente Fundadora da Sociedade de Cultura Latina do Estado do Maranhão (SCL-MA). Seus livros sobre Maria Firmina dos Reis são *Maria Firmina dos Reis: ontem, uma maranhense; hoje uma missão de amor!* (2014), *Sobre Maria Firmina dos Reis* (2015), em que consta como organizadora, *Cento e noventa poemas para Maria Firmina dos Reis* (2015), também como organizadora.

A segunda pesquisadora ludovicense que se destaca nos trabalhos sobre Firmina é a professora doutora Régia Agostinho da Silva. Atualmente, ela é professora do Departamento de História da UFMA; professora permanente do Programa de Pós-Graduação em Letras, Bacabal – MA, UFMA; Doutora em História. Seus estudos se concentrando na relação entre História e Literatura, escrita de mulheres, Brasil oitocentista, escravidão e história das mulheres. Possui diversos artigos sobre Maria Firmina dos Reis e, recentemente, na publicação de *Úrsula* pela editora Fora do Ar, escreveu a apresentação e o posfácio, já na reedição pela editora Antofágica, escreveu um dos posfácios, intitulado *Maria Firmina dos Reis: precursora negra da abolição*. Relacionamos a seguir algumas das publicações da professora Régia a respeito de Maria Firmina dos Reis:

TABELA 13
RESUMO DAS PESQUISAS DE RÉGIA AGOSTINHO DA SILVA SOBRE MARIA
FIRMINA DOS REIS
(2011-2022)

ANO	TÍTULO	TIPO DE PUBLICAÇÃO
2011	"A mente, essa ninguém pode escravizar": Maria Firmina dos Reis e a escrita feita por mulheres no Maranhão	Artigo em revista científica
2011	Maria Firmina dos Reis e o verbo encantado: vida e obra de uma romancista do século XIX no Maranhão.	Capítulo de livro
2011	Maria Firmina dos Reis e a escravidão no Maranhão na segunda metade do século XIX.	(Apresentação de Trabalho / Congresso / Seminário)
2011	As imagens dos cativos no romance <i>Úrsula</i> de Maria Firmina dos Reis	(Apresentação de Trabalho / Congresso / Seminário)
2012	O negro e a mulher em <i>Úrsula</i> de Maria Firmina dos Reis.	Resenha
2013	Maria Firmina dos Reis e seu conto Gupeva.	(Apresentação de Trabalho / Congresso / Seminário)
2014	Representações de mulheres em Maria Firmina dos Reis.	Capítulo de livro
2016	A força da literatura: Maria Firmina dos Reis e a mulher indígena em Gupeva	Capítulo de livro
2017	Maria Firmina dos Reis e sua escrita antiescravista	Artigo em revista científica
2017	Maria Firmina dos Reis e a Escrava.	Capítulo de livro
2018	"A mente, essa ninguém pode escravizar": Maria Firmina dos Reis e seus escritos contra a escravidão.	Capítulo de livro
2019	Os afrodescendentes em <i>Úrsula</i> de Maria Firmina dos Reis e Quarto de Despejo de Carolina Maria de Jesus	(Apresentação de Trabalho / Congresso / Seminário)

2019 – 2022	Maria Firmina dos Reis e sua escrita antiescravista no Maranhão na segunda metade do século XIX	Projeto de pesquisa
2019 – Atual	Os afrodescendentes em <i>Úrsula</i> de Maria Firmina dos Reis e <i>Quarto de Despejo</i> de Carolina Maria de Jesus.	Projeto de pesquisa
2020	Maria Firmina dos Reis: intérprete do Brasil.	Artigo em revista científica
2020	Por uma outra leitura de Adelaide do romance <i>Úrsula</i> de Maria Firmina dos Reis.	Artigo em revista científica
2020	O combate contra o escravismo e machismo na obra de Maria Firmina dos Reis e Machado de Assis.	(Apresentação de Trabalho / Congresso / Seminário)
2020	Maria Firmina dos Reis e sua escrita antiescravista.	Prefácio / Posfácio / Introdução
2021	Escritas negras importam: Maria Firmina dos Reis e seu romance <i>Úrsula</i> .	Artigo em revista científica
2021	Maria Firmina dos Reis: a mendiga - poema de amor e luta.	(Apresentação de Trabalho / Congresso / Seminário)
2021	Maria Firmina dos Reis: precursora negra da abolição.	Prefácio / Posfácio / Introdução
2022	Por uma outra leitura de Adelaide do romance <i>Úrsula</i> de Maria Firmina dos Reis.	Capítulo de livro
2022	Letras negras importam: Maria Firmina dos Reis e seu romance <i>Úrsula</i>	Capítulo de livro
2022	A loura e a morena: Maria Firmina dos Reis e o indianismo.	Capítulo de livro
2022	A escrava e a luta abolicionista de Maria Firmina dos Reis.	Prefácio / Posfácio / Introdução

Fonte: resumo elaborado a partir de informações disponíveis no Currículo Lattes da pesquisadora.¹⁵⁷

Ainda a respeito dos prefácios escritos para as publicações de *Úrsula*, analisando a Tabela 11, percebemos, em primeiro lugar, que as reedições do romance aumentam a partir do ano de 2004, tendo um crescimento acentuado após 2017. Além de *Úrsula*, o conto *A escrava* também é bastante retomado, muitas vezes ambos são publicados em conjunto, possivelmente por ambos terem temáticas lidas como abolicionistas.

Em segundo lugar, notamos que as três maiores editoras que publicaram o romance e o conto são a PUC-MG, a Penguin-Companhia (selo editorial da Cia. das Letras) e a Editora Século XXI.

A Edições Câmara também possui um público bem abrangente e uma de suas Linhas Editoriais é chamada de “cidadania” que, segundo a própria editora,

busca tornar acessíveis temas relacionados à cultura brasileira e aos direitos humanos e coletivos por meio da publicação dos clássicos da literatura nacional em domínio público e de obras que tornam as legislações e o processo legislativo mais facilmente compreendidos pela população (EDIÇÕES CÂMARA).¹⁵⁸

¹⁵⁷ Disponível em <http://lattes.cnpq.br/9345882442043578>, alguns dos textos citados foram escritos em conjunto com outros pesquisadores, para maiores informações, acessar a plataforma lattes no endereço informado.

¹⁵⁸ Disponível em <https://livraria.camara.leg.br/sobre-a-edicoes-camara>

A Editora da Academia Maranhense de Letras tem seu público mais restrito ao estado do Maranhão, enquanto a Editora do Jornal O Dia, restringe-se ao público do Rio de Janeiro.

As demais editoras foram fundadas mais recentemente, como podemos observar na lista abaixo:

- Editora Uirapuru: tornou-se editora em 2006;
- Cadernos do Mundo Inteiro: apresenta-se como uma editora experimental, fundada em 201;
- Editora Zouk: criada em 2012;
- Editora Taverna: apresenta-se como uma editora independente fundada em 2017;
- Editora Pradense: criada em 1997;
- Editora Figura de Linguagem: apresenta-se como uma editora “independente dirigida por pessoas negras e publica literatura, filosofia, comunicação, crítica, psicanálise, teatro”, fundada em 2018;
- Iba Mendes Digital: é responsável pelo Projeto Livro Livre, que parece ter sido iniciado entre 2016-2017. Segundo seu fundador, o projeto “é uma iniciativa que propõe o compartilhamento, de forma livre e gratuita, de obras literárias já em Domínio Público ou que tenham a sua divulgação devidamente autorizada, especialmente o livro em seu formato Digital”;
- LeBooks Editora: apresenta-se como a 1ª editora digital do Brasil, que realizou sua primeira venda de livro digital em 2006;
- Editora Ebedê Brasil: extensão da editora de mesmo nome, fundada em Barcelona, Espanha, em 1888. Chegou ao Brasil em 2013 com um catálogo mais especializado em livros didáticos e paradidáticos, além de literatura juvenil. Seus livros de literatura, incluem clássicos que atendem o repertório a ser utilizado no ambiente escolar;
- Editora Fora do Ar: segundo a editora, seu propósito é divulgar “narrativas imersivas e instigantes, não importa a época ou o suporte”, foi criada em 2018;
- Editora Itapuca: criada em 2016;
- Editora Principis: selo que faz parte da Editora Ciranda Cultural. O selo Principis trabalha com coleções de livros clássicos da literatura. A Ciranda Cultural está há 20 anos no mercado editorial, porém, não conseguimos os registros da criação do selo da Editora Principis;
- LD Títulos: não encontramos referência a data de criação e mesmo o site desta editora, somente sua página no Facebook (LD Títulos). Esta editora publica clássicos da literatura brasileira, que estão em Domínio Público, em formato e-book Amazon Brasil, com preços acessíveis;
- Editora Litterae: criada em 2020. A edição de Úrsula foi exclusiva, pois é uma editora no formato clube de assinante. Essa edição do livro foi feita em formato *box* contando, além do romance em capa dura, com um marca-páginas personalizado e um caderno de imersão, também personalizado, que aborda os aspectos da literatura e do direito presentes na obra. A editora é especializada em livros jurídicos;

- Antofágica: trabalha com clássicos da literatura nacional e internacional, criada em 2019;
- Editora Monte Cristo: especializada em literatura clássica e livros digitais, fundada em 2013;
- Galuba Editorial: fundada em 2020, se apresenta como uma editora 100% feminina;
- Editora Outra Margem: criada em 2018;
- Pictos Editora: fundada em 2019;
- Editora Hedra: fundada em 2018, se conceitua como uma editora com “títulos interdisciplinares de formação crítica. Obras máximas da área de humanidades, do cânone literário ou até de autores pouco difundidos no Brasil. Textos [...] que chamamos *clássicos de intervenção*: clássicos que são clássicos, afinal, porque são atuais”,¹⁵⁹
- Editora Dando a Letra: criada em 2021, seu projeto é “conectar o universo literário e o mundo musical, mais precisamente o Hip Hop”;
- Gráfica e Editora 7 Cores: fundada em 1993 oferece serviços gráficos e projetos editoriais para autores independentes;
- Desconcerto Editora: fundada em 2018, trabalha com grande diversidade de gêneros;
- Editora La Fonte: criada em 2012, se define como uma divulgadora de “cultura para todos”;
- Cartola Editora: fundada em 2018, tem como objetivo democratizar a “literatura nacional, oferecendo excelência a preços acessíveis e disseminando cultura através de bons livros”.¹⁶⁰

Percebemos que as editoras que publicaram texto de Maria Firmina dos Reis – *Úrsula, A escrava, Gupeva e Cantos a beira-mar* –, em sua maioria, após 2017, são editoras criadas também após 2017, com um catálogo de autores nacionais que estão fora do circuito das consideradas grandes editoras. Em geral, elas afirmam ter objetivo “difundir a cultura” e publicam sob demanda – quando o escritor compra um pacote com determinada quantidade de seus livros para venda própria e têm em seu catálogo a modalidade de livros digitais, os chamados e-books.

Essas editoras parecem pretender atingir um público fora do cânone, do domínio literário brasileiro, aqueles escritores e escritoras que não conseguiram publicar seus textos por editoras legitimadas pelo grande público leitor e mesmo pelos agentes do domínio da escrita. Contudo, por serem jovens e ainda de pequeno ou médio porte, elas lançam alguns

¹⁵⁹ Disponível em <https://www.hedra.com.br/sobre>

¹⁶⁰ Disponível em <https://www.cartolaeditora.com.br/a-editora/>

livros de escritores consagrados, os clássicos que estão em domínio público, para, com o possível objetivo de serem mais divulgadas e conhecidas pelo mercado leitor.

Nem todas as edições da Tabela 11 possuem prefácios ou posfácios. Alguns somente um texto introdutório de “apresentação”. Um dos pesquisadores que mais escreveu prefácios e posfácios, na terceira fase, para as publicações de *Úrsula* pela editora Mulheres / PUC-MG ou somente PUC-MG foi Eduardo de Assis Duarte, cujo perfil já traçamos anteriormente em nota biográfica.

Para a edição de 2004, Eduardo de Assis escreveu o Posfácio *Maria Firmina dos Reis e os primórdios na ficção afro-brasileira*. O título do posfácio demonstra qual será o ponto de vista defendido pelo pesquisador em seu texto, segundo ele:

Com seu gesto – sob muitos aspectos inaugural – Maria Firmina aponta o caminho do romance romântico como atitude política de denúncia de injustiças há séculos arraigadas na sociedade patriarcal brasileira e que tinham no escravo e na mulher suas principais vítimas. É, portanto, como mulher e como afro-brasileira que a autora põe-se a narrar o drama (DUARTE, 2004, p. 268).

Para a edição de 2018, Duarte preparou um texto introdutório *Maria Firmina, mulher do seu tempo e do seu país*, em que procura demonstrar que Firmina dialogava com toda a produção intelectual a respeito das questões abolicionistas, em seu tempo. Trazendo não somente elementos referentes a outros autores brasileiros, mas da América Latina e de outros países, como Estados Unidos e da Europa. Na mesma edição, Duarte escreve o Posfácio *Úrsula* e a desconstrução da razão negra ocidental, nele o autor afirma que “Maria Firmina dos Reis – mulher de seu tempo e de seu país –, irmana-se a seus contemporâneos e contemporâneas do hemisfério norte, mas também da América Latina e do próprio Brasil, para inscrever sua discordância frente à razão negra ocidental” (DUARTE, 2018, p. 212).

Eduardo de Assis vai um pouco mais além, ao colocar Firmina como uma das escritoras que não deixariam o Brasil de fora, junto a outros países, da crítica ao estatuto da escravidão, segundo ele “o Brasil não ficaria de fora do coro de vozes negras a clamar pelos novos tempos” (DUARTE, 2018, p. 213).

A respeito de Maria Firmina, o pesquisador conta que: era “autodidata, sem acesso à universidade e aos centros europeus formadores de conhecimento e mentalidades, Firmina soube muito bem muito bem avaliar a ignomínia perpetrada pelos colonizadores” (DUARTE, 2018, p. 213).

A edição de *Úrsula* da Século XXI faz parte da coleção Clássicos Comentados, um projeto de livros paradidáticos para acesso de leitores e leitoras do Ensino Médio, como livros recomendados para as provas oficiais de entrada nas universidades brasileiras. Os comentários

do livro são feitos por Roberta Flores Pedroso. Roberta Pedroso é formada em Letras (Português/Literatura) e Pedagogia, pela Universidade Luterana do Brasil. Possui mestrado em Literatura Brasileira pela Universidade Federal do Rio Grande do Sul. Atualmente é doutoranda em Literatura, Sociedade e História da Literatura pela mesma universidade.

Segundo Pedroso (2018, p. 09), em sua apresentação do romance sob o título *A marca escravocrata na escrita de Maria Firmina dos Reis*, a escritora maranhense é descrita como uma “figura instigante e curiosa [que] desafiou a sociedade patriarcal e mandonista”.

Firmina problematiza a situação do negro cativo a partir de uma perspectiva interna, discutindo a importância da liberdade nas figuras das personagens apresentadas, assim como os certifica de seu lugar de origem com elementos narrativos marcadamente africanos na voz dos escravizados (2018, p. 11).

A editora Zouk trouxe em sua edição de *Úrsula* textos de três autores. O primeiro é *Maria Firmina dos Reis, intérprete do Brasil*, de Rafael Balseiro Zin. Segundo Balseiro Zin (2018, p. 11), tomar contato com as ideias de Firmina “e com o conjunto do seu pensamento, enquanto cidadã do Império e participante ativa da vida cultural maranhense oitocentista, é surpreender-se com a determinação e o espírito aguerrido de uma mulher que [...] revela sua sensibilidade artística através da força de suas palavras”. Para o autor,

Úrsula, que pode ser considerado o primeiro romance de autoria negra e feminina no Brasil, além de ser o primeiro de cunho antiescravista, foi publicado em 1859 na cidade de São Luís. É, também, o romance inaugural da chamada *literatura afro-brasileira* – entendida, aqui, como a produção literária afrodescendente que tematiza a negritude de uma perspectiva própria (ZIN, 2018, p. 7).

Para Rafael Balseiro Zin (2018), Maria Firmina denunciou as injustiças enraizadas na sociedade escravagista brasileira, que fazia dos africanos e dos afrodescendentes escravizados suas principais vítimas. A autora teria lançado um olhar para a questão da abolição pela perspectiva dos próprios “vencidos”.

O segundo texto de apresentação da edição da Zouk, *Uma voz das margens do silêncio ao reconhecimento*, é de Rita Terezinha Schmidt, professora no Instituto de Letras da Universidade Federal do Rio Grande do Sul. Ela é membra eleita, desde 2004 do Comitê de Gênero, comitê permanente da Associação Internacional de Literatura Comparada (ICLA) e, para a gestão 2019-2022, foi eleita para Conselho Executivo da referida Associação.

De acordo com a professora Rita Schmidt (2018) “*Úrsula* é hoje considerado o primeiro romance abolicionista brasileiro e figura entre as primeiras narrativas de ficção de autoria feminina no Brasil. A história é singular”. A respeito das personagens negras do romance, afirma que:

As falas de Túlio e a narrativa de Mãe Susana são atos de resistência com relação ao silenciamento da voz negra pela sociedade branca e constituem, por isso mesmo, uma reivindicação de visibilidade histórica e cultural face ao discurso hegemônico da nacionalidade do século XIX que alavancou a construção de uma identidade brasileira pretensamente universal e homogênea, pressuposta na ideia da nação como uma comunidade imaginada (SCHMIDT, 2018, p. 23).

Eliane Marques, poetisa, ensaísta, editora e roteirista, assina o terceiro texto de apresentação da edição Zouk, *Úrsula: a diferença como exclusão e como desejo de reconhecimento*. Para Eliane Marques (2018), Maria Firmina dos Reis “repudia uma narrativa heroica da vida escravizada, tanto ao senhor quanto ao “seu Negro”, adotando, antes, juma perspectiva mais filosófica das relações sociais que apresenta no romance do que propriamente épica”. Ainda segundo a ensaísta, ao repudiar essa visão “heroica” da escravidão, Firmina “vai minando as bases do tempo linear em que se mantém o regime patriarco-escravocrata e o romantismo como sua forma estética, porque o entrecorta por tempos de vidas outras e, inclusive, o entrecorta com o tempo da morte como direção”.

Ainda em 2018 a editora Taverna lança sua edição de *Úrsula*, o prefácio *Úrsula, “romance original brasileiro”* é assinado por Rafael Balseiro Zin. Abrimos aqui um parágrafo para analisar a trajetória de Rafael Balseiro Zin. Sociólogo de formação pela Escola de Sociologia e Política de São Paulo (2012). Concluiu seu mestrado em Ciências Sociais pela PUC-SP em 2016 e seu doutorado em 2022 também pela PUC-SP. É na Pontifícia Universidade Católica de São Paulo que participa do Núcleo de Estudos em Arte, Mídia e Política (Neamp), como pesquisador. Suas pesquisas sobre Maria Firmina dos Reis iniciaram por volta de 2013, quando publicou seu primeiro artigo sobre a escritora, *Literatura e afrodescendência no Brasil dos oitocentos: uma proposta de investigação a partir da análise interna do romance Úrsula (1859) de Maria Firmina dos Reis*, no II Seminário de Pesquisa da Fundação Escola de Sociologia e Política de São Paulo. a partir de então escreveu diversos artigos sobre Maria Firmina dos Reis e suas obras, além dos prefácios dos livros citados. Tanto sua dissertação de mestrado, quanto sua tese de doutorado têm Firmina como objeto.

No prefácio para edição da editora Taverna, Zin (2018, p. 14) afirma que o romance *Úrsula* pode ser considerado

como algo novo nas letras nacionais. Isso porque, além de ter sido escrito por uma mulher afrodescendente e de ser um dos primeiros do gênero no país, sua narrativa aponta o caminho do romance romântico como atitude política e denúncia de injustiças enraizadas há séculos naquela sociedade, que fazia dos cativos e das mulheres as suas principais vítimas.

O Posfácio dessa edição é escrito Ronald Augusto – poeta, músico, letrista e crítico de poesia – intitulado *A rosácea de Úrsula*. Segundo Ronald Augusto (2018, p. 231), o romance

de Maria Firmina “integra um conjunto de obras literárias que contemporaneamente vêm sendo reivindicadas como precursoras de uma tradição negra na literatura brasileira”.

Por fim, ainda na mesma edição da Taverna, há um texto *Sobre a autora*, trazendo informações referentes a uma pequena biografia de Firmina. De acordo com o texto, Maria Firmina “cresceu em um período em que as oportunidades de estudo para mulheres eram mínimas. [...] Foi autodidata e nunca saiu do Maranhão”.

Em um contexto em que poucas mulheres alfabetizadas, a publicação do primeiro livro de Maria Firmina dos Reis, em 1859, foi um marco na literatura nacional. *Úrsula* é considerado um dos primeiros romances brasileiros escritos por uma mulher – o primeiro de uma autora negra, inaugurando a chamada *literatura afro-brasileira* –, e demonstra o seu pioneirismo ao denunciar os horrores do sistema escravocrata, narrado de forma original e inédita até então, pela perspectiva e subjetividade dos próprios escravos (2018, p. 236).

A edição da Penguin conta com introdução de Maria Helena Pereira Toledo Machado, professora titular do Departamento de História da Universidade de São Paulo e pesquisadora do Instituto de Estudos Avançados da Universidade de São Paulo. Maria Helena é autora de livros e artigos que abordam temas ligados à escravidão, à abolição e à pós-emancipação em perspectiva transnacional.

Sua introdução, para a edição da Penguin, foi intitulada *Maria Firmina dos Reis: invisibilidade e presença de uma romancista negra no Brasil do século ao XXI*. A introdução analisa o processo de publicação do romance no século XIX, sua “redescoberta” por Horácio de Almeida e, a partir do século XXI, a maior presença da escritora nos meios universitários através de pesquisas, artigos, dissertações e teses. Faz uma análise do século XIX, destacando a dificuldade que as mulheres encontravam para adentrar o domínio literário. Além de uma leitura analítica do romance, com destaque para que:

Em meio à trama dramática do romance, qual os personagens agem segundo padrões sentimentais, Firmina permite que Túlio e Mãe Susana irrompam a cena, impondo uma visível quebra narrativa. Ambos os escravizados invadem o fluxo da narração com uma reflexão a respeito de si próprios, de suas vidas, das injustiças da escravidão e de suas opções frente à opressão da sociedade escravista e, em particular, frente ao mando senhorial. Como notaram todos os estudiosos do romance em tela, é nesse momento que *Úrsula* define um lugar totalmente original no âmbito da literatura do século XIX, romântica e/ou abolicionista (TOLEDO MACHADO, 2018).

Régia Agostinho da Silva assina a Apresentação e o Posfácio da edição de *Úrsula* da Editora Fora do Ar (2019). Na Apresentação, ela afirma que o romance “é uma bem densa sobre os escravos do século XIX, o que faz de Maria Firmina dos Reis pioneira na escrita sobre a escravidão, ainda mais se lembramos que estamos falando de São Luís do Maranhão em 1859”. E, no Posfácio intitulado *Maria Firmina dos Reis e sua escrita antiescravista*, ela

indica que a autora “tenta convencer seus leitores sobre a legitimidade da liberdade para todos os semelhantes, a partir de um discurso religioso e humanitário”. Especificamente sobre a personagem Mãe Susana, ela:

Régia Agostinho da Silva também escreve um dos textos presentes na edição de *Úrsula* da editora Antofágica, sob o título *Maria Firmina dos Reis: precursora negra da abolição*. Para o enaltecimento de Maria Firmina, destaca que foi uma mulher extraordinária, uma das primeiras mulheres, na literatura brasileira, a falar contra a opressão feminina, que nasceu como uma mulher livre em uma província distante do centro econômico do país. E sobre as personagens negras da trama, afirma que Firmina “constrói a imagem do escravizado em outra perspectiva, visto que o cativo firminiano tem individualidade e é colocado em pé de igualdade com os personagens brancos”.

A escritora Conceição Evaristo também escreveu um texto para a edição da Antofágica, *África, a Parságada de Mãe Susana*. Para Evaristo (2021) “os personagens preta Susana, Túlio e Antero parecem ter sido colocados na trama romanesca para que a escritora pudesse discorrer sobre a escravidão e a necessidade de propagar o pensamento abolicionista”. Ainda de acordo com Conceição Evaristo (2021), Maria Firmina dos Reis se distingue dos demais autores da época, considerados como precursores do abolicionismo.

Pela análise dos Prefácios, Posfácios e mesmo dos textos de apresentação a respeito de Maria Firmina, podemos perceber uma convergência nos discursos. Esses textos que estão inseridos nas edições do romance *Úrsula*, reafirmam sobre a condição da mulher escritora em um período em que havia pouco acesso das mulheres às escolas e mesmo a dificuldade delas em adentrarem os domínios literários. Consagram Maria Firmina como uma autora negra, de poucos estudos, autodidata, que viveu longe dos grandes centros e distante da capital, tanto do estado, quanto do país. Adjetivam Firmina como “precursora”, “inovadora” e mesmo “ousada”.

Sobre o romance *Úrsula*, o destaque principal recai sobre seu caráter abolicionista / antiescravista, que se diferencia dos demais autores da mesma época e que escreveram sobre o mesmo tema, pois Maria Firmina equipara os negros escravizados aos brancos livres, condenando a instituição escravista como algo desumano. O que justificaria classificá-la como primeira mulher brasileira e negra a escrever um romance de cunho abolicionista. Seu romance teria inaugurado a temática da *literatura afro-brasileira*.

Para finalizar esta terceira fase, destacamos a forma como os principais agentes de consagração de Maria Firmina dos Reis se apresentam em seus Currículos Lattes:

TABELA 14
RESUMO DE INFORMAÇÕES SOBRE AGENTES CONSAGRADORES DE MARIA
FIRMINA NA TERCEIRA FASE

AGENTE CONSAGRADOR	APRESENTAÇÃO NO CURRÍCULO LATTES
Zahidè Lupinacci Muzart	Coordenadora do Instituto de Estudos de Gênero (IEG / UFSC), fundadora da Editora Mulheres, editora especializada no resgate de textos de escritoras do século XIX. Esteve à frente de projetos de pesquisa como: <i>Uma voz oculta: história da literatura de autoria feminina brasileira</i> ; <i>Portal Catarina: Projeto de recuperação e organização de parte da memória literária de Santa Catarina</i> e <i>Em busca do cânone feminino: o romance feminino brasileiro no século XIX</i> , entre outros.
Algemira de Macêdo Mendes	Pós-doutora em Literaturas Africanas de Língua Portuguesa pela Universidade de Lisboa. Atua nos seguintes temas: Literatura Feminina, História da Literatura, Literatura Brasileira, Literatura Piauiense, Literatura e Ensino e Literaturas Africanas de Língua Portuguesa. Ministra na especialização de Literatura e Práticas Culturais: <i>Narrativa feminina brasileira</i> . Ministra na especialização de Literatura afrodescendente <i>Ficção de autoria feminina afrodescendente</i> . Coordenadora do projeto de iniciação científica sobre as escritoras piauienses e periódicos piauienses dos séculos XIX e XX. Está à frente de projetos de pesquisa como: <i>Escritoras africanas dos países de língua portuguesa do século XX/XXI: escritas de resistências Teresina</i> ; <i>Escritoras luso-africanas no século XX/XXI: percursos históricos</i> , <i>Questões de gênero na literatura piauiense produzida por mulheres no séculos XX e Périplo literário: Brasil (Maranhão), África (Angola, Moçambique, São Tomé e Príncipe e Cabo Verde) e Europa (Portugal): construção de identidades, afirmação de sentidos</i> . entre outros
Eduardo de Assis Duarte	Participa do Núcleo de Estudos Interdisciplinares da Alteridade - NEIA. Trabalha em especial com os seguintes temas: literatura e alteridade; literatura afro-brasileira; romance, história, sociedade. Coordena o grupo de pesquisa <i>Afrodescendências na Literatura Brasileira</i> e o <i>Literafro: Portal da Literatura Afro-brasileira</i> , com informações biobibliográficas, críticas e excertos de mais de 200 autores, disponível no endereço: www.lettras.ufmg.br/literafro .
Juliano Carrupt do Nascimento	Possui uma especialização em Literaturas Portuguesa e Africanas de Língua Portuguesa pela Universidade Federal do Rio de Janeiro (2006). Tendo formação complementar em <i>Contos africanos de Angola e Moçambique e Estudos feministas e as teorias pós-colonialistas</i> . Esteve à frente de projetos de pesquisa como <i>Escritoras Brasileiras do Século XVII ao Final do Século XIX</i> .
Sandra Maria Job	É líder do grupo de pesquisa EGERA (Estudos de Gênero e Raça). Esteve à frente de projeto de pesquisa como: <i>Sexo, sexualidade: o corpo feminino no século XXI (o ponto g)</i> , <i>O discurso nos contos de Lima Barreto: para uma leitura da representação feminina e os problemas sociais da mulher no início do século XX no Rio de Janeiro</i> , <i>(Re)escrevendo histórias de e sobre mulheres ribeirinhas</i> , <i>Mulheres a(es)quecidas: recontando histórias de quilombos</i> , <i>Gênero e raça na literatura pós-moderna</i> , entre outros.
Luciana Martins Diogo	Mestra em Estudos Brasileiros com ênfase em Culturas e Identidades Brasileiras; criadora e gestora de conteúdo web do site "Memorial de Maria Firmina dos Reis" e editora da "Revista Firminas - Pensamento, Estética e Escrita", a primeira revista brasileira focada na produção artística e intelectual de mulheres negras. Tem experiência nas áreas de Sociologia e Literatura de autoria negra, atuando principalmente nos seguintes temas: Maria Firmina dos Reis, escravidão, epistolografia, diários, escrita de mulheres negras, cultura negra.
Rafael Balseiro Zin	Participa, como pesquisador, do Núcleo de Estudos em Arte, Mídia e Política (PUC-SP/Neamp/CNPq). Tem experiência nas áreas de Pensamento Social Brasileiro, Estudos Culturais e Estudos Literários, atuando, principalmente, com os seguintes temas: trajetória intelectual dos escritores abolicionistas no

	Brasil; literatura abolicionista escrita por mulheres no Brasil dos oitocentos; literatura abolicionista publicada no Brasil do pós-abolição; formação do cânone literário brasileiro, racismo e sexismo; e sociologia das relações raciais e de gênero no contexto literário brasileiro. Está à frente de projetos de pesquisa como: <i>Literatura afro-brasileira: representações identitárias e circulação em redes</i> , <i>Literatura afro-brasileira e sua divulgação em rede</i> , <i>Censo e caracterização socioeconômica da população em situação de rua na municipalidade de São Paulo</i> , entre outros.
Constância Lima Duarte	Tem experiência na área de Literatura Brasileira, com ênfase nos seguintes temas: literatura de autoria feminina e crítica literária feminista. Coordena o Grupo de Pesquisa Mulheres em Letras, cadastrado no Diretório dos Grupos de Pesquisa do CNPq. Esteve à frente de projetos de pesquisa como: <i>Memorial do Memoricídio: escritoras esquecidas da história</i> , <i>Literatura, imprensa e emancipação da mulher no Brasil: do séc. XIX à contemporaneidade</i> ; <i>Mulher e escritura: produção letrada e emancipação feminina no Brasil</i> ; <i>Literatura e Feminismo em Minas Gerais: história e personagens</i> ; <i>Literatura e Feminismo no Brasil: trajetória e diálogo</i> , entre outros.
Régia Agostinho da Silva	Tem experiência na área de História, com ênfase em História do Brasil Império, atuando principalmente no seguinte tema: história e literatura, história das mulheres e história e escravidão. Esteve à frente de projetos de pesquisa como: <i>Maria Firmina dos Reis e sua escrita antiescravista no Maranhão na segunda metade do século XIX</i> , <i>Os afrodescendentes em Úrsula de Maria Firmina dos Reis e Quarto de Despejo de Carolina Maria de Jesus</i> ; <i>Grupo de Estudo História e Literatura</i> ; <i>Falas escravistas e antiescravistas no Maranhão (1880-1887)</i> .

Fonte: pesquisa própria. Resumo elaborado a partir das informações contidas no Currículo Lattes dos pesquisadores.

Em linhas gerais, esses pesquisadores da terceira fase, estão no domínio acadêmico, não são somente mulheres, mas também homens, e seguem linhas de pesquisa da área da literatura, com ênfase em Gênero, Mulheres (escritoras), escravidão, abolicionismo, afrodescendência. Nota-se, que mesmo pesquisadores como Rafael Balseiro Zin, Doutor em Ciências, apresenta-se com interesse em temas ligados à “trajetória intelectual dos **escritores abolicionistas** no Brasil; **literatura abolicionista escrita por mulheres** no Brasil dos oitocentos; **literatura abolicionista** publicada no Brasil do pós-abolição; **formação do cânone literário** brasileiro, racismo e sexismo; e **sociologia das relações raciais e de gênero no contexto literário brasileiro**” (grifo nosso)¹⁶¹. Também a professora Régia Agostinho da Silva, Doutora em História, apresenta em seu Currículo Lattes interesse por temas ligados à literatura, como história e literatura.

Os títulos de seus projetos de pesquisa sugerem uma busca pelo não “esquecimento” ou pelo “reconhecimento”, consagração de autoras que ficaram de fora do que é considerado o cânone literário no Brasil, além de contribuir para um processo de “reconstrução” das novas identidades afrodescendentes. Os termos utilizados para descrever os projetos de pesquisa,

¹⁶¹ Disponível em <http://lattes.cnpq.br/5712478009370463>

geralmente são “resgate”, “feminismo”, “história ainda não contada”, “criação de uma tradição literária escrita por mulheres”, análise, nas “obras” literárias sobre aspectos “identitários”, “memorialísticos” e “questões de gênero”, estudo de “autores afrodescendentes fora do cânone”, “literatura produzida por afrodescendentes”, “condição e/ou representação feminina”, “representação da mulher negra na literatura”, “autores afro-brasileiros”, “literatura feminina”, “Maria Firmina dos Reis”.

4.4 As teses e as dissertações

A partir da análise da tabela a seguir, que contém as teses e dissertações que contemplam estudos sobre Maria Firmina dos Reis, é possível perceber com mais detalhes as fases analisadas anteriormente.

TABELA 15
RELAÇÃO DE TESES E DISSERTAÇÕES QUE CONTÊM ESTUDOS SOBRE MARIA FIRMINA DOS REIS
(1981-2022)

ANO	TÍTULO	AUTOR(ES)	TIPO	EDITORA / REVISTA	
01	1987	<i>Encantações: escritoras e imaginação literária no Brasil – século XIX</i>	Norma Telles	Tese de Doutorado em Ciências Sociais	USP
02	2001	<i>A escritura vanguarda de Maria Firmina dos Reis: inscrição de uma diferença na literatura do século XIX</i>	Cristiana Maria Costa de Oliveira	Dissertação de mestrado em Teoria Literária.	Faculdade de Letras da Universidade Federal do Rio de Janeiro (UFRJ).
03	2004	<i>Os Destinos Trágicos da Figura Feminina no Romantismo Brasileiro.</i>	Maria de Lourdes Da Conceição Cunha	Dissertação de mestrado em Literatura e Crítica Literária	Pontifícia Universidade Católica De São Paulo, São Paulo
04	2006	<i>Maria Firmina dos Reis e Amélia Beviláqua na história da literatura brasileira: representação, imagens e memórias nos séculos XIX e XX</i>	Algemira de Macêdo Mendes	Tese de doutorado em Letras	Faculdade de Letras. Pontifícia Universidade Católica do Rio Grande do Sul, Porto Alegre,
05	2007	<i>Gênero e etnicidade no romance Úrsula, de Maria Firmina dos Reis</i>	Adriana Barbosa de Oliveira	Dissertação de mestrado em Letras	Faculdade de Letras. Universidade Federal de Minas Gerais, Belo Horizonte
06	2008	<i>A representação do herói marginal na literatura afro-brasileira: uma releitura dos romances Úrsula de Maria Firmina dos Reis e Ponciá Vicêncio de Conceição Evaristo.</i>	Paraguassu de Fatima Rocha	Dissertação de mestrado em Teoria Literária,	Centro Universitário Campos De Andrade, Curitiba
07	2009	<i>O romance Úrsula de Maria Firmina dos Reis: estética e ideologia no romantismo brasileiro</i>	Juliano Carrupt do Nascimento	Dissertação de Mestrado em Letras Vernáculas	Faculdade de Letras. Universidade Federal do Rio de Janeiro, Rio de Janeiro
08	2009	<i>Academia Maranhense de Letras: produção literária e reconhecimento de escritoras maranhenses</i>	Renato Kerly Marques Silva	Dissertação de mestrado em Ciências Sociais	UFMA
09	2010	<i>Mãe Susana, Mãe África – a ‘invenção’ da diáspora negra em Úrsula (1859) de Maria Firmina dos Reis.</i>	Carla Cristine Francisco	Dissertação Mestrado em Aire Culturelle Romaine	Université de Provence Aix Marseille I, Aix-Marceille I, França
10	2011	<i>Em texto e no contexto social: mulher e Literatura Afro-brasileiras</i>	Sandra Maria JOB	Tese de doutorado em Literatura	Universidade Federal De Santa Catarina, Florianópolis
11	2013	<i>A escravidão no Maranhão: Maria Firmina dos Reis e as representações sobre escravidão e mulheres no Maranhão na segunda metade do século XIX</i>	Régia Agostinho	Tese de Doutorado em História econômica	Universidade de São Paulo
12	2013	<i>Os abolicionismos na prosa brasileira: de Maria Firmina dos Reis a Machado de Assis.</i>	José Antônio Carvalho Dias de Abreu	Tese de doutorado em Letras.	Faculdade de Letras. Universidade de Coimbra, Coimbra
13	2013	<i>A effígie escrava: a construção de identidades negras no</i>	Virginia Silva de	Dissertação de mestrado em	Fundação Universidade Estadual Do

		<i>romance Úrsula, de Maria Firmina Dos Reis</i>	Carvalho	Letras	Piauí – FUESPI
14	2013	<i>O uso de fontes em sala de aula: a obra de Maria Firmina dos Reis (1859) como mediadora no estudo da escravidão negra no Brasil.</i>	Janaína dos Santos Correia	Dissertação de mestrado em História Social	Centro de Letras e Ciências Humanas. Universidade Estadual de Londrina.
15	2013	<i>Uma análise das representações sobre as mulheres no Maranhão da primeira metade do século XIX a partir do romance Úrsula, de Maria Firmina dos Reis</i>	Melissa Rosa Teixeira Mendes	Dissertação de mestrado em História Social	Universidade Federal do Maranhão
16	2014	<i>Vozes Afro-femininas na América Latina.</i>	Francineide Santos Palmeira	Tese Doutorado em Estudos Étnicos e Africanos.	Universidade Federal da Bahia, UFBA,
17	2014	<i>Entre a letra e a lei: Narrativas e Identidades Femininas.</i>	Vanessa Figueiredo de Souza	Dissertação de mestrado em Humanidades, Culturas e Artes	Universidade Do Grande Rio, Duque de Caxias,
18	2014	<i>Da literatura maranhense: romance e romancistas do século XIX</i>	Dinacy Mendonça Corrêa	Tese de Doutorado em Ciências da Literatura	Universidade Federal do Rio de Janeiro
19	2015	<i>Autoria, devir e interdição: os “entre-lugares” do sujeito no romance Úrsula.</i>	Ana Carla Carneiro Rio	Dissertação de mestrado em Estudos da Linguagem	Faculdade de Letras. Universidade Federal de Goiás, Catalão,
20	2015	<i>Relações de gênero na segunda metade do Século XIX na perspectiva de Maria Firmina dos Reis: análise do romance Úrsula.</i>	Katiana Souza Santos	Dissertação de mestrado em Cultura e Sociedade	PGCULT Universidade Federal do Maranhão. São Luís, MA
21	2016	<i>Visões da escravatura na América Latina: “Sab” e “Úrsula”.</i>	Bárbara Loureiro Andreta	Dissertação de mestrado em Letras	Centro de Artes e Letras. Universidade Federal de Santa Maria, Santa Maria
22	2016	<i>Caminhos entrecruzados: história, escravidão e literatura em Úrsula (1859) e As Vítimas Algozes: Quadros Da Escravidão (1869)</i>	Rosangeli de Fatima Batiguiani	Dissertação de mestrado em História	Programa de Pós-graduação em História da Universidade Estadual de Montes Claros/Unimontes
23	2016	<i>Da sujeição à subjetivação: a literatura como espaço de construção da subjetividade, os casos das obras “Úrsula” e “A Escrava” de Maria Firmina dos Reis</i>	Luciana Martins Diogo	Dissertação de mestrado em Estudos Brasileiros	Instituto de Estudos Brasileiros. Universidade de São Paulo, São Paulo.
24	2016	<i>Vozes femininas em Úrsula, de Maria Firmina dos Reis, “uma maranhense”</i>	Thayara Rodrigues Pinheiro	Dissertação de mestrado em Letras	Universidade Federal da Paraíba, João Pessoa
25	2016	<i>A escritora Maria Firmina dos Reis: história e memória de uma professora no Maranhão do século XIX.</i>	Carla Sampaio dos Santos	Dissertação de mestrado em Educação	Faculdade de Educação da Universidade Estadual de Campinas
26	2016	<i>Maria Firmina dos Reis: a trajetória intelectual de uma escritora afrodescendente no Brasil oitocentista</i>	Rafael Balseiro Zin	Dissertação de mestrado em Ciências Sociais	Faculdade de Ciências Sociais da Pontifícia Universidade Católica de São Paulo
27	2017	<i>A prosa de ficção nos jornais do Maranhão Oitocentista</i>	Antônia Pereira de Souza	Tese de doutorado em Letras	UFPB/ CCHL Programa de Pós-graduação em Letras (PPGL), da Universidade Federal da Paraíba

					(UFPB), João Pessoa
28	2017	<i>Maria Firmina dos Reis: a voz negra na literatura do Oitocentos</i>	Geraldo Ferreira da Silva	Dissertação de mestrado em Letras	Universidade Federal de Montes Claros (MG)
29	2017	<i>As questões étnicas e de gênero nos romances Úrsula, de Maria Firmina dos Reis, e A Escrava Isaura, de Bernardo Guimarães</i>	Francisca Pereira da Silva Meneses	Dissertação de mestrado em letras	Universidade de Santa Cruz do Sul
30	2018	<i>Literatura e atitudes políticas: olhares sobre o feminino e antiescravidão na obra de Maria Firmina dos Reis.</i>	Jéssica Catharine Barbosa de Carvalho	Dissertação de mestrado em Letras	Programa de Pós-graduação em Letras da Universidade Federal do Piauí
31	2018	<i>A narrativa de Maria Firmina dos Reis e a perspectiva hermenêutica para a prática dos estudos literários</i>	Joseylza Lima Silva	Dissertação de mestrado em Letras	Universidade de Santa Cruz do Sul
32	2018	<i>Maria Firmina dos Reis: Iyalodê do Brasil</i>	Sidinea Almeida Pedreira Vrbata	Dissertação de Mestrado em Estudos Literários	Universidade Estadual de Feira de Santana
33	2018	<i>Romance de autoria feminina: “o ser mulher” em Maria Firmina e Júlia Lopes.</i>	Rodrigo Gouvea Rodrigues	Dissertação de mestrado em letras	Pontifícia Universidade Católica de Goiás
34	2019	<i>A configuração do negro escravizado em Úrsula e Assombramento</i>	Jessica Frizon Neres	Dissertação de Mestrado em Letras	Universidade Tecnológica Federal do Paraná. Linha de pesquisa: Literatura, Sociedade e Interartes.
35	2019	<i>As faces de Maria: Ecos de Maria Firmina dos Reis em Lélia Gonzalez, Djamilia Ribeiro e Marielle Franco</i>	Renata Carmo Alves	Dissertação de Mestrado em Literatura, Cultura e Contemporaneidade do Departamento de Letras	Pontifícia Universidade Católica do Rio de Janeiro
36	2019	<i>Vozes da dissonância no atlântico negro: encenações da diáspora nos romances Úrsula, Um defeito de cor e Becos da memória</i>	Karina de Almeida Calado	Tese de Doutorado em Letras	Pontifícia Universidade Católica de Minas Gerais
37	2019	<i>Corpo de romances de autoras negras brasileiras (1859-2006): posse da história e colonialidade nacional confrontada</i>	Fernanda Rodrigues de Miranda	Tese de Doutorado em Letras	Universidade de São Paulo
38	2019	<i>O tema e o problema: memória e esquecimento nas pesquisas acadêmicas sobre Maria Firmina dos Reis (1989 – 2019)</i>	Dayane Cristina de Freitas	Dissertação de Mestrado em História	Universidade Federal de Uberlândia
39	2019	<i>Irrompendo silêncios: a literatura afro-brasileira de Maria Firmina dos Reis, Carolina Maria de Jesus e Conceição Evaristo</i>	Michelly Cristina Alves Lopes	Dissertação de Mestrado em Letras	Universidade Federal do Espírito Santo
40	2020	<i>Poder, resistência e verdade nos romances abolicionistas Úrsula, de Maria Firmina dos Reis, e A Escrava Isaura, de Bernardo Guimarães</i>	Ana Carla Carneiro Rio	Tese de Doutorado Letras e Linguística	Universidade Federal de Goiás
41	2020	<i>A condição da mulher negra na literatura brasileira em Úrsula, Casa de Alvenaria e Um defeito de cor</i>	Monica Saldanha Dalcol	Tese de Doutorado em Letras	Universidade Federal de Santa Maria

42	2020	<i>O pensamento político de Maria Firmina dos Reis. a intelectual maranhense por trás das convenções sociais e políticas do Brasil oitocentista</i>	Theicy Rhoana Ferreira Pereira	Dissertação de Mestrado em Ciência Política	Universidade do Estado do Rio de Janeiro
43	2020	<i>Uma senhora maranhense que cultivava as belas letras: Maria Firmina dos Reis e sua trajetória na imprensa (1860 – 1911)</i>	Natália Lopes de Sousa	Dissertação de Mestrado em História	Universidade Federal de Juiz de Fora (MG)
44	2020	<i>“Provas do bello talento”: gênero, raça e abolição sob a pena de Maria Firmina no Maranhão oitocentista.</i>	Clarissa dos Santos Pinto Pires	Dissertação de Mestrado em História	Universidade Federal Fluminense
45	2020	<i>A narratividade de Maria Firmina dos Reis: nação e colonialidade</i>	Laísa Marra	Tese de Doutorado em Letras	Universidade Federal de Minas Gerais
46	2020	<i>Nas trilhas literárias de Maria Firmina dos Reis</i>	Jeissyane Furtado da Silva	Dissertação de mestrado em Letras	Universidade Federal Do Acre
47	2020	<i>ÚRSULA, de Maria Firmina dos Reis: romance fundacional da literatura afro-brasileira</i>	Mara Livia Farias Cardoso	Dissertação de mestrado em Letras	Universidade Federal do Rio Grande
48	2020	<i>Firmine-se: uma proposta de mediação de leitura e análise do romance Úrsula (1859) de Maria Firmina dos Reis</i>	Cicero Barros Feitosa Filho	Dissertação de mestrado em Letras	Universidade Estadual De Mato Grosso Do Sul "Dourados"
49	2020	<i>Maria Firmina dos reis: as vozes que emergem do contexto de leitura da obra Úrsula</i>	Joao Carlos dos Passos	Dissertação de mestrado em Teoria Literária	Centro Universitário Campos de Andrade
50	2021	<i>Maria Firmina dos Reis e a interrogação ao cânone com o romance Úrsula</i>	Priscila Vieira de Oliveira	Dissertação de mestrado em Letras	Universidade do Estado do Rio de Janeiro
51	2021	<i>As mulheres do século XIX pelas narrativas de Maria Firmina dos Reis</i>	Larissa da Silva Sousa	Dissertação de mestrado Interdisciplinar em História e Letras	Universidade Estadual do Ceará
52	2021	<i>Mulheres, raça e literatura: as representações femininas presentes no romance Úrsula (1859), de Maria Firmina dos Reis</i>	Marllon Antonio Alves da Silva	Dissertação de Mestrado em História	Universidade do Estado do Rio de Janeiro
53	2021	<i>Marcas da desconstrução das concepções hegemônicas da condição de gênero e etnia no romance Úrsula, de Maria Firmina dos Reis</i>	Rosane Jaehn Troina	Dissertação de Mestrado em Letras	Universidade Federal Do Rio Grande
54	2022	<i>Mulheres negras no ensino de história do Brasil: a história de Maria Firmina dos Reis</i>	Elaine Lopes	Dissertação de Mestrado em Ensino de História	Universidade Estadual De Ponta Grossa
55	2022	<i>Escritoras abolicionistas no Brasil-Império: Maria Firmina dos Reis e Júlia Lopes de Almeida na luta contra a escravidão</i>	Rafael Balseiro Zin	Tese de Doutorado em Ciências Sociais	Pontifícia Universidade Católica de São Paulo

Fonte: Pesquisa própria.

Como vimos, a primeira fase (1973-1979) caracterizou-se por um processo de “redescoberta” do nome de Maria Firmina dos Reis a partir das pesquisas de Nascimento Morais Filho e da reedição do romance *Úrsula* (fac-símile). É uma fase marcada por uma divulgação, nos meios literários, do nome de Maria Firmina, através de verbetes e, principalmente, da difusão de artigos em jornais a respeito das comemorações, em São Luís, do sesquicentenário de aniversário da autora. Nota-se também que aqueles que elaboram esses discursos sobre Firmina, geralmente, são homens. Esse período, no Brasil, é marcado pela luta das mulheres por mais direitos e pelo início da entrada das mesmas, com mais vigor, nas universidades.

Na segunda fase (1981-2003) temos o aparecimento das primeiras publicações acadêmicas sobre Maria Firmina dos Reis e a reedição do romance *Úrsula* em 1988. Ao contrário da edição de 1975, que se concentrou no público maranhense, essa nova edição, fora de São Luís, atinge novos leitores. Nessa fase, temos uma tese e uma dissertação que tratam de Firmina, embora já tenhamos alguns artigos científicos.

Esse é um período onde as mulheres, que concluíram seus cursos de graduação, estão aderindo à pós-graduação (mestrado ou doutorado). É a fase marcada pelo estudo sobre as mulheres e a “redescoberta” de mulheres que foram “apagadas” pelos processos históricos, que ficaram fora do cânone.

Tanto na primeira quanto na segunda fase, o nome de Maria Firmina dos Reis é associado ao fato de ter sido a primeira romancista do Brasil, além de ter escrito um romance de cunho abolicionista.

A terceira e última fase (2004-2022), mais longa, é marcada pela solidez da entrada das mulheres nos meios acadêmicos e pela maior abertura de possibilidades e políticas sociais de inclusão para a população afrodescendente. As teses e dissertações passam a esboçar uma releitura do mundo social de mulheres e negros e das mulheres negras. A emergência dessa parte da população, ao ter acesso às universidades e repensar suas próprias questões sociais começa ter uma “relativa posse de um determinado capital cultural, que lhes permite contestar os antigos “panteões” oficiais, em nome de novos “verdadeiros heróis”, ou seja, com base em outra “moral cívica” e “política” (CORADINI, 1998, pp. 227-228).

Entre os anos de 2004, mesmo ano em que é lançada uma nova reedição de *Úrsula*, e 2022, são defendidos aproximadamente 53 trabalhos entre teses e dissertações a respeito de Maria Firmina dos Reis. Cabe notar que todos eles tratam de seu principal romance, *Úrsula*, seguido por seu conto abolicionista *A escrava*. O conto indianista *Gupeva* é analisado com menos frequência.

O livro de poesias *Cantos à beira-mar* até então não foi alvo de nenhuma pesquisa de pós-graduação, embora seja citado nos trabalhos como uma das produções de Maria Firmina dos Reis. Esse ponto merece um destaque, uma vez que a escritora oitocentista ficou mais conhecida por seu *abolicionismo*, que, segundo as pesquisas citadas, era “inovador” para a época, pois criticava a escravidão a partir de um viés humanista.

Úrsula é fonte de pesquisa, na maior parte das vezes, na área de Letras, seguido pela História e pelas Ciências Sociais, conforme a tabela acima. No geral, o romance é utilizado para compreender a questão da escravidão, do abolicionismo, do fato de uma mulher afrodescendente escrever em um período marcado pelo escravismo, sobre a escravidão. E também é utilizado como fonte para compreensão das relações de gênero do período em que a autora escreveu seu texto. O que, como vimos, é baseado no período em que as pesquisas são feitas, marcado por um aumento no número dos estudos sobre as mulheres, as relações de gênero e, principalmente, das questões relativas ao ser negro/negra no Brasil.

Este *aggiornamento* pode ter bases sociais muito diversas, mas sendo a confluência de dois processos simultâneos e relativamente distintos, a saber: a expansão do aparelho escolar e a consequente ampliação do acesso à escolarização formal para setores socialmente mais amplos e, por outro lado, o processo crescentemente intenso de reafirmação e redefinição da identidade étnica dos grupos (CORADINI, 1998, p. 228)

Diversas teses e dissertações desta segunda fase analisam Maria Firmina dos Reis através da literatura comparada com outras escritoras, com destaque para autoras também negras. Um processo de afirmação da Literatura Negra ou Literatura Afro-Brasileira que, com a entrada cada vez maior de estudantes afrodescendentes nas universidades, fortaleceu-se, em conjunto com o trabalho de militância e projetos do Movimento Negro e do Movimento das Mulheres Negras, uma busca por essa identidade étnica e sua africanidade. “Os efeitos desta expansão da escolarização são reforçados pelas relações de alguns segmentos sociais mais escolarizados com ideologias e posições políticas ditas de “esquerda”” (CORADINI, 1998, p. 228).

Conforme a Tabela 15, as cinquenta e cinco pesquisas universitárias estão distribuídas da seguinte forma:

- 37 na área das Letras, Estudos Linguísticos ou Literatura,
- 9 na área de História,
- 4 na área das Ciências Sociais,
- 1 na área de Estudos Étnicos e Africanos,
- 1 na área de Cultura e Sociedade,

- 1 na área de Estudos Brasileiros,
- 1 na área da Educação,
- 1 na área da Ciência Política.

Pela análise dos títulos das teses e dissertações, a maior parte delas utiliza o termo “negro”, “negra”, “literatura afro-brasileira”, “escravidão”, “escrava”, “escravatura”, “abolicionismo”, “abolição”, “afro-feminismo”, “Antiescravismo”. São pesquisas que buscam compreender essas questões a partir da análise da vida e obra de Maria Firmina dos Reis, em especial do romance *Úrsula*.

Ainda de acordo com os títulos, em segundo lugar aparecem as pesquisas que utilizam os conceitos de “gênero”, “mulheres”, “identidades femininas”, “relações de gênero”, “vozes femininas”, “questões de gênero”, “ser mulher”, “condição de gênero”, “mulheres negras”. Nessas pesquisas, busca-se compreender questões relacionadas aos temas de gênero e das mulheres a partir do romance *Úrsula* e as personagens femininas presentes no romance.

Em seguida, vêm as pesquisas que se referem a uma análise dos textos de Firmina em uma perspectiva de literatura, também fazendo referência a sua trajetória. Nesses casos, expressões como “imaginação literária”, “estética”, “prosa de ficção”, “estudos literários”, “narrativa”, “narratividade”, “trilhas literárias”, “leitura e análise do romance”, “contexto de leitura”, são mais frequentes. Nessas teses e dissertações a proposta está centrada em compreender o processo narrativo de Maria Firmina dos Reis, analisar o contexto de suas obras, o gênero romance, seus traços como escritora.

Há ainda pesquisas sobre a questão do cânone, que utilizam conceitos como “reconhecimento”, “esquecimento”, “interrogação ao cânone”. E pesquisas sobre a trajetória de Maria Firmina dos Reis.

Percebemos que a análise dos títulos das teses e das dissertações possibilita a percepção de que, como vimos ao longo dessa terceira fase, as pesquisas concentram-se nas questões a respeito da literatura afro-brasileira, das questões sobre o abolicionismo e o antiescravismo, além das questões relacionadas a gênero e as pesquisas sobre mulheres.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Segundo Antônio Candido, a literatura, como demais formas de arte, capta os aspectos das representações sociais do momento em que é elaborada, pois há “de um lado, os aspectos sociais, e de outro, sua ocorrência nas obras” (CANDIDO, 2010, p. 9). E o escritor “utiliza a obra, assim marcada pela sociedade, como veículo das suas aspirações individuais mais profundas” (CANDIDO, 2010, p. 35).

Muitos pesquisadores, compreendendo a obra literária como um fenômeno e uma prática social, utilizam-na como fonte para suas pesquisas, para tentar captar nuances do mundo, da sociedade, das relações e das práticas sociais da época em que a obra, o livro e o autor viveu e escreveu.

Maria Firmina dos Reis (1822 ou 1825-1917), professora e escritora maranhense – considerada a primeira mulher brasileira a publicar um livro e a primeira mulher negra a publicar um livro abolicionista, após um longo período de esquecimento, que vai do ano de seu falecimento, 1917, até a década de 1970 – quando é “redescoberta” pelos intelectuais Horácio de Almeida e José Nascimento de Moraes Filho, é uma dessas agentes do *domínio* literário que é utilizada como fonte para pesquisas, em uma tentativa de compreensão da sociedade em que viveu e da sociedade em que a própria pesquisadora (no presente) está inserida.

Seu único romance publicado em livro, *Úrsula*, é utilizado como meio para compreensão das relações sociais entre senhores e escravizados, e das relações de gênero do período em que viveu e publicou, segunda metade do século XIX. Sendo considerado um romance que “inaugurou, no âmbito da literatura brasileira, a construção das identidades culturais a partir do ponto de vista dos oprimidos” (CARRUPT, 2009, p. 96).

Ao analisar as condições sociais e históricas de emergência dos discursos a respeito de Maria Firmina dos Reis, ao longo deste trabalho de pesquisa, percebemos que elas estão intimamente ligadas à afirmação das temáticas surgidas no bojo dos movimentos feministas, negro e do feminismo negro, principalmente a partir da década de 1970, período em que as mulheres passam ter mais acesso às universidades, com grande destaque para os anos 2000, quando as mulheres negras e os negros em geral, a partir das políticas sociais do governo federal, também começam a adentrar mais os espaços acadêmicos.

Para esta pesquisa, em um primeiro momento, foi necessário repensar na questão da autoria e da definição da “obra” de um autor. Ao tentar compreender as condições de produção dos textos da escritora e professora oitocentista, além de analisar a emergência dos

discursos a respeito da mesma a partir dos anos 1970, notamos que a maior parte dos trabalhos acadêmicos se centra no campo de estudos da área de Letras, tendo como principal objeto, além de Maria Firmina dos Reis, seu único romance que foi publicado em formato de livro, *Úrsula*. “No discurso de senso comum a obra é identificada quase sempre com o conjunto das publicações do autor, mas o mesmo termo é usado também para designar cada unidade desse conjunto” (CASTRO FARIA, 2002, p. 19). Nesse sentido, compreendemos que a “obra” de Maria Firmina dos Reis deve ser entendida a partir do conjunto de seus escritos realizados no sentido de uma publicação, tais como seu romance, os contos em formato de folhetins, o livro de poesias e demais escritos, como as charadas e o hino de libertação dos escravos, publicado em jornais da época, além dos poemas para o *Parnaso Maranhense*.

Seu *Álbum*, diário íntimo, não faz parte de sua “obra” propriamente dita, uma vez que não possuía um sentido de publicação, eram escritos de caráter pessoal e restritos a pensamentos e sentimentos mais íntimos da autora. Contudo, o *Álbum* de Firmina pode ser utilizado, como o fizemos, como uma fonte primária de pesquisa, buscando a compreensão de suas relações interpessoais, sua rede de relações, muito do que teve contato em relação à leitura de outros autores, entre outros.

O ponto de partida para início da pesquisa foi o levantamento da trajetória da autora, a busca dos textos e datas específicas de suas publicações e os contextos social e histórico no qual Maria Firmina viveu. Esse levantamento nos permitiu compreender em qual contexto a professora oitocentista estava imersa, qual o *habitus* e as práticas sociais do período. Dessa forma, entendemos seus escritos a partir das configurações sociais e históricas na qual a escritora estava inserida, percebendo o quanto diversos aspectos estruturais interferem na prática da escrita de um produtor de um bem cultural. “A *trajetória social* que ela visa reconstituir define-se como a *série das posições* sucessivamente ocupadas por um mesmo agente ou por um mesmo grupo de agentes em espaços sucessivos” (BOURDIEU, 1996, p. 292, grifos do autor).

Maria Firmina, considerada na atualidade uma escritora abolicionista, escreveu seus textos com base no referencial do tempo em viveu, ou seja, de acordo com as oportunidades de afirmação às quais teve acesso – Firmina presenciou o momento da Balaiada, o movimento abolicionista, as leis governamentais sobre a “libertação” dos escravizados a partir, em especial dos anos 1850, com as pressões inglesas, era neta de uma ex-escrava, vivia em um estado com grande concentração de mão de obra escravizada, tinha acesso aos jornais da época, em que havia diversos tipos de anúncios sobre escravizados fugitivos, escravizados para serem alugados, entre outros.

Em seguida, partimos para a catalogação dos trabalhos acadêmicos feitos sobre a autora, as reedições de seus textos, críticas em jornais, prefácios e posfácios nas novas edições de seus textos. Com esse conjunto, conseguimos mapear que a primeira referência a autora, após sua morte em 1912, é feita a partir de 1973, por Horácio de Almeida quando da “redescoberta” de um exemplar de *Úrsula*.

Um dos trabalhos finais desta pesquisa, foi relacionar os principais agentes produtores de discursos sobre Maria Firmina dos Reis, entre os anos 1973 (quando é redescoberta) até 2022 (último ano concluso desta tese).

Com esses dados devidamente sistematizados em tabelas, foi possível compreender as configurações e reconfigurações que, de alguma maneira, puderam ter contribuído para o surgimento de novos discursos sobre a escritora maranhense, verificando-se a existência de pontos muito fortes para que os intérpretes de Firmina trouxessem a lume seu nome, em diversos trabalhos, não permitindo que a figura da escritora e professora negra da segunda metade, no Maranhão, do século XIX, “caísse no esquecimento”. Esses “pontos forte”, pautas políticas e sociais, são o Movimento Feminista, que, com a entrada das mulheres nas universidades, levou-as a buscar a sua própria história, ou seja, a História das Mulheres e, posteriormente, aos estudos de gênero. E, em seguida, com as políticas públicas voltadas para a população negra, em especial a obrigatoriedade do Ensino de História da África e a política de cotas, colaboraram para que o Movimento das Mulheres Negras, a partir do Feminismo Negro, se interessasse pela preservação e “resgate” da história de seus “heróis” e “heroínas”. Assim, ocorre a “interpretação da ‘história’ do grupo e de suas relações com a sociedade envolvente. [...] Conseqüentemente, os critérios de definição de heróis podem-se modificar, inclusive, com a criação de heróis mais próximos desses grupos” (CORADINI, 1998, p. 228).

Em acordo com o referencial analítico de Norbert Elias, nesta pesquisa, utilizamos as dimensões de análise ligadas à sociologia histórica, adotando uma perspectiva processual para compreensão das configurações e reconfigurações ao longo do tempo estudado. Isso nos permitiu compreender as nuances, a partir de meados do século XIX, até os anos 1970, relacionadas às mulheres brasileiras, sobretudo às questões da educação (escolar) e do trabalho. Percebemos nesse processo de longo prazo disposições, práticas sociais, comportamentos, lutas, conflitos, que permearam a sociedade no período e no contexto analisado.

Durante o mesmo período, segunda metade do século XIX até os anos 1970, através do referencial de Elias, compreendemos as configurações históricas e sociais que pautaram as relações, conflitos, resistências, divergências nas práticas sociais que envolveram as questões

raciais, desde o período da escravização do negro no Brasil, passando pela abolição, a organização o Movimento Negro Unificado e, por fim, do Movimento Feminista Negro e da pauta da interseccionalidade.

As orientações de Elias foram combinadas com as dimensões de análise sugeridas por Pierre Bourdieu. A teoria de Bourdieu tem por problemática a mediação entre a sociedade e o agente social. O sociólogo francês propõe um rompimento com a antiga separação entre conhecimentos tidos como antagônicos: o objetivismo e a fenomenologia. O primeiro, compreende as relações objetivas que estruturam as práticas sociais; o segundo, parte das experiências dos indivíduos, grosso modo (SETTON, 2002).

Bourdieu indica um novo caminho, articulando o agente social e a estrutura social, que “teria por objeto o sistema de relações objetivas construídas pelo conhecimento objetivo, assim como as relações dialéticas entre as estruturas objetivas e as disposições estruturadas nas quais elas se atualizam e que tendem a reproduzi-las” (CARVALHO, 2003, p. 103). Um dos conceitos mais caros a teoria de Bourdieu é o *habitus*:

sistemas de disposições duráveis, estruturas estruturadas predispostas a funcionar como estruturas estruturantes, isto é, como princípio gerador e estruturador das práticas e das representações que podem ser objetivamente 'reguladas' e 'regulares' sem ser o produto da obediência a regras, objetivamente adaptadas a seu fim sem supor a intenção consciente dos fins e o domínio expresso das operações necessárias para atingi-los e coletivamente orquestradas, sem ser o produto da ação organizadora de um regente. (BOURDIEU apud ORTIZ, 1994, p.61).

A partir das formulações sobre o sistemas de disposições bourdieusiano, foi possível, em nossa análise, compreender essas “disposições duráveis”, esse “princípio gerador e estruturador das práticas e das representações” historicamente constituídos, tanto no que diz respeito às questões das mudanças e permanências sociais em relação às mulheres quanto à educação e sua profissionalização; quanto em relação aos negros no Brasil, que passaram da condição de escravizados à libertos, constituíram o Movimento Negro com o objetivo de romper com o racismo, e, posteriormente, da formação do Movimento das Mulheres Negras, com pautas consideradas legítimas pelo grupo, diferentes das pautas específicas das Feministas e do Movimento Negro Unificado.

Na análise dos produtores culturais e de seus produtos, Bourdieu impõe ao pesquisador uma compreensão relacional. O recorte feito entre as três fases de discursos sobre Maria Firmina dos Reis, as produções a respeito da escritora e os agentes produtores desse discurso, foi fundamental para se pensar a respeito dessa relação entre o que se escreveu, quem escreveu e os fatores sociais e históricos que intervieram, de alguma forma, para a produção desses discursos.

“Alguns desafios conceituais se impõem à análise dos princípios e critérios que numa sociedade ‘periférica’ (CORADINI, 1996, p. 425) como a brasileira, onde há menor grau de institucionalização e de profissionalização nos *campos*. Por isso, utilizamos nesta pesquisa o aporte de análises produzidas no LEEPOC (Laboratório de Estudos sobre Elites Políticas e Culturais - UFMA). Pelas orientações das pesquisas do LEEPOC, situações como o caso brasileiro, uma região periférica, onde os *campos* não estão devidamente institucionalizados:

Com efeito, são dinâmicas periféricas, heterônomas, dependentes de outros poderes, nas quais os agentes podem ser menos profissionalizados, porém seus componentes exercem atividades que requerem significativa especialização, posse de atributos distintivos, monopolização de *savoir faire* e algum grau de integração aos princípios e práticas centrais. (GRILL e REIS, 2018, pp. 186-187)

É o que ocorreu com os agentes produtores dos discursos sobre Maria Firmina dos Reis nas três fases analisadas, principalmente com os discursos produzidos a partir dos anos 1990, em que essa “significativa especialização” recai sobre uma produção acadêmica, ou seja, os agentes produtores estão nas universidades.

Esses agentes, ao longo do período analisado – 1973 a 2022 – produziram diversos discursos, interpretações, se reapropriaram da imagem de Maria Firmina dos Reis e de sua “obra”, a partir de configurações e reconfigurações sociais e históricas que, como vimos, ligadas, principalmente ao Feminismo, à História das Mulheres, aos estudos das Relações de Gênero, ao Movimento Negro e ao Movimento das Mulheres Negras, tiveram determinados usos, a partir de disputas por significação.

Outro ponto visível na pesquisa foi a *multinotabilidade* (GRILL; REIS, 2018) acumulada por Maria Firmina dos Reis, em especial, postumamente, e reivindicada por seus intérpretes: nos textos acadêmicos não faltam menções sobre o fato de ela ter sido mulher negra, autodidata, tradutora, professora, fundadora a primeira escola mista do Maranhão, escritora de romance, contos, poesias, folclorista, abolicionista, primeira mulher no Brasil a publicar um romance, primeira mulher negra brasileira a publicar um romance.

Nas três fases analisadas de produção de discursos sobre Firmina, percebemos que o valor dado a ela e a sua “obra” sofre alterações, de acordo com o momento histórico e o contexto social do período, influenciando as formas de consagração / detratção que os agentes do *domínio intelectual / acadêmico* constroem sobre a mesma.

Na primeira fase, o valor é a “redescoberta” de uma autora maranhense, uma autora que escreveu e publicou o primeiro romance de autoria feminina no Brasil. O fato de ela ser maranhense é importante para os produtores de discurso do período, pois eles enfatizam a questão da *Atenas Brasileira*, berço de grandes nomes da literatura nacional. Nesse período,

não há menção ao fato de Firmina ser uma mulher negra. Reside aqui também a questão de os agentes produtores de discurso serem homens e intelectuais da época.

Na segunda fase, as mulheres que estão nas universidades, cursando Letras, Sociologia, História, são as produtoras de discurso a respeito de Maria Firmina. Essas mulheres estão em busca de um “resgate” das mulheres do passado, as mulheres “esquecidas”, para compreender os motivos que levaram a esse “apagamento”, além de entender sua própria história como mulheres. Busca-se no passado respostas para questões do presente. É a fase do Feminismo, da História das Mulheres e, por fim, das análises de gênero. Maria Firmina será “resgatada” do “esquecimento” ao qual foi relegada, junto a outras mulheres escritoras e artistas.

Na terceira fase, as mulheres ainda produzem discursos sobre as relações de gênero, contudo, a partir das políticas públicas do governo federal em relação a população negra do país, que visavam diminuir as desigualdades sociais e o racismo, há uma maior entrada dos negros nas universidades, além de um interesse pela História e Cultura da África, que se torna obrigatória nas escolas de ensino básico. O Movimento Negro Unificado já está fortalecido e o Movimento das Mulheres Negras já compreende a si mesmo com mais profundidade. As mulheres negras procuram um “resgate” de uma nova identidade, bem distante daquela de escravizadas submissas e sem uma história. Negros e negras passam a recontar a sua própria história, fazendo que o escravizado deixe de ser o “objeto” coisificado, passando a ser humanizado. Nessa fase, há uma maior quantidade de pesquisas sobre Maria Firmina dos Reis e, em especial, seu romance *Úrsula*, justamente por tratar do tema da escravidão com um olhar humanizado sobre os negros.

A *multiposicionalidade* dos agentes de consagração de Maria Firmina dos Reis é outro aspecto desse *domínio* acadêmico brasileiro. Os agentes consagradores, em geral, são doutores, professores universitários ou professores concursados do ensino básico (Ensino Médio), muitos fazem parte do corpo editorial de revistas científicas, são escritores de livros sobre assuntos como Gênero e Afrodescendência a partir da questão da Literatura Brasileira (de autoria feminina e/ou negra), alguns são fundadores de *sites* com informações abrangentes sobre temas como Mulheres, Literatura Negra e mesmo sobre Maria Firmina dos Reis, além de estarem à frente da coordenação de grupos de pesquisa e mesmo de projetos de pesquisa.

Esse processo de pesquisa nos levou a perceber que talvez, na atualidade, Maria Firmina dos Reis não esteja mais tão invisível, devido ao grande número de pesquisas / discursos feitos a respeito dela. A grande receptividade dos produtores de discurso se orientou, principalmente, pelas questões presente no romance *Úrsula* – o negro humanizado, a

mulher (relações de gênero) e o pioneirismo em relação à autoria feminina do romance no Brasil – estendendo-se, posteriormente, para outros textos da autora, como *A escrava*, *Gupeva* e *Cantos à beira-mar* (nessa ordem de interesse) (NASCIMENTO 2009).

Ao longo desta pesquisa, percebemos que a multiplicidade dos discursos a respeito de Maria Firmina dos Reis emerge dentro desse processo histórico e social de mudanças onde os agentes repensam seus papéis e suas práticas.

Longe de esgotar um tema tão complexo e tão vasto, pretendemos que nossa pesquisa contribua para novos trabalhos possam surgir, ligados aos assuntos da mulher negra na literatura, gênero, literatura – raça – gênero, emergência de discursos, entre outros.

REFERÊNCIAS GERAIS

ABRANTES, Elizabeth Sousa. **A educação do “bello sexo” em São Luís na segunda metade do século XIX**. 2002. 120 p. Dissertação (Mestrado em História do Brasil) – Universidade Federal de Pernambuco, Recife, PE.

ABRANTES, Elizabeth Sousa. A educação feminina em São Luís (século XIX). In: COSTA, Wagner Cabral da (Org.). **História do Maranhão: novos estudos**. São Luís: EDUFMA, 2004.

ABRANTES, Elizabeth Sousa (Org.) **Fazendo gênero no Maranhão: estudo sobre mulheres e relações de gênero (séculos XIX e XX)**. São Luís: Editora UEMA, 2010.

ABREU, Martha; MATTOS, Hebe; DANTAS, Carolina Vianna. **O negro no Brasil: trajetória e lutas em dez aulas de história**. Rio de Janeiro: Objetiva, 2012.

AGUIAR, Neuma. **Gênero e ciências humanas: desafio às ciências desde a perspectiva das mulheres**. Rio de Janeiro: Editora Rosa dos Tempos, 1997.

ALENCASTRO, Luiz Felipe de. **O trato dos viventes: formação do Brasil no Atlântico Sul**. São Paulo: Companhia das Letras, 2000.

ALMEIDA, Jane Soares de. Mulheres na escola: algumas reflexões sobre o magistério feminino. **Cadernos de Pesquisa**, São Paulo, n 96, 1996, p. 71-78.

ALMEIDA, Jane Soares de. **Mulher e Educação: a paixão pelo possível**. São Paulo: Editora Unesp, 1998.

_____. Mulheres na educação: missão, vocação e destino. In: SAVIANI, D. et al. **O legado educacional do século XX no Brasil**. Campinas: Autores Associados, 2004.

_____. Ler as letras: por que educar meninas e mulheres? Campinas: Universidade Metodista de São Paulo/Autores Associados, 2007.

ALMEIDA, Alfredo Wagner Berno de. **A Ideologia da Decadência: leitura antropológica a uma história da agricultura do Maranhão**. Rio de Janeiro: Editora Casa 8 / Fundação Universidade do Amazonas, 2008.

ALONSO, Angela. **Ideias em movimento**. São Paulo: Paz e Terra, 2002. p. 102.

AMÂNCIO, Lígia. O gênero no discurso das ciências sociais. **Análise Social**. V. 28 (168), 2003, pp 687-714.

ANDREWS, George Reid. O protesto político negro em São Paulo (1888-1988). **Estudos Afro-Asiáticos**, n. 21, Rio de Janeiro, 1991.

ANJOS, José Carlos Gomes dos. **Intelectuais, literatura e poder em Cabo Verde: lutas por definição da identidade nacional**. Porto Alegre: Editora EFRGS, 2006. 270 p.

ANNAES do Senado Federal. **Sessão de 29 de agosto de 1827**. Rio de Janeiro: Typographia Imperial, 1876. v. 2.

APPLE, Michael W. **Trabalho docente e textos: economia política das relações de classe e de gênero em educação**. Porto Alegre: Artes Médicas, 1995.

ARAGÃO, Milena; KREUTZ, Lúcio. Do ambiente doméstico às salas de aula: novos espaços, velhas representações. **Conjectura**, Caxias do Sul, v.15, n.3, p. 106-120, dez. 2010. Disponível em: Acesso em: 15 mar. 2021.

ARAÚJO, Carlos Eduardo Moreira. Fim do tráfico. In.: SCHWARCZ, Lilia Moritz e GOMES, Flávio (orgs.). **Dicionário da escravidão e liberdade**. São Paulo: Companhia das Letras, 2018.

ARAÚJO, Alessandra Oliveira de. **Se te dói em ouvir, em mim dói no carnal!** Uma análise da transversalidade dos estudos de gênero e sexualidade no processo de formação profissional em serviço social. UNILEÃO: Juazeiro do Norte, 2019. (Monografia apresentada ao curso de Serviço Social).

ARAÚJO, Johny Santana. O jornal Publicador Maranhense e a construção da Guerra do Paraguai 1865-1868. **Outros Tempos**, São Luís, vol. 18, n. 32, p. 278-297, 2021.

ÁVILA, Rebeca Contrera; PORTES, Écio Antônio. Notas sobre a mulher contemporânea no ensino superior. **Mal-Estar e Sociedade**, Barbacena, ano II, n. 2, p. 91-106, Jun. 2009.

ARANHA, Maria Lúcia de Arruda. **História da educação e da pedagogia: geral e Brasil**. 3. ed. rev. e ampl. São Paulo: Moderna, 2006.

AZEVEDO, C. B.; STAMATTO, M. I. S. **Escola da Ordem e do Progresso: Grupos escolares em Sergipe e no Rio Grande do Norte**. Brasília: Liber Livro, 2012.

AZEVEDO, Célia Maria M. **Abolicionismo: Estados Unidos e Brasil uma história comparada: século XIX**. São Paulo: Annablume, 2003.

_____. **Onda negra, medo branco: o negro no imaginário das elites do século XIX**. São Paulo: Annablume, 2004.

BAIROS, Luíza. Nossos feminismos revisitados. In: RIBEIRO, Matilde (org.). Dossiê mulheres negras. **Revista Estudos Feministas**. Florianópolis: CFH/CCE/UFSC, v. 3, n. 2, p. 458-463, 1995.

BANDEIRA, L. A contribuição da crítica feminista à ciência. **Revista de Estudos Feministas**, v. 16, n. 1, 2008, pp. 207-228.

BARREIRA, Irllys A. F. Mulheres representantes no Congresso Nacional: trabalho político, apresentação de si e rituais de reconhecimento. **REPOCS**, Revista Pós Ciências Sociais, 17(34), 149–170, 2020.

BARROSO JUNIOR, Reinaldo Santos. **Nas rotas do atlântico equatorial: tráfico de escravos rizicultores da Alta-Guiné para o Maranhão (1770-1800)**. 119f. Dissertação

(Mestrado em História) – Universidade Federal da Bahia, Programa de Pós-Graduação em História, Salvador, 2009.

BASTOS, Elide Rugai; BOTELHO, André. Para uma sociologia dos intelectuais. **Revista de Ciências Sociais**, Rio de Janeiro, vol. 53, no 4, 2010, pp. 889 a 919.

BEAUVOIR, Simone de. **O segundo sexo**. São Paulo: DIFEL, 1949.

BERNARDES, Maria Thereza Cauby Crescenti. **Mulheres de ontem?** Rio de Janeiro – século XIX. São Paulo, T.A. Queiroz, 1989.

BELTRÃO, Kaizô Iwakami; ALVES, José Eustáquio Diniz. A reversão do Hiato de Gênero na educação brasileira no século XX. **Cadernos de Pesquisa**, v. 39, n. 136, p. 125-156, jan./abr. 2009. Disponível em: Acesso em: 17 abr. 2021.

BERNARDES, Maria Thereza Caiuby Crescenti. **Mulheres de ontem?** Rio de Janeiro – século XIX. São Paulo: T. A. Queiroz, Editor, 1989. 214 p.

BERNARDO, André. A Revolta dos Malês na Bahia. *Revista Aventuras na História*, nº 141, abr. 2015. Disponível em <https://iqaraislam.com/isla-proibido-a-revolta-dos-males-na-bahia>

BESSE, Susan. **Modernizando a desigualdade**: reestruturação da ideologia de gênero no Brasil (1914-1940). São Paulo: EDUSP, 1999.

BESSONE, Tania. As leitoras no Rio de Janeiro do século XIX: a difusão da literatura. **Gênero**. Niterói. v. 5. n. 2. 2005.

BEZERRA, Nathalia. **Mulher e Universidade**: a longa e difícil luta contra a invisibilidade. Conferência Internacional sobre os Sete Saberes, 2010, Fortaleza. Anais... Fortaleza: UECE, 2010. p. 1-8. Disponível em: Acesso em: 10 mar. 2021.

BLAKE, Augusto Victorino Alves Sacramento. **Dicionário Bibliográfico Brasileiro**. Tomo VI. Imprensa Nacional: Rio de Janeiro, 1900.

BOURDIEU, Pierre. **As regras da arte**: gênese e estrutura do campo literário. São Paulo: Companhia das Letras, 1996. 432 p.

_____. **Os usos sociais da ciência**. Por uma sociologia clínica do campo científico. São Paulo: UNESP, 2004.

_____. **A economia das trocas linguísticas**. São Paulo: EDUSP, 2008.

_____. **Meditações pascalianas**. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 2001.

_____. **A dominação masculina**. 3 ed. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 2010.

_____. O espírito de família. In: _____. **Razões práticas**. Campinas: Papyrus Editora, 2017.

_____. **Estratégias de reprodução e modos de dominação**. REPOCS, São Luís. v. 17 n. 33. jan/jun. pp. 21-35, 2020.

BRASIL. Portal. **Mulheres são maioria em universidades e cursos de qualificação**, 2016. Disponível em: < <http://www.brasil.gov.br/economia-e-emprego/2016/03/mulheres-saomaioria-em-universidades-e-cursos-de-qualificacao>> . Acesso em: 16 mar. 2021.

BREDER, Debora. Françoise Héritier e Pierre Bourdieu: a construção hierárquica da diferença masculino/feminino. **Cadernos de Campo**. São Paulo. n. 19. pp. 35-45, 2010.

BRUSCHINI, Cristina; ROSEMBERG, Fúlvia (Org.). **Vivência. História, sexualidade e imagens femininas**. São Paulo: Brasiliense, 1980.

BRUSCHINI, Maria Cristina A; ROSEMBERG, Fúlvia. **Trabalhadoras do Brasil**. São Paulo: Editora Brasiliense, 1982.

BRUSCHINI, Maria Cristina; TINA, Amado. Estudos sobre mulher e educação: algumas reflexões sobre magistério. **Cadernos de Pesquisa**, São Paulo, n 64, p. 4-13, 1988.

BRUSCHINI, Cristina. Fazendo as perguntas certas: como tornar visível a contribuição econômica das mulheres para a sociedade? In: **II CONGRESSO LATINOAMERICANO DE SOCIOLOGIA DO TRABALHO**, Águas de Lindóia, 1-5 dezembro, 1996. (GT 09 Gênero e Trabalho: questões teóricas). Disponível em: <http://www.fcc.org.br/mulher/resumos/ALA-ST96.RTF> Acesso: 07 de setembro de 2021.

BURCKHART, Thiago. Gênero, dominação masculina e feminismo: por uma teoria feminista do direito. **Direito em Debate** (Revista do Departamento de Ciências Jurídicas e Sociais da UNIJUÍ). Ano XXVI nº 47, jan.-jun. 2017. pp. 2035-224.

BUTLER, Judith. 1987. Variações sobre Sexo e Gênero, Beauvoir, Wittig e Foucault. In: Benhabib, S. e Cornell, D. (coord.). **Feminismo como crítica da Modernidade**. Rio De Janeiro: Editora Rosa dos tempos. p. 139-154.

BUTLER, Judith. **Problemas de gênero: feminismo e subversão da identidade**. Rio de Janeiro, Civilização Brasileira, 2003.

CANDIDO, Antônio. **O Romantismo no Brasil**. São Paulo: Humanitas, FFLCH/USP, 2004.

CANDIDO, Antônio. **Literatura e sociedade**. Rio de Janeiro: Ouro sobre azul, 2010.

CARDOSO, Cláudia Pons. **Outras falas: feminismos na perspectiva de mulheres negras brasileiras**. Salvador, Universidade Federal da Bahia, 2012 (Tese de Doutorado).

CARDOSO, Hamilton B. Limites do confronto racial e aspectos da experiência negra do Brasil. In.: Emir Sader (org.), **Movimentos sociais na transição democrática**. São Paulo: Cortez, 1987.

CARNEIRO, Sueli e SANTOS, Tereza. **A mulher negra brasileira na década da mulher**. São Paulo: Conselho Estadual da Condição Feminina, 1985.

CARNEIRO, Sueli. Enegrecer o Feminismo: A Situação da Mulher Negra na América Latina a partir de uma perspectiva de gênero. **Neabi** – Núcleo de Estudos Afro-brasileiros e Indígenas, 2003. Disponível em https://www1.unicap.br/neabi/?page_id=137

CARVALHO, Fátima Lampréia. Encontros fortuitos entre feminismo e desconstrução. **Gênero**. Niterói. v. 1, n. 2. 2001.

CARVALHO, José Murilo (org.). **Nação e Cidadania no Império**: novos horizontes. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2007. p.24.

CARVALHO, Marília Pinto de e PINTO, Regina Pahin. **Mulheres e desigualdade de gênero**. São Paulo: Contexto, Fundação Carlos Chagas, 2008.

CASTELLANOS, Samuel Luis V. **Práticas leitoras no Maranhão na Primeira República**: entre apropriações e representações. São Luís: EDUFMA, 2010.

CASTRO, César Augusto. **Leis e regulamentos da Instrução Pública no Maranhão Império**: 1835-1889. São Luís: EDUFMA, 2009.

CASTRO FARIA, Luís de. **Oliveira Vianna**: de Saquarema à Alameda São Boaventura, 41, Niterói. O autor, os livros e a obra. Rio de Janeiro: Relumé Dumará, 2002.

CATANI, D. et al. História, Memória e Autobiografia da Pesquisa Educacional e na Formação. In: CATANI, D. et al. (org.) **Docência, memória e gênero**: estudos sobre formação. São Paulo: Escrituras Editora, 1997.

CHARTIER, Roger. **Pierre Bourdieu e a história**. Topoi, Rio de Janeiro, mar. 2002, pp. 139-182.

COLLINS, Patrícia. H. Se perdeu na tradução? Feminismo negro, interseccionalidade e política emancipatória. Tradução de Bianca Santana. **Parágrafo**, v.5, n.1, Jan/Jun. 2017.

CORADINI, Odaci Luiz. **“Crise” conjuntural de políticas “sociais” ou de referenciais?** Ensaios FEE, 15 (2), 1994.

CORADINI, Odaci Luiz. Grandes famílias e elite “profissional” na medicina no Brasil. **História, Ciências, Saúde** – Manguinhos III (3) 425-466, Nov. 1996 – Fev. 1997.

CORADINI, Odaci Luiz. Panteões, iconoclastas e as Ciências Sociais. FELIX, Loiva O. et al. (Orgs.). **Mitos e heróis: construção de imaginários**. Porto Alegre: Editora da Universidade, 1998.

CORADINI, Odaci Luiz. As missões da “cultura” e da “política”: confrontos e reconversões de elites culturais e políticas no Rio Grande do Sul (1920-1960). **Estudos Históricos**, Rio de Janeiro, nº 32, 2003, p. 125-144.

CORADINI, Odaci Luiz; REIS, Eliana Tavares dos. Transações culturais, intelectuais e as ciências sociais. Revista Pós Ciências Sociais – **REPOCS**. V. 9, n. 17, p. 09-17, 2012.

CORREIA, Mariza. “Do feminismo aos estudos de gênero no Brasil: um exemplo pessoal”. **Cadernos Pagu**, Campinas/São Paulo: Núcleo de Estudos de Gênero/UNICAMP, n. 16, 2001.

COSTA, Ana Alice de Alcântara e SARDENBERG, Cecília Maria Bacelar. Feminismos, feministas e movimentos sociais. In. BRANDÃO, Maria Luiza e BINGEMER, Maria Clara (org). **Mulher e Relações de gênero**. São Paulo: Loyola, 1994.

COSTA, Albertina de Oliveira; e BRUSCHINI, Cristina (Orgs.). **Uma questão de gênero**. Rio de Janeiro/São Paulo: Rosa dos Ventos/Fundação Carlos Chagas, 1992.

COSTA, Emília Viotti da. **Da senzala à colônia**. 4ªed. São Paulo: Fundação Editora da UNESP, 1998.

COSTA Cláudia de Lima. O sujeito no feminismo: revisitando os debates. **Cadernos Pagu**, Campinas/São Paulo: Núcleo de Estudos de Gênero/UNICAMP, v.19, p.59-90, 2002.

COSTA, Suely Gomes. Movimentos feministas, feminismos. **Revista Estudos Feministas**, Florianópolis, v. 12, n. especial, p.23-26, set./dez. 2004.

COSTA, Ana Alice Alcantara Costa. O movimento feminista no Brasil: dinâmicas de uma intervenção política. **Gênero**. Niterói. v. 5. n. 2. 2005.

CUNHA, Washington Dener dos Santos; SILVA, Rosemaria J. Vieira. A educação feminina do século XIX: entre a escola e a literatura. **Gênero**. Niterói. v. 11, n. 1, 2010, p. 97-106.

CUNHA JR., Henrique, **Textos para o movimento negro**, São Paulo, Edicon, 1992.

DA COSTA, Emília Viotti. **Da senzala à colônia**. São Paulo: Fundação Editora da UNESP, 1997. p. 445.

DAUPHIN, Cécile. Mulheres sós. In.: DUBY, Georges; PERROT, Michelle (Orgs.). **História das Mulheres: o século XIX**. vol. 4. Porto. Edições Afrontamento, 1991. p. 477- 495.

DERMATINI, Zeila de Brito Fabri; ANTUNES, Fátima Ferreira. Magistério primário: profissão feminina, carreira masculina. **Cadernos de Pesquisa**, São Paulo, n 86, 1993, p. 5-14.

DIAS, Manuel Nunes. **A Companhia Geral do Grão Pará e Maranhão, 1755-1778**. Belém: Universidade Federal do Pará, 1970. 2 v.

DOMINGUES, Petrônio. Movimento Negro Brasileiro: alguns apontamentos históricos. **Revista Tempo**, n. 23, p. 100-122, 2007.

DO PRADO, Suelen Girote. Mulheres negras em movimento: anos 80 e 90, a intelectualidade e ação política de Lélia Gonzalez e Sueli Carneiro. **ANPUH – Brasil. 30º Simpósio Nacional de História** – Recife, 2019. Disponível em https://www.snh2019.anpuh.org/resources/anais/8/1567720476_ARQUIVO_SuelenGirotedoPradotextoformatado.pdf

DUARTE, Constância Lima. Feminismo e literatura no Brasil. **Estudos Avançados**. São Paulo. v. 17, n 49, 2003.

DUARTE, Constância Lima; PAIVA, Kelen Benfenatti. **A mulher de letras: nos rastros de uma história**. Revista Ipotesi, v. 13, n. 2, Juiz de Fora, 2009.

ELIAS, Norbert. **Introdução à sociologia**. Lisboa: Edições 70, 1980.

_____. **A sociedade dos indivíduos**. Rio de Janeiro: Jorge Zahar, 1994a.

FACINA, Adriana; SOIHET, Rachel. Gênero e memória: algumas reflexões. **Gênero**. Niterói. v. 5. n. 1. 2004.

FARIA, Regina Helena Martins de. Descortinando o Maranhão oitocentista. In: COELHO, Mauro César; GOMES, Flávio dos Santos; QUEIROZ, Jonas Marçal; MARIN, Rosa E. Acevedo; PRADO, Geraldo (orgs.). **Meandros da história: trabalho e poder no Pará e no Maranhão, séculos XVIII e XIX**. Belém: UNAMAZ, 2005, p. 231-247.

FERNANDES, Florestan. **A revolução burguesa no Brasil**. Rio de Janeiro, Zahar, 1976.

FERREIRA, Antônio José de Araújo. **Políticas Territoriais e a Reorganização do Espaço Maranhense**. São Paulo: USP, 2008. Tese de Doutorado. 269 f.

FIGUEIRÓ, Lucas Woltmann. Gênero, poder e educação no Brasil do século XX. **REPOCS**, v. 17. n. 33. pp. 73-100.

FILHO, Amílcar Torrão. Uma questão de gênero: onde o masculino e o feminino se cruzam. **Cadernos Pagu**. Campinas/São Paulo: Núcleo de Estudos de Gênero/UNICAMP, n. 24, jan./jun. 2005, pp.127-152.

FOULCAULT, Michel. Sobre a arqueologia das ciências: resposta ao Círculo Epistemológico. In.: FOUCAULT, Michel; COSTA LIMA, Luiz; MENDONÇA, Antonio Sérgio; PINTO, Milton José; GUERREIRO, Mário (Orgs.) **Estruturalismo e teoria da linguagem**. Rio de Janeiro: Editora Vozes, 1971.

FUINI, Pedro. Guerra do Paraguai. **FFLCH**. USP. 27 dez. 2022. Disponível em <https://www.fflch.usp.br/43329>

GIDDENS, Antony. **A transformação da intimidade: sexualidade, amor e erotismo nas sociedades modernas**. 4. ed. São Paulo: Editora UNESP, 1992.

GOMES, Flávio dos Santos. “Para Matar a Hidra”: uma História de Quilombolas no Recôncavo da Guanabara - Séc. XIX. **Textos Hist**. 2 [3] (1994): 1-31.

GONZALEZ, Lélia. O movimento negro na última década. In.: GONZALEZ, Lélia e HASENBALG, Carlos (Orgs.). **Lugar de negro**. Rio de Janeiro, Editora Marcozero, 1982.

GONZALEZ, Lélia. “Por um feminismo afrolatinoamericano”. **Revista Isis Internacional**, Santiago, v. 9, p. 133-141, 1988.

GONZALEZ, Lélia. A importância da organização da mulher negra no processo de transformação social. **Raça e Classe**, Brasília, ano 2, n. 5, p. 2, nov./dez. 1988b.

GOUVÊA, Viviane. Quilombos e revoltas de escravos. Arquivo Nacional e a História Luso-Brasileira. 24 jan. 2017. Disponível em http://www.historiacolonial.arquivonacional.gov.br/index.php?option=com_content&view=article&id=3537&Itemid=359 Acesso em 18 mar. 2023.

GOUVEIA, Maria Cristina. Mestre: profissão professor(a): processo de profissionalização docente na província mineira no período imperial. **Revista Brasileira de História da Educação**, Campinas n°2 jul./dez. 2001.

GRILL, Igor G. As múltiplas notabilidades de Afonso Arinos: biografias, memórias e a condição de elite no Brasil do século XX. **Revista de Sociologia e Política**, v. 23, n. 54, p. 21-42, jun. 2015.

GRILL, Igor G.; REIS, Eliana T. dos. Dos campos aos domínios de atuação de elites no Brasil. **Tomo**, 32, 2018.

GUARALDO, Olivia. Pensadoras de peso: o pensamento de Judith Butler e Adriana Cavarero. **Revista Estudos Feministas**, v 15, n 3, p. 663-677, 2007.

GUEDES, M. E. F. Gênero: O que é isso? **Psicologia: Ciência e profissão**, v. 15, n. 1-3, 1995, pp. 4-11.

GUEDES, Moema de Castro. A presença feminina nos cursos universitários e nas pós-graduações: desconstruindo a ideia da universidade como espaço masculino. **História, Ciências, Saúde – Manguinhos**, Rio de Janeiro. v.15, suplemento, p.117-132, jun. 2008,

GUEDES, Moema de Castro. A presença feminina nos cursos universitários e pós-graduações: desconstruindo a ideia da universidade como espaço masculino. **História, Ciências, Saúde**, Manguinhos, Rio de Janeiro, v.15, suplemento, p.117-132, jun. 2008.

HALLEWELL, Laurence. **O livro no Brasil: sua história**. São Paulo: EDUSP, 2012.

HELLMANN, Risolete Maria. Crítica literária feminina: o legado de Zahidé Muzart. **Seminário Internacional Fazendo Gênero 11 & 13th Women's Worlds Congress** (Anais Eletrônicos), Florianópolis, 2017.

HESPANHA, Manuel. Carne de uma só carne: para uma compreensão dos fundamentos histórico-antropológicos da família na época moderna. **Revista Análise Social**, v. XXVIII, 1993.

HOCKS, Bell. Mulheres Negras: moldando a teoria feminista. Feminismo e Antirracismo. **Revista de Ciências Políticas**, Brasília, n. 16, pp. 193-210, 2015.

HYPOLITO, Á. M. **Trabalho Docente, Classe Social e Relações de Gênero**. São Leopoldo: OIKOS, 2020.

IAMASHITA, Léa Maria Carrer. Juizado de Paz X Prefeituras: disputas por modelos institucionais na construção da Regência, no Maranhão. XXVII **Simpósio Nacional de História sobre Conhecimento Histórico e Diálogo Social**. Natal 22 a 26 de julho de 2013.

JACINTO, Cristiane Pinheiro dos Santos. Fazendeiros, negociantes e escravos: dinâmica e funcionamento do tráfico interprovincial de escravos no Maranhão (1846-1885). In: GALVES, Marcelo Cheche; COSTA, Yuri (Orgs.). **O Maranhão oitocentista**. 2. ed. São Luís: Editora da UEMA; Café & Lápis, 2015, p. 241-167.

KLEIN, Herbert S. Escravidão Africana: **América Latina e Caribe**. Trad. José Eduardo de Mendonça. São Paulo: Editora Brasiliense, 1987.

KOHLER, Guilherme. Guerra do Paraguai: o maior conflito sul-americano. Politize! 26 set. 2019. Disponível em <https://www.politize.com.br/guerra-do-paraguai/>

KÜCHEMANN, Berlindes Astrid, BANDEIRA, Lourdes M. e ALMEIDA, Tânia Mara C. A categoria gênero nas ciências sociais e sua interdisciplinaridade. **Revista do Ceam**. v. 3. n. 1, jan./jun. 2015.

LAGRAVE, Rose-Marie. Pesquisas feministas ou pesquisas sobre a mulher? **REPOCS**, v. 17. n. 33. pp. 19-44.

LAURETIS, Teresa. de. A tecnologia de gênero. In: HOLLANDA, Heloisa Buarque de (org.). **Tendências e impasses: o feminismo como crítica da cultura**. Rio de Janeiro: Rocco, 1994. p.206-242.

LEAL, Antônio Henriques. **Phanteon Maranhense: ensaios biographicos dos illustres maranhenses já fallecidos**. Tomo 2. Lisboa: Imprensa Nacional, 1874.

LOURO, Guacira Lopes. Mulheres na sala de aula. In.: PRIORE, Mary Del. (Org.) **História das mulheres no Brasil**. São Paulo: Editora Contexto, 1997. p. 443-481.

LOURO, Guacira Lopes. **Gênero, sexualidade e educação: uma perspectiva pós-estruturalista**. Petrópolis: Vozes, 1997a.

LOBO, Luiza. Simone de Beauvoir e depois. **Gênero**. Niterói. v. 1, n. 2. 2000.

LOURO, Guacira. (org.). **O corpo educado: pedagogias da sexualidade**. 2 ed. Belo horizonte: Autêntica, 2001.

LOURO, Guacira; FELIPE, Jane; GOELLNER, Silvana Vilodre. **Corpo, gênero e sexualidade: um debate contemporâneo na educação**. 2 ed. Petrópolis/RJ: Vozes, 2003.

LOURO, Guacira. **Gênero, Sexualidade e Educação: uma perspectiva pós-estruturalista**. 10 ed. Petrópolis/RJ: Vozes, 2008.

LOURO, Guacira Lopes. Mulheres na sala de aula. In PRIORI, Mary (Org.). **História das Mulheres no Brasil**. São Paulo: Contexto, 2010.

LUCYK, Viviana Patrícia Kozłowski. Desvalorização do Trabalho Docente Brasileiro: Uma Reflexão de seus Aspectos Históricos. **Perspectivas Online: Humanas & Sociais Aplicadas**, v.7, n.20, p.11-27, 2017.

MACHADO, Maria Helena Pereira Toledo. **Crime e escravidão**: Trabalho, luta e resistência nas lavouras paulistas 1830-1888. São Paulo: Editora Brasiliense, 1987.

MACHADO, Lia Zanotta. Gênero, um novo paradigma? **Cadernos Pagu**, Campinas, n. 11, 1998.

MACHADO, Lia Zanotta. Perspectivas em confronto: relações de gênero ou patriarcado contemporâneo? Brasília: **Série Antropologia**, 2000. pp. 01 -20.

MAESTRI, Mário. O escravismo no Brasil. São Paulo: Atual, 1994.

MALUF, Marina; e MOTT, Maria Lúcia de Barros. Recônditos do mundo feminino. In.: SEVCENKO, Nicolau (org.) **História da vida privada no Brasil**. São Paulo, Companhia das Letras, 1998, vol. 3.

MARCONDES, Mariana Mazzini; PINHEIRO, Luana; QUEIROZ, Cristina; QUERINO, Ana Carolina e VALVERDE, Danielle. (Orgs.) **Dossiê mulheres negras**: retrato das condições de vida das mulheres negras no Brasil. Brasília: IPEA, 2013.

MARQUES. Teresa Cristina de Novaes. Feminismos e memória. **Gênero**. Niterói. v. 15. n. 1. 2014.

MARTINS-SUAREZ, Fernanda Chiozzini. Construções de gênero na década de 1950: conformismo e subversidade. **Gênero**. Niterói. v. 17. n. 2. 2017.

MATEUS, Yuri Givago Alhadeff Sampaio. **A Guerra da Balaiada**. São Luís: UEMA, 2018.

MATOS, Maria Izilda e SOIHET (Orgs). **O corpo feminino em debate**. São Paulo: Editora UNESP, 2003.

MATOS, N. Teorias de gênero ou teorias e gênero? Se e como os estudos de gênero e feministas se transformaram em um campo novo para as ciências. **Revista de Estudos Feministas**, v. 16, n. 2, 2008, pp. 333-357.

MATOS, Frederik Luiz Andrade de. O comércio das “drogas do sertão” sob monopólio da Companhia Geral do Grão-Pará e Maranhão (1755-1778). Universidade Federal do Pará, Belém, 2019. (Tese de Doutorado em História Social da Amazônia).

MATTOS, Ilmar Rohloff de. **O tempo Saquarema**. São Paulo: HUCITEC; Brasília: INL, 1987.

MATTOSO, Kátia M. de Queiroz. **Ser escravo no Brasil**. 3ªed. Trad. James Amado. São Paulo: Editora Brasiliense, 1990.

MAUÉS, Maria Angélica Motta. Da ‘branca senhora’ ao ‘negro herói’: a trajetória de um discurso racial, **Estudos Afro-Asiáticos**, n. 21, Rio de Janeiro, 1991.

MAXWELL, Keneth. **Marquês de Pombal: o paradoxo do iluminismo**. 2ª ed. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1996

MELNIKOFF, Ricardo André Aires; MELNIKOFF, Elaine Almeida Aires. Professora, professorinha: primeira profissão legítima a mulher do século XIX. **IV Congresso Sergipano de História e IV Encontro Estadual de História da ANPUH/SE**. Aracajú, 21 a 24 de outubro de 2014. Disponível em http://snh2013.anpuh.org/resources/anais/37/1407113011_ARQUIVO_artigoricardo.pdf
Acesso em 5 de set. 2022.

MICELI, Sérgio. Jorge Luis Borges: uma história social de um escritor nato. **Novos Estudos**, 77, mar. 2007.

MICELI, Sérgio. Voz, sexo e abismo: Alfonsina Storni e Horacio Quiroga. **Novos Estudos**, CEBRAP, n 97, 2013, p. 83-113.

_____. **Intelectuais e Classes Dirigentes no Brasil (1920-45)**. São Paulo / Rio de Janeiro: DIFEL, 1979.

MICHELLE, Zimbalist Rosaldo; LAMPHERE, Louise. **A mulher, a cultura, a sociedade**. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1979.

MITCHELL, Juliet. Mulheres: a revolução mais longa. **Gênero**. Niterói. v. 7. n. 1. 2006.

MORAIS, Maria Lygia Quartim de. Usos e limites da categoria gênero. **Cadernos Pagu**, Campinas/São Paulo: Núcleo de Estudos de Gênero/UNICAMP, n. 11. 1998. pp. 99-105.

MOTA, Carlos Guilherme. História de um silêncio: a guerra contra o Paraguai (1864-1870) 130 anos depois. **Estudos Avançados**, São Paulo, v. 9, n. 24, p. 243-254, 1995.

MOTT, Maria Lucia de Barros. **A mulher na luta contra a escravidão**. São Paulo: Contexto, 1988.

MOTTA, Diomar das Graças. Pioneirismo na escolarização feminina do Maranhão. **Cbhe3**, 2008.

MÜLLER, Lúcia. **As construtoras da nação: professoras primárias na Primeira República**. Niterói: Intertexto, 1999.

NABUCO, Joaquim. **O abolicionismo**. Rio de Janeiro: Nova Fronteira; São Paulo: Publifolha, 2000.

NASCIMENTO, Abdias. Teatro experimental do negro: trajetória e reflexões. **Estudos Avançados**, São Paulo, v. 18, n. 50, p. 209-224, abr. 2004.

NICHOLSON, Linda. Interpretando o gênero. **Estudos Feministas**. Florianópolis: CFH/CCE, UFSC, v. 8, n.2, p. 9-41, 2000.

OLIVEIRA, Dennis de. (Org.) **A luta contra o racismo no Brasil**. Belo Horizonte: Editora Fórum, 2017.

ORTER, Sherry B. Está a mulher para o homem assim como a natureza para a cultura? In: MICHELLE, Zimbalist Rosaldo; LAMPHERE, Louise. **A mulher a cultura a sociedade**. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1979. p. 95-120.

ORTNER, Sherry B. Teoria na antropologia desde os anos 60. **Mana**, n.17, v.2, :419-466, 2011.

PATEMAN, Carole. Críticas feministas a la dicotomia publico/privado. In: CASTELLES, Carme (Org.). **Perspectivas feministas en teoria política**. Barcelona: Paidós, 1996.

PÉCAUT, Daniel. **Os intelectuais e a política no Brasil**: entre o povo e a nação. São Paulo: Editora Ática, 1990. 335p.

PEREIRA, Joacil de Britto. **Paraíba**: nomes do século. Horácio de Almeida. João Pessoa: A União, 2000, (Série Histórica, vol. 5).

PERROT, Michele. **Os excluídos da história**: operários, mulheres, prisioneiros. Rio de Janeiro, Paz e Terra, 1988.

_____. **As mulheres ou os silêncios da história**. São Paulo: EDUSC, 2005.

PERROT, Michelle. **Minha história das mulheres**. São Paulo: Editora Contexto, 2008.

PERROT, Michele. Escrever uma história das mulheres: relato de uma experiência. **Cadernos Pagu**, Campinas/São Paulo: Núcleo de Estudos de Gênero/UNICAMP, n. 4, 1995.

_____. A família triunfante. In.: ARIES, Philippe; DUBY, Georges (Orgs.). **História da vida privada**: da Revolução Francesa à Primeira Guerra. Vol. 4. São Paulo: Companhia das letras, 1995a, p. 93-103.

_____. À margem: solteiros e solitários. In.: ARIES, Philippe; DUBY, Georges (Orgs.). **História da vida privada**: da Revolução Francesa à Primeira Guerra. Vol. 4. São Paulo: Companhia das letras, 1995b, p. 287-303.

_____. Figuras e papéis. In.: ARIES, Philippe; DUBY, Georges (Orgs.). **História da vida privada**: da Revolução Francesa à Primeira Guerra. Vol. 4. São Paulo: Companhia das letras, 1995c, p. 121-185.

_____. Funções da família. In.: ARIES, Philippe; DUBY, Georges (Orgs.). **História da vida privada**: da Revolução Francesa à Primeira Guerra. Vol. 4. São Paulo: Companhia das letras, 1995d, p. 104-119.

PINSKY, Jaime. **A escravidão no Brasil**. 20ªed.,2ª reimpressão. São Paulo: Contexto, 2009.

PINTO, Céli Regina Jardim. **Uma história do feminismo no Brasil**. São Paulo: Editora Fundação Perseu Abramo, 2007

PISCITELLI, A. Recriando a (categoria) mulher? In: ALGRANTI, L. (org.). A prática feminista e o conceito de gênero. **Textos Didáticos**, nº 48. Campinas, IFCH/Unicamp, 2002, p. 7-42.

POLLACK, Michel. Memória e identidade social. **Estudos Históricos**, Rio de Janeiro, vol. 5, n. 10, 1992, pp. 200-212.

PONTES, Heloisa; GUI ROSATTI, Camila; REIS, Eliana Tavares dos. Gênero e cultura nas ciências sociais brasileiras: depoimento de uma pesquisadora com nome próprio. **REPOCS - Revista Pós Ciências Sociais**, v. 17 n. 34, 2020.

PONTES, Heloísa. Cidades e intelectuais: os “nova-iorquinos” da Partisan Review e os paulistas de Clima entre 1930 e 1950. In: _____. **Intérpretes da metrópole**. São Paulo: EDUSP, 2010.

PRINCE, Mary. **A história de Mary Prince, uma escrava das Índias Ocidentais**. Tradução Alexandre Camaru. São Paulo: Livrus, 2017

RABELO, Amanda Oliveira; MARTINS, António Maria. **A mulher no magistério brasileiro**: um histórico sobre a feminização do magistério. Congresso Luso-Brasileiro de História da Educação, 2006. In: VI Uberlândia. VI Congresso Luso Brasileiro de História da Educação. Uberlândia: Universidade Federal de Uberlândia, 2006. p. 6167-6176. Disponível em: <https://docplayer.com.br/11509452-A-mulher-no-magisterio-brasileiro-um-historico-sobre-a-feminizacao-do-magisterio-resumo.html> Acesso em 13 de agosto de 2021.

RAGO, Margareth. Trabalho Feminino e sexualidade. In: PRIORI, M. Del (Org.). **História das mulheres no Brasil**. São Paulo: Contexto, 1997. p. 578 a 606.

REIS, Eliana T. Confissões políticas de mulheres parlamentares. **REPOCS**. Revista Pós Ciências Sociais, 17(34), 189–214, 2020.

REIS, **Contestação, engajamento e militância**: da “luta contra a ditadura” à diversificação das modalidades de intervenção política no Rio Grande do Sul. 2007. Tese (Doutorado em Ciência Política) Universidade Federal do Rio Grande do Sul, Porto Alegre, RS.

REIS, Eliana T. Um tipo diferente de diferença na elite política: perfis políticos e inserções culturais de parlamentares brasileiras. **Cadernos pagu** (43), julho-dezembro de 2014.

REIS, Eliana T.; GRILL, Igor G. Trajetórias de multinotabilidades: reconfigurações históricas e condicionantes sociais das inscrições políticas e culturais de parlamentares brasileiros. **Revista de Ciências Sociais**, Rio de Janeiro, vol. 58, n. 2, 2015, p. 331-369.

REIS, Eliana T.; GRILL, Igor G. Biografias estratégicas. O que os nomes das fundações partidárias querem dizer? **Revista Política & Sociedade**, v. 21 n. 50, 2022.

REIS, João José. **Rebelião escrava no Brasil**: a história do levante dos Malês em 1835/ João José Reis. –Edição revista e ampliada –São Paulo: Companhia das Letras, 2003.

REIS, João José; GOMES, Flávio dos Santos Gomes (Orgs.). *Revoltas escravas no Brasil*. São Paulo: Companhia das Letras, 2021.

RIBEIRO, A. I. M. Mulheres educadas na Colônia. In: LOPES, E. M. T.; FARIA FILHO, L. M.; VEIGA, C. G. (Org.). **500 anos de educação no Brasil**. Belo Horizonte: Autêntica, 2000. p.79-94.

RODRIGUES, Paulo Jorge; MILANI, Débora Raquel da Costa; CASTRO, Laura Laís de Oliveira; CELESTE FILHO, Macioniro. O trabalho feminino durante a Revolução Industrial. Disponível em [file:///C:/Users/melis/OneDrive/%C3%81rea%20de%20Trabalho/30933-Texto%20do%20Artigo-106199-1-10-20120619%20\(1\).pdf](file:///C:/Users/melis/OneDrive/%C3%81rea%20de%20Trabalho/30933-Texto%20do%20Artigo-106199-1-10-20120619%20(1).pdf) Acesso em 23 fev. 2022.

RODRIGUES, C. S. & PRADO, M. A. M. (2010). Movimento de mulheres negras: trajetória política, práticas mobilizatórias e articulações com o Estado brasileiro. **Psicologia & Sociedade**, 22(3), 445-456.

RODRIGUES, Cristiano. & FREITAS, Viviane Gonçalves. Ativismo feminista negro no Brasil: do movimento de mulheres negras ao feminismo interseccional. **Revista Brasileira de Ciência Política**, nº 34. e238917, 2021, pp 1-54.

ROMIO, Jackeline Aparecida Ferreira. A vitimização de mulheres por agressão física, segundo raça/cor no Brasil. In.: MARCONDES, Mariana Mazzini; PINHEIRO, Luana; QUEIROZ, Cristina; QUERINO, Ana Carolina e VALVERDE, Danielle. (Orgs.) **Dossiê mulheres negras: retrato das condições de vida das mulheres negras no Brasil**. Brasília: IPEA, 2013.

SAFFIOTI, Heleieth Iara B. **A mulher na sociedade de classes: mitos e realidade**. São Paulo, Livraria Quatro Artes, 1969.

SAFFIOTI, Heleieth I. B. **Gênero, patriarcado e violência**. São Paulo: Editora Expressão Popular, 2011.

SALES, Tatiane da Silva. A nova Amélia: mulher, educação e contexto social da Primeira República em São Luís/MA. In.: ABRANTES, Elizabeth de Sousa (Org.). **Mulher e república no Maranhão**. São Luís: Editora UEMA, 2015.

SANTOS, Joel Rufino dos. **Movimento negro e crise brasileira, atrás do muro da noite: dinâmica das culturas afro-brasileiras**. Brasília: Ministério da Cultura/Fundação Cultural Palmares, 1994.

SANTOS, Wellington Barbosa dos. **Confederações abolicionistas no Maranhão na segunda metade do século XIX (1870-1888)**. São Luís. Universidade Estadual do Maranhão, 2008. (Monografia Curso de História).

SANTOS, Roseane Santana. A constituição da identidade docente como efeito discursivo: imagens e sentidos. **Revista Letras**. Curitiba, v. 22, n. 39, p. 01-22, jul./dez. 2020.

SAPIRO, Gisèle. A razão literária: o campo literário francês sob a Ocupação (1940-1944). In.: MONTEIRO, Bruno; PEREIRA, Virgílio Borges. (Orgs.) **Intelectuais europeus no século XX: exercícios de objetivação sócio-histórica**. Porto: Edições Afrontamento, 2104.

SCAVONE, Lucila. Estudos de gênero: uma sociologia feminista? **Estudos feministas**. Florianópolis. v. 16. n. 1. jan./abr. 2008. pp. 173-186.

SCHOLZE, Lia. A mulher na literatura: gênero e representação. **Gênero**. Niterói. v. 3, n. 1, 2002.

SCHWARTZ, Stuart B. **Segredos Internos: Engenhos e Escravos na Sociedade Colonial 1550-1835**. São Paulo: Companhia das Letras, 2005

SCOTT, J. Gênero: uma categoria útil de análise histórica. **Educação e Realidade**, Porto Alegre, v.20, n.2, p.71-99, 1995.

SERRA, Déborah Arruda. **Engajamentos militantes e construções identitárias na trajetória de Mundinha Araújo**. São Luís, Universidade Federal do Maranhão, 2021. (dissertação de mestrado).

SIGAL, Silvia. Intelectuais e cultura na Argentina. **Revista Pós Ciências Sociais – REPOCS**. V. 9, n. 17, p. 51-66, 2012.

SILVA, Erineusa Maria da. **As relações de gênero no magistério: a imagem da feminização**. Vitória: Edufes, 2002.

SILVA, Petronilha Beatriz Gonçalves e. Pesquisa e luta por reconhecimento e cidadania. In: ABRAMOWICZ, Anete & SILVÉRIO, Valter Roberto (Org.). **Afirmando diferenças: Montando o quebra-cabeça da diversidade na escola**. São Paulo: Campinas, 2005.

SILVA, Douruézia Fonseca da. “Em briga de marido e mulher não se mete a colher?!”: a violência doméstica contra a mulher no Maranhão oitocentista. In: ABRANTES, Elizabeth de Sousa. **Fazendo gênero no Maranhão**. São Luís: Editora da UEMA, 2010.

SILVA, Régia Agostinho da. **Escravidão e resistência no Maranhão: anúncios e fugas escravas no século XIX**. Revista de História UEG – Anápolis, v.3, n.2, p. 30-51, 2014.

SILVA, José Bonifácio de Andrada e; CALDEIRA, Jorge. **José Bonifácio de Andrada e Silva**. São Paulo: Ed. 34, 2002.

SILVA, Maurineide Alves da; DE PAULA, Eliete Cristina Oliveira. As formas de resistência do escravo à escravidão no Brasil. **Literatura e História**. v. 9, n. 2, dezembro/2019.

SILVEIRA, C. **Assu – gente, natureza, história**. Natal: Boágua Editora, 1995.

SILVEIRA, R. S; NARDI, H. C. **Interseccionalidade, gênero, raça e etnia e a Lei Maria da Penha**. pp. 14-23. 2014. Disponível em: <http://www.scielo.br/pdf/psoc/v26nspe/03.pdf>
Acesso em: 20 out. 2022.

SIMIÃO, Daniel Schroeter. Gênero no mundo do trabalho. **Caderno de Gênero e Tecnologia**, Curitiba. v. 2, n. 5, 2006.

SIMIONI, Ana Paula Cavalcanti. **Profissão artista:** pintoras e escultoras acadêmicas brasileiras. São Paulo: EDUSP / FAPESP, 2008. 360 p.

SKIDMORE, Thomas. **O Brasil visto de fora.** Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1994.

SOARES, Iraneide da Silva. Caminhos, pegadas e memórias: uma história social do Movimento Negro Brasileiro. **Universitas Relações Internacionais**, Brasília, v. 14, n. 1, p. 71-87, jan./jun. 2016.

SOARES, Rodrigo Goyena. Os militares e os usos políticos do abolicionismo. **Anos 90.** Porto Alegre. v. 27. p. 1-15. 2020.

SOIHET, Rachel. **Condição feminina e formas de violência:** mulheres pobres e ordem urbana, 1890-1920. Rio de Janeiro: Forense Universitária, 1989.

SOIHET, Rachel. A história das mulheres. Cultura e poder das mulheres: ensaio de historiografia. **Gênero**, Niterói, v. 2, n. 2, 2001.

SOIHET, Rachel. Formas de violência, relações de gênero e feminismo. **Gênero.** Niterói. v. 2, n. 2. 2002.

SOUSA, Alexandre Miller Câmara. Da igreja aos bailes: os intelectuais positivistas e a imagem feminina em São Luís na segunda metade do século XIX. In: ABRANTES, Elizabeth de Sousa. **Fazendo gênero no Maranhão.** São Luís: Editora da UEMA, 2010.

SOUZA, Laura de Mello e. **O diabo e a Terra de Santa Cruz:** feitiçaria e religiosidade popular no Brasil colonial. São Paulo: Companhia das Letras, 1986.

SOUZA, Regis Glauciane Santos de; SARDENBERG, Cecília Maria B. Visibilizando a mulher no espaço público: a presença das mulheres nas universidades. **Seminário Internacional Fazendo Gênero**, 10., 2013. Anais... Florianópolis: UFSC, 2013. p. 1-13. Disponível em: Acesso em: 02 mai. 2021.

TEIXEIRA, Gisele Baptista. As mulheres e a escrita de livros escolares no século XIX. **Gênero.** Niterói. v. 11, n. 1, 2010. p. 81-96.

TELLES, Edward. **Racismo à brasileira:** uma nova perspectiva sociológica. Rio de Janeiro, Relume Dumará-Fundação Ford, 2003, p. 38.

TORAL, André Amaral. A participação dos negros na guerra do Paraguai. **Estudos Avançados.** 9 (24), 1995.

UEKANE, Marina Natsume. “Mulheres na sala de aula”: um estudo acerca do processo de feminização do magistério primário na corte imperial (1854-1888). **Gênero.** Niterói. v. 11, n. 1, 2010, p. 35-64.

URRITA, Verônica. Gênero, identidade e espaço público. **Gênero.** Niterói. v. 1, n. 2. 2000.

VAINFAS, Ronaldo. **Ideologia & Escravidão:** os letrados e a sociedade escravista no Brasil Colonial. Petrópolis: Editora Vozes, 1986.

VARIKAS, Eleni. Do bom uso do mau gênero. **Cadernos Pagu**, Campinas/São Paulo: Núcleo de Estudos de Gênero/UNICAMP, n. 12, 1999.

VENANCIO, Giselle Martins. Lugar de mulher é... na fábrica; estado e trabalho feminino no Brasil (1910-1934). **História: Questões & Debates**, Curitiba, n. 34, p. 175-200, 2001.

VILLANOVA, Carla. Sobre o “ser-professora”: entre permanências e rupturas. **Gênero**. Niterói, Niterói, v. 11, n. 1, p. 109-126, 2. sem. 2010.

VIVEIROS, Jerônimo de. **História do comércio do Maranhão, 1612-1895**. São Luís: Associação Comercial do Maranhão, 1954. v. 1.

WEBER, Max. Sociologia da dominação. In: WEBER. **Max. Economia e sociedade**. Brasília: UnB, 1991. p. 187-223.

_____. **Economia e sociedade**: fundamentos da sociologia compreensiva. São Paulo: Editora UnB, 2004. 584 p. v. 2

_____. **A ética protestante e o espírito do capitalismo**. São Paulo: Companhia das Letras, 2004.

_____. **Sociologia das religiões**. São Paulo: Editora Ícone, 2015.

WOOLF, Virginia. **Um teto todo seu**. Rio de Janeiro, Nova Fronteira, 1985.

ZIRBEL, Ilze. **Estudos feministas e estudos de gênero no Brasil**: um debate. Universidade Federal da Santa Catarina: Florianópolis, 2007. (Dissertação de Mestrado em Sociologia Política).

REFERÊNCIAS SOBRE MARIA FIRMINA DOS REIS

A trajetória única de Maria Firmina dos Reis, fundadora da literatura abolicionista no Brasil. **Revista E**, maio 2022. Disponível em <https://www.secscsp.org.br/insurgencias-de-uma-pioneira-perfil-de-maria-firmina-dos-reis/> Acesso em 18 out 2022.

ABREU, José António Carvalho Dias de. **Os abolicionismos na prosa brasileira**: de Maria Firmina dos Reis a Machado de Assis. Coimbra. Universidade de Coimbra. (tese de doutorado em Letras).

ADLER, Dilercy Aragão. **Elogio à patrona Maria Firmina dos Reis**: ontem, uma maranhense, hoje, uma missão de amor! Discurso apresentado à Academia Maranhense de Letras, 2014.

ALMEIDA, Horácio de. Prefácio. In.: Úrsula. REIS, Maria Firmina dos. São Luís: AML, 1975. Ed. fac-símile.

ALVES, Renata Carmo. **As faces de Maria**: Ecos de Maria Firmina dos Reis em Lélia Gonzalez, Djamilá Ribeiro e Marielle Franco. Rio de Janeiro. Pontifícia Universidade Católica do Rio de Janeiro, 2019. (dissertação de mestrado em Literatura, Cultura e Contemporaneidade).

Anais do Cenáculo Brasileiro de Letras e Artes – 1973. Rio de Janeiro: GB, 1973.

ANDRETA, Bárbara Loureiro. A literatura afrobrasileira de autoria feminina: um estudo de Úrsula, de Maria Firmina dos Reis. **Revista ao Pé da Letra**. v. 15. n. 02, 2013.

ANDRETA, Bárbara Loureiro; DALCOL, Mônica Saldanha; ALÓS, Anselmo Peres. Lei 10.639/2003: O ensino de literatura afro-brasileira através de obras de Maria Firmina dos Reis. **I Seminário Políticas Públicas e Ações Afirmativas Universidade Federal de Santa Maria**. Observatório de Ações Afirmativas. 20 e 21 de outubro de 2015.

ANDRETA, Bárbara Loureiro. **Visões da escravatura na América Latina**: “Sab” e “Úrsula”. Santa Maria. Universidade Federal de Santa Maria, 2016. (dissertação de mestrado em Letras).

ANDRETA, Bárbara Loureiro; ALÓS, Anselmo Peres. A literatura abolicionista de Maria Firmina dos Reis: o conto “A escrava”. **CONFLUENZE**. v. 8, n. 1, 2016.

ARAÚJO, Ana Carusa Pires. A narrativa abolicionista no conto “A escrava”, de Maria Firmina dos Reis. **XIV Congresso Internacional Fluxos e correntes**: trânsitos e traduções literárias (ABRALIC – UFPA), 2015.

AROUCHE, Tássia Valente Viana. **Uma leitura possível de Úrsula (1859), de Maria Firmina dos Reis**: disjunção formal no romantismo brasileiro. Curitiba. Universidade Federal do Paraná, 2019. (Monografia de conclusão do curso de Licenciatura em Letras Português e Italiano).

ARRAES, Jarid. **Heroínas negras brasileiras em 15 cordéis**. São Paulo: Editora Pólen, 2017.

BAPTISTA, Carlos Alberto; NASCIMENTO, Jarbas Vargas; LOPES, André da Costa. Maria Firmina dos Reis: a restauração de uma imagem autoral apagada na história. **Revista Humanidades e Inovação**. v.6, n.4 v.2, 2019

BATIGUIANI, Rosangeli de Fátima. **Caminhos entrecruzados: história, escravidão e literatura em *Úrsula* (1859) e *As vítimas e algozes: quadros da escravidão* (1869)**. Montes Claros. Universidade Estadual de Montes Claros, 2016. (dissertação mestrado em História).

BEZERRIL, Benigna Ingrid Aurelia. Eu mesma ainda posso falar: vozes femininas e cultura política na literatura de Maria Firmina dos Reis. **Revista Mosaico** (Escola de Ciências Sociais da Fundação Getúlio Vargas), 2021.

BORA, Maria M. A diáspora afrobrasileira em *Úrsula*, de Maria Firmina dos Reis. **Revista del CESLA**, n. 9, 2006, pp. 77-86.

BOUZADA, Maria Angélica. **Maria Firmina dos Reis, primeira autora brasileira**. Disponível em <https://antigo.bn.gov.br/acontece/noticias/2020/05/maria-firmina-reis-primeira-autora-brasileira> Acesso em 17 maio 2022.

CALADO, Karina de Almeida. **Vozes da dissonância no atlântico negro: encenações da diáspora nos romances *Úrsula*, *Um defeito de cor* e *Becos da memória***. Belo Horizonte. Pontifícia Universidade Católica de Minas Gerais, 2019. (tese de doutorado em Letras).

CAMPELO, Thallya Ferreira. **Representações de corpos negros no conto “A escrava”, de Maria Firmina dos Reis**. São Félix do Xingu. Universidade Federal do Sul e Sudeste do Pará (UNIFESSPA), 2022. (trabalho de conclusão de curso em Letras e Educação).

CARDOSO, Maria Lívia Farias. ***Úrsula*, de Maria Firmina dos Reis: romance fundacional da literatura afro-brasileira**. Rio Grande. Universidade Federal do Rio Grande, 2020. (dissertação de mestrado em Letras).

CARVALHO, Claunísio Amorim. Imagens do negro na literatura brasileira do século XIX: uma análise do romance *Úrsula*, de Maria Firmina dos Reis. **Ciências Humanas em Revista - São Luís**, v. 4, n.2, dezembro 2006.

CARVALHO, Virgínia Silva de. **A efígie escrava: a construção de identidades negras no romance *Úrsula*, de Maria Firmina Dos Reis**. Teresina. Universidade Estadual do Piauí, 2013. (dissertação de mestrado em Letras).

CARVALHO, Jéssica Catharine Barbosa de; ALVES, Alcione Corrêa. Uma vida de inadequações: Maria Firmina dos Reis e seu caráter subversivo na sociedade oitocentista maranhense. **CONTRAPONTO: Revista do Departamento de História e do Programa de Pós-Graduação em História do Brasil da UFPI**. Teresina, v. 2, n. 1, fev. 2015.

_____. **Literatura e atitudes políticas: olhares sobre o feminino e antiescravidão na obra de Maria Firmina dos Reis**. Teresina. Universidade Federal do Piauí, 2018. (dissertação de mestrado em Letras).

CARVALHO, Tereza Ramos de, BACCHIN, Isadora Barreto. Maria Firmina dos Reis e a literatura das diásporas: uma leitura do romance *Úrsula*. **Revista Alere**, 2019.

COMBINATO, Denise Stefanoni; BAHIENSE, Deborah Caroline Ramos; REIS, Gislaine Aparecida dos. Almanaque digital: a “escrevivência” da mulher negra e as vozes silenciadas na literatura brasileira. **Revista Dialogia**, 2021.

CORREA, Dinacy Mendonça. **Da literatura maranhense: romance e romancistas do século XIX**. Rio de Janeiro. Universidade Federal do Rio de Janeiro, 2014. (tese de doutorado em Ciências da Literatura).

CORREIA, Janaína dos Santos. O uso de fontes no estudo de história: o livro *Úrsula* de Maria Firmina dos Reis na busca pelo escravo real. **Revista História e Ensino**. v. 18. n. 02, 2012.

_____. **O uso de fontes em sala de aula: a obra de Maria Firmina dos Reis (1859) como mediadora no estudo da escravidão negra no Brasil**. Londrina. Universidade Estadual de Londrina, 2013. (dissertação de mestrado em História Social).

CRUZ, Mariléia dos Santos; MATOS, Érica de Lima de; SILVA, Ediane Holanda. Exma. Sra. d. Maria Firmina dos Reis, distinta literária maranhense: a notoriedade de uma professora afrodescendente no século XIX. **CEMOrOc-Feusp** / Universidade Autônoma de Barcelona, set/dez 2018, p.151-166.

CUNHA, Maria de Lourdes da Conceição Cunha. **Os destinos trágicos da figura feminina no romantismo brasileiro**. São Paulo. Pontifícia Universidade Católica, 2004. (dissertação de mestrado em literatura e crítica literária).

_____. **Romantismo brasileiro: amor e morte (um estudo sobre José de Alencar e Maria Firmina dos Reis)**. São Paulo: Factash Editora, 2005.

DAIBERT, Bárbara Inês Ribeiro Simões; MORAIS, Tatiane Carvalho de. Da escravidão à liberdade: a trajetória da mulher negra em Maria Firmina dos Reis e Conceição Evaristo. **II SEPRALIC Seminário de Práticas em Literatura e Cultura Programa de Mestrado em Letras**. 03 a 05 de julho de 2019.

DAIBERT, Bárbara Inês Ribeiro Simões; MORAIS, Tatiane Carvalho de. Memórias apagada: abolicionismo e a voz-liberdade de Maria Firmina dos Reis no século XIX. **Revista Especialidades**, 2020.

DALCOL, Monica Saldanha. **A condição da mulher negra na literatura brasileira em *Úrsula*, *Casa de Alvenaria* e *Um defeito de cor***. Santa Maria. Universidade Federal de Santa Maria, 2020. (tese de doutorado em Letras).

DIOGO, Luciana Martins. **Da sujeição à subjetivação: a literatura como espaço de construção da subjetividade, os casos das obras “Úrsula” e “A Escrava” de Maria Firmina dos Reis**. São Paulo. Universidade de São Paulo, 2016. (dissertação de mestrado em Estudos Brasileiros).

DIOGO, Luciana Martins; SIMIONI, Ana Paula Cavalcanti. **Da sujeição à subjetivação: a literatura como espaço de construção da subjetividade na obra de Maria Firmina dos Reis.** Opiniões: revista dos alunos de literatura brasileira (USP), 2017.

DIOGO, Luciana Martins. A primeira resenha de *Úrsula* na imprensa maranhense. **Afluente**, UFMA/Campus III, v.3, n. 8, p. 11-25, mai./ago. 2018.

DOREA, Alfredo Souza. Maria Firmina dos Reis, negra memória do Maranhão. **Cadernos do CEAS** (Centro de Estudos e Ação Social), Edição Especial “300 anos de Zumbi”, Salvador (BA). nov. 1995. pp. 11-18.

DUARTE, Eduardo de Assis. Maria Firmina dos Reis e os primórdios da ficção afro-brasileira. In.: REIS, Maria Firmina. **Úrsula**. Belo Horizonte: PUC-MG, 2004.

DUARTE, Constância Lima. Gênero e etnia no nascente romance brasileiro. **Estudos Feministas**. v. 1, n. 2, 2005.

DUARTE, Constância Lima; TOLENTINO, Luana; BARBOSA, Maria Lúcia; COELHO, Maria do Socorro Vieira. **Maria Firmina dos Reis: faces de uma precursora**. Rio de Janeiro: Editora Malê, 2018.

DUTRA, Robson Lacerda; FIGUEIREDO, Vanessa. Literatura afrodescendente: uma proposta de diálogo entre Maria Firmina dos Reis e Conceição Evaristo. **E-scrita Revista do Curso de Letras da UNIABEU**. Nilópolis, v.4, Número 3, maio-agosto, 2013.

FARIAS, Tom. Abolicionista, negra e feminista: conheça Maria Firmina dos Reis, a primeira romancista do Brasil. Rio de Janeiro: Jornal O Globo. Disponível em: <https://oglobo.globo.com/cultura/celina/abolicionista-negra-feminista-conheca-maria-firmina-dos-reis-primeira-romancista-do-brasil-23846249#:~:text=RIO%20%2D%20Maria%20Firmina%20dos%20Reis,um%20romance%20na%20Am%C3%A9rica%20Latina>. Acesso em 08 set. 2022.

FIGUEIREDO, Denise de Lima Santiago; LOPES, Maristela Rodrigues; SANTOS, Paulo Roberto Alves dos. Nísia Floresta e Maria Firmina: a nacionalidade pela voz de duas precursoras do feminismo. **Revista Contexto**, 2020.

FERREIRA, Isabel Cristina Rodrigues. Maria Firmina dos Reis: the risks and the boundaries of cultural markers in *Úrsula*. **XV Congresso Internacional de Humanidades**, Facultad de Historia, Geografía y Letras. Universidad Metropolitana de Ciencias de la Educación, Santiago de Chile. 17, 18 y 19 de octubre, 2012.

FERREIRA, Shirley, SILVA, Anderson Pires da. Maria Firmina dos Reis e Luiz Gama: precursores da literatura negra. **Revista Verbo de Minas**, 2020.

FILHO, Cícero Barros Feitosa. **Firmine-se: uma proposta de mediação de leitura e análise do romance *Úrsula* (1859) de Maria Firmina dos Reis**. Dourados. Universidade Estadual do Mato Grosso do Sul, 2020. (dissertação de mestrado em Letras).

FRANCISCO, Carla Cristine. **Mãe Susana, Mãe África** – a ‘invenção’ da diáspora negra em *Úrsula* (1859) de Maria Firmina dos Reis. Aix-Marceille I, França. Université de Provence Aix Marseille I, 2010. (dissertação de mestrado em Aire Culturelle Romaine).

FREITAS, Dayane Cristina de. **O tema e o problema:** memória e esquecimento nas pesquisas acadêmicas sobre Maria Firmina dos Reis (1989 – 2019). Uberlândia. Universidade Federal de Uberlândia, 2019. (dissertação de mestrado em História).

FURTADO, Lucciani M. (Org.). **Memorial de Maria Firmina dos Reis: Prosa Completa & Poesia.** Livro 01. São Paulo: Editora Uirapuru, 2017.

_____. **Memorial de Maria Firmina dos Reis: Prosa Completa e Poesia.** Livro 2. São Paulo: Editora Uirapuru, 2019.

GABRIEL, Edgar Godoi. **A construção da identidade de Carolina Maria de Jesus por meio da literatura.** São Paulo. Centro Universitário Anhanguera, 2014. (monografia de conclusão curso de Letras tradutor e intérprete inglês-português).

GOMES, Agenor. **Maria Firmina dos Reis e o cotidiano da escravidão no Brasil.** São Luís: Editora AML, 2022.

HOLLANDA, Heloísa Buarque de.; ARAÚJO, Lúcia Nascimento. **Ensaístas brasileiras: mulheres que escreveram sobre literatura e artes de 1860 e 1991.** Rio de Janeiro: Rocco, 1993.

JOB, Sandra Maria. **Em texto e no contexto social:** mulher e Literatura Afro-brasileiras. Florianópolis. Universidade Federal de Santa Catarina, 2011. (tese de doutorado em Literatura).

_____. Cânone, feminismo, literatura: relações e implicações. **Revista eletrônica Falas Breves, Literatura & Sociedade.** Breves-PA, fev/2015, v. 2.

_____. Maria Firmina dos Reis e a presença da mulher negra na literatura e no contexto social brasileiro oitocentista. **Revista Falas Breves,** 2020.

KACHENSKI, Naiara. Escravidão e subjetividade: notas sobre o romance *Úrsula*, de Maria Firmina dos Reis. **Itinerários,** Araraquara, n. 46, p. 51-61, jan./jun. 2018

LIMA, Omar da Silva. Revisitando alguns aspectos teóricos que embasam a literatura afro-brasileira. **Revista Litteris.** n. 14, 2014.

LOBO, Luiza. Um autorretrato de mulher: a pioneira maranhense Maria Firmina dos Reis. **Revista Letterature d’America.** ano 7, números 29-30-31, 1986-87, Itália.

_____. O negro de objeto a sujeito. **Jornal do Brasil,** caderno “Ideias”, 14/5/1988.

_____. A pioneira maranhense Maria Firmina dos Reis. **IV Jornada de Estudos Americanos da Associação Brasileira de Estudos Americanos** (Mariana, MG), 25-27/5/1988.

_____. A pioneira maranhense Maria Firmina dos Reis. **Revista de Estudos Afro-Asiáticos**, v. 16, 1989.

_____. **Crítica sem juízo**. Rio de Janeiro: Editora Francisco Alves, 1993.

LOPES, Michelly Cristina Alves; FILHO, Nelson Martinelli. A escre(vivência) presente em Maria Firmina dos Reis e Conceição Evaristo: Uma análise dos contos “A escrava” e “Maria”. **REVELL – Revista de estudos literários da UEMS**, 2018.

LOPES, Michelly Cristina Alves. **Irrompendo silêncios: a literatura afro-brasileira de Maria Firmina dos Reis, Carolina Maria de Jesus e Conceição Evaristo**. Vitória. Universidade Federal do Espírito Santo, 2019. (dissertação de mestrado em Letras).

LOPES, Gabriela Adler. Maria Firmina dos Reis: uma breve análise de sua escrevivência abolicionista. **ANPUH BRASIL 31ª Simpósio Nacional de História – RJ**, 2021.

LOPES, Elaine. **Mulheres negras no ensino de história do Brasil: a história de Maria Firmina dos Reis**. Ponta Grossa. Universidade Estadual de Ponta Grossa (dissertação de mestrado em Ensino de História.).

LUCENA, Daliane de Oliveira. **O sujeito negro na obra *Úrsula*: uma análise discursiva acerca das relações de poder**. Catolé da Rocha. Universidade Federal da Paraíba, 2012. (monografia conclusão curso de Letras e Humanidades).

MACHADO, Maria Helena Toledo. Maria Firmina dos Reis: escrita íntima na construção do si mesmo. **Estudos Avançados**. 33 (96), 2019.

Maria Firmina dos Reis e o Dia da Mulher Maranhense. *Jornal O Estado do Maranhão*. Disponível em <https://oestadoma.com/noticias/2019/03/10/maria-firmina-dos-Reis-e-o-dia-da-mulher-maranhense/> Acesso em jul. 2022.

Maria Firmina dos Reis, a abolicionista negra que se tornou a primeira romancista do Brasil. *Jornal El País Brasil*, 2019. Disponível em https://brasil.elpais.com/brasil/2019/10/11/politica/1570793304_499201.html Acesso em 15 maio 2022.

MAROTTI, Giorgio. **Il negro nel romanzo brasiliano**. Itália: Editora Bulzoni, 1982.

MARRA, Laísa. **A narratividade de Maria Firmina dos Reis: nação e colonialidade**. Belo Horizonte. Universidade Federal de Minas Gerais, 2020. (tese de doutorado em Letras).

MARTINS, Wilson. **História da inteligência brasileira**. Paraná: UEPG, 1978.

MATOS, Érica de Lima; SILVA, Ediane Holanda; CRUZ, Mariléia dos Santos. Maria Firmina dos Reis: um marco na história da educação feminina no Maranhão. **VIII Fórum Internacional de Pedagogia**, 2016.

MENDES, Algemira de Macêdo. **Maria Firmina dos Reis e Amélia Beviláqua na história da literatura brasileira: representação, imagens e memórias nos séculos XIX e XX**. Porto

Alegre. Pontifícia Universidade Católica do Rio Grande do Sul, 2006. (tese de doutorado em letras).

_____. **Maria Firmina dos Reis: um marco na literatura afro-brasileira do século XIX. XI Congresso Internacional da ABRALIC: Tessituras, Interações, Convergências.** USP – São Paulo, 2008.

_____. **Maria Firmina dos Reis: uma voz na história da literatura afro-brasileira do século XIX.** In.: FERREIRA, Elio; MENDES, Algemira de Macêdo (Orgs.). **Literatura afrodescendente: memória e construção de identidades.** São Paulo: Editora Quilombohoje, 2011.

_____. **A escrita de Maria Firmina dos Reis na literatura afrodescendente brasileira: revisitando o cânone.** São Paulo: Chiado Editora, 2016.

MENDES, Melissa Rosa Teixeira. **Uma análise das representações sobre as mulheres no Maranhão da primeira metade do século XIX a partir do romance *Úrsula*, de Maria Firmina dos Reis.** São Luís. Universidade Federal do Maranhão, 2013. (dissertação de mestrado em História Social).

MENESES, Francisca Pereira da Silva. **As questões étnicas e de gênero nos romances *Úrsula*, de Maria Firmina dos Reis, e *A Escrava Isaura*, de Bernardo Guimarães.** Santa Cruz do Sul. Universidade Federal de Santa Cruz do Sul, 2017. (dissertação de mestrado em Letras).

MENEZES, Raimundo. **Dicionário Literário Brasileiro.** Rio de Janeiro: Livros Técnicos e Científicos Editora, 1978.

MIRANDA, Fernanda Rodrigues. **Corpo de romances de autoras negras brasileiras (1859-2006): posse da história e colonialidade nacional confrontada.** São Paulo. Universidade de São Paulo, 2019. (tese de doutorado em Letras).

_____. **Maria Firmina dos Reis: a fundadora negra de outra tradição literária brasileira. Cadernos de Literatura Comparada,** 2020.

MONTELLO, Josué. **A primeira romancista do Brasil.** Jornal do Brasil.

MORAES, Jomar. **Apontamentos de literatura maranhense.** São Luís: SIOGE, 1977.

MORAIS FILHO, José Nascimento. **Maria Firmina: fragmentos de uma vida.** São Luís: COCSN, 1975.

MOTT, Maria Lúcia de Barros. **Maria Firmina, uma escritora mulata.** In.: _____. **Submissão e resistência: a mulher na luta contra a escravidão.** São Paulo: Editora Contexto, 1988.

_____. **Escritoras negras: resgatando a nossa história.** Centro Interdisciplinar de Estudos Contemporâneos: UFRJ, 1989.

_____. **Escritoras negras: buscando sua história.** In.: **A Mulher na Literatura.** Vol. III, Minas Gerais: UFMG, 1990.

MUZART, Zahidé Lupinacci. Artimanhas nas entrelinhas: leitura do paratexto de escritoras do século XIX. **V Encontro Nacional da Anpoll**, Recife (PE), 1990.

_____. Maria Firmina dos Reis. In.: _____. (Org.) **Escritoras brasileiras do século XIX**. Florianópolis: Editora Mulheres, 1999.

_____. Uma espiada na imprensa das mulheres no século XIX. **Estudos Feministas**. v. 11 n.1, 2003.

NASCIMENTO, Juliano Carrupt do. **O romance *Úrsula* de Maria Firmina dos Reis: estética e ideologia no romantismo brasileiro**. Rio de Janeiro. Universidade Federal do Rio de Janeiro, 2009. (dissertação de mestrado em letras vernáculas).

_____. **O negro e a mulher em *Úrsula* de Maria Firmina dos Reis**. Rio de Janeiro: Editora Caetés, 2009.

_____. A construção do negro no romance *Úrsula*. Faculdade de Letras da UFMG. **Literafro**, 2017. Disponível em: <http://www.letras.ufmg.br/literafro/arquivos/autoras/MariaFirminaArtigoJuliano.pdf> Acesso em 27 set 2022.

NASCIMENTO, George Silva do. **Pátrio-biografia: Horácio de Almeida e sua história da Paraíba**. João Pessoa, Universidade Federal da Paraíba, 2010. (Dissertação de Mestrado em História).

NASCIMENTO, Leonardo. **SOBRE FIRMINA: Um especial sobre a primeira mulher a escrever um romance abolicionista na língua portuguesa**. Suplemento Revista Pernambuco, nº 140. Outubro, 2017.

NAVAS-TORÍBIO, Luiza. **O negro na literatura maranhense**. São Luís: AML, 1990.

NAKAYAMA, Carla Maria Zizuiê. ***Úrsula*: a (in) visibilidade da mulher do século XIX**. Vitória. Universidade Federal do Espírito Santo, 2020. (trabalho de conclusão de curso de Licenciatura em Letras).

NERES, Jéssica Frizon. **A configuração do negro escravizado em *Úrsula* e *Assombramento***. Pato Branco. Universidade Federal do Paraná, 2019. (dissertação de mestrado em Letras).

OLIVEIRA, Cristiana Maria Costa de. **A escritura vanguarda de Maria Firmina dos Reis: inscrição de uma diferença na literatura do século XIX**. Rio de Janeiro, Universidade Federal do Rio de Janeiro, 2001 (dissertação de mestrado em teoria literária).

OLIVEIRA, Adriana Barbosa de. **Gênero e etnicidade no romance *Úrsula*, de Maria Firmina dos Reis**. Belo Horizonte. Universidade Federal de Minas Gerais, 2007. (dissertação de mestrado em letras).

OLIVEIRA, Francelene Costa de Santana. Mulheres negras letras e literatura: uma Análise da condição da mulher negra no final século XIX a meados do século XX. **18º REDOR** – Universidade Federal Rural de Pernambuco – UFRPE, 2014.

OLIVEIRA, Dominique Amaral de; TESSARI, Elita Maria Bianchi. Maria Firmina dos Reis – a voz da literatura afro-brasileira: vida e magnum opus. **2ª MoEduCiTec** – Mostra Interativa da Produção Estudantil em Educação Científica e Tecnológica O protagonismo estudantil em foco, 2016.

OLIVEIRA, Luiz Henrique Silva de. Configurações da diáspora em três romances brasileiros: *Úrsula*, de Maria Firmina dos Reis; *A casa da água*, de Antônio Olinto; e *um defeito de cor*, de Ana Maria Gonçalves. **XV ABRALIC** (Associação Brasileira de Literatura Comparada) experiências literárias, textualidades contemporâneas – UERJ, 2017.

OLIVEIRA, Amanda Helena Martins de; ARAÚJO, Carlos Eduardo Moreira de. Maria Firmina dos Reis: uma história da escrita feminina e negra no século XIX. **VI Semana de História do Pontal e V Encontro de Ensino de História Sociedade, Cultura e Patrimônio**, 2018.

OLIVEIRA, Cleidiane Lemes de, REBELLATO, Martha. História, literatura e ensino de história: a escravidão em Maria Firmina dos Reis. **Revista Arquivo Brasileiro de Educação** (PUCMG), 2020.

OLIVEIRA, Priscila Vieira de. **Maria Firmina dos Reis e a interrogação ao cânone com o romance *Úrsula***. Rio de Janeiro. Universidade do Estado do Rio de Janeiro, 2020. (dissertação de mestrado em Letras).

OLIVEIRA, Andréa. **Maria Firmina: a menina abolicionista**. São Paulo: Palavra Acesa, 2022.

PALMEIRA, Francineide Santos. Narrativas afro-brasileiras: *Úrsula*, de Maria Firmina dos Reis, *Diário de Bitita*, de Maria Carolina de Jesus, e *Becos da memória*, de Conceição Evaristo. **A Cor das Letras**, UEFS, n. 10, 2009.

_____. **Vozes Afro-femininas na América Latina**. Salvador. Universidade Federal da Bahia, 2014. (tese de doutorado em Estudos Étnicos e Africanos).

PASSOS, João Carlos dos. **Maria Firmina dos Reis: as vozes que emergem do contexto de leitura da obra *Úrsula***. Curitiba. Centro Universitário Campos de Andrade, 2020. (dissertação de mestrado em Teoria Literária).

PAZ, Regilda Aprígio. **De I Juca Pirama a Gupeva: um estudo do indianismo brasileiro a partir dos maranhenses Gonçalves Dias e Maria Firmina dos Reis**. São Bernardo. Universidade Federal do Maranhão, 2019. (monografia curso interdisciplinar em Linguagens e Códigos em Língua Portuguesa).

PEREIRA, Theicy Rhoana Ferreira. **O pensamento político de Maria Firmina dos Reis: a intelectual maranhense por trás das convenções sociais e políticas do Brasil oitocentista**. Rio de Janeiro. Universidade do Estado do Rio de Janeiro, 2020. (dissertação de mestrado em Ciência Política).

PINHEIRO, Thaynara Rodrigues. **Vozes femininas em *Úrsula*, de Maria Firmina dos Reis, “uma maranhense”**. João Pessoa. Universidade Federal da Paraíba, 2016. (dissertação de mestrado em Letras).

PINTO-BAILEY, Cristina Ferreira. Na contramão: A narrativa abolicionista de Maria Firmina dos Reis. Literafro. Letras UFMG. Disponível em <http://www.letras.ufmg.br/literafro/autoras/29-critica-de-autores-feminios/316-na-contramao-a-narrativa-abolicionista-de-maria-firmina-dos-reis-critica>. Acesso em 21 set 2022.

PIRES, Clarissa dos Santos Pinto. **“Provas do bello talento”**: gênero, raça e abolição sob a pena de Maria Firmina no Maranhão oitocentista. Niterói. Universidade Federal Fluminense, 2020. (dissertação de mestrado em História).

QUEIROZ, Cristina. Protagonismo restaurado: Pesquisas trazem à luz trajetória de romancista negra, pioneira na literatura antiescravista. **Revista de Pesquisa FAPESP**, 2020. Disponível em <https://revistapesquisa.fapesp.br/protagonismo-restaurado/#:~:text=A%20partir%20do%20desenvolvimento%20de,do%20romance%20antiescravista%20no%20Brasil>. Acesso em 17 maio 2022.

RAMOS, Clóvis. **Nosso céu tem mais estrelas**: 140 anos de literatura maranhense. Rio de Janeiro: Ediora Pongetti, 1973.

RAMOS, Clóvis. **Nossas várzeas têm mais flores**: poetas modernos do Maranhão. São Luís: Fundação Cultural do Maranhão, 1975.

REIS, Maria Firmina. **Úrsula**. Ed. fac-símile. São Luís: AML, 1975.

_____. **Úrsula**. Rio de Janeiro: Presença Edições; Brasília: Instituto Nacional do Livro, 1988.

_____. **Úrsula e A escrava**. Belo Horizonte: PUC-MG, 2004.

_____. **Úrsula**: romance afrodescendente. Rio de Janeiro: Editora O Dia, 2008.

_____. **Úrsula e A escrava**. Florianópolis: Editora Mulheres; Belo Horizonte: PUC-MG, 2009.

_____. **Úrsula**. Belo Horizonte: PUC-MG, 2017.

_____. **Úrsula**. São Paulo: Caderno do Mundo Inteiro, 2017. (edição on-line).

_____. **Úrsula e A escrava**. Belo Horizonte: PUC-MG, 2018.

_____. **Úrsula**. Porto Alegre: Editora Zouk, 2018.

_____. **Úrsula**. Porto Alegre: Editora Taverna, 2018.

_____. **Úrsula**. Porto Alegre: Editora Leitura XXI, 2018.

- _____. **Úrsula**. Brasília: Edições Câmara, 2018.
- _____. **Úrsula**. São Paulo: Caderno do Mundo Inteiro, 2018. (edição on-line).
- _____. **Úrsula**. Curitiba: Editora Princípios, 2020.
- _____. **A escrava**. Niterói: Editora Itapuca, 2020.
- _____. **Úrsula**. Rio de Janeiro: Editora Antofágica, 2021.
- _____. **A escrava**. Rio de Janeiro: Galuba Editorial, 2021.
- _____. **A escrava: antologia de prosa e verso**. São Paulo: Editora Hedra, 2021.
- _____. **A escrava e outros textos**. Rio de Janeiro: Editora Outra Margem, 2021.

Revista do Instituto Histórico e Geográfico do Maranhão. Instituto Histórico e Geográfico do Maranhão: São Luís, 1985. Ed. nº 8.

RIBEIRO, Nathalie de Jesus Maria; RÊGO, Safira Ravenne da Cunha. O “silenciamento” da voz negra feminina: uma análise discursiva da obra de Maria Firmina dos Reis. **Cadernos Cajuína**, V. 4, N. 1, 2019, p.208 – 231

RIO, Ana Carla Ribeiro. **Autoria, devir e interdição: os “entre-lugares” do sujeito no romance Úrsula**. Catalão. Universidade Federal de Goiás, 2015. (dissertação de mestrado em Estudos da Linguagem).

RIO, Ana Carla Ribeiro; JÚNIOR, Antonio Fernandes. Uma autora que não ousa assinar o próprio nome. Discurso e autoria em *Úrsula*, de Maria Firmina dos Reis. **Revista da ABRALIN**, v.15, n.2, p. 121-145, jul./dez. 2016.

RIO, Ana Carla Ribeiro. **Poder, resistência e verdade nos romances abolicionistas *Úrsula*, de Maria Firmina dos Reis, e *A Escrava Isaura*, de Bernardo Guimarães**. Goiânia. Universidade Federal de Goiás, 2020. (tese de doutorado em Letras e Linguística).

ROCHA, Paraguassu de Fátima. **A representação do herói marginal na literatura afro-brasileira: uma releitura dos romances *Úrsula* de Maria Firmina dos Reis e Ponciá Vicêncio de Conceição Evaristo**. Curitiba. Centro Universitário Campos de Andrade, 2008. (dissertação de mestrado em teoria literária).

RODRIGUES, Rodrigo Gouvea. **Romance de autoria feminina: “o ser mulher” em Maria Firmina e Júlia Lopes**. Goiânia. Pontifícia Universidade Católica de Goiás, 2019. (dissertação de mestrado em Letras).

ROSELL, Sara V. La opresión sexual y racial en *Úrsula* y *A Escrava Isaura*. In.: _____. **La Novela antiesclavista en Cuba y Brasil, siglo XIX**. Editorial Pliegos: Madri, 1997.

RUBEL, Angela Maria, PASSOS, João Carlos dos. A importância da obra *Úrsula* de Maria Firmina dos Reis: um libelo contra a escravidão em forma de romance. **Cadernos de Gênero e Tecnologia**, 2020.

SALGUEIRO, Maria Aparecida Andrade. Palavra poética, cor e história (resenha). **Estudos Feministas**. v. 20. n. 03. 2012.

SANTOS, Katiana Souza. **Relações de gênero na segunda metade do Século XIX na perspectiva de Maria Firmina dos Reis**: análise do romance Úrsula. São Luís. Universidade Federal do Maranhão, 2015. (dissertação de mestrado em Cultura e Sociedade).

SANTOS, Carla Sampaio dos. **A escritora Maria Firmina dos Reis**: história e memória de uma professora no Maranhão do século XIX. Campinas. Universidade Estadual de Campinas, 2016. (dissertação de mestrado em Educação).

SANTOS, Deividly Ferreira dos; JUNIOR, José Cláudio Araújo da Silva. O Abolicionismo na Literatura Brasileira a partir de Úrsula, de Maria Firmina dos Reis. **Revista Diálogos**. n 16 – Set./Dez. 2016.

SANTOS, Ana Paula Araújo dos; FRANÇA, Júlio. O páter-famílias como vilão gótico em Úrsula, de Maria Firmina dos Reis. **SOLETRAS** – Revista do Programa de Pós-Graduação em Letras e Linguística – PPLIN, 2017.

SANTOS, Jacqueline Martinho dos. Literatura e história: o antiescravismo em Maria Firmina dos Reis: uma análise do conto “A escrava”. **MEMENTO** – Revista de Linguagem, Cultura e Discurso Mestrado em Letras – UNINCOR. v. 9. n. 2, julho-dezembro de 2018.

SCHIMIDT, Rita Terezinha. Refutações ao feminismo: (dês)compasso da cultura letrada brasileira. **Estudos Feministas**. v. 3, 2007.

SCHWELLBERGER, Ludmila da Silva. **Escrever é resistir**: a dificuldade de inserção de escritoras brasileiras no mundo da literatura no século XIX. Campo Limpo. Centro Universitário Campo Limpo Paulista, 2021. (Relatório de fundamentação do projeto experimental, modalidade livro-reportagem, para a obtenção do título de bacharel em Comunicação Social – Jornalismo).

SILVA, Renato Kerly Marques; FEITOSA, Conceição de Maria Corrêa; PACHÊCO, Ellen Amêniten do Nascimento; SOUSA, Sandra Maria Nascimento. Úrsula e identidades masculinas no século XIX. **Anais da 57ª Reunião Anual da SBPC** - Fortaleza, CE - julho/2005.

SILVA, Renato Kerly Marques. **Academia Maranhense de Letras**: produção literária e reconhecimento de escritoras maranhenses. São Luís. Universidade Federal do Maranhão, 2009. (dissertação de mestrado em Ciências Sociais).

SILVA, Régia Agostinho da. **A escravidão no Maranhão**: Maria Firmina dos Reis e as representações sobre escravidão e mulheres no Maranhão na segunda metade do século XIX. São Paulo, Universidade de São Paulo, 2013 (tese de doutorado).

SILVA, Régia Agostinho da, FERNANDEZ, Rafaella Andréa. Maria Firmina dos Reis: intérprete do Brasil. **LETRÔNICA** – Revista Digital do Programa de Pós-Graduação em Letras da PUCRS, 2020.

SILVA, Joseylza Lima. **A narrativa de Maria Firmina dos Reis e a perspectiva hermenêutica para a prática dos estudos literários**. Santa Cruz do Sul. Universidade de Santa Cruz do Sul, 2018. (dissertação de mestrado em Letras).

_____. Maria Firmina dos Reis: esquecimentos e lembranças. **Seminário Internacional Fazendo Gênero**. 11 & 13th Women's Worlds Congress (Anais Eletrônicos), Florianópolis, 2017.

_____. Maria Firmina dos Reis e Carolina Maria de Jesus escritoras brasileiras e livros didáticos do ensino médio. **XV ABRALIC** (Associação Brasileira de Literatura Comparada) experiências literárias, textualidades contemporâneas – UERJ, 2017.

_____. Carolina Maria de Jesus e Maria Firmina dos Reis: escritoras negras na sala de aula. **XV ABRALIC** (Associação Brasileira de Literatura Comparada) experiências literárias, textualidades contemporâneas – UERJ, 2017.

SILVA, Geraldo Ferreira da. **Maria Firmina dos Reis: a voz negra na literatura do oitocentos**. Montes Claros. Universidade Federal de Montes Claros, 2017. (dissertação de mestrado em Letras).

SILVA, Jeissyane Furtado. **Nas trilhas literárias de Maria Firmina dos Reis**. Rio Branco. Universidade Federal do Acre, 2020. (dissertação de mestrado em Letras).

SILVA, Marllon Antonio Alves da. **Mulheres, raça e literatura: as representações femininas presentes no romance Úrsula (1859), de Maria Firmina dos Reis**. Rio de Janeiro. Universidade do Estado do Rio de Janeiro., 2021. (dissertação de mestrado em História).

SOUSA, Natália Lopes de. Maria Firmina dos Reis: a trajetória de uma mulher de letras negra no maranhão imperial. **II Seminário Interno do Núcleo de Estudos em História Social da Política da Universidade Federal de Juiz de Fora**. Nehsp – UFJF, 2018.

SOUSA, Natália Lopes de. **Uma senhora maranhense que cultiva as belas letras: Maria Firmina dos Reis e sua trajetória na imprensa (1860 – 1911)**. Juiz de Fora. Universidade Federal de Juiz de Fora, 2020. (dissertação de mestrado em História).

SOUSA, Larissa da Silva. **As mulheres do século XIX pelas narrativas de Maria Firmina dos Reis**. Quixadá. Universidade Estadual do Ceará, 2021. (dissertação de mestrado interdisciplinar em História e Letras).

_____. A experiência editorial de Maria Firmina dos Reis no periódico O Jardim das Maranhenses. **Revista Aedos**, 2020.

SOUZA, Vanessa Figueiredo. **Entre a lei e a letra: narrativas e identidades femininas**. Duque de Caxias. Universidade Federal do Rio de Janeiro, 2014. (dissertação de mestrado em Humanidades, Culturas e Artes).

SOUZA, Antônio Pereira de. **A prosa de ficção nos jornais do Maranhão oitocentista**. João Pessoa. Universidade Federal da Paraíba, 2017. (tese de doutorado em Letras).

SOUZA, Ana Cláudia Silva de. **A resistência das Joanas e das Firminas: uma análise do conto *A Escrava*, de Maria Firmina dos Reis.** João Pessoa. Universidade Federal da Paraíba, 2022. (trabalho de conclusão de curso de Licenciatura em Letras-Português).

TAVARES, Eleuza Diana Almeida. Literatura e história no romance feminino do Brasil XIX: *Úrsula*. **Anais do Seminário Nacional Mulher e Literatura e do III Seminário Internacional Mulher e Literatura – Gênero, Identidade e Hibridismo Cultural, do GT Mulher e Hibridismo Cultural.** Universidade Estadual de Santa Cruz, Ilhéus/Bahia, 2007.

TELLES, Norma. **Encantações: escritoras e imaginação literária no Brasil – século XIX.** São Paulo, Universidade de São Paulo, 1987. (tese de doutorado).

_____. Sonhos e iluminações das mulheres loucas da literatura. **Revista Escrita**, ano XIII, número 39, 1988.

_____. Rebeldes, escritoras, abolicionistas. **Revista de História**. n. 120. janeiro-julho, 1989.

TOLOMEI, Cristiane Navarrete. Maria Firmina dos Reis, decolonialidade e escrita abolicionista na imprensa maranhense oitocentista. **Ex-aequo**, n.º 39, 2019, pp. 153-168.

TORRES-POU, Joan. *El melodrama romántico: La crítica al sistema patriarcal em ‘Úrsula’ de Maria Firmina dos Reis.* In.: _____. **Aproximaciones a la narrativa femenina del diecinueve en Latinoamérica.** New York: Edwin Mellen Press, 2002.

TROINA, Rosane Jaehn. **Marcas da desconstrução das concepções hegemônicas da condição de gênero e etnia no romance *Úrsula*, de Maria Firmina dos Reis.** Rio Grande. Universidade Federal do Rio Grande, 2021. (dissertação de mestrado em Letras).

_____. Cantos à beira-mar: o homoerotismo feminino nos poemas de Maria Firmina dos Reis. **Revista Cacto**, 2021.

VRBATA, Sidinea Almeida Pedreira. **Maria Firmina dos Reis: Iyalodê do Brasil.** Feira de Santana. Universidade Estadual de Feira de Santana, 2018. (dissertação de mestrado em Estudos Literários).

ZIN, Rafael Balseiro. Literatura e afrodescendência no Brasil dos oitocentos: uma proposta de investigação a partir da análise interna do romance *Úrsula* (1859) de Maria Firmina dos Reis. **II Seminário de Pesquisa da Fundação Escola de Sociologia e Política de São Paulo (V Seminário de Iniciação Científica e II Seminário da Pós-Graduação).** São Paulo 04 a 08 de novembro de 2013.

_____. A dissonante representação pictórica de escritoras negras no Brasil: o caso de Maria Firmina dos Reis (1825-1917). **Revista do Centro de Pesquisa e Formação**. n.º 3, novembro 2016.

_____. **Maria Firmina dos Reis: a trajetória intelectual de uma escritora afrodescendente no Brasil oitocentista.** São Paulo. Pontifícia Universidade Católica, 2016. (dissertação de mestrado em Ciências Sociais).

_____. Maria Firmina dos Reis e seu conto “A escrava”: consolidando uma literatura abolicionista. **Revista XIX: artes e técnicas em transformação** (UNB), 2017.

_____. Maria Firmina dos Reis e seu conto Gupeva: uma breve digressão indianista. **Revista Em Tese**. v. 14, n. 1, jan./jun., 2017.

_____. Consolidando a fortuna crítica de Maria Firmina dos Reis: uma avaliação preliminar das dissertações e teses acadêmicas sobre a autora desenvolvidas em programas de pós-graduação brasileiros nos últimos trinta anos (1987-2016). **Itinerários**, Araraquara, n. 46, p. 63-81, jan./jun. 2018.

_____. Maria Firmina dos Reis e a imprensa literária no Maranhão do século XIX. **Revista Interdisciplinar em Cultura e Sociedade**. (RICS), São Luís, v. 4, n. especial - dossiê temático. 2018.

_____. **Escritoras abolicionistas no Brasil-Império: Maria Firmina dos Reis e Júlia Lopes de Almeida na luta contra a escravidão**. São Paulo. Pontifícia Universidade Católica de São Paulo, 2022. (tese de doutorado em Ciências Sociais).

ANEXOS

ANEXO A
RELAÇÃO DE DISCURSOS SOBRE MARIA FIRMINA DOS REIS
(1973-2022)

TABELA 1
DISCURSOS REFERENTES À PRIMEIRA FASE
(1973 – 1980)

ANO	TÍTULO	AUTOR(ES)	TIPO	EDITORA / REVISTA	OBSERVAÇÕES	
PRIMEIRA FASE						
01	1973	<i>Nosso céu tem mais estrelas: 140 anos de literatura maranhense</i>	Clóvis Ramos	Livro	Editora Pongetti	Verbetes com as informações sobre Maria Firmina dos Reis saiu com um erro de datilografia, sendo escrito como Maria Emília dos Reis
02	1974	<i>Anais do Cenáculo Brasileiro de Letras e Artes: 1973</i>		Anais	GB	Capítulo intitulado <i>A primeira romancista do Brasil</i> assinado por O Acadêmico
03	1975	<i>Úrsula</i>	Maria Firmina dos Reis	2ª edição do romance por Horácio de Almeida	AML	
04	1975	<i>Maria Firmina dos Reis: fragmentos de uma vida</i>	Nascimento Morais Filho	Biografia sobre a autora.	AML	
05	1975	<i>Homenagens à primeira romancista brasileira</i>		Artigo em jornal	Jornal Luta Democrática	
06	1975	<i>Maria Firmina, a glória literária da mulher maranhense</i>		Artigo em jornal	Jornal O Globo	
07	1975	<i>Primeira mulher escritora do Brasil tem homenagens</i>		Artigo em jornal	Jornal Tribuna da Imprensa	
08	1975	<i>A primeira romancista brasileira</i>	Josué Montello	Artigo em jornal	Jornal do Brasil	
09	1975	<i>Nossas várzeas têm mais flores: poetas modernos do Maranhão</i>	Clóvis Ramos	Verbetes no livro	Fundação Cultural do Maranhão	Correção do verbete com o nome de Maria Firmina dos Reis
10	1975	<i>Maranhense é a primeira romancista</i>		Artigo em jornal	Jornal O Estado de São Paulo	

11	1975	<i>Maranhense foi a pioneira do romance</i>		Artigo de jornal	Jornal Diário de Notícias	
12	1975	<i>Livros</i>		Artigo de jornal	Jornal Brasil Açucareiro	Notícia sobre o lançamento da edição fac-símile de <i>Úrsula</i>
13	1977	<i>Apontamentos de literatura maranhense</i>	Jomar Moraes	Livro	SIOGE	Com verbete sobre Maria Firmina dos Reis
14	1977	<i>História da Inteligência Brasileira</i>	Wilson Martins	Livro	UEPG	Comentários sobre <i>Úrsula</i>
15	1978	<i>Dicionário Literário Brasileiro</i>	Raimundo Menezes	Livro	Livros Técnicos e Científicos	Verbetes sobre Maria Firmina dos Reis
16	1978	<i>Maria Firmina dos Reis</i>		Verbetes	Revista da Academia Paulista de Letras, nº 96 volume 36	

TABELA 2
DISCUSOS REFERENTES À SEGUNDA FASE
(1981 – 2003)

ANO	TÍTULO	AUTOR(ES)	TIPO	EDITORA / REVISTA	OBSERVAÇÕES	
SEGUNDA FASE						
17	1981	<i>Mulher brasileira, bibliografia anotada 2</i>	Vários autores	Livro	Fundação Carlos Chagas	
18	1982	<i>Il Negro nel Romanzo Brasiliano</i>	Giorgio Marotti	Livro	Bulzoni Editore	Primeira menção do nome de Maria Firmina em livro no exterior
19	1985	<i>Revista do Instituto Histórico e Geográfico do Maranhão</i>		Artigo sobre Maria Firmina dos Reis	Revista do Instituto Histórico e Geográfico do Maranhão	
20	1986	<i>Um autorretrato de mulher: a pioneira maranhense Maria Firmina dos Reis</i>	Luiza Lobo	Artigo acadêmico	Revista Letterature d'America ano 7, números 29-30-31, 1986-87, Itália	Primeiro trabalho acadêmico de autor brasileiro centrado exclusivamente em Maria Firmina dos Reis.
21	1987	<i>Encantações: escritoras e imaginação literária no Brasil – século XIX</i>	Norma Telles	Tese de Doutorado	USP	Primeira defesa de trabalho acadêmico em que Maria Firmina ocupa lugar de destaque.
22	1988	<i>Úrsula</i>	Maria Firmina dos Reis	3ª edição de Úrsula	Presença Edições (RJ) e Instituto Nacional do Livro (INL, Brasília).	Organização, atualização do texto e notas por Luiza Lobo, prefácio de Charles Martin, <i>Uma rara visão de liberdade</i>
23	1988	<i>O negro de objeto a sujeito</i>	Luiza Lobo	Artigo em jornal	Jornal do Brasil, caderno “Ideias”, 14/5.	
24	1988	<i>A pioneira maranhense Maria Firmina dos Reis</i>	Luiza Lobo	Artigo acadêmico	IV Jornada de Estudos Americanos da Associação Brasileira de Estudos Americanos (Mariana, MG), 25-27/5.	Primeira apresentação em público de um trabalho acadêmico sobre Maria Firmina.
25	1988	<i>Sonhos e iluminações das mulheres loucas da literatura</i>	Norma Telles	Artigo acadêmico	Revista Escrita, ano XIII, número 39	
26	1988	<i>Maria Firmina, uma escritora mulata</i>	Maria Lúcia de Barros Mott	Artigo acadêmico em livro	Editora Contexto	Estudo publicado no livro <i>Submissão e resistência: a mulher na luta contra a escravidão</i> .
27	1989	<i>A pioneira maranhense Maria Firmina dos Reis</i>	Luiza Lobo	Artigo acadêmico	Revista de Estudos Afro-Asiáticos, volume 16	Primeiro trabalho acadêmico sobre Maria Firmina publicado

						em revista de estudos afros.
28	1989	<i>Escritoras negras: resgatando a nossa história</i>	Maria Lúcia de Barros Mott	Artigo acadêmico	Centro Interdisciplinar de Estudos Contemporâneos/UFRJ.	
29	1989	<i>Rebeldes, Escritoras, Abolicionistas</i>	Norma Telles	Artigo acadêmico	Revista de História, número 120 (janeiro-julho de 1989).	
30	1990	<i>Escritoras negras: buscando sua história</i>	Maria Lúcia de Barros Mott	Artigo acadêmico em livro	A Mulher na Literatura – Volume III, Universidade Federal de Minas Gerais (UFMG)	
31	1990	<i>Artimanhas nas entrelinhas: leitura do paratexto de escritoras do século XIX</i>	Zahidé Lupinacci Muzart	Artigo acadêmico	V Encontro Nacional da Anpoll, Recife (PE)	
32	1990	<i>O negro na literatura maranhense</i>	Luzia Navas-Toríbio	Artigo acadêmico	Academia Maranhense de Letras (São Luís).	
33	1993	<i>Um autorretrato de mulher: a pioneira maranhense Maria Firmina dos Reis</i>	Luiza Lobo	Artigo acadêmico em livro	Livro Crítica sem juízo (Luíza Lobo), Editora Francisco Alves.	
34	1993	<i>O Negro de Objeto a Sujeito</i>	Luiza Lobo	Artigo acadêmico em livro	Livro Crítica sem juízo (Luíza Lobo), Editora Francisco Alves.	
35	1995	<i>Maria Firmina dos Reis, negra memória do Maranhão</i>	Alfredo Souza Dorea	Artigo acadêmico	Cadernos do CEAS (Centro de Estudos e Ação Social), “300 anos de Zumbi”, Salvador (BA).	
36	1997	<i>La opresión sexual y racial en Úrsula y A Escrava Isaura</i>	Sara V. Rosell	Artigo acadêmico em livro	Livro: La Novela Antiesclavista en Cuba y Brasil, Siglo XIX (“O Romance Antiescravagista em Cuba e Brasil, Século XIX”), Madri - Espanha	
37	2000	<i>Maria Firmina dos Reis</i>	Zahidé Lupinacci Muzart	Artigo acadêmico em livro	Editora Mulheres	Livro: Escritoras brasileiras do século XIX (organização Zahidé Lupinacci Muzart).
38	2001	<i>A escritura vanguarda de Maria Firmina dos Reis: inscrição de uma diferença na literatura do século XIX</i>	Cristiana Maria Costa de Oliveira	Dissertação de mestrado em Teoria Literária.	Faculdade de Letras da Universidade Federal do Rio de Janeiro (UFRJ).	
39	2002	<i>El melodrama romántico: La crítica al sistema patriarcal em ‘Ursula’ de Maria Firmina dos Reis (O melodrama romântico: A crítica ao sistema patriarcal em ‘Úrsula’, de Maria Firmina dos Reis)</i>	Joan Torres-Pou	Artigo acadêmico em livro	Livro: Aproximaciones a la narrativa femenina del diecinueve en Latinoamérica (Aproximações à narrativa feminina do século dezenove na América Latina).	
40	2003	<i>Uma espiada na imprensa das mulheres no século XIX</i>	Zahidé Lupinacci	Artigo acadêmico	Estudos Feministas (vol. 11 n.1)	

			Muzart			
--	--	--	--------	--	--	--

TABELA 3
DISCUSOS REFERENTES À TERCEIRA FASE
(2004 – 2022)

ANO	TÍTULO	AUTOR(ES)	TIPO	EDITORA / REVISTA	OBSERVAÇÕES	
TERCEIRA FASE						
41	2004	<i>Úrsula e a Escrava</i>	Maria Firmina dos Reis	4ª edição do romance	Organização de Zahidé Lupinacci Muzart, atualização de texto e posfácio de Eduardo de Assis Duarte, Belo Horizonte (MG), 2004.	Posfácio de Eduardo de Assis Duarte – Maria Firmina dos Reis e os primórdios da ficção afro-brasileira.
42	2004	<i>Os Destinos Trágicos da Figura Feminina no Romantismo Brasileiro.</i>	Maria de Lourdes Da Conceição Cunha	Dissertação de mestrado em Literatura e Crítica Literária	Pontifícia Universidade Católica De São Paulo, São Paulo	
43	2005	<i>Gênero e etnia no nascente romance brasileiro</i>	Constância Lima Duarte	Artigo acadêmico	Estudos Feministas (vol. 1, n. 2)	
44	2005	<i>Úrsula e identidades masculinas do século XIX</i>	Renato Kerly Marques Silva Conceição de Maria Corrêa Feitosa, Ellen Amêniten do Nascimento Pachêco Sandra Maria Nascimento Sousa	Artigo	Anais da 57ª Reunião Anual da SBPC - Fortaleza, CE - julho/2005	
45	2005	<i>Romantismo brasileiro: amor e morte (um estudo sobre José de Alencar e Maria Firmina dos Reis)</i>	Maria de Lourdes da Conceição Cunha	Livro	Factash Editora	
46	2006	<i>Maria Firmina dos Reis e Amélia Beviláqua na história da literatura brasileira: representação, imagens e</i>	Algemira de Macêdo Mendes	Tese de doutorado em Letras	Faculdade de Letras. Pontifícia Universidade Católica do Rio Grande do Sul, Porto Alegre,	

		<i>memórias nos séculos XIX e XX</i>				
47	2006	<i>A Diáspora afro brasileira em Úrsula de Maria Firmino dos Reis</i>	Maria M. Bola	Artigo científico	Revista del CESLA, núm. 9, 2006, pp. 77-86	
48	2006	<i>Imagens do negro na literatura brasileira do século XIX: uma análise do romance Úrsula, de Maria Firmina dos Reis</i>	Claunísio Amorim Carvalho	Artigo científico	Ciências Humanas em Revista - São Luís, V. 4, n.2, dezembro 2006.	
49	2007	<i>Refutações ao feminismo: (dês)compasso da cultura letrada brasileira</i>	Rita Terezinha Schmidt	Artigo acadêmico	Estudos Feministas (vol. 3)	
50	2007	<i>Gênero e etnicidade no romance Úrsula, de Maria Firmina dos Reis</i>	Adriana Barbosa de Oliveira	Dissertação de mestrado em Letras	Faculdade de Letras. Universidade Federal de Minas Gerais, Belo Horizonte	
51	2007	<i>Literatura e história no romance feminino do Brasil XIX: Úrsula</i>	Eleuza Diana Almeida Tavares	Artigo científico	Anais do Seminário Nacional Mulher e Literatura e do III Seminário Internacional Mulher e Literatura – Gênero, Identidade e Hibridismo Cultural, do GT Mulher e Hibridismo Cultural Universidade Estadual de Santa Cruz, Ilhéus/Bahia.	
52	2008	<i>Úrsula, romance afrodescendente.</i>	Maria Firmina dos Reis	5ª edição do romance	Editora O Dia (RJ)	
53	2008	<i>A representação do herói marginal na literatura afro-brasileira: uma releitura dos romances Úrsula de Maria Firmina dos Reis e Ponciá Vicêncio de Conceição Evaristo.</i>	Paraguassu de Fatima Rocha	Dissertação de mestrado em Teoria Literária,	Centro Universitário Campos De Andrade, Curitiba	
54	2008	<i>Maria Firmina dos Reis: um marco na literatura afro-brasileira do século XIX</i>	Algemira de Macedo Mendes	Artigo científico	XI Congresso Internacional da ABRALIC <i>Tessituras, Interações, Convergências</i> USP – São Paulo, Brasil	
55	2008	<i>Centro e margens: notas sobre a historiografia literária</i>	Rita Terezinha Schmidt	Artigo acadêmico	Revista Estudos de Literatura Contemporânea nº 32 2008	
56	2009	<i>Úrsula e A Escrava</i>	Maria Firmina dos Reis	6ª edição do livro	Edição comemorativa dos 150 anos do romance, atualização do texto e posfácio de Eduardo de Assis Duarte, Florianópolis (SC) e PUC Minas (Belo Horizonte).	

57	2009	<i>O romance Úrsula de Maria Firmina dos Reis: estética e ideologia no romantismo brasileiro</i>	Juliano Carrupt do Nascimento	Dissertação de Mestrado em Letras Vernáculas	Faculdade de Letras. Universidade Federal do Rio de Janeiro, Rio de Janeiro	
58	2009	<i>O negro e a mulher em Úrsula de Maria Firmina dos Reis</i>	Juliano Carrupt do Nascimento	Livro	Editora Caetés	
59	2009	<i>Academia Maranhense de Letras: produção literária e reconhecimento de escritoras maranhenses</i>	Renato Kerly Marques Silva	Dissertação de mestrado em Ciências Sociais	UFMA	
60	2009	<i>Narrativas afro-brasileiras: Úrsula, de Maria Firmina dos Reis, Diário de Bitita, de Maria Carolina de Jesus, e Becos da memória, de Conceição Evaristo</i>	Francineide Santos Palmeira	Artigo científico	A Cor das Letras — UEFS, n. 10, 2009	
61	2010	<i>Mãe Susana, Mãe África – a ‘invenção’ da diáspora negra em Úrsula (1859) de Maria Firmina dos Reis.</i>	Carla Cristine Francisco	Dissertação Mestrado em Aire Culturelle Romaine	Université de Provence Aix Marseille I, Aix-Marceille I, França	
62	2011	<i>Em texto e no contexto social: mulher e Literatura Afro-brasileiras</i>	Sandra Maria Job	Tese de doutorado em Literatura	Universidade Federal De Santa Catarina, Florianópolis	
63	2011	<i>Maria Firmina dos Reis: uma voz na história da literatura afro-brasileira do século XIX</i>	Algemira de Macêdo Mendes	Artigo acadêmico em livro	Livro: Literatura afrodescendente: memória e construção de identidades. Editora Quilombohoje Literatura	
64	2012	<i>O uso de fontes no estudo de história: o livro Úrsula de Maria Firmina dos Reis na busca pelo escravo real</i>	Janaína dos Santos Correia	Artigo acadêmico	Revista História e Ensino (18, n. 2)	
65	2012	<i>Palavra poética, cor e história</i>	Maria Aparecida Andrade Salgueiro	Artigo acadêmico	Estudos Feministas (vol. 20 n.3)	
66	2012	<i>O sujeito negro na obra Úrsula: uma análise discursiva acerca das relações de poder</i>	Daliane de Oliveira Lucena	Monografia curso de Letras e Humanidades	Universidade Estadual da Paraíba	
67	2012	<i>Maria Firmina dos Reis: the risks and the boundaries of cultural markers in Úrsula</i>	Isabel Cristina Rodrigues Ferreira 1	Artigo científico	Comunicaciones en Humanidades XV Congreso Internacional de Humanidades, Facultad de Historia, Geografía y Letras. Universidad Metropolitana de Ciencias de la Educación, Santiago de Chile. 17, 18 y 19 de octubre, 2012.	

68	2013	<i>A escravidão no Maranhão: Maria Firmina dos Reis e as representações sobre escravidão e mulheres no Maranhão na segunda metade do século XIX</i>	Régia Agostinho	Tese de Doutorado em História econômica	Universidade de São Paulo	
69	2013	<i>A literatura afrobrasileira de autoria feminina: um estudo de Úrsula, de Maria Firmina dos Reis</i>	Bárbara Loureiro Andreta	Artigo acadêmico	Revista ao Pé da Letra (vol. 15.2)	
70	2013	<i>Os abolicionismos na prosa brasileira: de Maria Firmina dos Reis a Machado de Assis.</i>	José Antônio Carvalho Dias de Abreu	Tese de doutorado em Letras.	Universidade de Coimbra, Coimbra	
71	2013	<i>Literatura afrodescendente: uma proposta de diálogo entre Maria Firmina dos Reis e Conceição Evaristo</i>	Robson Lacerda Dutra Vanessa Figueiredo	Artigo	E-scrita Revista do Curso de Letras da UNIABEU Nilópolis, v.4, Número 3, maio-agosto, 2013	
72	2013	<i>Literatura e afrodescendência no Brasil dos oitocentos: uma proposta de investigação a partir da análise interna do romance Úrsula (1859) de Maria Firmina dos Reis</i>	Rafael Balseiro Zin	Artigo	II Seminário de Pesquisa da Fundação Escola de Sociologia e Política de São Paulo (V Seminário de Iniciação Científica e II Seminário da Pós-Graduação) São Paulo 04 a 08 de novembro de 2013	
73	2013	<i>A efígie escrava: a construção de identidades negras no romance Úrsula, de Maria Firmina Dos Reis</i>	Virginia Silva de Carvalho	Dissertação de mestrado em Letras	Fundação Universidade Estadual do Piauí – FUESPI	
74	2013	<i>O uso de fontes em sala de aula: a obra de Maria Firmina dos Reis (1859) como mediadora no estudo da escravidão negra no Brasil.</i>	Janaína dos Santos Correia	Dissertação de mestrado em História Social	Universidade Estadual de Londrina.	
75	2013	<i>Uma análise das representações sobre as mulheres no Maranhão da primeira metade do século XIX a partir do romance Úrsula, de Maria Firmina dos Reis</i>	Melissa Rosa Teixeira Mendes	Dissertação de mestrado em História Social	Universidade Federal do Maranhão	
76	2014	<i>Revisitando alguns aspectos teóricos que embasam a literatura afro-brasileira</i>	Omar da Silva Lima	Artigo acadêmico	Revista Litteris (no. 14)	
77	2014	<i>Vozes Afro-femininas na América Latina.</i>	Francineide Santos Palmeira	Tese Doutorado em Estudos Étnicos e	Universidade Federal da Bahia, UFBA,	

				Africanos.		
78	2014	<i>Entre a letra e a lei: Narrativas e Identidades Femininas.</i>	Vanessa Figueiredo de Souza	Dissertação de mestrado em Humanidades, Culturas e Artes	Universidade Do Grande Rio, Duque de Caxias,	
79	2014	<i>Da literatura maranhense: romance e romancistas do século XIX</i>	Dinacy Mendonça Corrêa	Tese de Doutorado em Ciências da Literatura	Universidade Federal do Rio de Janeiro	
80	2014	<i>A construção da identidade de Carolina Maria de Jesus por meio da literatura</i>	Edgar Godoi Gabriel	Monografia apresentada ao curso de Letras, Tradutor e Intérprete Inglês-Português	Centro Universitário Anhanguera de São Paulo	
81	2014	<i>Elogio à patrona Maria Firmina dos Reis: ontem, uma maranhense, hoje, uma missão de amor!</i>	Dilercy Aragão Adler	Artigo	Academia Ludovicence de Letras	
82	2014	<i>Mulheres negras letras e literatura: uma Análise da condição da mulher negra no final século XIX a meados do século XX</i>	Francelene Costa de Santana Oliveira	Artigo científico	18º REDOR - Universidade Federal Rural de Pernambuco - UFRPE	
83	2015	<i>Autoria, devir e interdição: os “entrelugares” do sujeito no romance Úrsula.</i>	Ana Carla Carneiro Rio	Dissertação de mestrado em Estudos da Linguagem	. Universidade Federal de Goiás, Catalão,	
84	2015	<i>Relações de gênero na segunda metade do Século XIX na perspectiva de Maria Firmina dos Reis: análise do romance Úrsula.</i>	Katiana Souza Santos	Dissertação de mestrado em Cultura e Sociedade	PGCULT Universidade Federal do Maranhão. São Luís, MA	
84	2015	<i>Cânone, feminismo, literatura: relações e implicações</i>	Sandra Maria JOB	Artigo	Revista eletrônica Falas Breves, Literatura & Sociedade. Breves-PA, fev/2015, v. 2. ISSN 23581069	
86	2015	<i>A narrativa abolicionista no conto “a escrava”, de Maria Firmina dos Reis</i>	Ana Carusa Pires Araujo	Artigo	XIV Congresso Internacional Fluxos e correntes: trânsitos e traduções literárias (ABRALIC – UFPA)	
87	2015	<i>Lei 10.639/2003: O ensino de literatura afro-brasileira através de obras de Maria Firmina dos Reis</i>	Bárbara Loureiro Andreta,	Artigo	I Seminário Políticas Públicas e Ações Afirmativas Universidade Federal de Santa Maria	

			Mônica Saldanha Dalcol, Anselmo Peres Alós,		Observatório de Ações Afirmativas 20 e 21 de outubro de 2015.	
88	2015	<i>Uma vida de inadequações: Maria Firmina dos Reis e seu caráter subversivo na sociedade oitocentista maranhense</i>	Jéssica Catharine Barbosa de Carvalho Alcione Corrêa Alves	Artigo	CONTRAPONTO: Revista do Departamento de História e do Programa de Pós-Graduação em História do Brasil da UFPI. Teresina, v. 2, n. 1, fev. 2015.	
89	2016	<i>Visões da escravatura na América Latina: "Sab" e "Úrsula".</i>	Bárbara Loureiro Andreta	Dissertação de mestrado em Letras	Universidade Federal de Santa Maria, Santa Maria	
91	2016	<i>Caminhos entrecruzados: história, escravidão e literatura em Úrsula (1859) e As Vítimas Algozes: Quadros Da Escravidão (1869)</i>	Rosangeli de Fatima Batiguiani	Dissertação de mestrado em História	Universidade Estadual de Montes Claros/Unimontes	
91	2016	<i>Da sujeição à subjetivação: a literatura como espaço de construção da subjetividade, os casos das obras "Úrsula" e "A Escrava" de Maria Firmina dos Reis</i>	Luciana Martins Diogo	Dissertação de mestrado em Estudos Brasileiros	Universidade de São Paulo, São Paulo.	
92	2016	<i>Vozes femininas em Úrsula, de Maria Firmina dos Reis, "uma maranhense"</i>	Thayara Rodrigues Pinheiro	Dissertação de mestrado em Letras	Universidade Federal da Paraíba, João Pessoa	
93	2016	<i>A escritora Maria Firmina dos Reis: história e memória de uma professora no Maranhão do século XIX.</i>	Carla Sampaio dos Santos	Dissertação de mestrado em Educação	Universidade Estadual de Campinas	
94	2016	<i>Maria Firmina dos Reis: a trajetória intelectual de uma escritora afrodescendente no Brasil oitocentista</i>	Rafael Balseiro Zin	Dissertação de mestrado em Ciências Sociais	Pontifícia Universidade Católica de São Paulo	
95	2016	<i>A escrita de Maria Firmina dos Reis na literatura afrodescendente brasileira: revisitando o cânone</i>	Algemira de Macêdo Mendes	Livro	Chiado Editora	

96	2016	<i>A dissonante representação pictórica de escritoras negras no Brasil: o caso de Maria Firmina dos Reis (1825-1917)</i>	Rafael Balseiro Zin	Artigo	Revista do Centro de Pesquisa e Formação / Nº 3, novembro 2016	
97	2016	<i>A literatura abolicionista de Maria Firmina dos Reis: o conto “A escrava”</i>	Bárbara Loureiro Andreta Anselmo Peres Alós	Artigo	CONFLUENZE Vol. 8, No. 1, 2016, pp. 184-197, ISSN 2036-0967, Dipartimento di Lingue, Letterature e Culture Moderne, Università di Bologna.	
98	2016	<i>Maria Firmina dos Reis: um marco na história da educação feminina no Maranhão</i>	Érica de Lima Matos. Ediane Holanda Silva. Mariléia dos Santos Cruz.	Artigo	VIII Fórum Internacional de Pedagogia (FIPED)	
99	2016	<i>O Abolicionismo na Literatura Brasileira a partir de Úrsula, de Maria Firmina dos Reis</i>	Deividy Ferreira dos Santos José Claudio Araújo da Silva Junior	Artigo	Revista Diálogos N.º 16 – Set./Dez. - 2016	
100	2016	<i>Uma autora que não ousa assinar o próprio nome. Discurso e autoria em Úrsula, de Maria Firmina dos Reis</i>	Ana Carla Carneiro Rio Antonio Fernandes Júnior	Artigo	Revista da ABRALIN, v.15, n.2, p. 121-145, jul./dez. 2016	
101	2016	<i>Maria Firmina dos Reis – a voz da literatura afro-brasileira: vida e magnum opus</i>	Dominique Amaral de Oliveira Elita Maria Bianchi Tessari	Relatório Técnico-científico	2ª MoEduCiTec – Mostra Interativa da Produção Estudantil em Educação Científica e Tecnológica O protagonismo estudantil em foco	
102	2017	<i>Úrsula</i>	Maria Firmina dos Reis	Reedição do romance	Editora PUC Minas (Belo Horizonte).	Apresentação e posfácio de Eduardo de Assis Duarte
103	2017	<i>Memorial de Maria Firmina dos Reis –</i>	Organização	Livro com prosa	Editora Uirapuru	

		<i>Prosa Completa & Poesia”, Livro 01</i>	Lucciani M. Furtado	completa e poesia.		
104	2017	<i>A prosa de ficção nos jornais do Maranhão Oitocentista</i>	Antônia Pereira de Souza	Tese de doutorado em Letras	Universidade Federal da Paraíba (UFPB), João Pessoa	
105	2017	<i>Heroínas negras brasileiras em 15 cordéis</i>	Jarid Arraes	Livro	Editora Pólen.	Com um capítulo em homenagem à Maria Firmina
106	2017	<i>A construção do negro no romance Úrsula</i>	Juliano Carrupt do Nascimento	Artigo científico	Faculdade de Letras UFMG (Literafro)	
107	2017	<i>Maria Firmina dos Reis: a voz negra na literatura do Oitocentos</i>	Geraldo Ferreira da Silva	Dissertação apresentada ao Programa de Pós-Graduação em Letras	Universidade Federal de Montes Claros (MG)	
108	2017	<i>Maria Firmina dos Reis: esquecimentos e lembranças</i>	Renato Kerly Marques Silva1	Artigo	Seminário Internacional Fazendo Gênero 11 & 13th Women’s Worlds Congress (Anais Eletrônicos), Florianópolis, 2017, ISSN 2179-510X	
103	2017	<i>O páter-famílias como vilão gótico em Úrsula, de Maria Firmina dos Reis</i>	Ana Paula Araújo dos Santos Júlio França	Artigo	SOLETRAS – Revista do Programa de Pós-Graduação em Letras e Linguística – PPLIN Faculdade de Formação de Professores da UERJ Número 34 (jul.-dez. 2017) - ISSN: 2316-8838 DOI: 10.12957/soletras.2017.30159	
110	2017	SOBRE FIRMINA <i>Um especial sobre a primeira mulher a escrever um romance abolicionista na língua portuguesa</i>	Leonardo Nascimento	Revista	Suplemento Revista Pernambuco N° 140 - Outubro 2017 -	
111	2017	<i>Maria Firmina dos Reis: esquecimentos e lembranças</i>	Renato Kerly Marques Silva	Artigo	Seminário Internacional Fazendo Gênero 11	
112	2017	<i>Maria Firmina dos Reis e Carolina Maria de Jesus escritoras brasileiras e livros didáticos do ensino médio</i>	Renato Kerly Marques Silva	Artigo	XV ABRALIC (Associação Brasileira de Literatura Comparada) experiências literárias, textualidades contemporâneas - UERJ	
113	2017	<i>Carolina Maria de Jesus e Maria Firmina dos Reis: escritoras negras na sala de</i>	Renato Kerly Marques Silva1	Artigo	XV ABRALIC (Associação Brasileira de Literatura Comparada)	

		<i>aula</i>			experiências literárias, textualidades contemporâneas - UERJ	
114	2017	<i>Configurações da diáspora em três romances brasileiros: Úrsula, de Maria Firmina dos Reis; A casa da água, de Antônio Olinto; e um defeito de cor, de Ana Maria Gonçalves</i>	Luiz Henrique Silva de Oliveira	Artigo	XV ABRALIC (Associação Brasileira de Literatura Comparada) experiências literárias, textualidades contemporâneas - UERJ	
115	2017	<i>Da sujeição à subjetivação: a literatura como espaço de construção da subjetividade na obra de Maria Firmina dos Reis</i>	Luciana Martins Diogo Ana Paula Cavalcanti Simioni	Artigo	Opiniões: revista dos alunos de literatura brasileira (USP)	
116	2017	<i>Maria Firmina dos Reis e seu conto "A escrava": consolidando uma literatura abolicionista</i>	Rafael Balseiro Zin	Artigo	Revista XIX: artes e técnicas em transformação (UNB)	
117	2017	<i>Maria Firmina dos Reis e seu conto Gupeva: uma breve digressão indianista</i>	Rafael Balseiro Zin	Artigo	Revista Em Tese (UFSC) do programa de pós-graduação em Sociologia Política v. 14, n. 1, jan./jun., 2017	
118	2017	<i>As questões étnicas e de gênero nos romances Úrsula, de Maria Firmina dos Reis, e A Escrava Isaura, de Bernardo Guimarães</i>	Francisca Pereira da Silva Meneses	Dissertação de mestrado em letras	Universidade de Santa Cruz do Sul	
119	2017	<i>Úrsula</i>	Maria Firmina dos Reis	Reedição do romance	Caderno do Mundo Inteiro (SP)	Edição on-line gratuita
120	2018	<i>Úrsula e a Escrava</i>	Maria Firmina dos Reis	Reedição do romance	PUC Minas	Prefácio de Eduardo de Assis Duarte – Maria Firmina, mulher do seu tempo e do seu país. Posfácio de Eduardo de Assis Duarte – Úrsula e a desconstrução da razão negra ocidental.
121	2018	<i>Literatura e atitudes políticas: olhares sobre o feminino e antiescravidão na obra de Maria Firmina dos Reis.</i>	Jéssica Catharine Barbosa de Carvalho	Dissertação de mestrado em Letras	Universidade Federal do Piauí	
122	2018	<i>A narrativa de Maria Firmina dos Reis e a</i>	Joseylza Lima	Dissertação de	Universidade de Santa Cruz do Sul	

		<i>perspectiva hermenêutica para a prática dos estudos literários</i>	Silva	mestrado em Letras		
123	2018	<i>Exma. Sra. d. Maria Firmina dos Reis, distinta literária maranhense': a notoriedade de uma professora afrodescendente no século XIX</i>	Mariléia dos Santos Cruz Érica de Lima de Matos Ediane Holanda Silva	Artigo científico	CEMOrc-Feusp / Univ. Autònoma de Barcelona, set/dez 2018, p.151-166	
124	2018	<i>Maria Firmina dos Reis: faces de uma precursora</i>	Organização: Constância Lima Duarte; Luana Tolentino; Maria Lúcia Barbosa; Maria do Socorro Vieira Coelho	Livro com artigos acadêmicos	Editora Malê	
125	2018	<i>Úrsula</i>	Maria Firmina dos Reis	Reedição do romance	Editora Zouk	Textos de Rafael Balseiro Zin – Maria Firmina dos Reis, intérprete do Brasil. Rita Terezinha Schmidt – Uma voz das margens: do silêncio ao reconhecimento. Eliane Marques – Úrsula: a diferença como exclusão e como desejo de reconhecimento.
126	2018	<i>Úrsula</i>	Maria Firmina dos Reis	Reedição do romance	Editora Taverna	Prefácio de Rafael Balseiro Zin – Úrsula, um romance original brasileiro. Posfácio de Ana Flávia Magalhães Pinto – A atualidade de Maria Firmina dos Reis, ou uma escritora negra do seu tempo. Texto de Ronald Augusto – A rosácea de Úrsula.
127	2018	<i>Úrsula</i>	Maria Firmina	Reedição do	Editora Leitura XXI	Comentários de Roberta Flores

			dos Reis	romance		Pedroso.
128	2018	<i>Na contramão: A narrativa abolicionista de Maria Firmina dos Reis</i>	Cristina Ferreira Pinto-Bailey	Artigo científico	Faculdade de Letras UFMG (Literafro)	
129	2018	<i>A escre(vivência) presente em Maria Firmina dos Reis e Conceição Evaristo: Uma análise dos contos “A escrava” e “Maria”.</i>	Michelly Cristina Alves Lopes Nelson Martinelli Filho	Artigo científico	REVELL – Revista de estudos literários da UEMS	
132	2018	<i>A primeira resenha de Úrsula na imprensa maranhense</i>	Luciana Martins Diogo	Artigo	Afluente, UFMA/Campus III, v.3, n. 8, p. 11-25, mai./ago. 2018 ISSN 2525-3441	
131	2018	<i>Consolidando a fortuna crítica de Maria Firmina dos Reis: uma avaliação preliminar das dissertações e teses acadêmicas sobre a autora desenvolvidas em programas de pós-graduação brasileiros nos últimos trinta anos (1987-2016)</i>	Rafael Balseiro ZIN*	Artigo	Itinerários, Araraquara, n. 46, p. 63-81, jan./jun. 2018	
132	2018	<i>Maria Firmina dos Reis: Iyalodê do Brasil</i>	Sidinea Almeida Pedreira Vrbata	Dissertação	Dissertação apresentada ao Programa de Pós-graduação em Estudos Literários, da Universidade Estadual de Feira de Santana	
133	2018	<i>Literatura e história: o antiescravismo em Maria Firmina dos Reis – uma análise do conto “a escrava</i>	Jaqueline Martinho dos Santos	Artigo	MEMENTO - Revista de Linguagem, Cultura e Discurso Mestrado em Letras - UNINCOR - ISSN 1807-9717 V. 9, N. 2 (julho-dezembro de 2018)	
134	2018	<i>Maria Firmina dos Reis: a trajetória de uma mulher de letras negra no maranhão imperial</i>	Natália Lopes de Souza	Artigo	II Seminário Interno do Núcleo de Estudos em História Social da Política da Universidade Federal de Juiz de Fora. Nehsp - Ufjf	
135	2018	<i>Maria Firmina dos Reis e a imprensa literária no Maranhão do século XIX</i>	Rafael Balseiro Zin	Artigo	Rev. Interd. em Cult. e Soc. (RICS), São Luís, v. 4, n. especial - dossiê temático. 2018	
136	2018	<i>Maria Firmina dos Reis: uma história da</i>	Amanda Helena	Artigo	VI Semana de História do Pontal	

		<i>escrita feminina e negra no século XIX</i>	Martins de Oliveira Carlos Eduardo Moreira de Araújo		V Encontro de Ensino de História Sociedade, Cultura e Patrimônio	
137	2018	<i>Escravidão e subjetividade: notas sobre o romance Úrsula, de Maria Firmina dos Reis</i>	Naiara Kachenski	Artigo	Itinerários, Araraquara, n. 46, p. 51-61, jan./jun. 2018	
138	2018	<i>Úrsula e outras obras</i>	Maria Firmina dos Reis	Reedição do romance	Edições Câmara	
139	2018	<i>Úrsula</i>	Maria Firmina dos Reis	Reedição do romance	Cadernos do Mundo Inteiro (2ª Edição)	
140	2018	<i>Romance de autoria feminina: “o ser mulher” em Maria Firmina e Júlia Lopes.</i>	Rodrigo Gouvea Rodrigues	Dissertação de mestrado em letras	Pontifícia Universidade Católica de Goiás	
141	2019	<i>Abolicionista, negra e feminista: conheça Maria Firmina dos Reis, a primeira romancista do Brasil</i>	Tom Farias	Artigo em jornal	Jornal O Globo	
142	2019	<i>Maria Firmina dos Reis: escrita íntima na construção do si mesmo</i>	Maria Helena Toledo Machado	Artigo científico	Estudos Avançados 33 (96), 2019	
143	2019	<i>De I Juca Pirama a Gupeva: um estudo do indianismo brasileiro a partir dos maranhenses Gonçalves Dias e Maria Firmina dos Reis</i>	Regilda Aprígio Paz	Monografia do curso de licenciatura interdisciplinar em linguagens e códigos em língua portuguesa (UFMA).	Universidade Federal do Maranhão Campus São Bernardo	
144	2019	<i>Maria Firmina dos Reis e o Dia da Mulher Maranhense</i>		Artigo Jornal O Estado	https://oestadoma.com/noticias/2019/03/10/maria-firmina-dos-Reis-e-o-dia-da-mulher-maranhense/	
145	2019	<i>A configuração do negro escravizado em Úrsula e “Assombramento”</i>	Jessica Frizon Neres	Dissertação de Mestrado em Letras	Universidade Tecnológica Federal do Paraná. Linha de pesquisa: Literatura, Sociedade e Interartes.	
146	2019	<i>Maria Firmina dos Reis: a restauração de uma imagem autoral apagada na história</i>	Carlos Alberto Baptista	Artigo	Revista Humanidades e Inovação v.6, n.4 v.2 - 2019	

			Jarbas Vargas Nascimento			
			André da Costa Lopes			
147	2019	<i>Da escravidão à liberdade: a trajetória da mulher negra em Maria Firmina dos Reis e Conceição Evaristo</i>	Barbara Inês Ribeiro Simões Daibert	Artigo	II SEPRALIC Seminário de Práticas em Literatura e Cultura Programa de Mestrado em Letras 03 a 05 de julho de 2019	
			Tatiane Carvalho de Morais			
148	2019	<i>Maria Firmina dos Reis, decolonialidade e escrita abolicionista na imprensa maranhense oitocentista</i>	Cristiane Navarrete Tolomei	Artigo	Ex-aequo, n.º 39, 2019, pp. 153-168. DOI: https://doi.org/10.22355/exaequo.2019.39.10	
149	2019	<i>Maria Firmina dos Reis, a abolicionista negra que se tornou a primeira romancista do Brasil</i>		Artigo no Jornal El País Brasil	El País Brasil https://brasil.elpais.com/brasil/2019/10/11/politica/1570793304_499201.html	
150	2019	<i>O “silenciamento” da voz negra feminina: uma análise discursiva da obra de Maria Firmina dos Reis</i>	Nathalie de Jesus Maria Ribeiro	Artigo	Cadernos Cajuína, V. 4, N. 1, 2019, p.208 – 231	
			Safira Ravenne da Cunha Rêgo			
151	2019	<i>Memorial de Maria Firmina dos Reis: prosa completa e poesia – Livro 2</i>	Lucciani M. Furtado	Livro	Editora Uirapuru	
152	2019	<i>Uma leitura possível de Úrsula (1859), de Maria Firmina dos Reis: disjunção formal no romantismo brasileiro</i>	Tássia Valente Viana Arouche	Monografia de conclusão ao curso de Licenciatura em Letras Português e Italiano	Universidade Federal do Paraná	
153	2019	<i>As faces de Maria: Ecos de Maria Firmina dos Reis em Lélia Gonzalez, Djamilia Ribeiro e Marielle Franco</i>	Renata Carmo Alves	Dissertação de Mestrado em Literatura, Cultura e	Pontifícia Universidade Católica do Rio de Janeiro	

				Contemporânea de do Departamento de Letras		
154	2019	<i>Maria Firmina dos Reis e a literatura das diásporas: uma leitura do romance Úrsula</i>	Tereza Ramos de Carvalho Isadora Barreto Bacchin	Artigo	Revista Alere	
155	2019	<i>Vozes da dissonância no atlântico negro: encenações da diáspora nos romances Úrsula, Um defeito de cor e Becos da memória</i>	Karina de Almeida Calado	Tese de Doutorado em Letras	Pontifícia Universidade Católica de Minas Gerais	
156	2019	<i>Corpo de romances de autoras negras brasileiras (1859-2006): posse da história e colonialidade nacional confrontada</i>	Fernanda Rodrigues de Miranda	Tese de Doutorado em Letras	Universidade de São Paulo	
157	2019	<i>O tema e o problema: memória e esquecimento nas pesquisas acadêmicas sobre Maria Firmina dos Reis (1989 – 2019)</i>	Dayane Cristina de Freitas	Dissertação de Mestrado em História	Universidade Federal de Uberlândia	
158	2019	<i>Irrompendo silêncios: a literatura afro-brasileira de Maria Firmina dos Reis, Carolina Maria de Jesus e Conceição Evaristo</i>	Michelly Cristina Alves Lopes	Dissertação de Mestrado em Letras	Universidade Federal do Espírito Santo	
159	2020	<i>Úrsula</i>	Maria Firmina dos Reis	Nova Edição do Romance	Editora Princípios	
160	2020	<i>A escrava</i>	Maria Firmina dos Reis	Edição do conto	Editora Itapuca	
161	2020	<i>Poder, resistência e verdade nos romances abolicionistas Úrsula, de Maria Firmina dos Reis, e A Escrava Isaura, de Bernardo Guimarães</i>	Ana Carla Carneiro Rio	Tese de Doutorado Letras e Linguística	Universidade Federal de Goiás	
162	2020	<i>A condição da mulher negra na literatura brasileira em Úrsula, Casa de Alvenaria e Um defeito de cor</i>	Monica Saldanha Dalcol	Tese de Doutorado em Letras	Universidade Federal de Santa Maria	
163	2020	<i>O pensamento político de Maria Firmina dos Reis. a intelectual maranhense por trás das convenções sociais e políticas do</i>	Theicy Rioxana Ferreira Pereira	Dissertação de Mestrado em Ciência Política	Universidade do Estado do Rio de Janeiro	

		<i>Brasil oitocentista</i>				
164	2020	<i>Uma senhora maranhense que cultiva as belas letras: Maria Firmina dos Reis e sua trajetória na imprensa (1860 – 1911)</i>	Natália Lopes de Sousa	Dissertação apresentada ao programa de Pós-Graduação em História	Universidade Federal de Juiz de Fora (MG)	
165	2020	<i>“Provas do bello talento”: gênero, raça e abolição sob a pena de Maria Firmina no Maranhão oitocentista.</i>	Clarissa dos Santos Pinto Pires	Dissertação de Mestrado em História	Universidade Federal Fluminense	
166	2020	<i>Úrsula: a (in) visibilidade da mulher do século XIX</i>	Carla Maria Zizuiê Nakayama	Trabalho de Conclusão do Curso de Licenciatura em Letras Português	Instituto Federal do Espírito Santo	
167	2020	<i>A experiência editorial de Maria Firmina dos Reis no periódico O Jardim das Maranhenses</i>	Natália Lopes de Sousa	Artigo	Aedos	
168	2020	<i>Maria Firmina dos Reis, primeira autora brasileira</i>	Maria Angélica Bouzada	Notícia no site da Biblioteca Nacional em 09 de maio de 2020	Biblioteca Nacional	
169	2020	<i>A narratividade de Maria Firmina dos Reis: nação e colonialidade</i>	Laísa Marra	Tese de Doutorado em Letras	Universidade Federal de Minas Gerais	
170	2020	<i>Maria Firmina dos Reis: intérprete do Brasil</i>	Régia Agostinho da Silva Rafaella Andréa Fernandez	Artigo	LETRÔNICA Revista Digital do Programa de Pós-Graduação em Letras da PUCRS)	
171	2020	<i>História, literatura e ensino de história: a escravidão em Maria Firmina dos Reis</i>	Cleidiane Lemes de Oliveira Martha Rebellato	Artigo	Revista Arquivo Brasileiro de Educação (PUCMG)	
172	2020	<i>Maria Firmina dos Reis: a fundadora negra de outra tradição literária</i>	Fernanda Rodrigues de	Artigo	Cadernos de Literatura Comparada	

		<i>brasileira</i>	Miranda			
173	2020	<i>A importância da obra Úrsula de Maria Firmina dos Reis: um libelo contra a escravidão em forma de romance</i>	Angela Maria Rubel João Carlos dos Passos	Artigo	Cadernos de Gênero e Tecnologia	
174	2020	<i>Maria Firmina dos Reis e Luiz Gama: precursores da literatura negra</i>	Shirley Ferreira Aderson Pires da Silva	Artigo	Revista Verbo de Minas.	
175	2020	<i>Nísia Floresta e Maria Firmina: a nacionalidade pela voz de duas precursoras do feminismo</i>	Denise de Lima Santiago Figueiredo Maristela Rodrigues Lopes Paulo Roberto Alves dos Santos	Artigo	Revista Contexto	
176	2020	<i>Maria Firmina dos Reis e a presença da mulher negra na literatura e no contexto social brasileiro oitocentista</i>	Sandra Maria JOB	Artigo	Revista Falas Breves	
177	2020	<i>Protagonismo restaurado: Pesquisas trazem à luz trajetória de romancista negra, pioneira na literatura antiescravista</i>	Cristina Queiroz	Artigo em portal de notícias	Revista de Pesquisa FAPESPS	Inclui entrevista com Algemira de Macedo Mendes
178	2020	<i>Memórias apagada: abolicionismo e a voz-liberdade de Maria Firmina dos Reis no século XIX</i>	Bárbara I. R. Simões Daibert Tatiane Carvalho de Moraes	Artigo	Revista Espacialidades	
179	2020	<i>Nas trilhas literárias de Maria Firmina dos Reis</i>	Jeissyane Furtado da Silva	Dissertação de mestrado em Letras	Universidade Federal Do Acre	
180	2020	<i>ÚRSULA, de Maria Firmina dos Reis: romance fundacional da literatura afro-</i>	Mara Livia Farias Cardoso	Dissertação de mestrado em	Universidade Federal do Rio Grande	

		<i>brasileira</i>		Letras		
181	2020	<i>Firmine-se: uma proposta de mediação de leitura e análise do romance Úrsula (1859) de Maria Firmina dos Reis</i>	Cicero Barros Feitosa Filho	Dissertação de mestrado em Letras	Universidade Estadual De Mato Grosso Do Sul "Dourados"	
182	2020	<i>Maria Firmina dos reis: as vozes que emergem do contexto de leitura da obra Úrsula</i>	Joao Carlos dos Passos	Dissertação de mestrado em Teoria Literária	Centro Universitário Campos de Andrade	
183	2021	<i>Maria Firmina dos Reis e a interrogação ao cânone com o romance Úrsula</i>	Priscila Vieira de Oliveira	Dissertação de mestrado em Letras	Universidade do Estado do Rio de Janeiro	
184	2021	<i>Úrsula</i>	Maria Firmina dos Reis	Reedição do romance	Editora Antofágica	Conta com ilustrações de Heloisa Hariadne e apresentação da multiartista e ativista Preta Ferreira. Os posfácios são assinados pelas professoras doutoras Fernanda Miranda (USP), especialista na obra de Maria Firmina dos Reis, e Régia Agostinho (UFMA), pesquisadora da história econômica das mulheres no contexto da escravidão, e pela renomada escritora Conceição Evaristo.
185	2021	<i>A escrava</i>	Maria Firmina dos Reis	Edição do Conto	Galuba Editorial	
186	2021	<i>A escrava: antologia de prova e verso</i>	Maria Firmina dos Reis	Edição do Conto	Editora Hedra	
187	2021	<i>A escrava e outros textos</i>	Maria Firmina dos Reis	Edição do Conto	Editora Outra Margem	
188	2021	<i>As mulheres do século XIX pelas narrativas de Maria Firmina dos Reis</i>	Larissa da Silva Sousa	Dissertação de mestrado Interdisciplinar em História e Letras	Universidade Estadual do Ceará	
189	2021	<i>Mulheres, raça e literatura: as representações femininas presentes no romance Úrsula (1859), de Maria Firmina</i>	Marllon Antonio Alves da Silva	Dissertação de Mestrado em História	Universidade do Estado do Rio de Janeiro	

		<i>dos Reis</i>				
190	2021	<i>Almanaque digital: a “escrivência” da mulher negra e as vozes silenciadas na literatura brasileira</i>	Denise Stefanoni Combinato Deborah Caroline Ramos Bahiense Gislaine Aparecida dos Reis	Artigo	Revista Dialogia	
191	2021	<i>Eu mesma ainda posso falar: vozes femininas e cultura política na literatura de Maria Firmina dos Reis</i>	Benigna Ingrid Aurelia Bezerril	Artigo	Revista Mosaico (Escola de Ciências Sociais da Fundação Getúlio Vargas)	
192	2021	<i>Maria Firmina dos Reis: uma breve análise de sua escrivência abolicionista</i>	Gabriela Adler Lopes	Artigo	ANPUH BRASIL 31ª Simpósio Nacional de História - RJ	
193	2021	<i>Marcas da desconstrução das concepções hegemônicas da condição de gênero e etnia no romance Úrsula, de Maria Firmina dos Reis</i>	Rosane Jaehn Troina	Dissertação de Mestrado em Letras	Universidade Federal Do Rio Grande	
194	2021	<i>Cantos à beira-mar: o homoerotismo feminino nos poemas de Maria Firmina dos Reis</i>	Rosane Jaehn Troina	Artigo	Revista Cacto	
195	2021	<i>Escrever é resistir: a dificuldade de inserção de escritoras brasileiras no mundo da literatura no século XIX</i>	Ludmila da Silva Schwellberger	Relatório de fundamentação do projeto experimental, modalidade livro-reportagem, para a obtenção do título de bacharel em Comunicação Social – Jornalismo	Centro Universitário Campo Limpo Paulista	
196	2022	<i>Mulheres negras no ensino de história do Brasil: a história de Maria Firmina dos Reis</i>	Elaine Lopes	Dissertação de Mestrado em Ensino de História	Universidade Estadual De Ponta Grossa	

197	2022	<i>Maria Firmina: a menina abolicionista</i>	Andréa Oliveira	Livro infantojuvenil	Palavra Acesa	Biografia para o público infantojuvenil
198	2022	<i>Maria Firmina dos Reis e o cotidiano da escravidão no Brasil</i>	Agenor Gomes	Livro	Editora AML	
199	2022	<i>A trajetória única de Maria Firmina dos Reis, fundadora da literatura abolicionista no Brasil</i>		Artigo	Revista E maio Sesc SP https://www.sescsp.org.br/insurgencias-de-uma-pioneira-perfil-de-maria-firmina-dos-reis/	
200	2022	<i>Representações de corpos negros no conto “a escrava”, de Maria Firmina dos Reis</i>	Thallya Ferreira Campelo	Trabalho de Conclusão de Curso Letras e Educação	Universidade Federal do Sul e Sudeste do Pará (UNIFESSPA),	
201	2022	<i>A resistência das Joanas e das Firminas: uma análise do conto A Escrava, de Maria Firmina dos Reis</i>	Ana Cláudia Silva de Souza	Trabalho de Conclusão de Curso de Licenciatura em Letras-Português	Universidade Federal da Paraíba	
202	2022	<i>Escritoras abolicionistas no Brasil- Império: Maria Firmina dos Reis e Júlia Lopes de Almeida na luta contra a escravidão</i>	Rafael Balseiro Zin	Tese de Doutorado em Ciências Sociais	Pontifícia Universidade Católica de São Paulo	
203	2022	<i>Úrsula: uma história em quadrinhos</i>	Maria Firmina dos Reis	Romance em formato de quadrinho, por Iramir Araújo, Rom Freire e Ronilson Freire	Editora 7 Cores	
204	2022	<i>As faces de Maria Firmina dos Reis: diálogos contemporâneos</i>	Rita di Carmo	Livro	Editora Bambual	
205	2022	<i>Maria Firmina dos Reis: vida literária</i>	Luciana Martins Diogo	Livro	Malê Editora	

Fonte: pesquisa própria.